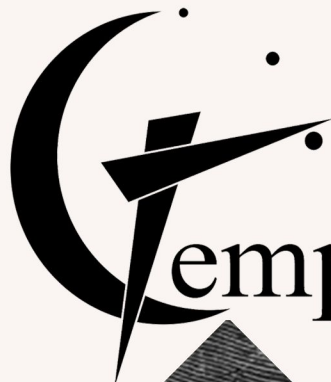




Temporalidades

Revista de História



Edição 26 - Vol. 10, nº1
Jan./Abr. 2018
ISSN: 1984-6150

Dossiê Temático:
Propósitos e Propostas
para a História
da Ciência

Revista Discente do Programa
de Pós-Graduação em História
da UFMG
www.fafich.ufmg/temporalidades



Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 26, v. 10, n. 1 (jan./abr. 2018) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2018.

Quadrimestral a partir de 2013

Títulos e resumos em português e inglês

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>

<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2018.



Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

Departamento de História

Chefe: José Newton Coelho Meneses

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Mauro Lúcio Leitão Condé

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2017/2018

Ana Carolina Rezende Fonseca

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Gislaine Gonçalves Dias Pinto

Henrique Brener Vertchenko

Isabela Cristina Rosa

Jéssica Bley da Silva Pina

João Batista Teófilo Silva

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismay Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdal Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Ana Carolina Rezende Fonseca

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Gislaine Gonçalves Dias Pinto

Henrique Brener Vertchenko

Isabela Cristina Rosa

Jéssica Bley da Silva Pina

João Batista Teófilo Silva

Diagramação

Ana Carolina Rezende Fonseca

Capa

Imagem: Ilustração de Édouard Riou para a obra “Voyage au centre de la Terre” (1864), de Jules Verne.

Fonte: <https://bit.ly/2IIOWWc>

Montagem por Gislaine Gonçalves Dias Pinto

Open Journal Systems/Banco de Dados

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Jéssica Bley da Silva Pina



Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Abigail Vital de Goes Monteiro (UGB)
Adriana Gomes (SEEDUC - RJ)
Aldenor Alves Soares (UPE)
Alessa Passos Francisco (UFF)
Amílcar Torrão Filho (PUC - SP)
Ana Paula Carvalho Trabuco Camelier (IFBA)
André Camargo Lopes (UNESP)
Andre Ricardo Nunes Martins (UNIEURO)
Angelica Aparecida Silva de Almeida (IF SUDESTE MG)
Anny Jackeline Torres Silveira (UFOP)
Bárbara Alencar Ferreira Lessa (CGE-MG)
Beatriz Viana de Araujo Zanfira (UNIFESP)
Bread Soares Estevam (UFRG)
Breno Mendes (UFMG)
Breno Servidone Moreno (USP)
Bruno Dias Santos (UNESP)
Carla Cristina Barbosa (UNIMONTES)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Claudio Vinícius Felix Medeiros (UERJ)
Débora Nunes de Sá (UFSC)
Deborah Cristine Silva Gomes (UFMG)
Domingo Pimiento Barquín (UNEMAT)
Eduardo Possidônio (UFRRJ)
Eduardo Rizzatti Salomão (Colégio Militar de Curitiba)
Edvaldo Vieira de Souza Junior (UFBA)
Eliaana Lúcia Madureira Yunes (PUC-RJ)
Eliete Lucia Tiburski (UFRGS)
Emerson Izidoro dos Santos (UFSP)
Erica Gomes Daniel Monteiro (UFRJ)
Erika Marques de Carvalho (Fiocruz)

Eulalia Maria Aparecida de Moraes (UNESPAR)
Fabiana Regina da Silva Soares (UFSC)
Fábio Alves Ferreira (UPE)
Fabrício Antônio Antunes Soares (UFRGS)
Fernanda Nichterwitz (UNIOESTE)
Flávia Cópio Esteves (IFRJ)
Geraldo Barbosa Neto (Faculdade Maurício de Nassau)
Gerson Leite de Moraes (UPM)
Gisele Oliveira de Lima (Instituto Federal de Alagoas)
Giulia Crippa (USP)
Gizele Zanotto (UPF)
Gustavo Alves Alonso Ferreira (UFF)
Hugo Mateus Gonçalves Rocha (UFMG)
Igor Nazareno da Conceição Correa (FIOCRUZ)
Iracy de Almeida Gallo Ritzmann (FIOCRUZ)
Isabel Maria da Silva Pereira Amaral (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Victoria Galleguillos Jungk (PUC/SP)
Isabela de Oliveira Dornelas (UFMG)
João Davi Oliveira Minuzzi (UFMS)
Jorge Alberto Molina (UERGS)
José Roberto Silvestre Saiol (FIOCRUZ)
José Ternes (UCG)
Juliano Bernardino de Godoy (UNIMEP)
Juliano Cordeiro da Costa Oliveira (UFC)
Jussara Rodrigues da Silva (UFOP)
Kátia Cilene da Silva Santos (USP)
Laura Nogueira Oliveira (Cefet-MG)
Leandro Neves Cardim (UFPR)



Leomaris Espindola Aires (UFSC)
Lucas de Lacerda Zapparoli de Agustini (USP)
Luís César Alves Moreira Filho (UNESP)
Luiz Eduardo Pinto Barros (UNESP)
Madson Gonçalves da Silva (UFMG)
Maíra Kaminski da Fonseca (UFSC)
Makchwell Coimbra Narcizo (UFG)
Márcio Ananias Ferreira Vilela (UFPE)
Marcos Dias de Araújo (Universidade Positivo)
Marcos Paulo Belançon (UTFPR)
Marcos Roberto Brito dos Santos (UFBA)
Maria do Carmo Pagan Forti (Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte)
Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (UFAL)
Maria Regina Santos de Souza - UFPE
Maria Renilda Nery Barreto (CEFET-RJ)
Mariana de Moraes Silveira (USP)
Marina Helena Meira Carvalho (UFMG)
Martha Rebelatto (IFMG-Campus Betim)
Mayane Leite da Nóbrega (UNIVASF)
Nadia Maria Guariza (UNICENTRO)
Natália Garcia Pinto (UFRGS)
Otávio Erbereli (USP)
Pablo Marcelo Diener Ojeda (UFMT)
Paulo Vinícius Aprígio da Silva (UFRJ)
Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo (UFMG)
Petrônio José Domingues (UFSE)
Polyana Aparecida Valente Vareto (UEMG)
Rafael Afonso Gonçalves (USP)
Rafael Nascimento Gomes (UnB)
René Lommez Gomes (UFMG)
Ricardo dos Santos Batista (UNEB)
Roberto Zahluth de Carvalho Júnior (UFBA)
Robson Freitas de Miranda Junior (UFMG)
Robson Pedrosa Costa (IFPE/ UFRPE)
Rodrigo Elias Caetano Gomes (RHBN)
Rodrigo Goyena Da Silveira Soares (USP)
Rodrigo Otávio dos Santos (UFPR)
Rômulo Ballestê Marques dos Santos (UFRJ)
Sandro Assencio (Centro Universitário Fundação Santo André)
Sílvia Irene Waisse de Priven (PUC/SP)
Silvio Seno Chibeni (UNICAMP)
Simeia Maria de Souza Torres (PUC-SP)
Sofia Alves Valle (UFG)
Talita Leite Tavares (UFPB)
Tamara Quírico (UERJ)
Thiago Lenine Tito Tolentino (UFS)
Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza (IFAL)
Tiago Santos Almeida (USP)
Uassyr de Siqueira (Unicamp)
Victor Callari (UNIFESP)
Victor José Alves Fernandes (UFMG)
Vitor Claret Batalhone Júnior (URCA - Universidade Regional do Cariri)
Wilson Fábio de Oliveira Bispo (FAPESB)
Wilton Barroso Filho (UNB)



SUMÁRIO

Editorial: "Propósitos e Propostas para a História da Ciência".....8

Dossiê

Apresentação do Dossiê.....12

Profa. Dra. Francismary Alves da Silva

Reflexões sobre escritas e trajetórias da História das Ciências no Brasil nos séculos XIX ao XXI / Reflexiones sobre escrituras y trayectorias de la Historia de las Ciencias en el Brasil en los siglos XIX al XXI.....15

Alexander Lima Reis; Millena Souza Farias

A intersecção entre teoria e prática e o desenvolvimento da ciência na Espanha da primeira modernidade: uma análise dos manuais de navegação e suas funções / The intersection between theory and practice and the development of science in early modern Spain: an analysis of navigation manuals and their functions.....37

Amanda Cieslak Kapp

A política de saneamento do município de Passo Fundo de 1934 à 1946 pelas páginas do jornal *O Nacional* / The sanitation policy of the municipality of Passo Fundo from 1934 to 1946 by the pages of the newspaper *O Nacional*.....50

Caroline Lisboa dos Santos de Lima

A institucionalização da Medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica / The institutionalization of Medicine in Imperial Brazil: a historiographic discussion.....64

Douglas de Araújo Ramos Braga

Entre educação e ciência: discurso e atuação ambientalista de Angelo Machado (1974-2008) / Between education and science: discourse and environmentalist actions of Angelo Machado (1974-2008).....83

Gabriel Schunk Pereira

***O Auxiliador da Indústria Nacional* e a republicação de memórias científicas na primeira metade do oitocentos / *O Auxiliador da Indústria Nacional* and the republication of scientific memories in the first half of the 19th century.....110**

Janaina Salvador Cardoso



Histórias das ciências e os “fundamentos históricos” da Psicologia / History of sciences and the historical foundations of Psychology.....129

Marcio Luiz Miotto

A utilização da história das ciências como instrumento facilitador para o aprendizado da física clássica no ensino médio / The use of the history of Science as a facilitating methodology for the learning of classical physics in High school.....159

Renan de Melo Alencar; Sérgio Yury Almeida da Silva

Sob Ruínas e Atlas: sobre os mundos carregados por Samuel Purchas / Under Ruins and Atlas: on the worlds borne by Samuel Purchas.....172

Vitor Claret Batalhone Júnior

Para o “adiantamento das ciências”: Antonio Landi e a História Natural na Amazônia colonial / For the “advancement of the sciences”: Antonio Landi and Natural History in the colonial Amazonia.....189

Wesley Oliveira Kettle

Artigos Livres

“Salvemos o Brasil da heresia”: analisando os discursos sobre os pentecostais na Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1971) / “Salvemos o Brasil da heresia”: analyzing the discourses about pentecostals in the Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1971).....209

Augusto Diehl Guedes

Amor e justiça no Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga / Love and justice in Treatise of Natural Law by Tomás Antonio Gonzaga.....233

Bruno Ribeiro da Silva

O humanismo entre Maquiavel e Merleau-Ponty / The humanism between Machiavelli and Merleau-Ponty.....252

Diego Luis Warmling

Com Deus e pela transformação social: notas sobre o “cristianismo subversivo” chileno no início dos anos 1970 / Con Dios y por la transformación social: apuntes sobre el “cristianismo subversivo” chileno a principios de los años 1970.....273

Eduardo Matheus de Souza Dianna



Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da Folha de S. Paulo e d'O Globo em 1994 / <i>A preliminary analysis of the ideological bias of the Folha de S. Paulo and d'O Globo political project in 1994</i>.....	295

Fabício Ferreira de Medeiros

História e fontes da <i>internet</i>: uma reflexão metodológica / History and <i>internet</i> sources: a methodological reflection.....	320

Filipe Arnaldo Cezarinho

Resenhas

Uma família atlântica que deixou suas marcas de liberdade ao longo do caminho / SCOTT, Rebecca J., HÉBRARD, Jean M. <i>Provas de liberdade</i>: uma odisseia atlântica na era da emancipação. Tradução Vera Joscelyne. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014. p. 296.....	339

Karine Teixeira Damasceno

Traduções

Discurso de Lorde Byron a respeito da repressão contra os Ludistas / Lord Byron's Speech about repression against the Luddites.....	343

Luccas Eduardo Maldonado; Igor Enoshita Otomo

PESTRE, Dominique. Capítulo V: Mulheres, gênero e ciência: objetividade e posicionamento / PESTRE, Dominique. Chapitre V - Femmes, genre et science: objectivité et parti pris	358

Eliza Teixeira de Toledo; Livia Guimarães Torquetti dos Santos

Entrevistas

Entrevista com João Brigola.....	373

Ana Carolina Rezende Fonseca; Jéssica Bley da Silva Pina; Isabela Cristina Rosa;

Entrevista com Jó Klanovicz.....	377

Isabela Cristina Rosa; Jéssica Bley da Silva Pina; Ana Carolina Rezende Fonseca;

Entrevista com Martina Schlünder.....	387

Jéssica Bley da Silva Pina; Ana Carolina Rezende Fonseca; Isabela Cristina Rosa;



Editorial

“Propósitos e Propostas para a História da Ciência”

“Então”, dirá a pessoa de bom senso, num tom ligeiramente exasperado, “os fermentos existiam antes de Pasteur fazê-los?”
(Bruno Latour)

O que é ciência? É a primeira pergunta que se faz quando falamos em História da Ciência e da Técnica. E dessa pergunta, surgem muitas outras, como: por que uma disciplina que leva este nome está presente na grade curricular de uma graduação em História? E representada em uma linha de pesquisa de pós-graduação no departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais?

Desses pequenos questionamentos se desdobram desconstruções e reflexões. É dos *Science Studies*, dos quais a Teoria e História das Ciências fazem parte, que surge a possibilidade da pergunta: então os fermentos existiam antes de Pasteur fazê-los? Da forma como a ciência foi construída (e sabemos por quem) ela se colocou através dos séculos como dada, irrevogável e verdadeira. A História das Ciências vem, mais do que questionar esse lugar, isso já fizemos há muito tempo. Agora, debatemos, interrogamos, inferimos, construímos juntos o conhecimento e colaboramos não só para desconstruções, mas para construções dos muitos lugares da ciência e da história. A interdisciplinaridade, o diálogo e o incômodo estão em nossos propósitos mais profundos e primeiros.

Como sabiam os gregos antigos? O que de sua filosofia e cosmovisão se fez continuidade ao longo do tempo e serviu de base para outras formas de saber? Galeno, propositivo da teoria do sexo único, que regeu o estilo de pensamento anatômico até o século XVIII, entendia a existência de apenas um sexo que se manifesta de duas formas, o direito (masculino) e o avesso (feminino). Entendimento que serviu de alicerce para a construção das relações políticas, sociais, históricas e culturais entre os gêneros, demarcando lugares para homens e mulheres. Tucídides ao descrever a peste em Atenas, apontava as relações entre doença, o conhecimento médico e a influência dessas experiências no cotidiano. A experiência epidêmica permite vislumbrar muito mais do que a moléstia. Ela pode ajudar a desvelar a sociedade, a política e a economia de diferentes tempos e lugares.

No Medievo, quando Alquimia e Astrologia eram conhecimentos válidos e instrumentalizados, uma epidemia de uma doença venérea atingiu certa população. Podemos dizer



que era sífilis? Onde mora a doença e sua relação com o humano? Como bem pontuou Ludwik Fleck, não existe doença, mas pessoa doente. Quem ou o que é capaz de dizer a normalidade do corpo humano para se verificar que este está doente? E a relação do humano com a natureza, ao explicar a epidemia pela passagem de Vênus na casa de Escorpião, signo regente dos órgãos sexuais, como pode ser interpretada?

Já na Modernidade vemos as formas de conhecer e ver o mundo mudando. Com a Revolução Científica, continuidades e permanências entre medievo e moderno permitiram e provocaram inovações de ordem técnica que desembocaram, entre outras coisas, nas Grandes Navegações e no abalo do Heliocentrismo. Foi a partir do surgimento da observação como critério de cientificidade que, além de observar a linha do horizonte próxima, passamos a observar o céu, vale dizer com o mesmo instrumento. É esse critério que, ao longo do tempo, passa a balizar a experiência e experimentação como base para a ciência moderna.

E é à sombra do conceito de ciência formado durante o período moderno que os campos de conhecimento se ampliaram, especializaram e apropriaram. Encontramos exemplos deste movimento na História Ambiental - que emerge no contexto de crise ambiental dos anos de 1970 - ao pensar as relações entre sociedades e mundo natural, percebe na ciência e em suas modificações ao longo do tempo um caminho fundamental a ser percorrido, já que como conhecemos no mínimo afeta, para não dizer determina, como nos relacionamos com a natureza.

E então, adotando como conceito de ciência um conhecimento estruturado e validado, olhamos para nosso tempo presente e vemos a deslegitimação das Ciências Humanas. E olhar para a História da Ciência através dos séculos é olhar para os caminhos que o conhecimento tomou, lançando as bases do que seria entendido por verdades e mentiras, saberes válidos e inválidos e, principalmente, o direito de acreditar ou desacreditar de um dado, de uma informação, de uma pesquisa.

Ao historiador cabe o quando como motriz. Logo, à pergunta filosófica, “como conhecemos?”, acrescentamos o tempo. Pois como conhecemos depende de quando conhecemos, e mais, de onde também. Hoje, na conjuntura brasileira, as pesquisas em Universidade Pública sofrem com os cortes orçamentários promovidos por um governo ilegítimo amparado por um sistema judicial que realiza julgamentos e prisões arbitrárias, por motivações políticas.

Então insistimos: quais são os propósitos e propostas que a História da Ciência pode oferecer a tessitura da realidade passada e presente? Discutir o caminho temporal do conhecimento é muito mais que um desfile de encadeamentos de descobertas, invenções e controvérsias científicas. É ver que escolhas são políticas e moldadas à cultura, sempre permitidas pelo quanto,



quando, como e onde se sabe.

Ao divulgar nossa chamada de trabalhos, provocando com o desafio Propostas e Propósitos para a História das Ciências, nos questionamos se esse campo ainda seria uma história de historiadores ausentes. No entanto, ao receber grande número de artigos, ainda que nem todos estejam presentes nessa edição por diversos motivos, percebemos que não. Os historiadores da ciência estão presentes em diversas universidades, espalhados pelos estados brasileiros. Presença representada pela professora organizadora deste dossiê: Dra. Francismary Alves da Silva, professora da Universidade Federal do Sul da Bahia, ex-aluna do Departamento de História da UFMG e ex-conselheira desta revista, a quem agradecemos pela apresentação deste dossiê.

Agradecemos aos professores João Carlos Pires Brigola, Jó Klanovicz e Martina Schlünder que gentilmente nos concederam as interessantes entrevistas que constam nas páginas finais desta edição da Temporalidades. Sem dúvida alguma, suas falas nos permitem pensar sobre a riqueza, bem como sobre os desafios em se fazer História da Ciência.

No ensejo, agradecemos ao Scientia - Grupo de Teoria e História da Ciência, pelo apoio na divulgação da chamada de trabalhos através de suas mídias. Agradecemos também a todos os autores que enviaram artigos para Dossiê Temático, artigos livres, resenhas e traduções. Para nós, da Revista Temporalidades, é uma satisfação imensa receber trabalhos de tamanha qualidade com temáticas tão diversas e necessárias.

O autor Augusto Diehl traz, em seu artigo “*“Salvemos o Brasil da heresia”: analisando os discursos sobre os pentecostais na Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1971)*”, ricas análises sobre os discursos, proferidos pelos agentes do clero católico nacional e veiculados pela Revista Eclesiástica Brasileira entre 1941 e 1971, acerca da expansão das igrejas pentecostais no Brasil.

Versando também sobre as relações entre sociedade e religião, Eduardo Matheus de Souza Dianna estuda, no artigo “*Com Deus e pela transformação social: notas sobre o “cristianismo subversivo” chileno no início dos anos 1970*”, a atuação do movimento “Cristianos por el Socialismo”, bem como da teologia da libertação no Chile durante o governo de Salvador Allende (1970-1973). Seu principal objetivo é compreender um possível diálogo mais amplo entre cristianismo e marxismo na América Latina.

No texto “*Amor e justiça no Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga*”, Bruno Silva apresenta reflexões acerca da ligação entre Teologia Moral e direito no século XVIII no mundo ibérico, sobretudo em Portugal. O grande foco do trabalho foi entender como Tomás Antônio Gonzaga relacionou as ideias de amor cristão com ideias sobre exercício e prática da justiça.



Diego Warmling, por sua vez, no artigo “*O humanismo entre Maquiavel e Merleau-Ponty*”, analisa, como o próprio título indica, as modificações da ideia de humanismo entre o pensador Maquiavel, que escreve no século XVI, e o filósofo alemão Merleau-Ponty.

Em “*Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da Folha de S. Paulo e d'O Globo em 1994*”, Fabrício Ferreira de Medeiros, constrói uma argumentação acerca do pensamento político dos jornais Folha de São Paulo e O Globo, buscando compreender qual era o projeto político defendido por tais periódicos no contexto de 1994.

Encerrando a seção de Artigos Livres Filipe Arnaldo Cezarinho traz, por meio do artigo “*História e fontes da internet: uma reflexão metodológica*”, uma questão muito relevante e atual: uma reflexão teórico-metodológica sobre os principais desafios em torno do uso de fontes extraídas da internet para as produções historiográficas.

Karine Teixeira Damasceno resenha o livro “*Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*”, dos autores Rebeca Scott e Jean M. Hébrard. Além disso, Luccas Maldonado e Igor Otomo trazem a tradução do “*Discurso de Lord Byron a respeito da repressão contra os Ludistas*”. E Eliza Toledo e Livia Santos trazem tradução do capítulo “*Femmes, genre et science: objectivité et parti pris*”, da obra “*Introduction aux Science Studies*”, de Dominique Pestre para compor a 26ª edição da Revista Temporalidades.

O lançamento desta edição é, por sua vez, composto por vários significados. Ele marca a renovação da Comissão Editorial, sendo a última edição organizada pela equipe 2017-2018. É com alegria que passamos às mãos de um novo grupo de discentes - democraticamente eleitos entre seus pares e que seis dos sete membros são mulheres - do programa de Pós-graduação em História da UFMG, o gerenciamento da revista e a organização de seus próximos três números. A publicação deste número também é marcada pela intensificação do estado de exceção vivido no Brasil, de ataque à democracia, de cortes no financiamento de áreas essenciais - educação e saúde - e de exacerbação das desigualdades sociais.

Esperançosas de que tempos melhores virão - não sem lutas - desejamos a todas e a todos uma excelente e proveitosa leitura!

31 de maio de 2018

Ana Carolina Rezende Fonseca
Isabela Cristina Rosa
Jéssica Bley da Silva Pina



Dossiê: Propósitos e Propostas para a História da Ciência

Apresentação

Profa. Dra. Francismary Alves da Silva (fran)

Universidade Federal do Sul da Bahia

A História da Ciência sempre foi um campo aberto à interdisciplinaridade, ao diálogo entre historiadores e demais pesquisadores e, sobretudo, ao diálogo e ao questionamento acerca de sua identidade, de sua função, de sua construção narrativa e de sua ação histórica. O dossiê que agora tenho a honra de apresentar trouxe, em sua proposta inicial, tais indagações: *Qual a especificidade da História da Ciência? Qual sua metodologia? Quais seus questionamentos teóricos? Qual seu olhar diante das fontes? O que a História da Ciência é capaz de fazer pelo e com o conhecimento?* Longe de configurar-se como uma simples crise disciplinar de pouca monta para a História e seus praticantes, esse debate sobre si, sobre o lugar, sobre sua função, sobre seus praticantes e sobre suas características é marca indelével do fazer histórico, do *métier* do historiador e, portanto, da disciplina História. Sendo História, se a identidade da História da Ciência é forjada na sua própria indagação, no debate, nada mais salutar do que apresentar novos trabalhos como forma de revisitar essa identidade em constante discussão. É exatamente esse o passo que o dossiê “Propósitos e Propostas para a História da Ciência”, preparado pela dedicada equipe da Revista Temporalidades, dá ao apresentar 10 artigos de gradua(n)dos e pós-gradua(n)dos em História, em Filosofia, em Ciências e em História da Ciência. Antes de qualquer análise, vale destacar o interessante e diversificado perfil de autores e autoras que o presente dossiê oferece, marca típica dessa área do conhecimento. O leitor também perceberá que o debate disciplinar fica evidente nas distintas grafias utilizadas para determinar a própria área do conhecimento. Assim, por vezes grafa-se História da Ciência, noutras vezes seu o objeto de análise histórica vai ao plural e temos História das Ciências. É possível verificar, também, os destaques em maiúsculas e minúsculas (história das ciências, por exemplo); discussão que parece trivial, mas que poderia, muito bem, oferecer indícios sobre os diversos posicionamentos no debate disciplinar anteriormente



mentado. De qualquer forma, o que se apresenta aqui, entre propósitos e propostas, são histórias, no plural, nos plurais.

No primeiro artigo desta breve apresentação, Alexander Lima Reis e Millena Souza Farias, por meio de análise historiográfica, transitam entre periódicos, publicações de associações, livros e verbetes biográficos do século XIX, obras canônicas do século XX e bibliografia do recente início do século XXI que modifica a característica difusionista da história das ciências no Brasil. O autor e a autora não apenas destacam as formas pelas quais as ciências foram/são compreendidas e narradas ao longo dos quase três séculos de abrangência do trabalho, como também apresentam um verdadeiro desenho de algumas das principais alterações metodológicas que possibilitam a compreensão atual de ciência como sendo uma produção humana, social, política, cultura. Outra discussão historiográfica presente no dossiê pode ser encontrada no trabalho de Douglas Braga sobre o processo de institucionalização da medicina no Brasil ao longo do século XIX. Em sua análise, o autor apresenta algumas perspectivas sobre o referido processo de institucionalização, destacando e indagando tanto a concepção que apontava a medicina oitocentista como pré-científica, quanto a tendência de reduzir a comunidade médica do século XIX em torno de um bloco homogêneo e coeso, rotulado de higienista. Em linha semelhante de análise, o trabalho de Marcio Luiz Miotto apresenta algumas consequências institucionais do processo que vai da formação do profissional à atuação no campo da Psicologia, além de expor, por meio de três estudos de caso, uma discussão da tênue relação entre a História da Psicologia e áreas mais abrangentes do conhecimento, como a História da Filosofia e a História das Ciências.

A muito discutida interface entre a Educação e a história das ciências também marca presença no dossiê, mais especificamente, no artigo intitulado “Entre educação e ciência: discurso e atuação ambientalista de Angelo Machado (1974-2008)”, de Gabriel Schunk, e em “A utilização da história das ciências como instrumento facilitador para o aprendizado da física clássica no ensino médio”, dos autores Renan Alencar e Sérgio Yury Almeida da Silva. Seja pelo viés dos diferentes discursos da educação ambiental ou pelo uso da história das ciências como ferramenta metodológica facilitadora para o ensino de Física, cada texto, a sua maneira, vai discutir as concepções e fundamentos escolares da clássica, relevante e sempre atual relação entre o humano e a natureza.

Já no artigo de Vitor Claret Batalhone Júnior intitulado “Sob Ruínas e Atlas”, o leitor encontrará uma instigante análise sobre a produção intelectual do erudito britânico Samuel Purchas, análise que discute alterações ontológicas, epistemológicas, e suas relações com as



noções ocidentais de tempo e espaço. Também debruçado sob os trabalhos de um personagem europeu, Wesley Oliveira Kettle apresenta as descrições naturais da capitania do Grão-Pará elaboradas pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi, com intuito de demonstrar como tais trabalhos fizeram parte de um propício projeto político, e não meramente científico, no contexto da colonização portuguesa na Amazônia. Em diálogo com a temática que relaciona os processos de colonização e as ciências, mas utilizando tratados náuticos para sua análise, o trabalho de Amanda Cieslak Kapp apresenta a relação entre teoria e prática na produção de conhecimento no cenário da expansão marítima durante a constituição do império espanhol no além-mar.

O leitor também encontrará uma análise sobre os desdobramentos da republicação de práticas e métodos agrícolas descritos, originalmente, por portugueses e brasileiros entre o final do século XVIII e o início do XIX. No trabalho de Janaina Salvador Cardoso é possível verificar o modo como as republicações no impresso *O Auxiliador da Indústria Nacional* contribuíram com o objetivo de promover a instrução de lavradores por meio de divulgação de práticas que melhoravam o aproveitamento de recursos naturais. Por último, e também utilizando fonte de jornal impresso, apresentamos o trabalho de Caroline Lisboa dos Santos Lima em que a autora estuda o projeto de saneamento do município de Passo Fundo à luz das notícias das páginas do periódico *O Nacional*. Destaca-se, na análise de Caroline Lisboa, posicionamentos diversos, interesses e preocupações com os recursos hídricos durante a execução do projeto de saneamento, discussão que termina por impactar, ainda hoje, o rio que abastece a região.

Diante desse diversificado passeio por temas, fontes, métodos, abordagens, discussões, propósitos e propostas da(s) história(s) da(s) ciência(s), resta o desejo de uma leitura prazerosa do dossiê que vem na sequência. Uma boa leitura.

Itabuna – BA, 28 de maio de 2018.

Francismary Alves da Silva



Reflexões sobre escritas e trajetórias da História das Ciências no Brasil nos séculos XIX ao XXI

Reflexiones sobre escrituras y trayectorias de la Historia de las Ciencias en el Brasil en los siglos XIX al XXI

Alexander Lima Reis

Bacharel em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

alexanderlimareis@hotmail.com

Millena Souza Farias

Mestre em História

Universidade Federal Fluminense

millena.msf@gmail.com

Recebido em: 01/05/2018

Aprovado em: 25/05/2018

Resumo: Este artigo tem por objetivo realizar um balanço de algumas modalidades de escrita da história das ciências no Brasil. Num primeiro momento, o texto apresenta um panorama da historiografia e dos estudos que abordaram o tema da história das ciências entre décadas de 1950 e 1980. Em seguida, recua-se ao século XIX e início do XX, para fazer uma reflexão sobre o lugar de escrita da história das ciências em periódicos, livros comemorativos, verbetes biográficos e necrológicos. Por último, procura-se apresentar as novas temáticas e elencar as publicações recentes que contribuíram para a renovação da escrita e reconfiguração de objetos, temas e agentes.

Palavras-chave: História das ciências; escrita das ciências; historiografia das ciências.

Resumen: Este artículo tiene por objetivo realizar un balance de algunas modalidades de escritura de la historia de las ciencias en Brasil. En un primer momento, el texto presenta un panorama de la historiografía y de los estudios que abordaron el tema de la historia de las ciencias entre décadas de 1950 y 1980. A continuación, se retrocede al siglo XIX e inicio del XX, para hacer una reflexión sobre el lugar de escritura de la historia de las ciencias en periódicos, libros conmemorativos, biografías y necrologías. Por último, se busca presentar las nuevas temáticas y enumerar las publicaciones recientes que contribuyeron a la renovación de la escritura y reconfiguración de objetos, temas y agentes.

Palabras clave: Historia de las ciencias; escritura de las ciencias; historiografía de las ciencias.

Introdução

Aproveita-se o dossiê *Propósitos e Propostas para a História da Ciência* para tentar apresentar ao público que tem interesse de enveredar para os estudos de história das ciências no Brasil, como a escrita foi se comportando ao longo dos séculos XIX ao XXI. Aproxima-se o final do primeiro quartel do século XXI e essa escrita vem ganhando cada vez mais robustez nas pós-graduações de



universidades, unidades de pesquisa, periódicos impressos/eletrônicos e outros canais de divulgação.

Em um primeiro momento é mencionada a produção dessa escrita nas décadas de 1970 e 1980, apresentando duas revistas que marcaram esses estudos no Brasil e na América latina em geral. Em seguida são apresentadas as primeiras obras que, entre as décadas de 1950 a 1970, procuraram reunir as diversas áreas das ciências em coletâneas escritas por equipes de especialistas em suas respectivas áreas. Além disso, é feita uma exposição de outros trabalhos desse mesmo período, porém que abriram caminhos para repensar a escrita das ciências no Brasil.

Na segunda parte do texto é feito um recuo até o início do século XIX para tentar reconhecer em alguns documentos traços de uma escrita histórico-científica. As principais fontes apresentadas são periódicos, necrológios (registros biográficos *post mortem*) e livros comemorativos de homens e instituições de ciência. Além disso, procura-se refletir como a prática de organizar o passado científico está presente na história brasileira há muito tempo. Claro que na medida em que o tempo foi passando, essa escrita foi dialogando com novos métodos de análise historiográfica que foram modificando a concepção do passado e do lugar ocupado pelo Brasil e sua gente.

Por fim, retorna-se ao final do século XX e início do XXI para apresentar alguns temas presentes nessa escrita da história das ciências, bem como apontar para a importância da Sociedade Brasileira de História da Ciência como promotora da revista e dos encontros realizados para os debates no campo. Esse período é marcado por uma renovação, devido à incorporação de novas metodologias, muitas delas associadas ao campo da Sociologia da Ciência. A interdisciplinaridade e a possibilidade de ter aporte numa maior gama de fontes permitiram a elaboração de trabalhos que refletiram sobre os modelos que acabaram por olhar as atividades científicas no Brasil como uma mera reprodução do que ocorria fora do país. É importante destacar que se optou por analisar a produção de autores brasileiros, circunscrevendo a problemática da escrita da história das ciências no Brasil, pois essa produção, desde a década de 1980, contribuiu para a consolidação do campo historiográfico. Dessa forma, busca-se contemplar a proposta do dossiê a partir das questões da chamada para a comunicação: “Qual a especificidade da História da Ciência? O que sua metodologia própria, seus questionamentos teóricos e olhar às fontes trazem ao saber histórico?”.

Lugar de escrita: olhares da historiografia sobre a História das Ciências entre os anos 1950-80

Em 2014, a historiadora Márcia Regina Barros da Silva, publicou um artigo denominado *História e historiografia das ciências latino-americanas: Quipu (1984-2000)* na *Revista Brasileira de História da*



Ciência (RBHC). Tal artigo visava destacar a contribuição deste periódico como *locus* das primeiras análises e referenciais de história das ciências produzidos na própria América latina. Ela ressalta que essa revista representou a consolidação de um espaço para discussão de novas abordagens metodológicas e perspectivas historiográficas que estavam sendo discutidas na Sociedade Latino-Americana de História das Ciências e da Tecnologia, recém fundada em 1982 (SILVA, 2014). Neste mesmo artigo a autora ressalta um ‘movimento’ da historiografia latino-americana na década de 1970, citando para o caso brasileiro, trabalhos hoje considerados referências na área, como as obras de José Murilo de Carvalho (1978), Simon Schwartzman (1979), Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama (1979-80) e Maria Amélia Dantes (1979).

No ano seguinte, após a fundação da *Quiipu*,¹ foi fundada a *Revista Brasileira de História da Ciência* (1985-atual), periódico da Sociedade Brasileira da História das Ciências (1983). Sua função, assim como da revista *Quiipu*, era fornecer ao ‘país’ um espaço aonde grupos de investigação interessados em História das Ciências e da Tecnologia pudessem estabelecer um tipo de “pesquisa mais sistemática” — nas palavras de José Reis na abertura da primeira edição — sobre esta área (REIS, 1985, Apresentação). Em seus trinta e três anos, RBHC proporcionou um espaço para a publicação e divulgação de artigos científicos, contribuindo também para a composição de um campo interdisciplinar e que, ao mesmo tempo, dialogava com novos caminhos teóricos e metodológicos da historiografia.²

O primeiro referencial para pensar este campo de estudos no Brasil que antecede a RBHC foi o livro *As Ciências no Brasil* (1ª ed. 1955-56) organizado por Fernando de Azevedo. A obra representou uma tentativa de reunir informações sobre os diversos ramos de produção científica no Brasil, a partir de uma equipe de profissionais envolvidos diretamente com os respectivos campos disciplinares. As grandes áreas foram divididas da seguinte maneira: no primeiro volume, em ‘Ciências Matemáticas’, ‘Ciências Físicas’ e ‘Ciências Geológicas e Geográficas’; e, no segundo volume, em ‘Ciências Químicas’, ‘Ciências Biológicas’, ‘Ciências Psicológicas’ e ‘Ciências Sociais’ (AZEVEDO, 1994, vol.1. e vol.2). O conjunto de textos produzido nessa coletânea é compreendido como o primeiro marco na História das Ciências no Brasil e foi, sobretudo, importante para propor uma forma de organização mais sistemática, não só dos próprios campos do conhecimento, como também do amplo conjunto documental passível de ser estudado por essa

¹ De acordo com Sara Aguilera Ríos (Universidade de Barcelona) a revista *Quiipu* possui esse nome em homenagem a um sistema de contagem matemático usado na cordilheira andina pelos Incas. A revista surgiu como resultado das atividades iniciadas pela Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología de 1982.

² O site da revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência contém todos os volumes digitalizados e disponíveis para consulta online. (Disponível em: <http://www.sbhc.org.br/>, acessado em 26/04/2018).



historiografia. Embora esta obra seja vista como ponto de partida para muitos historiadores das ciências — e seu valor seja devidamente reconhecido —, surgiram alguns trabalhos do final do século XX que se propuseram a revisitar e traçar algumas críticas para repensá-la. Uma das principais críticas seria em relação ao olhar teleológico e universal do autor (e organizador) e seus colaboradores sobre as práticas científicas, vendo no processo de institucionalização de áreas e criação de universidades, uma espécie de ‘superação’ das dificuldades enfrentadas. Outro ponto também criticado é a perspectiva da linearidade da ciência, trazendo um posicionamento difusionista e, por vezes, uma dependência direta das ciências brasileiras com relação aos centros estrangeiros.

Silvia Figueirôa em seu artigo *Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil* (1998), faz um balanço das contribuições dessa historiografia das décadas de 1950 e 1970, demonstrando que havia nesse período influências de um debate sobre a dialética atraso/desenvolvimento das ciências no Brasil como um todo. De acordo com esta autora, a coletânea de Azevedo estava imbuída de “uma inspiração weberiana” que criticava o modelo universitário vinculado às instituições católicas recém adotadas no Brasil (MOTOYAMA apud FIGUEIRÔA, 1998, p. 109). Essa inspiração seria um dos elementos motivadores de uma campanha em prol de um ensino público e não religioso, pois era comum na época associar o atraso das ciências e do ensino brasileiro ao estigma da colonização e ao predomínio da influência católica. Figueirôa aborda também contribuições como a coletânea de Shozo Motoyama e Mário Guimarães Ferri (1979-80) em que Maria Amélia Dantes, no artigo *Institutos de pesquisa científica no Brasil* (DANTES, 1980), propõe uma visão sobre o processo de institucionalização das ciências, no qual é feita crítica a uma tradição memorialista. Embora amplie a gama de ciências, esta coletânea ainda seguiu um modelo de organização disciplinar similar ao adotado por Fernando de Azevedo e seus colaboradores em *As ciências no Brasil* (1955-56), pois a escrita da história das ciências ainda era produzida somente por pesquisadores de seus respectivos campos. Ao analisar a coletânea, Figueirôa afirma que o capítulo de Dantes é um “ponto de inflexão” no conjunto da obra, devido ao uso de novas fontes, colaborando assim para uma análise que problematizasse os obstáculos do desenvolvimento científico no contexto histórico brasileiro.

Outro trabalho que pode ser entendido como uma contribuição para a história das ciências ainda na década de 1950, é o livro *Caminhos e Fronteiras* (1956), de Sérgio Buarque de Holanda. O interesse do autor foi de discorrer sobre o processo de expansão e formação de São Paulo, permitindo fazer uma releitura das técnicas e práticas de agricultura desenvolvidas no contato entre adventícios (colonizadores) e populações nativas. É a partir da troca de conhecimentos, de



assimilações, de mobilidade em aspectos sociais e da vida material, que o autor pensa a fronteira — pensando o conceito em seus múltiplos sentidos, inclusive a técnica e a ciência — como um espaço heterogêneo, de conformação dialética e que deu lugar “à formação de produtos mistos e simbióticos” (HOLANDA, 1994, Prefácio, p. 12). Desse trabalho, surgiram possibilidades de pensar a própria fronteira como espaço de trocas e negociação cultural e, também, como uma zona de contato entre culturas.

Nesta senda, um estudo que propiciou outro enfoque às práticas científicas no Brasil, sobre a virada do século XVIII para o XIX, foi *Aspectos da ilustração no Brasil* de Maria Odila da Silva Dias, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), em 1968. Dias procurou apresentar outro ângulo sobre os intelectuais luso-brasileiros dessa época, atentando à peculiaridade cultural brasileira e destacando que essa geração ilustrada esteve à frente do projeto de independência. Ela apresenta um olhar de certa forma positivo abordando a relação entre Estado e ciência a partir de manifestações progressistas e modernizadoras. Entre 1772 e 1822, um grupo abrangente de intelectuais luso-brasileiros formados na Universidade de Coimbra contribuiu para o estabelecimento de “uma política de Estado bem determinada, e a identificação desses estudiosos brasileiros com os interesses materiais da elite rural” (DIAS, 1968, p. 112). Esta autora também faz uma breve análise quantitativa da distribuição desses estudantes em cursos como: Leis, Teologia, Artes, Matemática, Filosofia Natural e Medicina. Além desses cursos, a prática da agricultura, em sua obra, ganha um enfoque particular por estar associada às novas ideias de ciências aplicadas vindas para o Brasil, não no sentido de apenas reproduzir ideias europeias, mas de aplicá-las ao seu ‘meio’. Esta obra ainda é basilar para os estudos de história das ciências no final do século XVIII e início do XIX, sobretudo por apresentar uma noção de ‘ciência ilustrada’.

Todas estas contribuições abriram novos caminhos interpretativos para os historiadores das gerações de 1980 e 1990. A proposição de pensar uma ciência brasileira, descolada de um olhar inteiramente eurocêntrico, ensejou reflexões sobre agentes e problemáticas inerentes às especificidades locais. Produziu-se um diálogo mais entrosado com os campos da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia, facultando possibilidades de se pensar as ciências enquanto práticas e saberes realizados através das noções de ‘rede’, ‘circulação’, ‘negociação cultural e material’, ‘ciência colaborativa’, ‘local e global’, entre outras. Esse tema será aprofundado mais adiante no tópico sobre a renovação da escrita da História das Ciências no Brasil.

Trajetórias e Centenários: as primeiras tentativas de escrita da história das ciências no século XIX e início do XX



Partiu-se dos posicionamentos e direções mais atuais da escrita da história das ciências a partir das sociedades científicas e dos clássicos das décadas de 1950 a 1980. Todavia esta escrita esteve presente no início do século XIX até a primeira metade do XX em periódicos, necrológicos, biografias de homens ilustres e livros comemorativos institucionais. A trajetória da escrita da história das ciências foi desenvolvida por cientistas que buscavam enaltecer figuras que se distinguiram em suas respectivas áreas, produzindo narrativas que a historiografia denomina como memorialista. Embora estes textos sejam úteis para situar pesquisas recentes, muitas críticas foram proferidas à criação de personagens históricos isolados da sociedade, comumente representados como grandes homens que triunfaram sobre o conhecimento ou que estavam à frente do seu tempo.³ O objetivo deste tópico é fazer uma reflexão sobre o percurso dessa escrita, percorrendo a narrativa histórica que foi se construindo a partir de fontes e referências do século XIX e XX.

O periódico *O Patriota Jornal Literário, Político, Mercantil do Rio de Janeiro*, publicado entre 1813 e 1814 nesta cidade era editado pelo baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, professor de astronomia na Academia Real Militar no Rio de Janeiro. As ciências e as técnicas representam uma parte considerável das publicações deste jornal, pois é possível perceber o incentivo às novas técnicas e discussões em variados campos de conhecimento tanto prático quanto teórico nos seguintes campos: matemática, navegação, hidrografia, botânica, agricultura, química, medicina, entre outros.⁴

Pode-se interpretar este periódico como um lugar de escrita da história das ciências, pois alguns textos sobre técnica e ciência estão o tempo todo dialogando com o passado. Três exemplos podem ser encontrados já nos primeiros números. A começar pela *Memória sobre a cultura dos algodoeiros de 1797* (1813) de Manoel Arruda da Câmara que havia falecido dois anos antes. Há também um texto na seção de medicina que narra um fato ocorrido em 1798: um acordo entre os médicos e a câmara do Rio de Janeiro que envidaram esforços para saber quais eram as doenças endêmicas e epidêmicas da cidade. O jornal *O Patriota* publicou o relatório dos médicos envolvidos nessa pesquisa. Outra publicação nessa esteira científica é o extrato da viagem do naturalista

³ Os acervos de periódicos como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) e as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (MIOC) são exemplos que contêm esse tipo de registro.

⁴ Além de *O Patriota*, é possível encontrar outros periódicos destinados à publicação científica no Brasil oitocentista. O *Auxiliador*, publicado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) a partir de 1833 “fez da agricultura matéria presente em todos os seus números”. Para obter mais informações sobre esse último, ver DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. “A ideia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciências no Brasil: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”. *Asclepio* - Vol. XLVIII-2, 1996. p. 149-162.



Joaquim José da Silva, *Viagem ao sertão de Benguela* (1813), escrito no ano de 1785. O conjunto como um todo contribui para reconhecer o esforço intelectual de gerações passadas.

A historiadora Lorelai Kury, em trabalho recente, *Descrever a pátria, difundir o saber* (KURY, 2007) reforça a hipótese de preocupação com a formação de uma memória sobre a ciência a partir das publicações: “O *Patriota* já estabelecia, no entanto, a genealogia dos homens de letras e de ciências brasileiros, com a publicação de documentos do passado que acabariam por formar uma espécie de antologia da produção intelectual existente sobre o Brasil [...]” (KURY, 2007, p. 141). Para evidenciar a sua possibilidade de acesso, note-se que era possível comprar um exemplar desse periódico na loja de Paulo Martin Filho rua da Quitanda, 34.

A Sociedade Velosiana de Ciências Naturais⁵ é outro exemplo que procurou construir um histórico das atividades de história natural no Brasil com o objetivo de compreender o campo, por meio de um resgate dos homens de ciência e suas obras que se referiam direta ou indiretamente ao Brasil. Essa foi uma primeira tentativa de escrita colaborativa de uma história das ciências naturais, pensada em conjunto por um grupo de homens de ciência com formações e atribuições variadas. O próprio nome da sociedade é uma homenagem ao frei José Mariano da Conceição Veloso, um botânico importante do final do século XVIII.

A primeira reunião desta associação foi em 1850 no Museu Nacional e no início visava somente o estudo de história natural. Entretanto, no ano seguinte, o então presidente, Francisco Freire Alemão de Cysneiro, médico e botânico, propôs uma pesquisa sobre o que já havia sido produzido sobre história natural no Brasil e, para isso, organizou quatro seções para executar esse trabalho de escrita da história das ciências. A primeira seção ficou incumbida de fazer um catálogo de pesquisadores nacionais e estrangeiros que escreveram sobre a história natural do Brasil, eram eles: Francisco Freire Alemão de Cysneiros, Alexandre Antônio Vandelli, Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque e Theodoro Descourtiz. A segunda seção era destinada a pesquisar tentativas de estabelecer instituições científicas no Brasil, da qual eram membros: Emílio Joaquim da Silva Maia, Guilherme Schüch de Capanema e Ignácio José Malta. A terceira seção tinha por objetivo escrever pequenas biografias de naturalistas brasileiros e era composta por Cândido de Azeredo Coutinho, Antônio Manoel de Mello e Custódio Alves Serrão. A última seção, por sua vez, buscava investigar animais e plantas que foram aclimatados no Brasil desde o descobrimento e eram membros: Luís Riedel, Bernardo José de Serpa Brandão e, o já mencionado, Emílio Joaquim da

⁵ Conferir verbete ‘Sociedade Velosiana’. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: [<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socveltrj.htm>]. Acesso em: 23/04/2018.



Silva Maia. De acordo com Alex Varela; Gil Baião Neto; Verônica Pimenta Velloso, redatores do verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*: “Já em 1852, [...] estes sócios da Sociedade Velosiana se propunham, assim, à tarefa de sistematizar a história da natureza do país e de suas próprias contribuições científicas a essa história” (DICIONÁRIO, verbete ‘Sociedade Velosiana de Ciências Naturais’).

Alguns dos resultados desse intento em equipe foram publicados na RIHGB e outros viraram livros, como por exemplo, o *Dicionário de Botânica Brasileira* (1873) preparado pelo farmacêutico pernambucano Joaquim de Almeida Pinto para a publicação a partir dos manuscritos deixados pelo médico e botânico Manuel Arruda da Câmara (DICIONÁRIO, Ibidem). Essa sociedade revela o anseio de um grupo de pesquisadores, que em meados do século XIX procuravam conhecer o próprio passado e de seus pares. O presidente da sociedade, Freire Alemão, tinha particular interesse pela história do frei Veloso e em seus documentos pessoais na Biblioteca Nacional é possível encontrar alguns registros:

Nos documentos de Freire Alemão, depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontram-se diversas anotações botânicas e históricas sobre Veloso, relacionadas à criação da Sociedade Velosiana, mas também referentes a pesquisas com plantas igualmente estudadas pelo religioso. (KURY, 2015, p. 263-264).

Além dos periódicos e das associações, muitos livros de verbetes biográficos contribuíram, no século XIX, para a construção dessa escrita da história das ciências por apresentar ‘ilustres brasileiros’. Tais obras possuíam o intuito de preservar e tornar pública a memória de homens seletos que acumularam cargos públicos, mas que estavam envolvidos com atividades científicas. A ciência oitocentista era, em geral, produzida por estadistas, militares e padres.

Duas obras que se destacam, nesse sentido, foram a *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, publicado entre 1858 e 1861 pelo litógrafo e editor Sebastião Augusto Sisson, e *Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniais* de João Manuel Pereira da Silva, publicado em 1858. Enquanto o primeiro se referia aos homens contemporâneos, o segundo era destinado aos homens do período colonial — ambos com um sentido bastante memorialista. Entre os homens de ciências figuram José de Anchieta, Bartolomeu Lourenço de Gusmão, José Bonifácio de Andrada e Silva e etc. Estas obras apresentam a trajetória de alguns indivíduos que a historiografia atual considera como homens de ciência, devido à ressignificação do olhar sobre o que poderia ser considerado como práticas e saberes científicos entre os séculos XVI e XIX.

Outra possibilidade para pensar um tipo de escrita da história das ciências são os chamados necrológicos. De caráter laudatório, esses registros são plataformas importantes por possibilitar uma



primeira escrita *post mortem* de personalidades ligadas às instituições de maneira geral. Embora esses necrológios não se restrinjam às instituições científicas, a revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (MIOC) é representativa desse tipo de registro para a escrita da história das ciências. A revista MIOC surgiu em 1909 como canal de publicação dos resultados em medicina experimental, porém em 1915, abriu-se um precedente no qual foi publicado o necrológio *Prof. Dr. S. von Prowazek*.⁶ Esse foi o primeiro necrológio publicado na MIOC, seguido do necrológio do idealizador do instituto, escrito por Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas: *Oswaldo Cruz: Fundador da Medicina Experimental no Brasil* (1917). Além de ressaltar os esforços de Cruz para consolidar o campo conhecido como medicina experimental no Brasil, esse necrológio permite pensar a formação e as conexões do homenageado a partir da percepção de como Cruz constituiu suas redes e associou a “organização de sua escola [Manguinhos] à capacidade de outros pesquisadores, que haviam conquistado justa fama em alguns assuntos da experimentação médica e da biologia geral” (CHAGAS, 1917).

A edição de 1922 apresenta, por sua vez, o necrológio do diretor de uma filial do instituto em Minas Gerais⁷, Ezequiel Caetano Dias. Após o necrológio há um texto biográfico *Traços de Oswaldo Cruz* escrito também por Chagas. Nessa mesma edição Chagas publicou a *Descoberta do Tripanozomacruzi e verificação da tripanozomíase americana: retrospecto histórico*; e, o médico também da primeira geração de Manguinhos, Henrique Figueiredo de Vasconcellos, publicou um texto que aponta para o caráter comemorativo dessa edição “Notícia histórica sobre o preparo da vacina antipestosa por Oswaldo Cruz no Instituto de Manguinhos” (1922). O autor narra o trabalho inicial da equipe Manguinhos na preparação da vacina antipestosa: “O instituto Oswaldo Cruz vai publicar um volume especial de suas 'memórias' para comemorar o centenário da independência de nossa pátria, [...]” (VASCONCELLOS, 1922, p. 58). Ademais, ao percorrer o sumário das publicações dessa revista é possível perceber outros trabalhos que podem ser identificados como parte da escrita da história das ciências, como por exemplo, os relatórios de Adolpho Lutz publicados na revista sob o título *Contribuições à História da Medicina no Brasil*, entre 1943 e 1946.⁸

Os textos escritos logo após a morte de um personagem em questão são trabalhos importantes para o início de uma pesquisa em história das ciências. Ainda hoje são produzidos necrológios em diversas instituições como forma de homenagear e assegurar parte da história de

⁶ Stanislas von Prowazek e Gustav Giemsa pesquisadores alemães que estiveram no Rio de Janeiro para fazer pesquisas no Instituto Oswaldo Cruz. O médico integrante da primeira geração Manguinhos Henrique da Rocha Lima foi para Europa fazer pesquisas com Prowazek no Instituto de Moléstias Tropicais de Hamburgo. Em uma viagem à Turquia para estudar o tifo, os dois foram contaminados e só o brasileiro sobreviveu.

⁷ Atual Fundação Ezequiel Dias (Funed).

⁸ Para maiores informações conferir as edições das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (MIOC) entre 1943 e 1946. Disponíveis em: 1943 - <http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/1943p.html>; 1944 - <http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/1944p.html>; e 1946 - <http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/1946p.html>.



um indivíduo. Entretanto é necessário problematizar a sua operação historiográfica. Primeiro, à luz dos condicionantes do próprio tempo e também porque muitos desses trabalhos antecedem a doação, catalogação e disponibilização pública do arquivo pessoal do homenageado. É no calor da ausência inicial que a primeira narrativa póstuma ocorre e geralmente é escrita por pessoas próximas, colegas de trabalho.

No decorrer desta pesquisa não foi encontrado nenhum trabalho que tivesse o necrológio como objeto principal de pesquisa em história das ciências. Muitos jornais do século XIX e outros tipos de periódicos que contém necrológios podem conter informações relevantes para a produção de novos trabalhos em História das Ciências no Brasil. No supracitado periódico *O Patriota*, é possível encontrar igualmente esse tipo de registro. No final do exemplar de março aparece uma parte destinada a textos de necrológio em que é listada em poucas linhas uma série de pessoas com ofícios importantes como diplomata, botânico, bispo e escritor (*O Patriota*, v. 1, t. 1, n. 3, p. 108-110).

Já no despontar do século XX havia um pequeno grupo de instituições que completaria seu centenário de criação/fundação e podem-se destacar duas obras comemorativas que visavam resgatar, não só a memória institucional, mas também o panorama das ciências no Brasil ao longo do século XIX: o livro de João Barboza Rodrigues, *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro – Uma lembrança do 1º centenário – 1808-1908* (1908) e o livro de Henrique Morize, *Observatório Astronômico: Um Século de História 1827-1927* (1987).

Referente à primeira obra, o botânico João Barbosa Rodrigues foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) entre 1890 e 1909. Ao longo de sua trajetória na instituição ele produziu dois textos importantes que contribuíram para compreensão da escrita da história das atividades científicas do jardim no século XIX. O primeiro, no início de sua administração, *HortusFluminensis* (1895), tinha por objetivo informar sobre as plantas cultivadas no jardim, bem como buscava servir de guia aos visitantes do JBRJ — de forma similar a um catálogo de plantas. Na primeira parte do livro, denominada ‘Advertência’, o autor esclarece que foi convidado pelo governo provisório da república para ser diretor do jardim. Em seguida, ele se refere às enormes dificuldades que enfrentou para melhorar as condições de trabalhos botânicos no JBRJ e explica: “[...] pois encontrava um estabelecimento sem arquivo, onde estudasse eu sua história, sem pessoal regular, sem biblioteca (nem um livro sobre botânica) e sem herbário onde buscasse auxílio para o trabalho que hoje empreendo.” (BARBOZA, 1895, Advertência).



Após a ‘Advertência,’ Barboza Rodrigues inicia a seção ‘Jardim Botânico do Rio de Janeiro (resumo histórico),’ na qual narra a história da instituição, perpassando diversos acontecimentos pretéritos desde a história do sítio (na Lagoa Rodrigo de Freitas), até iniciativas importantes como a produção de chá sob administração de frei Leandro do Santíssimo Sacramento⁹. Rodrigues descreve as atividades dos diretores que o antecederam e também mostra que no início dos anos 1860, o JBRJ inicia uma nova fase, porque passa a ser administrado por uma instituição privada, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA). De acordo com a narrativa de Barboza Rodrigues, o então diretor na época, frei Custódio Alves Serrão¹⁰, frustrou-se com a decisão ministerial, abdicando de seu cargo por entender que a mudança não seria benéfica para o JBRJ:

Frei Custódio, homem de ciência revoltou-se contra o fato, mostrando as desvantagens que nasciam de fazer depender um estabelecimento como o Jardim Botânico dos caprichos dos diretores de uma associação particular. Reclamou, mas, não sendo atendido, retirou-se [...]. (BARBOZA, 1895, p.15).

O resumo histórico apresentado no *HortusFluminensis* tornou-se a base do livro que, anos depois, Barboza Rodrigues publicou para o centenário do JBRJ. O livro *Jardim Botânico do Rio de Janeiro - uma lembrança do primeiro centenário 1808-1908* (1998, 2ª Ed.) foi produzido no centenário da instituição, em 1908, ampliando as ideias já contidas no texto de 1895.

Em vésperas de o Jardim Botânico fazer o seu segundo centenário, a literatura mais recente de viajantes naturalistas e jardins problematizou a ausência de estudos mais sistemáticos sobre a história do JBRJ (SANJAD, 2001, BEDIAGA, 2007). Além disso, a pesquisadora do JBRJ, Begonha Eliza Hickman Bediaga, afirma no artigo *Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860* (2007) que os livros de João Barboza Rodrigues ainda carecem de estudos mais críticos. Nesse texto, Begonha Bediaga procura contextualizar e mostrar alguns fragmentos da obra de Barboza, dando ênfase aos interesses políticos, nos quais a obra foi gestada:

Essa versão da história do JBRJ acha-se em consonância com o período em que foi escrita e com o interesse em enaltecer a figura do próprio, que, entre outros méritos, introduziu a primeira versão da história institucional. Entretanto a mera reprodução de suas afirmações, sem considerar as mais recentes interpretações históricas sobre o contexto, é passível de questionamento e de busca de novas análises. (BEDIAGA, 2007, p. 1138).

⁹ Frei Leandro do Santíssimo Sacramento foi diretor do Jardim Botânico entre 1824 a 1829.

¹⁰ Frei Custódio Alves Serrão foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre 1859 e 1861, tendo sido antes diretor do Museu Nacional de 1828 a 1847. É possível localizar o necrológio do frei na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1873, tomo 36. Para maiores informações: MACEDO, Joaquim Manuel de, 1820-1882. Necrológio de frei Custódio Alves Serrão. Rio de Janeiro: RIHGB. T. 36, pt. 2, v. 47, p. 625-639, 1873. [Disponível em: https://drive.google.com/open?id=0B_G9pg7CxKSsQldLcExuRk40d0U, acessado em 20/04/2018].



A segunda obra centenária que, de forma semelhante, marca uma visão de escrita memorialista e institucional é o livro de Henrique Morize sobre o Observatório Nacional (ON), situado no Rio de Janeiro, fundado via Decreto Imperial em 1827. Em *Observatório Astronômico: Um Século de História 1827-1927* (1987), Morize — que foi diretor do ON entre 1908 e 1930 — fez um exercício de resgatar fontes documentais¹¹ sobre a instituição, demonstrando especificidades de sua trajetória, dos principais diretores, trabalhos e estudos nas áreas de astronomia, astrofísica, meteorologia, geodésia e geofísica, entre outras ciências. Segundo esse autor, submetida durante seus primeiros trinta anos aos auspícios do Ministério da Guerra, a instituição sofreu com as levitações orçamentárias desta Pasta, principalmente na década de 1860, devido à entrada do Brasil na guerra do Paraguai. Morize narra que somente a partir da década 1870, após a reforma promovida por Emmanuel Liais — astrônomo francês e diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (IORJ) entre 1870-1881 — é que o observatório, “sob a direção de um verdadeiro astrônomo”, transcende a posição de “pouco prestígio” que possuía no cenário das instituições científicas nacionais (MORIZE, 1987, ver p. 68). Ele atribui à chegada de Liais, a instauração de uma política renovadora, modernizante e que efetivamente transforma o então IORJ numa instituição voltada à pesquisa científica. Não obstante, é preciso refletir sobre esse posicionamento do autor, pois ainda que ele atribua, ao período o surgimento de um ambiente de renovação, não se pode descartar o conjunto de atividades e serviços prestados pela instituição antes da gestão de Emmanuel Liais. Além disso, é importante ressaltar que embora esteja escrito num tom de depoimento, Morize tenta apresentar uma visão de denúncia dos percalços e das incompreensões governamentais com relação às demandas do desenvolvimento das ciências, principalmente com relação à questão de disponibilidade orçamentária, que para ele, sempre deixava a desejar (MORIZE, 1987).

O livro de Henrique Morize é uma das obras seminais para pensar um tipo de escrita memorialista sobre a cultura científica imperial e de início do século XX. O manuscrito produzido em 1927 permaneceu no acervo pessoal da família até 1952, quando o documento foi doado ao então diretor Lélío Gama para compor o arquivo do observatório. Em 1985, no contexto da criação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e do Ministério da Ciência e da Tecnologia¹²

¹¹ O livro de Henrique Morize menciona um conjunto amplo de fontes, entre relatórios ministeriais e institucionais, decretos, cartas pessoais, instruções, contudo sem indicar a localização e referência.

¹² O uso do vocábulo *Tecnologia* passou a figurar com maior frequência nos trabalhos de historiadores da década de 1980 (SCHWARTZMAN, 1979; MOTOYAMA, 1985; GAMA, 1985 e 1987). A palavra é utilizada, geralmente, para se referir aos estudos de história da técnica (artes mecânicas) e história do trabalho. Simon Schwartzman fez um uso mais associado a C&T ao estudar o Instituto Nacional de Tecnologia (INT). Porém o conceito segue sem autonomia e faltam novos estudos no Brasil que problematizem as suas especificidades. A própria *Revista Brasileira de História da Ciência* não faz uso do vocábulo em seu título.



(MCT) é que se procurou dar maior visibilidade ao manuscrito a partir de sua publicação que ocorreu dois anos depois, em 1987, no contexto da comemoração dos 160 anos do Observatório Nacional.¹³ A obra comemorativa *Os 175 Anos do Observatório Nacional* (2002) de Antonio Augusto Passos Videira, promovida pelo aniversário da instituição, segue a cronologia exposta por Morize e adota a mesma narrativa e questões na trajetória do observatório. Já a engenheira e astrônoma Teresinha de Jesus Alvarenga Rodrigues, autora de *Observatório Nacional 185 Anos* (2012), publicado dez anos após a obra de Videira, não aborda o período em que a instituição esteve vinculada ao império. Ainda que utilize a obra de Morize como referência, o recorte de Rodrigues inicia-se no período republicano, momento em que o observatório passa a ser denominado Observatório Nacional, sob a direção do belga Luiz Cruls (RODRIGUES, 2012). Ela confere maior destaque as conquistas tecnológicas e grandes feitos da instituição no século XX.

Esses livros comemorativos são registros de uma escrita institucional das ciências, porém diferente das obras centenárias anteriores, o médico e pesquisador Arthur Neiva publicou em São Paulo o livro *Esboço histórico sobre a botânica e a zoologia no Brasil: de Gabriel Soares de Sousa, 1587, a 7 de setembro de 1922* (1989, 1ª ed. 1922) que visava comemorar o centenário de independência do Brasil. Embora não tenha se fixado em uma instituição específica, o autor se propõe a realizar um balanço histórico dos estudos de zoologia e botânica do século XVI ao início do século XX, apresentando um panorama amplo das atividades científicas no Brasil como sugere o título. Nesse sentido é possível perceber o impacto que a organização dos documentos do século XIX proporcionou para a sua escrita da história das ciências. Nesse pequeno livro figuram inúmeras personalidades que se destacaram no estudo da flora e da fauna brasileira. Neiva reage de forma contundente em defesa de tais personalidades dedicadas à ciência brasileira. Ele questiona em diversas partes do livro a falta de interesse dos governantes e dos estrangeiros em valorizar o saber científico produzido nesta parte da América: “[...] Raramente os investigadores estrangeiros querem reconhecer merecimento científico nos brasileiros, ou melhor, no sul-americano” (NEIVA, 1989, p. 10).

Os trabalhos sobre centenários possuem pontos em comum conforme apresentado nas narrativas de João Barboza Rodrigues, Henrique Morize e Arthur Neiva. Os dois primeiros autores incorporam uma escrita institucional, atrelada a uma noção questionadora do desenvolvimento das ciências no território nacional. João Barboza Rodrigues, em sua obra, procurou atribuir valor científico e histórico aos estudos realizados no Jardim Botânico. Ao narrar a história do jardim, Barboza Rodrigues possibilitou acesso às informações que atualmente não podem ser consultadas,

¹³ Neste mesmo ano foi publicado pelo ON o livro comemorativo *Observatório Nacional: 160 Anos de história (1827-1987)*, de Luiz Muniz Barreto, o qual também segue a linha de interpretação de Morize ao abordar a cronologia histórica da instituição. Baseando-se numa documentação mais ampla, ele estende sua análise até a década de 1980.



pois Begonha Bediaga afirma que os documentos do jardim, anteriores a 1930, foram perdidos (BEDIAGA, 2007). Morize constrói em seu texto o retrato de um cenário mais conturbado para a situação do observatório astronômico no século XIX. Para ele, o baixo fomento e a falta de infraestrutura impediam, de certa maneira, o progresso das ciências, não só no ON, mas em todas as áreas e serviços que procuravam atender as necessidades nacionais (MORIZE, 1987). Já o livro/folheto de Arthur Neiva, por outro lado, buscou apontar as principais contribuições na área da zoologia e botânica. Seu trabalho visava dar profusão a trabalhos e iniciativas científicas em diversos estados brasileiros, elencando uma série de pesquisadores e obras nacionais. Conquanto Neiva tenha trabalhado com um recorte cronológico amplo, ele se empenhou em reconhecer o trabalho de seus contemporâneos, mencionando a falta de reconhecimento, por exemplo, de Barbosa Rodrigues: “Há injustiça; pelo menos o [estudo] de Barbosa Rodrigues poderia, sem nenhum deslustre, substituir o de Drude no capítulo *Palmae* ou o do illustre Cogniaux nos volumes relativos às *Orchidaceae*” (NEIVA, 1989, p. 09).

De fato, tornou-se necessária a elaboração de trabalhos que problematizassem a pluralidade de agentes, práticas e de serviços realizados por esses grupos e instituições. Conforme se ressaltou no primeiro tópico deste artigo, a historiografia até a década de 1970, mantinha uma narrativa que se pautava ainda numa visão eurocêntrica e que, por vezes, minimizava a produção e contribuição de agentes brasileiros. Ao apresentar este conjunto documental — periódicos, obras de referência e comemorativas — propõe-se pensar até que ponto a escrita da história das ciências se sustentou nessas narrativas. É preciso, portanto, apontar agora os caminhos seguidos pela historiografia das ciências nas décadas de 1990 e início do século XXI, composta por iniciativas que romperam com a proposta difusionista e aprofundaram as perspectivas relativista e relacionista das ciências no Brasil.

A renovação da escrita: novos objetos, abordagens e interpretações

O período que se estende da última década do século XX até a passagem para o século XXI marca um aprofundamento nos estudos da História das Ciências e da Tecnologia (HC&T). De acordo com o que foi destacado no início deste artigo, a Sociedade Brasileira de História das Ciências surgiu como lugar de pesquisa e divulgação em estudos de HC&T, tornando-se um microcosmo catalisador de novas produções. Os trabalhos nesta área passaram a elencar novos objetos, agentes e questões. Conforme apontado no primeiro tópico, ocorreu uma ampliação dos horizontes analíticos, do aparato conceitual, da discussão sobre escalas e da própria dinâmica da ciência.



É evidente que o diálogo com pesquisadores estrangeiros permanece à medida que a análise e os objetos demandam. Mas é muito importante ressaltar que hoje, o Brasil já possui uma base consolidada de escrita de HC&T. Neste artigo não é possível dar conta do grande volume de publicações, porém pode-se apresentar eixos temáticos que comportem algumas das principais referências dessa escrita. No que se refere aos agentes, instrumentos e cultura material, podem-se destacar, por exemplo, as análises de Maria Margaret Lopes sobre museus e acervos (1997, 2002); Alda Heizer sobre os estudos de instrumentos científicos (2008) e mais recentemente, o Jardim Botânico (2012); de Marta de Almeida, a análise sobre eventos, conferências e exposições científicas (2004, 2012); de Heloisa Meireles Gesteira também os instrumentos científicos e a ciência na fronteira (2014, 2016); de Pedro Marinho, os estudos sobre engenheiros e os processos associados à ferrovia (2010, 2015); de Moema Vergara, as pesquisas sobre o vínculo de ciência e construção do território (2010, 2013); além de Carlos Ziller Camenietzki e os estudos sobre padres matemáticos e astrônomos da Companhia de Jesus (1995, 2014).

Relativo ao tema das viagens filosóficas, ciências naturais e da saúde, os trabalhos de Magali Romero Sá sobre história da medicina, botânica e zoologia (2009; 2012); Heloisa Maria Bertol Domingues e os estudos da relação das ciências naturais com a política agrícola imperial (1996, 1997); Jaime Benchimol sobre a história da medicina e da saúde (1999, 2010); os estudos de Lorelai Kury sobre viajantes naturalistas (2007, 2008, 2015); entre outros pesquisadores. Esta é uma das áreas que apresenta grande potencialidade para as pesquisas de HC&T. Por exemplo, crescem os trabalhos na área da história da medicina que se remetem a uma intensa e constante negociação/troca cultural. Flavio Edler (2010), nesse sentido, demonstra no artigo *Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial* que, entre os séculos XVI e XIX, os europeus na América se curavam de diversas formas e além de se consultarem com seus médicos e cirurgiões, não raro, recorriam e incorporavam as várias práticas de curas utilizadas por nativos.

No tocante às ciências exatas¹⁴, os trabalhos de Ildeu de Castro Moreira sobre física e matemática (2001); Clovis Silva e o estudo de personalidades da física no Brasil (1995); de Ubiratan D'Ambrosio, os estudos da matemática no Brasil (2004); Ana Maria Ribeiro de Andrade e os estudos de física atômica e energia nuclear (1999); para delimitar Antonio Augusto Passos Videira, a pesquisa de criação dos departamentos de física nas universidades (2016). Os trabalhos mencionados de Silva, Moreira e D'Ambrosio são representativos de estudos que antecedem a

¹⁴ Em relação à História da Física no Brasil, a produção é dividida em dois momentos: antes e depois das universidades. O primeiro é marcado por estudos individuais e com diálogo com uma ciência internacional. O segundo marca o período da institucionalização da física, a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e a era das descobertas e dos grandes aceleradores de partículas.



criação de cursos universitários na área, à medida que apresentam atividades científicas de personagens que produziram conhecimento relevante sem formar um campo de produção. O segundo momento, após a institucionalização do campo, concentra um maior conjunto de publicações e, entre os autores mencionados, destacam-se as pesquisas de Andrade e Videira.

Em relação a uma ‘ciência colaborativa, passou-se a reconhecer a participação de diversos agentes em diferentes estágios do conhecimento. Mulheres, colaboradores, funcionários, ajudantes, nativos, escravizados e intermediários passaram a integrar as problemáticas da escrita de HC&T, possibilitando a produção de teses e dissertações protagonizadas por tais agentes. Sobre a participação e contribuição de mulheres¹⁵ na História das Ciências e da Tecnologia no Brasil, podem ser mencionadas as pesquisas de Miriam Junghans sobre a naturalista Emilia Snethlage (2008); de Kássia Pereira da Costa sobre a naturalista, pintora e viajante Marianne North (2015) e de Ivania Motta sobre mulheres viajantes que passaram pela América do Sul (2016). Relativo aos povos indígenas e escravizados, os estudos de Eliane Fleck sobre saberes e práticas indígenas na região Sul (2017), de Flávia Pedroza Lima sobre a agência dos povos indígenas e seus conhecimentos de astronomia nos registros de viajantes e naturalistas (2004) e o de Tânia Salgado Pimenta sobre a atuação de escravizados e libertos nas práticas médicas locais (1998).

Este conjunto de trabalhos de HC&T exemplifica e evidencia estes personagens, pois atualmente a historiografia das ciências compreende a relevância desses atores com valor estratégico, questionando as relações de gênero e a posição de subalternidade. Na medida em que surgiram novas questões, objetos e abordagens, a ciência passou a ser vista no plural — ‘ciências’ — e como um conjunto de atividades, saberes e práticas em constante interlocução nos mais diversos lugares do mundo. E cada lugar acomoda, a partir de sua especificidade, um novo olhar sobre a ciência.

A transdisciplinaridade e a transinstitucionalidade vem permitindo consolidar o campo de HC&T em grupos de trabalho, como o Grupo de Trabalho e Estudos de História da Ciência e da Técnica (GEHCT). No Rio de Janeiro, por exemplo, institutos científicos, como a Casa de Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) estabelecem uma relação profícua com as universidades, no

¹⁵ De todas as obras e fontes pesquisadas, neste trabalho, a única que menciona personagens femininas, no século XIX e primeira metade do XX, é o livro *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, o qual possui um verbete biográfico ao final dedicado a ‘Senhora D. Teresa Cristina Maria’, imperatriz que contribuiu para o circuito cultural e científico brasileiro. Outras mulheres como a princesa Isabel e a imperatriz Leopoldina, são apenas mencionadas no segundo volume, pois elas não figuram como um verbete biográfico, mas sim como personagens de um poema. Cabe ressaltar que hoje é possível localizar nos bancos de teses e dissertações de inúmeros estados, trabalhos científicos protagonizados por mulheres na época em questão.



sentido de fomentarem recursos humanos para atuar na escrita de HC&T. Além disso, outras unidades de pesquisa e grupos de pós-graduação (em São Paulo, na Bahia, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, etc.) também vêm estabelecendo essas parcerias institucionais e interdisciplinares. Tais grupos e instituições possibilitaram, assim, a formação de um corpo de profissionais dedicado ao domínio da História das Ciências e da Tecnologia.

Considerações Finais

A História das Ciências e da Tecnologia atualmente se nutre de uma perspectiva que vê a ciência como algo cultural, como uma produção humana e não descolada das ações sociais. Ao elencar publicações que contribuíram para a renovação da escrita em HC&T, buscou-se refletir sobre o impacto de tais abordagens que, atualmente, possuem relevância para pensar questões muito atuais da sociedade. Ressaltou-se a contribuição dos pesquisadores, de forma a evidenciar uma noção de ciência colaborativa, cada vez mais com perspectivas interdisciplinares. Essa escrita de HC&T vem se constituindo a partir da relação entre universidade — graduação e pós —, grupos de estudos, unidades de pesquisa e sociedades científicas. Salientou-se que a década de 1980 foi decisiva para a renovação e ampliação dos estudos no Brasil e a *Revista Brasileira de História da Ciência* um exemplo constitutivo desse momento.

Frisou-se que a historiografia do contexto da institucionalização das ciências e da criação de universidades, período em que foi produzida a coletânea de Fernando de Azevedo (1955-56), passou a tratar com menor interesse as atividades científicas de épocas anteriores. Contudo, é importante destacar que essa coletânea foi o primeiro esforço de reunir diversas áreas de conhecimento em uma única obra. O formato adotado por Azevedo influenciou trabalhos de mesma monta realizados no final da década de 1970, como a coletânea de Shozo Motoyama e Mário Guimarães Ferri (1979-80). Além disso, outras obras que não estavam no âmbito da historiografia das ciências, colaboraram para repensar as atividades científicas. A obra de Maria Odila Leite Dias (1968) foi um contributo para pensar a formação intelectual dos articuladores da independência do Brasil e já registra ali que as práticas e atividades científicas não eram meras reproduções de ideias europeias, mas um esforço de adequação do paradigma ao seu ‘meios’. Outra obra que não é alocada na História das Ciências e da Tecnologia é o livro *Caminhos e Fronteiras* (1956) de Sérgio Buarque de Holanda, no qual expõe, a partir do conceito de fronteira, as trocas e assimilações de conhecimentos entre indígenas e colonizadores, principalmente ao que se refere à história das técnicas agrícola.

Por fim, buscou-se identificar que as escritas em HC&T não é algo recente. Em diversas circunstâncias e contextos históricos, determinada geração busca se conectar com o passado para



legitimar o seu presente e, nesse sentido, o passado científico não é diferente. Portanto, buscou-se mencionar e indicar alguns exemplos de escrita histórico-científica no século XIX e início do XXI. Um desses casos foi o trabalho em equipe realizado pela Sociedade Velosiana, criada em 1850, a qual procurou organizar o passado das disciplinas para recuperar informações sobre os trabalhos realizados nos ramos da história natural. Ademais, os periódicos e livros comemorativos eram também suportes que permitiam salvaguardar a memória de indivíduos e instituições.

Não foi pretensão deste artigo abordar em sua totalidade o conjunto de textos e artigos científicos produzidos na área de HC&T. Optou-se por não tratar de correntes historiográficas e autores estrangeiros, visto que isso já foi trabalhado de forma exaustiva em outros textos que se dedicaram a analisar os fundamentos teóricos e metodológicos da área. Assim sendo, intentou-se demonstrar através de fontes e obras de referência que a História das Ciências e da Tecnologia no Brasil passou por uma reestruturação metodológica, que, embora estabeleça diálogo com autores de outros países, já não os utiliza como base de enunciação. Essa produção brasileira, que vem se consolidando desde o limiar dos anos 1980, já possui base para pensar e propor novos objetos, temáticas e metodologias.

Fontes:

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico: um século de história** (1827-1927). Rio De Janeiro (RJ): Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1987.

NEIVA, Arthur. **Esboço histórico sobre a botânica e a zoologia no Brasil**: de Gabriel Soares de Sousa, 1587, a 7 de setembro de 1922. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

O PATRIOTA Jornal Literário, Político, Mercantil do Rio de Janeiro. (v. 1, t. 1, n. 1-3) Jan. fev. mar. [Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6817>, acessado em 18/04/2018].

RODRIGUES, João Barboza. **HortusFluminensis** ou Breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro para servir de guia aos visitantes. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895. [Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242782> , acessado em 18/04/2018].

_____. **Lembrança do 1º Centenário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1808-1908**. Rio de Janeiro: Oficinas da Renascença, E. Bevilacqua & Cia. 1908. [Reeditado. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Banco Safra, 1998.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniães**. Pariz :Livr. de A. Franck : Livr. Guillaumin et Cia, 1858.

SISSON, S. A. [editor] **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999.

Referências Bibliográficas:



ALMEIDA, Marta. **Da Cordilheira dos Andes a Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino americanos e brasileiros (1888-1929)**. Tese (Doutorado em História Social) USP, 2004.

_____. Turismo científico e vivências culturais no Rio de Janeiro e em Lima no início do século XX. X Encontro Internacional da ANPHLAC - Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, 2012, São Paulo. **Anais do X Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2012.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Físicos, Mésons e Política: a Dinâmica da Ciência na Sociedade**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC / MAST - CNPq, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. **As ciências no Brasil**. 2 Volumes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª. Ed., 1994. (1ª Ed. 1955-56).

BARRETO, Luiz Muniz. **Observatório Nacional: 160 anos de história (1827-1987)**. Rio de Janeiro: Observatório nacional / Academia Brasileira de Ciências, 1987.

BEDIAGA, Begonha. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.14, n.4, pp. 1131-1157, 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos**. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. RIO DE JANEIRO: Ed. Fiocruz/Ed. UFRJ, 1999.

_____. O Brasil e a medicina tropical dos anos 1880 até a Primeira Guerra Mundial *In*: Isabel Maria Amaral, Ana Carneiro, Teresa Salomé Mota, Victor M. Borges, José L. Doria. (Org.). **Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX?** a propósito de Ricardo Jorge. Lisboa: Editora Celom / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010, v., p. 119-134.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. O Cometa, o Pregador e o Cientista. Antonio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 37-52, 1995.

_____. Ecos do escândalo. Os peregrinos do padre Alexandre de Gusmão em Portugal do século XVII. **Sigila** (Paris), v. 33, p. 87-98, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1978.

CHAGAS, Carlos Ribeiro Justiniano das. Oswaldo Cruz. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, 8(2): I-IX. Julho de 1917. [Disponível em: [http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo08/tomo08\(f2\)_I-IX.pdf](http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo08/tomo08(f2)_I-IX.pdf), acessado em 20/04/2018].

_____. Traços de Oswaldo Cruz. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**; 15(1):5-57, 1922.

_____. Descoberta do Tripanozomacruzi e verificação da tripanozomíase americana: retrospecto histórico. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**; 15(1):67-76, 1922.

COSTA, Kássia Pereira da. **A arte de Marianne North: Entre tempos e histórias do século XIX**. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da UNIRIO). Orientadora: Heloisa Gesteira. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. 119 f.



D'AMBROSIO, Ubiratan. Joaquim Gomes de Souza, o 'Souzinha' (1829 -1864). In: Martins, R. A.; Martins L. A. C.; Silva, C. C.; Ferreira, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**. 3 encontro Campinas: AFHIC, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB**. Vol. 278. jan - mar. 1968. pp. 105-170.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**. V. 6, n. 7, p. 121-126, 1997.

_____. A ideia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciências no Brasil: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. **Asclepio**, Vol. XLVIII-2-1996. pp. 149-162.

EDLER, Flavio. C. Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial. In: PONTE, Carlos Fideles; FALLEIROS, Ialê. (Org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

FERRI, Mário G.; MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil**, 3.vol. São Paulo: EDUSP, 1979-80.

FIGUEIRÔA, Sílvia. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil. **Asclepio**, vol 1-2, 1998.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; JOAQUIM, M. A. Sobre os 'hijosdelParaguay' e as 'personas naturales inteligentes': uma análise dos relatos sobre saberes e práticas tradicionais indígenas no Paraguay Natural Ilustrado, de José Sánchez Labrador SJ. (1771-1776). **Memoria Americana - Cuadernos de Etnohistória**, v. 25, p. 29-46, 2017.

GAMA, Ruy (ORG). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na História**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

GESTEIRA, Heloisa M. Instrumentos matemáticos e a construção do território: a missão de Diogo Soares e Domingos Capassi ao Brasil (1720-1750). In: KURY e GESTEIRA (orgs). **Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____. O Quarto de Círculo MAST 1993 0111: Representações e deslocamentos de um artefato. In: BARBOZA, Christina Helena da Motta. **História da Ciência e Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. (MAST: 30 anos de pesquisa, v.3).

HEIZER, Alda L. O tratado, o astrônomo e o instrumento. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 1, p. 167-177, 2008.

_____. João Barbosa Rodrigues. Um naturalista entre o Império e a República. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, p. 89-100-96, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (1ª Ed. RJ: José Olympio, 1956).

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868–1929): uma naturalista alemã na Amazônia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.243-255, jun. 2008.



KURY, Lorelai B. O naturalista Veloso. **Revista História**. São Paulo: n. 172, p. 243-277, Junho 2015.

_____. **A filosofia das viagens**: Vandelli e a história natural. O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli. Rio de Janeiro: Dantes, 2008, p. 73-82.

_____. Descrever a pátria, difundir o saber. KURY, L. (org.). In: **Iluminismo e império no Brasil: o Patriota** (1813 – 1814). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

LIMA, Flavia Pedroza. **Observações e descrições astronômicas de indígenas brasileiros**. A visão dos missionários, colonizadores, viajantes e naturalistas. Dissertação (Mestrado em Ciências) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004. [Apresentação em **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-177, jul./dez. 2004].

LOPES, Maria Margaret. Latin American Museums: comparative studies and links. **Scientific Instruments and Museums**. 1ª ed. Turnhout: Brepols Publishers, 2002, v. XVI, p. 221-236.

_____. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACEDO, Joaquim Manuel de, 1820-1882. Necrológio de frei Custódio Alves Serrão. Rio de Janeiro: **RIHGB**. T. 36, pt. 2, v. 47, p. 625-639, 1873.

MARINHO, Pedro. Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: a grande escola prática da nascente Engenharia Civil no Brasil oitocentista. **Topoi**(Online) v. 16, p. 203-233, 2015.

MARINHO, Pedro (ORG). Dossiê temático 'Engenharia e Política. **Revista Brasileira de História da Ciência**. 1. ed. Rio de Janeiro: SBHC, 2010. v. 3. 259p.

MOREIRA, Ildeu de C. A Terra Gira! 1851: A primeira experiência com o pêndulo de Foucault no Brasil. Notas da História da Física no Brasil. **Física na Escola**, v. 2, n. 1, 2001.

MOTTA, Ivania Pocinho. **Viajantes britânicas na América do Sul**: gênero e cultura imperial (1868-1892). 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03082016-150350/>>, acessado em 30/04/2018.

MOTOYAMA, S. História da ciência no Brasil. Apontamentos para uma análise crítica. **Quipu**, México, vol. 5, n.2, 1988, p. 167-189.

PATACA, Ermelinda M. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas** (1755-1808). São Paulo: Instituto de Geociências/UNICAMP, 2006.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 349-374, 1998.

PROFESSOR S. vonProwazek. - **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, 7(1):1-3, 1915.

RÍOS, Sara Aguilera. Qipu: Una Revista Latinoamericana de la Historia de las Ciencias y la Tecnología. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 212, 28 de febrero de 2000.



RODRIGUES, Teresinha De Jesus Alvarenga. **Observatório Nacional - 185 Anos**. Rio De Janeiro: Ed. Observatório Nacional, 2012. 180 páginas.

SÁ, Magali Romero. A Zoologia da Comissão Científica de Exploração. In: Kury, Lorelai(org.). **Comissão Científica do Império 1859 – 1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009. pp. 157 – 162.

_____. Do veneno ao antídoto: Barbosa Rodrigues e os estudos e controvérsias científicas sobre o curare. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, p. 12-21, 2012.

SANJAD, Nelson R. **Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

SILVA, Clovis P. da. Otto de Alencar Silva versus Auguste Comte. **Revista de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas**, v. 18, 1995.

SILVA, Márcia Regina Barros da. História e historiografia das ciências latino-americanas: Quipu (1984-2000). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 47-57, jan/jun, 2014.

VASCONCELLOS, Figueiredo de. Notícia histórica: sobre o preparo da vaccinaanti-pestosa por Oswaldo Cruz, no Instituto de Manguinhos. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**; 15(1):58-66, 1922.

VERGARA, Moema Rezende e CAPILÉ, Bruno. Circunstâncias da Cartografia no Brasil oitocentista e a necessidade de uma Carta Geral do Império. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, p. 37-49, 2012.

_____. Ciências, fronteiras e nação: comissões mistas de demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 5, p. 345-361, 2010.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Os 175 Anos do Observatório Nacional**. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2002.

_____. **A física no Brasil entre 1934 e 1966**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Física, 2016.



A intersecção entre teoria e prática e o desenvolvimento da ciência na Espanha da primeira modernidade: uma análise dos manuais de navegação e suas funções

The intersection between theory and practice and the development of science in early modern Spain: an analysis of navigation manuals and their functions

Amanda Cieslak Kapp

Doutoranda em História

Universidade Federal do Paraná

amandacieslak@yahoo.com.br

Recebido em: 01/05/2018

Aprovado em: 27/05/2018

Resumo: O objetivo do presente artigo é o de analisar a relação/conjunção entre teoria e prática na Espanha do início da Época Moderna. Esta situação cada vez mais recorrente esteve inserida no cenário da expansão marítima e da constituição do império espanhol no além-mar. A decorrente emergência de novas configurações políticas, sociais e culturais trouxe a lume a necessidade de respostas e soluções para tais alterações. Há algumas décadas uma significativa historiografia vem trabalhando com as diversas temáticas possibilitadas por este contexto. A perspectiva epistemológica e metodológica utilizada centra-se em uma História da Ciência que ultrapassa as abordagens teoréticas e internalistas, centradas nos processos cognitivos. Parte-se então de uma perspectiva mais ampla, que engloba os diferentes agentes, instituições, redes, artefatos, etc. Na esteira destes estudos, e utilizando como fontes tratados náuticos do período, pretende-se examinar, a partir da função destes e da forma como foram escritos, a intersecção cada vez mais comum entre teórica e prática e sua ligação com uma nova forma de produzir conhecimento.

Palavras-chave: Ciência moderna, Cosmografias e tratados náuticos, Expansão marítima.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the relation/conjunction between theory and practice in Spain at the beginning of the Modern Age. This increasingly recurrent situation was included in the scenario of maritime expansion and the constitution of the Spanish empire overseas. The resulting emergence of new political, social and cultural configurations has raised the need for answers and solutions to such changes. A few decades ago a significant historiography has been working with the various themes made possible by this context. The epistemological and methodological perspective used focuses on a History of Science that goes beyond the theoretical and internalist approaches, centered in the cognitive processes. From a broader perspective, it encompasses the different agents, institutions, networks, artifacts, etc. In the wake of these studies, and using as nautical treated sources of the period, we intend to examine, from the function of these and how they were written, the increasingly common intersection between theoretical and practical and its connection with a new way of producing knowledge.

Key words: Modern science, Cosmographies and nautical treaties, Maritime expansion.



Introdução: A renovação da história da ciência

Há apenas algumas décadas ainda era comum a noção de que a Península Ibérica não teria assistido nem contribuído para o desenvolvimento da ciência moderna. Tal construção pode ser entendida a partir de dois processos que não se excluem. O primeiro, datado especialmente do século XIX, se refere a busca pelos ibéricos de aproximarem-se dos então tão estimados pressupostos das Luzes. Neste intuito, a religião e a Inquisição foram culpadas pelo pretendo atraso científico dos reinos. Em 1782 veio à tona o primeiro volume da *Geografia Moderna*, o qual fazia parte da *Enciclopédia Metódica*, organizada por editores franceses. Em livro destinado à Espanha, o enciclopedista Nicolas Masson de Morvilliers relegou a esta o papel da nação mais ignorante da Europa. Em determinado trecho, vociferou:

Mas o que se deve a Espanha? Há dois, quatro, dez séculos? O que esta fez pela Europa? Hoje se parece a essas colônias débeis e desgraçadas, que necessitam sem cessar o abraço protetor da metrópole: é preciso ajudá-la com nossas artes, como nossos descobrimentos, se parece, inclusive, aos enfermos desesperados que, sem consciência de sua enfermidade, rechaçam o braço que lhes dá a vida. Sem dúvidas, falta uma crise política para retirá-la deste letargio vergonhoso. O que eles ainda estão esperando? As artes encontram-se adormecidas, as ciências, o comércio! Necessitam de nossos artistas em suas manufaturas! Os letrados são obrigados a instruir-se ocultando os nossos livros! A Espanha precisa de matemáticos, de físicos, de astrônomos, de naturalistas! (MORVILLIERS, 1972, p. 26-27).

Apareceram logo depois, conforme Carlos Casado, respostas exaltando “as figuras científicas e personalidades artísticas e literárias espanholas”. A polêmica, incluída em uma tendência mais ampla, assistiu a uma segunda fase. Em 1866 José de Echegaray, matemático e engenheiro, quando de seu ingresso na Real Academia de Ciências, em Madri, proferiu um discurso no qual mobilizou uma tópica recorrente: culpou a Inquisição pela ausência de ciência na Espanha. As discussões continuaram acaloradas com o passar dos anos e, na primeira década do século XX a expressão lenda negra, para se referir à atuação da Inquisição, passou a ser divulgada (CASADO, 2013, p. 2).

O segundo processo definidor da compreensão histórica sobre a modernidade científica centra-se em uma concepção tradicional sobre o desenvolvimento da ciência. Pautada no teorismo e no internalismo esteve ligada, segundo Casado, a esquemas progressistas. O atraso científico ibérico seria compreensível se relacionado a esta vertente linear e progressista, devedora dos pressupostos historiográficos do século XIX, que nos legaram “uma narração da história da ciência cujo fio condutor depende basicamente de um rosário de grandes figuras, descobrimentos e teorias que se sucedem em um progresso contínuo até o presente” (CASADO, 2013, p. 8).



A significativa anglicanização das narrativas sobre a história da ciência acentuou ainda mais este cenário. De acordo com Henrique Leitão e Antonio Sánchez, a ascensão dos Estados Unidos como potência intelectual após a Segunda Guerra Mundial foi acompanhada da construção de um programa historiográfico que centrou o surgimento da modernidade em torno da Inglaterra e dos países do centro europeu. Pautada em uma vertente claramente política, reduziu contribuições geográficas e de diferentes atores sociais, centrando-se claramente na pretensa excepcionalidade inglesa.

De forma geral os historiadores já adeptos da perspectiva de uma ciência teoricista, reproduziram a construção inglesa, relegando à Península Ibérica a nulidade ou a contribuição com episódios esparsos e feitos que não foram prescindíveis. Dessa forma, se reduziu a Revolução Científica moderna e seu nascimento ao século XVII e aos processos ocorridos na Europa Central (LEITÃO; SÁNCHEZ, 2017, p. 5).

Vários trabalhos datados da segunda metade do século XX, foram centrais para a difusão desta concepção e do entendimento do fazer científico a partir da epistemologia do teoricismo e das grandes rupturas paradigmáticas. Um exemplo se encontra em artigo de George Basalla, datado de 1967, sobre a difusão da ciência para fora da Europa. Adepto de uma metodologia tradicional, para o autor a produção científica representava um conhecimento universal, expresso no desenvolvimento conceitual e movido por fatores internos. A ação dos fatores sociais estaria restrita a aspectos externos à cognição, como as formas institucionais e o uso dos conhecimentos científicos (BASSALA, 1967).

Se tal concepção sofreu grande difusão na historiografia ocupada com a ciência, importantes e definidores questionamentos vêm sendo feitos a ela. A “nova” epistemologia da ciência não pode ser pensada sem referência aos escritos de Thomas Kuhn, datados da década de 1970. Ao tratar especificamente do desenvolvimento da física, o filósofo e físico debruçou-se sobre as origens da ciência moderna. Para tanto, questionou: “em que o movimento experimental do século XVII foi inovador?”

Ao responder, rebateu historiadores que afirmaram que a própria ideia de fundar a ciência a partir de informações perceptíveis era, por si só, uma novidade. Segundo o autor, eram absurdas as proposições que diziam que, conforme Aristóteles, as conclusões científicas poderiam ser deduzidas primeiramente a partir dos princípios axiomáticos. Os seus escritos sobre o método, ao contrário, contêm passagens substanciais que insistem na “(...) necessidade de observação, tão atentas quanto aquelas preconizadas por Francis Bacon”. Autores do medievo também foram enfatizados em sua importância para o nascimento de uma tradição metodológica que estabeleceu



regras para se chegar a conclusões a partir da observação e da experimentação. Assim, é correto afirmar que a Revolução Científica não foi responsável pela origem de uma filosofia empírica que renovou a ciência, mas permitiu uma significativa difusão dela.

Kuhn problematizou igualmente a noção de aparatos técnicos, tais como o microscópio e o telescópio, como evidências materiais de uma nova relação que pretensamente nascia a partir da observação e da experimentação. Para ele, muitos episódios das tradições antiga e medieval demonstraram que situações experienciais foram realizadas na mente e no pensamento. Os resultados eram obtidos por meio da prática diária. No entanto, os historiadores frequentemente malograram as experiências imaginadas (KUHN, 1975, p. 980-982).

Ao propor tais considerações, Kuhn foi um dos que abriu caminho para a construção de uma nova percepção acerca da ciência. De forma geral, afirma-se que se transformaram os enfoques epistemológicos e metodológicos. A prática científica deixou, progressivamente, de ser vista e analisada apenas como atividade teórica, de caráter lógico e racional. Na esteira do proposto por Kuhn, o filósofo Hilton Japiassú construiu considerações elementares a respeito do caráter mais amplo do fazer científico. Para ele, a ciência é, antes de tudo, um produto da cultura e não nasceu como uma atividade puramente cognitiva e neutra, mas sim como um projeto prático social, que tomou forma, progressivamente, a partir das novas necessidades instauradas por uma sociedade cada vez mais urbanizada e pautada nas atividades comerciais e técnicas das quais faziam parte a produção, a eficácia e o lucro.

A ciência começou a adquirir uma nova ontologia, ainda que baseada em pressupostos há muitos discutidos e adotados de forma isolada. Para além da contemplação do real, como forma homogênea, mas não única, de relacionar-se com a natureza, engendrou-se, como um comportamento cada vez mais comum, o da ação, do domínio da natureza, com ênfase, por exemplo, na previsão, e, como consequência, na manipulação. Segundo Japiassú, não foram criadas apenas as condições favoráveis para o surgimento de um novo saber científico, mas a necessidade de tal saber e de novos métodos experimentais e práticos que se traduziram em uma nova relação com a produção do conhecimento (JAPIASSÚ, 1997, p. 155-157).

O filósofo e historiador Paolo Rossi também foi um dos primeiros a propor uma nova epistemologia para a ciência, alterando assim as formas de percepção sobre seu desenrolar. Para ele, as atividades e incursões que permitiram o desenvolvimento científico não estiveram inseridas na estabilidade de laboratórios ou similares. As universidades, em sua maioria, estiveram voltadas para a tradição medieval baseada em discussões escolásticas. Em geral, o ensino girava em torno de conhecimentos sólidos, de continuidade secular, especialmente nos currículos relacionados com



a astronomia, a matemática e a medicina, tendo em vista que a jornada universitária formava para as carreiras eclesiásticas, da jurisprudência e da medicina.

Foram poucos os cientistas, termo utilizado por Rossi, cuja carreira tenha se desenvolvido e despontado, quando isto foi possível, inteiramente nas universidades. Poucos, igualmente, tiveram suas trajetórias dedicadas com tranquilidade à pesquisa. Se não imersos em cenários coercitivos, como os protagonizados pelos reinos em que existiam tribunais inquisitoriais, muitos deles produziram em ambientes marcados pela guerra, ou pela peste, por exemplo (ROSSI, 2001, p. 17). Tal leitura serve também como chave de interpretação para o contexto ibérico. Os diferentes agentes envolvidos com a expansão produziram em ambientes nem sempre favoráveis e que exigiam respostas e soluções advindas de seus ofícios.

Apesar da importância das figuras ilustres, canonizadas por uma historiografia da ciência até hoje vigente, salienta-se, ainda conforme Rossi, que a ciência do século XVII – argumento que pode ser estendido para segmentos da produção do conhecimento no século XVI, não foi obra apenas de personagens célebres, mas também responsabilidade de “professores de matemática e astronomia nas universidades e fora delas, médicos, agrimensores, navegadores, engenheiros, construtores de instrumentos, viajantes, etc...” (ROSSI, 1995, p. 233).

Dessa forma, de uma historiografia voltada exclusivamente para os avanços teóricos, baseados em equações, teoremas e feitos tidos como revolucionários, de ordem apenas cognitiva, passou-se, especialmente nos últimos quarenta anos, a perspectivas pautadas em um cenário bem mais amplo. A reinvenção da disciplina, segundo Sánchez e Leitão, trouxe em seu bojo o enfoque nas condições que permitiram o desenrolar da ciência. Entraram em cena as instituições, as comunidades, os objetos, os espaços e novos agentes, antes excluídos deste processo (LEITÃO; SÁNCHEZ, 2017, p. 8).

Este texto se alinha a uma significativa historiografia que trabalha com uma perspectiva notadamente mais alargada do desenvolvimento científico. Nas próximas páginas será abordada uma nova relação com o conhecimento que surgiu, gradualmente, em decorrência da empreitada náutica e da formação e manutenção do império espanhol. Não interessam, isoladamente, os artefatos e técnicas originados, mas a análise das posturas e formas de agir que acarretaram em princípios centrais para o desenvolvimento da modernidade científica.

A intersecção entre teoria e prática no contexto da expansão marítima e da institucionalização das práticas náuticas

Embora de formas distintas, o esforço das coroas ibéricas em institucionalizar as atividades relacionadas com a expansão marítima foi intenso. O intento foi marcado, principalmente, pela



criação de instituições, de várias naturezas, as quais primavam, por meio de diferentes ações, por um objetivo maior e comum: o controle e a manutenção das conquistas que vinham sendo empreendidas. Era necessário regulamentar as atividades relacionadas às pretensões imperiais. Esta não foi uma empreitada que se caracterizou enquanto um processo único, de todo consciente e progressivo, mas que apresentou nuances e intensidades diversas. Para além das aulas e disciplinas incorporadas nas universidades e colégios, que nem sempre acompanharam as mudanças no ambiente das navegações e suas modificações, foram se delineando instituições pensadas para a gerência dos assuntos náuticos e de tudo o que deles derivava. Em Portugal, a Casa da Índia, originária da Casa da Guiné e da Casa da Guiné e Mina, foi central durante todo o século XVI. Na Espanha, em 1503, criou-se a *Casa de la Contratación*, e, alguns anos mais tarde, em 1524, em razão da necessidade de conhecer e controlar o que dizia respeito ao Novo Mundo, o *Consejo Real de las Índias*.

Foram as *Ordenanças* de 1503 e firmadas em Alcalá de Henares que regulamentaram a existência da *Casa de la Contratación* em seus primeiros anos. Além de versar sobre sua localização, a provisão régia deliberava sobre suas principais funções. A instituição foi concebida “como um órgão administrativo de controle dependente da Coroa para controlar, inspecionar, intervir, registrar e fiscalizar todas “as coisas tocantes à dita organização”, um misto de aduana e oficina comercial muito marcado por seu caráter mercantil” (SERRERA, 2018, p. 138). Com a crescente complexidade da empreitada náutica, cada vez mais foi necessário organizar as funções já existentes e agregar novas. Assim, durante o século XVI, outras ordenanças foram emitidas a fim de organizar, aperfeiçoar e regulamentar as muitas e distintas tarefas. As primeiras dessas normas, instituídas em 1510, dizem respeito, principalmente, ao reconhecimento do órgão e à ampliação de seus poderes. Esperava-se delimitar e aperfeiçoar cada uma de suas competências, para, além de organizar as atividades náuticas, evitar desavenças com outros órgãos judiciais (SERRERA, 2008, p. 138-153).

Se a primeira função da *Casa* foi “manter a ordem comercial e fomentar a prosperidade econômica da Monarquia Universal, o desenvolvimento científico surgiria mais tarde em função das exigências que demandavam o domínio do Mar Oceano e o controle do Novo Mundo” (SÁNCHEZ, 2010, p. 723). Duas outras *Ordenanças* foram emitidas, em 1531 e 1552. Foram emitidas também uma série de incorporações, alterando ou acrescentando funções e criando novos cargos. As responsabilidades relacionadas à administração e à burocracia comercial e colonial deixaram, principalmente a partir de meados do século, de ser a principal tônica da *Casa*, para, em seu lugar, prevalecerem as preocupações relacionadas com uma extensa diversidade de saberes náuticos. Assim, o centro de ação da *Casa* passou a se concentrar nos assuntos navais, enquanto



que “outros temas do governo colonial se distribuíram entre os distintos conselhos de Espanha” (NIETO OLARTE, 2013, p. 43).

Imperava como método no cenário inicial das Grandes Navegações o saber fazer pautado na prática e na tradição apreendida na vivência e experiência. Já se conheciam os princípios da navegação astronômica, ou de altura. Nas universidades, conforme María M. Portuondo, estes eram bem entendidos, de acordo com as demandas da época, desde o século XIII. Porém, entre os marinheiros experientes encontravam limites de aceitação. Cristovão Colombo, por exemplo, e outros exploradores “fizeram uso de métodos astronômicos rudimentares durante suas viagens, mas também se embasaram em outras técnicas de navegação, como a navegação estimada utilizando o compasso para guiar os seus navios” (PORTUONDO, 2009, p. 49). Segundo a autora:

O período da navegação astronômica teve início com a introdução na metade do século XV de dois instrumentos náuticos para determinar a latitude: a vara de Jacob para medir a elevação da estrela do Norte além do horizonte e do astrolábio para medir altura do Sol ao meio-dia. Ambos os métodos requeriam ajustes numéricos nos valores indicados pela observação dos instrumentos. Estas técnicas para determinar a latitude dos navios desfrutavam de uma coerência teórica que poderia desfrutar de explicações simples. Mas quando estes instrumentos eram utilizados ao mar, as dificuldades em utilizá-los logo apareciam. (PORTUONDO, 2009, p. 49-50).

As atuações de muitos indivíduos, bem como suas produções, representam um momento de transição, ou melhor, de uma preocupação cada vez mais evidente com a sistematização, padronização e divulgação dos saberes relacionados com a expansão. Todavia, tais intentos não ocorreram de forma orquestrada, clara e obedecendo a princípios advindos apenas de uma direção. Prevaleciam suas formações enquanto humanistas, a redescoberta e transformação da cosmografia e, principalmente, a inserção no ambiente de formação e expansão do império ibérico. Esses diversos aspectos orientaram a forma de produzir conhecimento e sistematizá-lo. Em muitos momentos, a prática marítima e as atividades dela decorrentes foram empreendimentos independentes do registro e da teorização.

Entende-se teoria neste cenário não como um conceito único, mas como uma forma específica de adquirir, produzir e transmitir conhecimento. O termo refere-se então à constituição de um saber de ordem intelectual, que circulava predominantemente entre eruditos. Muito embora muitos dos produtores e dos responsáveis pela sua apreensão estivessem também preocupados com seus possíveis fins e com sua possível utilização prática, não produziram a partir da vivência.

A prática, conforme demonstram muitos dos tratados e fontes do período, é uma noção que se relaciona estreitamente com o “ver com os próprios olhos”, com o saber fazer, com a ideia de que era possível ao homem, para além de conhecer a natureza, utilizar-se dela a seu favor. Dessa



forma, constituía-se a partir da experiência, a qual, cada vez mais, passou a adquirir estatuto de verdade e autoridade.

O marinheiro prático, por exemplo, principalmente na primeira metade do século XVI, não se envolvia, na maioria das vezes, com os assuntos de ordem intelectual. Da mesma forma, muitos letrados permaneciam preocupados apenas com o conhecimento em sua esfera teórica, e não em sua aplicabilidade. No entanto, passou a ser cada vez mais comum a existência de sujeitos que se encontravam no meio termo desse cenário, o qual não pode ser tomado de forma estanque e determinista. E esta intersecção entre teoria e prática, que não ocorreu de forma harmônica e simples, foi também resultado dos intentos da *Casa de la Contratación* em aperfeiçoar o conhecimento náutico e transformá-lo em códigos acessíveis às suas prerrogativas.

A publicação da *Arte de Navegar* (1545) de autoria de Pedro de Medina é representativa deste processo. Medina, que detinha autorização real para atuar como cosmógrafo desde 1538, trabalhou intensamente no entorno da *Casa*. Seu manual caracteriza-se como um dos mais importantes e reconhecidos de seu tempo. Ursula Lamb, seguindo a pesquisa de Julio F. Guillén, do Museu Naval de Madrid, que publicou uma lista dos tratados de navegação escritos na Espanha, apontou que a última edição francesa do tratado veio à tona em 1633. A primeira tradução para o idioma foi realizada por Nicolas Nicolai - primeiro cosmógrafo de Henrique II e publicada em 1554. No mesmo ano saiu do prelo a primeira de três edições italianas, editada por Fra Vincenzo Palatino da Corsula e publicada em Veneza. A terceira e última edição na Itália foi publicada em 1609. Existem quatro edições flamengas, sendo a primeira editada por Michel Coignet, quem em 1581 publicou seu próprio livro de navegação, precedido pela *Arte* de Medina. Aos ingleses, a edição inicial foi produzida em 1581. Uma última apareceu em 1595. Em 1552, na Espanha, *Arte de Navegar* foi condensada e publicada com o título de *Regimiento de Navegación*. Em edição de fácil manejo e estilo breve, foram suprimidas as questões teóricas, restando apenas os avisos práticos, destinados aos pilotos e oficiais da navegação. Mais um *Regimiento* saiu em 1563, desta vez com vinte avisos adicionais para os marinheiros (LAMB, 1972, p. 4-6).

A produção das obras em questão, bem como de outras de mesma tônica, deu-se em um momento no qual a Espanha buscava fixar o conhecimento e tornar a prática da navegação um assunto cada vez mais organizado. Os cosmógrafos e oficiais que atuavam na *Casa* possuíam acesso a um fluxo constante de fontes escritas e orais sobre informações geográficas. Estes, na medida do possível, baseavam-se na “taxonomia tradicional da cosmografia Renascentista para organizar uma grande quantidade de informações geográficas, etnográficas, e de dados naturais e históricos”, aos quais tinham acesso utilizando a máquina burocrática imperial (PORTUONDO, 2008, p. 60-61).



Novas *Ordenanças* emitidas em 1552 são exemplos das tentativas de institucionalização que vinham empreendidas. Contabilizando 217 capítulos, almejavam especificar as tarefas técnicas da *Casa* (NIETO OLARTE, 2013, p. 45). Se o ofício do *Piloto Mayor* existia desde 1508 e suas funções já se encontravam bem regulamentadas, a partir deste momento, intentava-se uma aproximação entre os saberes técnicos desempenhados por este e o conhecimento teórico que vinha sendo desenvolvido e proposto pelos cosmógrafos.¹ Elas foram responsáveis pela criação, dentro da *Casa*, de uma cátedra chamada Arte de Navegação e Cosmografia. Emitido em dezembro do já mencionado ano, o documento instruía: “Mandamos que na Casa de Contratação de Sevilha exista uma Cátedra na qual se leia a arte da navegação, e parte da cosmografia, e a ensinem aos que a quiserem aprender, desde que não sejam estrangeiros, senão naturais desta Coroa de Castela, Aragão e Navarra” (BOIX, 1841, p. 301). O documento seguia especificando as leituras e assuntos a serem estudados. Dentre eles estavam a análise de alguns dos livros do *Tratado da Esfera*, de João de Sacobrosco, os regimentos da *Casa* sobre a altura do Sol e dos polos, essenciais para a navegação de altura, também discussões sobre a utilização das cartas náuticas e de como se localizar a partir delas, e sobre o fabrico e utilização de alguns instrumentos, como a agulha de marear, o quadrante e a balhestillha (BOIX, 1841, p. 302).

Como resposta a tais necessidades, e forma de atingir os pilotos, instruindo-os a partir de parâmetros comuns, foi cada vez mais comum a publicação de manuais de navegação. Entre estes estiveram o *Quatri Partitu en Cosmographia pratica y por otro nombre llamado Espejo de Navegantes* (manuscrito 1518 – 1538), de Alonso de Chaves, o *Tratado del Esphera y del arte de marear* (Sevilha – 1535), de Francisco Falero, o *Repertorio de los tiempos* (Sevilha – 1548), de Jerónimo Chaves, o *Breve Compendio de la Sphera y de la arte de navegar* (Sevilha – 1555), de Martín Cortés, o *Itinerario de Navegación de los mares y tierras occidentales* (Sevilha – 1575), de Juan de Escalante de Mendonza, dentre outros (NIETO OLARTE, 2013, p.58-59).

Tais escritos, em maior ou menor grau advogavam pela utilização de métodos comuns e constantemente validados – o cerne da metodologia científica. Se as palavras ciência e produção científica substituíram a filosofia natural no final do século XVIII e especialmente no século seguinte, as bases para a produção de cunho científico começaram a ser lançadas e desenvolvidas

¹ Este foi o primeiro cargo de maior vulto e responsabilidade no que concerne aos assuntos náuticos. O primeiro a assumir o ofício foi Américo Vespucci. Sucederam a ele, e em momentos distintos da organização da instituição e sua produção: Juan Diz de Solis (1512), Francisco de Coto (1515), Sebastián Cabot (1518), Nuno Garcia de Toreno e Giovanni Vespucci (1526), Hernando Colón (1527), Sebastián Cabot (1532), Hernando Blas e Diego Gutiérrez (1548), Hernando Blas (1549), Diego Sánchez Colchero (1550), Alonso de Chaves (1552), Rodrigo Zamorano (1586), Pedro Ambrosio de Ondériz (1595). Os pilotos eram encarregados, em suma, de ensinar e aprovar os pilotos, bem como de inspecionar os mapas e instrumento confeccionados por estes (SANDMAN, 2007, p.1139-1142).



ainda no século XVI. Talvez um novo comportamento em relação à natureza tenha sido o responsável pela ode à experiência que marcou a Revolução Científica Moderna a pelas ações que a caracterizaram. Antes sacralizada e objeto de contemplação, a natureza passou a ser vista como passível de transformação (JAPIASSÚ, 1997 p. 147). A tradição da magia do Renascimento, formadora de muitos aspectos da postura científica, apesar de posteriormente negligenciada, legou aos modernos a noção de que o saber que tem como objeto a natureza era também operação, manipulação, intervenção.

Formou-se então, também de acordo com a herança clássica, a ideia de que conhecer o mundo pressupõe a sua transformação – fato interligado com o mecanicismo e sua proposição, da qual Francis Bacon foi um dos primeiros expoentes, de que as artes mecânicas eram responsáveis por produtos que não diferiam ou eram inferiores aos da natureza. As cosmografias, e principalmente os tratados náuticos, são representativos do processo de conhecer a natureza e de codificá-la em leis e códigos que permitissem utilizá-la a favor dos empreendimentos envolvidos com a manutenção e expansão do império no ultramar. Os Antigos foram especialmente retomados no que tange a crença em uma ordem inerente ao cosmos, ordem esta que poderia ser entendida pelos humanos. Segundo Margarita Bowen, a observação e a experiência formavam um caminho comum nos esforços para estabelecer um método empírico que possibilitasse o entendimento do mundo natural (BOWEN, 1981, p. 23).

Os manuais de navegação demonstram também uma inédita relação com os Clássicos. Estes, parece claro, não deixaram de ser referências e inspirações primordiais, entretanto, passaram a não se constituir mais como a autoridade suprema. De forma mais intensa, postulou-se que os modernos, como apontou José Antonio Maravall (1986, p. 591), “[...] possuíam maior sabedoria do que os antigos, porque, caminhando todos no mesmo sentido, a obra dos que vieram depois acrescenta algo ao nível alcançado pelos seus predecessores”. Além do mais, as perguntas e os propósitos não eram mais os mesmos. Assim, não se tratava apenas de possuir mais ou menos saber, mas de objetivos e pretensões que não poderiam mais ser realizados somente com o guiar dos Antigos.

O já citado Pedro de Medina (1545, p. 331), escreveu que a “[...] arte da navegação era muito importante, porque proporcionava que se navegasse por mares antes nunca navegados e se chegasse a terras incógnitas, permitindo saber quão grande é o mundo, como os antigos nunca viram nem imaginaram, pensando ser essa possibilidade impossível”. A admiração cega à sabedoria dos Antigos poderia tornar-se um perigoso obstáculo, pois impediria a visualização das necessidades do presente e avanços em diversas áreas. Assim, não se tratava de uma simples querela



ou de provar pretensas superioridades, mas da constatação de que o tempo havia colocado novas necessidades e problemas. Dessa forma, não adiantava demonstrar conhecimento das obras clássicas e não conseguir sanar as demandas do presente.

O ideal científico moderno sustentou-se, então, não na crença de um saber totalizante, completo e oculto, mas na convicção, segundo Rossi, de que o conhecimento é algo que cresce mediante um processo para o qual contribuem diferentes gerações, uma após a outra, buscando uma perfeição cada vez maior (ROSSI, 2000, p. 49). Tal noção esteve acompanhada de uma pretensão de universalidade do conhecimento produzido que esteve pautada em diferentes alicerces. O primeiro se relaciona com os propósitos de produção. Grande parte das obras, escritas ou de outras naturezas, pautavam-se na pretensão de contribuição para algo maior, que poderia ser a glória dos reinos de seus autores/executores ou mesmo a consciência de que se estava contribuindo para o avanço do saber. No caso dos ibéricos a universalização dizia tanto respeito às pretensões imperiais de Portugal e Espanha, tanto às suas ânsias de distinguirem-se dos sábios de gabinete que mantinham o conhecimento encastelado em língua latina.

A seguridade do monopólio sobre os oceanos e os territórios fizeram com que muitas produções como o *Padrón Real* e a cartas portulanos fossem mantidas em segredo. Porém, o conteúdo que ensinava aos pilotos e demais oficiais era divulgado de forma que pudesse ser entendido. A pretensão diferia da nutrida pelas cosmografias em geral. Caracterizadas como obras de divulgação e vulgarização tinham o intento de oferecer ao leitor, de acordo com Andréa Doré (2017, p. 3), sem que este saísse do conforto e seguridade de sua casa, o saber cristão sobre o mundo, amparando-se em tópicos que se pautavam tanto no deleite como na utilidade da leitura.

Os manuais de navegação se diferenciam deste padrão. Apesar de estarem assentados na justificativa dos benefícios que trariam para a cristandade, eram bem mais específicos no que tange aos seus objetivos. Se o público das cosmografias era anônimo e letrado, e por isso eram, na maioria das vezes, publicadas em latim, os tratados eram dirigidos aos envolvidos com a expansão e a navegação, e por isso obedeciam a determinados padrões de sistematização, que buscavam atender às demandas da expansão.

Os *Regimientos* de Medina são exemplos deste esforço. Na primeira vez o texto foi publicado acompanhado de questões teóricas relacionadas com a composição do mundo. Nas edições seguintes, porém, constavam apenas, e de forma mais sucinta e simples, avisos destinados aos marinheiros práticos, conforme discutido acima. O propósito servia para facilitar a instrução dos práticos e dos que desejassem aprender sobre o assunto, mas também como uma forma de garantir uma metodologia e uma linguagem própria para o conhecimento produzido.



Conclusões finais

A intersecção entre a teoria e a prática na Espanha da primeira modernidade foi o mote para as discussões empreendidas ao longo do artigo. Tal relacionamento, marcado por tensões e disputas, encontrou lugar no cenário da expansão marítima e nos diversos esforços que vinham sendo empreendidos, notadamente na *Casa de la Contratación*. Intentava-se, a partir de medidas diversas, o aperfeiçoamento e a sistematização de conhecimentos como o náutico, o cosmográfico e o cartográfico.

Os manuais de navegação como publicações de significativa recorrência especialmente a partir do século XVI, são representativos, em decorrência da forma como foram escritos e também em razão de seus objetivos, do desenvolvimento de uma nova relação com o saber. Por isso, muitos de seus autores não podem ser entendidos apenas a partir do binômio teórico de gabinete ou marinheiro prático, por exemplo. Para além dessa caracterização estanque, estes indivíduos situaram-se no meio termo, ou melhor, foram a ponte entre a erudição e a experiência, a teoria e a prática.

O conhecimento que produziram e a forma como escolheram transmiti-lo foi resultado de diversos fatores. Os pressupostos humanistas em voga e as demandas de seus locais de atuação foram centrais. Junto a estes, estiveram a retomada e a contestação dos Antigos, o entendimento da experiência como verdade e autoridade, e a necessidade de consignar e normatizar a prática. A análise da contribuição destes indivíduos torna-se então central para o entendimento do desenvolvimento da ciência na Europa moderna, e das possibilidades de significação desta para além dos pressupostos internalistas e teóricos, os quais, por muito tempo, deram o tom à historiografia preocupada com a ciência.

Referências bibliográficas:

- BASSALA, George. The spread of Western Science. **Science**, Volume 156, 1967.
- BOWEN, Margarita. **Empirism and Geographical thought**. From Francis Bacon to Alexander Humboldt. New York: Cambridge University Press, 1981.
- BOIX, Ignácio (ed.). **Recopilacion de leyes de los Reinos de las Indias**. Mandadas imprimir y publicar por la magestad católica del rey Don Carlos II, nuestro Señor. Va dividida en cuatro tomos, con el índice general, y al principio de cada tomo el especial de los titulos que contiene. Madri, 1841
- CASADO, Carlos. España y la Revolución Científica: estado de la cuestión de uma polémica secular. **Circumscribere**, Volume 13, 2013.
- DORÉ, Andréa. Vendre le monde: les préfaces des cosmographie dans la Renaissance. **Margine bassel**, Número 11, 2017.



- JAPIASSÚ, Hilton. **A Revolução Científica Moderna**. De Galileu a Newton. São Paulo: Letras e Letras, 1997.
- KUHN, Thomas. Tradition mathématique et tradition expérimentale dans le développement de la physique. **Annales**, 30^e année, n.5, 1975.
- LAMB, Ursula. A Cosmographer's world. *In: A Navigator's Universe: The Libro de Cosmographia of 1538*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- LEITÃO, Henrique; SÁNCHEZ, Antonio. La ciência ibérica: aparte o parte de la ciencia moderna? **Revista de Occidente**, Madrid, Fundación José Ortega y Gasset, Número 433, junho/2017.
- MARAVALL, José Antonio. **Antiguos y Modernos**. Madri: Alianza, 1986.
- MEDINA, Pedro de. **Arte de Navegar**. Valladolid: Casa de Francisco Fernandez de Córdoba, 1545.
- MORVILLIERS, Nicolas Masson. España. *In: Encyclopédia metódica dispuesta por orden de materias*. Geografía moderna. Vol. II. Madrid: Imprenta de Sancha, 1792.
- NIETO OLARTE, Mauricio. **Las máquinas del império y el reino de Dios**: reflexiones sobre ciência, tecnologia y religion en el mundo atlântico del siglo XVI. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013.
- PORTUONDO, María M. **Secret Science**: Spanish Cosmography and the New World. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- ROSSI, Paolo. O cientista. *In: VILLARI, Rosário (org.). O homem barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- _____. Sobre as origens da ideia de progresso. *In: Naufrágios sem espectador*. A ideia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- _____. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001.
- SÁNCHEZ, Antonio. La institucionalización de la cosmografía americana: la Casa de la Contratación de Sevilla, El Real y Supremo Consejo de Indias y la Academia de Matemáticas de Felipe II. **Revista de Indias**, Volume: LXX, Número 250, 2010.
- SANDMAN, Alison. Spanish Natural Cartography in the Renaissance. *In: WOODWARD, David. History of Cartography*. Cartography in the European Renaissance. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2007.
- SERRERA, Ramón María. La Casa de Contratación em el Alcázar de Sevilla (1503 – 1717). **Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras**: Minervae Baeticae, Número 36, 2008.



A política de saneamento do município de Passo Fundo de 1934 a 1946 pelas páginas do jornal *O Nacional*

The sanitation policy of the municipality of Passo Fundo from 1934 to 1946 by the pages of the newspaper *O Nacional*

Caroline Lisboa dos Santos de Lima

Mestranda em História

Universidade de Passo Fundo

carolinelisboadelima@gmail.com

Recebido em: 04/05/2018

Aprovado em: 21/05/2018

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar o projeto de saneamento do município de Passo Fundo a partir das notícias extraídas do periódico *O Nacional* no período que vai de 1934 a 1946 procurando identificar e compreender, através dos debates referentes ao desenvolvimento e execução deste projeto, quais eram os interesses e as preocupações com relação aos recursos hídricos naquele período e que acabaram por impactar diretamente o rio Passo Fundo daquele momento até hoje.

Palavras-chave: História ambiental, rio Passo Fundo, saneamento.

Abstract: This article aims to study the sanitation project of the municipality of Passo Fundo from the news extracted from the periodical *O Nacional* in the period from 1934 to 1946 trying to identify and understand, through the debates regarding the development and execution of this project, which were interests and concerns regarding water resources in that period and that eventually impacted directly the Passo Fundo river from that moment until today.

Keywords: Environmental history, Passo Fundoriver, sanitation.

A História Ambiental surgiu a partir da década de 1970 com o objetivo de compreender a relação humana com o ambiente natural. Contudo, antes mesmo do ambiente fundar-se como um novo campo de possibilidades do conhecimento histórico, historiadores ligados à escola dos Annales chamavam atenção em relação à esse tema. Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, entre outros, fizeram do ambiente uma parte importante de seus estudos, destacando sua relevância para a constituição da sociedade (WORSTER, 1991, p. 200). A obra de Lucien Febvre *O Reno: história, mitos e realidades*, de 1931, procurou tratar dos problemas que envolveram o rio Reno ao longo do tempo, problemas históricos relacionados ao presente e também problemas presentes projetados na história. Especificamente sobre a relação entre as sociedades e os rios no Brasil,

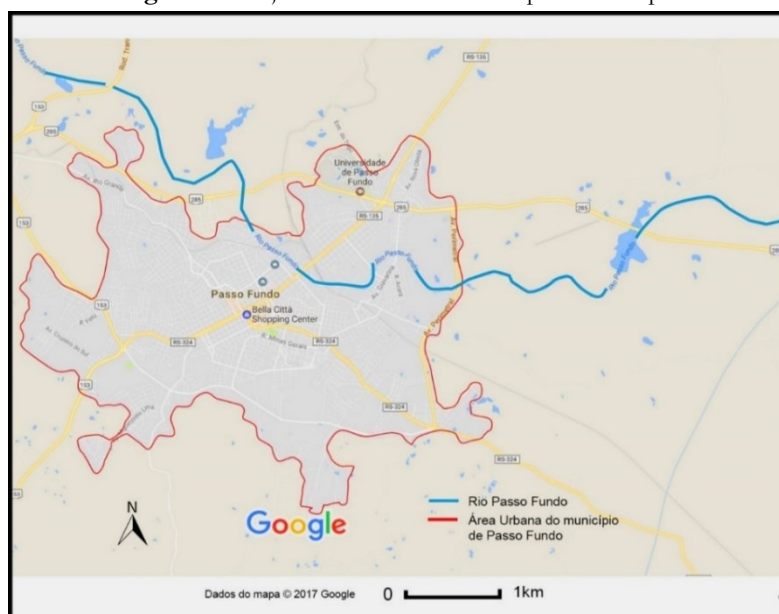


pode-se citar a contribuição do historiador Gilmar Arruda organizador da obra *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Outra contribuição importante veio do historiador Victor Leonardi por meio do livro *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, de 1998, em que ele analisou o processo de arruinamento da cidade de Airão, na Amazônia brasileira partindo do estudo sobre a ocupação do espaço e da exploração dos recursos naturais, principalmente dos rios, enfatizando as mudanças e permanências históricas desse processo. Como se pode perceber a partir das análises estabelecidas por esses autores, a História Ambiental não se detém à análise da trajetória histórica do meio biofísico, seja ele uma floresta, uma bacia hidrográfica ou um rio, mas busca identificar e analisar a complexa interação estabelecida entre o ambiente e os seres humanos, sempre levando em consideração a interferência dos mais diversos agentes nesse contexto. Nas palavras de José Augusto Pádua:

Não se trata [...] de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica. O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, se explica exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos (PÁDUA, 2010, p. 94).

A fim de ampliar as análises históricas referentes ao município de Passo Fundo¹ é que se procurou compreender como, historicamente, sua população se relacionou com o principal rio que corta seu território.

Imagem 1: “Trajeto do rio Passo Fundo pelo município”



Fonte: Google Maps, 2017. Adaptado pela autora.

¹ O município de Passo Fundo está localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.



O rio Passo Fundo integra uma importante bacia hidrográfica² do estado do Rio Grande do Sul. Contudo, apesar de sua relevância, a realidade do rio tornou-se problemática. O crescimento demográfico, a expansão da agricultura e da industrialização, o processo desequilibrado de urbanização, o pouco planejamento feito pelas administrações públicas no decorrer da história, entre outros fatores, fizeram com que o rio Passo Fundo e a qualidade de suas águas fossem piorando a cada ano. Diante dessa realidade torna-se relevante entender os aspectos envolvidos nessa trajetória, aspectos que são ambientais, políticos, econômicos, sociais, culturais, enfim, históricos.

É nesse sentido que se propôs neste artigo compreender, a partir das notícias extraídas do periódico *O Nacional* no período de 1934, marco inicial dos debates sobre o saneamento do município, a 1946, ano de início efetivo das obras de saneamento, como o projeto de saneamento de Passo Fundo impactou o principal rio que corta o município e, ainda, de que forma os debates referentes a esse projeto, bem como, os posicionamentos publicados pelo jornal, demonstraram as opiniões e os interesses envolvidos nesse contexto. O texto está dividido em três partes. A parte inicial analisa o jornal em si, seu posicionamento e contexto. A segunda parte estuda a iniciativa e o planejamento para a execução do projeto de saneamento na cidade de Passo Fundo. A parte final trata da compreensão das discussões publicadas pelo jornal *O Nacional* evidenciando através de seus autores, conteúdo e discursos, a mentalidade e os interesses em torno dos recursos hídricos e da água proveniente do rio Passo Fundo difundidos naquele período.

O lugar de fala: *O Nacional*

No decorrer da pesquisa que trata da História Ambiental do rio Passo Fundo percebeu-se que o saneamento foi um tema muito debatido pela imprensa local desde o início do seu planejamento até a atualidade. Por isso, fez-se necessário entender esse processo afim de identificar e compreender os interesses, o contexto e os impactos, gerados a partir dele sobre o rio Passo Fundo. Como fonte para este artigo foram analisadas 37 publicações, sendo 25 capas e 12 textos internos que trataram do tema. A utilização da imprensa tornou-se importante por considerar que os jornais abrigam informações que não se vinculam apenas aos meios institucionais e administrativos, mas também ao cotidiano e podem oferecer à pesquisa informações esclarecedoras que não seriam encontradas em outra tipologia de fonte. A imprensa, além de outros temas, registra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos, permitindo compreender como viveram nossos

² O rio Passo Fundo pertence a Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo, que engloba um total de 30 municípios, sendo, assim, muito importante para o abastecimento hídrico das populações estabelecidas não só em Passo Fundo mas em toda a região.



antepassados, não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos (CAPELATO, 1988, p. 21).

A escolha do jornal *O Nacional* se deu pelo fato de este ser um periódico local de circulação expressiva durante o período que a pesquisa compreende³. O jornal foi criado em 1925, inicialmente de pequena circulação, tornou-se diário a partir de 1930. Fundado por Herculano Annes, filho de Gervásio Lucas Annes, importante político local (GOULART, 2014, p. 41). É importante salientar que apesar dos vínculos familiares e partidários, o posicionamento oficial defendido pelos donos, editores e redatores do jornal *O Nacional* era o de independente:

O Nacional pertencia ao irmão do intendente da cidade, na época, Armando Araújo Annes, ambos filhos de Gervásio Lucas Annes, o extinto chefe republicano que já estava ausente do cenário político havia mais de 8 anos quando o jornal de Herculano Araújo Annes teve sua primeira edição publicada. Diferentemente dos períodos anteriores e dos hábitos de imprensa do pai, Herculano Annes trouxe em sua proposta de jornal impresso um veículo independente, comercialmente sustentado pelos próprios anúncios e inicialmente voltado para a informação. Nas primeiras edições deste novo jornal já foi possível perceber que também haveria certas afrontas à administração pública, a começar pelos por fazeres da administração que foram frequentemente frisados (GOULART, 2014, p. 118).

No texto *Jornal O Nacional: articulando os interesses do capital na década de 1920* os autores fazem uma importante análise sobre o discurso e a diagramação do jornal:

Se, por um lado, observamos que *O Nacional* buscava se desvincular da política e da religião sob o signo da independência, por outro, lembramos que, revestido por esse discurso, mesmo que não estivesse vinculado ao partidarismo, estaria submetido a um pré-conceito: o da própria liberdade. [...] Essa postura discursiva, assumida pelo corpo editorial, evidenciou-se ao longo das primeiras vinte edições e tornou-se mais contraditória na mesma velocidade em que crescia o número de leitores. Observando tais exemplares, percebemos o desligamento aparente do jornal com as “simpatias” político-partidárias e o estreitamento dos laços com a emergência do capital. [...] Essa ação pode ser percebida por dois aspectos: o primeiro refere-se à presença numerosa de espaços publicitários nas quatro páginas do jornal e o segundo, ao conteúdo apresentado. [...] A forma gráfica que as matérias e os artigos assumiam permite confundi-los com a grande quantidade de anúncios publicitários. (FRIDERICHs et. al., p. 9-10).

Na década de 1940 Herculano Annes passou a propriedade de *O Nacional* para Múcio de Castro (GOULART, 2014, p. 41). Mesmo posicionando-se como independente, fica claro através das escolhas dos editores, as preferências ideológicas que objetivou-se propagar. Percebe-se isso através do grande número de artigos, que em sua maioria eram opinativos, que reclamavam ou compartilhavam com a comunidade as negociações e os investimentos econômicos da cidade. Com

³ Existiam outros pequenos jornais em funcionamento na cidade, porém, o jornal *O Nacional* foi escolhido por sua relevância e por abranger o recorte total adotado neste artigo. A partir de 1935 outro importante jornal *O Diário da Manhã*, inicia sua circulação no município.



base nessas observações, é possível acreditar que, tratando de liberdade e independência, o periódico vincula-se à promoção do capital (FRIDERICH, 2010, p. 36). Fica evidente ao longo das publicações e dos anos, que a neutralidade está apenas no discurso do jornal. Primeiro, porque os seus donos, tanto Herculano Annes quanto Múcio de Castro sempre tiveram ligações familiares, políticas e até mesmo partidárias com diversas personalidades locais, regionais e nacionais, sendo muitas vezes eles próprios candidatos à cargos eletivos. Segundo porque, era prática editorial posicionar-se contra ou a favor, criticar ou elogiar e ainda publicizar um fato ou uma notícia, de acordo com seus interesses e simpatias ideológicas.

No trabalho com essas fontes optou-se metodologicamente pela utilização de elementos da análise de conteúdo, entendida por Laurence Bardin como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”. (BARDIN, 2000, p. 42).

Assim, a análise de conteúdo foi utilizada para identificar a diversidade ou recorrência de cada temática referente ao rio Passo Fundo e no caso específico deste artigo, ao projeto de saneamento, e com isso perceber, através da presença nas pautas de notícias, o que era considerado prioritário e os diversos posicionamentos sobre o assunto. Utilizou-se também elementos da análise de discurso para identificar os interesses dos agentes que se posicionaram contra ou a favor de determinado projeto de saneamento. Como destacou Tânia de Luca:

O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar contadas motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (LUCA, 2008, p. 139-140).

As notícias de destaque, durante o período que compreende as análises deste artigo, são em sua maioria internacionais, de assuntos variados, principalmente políticos. Sobre Passo Fundo, as principais notícias são anúncios de chegada de visitantes, muitos políticos vindos da capital ou de outros estados e os editais da Prefeitura Municipal. Quase não se tinham notícias de conteúdo relevante sobre o município, por isso, constatou-se que o projeto de saneamento teve grande



impacto para o município pois esteve em destaque em consecutivas capas e incorporado ainda em outras partes do jornal, com conteúdo notável e detalhado, durante um longo período, o que até então não era frequente.

O saneamento do município de Passo Fundo a partir de 1934

A preocupação com o saneamento de Passo Fundo, anunciada como serviços de água e esgoto, inicia ainda entre 1917 e 1919. Contudo, é sob o comando do subprefeito Maximiliano de Almeida que o assunto volta a ser debatido, somente em fins de 1934. De acordo com os autores Madalosso e Damian:

A Prefeitura Municipal havia ficado acéfala com a renúncia, em caráter irrevogável, do Prefeito Armando Annes. Assumiu em seu lugar, interinamente, o Sub-Prefeito, Coronel Maximiliano de Almeida. [...] chamou ao seu gabinete o Sr. Antonino Xavier de Oliveira, [...] igualmente preocupado com as questões do município, para que, juntos, fossem a Cruz Alta receberem informações sobre como funcionava o seu saneamento urbano. Incontinenti Antonino informou ao Prefeito que já existia, desde 1917, um projeto que viabilizava o saneamento urbano, elaborado pelo Dr. Saturnino de Britto, chamado na época ‘Príncipe dos Engenheiros’, pela excelência de seus trabalhos. [...] o projeto [...] acabou esquecido pelos seus sucessores. A cidade, evidentemente [...] havia crescido e o projeto teve de ser readequado à nova realidade. (MADALOSSO; DAMIAN 2011, p. 83).

Nesse período outras cidades gaúchas haviam recorrido ao serviços de Saturnino de Brito, engenheiro reconhecido nacionalmente e responsável por projetos sanitaristas em cidades de todo o país, para a elaboração de seus planos de saneamento e de ampliação de suas redes de águas e esgotos, entre elas Santa Maria, Cachoeira, Cruz Alta e Rosário (LOPES, 2013, p. 64). Saturnino entendia que somente através do cuidado com o ambiente e a salubridade das cidades é que se poderia alcançar a higiene desejada naquele período. Defendia que:

[...] Os administradores inteligentes e providentes, como o são os das cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, só para citar as principais, estão prudentemente impondo a seus concidadãos os programas de melhoramentos; mas quem conhece o caráter deste povo, mesmo sem conhecer o estado prevê que amanhã será o próprio povo a exigir que acelerem as obras públicas, que satisfaçam as suas aspirações de ordem e de progresso porque não lhes faltará o justo apoio contemporâneo e o merecido reconhecimento do porvir. A necessidade inadiável do saneamento torna-se patente ao espírito de todos; é desagradabilíssima a impressão que produzem águas servidas correrem pelas sarjetas das ruas. (1908, apud LOPES, 2013, p. 68).

O projeto elaborado por Saturnino de Britto entre os anos de 1917 e 1919 levava em consideração uma Passo Fundo bem diferente da que se apresentava em 1934. Como aquele plano inicial não foi posto em prática, se fez necessário rediscuti-lo e adapta-lo à nova realidade da cidade. Então, como consequência dessa iniciativa, e como o próprio Saturnino havia identificado,



começam a aparecer publicações no jornal *O Nacional* tratando do tema e louvando a atitude do subprefeito Maximiliano de Almeida de colocar em prática o antigo projeto. Segundo o jornal, o subprefeito “esclareceu, que em seu entender, o saneamento de P. Fundo é obra que não pode ser protelada, sob pena de graves consequências, que já se fazem sentir, para a saúde pública” (*O Nacional*, 14 dez. 1934, p. 4).

A partir de então, os debates sobre o saneamento do município crescem, e o jornal torna-se uma importante plataforma para isso, como se vê na Tabela 1. À medida que as administrações públicas decidem como seria o projeto e a execução das obras, as publicações diminuem, transformando-se em notícias de caráter informativo. Tendo em vista que o dono do jornal tinha aspirações políticas e relações partidárias, acredita-se que a produção e divulgação das opiniões e dos diversos conteúdos referentes ao tema se deram como forma de estratégia política afim de garantir interesses e benefícios.

Tabela 1 – Quantidade de publicações sobre o Saneamento no período de 1934 à 1946

Ano	Quantidade
1934	4
1935	10
1936	4
1937	7
1938	2
1939	1
1940	2
1944	4
1945	2
1946	1
Total	37

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das publicações do jornal *O Nacional*.

Baseando-se nas publicações encontradas, constatou-se que o conceito de saneamento pensado e defendido por aqueles sujeitos, naquele momento da história, é diferente do atual. Entendeu-se, por muito tempo o saneamento como o conjunto de medidas que visam a modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde (MENEZES, 1984, p. 26) e, através dos discursos apresentados pelo jornal *O Nacional* percebe-se



que esse é o principal objetivo dos defensores do projeto: prevenir as doenças provenientes da água dos poços que eram utilizados por parte da população do município naquele momento. Nesse sentido, muitas notícias trazem à tona a existência de várias doenças que assolavam os passofundense neste período, como o tifo e a varíola:

O Prof. Roquete Pinto quando, em 1912, passou por Corumbá, no estado do Matto Grosso, escreveu mais ou menos o seguinte: Corumbá afasta as trevas da noite com a luz elétrica e bebe a água suja do rio. Corumbá tem o superfluo e carece de necessario. [...] P. Fundo também, há cerca de vinte anos, ilumina-se a eletricidade e bebe água suja dos poços. (*O Nacional*, 27 nov. 1935, p. 1).

Foi na Europa, no século XVIII, que começou a ser elaborada uma política pública baseada na higiene, o neo-hipocratismos ou higienismo. Passou-se a dar ênfase à ação dos fatores ambientais sobre o organismo humano, desenvolvendo-se a partir de então uma medicina que objetivou compreender e agir a partir das relações entre o homem doente, a natureza e a sociedade (COSTA, 2013, p. 52). De acordo com o geógrafo Wendel Henrique:

O Higienismo é definido como o saneamento e a limpeza das cidades e da natureza, com um grande número de novas técnicas e tecnologias que foram criadas para dar suporte a este novo conceito de natureza limpa e padronizada. O Higienismo é marcado pela eliminação, principalmente, das “águas paradas” – sinônimos de estagnação – e dos brejos (no caso do Brasil, os mangues). Todo um aparato técnico surge com esta finalidade. Entretanto seu uso é determinado pelo poder econômico e, consequentemente, político, pois somente a nobreza e a burguesia têm acesso a estas técnicas. As classes mais pobres continuam vivendo em meio a uma Natureza hostil e insalubre. (HENRIQUE, 2009, p. 67).

No Brasil as ideias higienistas começaram a ser debatidas a partir do século XIX, sendo colocadas em prática a partir da primeira década do século XX. A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira no país a ser atingida pelo higienismo, a partir deste momento iniciam-se projetos e obras para tornar a cidade mais limpa e saudável. Entre estes destacam-se a obrigatoriedade da vacinação, a instalação da rede de esgotos, a destruição de cortiços e a retirada das moradias das pessoas pobres do centro por serem consideradas focos de disseminação de doenças, além de várias outras implementações geradas pelos ideais de modernidade e higienismo que mudaram a estrutura da cidade, atingindo diretamente a vida dos moradores. Tais ações marcaram o início da gestão pública no espaço urbano, contudo, pautada na diferenciação social e fundamentada no saber higiênico (SÁ, 2009, p. 121). Em face a essa realidade, no município de Passo Fundo, as ideias higienistas começam a ser defendidas e difundidas a partir da terceira década do século XX, exatamente com o projeto de saneamento da cidade.

A partir do momento em que noticiou-se que a administração pública estava estudando colocar em prática o projeto de saneamento para a cidade, iniciou-se através das páginas do jornal um debate se o município teria



ou não condições financeiras de viabilizar as obras da Hidráulica municipal⁴ e dos esgotos. Em diversas oportunidades o jornal traz o discurso de pessoas que se colocam a favor das obras, mas que afirmam que em um primeiro momento as obras da hidráulica (abastecimento de água) devem ser privilegiadas em detrimento do serviço de esgoto, no caso de falta de condições financeiras para a execução dos dois projetos. O jornal também traz publicações contrárias ao projeto, identifica-se isso como uma tentativa de reafirmar-se como independente e imparcial. Martins e de Luca compreenderam que:

Esse cuidado excessivo em eximir-se de parcialidades ou partidarismos só pode ser compreendido em função do momento político. Após 1935, a censura e o aparato de controle dos meios de comunicação tornaram-se mais rigorosos; a instauração da Lei de Segurança Nacional impôs o cerceamento à expressão do pensamento e as perseguições políticas se tornaram rotina. Em 1937 um novo golpe de Estado punha fim ao sistema parlamentar, instaurando-se a ditadura do Estado Novo e abrindo uma era de estrito controle sobre os meios de comunicação. (LUCA e MARTINS, 2008, p. 128).

Entretanto, apesar de apresentar publicações que defendiam as duas posições, fica claro que a postura do jornal, apresentada em muitos editoriais de capa, é de incentivando a execução do projeto. Passa-se agora à análise do conteúdo das publicações e dos discursos contidos nelas.

A prioridade no projeto de saneamento

Como já exposto anteriormente, constatou-se a partir das fontes de pesquisa, que a concepção atual de saneamento é diferente da concepção do período estudado. A maior preocupação demonstrada através do jornal é sanar a deficiência do abastecimento de água e garantir uma água de melhor qualidade, preservando a higiene e a saúde da população, já que os poços semi-surgentes⁵ não proporcionavam tais condições. O tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos é deixado claramente em segundo plano, podendo perceber isso quando se divide a recorrência de cada assunto nas publicações, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2 – Quantidade de publicações por assunto no período de 1934 à 1946

Assunto	Quantidade
Saneamento	22
Abastecimento de água	15
Total	37

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das publicações do jornal *O Nacional*.

⁴ Hidráulica Municipal era como chamava-se o sistema de captação e distribuição (abastecimento) de água do município.

⁵ Denominação dada aos poços semi-artesianos (que necessitam de bombeamento da água para a superfície) espalhados pela cidade e que faziam o abastecimento de água à população.



As publicações referentes ao Saneamento abordam os dois temas, abastecimento de água e esgoto, porém, das 22 ocorrências, 3 defendem que o esgoto não era uma prioridade no projeto de saneamento, reconhecendo que este poderia ser adiado, ou executado opcionalmente. Do total das 37 matérias, 15 tratam somente do abastecimento de água à população da cidade, demonstrando que o entendimento de saneamento nesse período dava um enfoque muito maior apenas a esse ponto. Por fim, identificou-se que nenhuma publicação trata somente do esgoto. Com isso, percebe-se que a importância maior é dada a qualidade da água que a população bebe e não ao destino de seus dejetos, que nesse caso é o rio. O que conclui-se com isso é que, nesse momento, poucos tem a real noção do ciclo da água, não entendendo a relevância de uma rede de esgotos para a salubridade e qualidade das águas.

De acordo com informações disponibilizadas pela Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), em 1936 a Comissão de Saneamento foi transformada em Diretoria de Saneamento e Urbanismo da Secretaria das Obras Públicas. As prefeituras puderam, através de convênios, conceder ao órgão estadual a responsabilidade direta pela ampliação dos sistemas de água e esgoto existentes ou a implantação do serviço. A partir deste momento teve início o planejamento do saneamento em nível estadual. Cada município determinava o que seria prioridade, resolvendo, desta forma, muitos problemas críticos de falta de água. “Nessa época, municípios que haviam contraído empréstimos para a implantação dos seus sistemas de água e esgotos, repassaram a atribuição ao governo do Estado, que absorveu também o ônus dos financiamentos” (CORSAN, [201-?]).

Durante o processo de decisões sobre o projeto, muitas vozes recorreram ao jornal para expressar suas posições e opiniões. Dentre essas, muitas eram vozes autorizadas, que representavam segmentos de relevância intelectual, político ou social, conferindo ao texto credibilidade e veracidade pelo simples fato de serem representantes de determinado segmento. Para melhor compreender a força das vozes autorizadas, recorremos a Pierre Bourdieu, que define o processo de “nominação” como uma “identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente”. O nome próprio é, portanto, atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais. É a forma por excelência da imposição e manifestação de um *curriculum vitae*, ficha judicial, necrologia ou biografia, etc., marcas que constituem um sentido de identidade (BOURDIEU, 1996, p. 186-187).



Tabela 3 – Perfil dos autores das publicações sobre o saneamento

Perfil	Quantidade
Editoriais	22
Políticos	5
Intelectuais	7
Comunidade	3
Total	37

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das publicações do jornal *O Nacional*.

Essas vozes autorizadas defendiam ideias baseadas em seus posicionamentos políticos, sociais e profissionais. Entre eles está Heitor Pinto Silveira, que apresenta em 1937 um estudo comparando dois sistemas de captação de água: “captação de água da superfície e captação de poços semi-surgentes”. Compara-se as despesas necessárias para a execução dos sistemas e o que chama atenção é a defesa da qualidade da água do município “água quimicamente limpa e bacteriologicamente pura a própria natureza se encarrega disso aqui” (*O Nacional*, 15 fev. 1937, p. 4). Nesse período quem estava sob a direção da prefeitura era Nelson Ehlers que havia defendido anteriormente nas páginas do jornal a execução das obras de abastecimento de água, contudo:

[...] o custo financeiro da obra assustava o novo Prefeito Nelson Ehlers. E novamente surgiram as contrariedades. Ao longo de sua história, Passo Fundo conviveu com brigas políticas e interesses partidários e até mesmo pessoais. De um lado o historiador e Membro da Academia Passo-fundense de Letras, Heitor Pires da Silveira, lançava artigos nos jornais, favoráveis a obra de saneamento urbano, com sugestões de onde se levantariam os valores para tal. [...] Por outro lado, o poeta e confrade Gomercindo dos Reis, era veementemente contrário, pois alegava que esses custos seriam repassados aos contribuintes, com o aumento do imposto predial. Invocava a atenção do Sr. Arthur Lângaro, Presidente da Associação Comercial. Silveira rebatia afirmando que Gomercindo era contrário, pois era proprietário do Escritório de Corretagem Birô Reis, e por isso tinha interesses pessoais (MADALOSSO; DAMIAN, 2011, p. 84-85).

Gomercindo dos Reis, em repetidos artigos, apresentou números se mostrando completamente contra as obras da hidráulica por serem segundo ele muito acima das possibilidades financeiras do município e defendendo que em Passo Fundo “Não estamos a morrer de sede, como os nossos patrícios, do norte do Brasil! Chove aqui constantemente! Os rios estão transbordando dagual” (*O Nacional*, 25 fev. 1937, p. 3). Antônio de Siqueira, engenheiro chefe da Diretoria de Urbanização e Saneamento, escreve um artigo com cálculos do custo benefício da captação de água por poços ou pelo “arroio Passo Fundo”. Segundo ele a captação pelo arroio seria a melhor opção (*O Nacional*, 19 jun. 1937, p. 21). Em outro artigo, Heitor Pinto Silveira pontua que a solução seria a captação mista: “o meio mais lucrativo agora seria a captação no rio Passo Fundo (o orçamento,



rs.... 1.935:000\$000, já foi aprovado em Porto Alegre) e poços semi-surgentes [...] para as sédes dos outros distritos” (*O Nacional*, 18 fev. 1938, p. 4). No ano de 1944 em visita ao município, Homero de Oliveira, Secretário interino de Obras Públicas do Estado, juntamente com o prefeito do período Arthur Ferreira Filho, percorrem as partes da cidade que iriam ser “atingidas, de início, pelo saneamento e visitaram o local escolhido para a captação d’água no Rio Passo Fundo e bem assim escolheram os locais apropriados para os depósitos d’água e a descarga de esgotos” (*O Nacional*, 1 dez. 1944).

É apenas em 1945, mais de 10 anos depois dos intensos debates ocorridos através das páginas do jornal, que autoriza-se a abertura de concorrência para as obras de águas e esgotos do município e, um ano depois em 1946, as obras finalmente se iniciam.

Considerações Finais

Baseando-se no entendimento do lento processo histórico que envolveu o desenvolvimento e a execução do projeto de saneamento para o município de Passo Fundo através das páginas de *O Nacional*, percebeu-se que tal obra, devido a sua considerada relevância, foi amplamente debatida por indivíduos de muitos setores do município, não apenas gestores públicos, mas também engenheiros, intelectuais e operários. Pôde-se constatar que não se tinha uma mentalidade voltada à conservação ambiental dos recursos hídricos do município e especificamente do rio Passo Fundo, pois, em nenhum momento essa preocupação foi pontuada. A real preocupação deste período era com o aproveitamento das águas provenientes do rio para o abastecimento da população. Compreendeu-se com isso que apesar da concepção de saneamento deste período estar relacionada diretamente à saúde pública e as questões de higiene, não se tinha o entendimento de que o tratamento de esgoto e sua correta destinação eram um fator relevante nesse processo.

Os debates, planejamentos e a execução do projeto de saneamento do município de Passo Fundo iniciaram ainda nas primeiras décadas do século XX, contudo, até hoje não foi efetivado em sua totalidade. No ano de 2018, mais de 70 anos depois do início das obras, apenas 25% do esgoto produzido pela população do município é devidamente tratado, fazendo com que o meio ambiente, os rios da região e especificamente o rio Passo Fundo sejam diretamente impactados. À História cabe compreender as mudanças na trajetória do rio, identificando e analisando a responsabilidade humana nesse processo.



Fontes:

Jornal O *NACIONAL*. Passo Fundo: Diário Independente. 1934-1946.

Referências Bibliográficas:

ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: UFPR, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CORSAN. **História**. Disponível em: <http://www.corsan.com.br/historia>. Acesso em: 6 jan. 2018.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O discurso higienista definindo da cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.

FEBVRE, Lucien. **O Reno, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRIDERICH, Bibiana. P. et al. Jornal O Nacional: articulando os interesses do capital na década de 1920. In: **IV Encontro Nacional de História da Mídia, 2006, São Luiz do Maranhão**. Trabalhos apresentados no 4º Encontro Nacional de História da Mídia. Florianópolis: Rede Alfredo de Carvalho - UFSC, 2006.

GOULART, Gabriela Tosta. **“Independente, não neutro”**. Poder e imprensa no norte do RS (1916-1930). 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

LOPES, André Luís Borges. **“Sanear, prever e embelezar”**: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitarista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). 2013. Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2013.

LUCA, Tânia Regina; MARTINS, A. L. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MADALOSSO, Carlos Antonio; DAMIAN, Marco Antonio. **Fatos relevantes da história da Medicina em Passo Fundo**. Passo Fundo: Passografic, 2012.

MENEZES, L. C. C. Considerações sobre saneamento básico, saúde pública e qualidade de vida. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, jan./mar., p. 55-61, 1984.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados** (São Paulo), v. 24, n. 68, 2010.



SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica:** A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854 - 1912). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.



A institucionalização da medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica

The institutionalization of Medicine in Imperial Brazil: a
historiographic discussion

Douglas de Araújo Ramos Braga

Mestre em História das Ciências

Fundação Oswaldo Cruz

doubragacmb@gmail.com

Recebido em: 22/04/2018

Aprovado em: 21/05/2018

Resumo: O processo de institucionalização da Medicina no Brasil ao longo do século XIX tem suscitado intensos debates na historiografia há algumas décadas. No presente artigo buscaremos analisar as diferentes tendências que têm predominado nestes estudos, desde perspectivas clássicas até abordagens mais recentes, e como os pesquisadores vêm enfatizando espaços, atores e práticas relativas ao período de consolidação da Medicina no Brasil. Não temos pretensão de esgotar o assunto, e sim de traçar linhas gerais a respeito dos estudos deste tema, a partir de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, dando especial atenção ao conceito de *medicalização* da sociedade, ainda bastante influente nos estudos da área. Veremos que as tendências mais recentes buscam tanto se afastar de uma concepção que apontava a Medicina oitocentista como pré-científica, tanto de outra que via os médicos formando um bloco altamente homogêneo, e vem destacando a complexidade e heterogeneidade deste campo no século XIX.

Palavras-Chave: Medicina, Brasil, Século XIX

Abstract: The process of institutionalization of Medicine in Brazil throughout the nineteenth century has aroused intense debates in historiography for some decades. In this article, we will analyze the different trends that have predominated in these studies, from classic perspectives to more recent approaches, and how researchers have been emphasizing spaces, actors and practices related to the period of consolidation of Medicine in Brazil. We do not pretend to exhaust the subject, but to outline the studies on this topic, based on a qualitative bibliographical review, paying special attention to the concept of medicalization of society, still very influential in the studies of the area. We will see that the most recent tendencies seek so far to move away from a conception that pointed to nineteenth-century medicine as pre-scientific, from another that saw doctors forming a highly homogeneous block, and has highlighted the complexity and heterogeneity of this field in the nineteenth century.

Keywords: Medicine, Brazil, XIX century.



Introdução

O presente artigo¹ tem como objetivo discutir o processo de institucionalização da Medicina no Brasil, levando em consideração os espaços, os atores e as formas de praticá-la. Não pretendemos tecer uma análise exaustiva da bibliografia acerca da Medicina no período imperial, mas sim indicar as principais discussões em torno deste tema na historiografia de uma forma geral. Daremos especial atenção às discussões em torno das ideias de medicalização e higienização da sociedade, enfatizando como tendências historiográficas mais recentes têm analisado estes processos.

Em balanço historiográfico sobre a Medicina no Brasil, Flávio Edler (1998) aponta a existência de quatro tendências. Primeiramente os estudos pioneiros sobre a medicina oitocentista, que foram quase exclusivamente escritos por médicos, com um tom teleológico e articulando fatos, personagens precursores e instituições do passado de forma a estabelecer um contraste com as práticas médicas contemporâneas. Já os estudos clássicos (como os de Lycurgo Santos Filho) teriam em comum a periodização, estabelecendo dicotomias entre períodos pré-científicos e científicos, muitas vezes se servindo dos mesmos marcos cronológicos estabelecidos nos estudos pioneiros. A primeira grande inflexão nas discussões viria com os livros de inspiração foucaultiana, *Danação da Norma* (1978, organizado por Roberto Machado) e *Ordem Médica e Norma Familiar* (1979, de Jurandir Costa), que também discutiremos a seguir. Estes trabalhos, além da problemática comum de relacionar a produção do conhecimento médico com a construção do Estado brasileiro, também se propunham a uma crítica do presente a partir de análises históricas de formas de poder que se antepunham à emergência da cidadania democrática, adotando categorias conceituais foucaultianas sem levar em consideração particularidades brasileiras. E em relação aos estudos mais recentes, estes têm recebido a influência dos estudos sociais da ciência, que se opõem à ideia da atividade científica como um sistema autônomo com uma lógica particular e interna de desenvolvimento.

De uma forma geral o processo de institucionalização da medicina no Brasil, com a consolidação de um corpo médico nacional e em combate a práticas populares de cura (dos acusados de “charlatães”) começou com a fundação das academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro (1813) e da Bahia (1815), da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e da transformação das academias em Faculdades de Medicina (1832). No caso da Sociedade, fundada por um pequeno grupo de médicos que exerciam suas atividades na Santa Casa da Misericórdia, ela foi criada segundo as concepções políticas e teóricas do movimento higienista europeu, o que

¹ Este artigo é adaptado de um capítulo da dissertação de Mestrado “Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, em 2014.



implicou na adesão ao neo-hipocratismo - concepção ambientalista da medicina baseada nas relações entre sociedade, doença e natureza. Representava, também, a conversão da saúde em tema de interesse público. Entretanto, mesmo sendo uma sociedade reconhecida pelo Estado, não recebia sustento do governo para sua manutenção e só conseguiu sobreviver com a sua conversão em instância estatal a partir de 1835, se transformando em Academia Imperial de Medicina. (FERREIRA; MAIO; AZEVEDO, nov. 1997 – fev. 1998, p. 478-479).

A Academia, por sua vez, buscou atualizar a pauta higienista e anatomoclínica² europeia para o Brasil apresentando perspectivas originais. Os acadêmicos enfatizavam o calor e a umidade como fatores de causa das patologias nacionais, entretanto tais fatores seriam ligados aos hábitos higiênicos ou não da população. Uma postura saudável, consequentemente, atenuaria os efeitos das causas climáticas, inclusive os miasmas. A partir da década de 1870, ocorreu uma inflexão nos programas de pesquisa médica das instituições e expostos nos periódicos, com o impacto das pesquisas experimentais. A emergência da Medicina Experimental e novas especialidades clínicas tornaram imperativa uma reforma curricular das faculdades de Medicina e o surgimento de novos profissionais especialistas. (EDLER, 2001, p. 211-215).

Na faculdade do Rio de Janeiro, desde 1832, o ensino de higiene compunha o 6º ano do currículo dos futuros médicos e as leituras feitas no curso eram predominantemente de manuais e compêndios franceses. O ensino prático, entretanto, era incipiente nesta faculdade principalmente em disciplinas como anatomia e fisiologia. Em 1879, no âmbito das reformas promulgadas por Leôncio de Carvalho, o número de disciplinas e laboratórios foi elevado, a prática de cursos livres sobre diversos ramos da medicina foi admitida, assim como se tornou possível a diplomação de mulheres. Estas reformas, que acompanhavam o desenvolvimento do experimentalismo na medicina europeia, foram responsáveis pela introdução da liberdade de ensino e do ensino prático das disciplinas médicas. As lideranças médicas, a partir da década de 1870, passaram a tentar convencer a opinião geral, principalmente dos dirigentes políticos, sobre a necessidade de formação de especialistas e do estudo de grupos restritos de fenômenos. Além disso, as faculdades de medicina passam a ser vistas como local privilegiado de constituição de um saber científico, e não apenas as sociedades. (FERREIRA; FONSECA; EDLER, 2001, p. 67-75).

A partir deste cenário, diversos autores buscaram compreender as nuances deste processo de institucionalização, ora enfatizando a não-cientificidade da produção de conhecimento médico

²A anatomoclínica associava o quadro sintomático à lesão orgânica, considerava a doença como uma alteração da 'forma orgânica' e enfatizava a pesquisa dos signos físicos capazes de revelar a existência e a índole da lesão fundamental. (FERREIRA; FONSECA; EDLER, 2001, p. 70).



no Império; ora abordando a relação entre Medicina, Estado e poder; ou então, de forma mais recente, trazendo a complexidade e heterogeneidade do campo de ação dos médicos nos oitocentos. Analisaremos, agora, estas diferentes abordagens, refletindo em linhas gerais como a historiografia vem pensando a Medicina brasileira no século XIX.

A historiografia e a institucionalização da Medicina no Brasil Imperial

Em relação às análises historiográficas acerca deste processo de institucionalização, ainda hoje são constantes as referências aos estudos de Lycurgo Santos Filho (1985). Ao considerar a Medicina no Império como pré-científica (ou seja, ainda não era ciência de fato), o autor louva grandes clínicos pela adesão a valores científicos em condições inóspitas. É uma posição semelhante à adotada por Fernando de Azevedo (1994)³ que não considerava o ambiente cultural dos oitocentos favorável à prática científica. Dentre os valores apontados por Santos Filho, o principal era a experimentação, a qual teria sido praticada quase exclusivamente por médicos da Escola Tropicalista Baiana⁴ em suas pesquisas sobre as doenças tropicais, vistos como antecessores da geração de Oswaldo Cruz. Ao longo de todo o século XIX, prevaleceria a falta de laboratórios e, apesar da criação das Faculdades e Sociedades de Medicina, era intensa a atividade de « charlatães », os quais para o autor teriam grande prestígio devido à « ignorância » e « credence » do povo e à impotência da Medicina. O atraso brasileiro estaria refletido nas teses das Faculdades de Medicina, que seriam somente cópias de compêndios franceses e voltadas para uma orientação teórica, refletindo a penúria em laboratórios e a falta de recursos para a pesquisa e a

³ A partir de uma visão essencialista da ciência, considerando que existe algo como o “espírito científico”, uma atitude surgida com os tempos modernos, Azevedo (1994) analisa Portugal para explicar o atraso brasileiro, considerando que no país ibérico (assim como na Espanha) permaneceu predominante uma mentalidade tradicional e refratária aos progressos no âmbito da ciência. Desta forma, a « culpa » pelo atraso no Brasil não recai sobre algo inerente aos próprios brasileiros, mas como resultado de um desenvolvimento histórico específico. Como em Portugal prevalecia a cultura da Idade Média, com o apego a discussões teóricas e a submissão às autoridades, inclusive religiosas, o Brasil teria, assim, herdado o desinteresse pelo espírito crítico e pelas atividades de pesquisa e experimentais. Esta situação teria continuado por todo o Império, com mudanças efetivas só acontecendo nas primeiras décadas do século XX, período de avanço da industrialização e da modernização, que favoreceriam a expansão das atividades científicas. Nesta perspectiva, houve somente medidas fragmentárias voltadas para a ciência no século XIX, como os trabalhos das comissões geográficas e geológicas e as contribuições científicas de estrangeiros que percorreram o país. A própria ação de D. Pedro II, embora se destaque que ele foi incentivador da criação de diversas instituições, é ressaltada como a de um mecenas, e não como a de um chefe de estado preocupado com o desenvolvimento das atividades científicas no Império.

⁴ Embora autores como Edler (2011, p. 23) procurem revisar a existência de uma “Escola Tropicalista Baiana”, argumentando que as pesquisas de médicos baianos mantinham uma perspectiva que associava o clima brasileiro e particularidades nacionais a doenças, ainda é influente a corrente historiográfica que defende sua importância para a medicina imperial. Segundo Pedro Barros (1997-1998: 429), em chave interpretativa semelhante àquela adotada por Santos Filho, o grupo de médicos na Bahia voltados para a pesquisa de doenças tropicais foi uma exceção em meio a um contexto de contínua resistência contra a pesquisa científica. Este grupo teria conseguido se afirmar em meio a um ambiente hostil para a ciência, sendo inovadores em termos de pesquisa experimental. Além disso, o autor louva esses médicos, considerando-os sensíveis à realidade do seu tempo (ao contrário da ampla maioria) por estudarem doenças típicas da população pobre segundo normas científicas. Entretanto, tal experiência teria sido efêmera, pela ausência no país de elementos necessários à “ação hegemônica do novo espírito científico”, algo que só aconteceria com a vinda da medicina pasteuriana na geração de Oswaldo Cruz. (BARROS, 1997-1998, p. 430).



experimentação. Na perspectiva do autor:

A Medicina continuou, por quase todo o século XIX, vinculada aos princípios e aos fundamentos da ciência europeia, com as distorções e as deformações impressas pelo meio ambiente ainda de todo infenso ou impróprio à pesquisa, à experimentação. Permaneceu como viera nos séculos anteriores. Casuística, livresca, teórica. (...) Mas, em compensação, professores houve que, dentro das limitações existentes, muito deram de si próprios, conseguindo atenuar as falhas da orientação geral, teórica, adestrando para a prática médica com proficiência. (SANTOS FILHO, 1985, p. 467-472).

Mesmo em estudos que se desenvolveram a partir dos anos 1970, em sintonia com os estudos sociais da ciência⁵ e as pesquisas de centro e periferia (articuladas com as teorias do desenvolvimento), prevalecia a imagem de uma Medicina não-científica no século XIX. Um estudo importante neste sentido é o de Nancy Stepan (1976), no qual a autora procura analisar como a ciência se estabeleceu em um país em desenvolvimento e da periferia como o Brasil. Desta forma, a autora aborda quais foram os obstáculos para o desenvolvimento científico e como em uma sociedade alheia aos valores da ciência moderna foi criada e sobreviveu uma instituição como o Instituto Oswaldo Cruz. Até o século XIX, portanto, a atividade científica no Brasil teria sido apenas esporádica, com a criação do Instituto no início do século XX sendo um marco por produzir conhecimento científico de forma constante, reunir e treinar cientistas e o primeiro que deu para o país reputação científica a nível internacional (STEPAN, 1976, p. 19).

Ainda em fins dos anos 1970, foram publicados livros de inspiração foucaultiana⁶ que ainda exercem considerável influência, de caráter denunciativo e apontando a cientificidade da Medicina oitocentista. Em *Danação da Norma* (1978) Roberto Machado adota a perspectiva de uma Medicina oitocentista altamente homogênea, com os médicos conscientes de todos os processos políticos e históricos, sendo atores capazes de perceber as consequências das ações além de todos os outros. A Medicina aparece tendo um projeto próprio e agindo em articulação com um Estado que buscava

⁵ Data desta época, por exemplo, o desenvolvimento do Programa Forte da Sociologia do Conhecimento por autores como David Bloor (2003), abrindo a possibilidades de análises sociológicas do próprio conteúdo do conhecimento científico. Dentre os princípios da proposta metodológica do Programa Forte, tornou-se influente a ideia de simetria, ou seja, de que determinações e a dinâmica social podem explicar igualmente o verdadeiro e o erro em história das ciências. É uma contraposição, assim, à perspectiva de que o “verdadeiro” deveria ser analisado por uma perspectiva internalista da ciência, a partir de sua racionalidade e lógica internas.

⁶ Como ressalta Marcos César Alvarez (2004, p. 172), a vulgarização das ideias de Foucault por seguidores e críticos acabou restringindo a análise do poder disciplinar a um caráter funcionalista. Na segunda metade da trajetória de Foucault, com livros como *Vigiar e Punir*, o autor se voltou para estudos de “genealogia do poder” e tecnologias de poder que não se reduzem às formas instrumentais e funcionais de controle social, mas que estão articuladas a outras práticas sociais. Muito mais do que um poder centrado no Estado, Foucault desenvolveu novas noções, como de biopoder, um poder que se exerce sobre a vida, em contextos sempre cambiantes, imanente a diversas outras relações (econômicas, sexuais). Desta forma, as relações de poder nesta fase da obra de Foucault não são restritas a uma dicotomia entre dominadores e dominados, sendo muito mais heterogêneas. Portanto, a noção de poder em Foucault não pode ser reduzida a uma visão unidimensionalmente repressiva, e nem a um simples diagnóstico da intensificação do controle social.



se impor sobre as populações, considerando o saber médico como um instrumento para alcançar este objetivo.

Para Machado (1978, p. 155) o século XIX inaugurou a penetração da medicina na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de reflexão e prática médica, e a colocação da medicina como apoio científico ao exercício de poder do Estado. A medicina social que então emergiu penetraria em tudo, inclusive no aparelho do Estado, formulando uma nova política científica. Sem problematizar o contexto histórico brasileiro, de um Estado escravocrata e aristocrático, o autor aponta que a produção de um novo indivíduo e população necessários à existência da sociedade capitalista estaria ligada ao novo tipo de medicina que relacionava saúde e sociedade. Ao processo de intervenção da medicina na sociedade que se estenderia até os dias atuais, ficando claro o tom de denúncia do trabalho, o autor considera a “medicalização”, argumentando que

O que se tem chamado de medicalização da sociedade – processo que na atualidade cada vez mais se intensifica – é o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não ter mais fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano (...) exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado; é a certeza de que a medicina não pode desempenhar esta função política sem instituir a figura normalizada do médico, através sobretudo da criação de faculdades, e produzir a personagem desviante do charlatão para a qual exigirá a repressão do Estado. (MACHADO, 1978, p. 156).

Nesta perspectiva, até mesmo a composição da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829, faria parte de uma “ofensiva” dos médicos brasileiros para implantar a medicina social. Na visão de Machado (1978, p. 194) os médicos, extremamente coesos e sem quaisquer discordâncias entre si, teriam um projeto no qual as demais áreas (educação, política, moral, direito) estariam condicionadas a seu saber. Neste projeto de poder, que o autor analisa basicamente a partir de algumas teses e discursos, a associação ao Estado seria fundamental, na medida em que o apoio do saber médico teria se tornado indispensável para este, sendo o fundamento racional de uma boa política de governo. A intervenção da medicina, nunca claramente demonstrada no livro, se daria em todos os âmbitos da vida urbana, já que a cidade reuniria em sua desordem as causas de doenças da população. E além do espaço urbano em si, as próprias instituições se tornariam focos de desordem e doença, assumindo as mesmas características da cidade onde se situam, com alto grau de periculosidade para todo o urbano. Neste sentido, para o



autor, as instituições (cemitérios, escolas, quartéis, fábricas, hospitais) também precisaram ser medicalizadas.

Já em *Ordem Médica e Norma Familiar*, Jurandir Freire Costa, além de Foucault, dialoga com a obra de Jacques Donzelot (1986). O autor se apropria das análises de Donzelot sobre a relação entre a família e o Estado moderno, em que este teria a necessidade de um controle demográfico e político da população tendo em vista o desenvolvimento industrial, controle este que poderia ser exercido através das famílias. Para o sociólogo francês, as intervenções normativas se deram de duas formas, uma em torno da medicina doméstica, reorganizando as famílias burguesas em torno da educação e conservação das crianças, e uma segunda em torno das famílias pobres, destinadas à moralização e higiene da coletividade, nos quais a filantropia teve papel fundamental. Já segundo Costa (1981, p. 52), a higiene da elite familiar brasileira seguiu de perto o rumo apontado por Donzelot, integrando a uma série de medidas normalizadoras que buscavam organizar a sociedade independente. Além disso, o autor retoma algumas análises de Gilberto Freyre para se debruçar sobre as mudanças na vida doméstica entre o período colonial e o século XIX.

Jurandir Costa (1981), assim, defendeu que, ao longo do século XIX, a Higiene (entendida enquanto uma área da medicina), teria incorporado a cidade e a população ao saber médico, buscando harmonizar interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária. Os higienistas atuaram sobre as famílias, construindo a ideia de que sua saúde e prosperidade dependeriam da sujeição ao Estado, o qual se valeria de ações médicas para se fortalecer politicamente, e agiram legitimando a nova ordem burguesa que então se consolidava no Brasil. A partir dos altos índices de mortalidade infantil e péssimas condições de saúde dos adultos, a medicina social representada pela higiene teria imposto à família uma nova educação física, moral, intelectual e sexual, educação esta dirigida sobretudo às crianças, para transformar os costumes familiares. A higiene teria, então, transformado o perfil sanitário e social da família (destacadamente a família de elite), constituindo-se na instituição nuclear e conjugal que existe até hoje (muito embora o autor analise praticamente de forma exclusiva sobre as teses publicadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para tirar tais conclusões).

Nesta perspectiva, as figuras do pai, da mãe e dos filhos são ‘criaturas médicas’, atores sociais criados pelo médico, o qual por sua vez é apresentado como um ator político altamente consciente dos processos sociais e adota posições estratégicas, atuando como uma extensão do poder estatal sobre a família. Embora Costa admita que a medicina oitocentista era científica, o saber científico aparece de forma funcional em relação à política e ao poder, com os médicos higienistas adotando teorias que satisfizessem seus propósitos estratégicos. A ciência aparece como



uma racionalização das condutas, servindo à ordem. Ainda assim, é um contraponto à posição de autores como José Murilo de Carvalho (2002), que afirma ter havido um intervalo entre a geração iluminista e a geração de 1870, ausente de pesquisa científica, mostrando como neste período diversos autores procuraram produzir conhecimento original.

O progresso científico da higiene, assim, seria um dos fatores responsáveis pelo seu sucesso, sendo que

(...) a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado. Foi porque a medicina era, de fato, empírica e conceitualmente científica que sua ação política foi mais operante. Diante de um saber colonial estribado em noções médicas dos séculos XVI, XVII e XVIII, pré-experimentais e em sua quase totalidade filosóficas e especulativas, a higiene surgiu arrasadoramente convincente. (...) A medicina, mesmo quando já possuía um conhecimento de racionalidade bem superior à que orientava a prática curativa leiga, teve que enfrentar o descrédito da cultura. Em todo o século XIX nota-se o esforço que os médicos faziam para livrar-se do passado. Combatiam desesperadamente curandeiros, parteiras, homeopatas e tentavam, a todo custo, riscar da memória histórica a antiga submissão à burocracia e mesmo à religião. (COSTA, 1983, p. 32-76).

A nova imagem da criança, como um adulto em formação, teria se construído em grande parte devido à ação dos higienistas, preocupados com as altas taxas de mortalidade infantil, que viam na quase ausência de laços afetivos entre pais e filhos como uma de suas causas. A criança se transformaria no centro da família, com o pai sendo o responsável pela sua proteção material e a mulher como iniciadora da educação infantil. A ideia da família como algo nocivo seria um trunfo na ação da medicina pela hegemonia educativa das crianças. Nesse contexto, os médicos se voltariam para os colégios:

Ao lado dos trabalhos sobre amamentação, as teses higiênicas sobre educação física, moral e intelectual das crianças, em geral ou no ambiente dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção dos higienistas. (...) No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente prestavam-se, docilmente, aos ensaios médicos sobre educação física e moral. Os pequenos reclusos seriam cobaias e o colégio, laboratório. (...) O novo homem e a nova sociedade começariam a ser construídos no colégio. Sem dúvida, a ocupação dos colégios fez parte da estratégia de medicalização do espaço urbano. (COSTA, 1983, p.179-180).

A partir da análise de teses da faculdade de medicina, o autor analisa essa “intervenção médica” nos colégios levando em consideração suas prescrições sobre arquitetura, espaços escolares, uso do tempo, ensino da Ginástica, alimentação, vestuário, moral, dentre outros aspectos.



Como discutiremos a seguir neste trabalho, este modelo de análise de Costa ainda é hoje utilizado em análises da relação entre medicina, infância e escolarização no século XIX⁷.

Ao analisar a relação entre medicina e prostituição no Rio de Janeiro no século XIX, Magali Engel (2004, p. 40) considera a Faculdade de Medicina e a Academia Imperial de Medicina como instituições especializadas na produção de saberes voltados para possibilitar a perspectiva política de higienização do espaço urbano, dentro de um contexto de expansão espacial e demográfica da cidade. A partir da leitura das teses, Engel argumenta que a mulher e a criança se tornariam figuras centrais nas questões de ordem higiênica, sendo especialmente a mulher (transformada em “mãe higiênica”) apresentada como uma aliada dos médicos na viabilização de um projeto de higienização das famílias. Dialogando também com Foucault, a historiadora identificou um projeto normatizador por parte das instituições médicas. A prostituição, especificamente, estaria presente nos textos médicos como uma das faces de uma cidade doente, apresentando argumentos da moralidade cristã e associando a prática da prostituição a doenças venéreas, corrupção do social e desordem. A ameaça social da prostituição, neste sentido, precisaria ser conhecida e classificada para ser controlada, e assim se tornaria objeto das teses médicas.

Retomando especialmente o trabalho de Costa (1981), assim, Engel (2004, p. 126) situa a preocupação em conter ou corrigir a prostituição no novo papel prioritário conferido à família e à criança, apontando um “grau de sofisticação de controle”. O médico, ao penetrar em todos os âmbitos do cotidiano das relações domésticas, buscava eliminar todas as práticas que fugissem ao modelo de família higiênica que eles procuravam implantar. Neste quadro, segundo a autora:

Fixando os limites entre a normalidade e a doença no campo da sexualidade, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas também num sentido moral e num sentido social. Observando a prostituição através de lentes reveladoras de cada uma de suas dimensões, o médico constrói as categorias básicas de classificação: a perversão (a doença física); a depravação (a doença moral); e o comércio do corpo (a doença social). Na elaboração de um diagnóstico minucioso, o médico desempenha o seu papel incorporando vários personagens: o cientista, o educador, o moralista, o economista, o legislador, o político. (ENGEL, 2004, p. 69-70).

Este mesmo modo de abordagem tem aparecido em outros estudos. Segundo Luiz Vailati (2010), os médicos do século XIX, preocupados com a questão da mortalidade infantil, expressaram em suas teses concepções divergentes e críticas aos funerais coletivos de crianças, nos quais os parentes por vezes expressavam satisfação ou resignação pela morte de seus filhos, como

⁷ O trabalho de Gondra (2004) é representativo neste sentido, retomando as análises de Jurandir Costa sobre o papel da medicina no século XIX, e aprofundando a análise sobre a relação entre medicina e escola no período, fazendo uma leitura das teses de médicos.



discutimos anteriormente. Além disso, para este autor, essa concepção de morte seria um obstáculo ao tipo de família que os médicos queriam formar e conformar, e que os levaram a condenarem sistematicamente o sistema da Roda dos Expostos (condenadas também pelo aspecto moral, já que nela eram abandonados filhos de relações ilegítimas, inclusive entre senhores e escravas), os altos índices de infanticídio e o aleitamento por amasdeleite. A classe médica tinha no cuidado com a infância um argumento forte em sua ação na vida doméstica da população e o resultado disso seriam posições conflitantes às concepções tradicionais da morte infantil. (VAILATI, 2010, p. 289). Embora o autor ressalve que o discurso médico esteja situado em um processo mais amplo do Ocidente, com uma preocupação maior em se buscar entender o desenvolvimento biológico e psíquico da criança, esse novo olhar estava em último caso ligado à necessidade de produção de um saber instrumental que possibilitasse a formação de um cidadão novo, saudável física, moral e politicamente.

Vailati (2010, p. 296-298) portanto, retoma o mesmo tipo documental, as teses, concluindo que para os médicos higienistas, a morte infantil seria a negação de todas as suas promessas de progresso. O historiador considera que a incorporação da problemática da morte infantil pelos médicos era um uso político, já que faria parte de uma estratégia higienista não só de instaurar novas visões sobre a mortalidade infantil e reverter o fenômeno, mas intervir cada vez mais nos valores e costumes de âmbito privado da população como um todo. A disseminação de instruções relativas às formas de se evitar a morte de crianças seria uma forma de divulgar uma nova concepção de família e de conduta familiar, que procurariam adequar o âmbito privado às exigências do Estado. Estes médicos, então, procuraram esclarecer que a morte infantil não era algo natural, ou uma vontade da providência divina, colocando este evento como algo essencialmente negativo, fato que teria deixado raízes nos testemunhos cemiteriais e suas manifestações públicas de dor. A perspectiva do historiador, portanto, segue a trilha aberta pelos trabalhos clássicos de Machado (1978) e Costa (1981), considerando as formas pelas quais a morte infantil apareceu no discurso médico, mas não estabelecendo de forma clara relações entre esse discurso e mudanças mais amplas nas mentalidades, a não ser indícios da constituição de cemitérios a céu aberto e inscrições funerárias manifestando desconsolo. Nas palavras do autor, portanto, a morte infantil

(...) serviu como importante aliada à ingerência dos médicos nas decisões do Estado, apontado por eles como um dos responsáveis pela mortalidade, cabendo a ele revertê-la. Esse uso da morte infantil não se ocupou somente em mostrar ao Estado suas faltas: ele a voltou contra a família, no sentido de adequá-la ao novo formato no qual esses doutores concebiam a instituição. A função primordial dela agora é a geração e formação primeira desses novos cidadãos e a morte infantil serve primeiramente para condenar a mãe (...). Nesse discurso a



morte da criança servirá também para adequar o poder do pai-de-família, cuja hegemonia no lar e interesses deverão se submeter às exigências do Estado em sua fome de vidas. Por fim, a morte infantil ajudou os médicos na sua luta contra a concorrência dos não-acadêmicos, tidos como os responsáveis imediatos pela prática do infanticídio. (VAILATI, 2010, p. 308).

Em sua análise sobre o papel cada vez maior do Estado nas ações de assistência aos pobres no século XIX em contraponto às ações predominantemente caritativas, ligadas à Igreja Católica, Irene Rizzini (2007, p.107-115) também confere um papel de destaque aos higienistas. A autora considera que a influência da medicina higienista é uma característica muito presente do século XIX, refletindo no Brasil o mesmo movimento que aconteceria na Europa. O movimento higienista direcionado à infância (“higienismo infantil”) teria sido abraçado pelos médicos brasileiros de fins dos oitocentos, que teriam visto na infância uma forma de atuar sobre a família. As teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro estariam inseridas nos debates sobre higienização das cidades, e um indício da rapidez da difusão das noções prescritas pela medicina seria o destaque dado às “boas condições de higiene” em qualquer instituição em funcionamento no final do século XIX. No caso da infância pobre, além da assistência de cunho asilar, para crianças abandonadas ou delinquentes, haveria outros meios de atingi-la, como a escola e o atendimento médico.

Vale ressaltar que outros autores, não descartando a utilização do conceito de “medicalização”, têm buscado interpretá-lo de outras maneiras. Conforme argumenta Robert Nye (2003, p. 116), a utilização da ideia de medicalização com um caráter denunciatório do controle exercido por médicos e psiquiatras na sociedade tornou-se bastante popular entre estudantes de ciências sociais nos anos 1960 e 1970, com a presença de um criticismo libertário de esquerda garantido a demonização do Estado e o patrocínio estatal de uma perspectiva médica autoritária. Neste cenário, médicos e psiquiatras eram “vilões” que utilizavam o seu conhecimento e autoridade, unindo-se ao poder para segregar e patologizar os desviantes. Direitos civis e humanos seriam incompatíveis como regimes que se valiam do poder médico como instrumento de governo. Especialmente os trabalhos de Foucault foram extremamente influentes. Entretanto, o próprio autor teria mudado suas posições ao longo da carreira, principalmente nos anos 1970 quando incorporou a noção de “governamentalidade”. Foucault teria assim abandonado a noção de um Estado essencializado em favor de uma concepção de governo baseada em um conjunto de práticas que operam nos corpos e nas famílias como unidades reprodutivas, fazendo uso de mecanismos da economia política para motivar e policiar a população. Os médicos, assim, não eram mais reforçadores ou servidores do Estado, mas especialistas em um tipo de discurso que já estaria de alguma forma imanente na população. Desta forma, Foucault se mostrou mais interessado em um



poder biopolítico sobre cidadãos autônomos do que em um poder despótico que só operava sobre força.

Nye (2003, p. 117) propõe, assim, outro conceito de medicalização, entendendo que esta não pode ser entendida como uma colaboração nefasta entre especialistas e a autoridade estatal impostas de cima, mas como um processo difuso através do qual os preceitos médicos são incorporados pelos indivíduos, que assumem a responsabilidade por si mesmos. Assim, os indivíduos não devem ser vistos apenas como vítimas ou agentes passivos, mas sim como sujeitos ativos dos processos de medicalização. E hospitais e asilos, mais do que uma ajuda aos Estados nas políticas de segregação de desviantes e marginais, devem ser também analisados enquanto oportunidades para os praticantes de medicina da realização de pesquisas científicas, reconhecimento e acesso a uma clientela endinheirada.

Peter Conrad (1992, p. 211), por sua vez, oferece outra interpretação, considerando medicalização como a definição de um problema em termos médicos, a utilização de linguagem médica para descrever um problema, a adoção de um enquadramento médico para entender um problema. É, assim, um processo sociocultural que pode envolver ou não a profissão médica, levar a um controle social médico ou ser resultado de uma expansão da profissão médica. Na perspectiva do autor, a medicalização pode ocorrer em três níveis: em uma esfera conceitual, quando o vocabulário médico é utilizado para definir um problema; em um nível institucional, quando organizações adotam abordagens médicas para tratar de problemas em que são especializadas; e em uma esfera interacional, na relação médico-paciente, quando o médico dá um diagnóstico ou trata um problema “social” em forma médica (a prescrição de calmantes para vida familiar infeliz, por exemplo). Neste sentido, a medicalização pode ser aceita, aplicada ou rejeitada por grupos e indivíduos⁸. Assim como pode ocorrer o processo oposto, a desmedicalização, quando um problema não é mais enquadrado em definições médicas e tratamentos médicos não são mais vistos como soluções apropriadas.

Por outro lado, historiadores vêm buscando rever essa perspectiva que superestima a ação da higiene no século XIX, ou buscando novos modelos interpretativos, especialmente em conexão com os estudos sociais da ciência.

Para Maria Helena Patto (1996, p.187), as análises que reificam conceitos foucaultianos cometem o equívoco de não levar em conta as peculiaridades da sociedade brasileira oitocentista e

⁸ Como caso de participação ativas de indivíduos em um processo de medicalização, Conrad (1992, p. 219) cita a ação de veteranos da guerra do Vietnã que se organizaram e agiram junto a psiquiatras para a criação do diagnóstico do estresse pós-traumático.



nem o próprio estágio dos conhecimentos médicos no Brasil do século XIX. O processo de urbanização, apontado como central para a emergência do Estado Moderno e suas políticas normatizadoras, foi incipiente no Rio de Janeiro, mesmo na segunda metade do século XIX, não podendo ser analisado nos mesmos termos que a urbanização ocorrida em países europeus no mesmo período. A criação de indústrias era principiante, hábitos coloniais ainda estavam no cerne da vida nas cidades imperiais, e o Brasil era um país essencialmente rural e escravocrata, dominado pelas oligarquias rurais. Embora as ideias higienistas europeias circulassem nos meios intelectuais, o alcance das práticas teria sido consideravelmente limitado, com completa falta de higiene urbana até fins do século, péssima qualidade de vida nas habitações coletivas, sendo que a maioria das leis e regulamentações visando sanear e embelezar o espaço urbano segundo as normas da medicina higiênica não teria saído do papel. A interdição de cortiços não disciplinava os pobres, mas sim provocava o seu deslocamento para áreas sem valor imobiliário. A própria higiene dos colégios estaria longe do idealizado pelos médicos. Como destaca Patto (1996, p. 190), embora a falta de higiene urbana tenha sido notada pelos médicos em muitas teses, isso não significa que ocorreu no Império um disciplinamento das cidades pelo saber médico. Vale ressaltar, no entanto, que as considerações da autora sobre a medicina oitocentista retomam a perspectiva de Lycurgo Santos Filho, considerando-a como atrasada e apresentando um saldo negativo, pela ausência de experimentação, utilização de cópias de compêndios franceses, corpo docente mal formado, nepotismo e favorecimento nas Faculdades, e teses de orientação inteiramente teórica.

Edmundo Coelho (1999, p. 142) aponta que a revisão da ação da medicina no século XIX não implica em afirmar que o movimento higienista não existiu, mas sim evitar uma avaliação excessiva do poder dos médicos e da influência das ideias higienistas. Diversos regulamentos e leis foram publicados nesse período, mas para se tomar a real dimensão do higienismo, é necessário também analisar como esses regulamentos foram implementados.

Retomando dados da época, Coelho (1999, p. 140) destaca que os índices de vacinações contra a varíola foram mínimos durante todo o século XIX; os gastos em saúde pública, entre 1880 e 1888 e entre 1890 e 1899, correspondiam a somente cerca de 1% do orçamento federal; o quadro de funcionários era extremamente limitado (pouco mais de 300 em 1890) para vistoriar todos os cortiços e habitações coletivas, como clamavam os higienistas; e o número de cortiços não parava de aumentar. A Junta Central de Higiene Pública é apontada como tendo tido uma atuação ineficaz, não dando conta das epidemias que assolavam a Corte e o país, sem recursos financeiros suficientes para executar suas ações, e falhando na fiscalização do exercício da medicina e da farmácia. Assim como Patto (1996), o autor também ressalta que regulamentos e posturas sanitárias eram



numerosos, mas a realidade em termos de saúde pública era bem diferente. Logo, segundo Coelho (1996, p. 144), na segunda metade do século XIX, a montagem de um aparato burocrático para lidar com problemas de saúde pública, as frequentes reformas e contínuos regulamentos sanitários parecem ter tido como único efeito representativo o aumento na folha de salários do governo. Além disso, se pensarmos no Império do Brasil como um todo, a ação dos higienistas parece ainda mais restrita, sendo as faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia incapazes de suprir a carência de médicos no país como um todo. E a ampla maioria dos médicos formados se dedicava à clínica, o que tornaria ainda mais complicada a implantação de um programa higienista.

Além disso, Edler (2001) destaca que assim como o médico higienista visava a modificar a postura moral, física e intelectual da família, havia também práticas clientelistas operantes, que punham limites à prática profissional. Assim, é preciso relativizar a autonomia que a literatura histórica confere às elites médicas na condução da saúde pública e exercício da prática médica no período imperial. Os médicos na Academia Imperial de Medicina, assim como aqueles organizados em sociedades e periódicos buscavam uma autoridade científica, baseada na credibilidade e legitimidade auferida pelos pares. Os debates científicos no campo médico não eram baseados no status social ou na honra, mas no pertencimento a uma corporação científica. A criação da Junta Central de Higiene Pública, em 1851, por exemplo, não só não representou o ápice do poder dos higienistas, como subordinou as ações da Academia à pauta política e administrativa mais geral. Portanto,

[...] de fato a Higiene forneceu a sintaxe que permitia apreender e pensar, em termos científicos e ideológicos, os inúmeros conflitos étnicos, políticos e sociais, ligados à lógica de organização senhorial do espaço urbano. (...) Assim, no lugar das interpretações que explicam o pensamento médico e higienista deduzindo-o dos interesses imediatos das elites dominantes – forjando a consciência médica ‘de fora’ – procuraremos sublinhar as dinâmicas sócio-profissionais voltadas para produzir, validar e controlar o saber médico, segundo as mesmas regras de cientificidade abraçadas pela medicina higienista e anatomoclínica europeia então vigentes. (EDLER, 2001, p.99-100).

Mais recentemente, historiadores têm procurado novas maneiras de interpretação da Medicina oitocentista. Especialmente historiadores das ciências vêm incorporando as contribuições dos estudos sociais das ciências e suas novas abordagens, olhando internamente para o processo de institucionalização da medicina no Brasil, observando discussões e inflexões, ao contrário de um olhar que observa a constituição deste campo em decorrência exclusiva de fatores externos. Estudos mais recentes, destacadamente os voltados para a medicina, como ressalta Edler (2011, p.272) têm se voltado para as controvérsias científicas e para a micro-história de indivíduos e grupos



sociais restritos, as formas pelas quais as ideias são acionadas pelos atores, que por sua vez ocupam espaços institucionais diferenciados.

Flávio Edler (2011, p. 17) aponta que o que tornava possível falar deste personagem social que é o médico era a crença na existência de atributos exclusivos que distinguiram em face de outros grupos sociais. Entre as representações construídas entre os próprios médicos sobre sua profissão, havia um conjunto de crenças, valores e técnicas aprendidas em seu processo de formação”. No Brasil, crenças e práticas institucionalizadas pela medicina anatomoclínica e higiene compartilhavam uma noção de doença ligada ao meio ambiente, resultando em uma reivindicação particularista, em termos climáticos e territoriais, do conhecimento médico. Como o historiador ressalta, com base na detenção deste saber, o grupo social dos médicos pleiteava uma jurisdição exclusiva sobre a formação e o exercício da medicina, confrontando-se com o conhecimento gerado na cultura médica europeia e com outras categorias de curadores, enquadrados como charlatães. Para estes médicos, a carreira passou a ser cada vez mais estabelecida em torno do reconhecimento conquistado diante dos pares, e não mais pela satisfação do paciente. Entretanto, ter um diploma de médico poderia não ser suficiente neste sentido, e outras formas de reconhecimento e credibilidade começaram a se consolidar na medicina oitocentista, dentre elas treinamentos obtidos em academias de prestígio, publicação de artigos e manuais médicos, participação em fóruns acadêmicos, domínio de determinada linguagem científica, entre outras.

Além deste aspecto, ao analisar a constituição do campo médico brasileiro, o autor possibilita a compreensão das diversas nuances do processo de institucionalização da medicina no Brasil, distante da perspectiva que vê os médicos unificados em torno de projetos comuns e aliados de poderes externos. Isto fica mais claro quando das reformas⁹ institucionais da década de 1870. Segundo Edler (2011, p. 213-214), em oposição à tradição clínica vigente no Brasil, baseada no domínio de saberes gerais, as novas lideranças médicas, utilizando sobretudo o jornalismo médico, iriam procurar convencer as lideranças políticas sobre a necessidade de reorganizar a medicina em especialidades voltadas para um grupo restrito de fenômenos. Esse período marcaria uma inflexão na orientação dos projetos destinados a consolidar e expandir o campo médico, tal como formulados na Academia Imperial de Medicina¹⁰, sob a égide da higiene e da anatomoclínica. Um

⁹ Anteriormente, Ferreira, Fonseca e Edler (2001, p. 67) apontam a importância da Reforma Bom Retiro de 1854, levada a cabo pelo ministro do Império Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro), na organização do ensino médico no país, até então sob aos regulamentos das faculdades de 1832. Com esta reforma, foram apresentados novos estatutos e o quadro docente foi ampliado a criação da classe de opositores. Foi criada a congregação de lentes, à frente das faculdades de medicina junto com os diretores. Os cursos de medicina, farmácia e obstetrícia foram mantidos, o número de disciplinas ampliado, mas o ensino prático continuou incipiente.

¹⁰ A atuação da Academia também é objeto de discussões historiográficas. Se Coelho (1999) minimiza a atuação da instituição, dentro do quadro de ineficiente ação do governo na área da saúde pública, Edler (2001, p. 109) argumenta



grupo crescente de jovens médicos, que estudaram na Europa voltava com uma formação diferente, proclamando-se especialistas em novos ramos da clínica. Emergiram, então, uma nova representação sobre diagnóstico e terapêutica, articulada em torno da medicina experimental. Os médicos especialistas passariam a ter possibilidade de trabalho não somente em hospitais militares e religiosos e na área da saúde pública, mas também nas novas instituições das casas de saúde. Entretanto, o papel decisivo nestas mudanças não foi das elites médicas, mas principalmente membros do corpo de periódicos médicos não oficiais, onde militavam menos sujeitos à vontade da burocracia centralizadora.

Desta maneira, como o historiador ressalta, em oposição à tradição clínica e higienista da primeira metade do século XIX, baseada no acúmulo de experiências compartilhadas pelos médicos como única possibilidade de construção de um conhecimento particular, as mudanças traziam a aposta na especialização, a segmentação de competências (EDLER, 2011, p. 218). O caráter utilitário das novas especialidades seria fundamental, com algumas encontrando sua justificativa na formação de quadros técnicos para o Estado, outras se legitimavam pela sua aplicação às questões sanitárias fundamentais para o desenvolvimento nacional. As faculdades passaram também a ser vistas como local de desenvolvimento de pesquisas além do ensino, sendo criadas novas cadeiras de clínicas especiais e o ensino prático de laboratório. Assim,

[...] o que era ciência ou científico nunca foi absolutamente monolítico para a medicina Oitocentista. Porém, raramente os historiadores reconheceram essa diversidade de significados. O que constituía a ciência médica – suas fronteiras cognitivas – mudou profundamente ao longo do tempo, com a emergência das especialidades clínicas e laboratoriais. (...) Resumidamente, é simplista e ilusório falar de pensamento médico europeu como se ele fosse uma entidade fixa e homogênea. Da mesma forma, os discursos médicos aqui produzidos não seriam jamais distorções de um modelo preexistente, já que o significado de um enunciado depende das suas condições de inteligibilidade, isto é, do contexto em que foi proferido, da forma como circulou e dos diferentes públicos que o assimilaram. Assim, tal processo de apropriação foi necessariamente contraditório devido à presença, na coletividade médica do Império, de uma pluralidade de agentes e discursos, cujos códigos conduziam a diferentes modelos de apropriação. (EDLER, 2011, p. 273-274).

O papel das sociedades e dos periódicos médicos na produção e circulação de conhecimento científico no Império também tem sido destacado em outros estudos. Como

que, em torno da Academia, a elite médica se empenhou em produzir conhecimentos originais sobre patologias brasileiras. Até meados do século XIX, ela se impôs como instrumento da política imperial de saúde pública, e árbitro das inovações médico-científicas, procurando ter o monopólio da interlocução sobre problemas médicos nacionais diante do Governo Imperial e dos centros médico-científicos europeus. Para Edler (2001, p. 113-114), a Academia sofreria abalos na segunda metade do século XIX a partir de três acontecimentos: as epidemias de febre amarela (1849) e cólera (1855); a criação da Junta Central de Higiene Pública, em 1851, deslocando a Academia do papel central que até então representara para a saúde pública; e a emergência da medicina experimental, que resultou no surgimento de sociedades e periódicos médicos concorrentes, os quais iriam proporcionar novos circuitos de legitimação científica.



afirmam Ferreira, Maio e Azevedo (1997-1998, p. 488), o periodismo médico existia desde a fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829, por um pequeno grupo de médicos, sendo um importante meio de validação do conhecimento médico entre os pares e divulgação à sociedade. Quando da criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1886, os periódicos médicos¹¹ se tornavam cada vez mais especializados, dificultando o acesso ao leigo, com os congressos científicos de Medicina se tornando importantes espaços de legitimação. O caso das sociedades revela, nessa perspectiva, um aspecto importante da história das ciências no Império, a articulação entre atividade científica e trabalho profissional. O próprio exercício da medicina era uma das alternativas existentes para os interessados em ciências, o que explicaria por que as sociedades científicas mais importantes foram organizadas por médicos. (FERREIRA, MAIO, AZEVEDO, 1997-1998, p. 477).

Considerações finais

Como podemos perceber, portanto, o processo de institucionalização e consolidação da medicina no Brasil apresenta alto grau de complexidade para o historiador, e não foi nosso objetivo esgotar o assunto. Distanciando-nos de perspectivas que julgam a medicina neste período como imperfeita ou pré-científica ou composta por meras cópias do conhecimento produzido na Europa. E de outras que a consideram como altamente homogênea, composta por médicos interessados, coesos e extremamente conscientes de todos os processos à sua volta, associando supostos projetos da medicina com projetos do Estado de formação de novos indivíduos e famílias. Consideramos que quando olhamos internamente para a medicina oitocentista, percebemos um campo composto por cientistas interessados em desenvolver pesquisas originais sobre a realidade brasileira, envolvidos em práticas clientelistas e lutas por reconhecimento profissional, buscando esferas de ampliação e divulgação do conhecimento produzido, e uma medicina que, longe de monolítica, se transformou ao longo do século XIX. Qualquer análise que leve em consideração a medicina brasileira nos oitocentos, portanto, tem que considerar todos estes fatores, e evitar reunir sob o rótulo de “higienistas” todos os médicos brasileiros. A higiene, como vimos, foi fundamental na constituição e divulgação de saberes médicos, entretanto nem todos os médicos eram higienistas

¹¹ Os periódicos médicos circularam no Brasil desde a primeira metade do século XIX e, segundo Ferreira (1999, p. 332), foram instrumentos importantes no processo de formação e ampliação da audiência da medicina. Característica destes periódicos era a inclusão de temas que interessassem ao leitor leigo, especialmente trabalhos sobre higiene. A publicidade das atividades da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, inclusive as diversas polêmicas então existentes sobre a causa das epidemias (os médicos nunca formaram um grupo homogêneo, como discutimos), anunciava a preocupação dos médicos em estabelecer contatos com o público de forma mais ampla, e elegia a higiene como o campo de saber que ajudaria neste sentido.



(a maioria se formava e ia exercer a clínica), e nem a influência da higiene foi tão ampla a ponto de transformar e produzir novos costumes e alterar o quadro de saúde pública do Império.

Referências Bibliográficas:

ALVAREZ, Marcos César. Controle Social – notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n.18, p.168-176.

AZEVEDO, Fernando de. Introdução. In: AZEVEDO, Fernando de (org). **As Ciências no Brasil – Volume 1**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, v.IV, n.3, Nov. 1997 – fev.1998, p.411-459.

BLOOR, David. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto – O Peso da Glória**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. **As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

CONRAD, Peter. Medicalization and social control. **Annu. Ver. Soc.**, v.18, 1992, p.209-232.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro; Graal, 1986.

EDLER, Flávio Coelho. A Medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. **Asclepio**, v. L, fascículo 2, 1998, p.169, 186.

EDLER, Flávio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

EDLER, Flávio. A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.VI, n.2, 1999, p.331-351.

FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, v.IV, n.3, Nov. 1997 – fev.1998, p.475-492.

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Froés da; EDLER, Flávio Coelho. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, Maria Amélia M. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.



GONDRA, José. **Artes de Civilizar**: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

MACHADO, Roberto et all. **Danação da Norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NYE, Robert. The Evolution of the concept of medicalization in the late twentieth century. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, vol.39(2), p.115-129, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. Teoremas e Cataplasmas no Brasil Monárquico: o caso da Medicina Social. **Novos Estudos**, n.44, p.180-1999, março 1996.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no período imperial. In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org). **O Brasil Monárquico** – Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. Volume 3. São Paulo: Difel, 1985.

STEPAN, Nancy. **Gênese e Evolução da Ciência Brasileira**: Oswaldo Cruz e a Política de Investigação Científica e Médica. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1976.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina**: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.



Entre educação e ciência: discurso e atuação ambientalista de Angelo Machado (1974-2008)¹

Between education and science: discourse and environmentalist actions of Angelo Machado (1974-2008)

Gabriel Schunk Pereira

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

gabrielschunk@hotmail.com

Recebido em: 28/04/2018

Aprovado em: 16/05/2018

Resumo: O artigo é uma exposição sobre o discurso e a atuação de Angelo Machado enquanto ambientalista, indo desde sua entrada para uma entidade ambientalista mineira, em 1974, até a última publicação do livro vermelho de espécies animais em extinção do Brasil, em 2008. Pretende-se compreender essa atuação através de dois eixos, o da educação ambiental, onde fazemos a análise de quatro palestras para identificar a qual macro-tendência de educação ambiental brasileira Angelo pertence, segundo a classificação de Layrargues e Lima (2014); e do trabalho técnico-científico, onde utilizamos fontes do arquivo institucional do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, as publicações científicas de Angelo e o Boletim da UFMG, tentando compreender as ações ambientalistas, os trabalhos científicos e a circulação de Angelo na comunidade de ambientalistas. Concluiu-se que a macro-tendência de educação ambiental a qual ele pertence é essencialmente conservacionista e, como cientista, está preocupado com a identificação e conservação de espécies ameaçadas de extinção.

Palavras-chave: Angelo Machado, Educação Ambiental, Conservacionismo.

Abstract: The article is a discussion about Angelo Machado's discourse and his performance as an environmentalist, since his entry to a Minas Gerais environmental entity, in 1974, until the last publication of the "Red Book of Endangered Species of Brazil", in 2008. We can understand his actions by two main axes, namely environmental education and his technical-scientific work. In the former we analyze four lectures to identify in which macro-trend of environmental education Angelo Machado belongs to. In the latter we use sources from the archive of the Institute of Biological Sciences (ICB) of UFMG, Machado's scientific publications and the UFMG Bulletin, trying to understand the environmental actions, the scientific works and the circulation of Angelo in the community of environmentalists. It was concluded that the macro-trend of environmental education he belongs to is essentially conservationist and, as a scientist and activist, he is concerned with the identification and conservation of endangered species.

Keywords: Angelo Machado, Environmental Education, Conservationism.

¹ Este artigo é resultado de um trabalho de iniciação científica desenvolvido dentro do projeto "História Oral e história científica do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, 1949-2010", orientado pela professora doutora Ana Carolina Vimieiro Gomes, com financiamento da FAPEMIG.



“Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade”
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 225, § 1º, VII, 1988).

“Definir mecanismos de proteção à fauna e à flora nativas e estabelecer, com base em monitoramento contínuo, a lista de espécies ameaçadas de extinção e que mereçam proteção especial”
(CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE MINAS GERAIS, art. 214, § 1º, VI, 1989).

Introdução

A Constituição Federal de 1988 representou a conquista de uma série de direitos reivindicados pela sociedade brasileira, que passara por anos sombrios sob um longo período de regime militar. Conhecida pela ampliação dos direitos sociais, a nova Constituição trazia também algumas novidades, como o capítulo que trata inteiramente da questão ambiental, garantindo o direito ao acesso a “um meio ambiente equilibrado” a todos os cidadãos brasileiros. Como componente importante do meio ambiente, a diversidade biológica também passou a ser reconhecida como patrimônio natural do país e sua preservação um direito fundamental a ser garantido e assegurado pelo Estado. A Constituição Estadual de Minas Gerais, entretanto, foi além: também é dever do Estado elaborar uma lista de espécies ameaçadas de extinção. Afinal, antes de definir estratégias de preservação, é necessário que se tenha conhecimento sobre o real estado das espécies da fauna e flora no país ou nos estados. Coincidentemente, o texto da Constituição mineira foi promulgado no dia 21 de setembro de 1989, dia da árvore.

Colocar isso nas Constituições em questão não foi uma tarefa simples. Ela, na verdade, é resultado de uma luta política longa de muitos ambientalistas brasileiros, o que implica em relações de poder e negociações políticas entre uma parcela da sociedade preocupada com as questões ambientais e congressistas dispostos a atender tais demandas ou, ainda, que também tenham o mesmo cerne de preocupação.

Este artigo tem como personagem principal um cientista e ambientalista mineiro, a saber, Angelo Barbosa Monteiro Machado, um dos atores do ambientalismo de Minas Gerais, tendo um importante papel social e científico na divulgação das ideias conservacionistas no país e, mais importante, atuando significativamente para a institucionalização das preocupações com a conservação da diversidade biológica em Minas Gerais e no Brasil, seja através de sua atuação como militante ambientalista ou como zoólogo brasileiro.



Compreendo a atuação de Angelo através de dois eixos principais, o seu discurso sobre educação ambiental e o seu trabalho técnico-científico. Meu objetivo aqui, portanto, passa por essas duas questões. O primeiro é apontar a macrotendência político-pedagógica de educação ambiental em que ele tem se vinculado e atuado e, depois, interpretar as concepções ambientalistas nela contida. Para tanto, analiso quatro palestras que Angelo possui transcritas e que foram disponibilizadas por ele pessoalmente. Os títulos, dispostos cronologicamente, são: *Mentalidade conservacionista*, de 1975, *Educação da criança e a natureza*, de 1977, *Conservação da natureza e educação*, de 1982, e *Educação conservacionista*, de 1984.

O segundo é identificar as ações de cunho técnico-científico e as relações entre seu fazer científico e atuação política frente às questões de conservação. Tomo como fonte as listas e livros vermelhos das espécies ameaçadas de extinção, os quais tiveram a participação de Angelo no processo de elaboração; documentos institucionais do ICB (Instituto de Ciências Biológicas) da UFMG que estão disponíveis no Arquivo Permanente da Secretaria Geral do ICB (e digitalizados em pesquisa anterior), bem como o Boletim da UFMG, onde é possível encontrar alguns artigos de opinião de Angelo Machado; além da participação dele no desenvolvimento de ações relacionadas à conservação na universidade e em algumas controvérsias internas ao *campus* da UFMG.

Para desenvolver o primeiro propósito, utilizo como fonte de discussão o artigo *As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira* (LAYRARGUES; LIMA, 2014), onde os autores fazem uma discussão acerca das macrotendências existentes no Brasil, suas características e limitações enquanto estratégia de educação ambiental. Para a segunda questão, observando que, na verdade, Angelo atua circulando em múltiplos ambientes, instituições universitárias e organizações ambientalistas junto a outros cientistas, percebe-se que suas pesquisas científicas estão completamente atreladas a uma discussão social e política que influem diretamente em seu fazer científico e, além disso, acontece dentro de comunidades científicas específicas. Aqui é interessante compreender esses dois circuitos, o social e o científico, através das ideias fleckianas de círculo exotérico e esotérico. Pensar também essas comunidades como coletivos de pensamento (FLECK, 2010) e como a discussão social sobre meio ambiente e o fazer científico são elementos retroalimentadores, que me parece um caminho interessante para compreender as vicissitudes dessa trama histórica.

Desejando compreender esse discurso conservacionista e as estratégias de atuação de Angelo Machado, cientista e ambientalista, esse artigo se encontra na interface da História Ambiental com a História da Ciência. As particularidades desse caso fazem com que seja necessária



a articulação entre esses dois campos do conhecimento histórico para que, cada uma com suas contribuições teóricas e metodológicas, deem conta de explicar melhor sobre o objeto de estudo. Não se trata dos limites dessas vertentes historiográficas frente a esse caso, mas de como, em verdade, são complementares. O envolvimento de cientistas naturais, como é o caso de Angelo Machado, com as causas ambientais não é algo novo, tampouco esse quadro tem sido alterado. Se nos primórdios do movimento ambientalista, cientistas naturais e tecnólogos eram maioria no rol de integrantes das instituições conservacionistas, ainda hoje muitos conciliam sua atuação profissional com a ação política e de militância, convivendo simultaneamente dentro de espaços universitários e ao meio de instituições e organizações ambientalistas. A pesquisa científica, por sua vez, vem adquirindo cada vez mais importância para a identificação dos problemas da ordem ambiental, bem como para o direcionamento das ações e políticas públicas resolutivas. Consonante a isso, a História das Ciências tem muito a contribuir para as narrativas históricas acerca do mundo natural e sobre as relações que possam ser estabelecidas entre a ciência, o fazer científico e o mundo natural. Parece-me que aproximação entre essas duas histórias é muito proveitosa.

Medicina, livros infantis e libélulas: quem é Angelo Machado?

Nascido em 22 de maio de 1934, em Belo Horizonte, Angelo Barbosa Monteiro Machado viria a ser um dos importantes personagens que compunham as histórias da capital mineira. Multifuncional, é formado em Medicina, zoólogo especializado em entomologia, com estudos realizados especialmente na classe Odonata (libélulas), escritor de livros infantis e até mesmo de peças teatrais. Entre trabalhos profissionais e *hobbys*, Angelo construiu uma carreira científica significativa e, mais ainda, um relevante papel político ao lutar pela causa ambientalista em solo mineiro e fazer um exercício de conscientização e reflexão sobre a maneira com que o homem tem se relacionado com o mundo natural.

Formado originalmente em Medicina, pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1958, e adquirindo o título de doutor em 1963, nunca chegou a exercer a profissão. Entretanto, como professor e pesquisador da mesma universidade, erigiu uma sólida carreira científica a nível nacional e internacional. Após passar dois anos na Northwestern University, em Chicago, nos Estados Unidos, fazendo pós-doutorado na área de Microscopia Eletrônica como bolsista da Fundação Rockefeller, voltou para a UFMG e, anos depois, teve papel primordial na criação do Centro de Microscopia Eletrônica do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG. Como fruto de seus



estudos na área de Neurobiologia, escreveu um livro didático, que é referência até os dias atuais, intitulado *Neuroanatomia funcional*².

Enquanto atuava como professor e pesquisador, Angelo tinha um *hobby* que o acompanhava desde a sua adolescência: o estudo sobre libélulas. Mesmo antes de se tornar professor do departamento de Zoologia do ICB, já possuía algumas publicações em periódicos e identificado novas espécies. Ao todo, são cerca de cem espécies nomeadas pelo pesquisador mineiro, um dos maiores especialistas mundiais da ordem odonata, tendo em sua casa uma importantíssima coleção científica de libélulas, a segunda maior da América Latina, com 35250 exemplares de 1052 espécies, que será doada à UFMG após sua morte (ARAÚJO, 2015). Depois de se aposentar em 1987, prestou no mesmo ano um novo concurso, agora para a cadeira de Zoologia do ICB e o que era *hobby* tornou-se profissão.

Como “um homem não pode viver sem *hobby*”, segundo Angelo, passou a escrever literatura infantil. A vontade de despertar na criança o gosto pela leitura e usar a literatura como instrumento de divulgação científica e educação ambiental, são vetores que incentivaram Angelo a escrever inúmeros livros, muitos com grandioso sucesso e que lhe renderam prêmios também na área de literatura (CARVALHO, 2013)³.

Entretanto, dentre todas essas facetas de Angelo Machado, este artigo discutirá o Angelo ambientalista, debruçando-se sobre o seu discurso conservacionista e sua atuação como ambientalista, uma história que começa no ano de 1974, quando virou membro do Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais, uma entidade pioneira em Minas. Seu ingresso na causa ambientalista se deu a partir de uma experiência pessoal:

Entrei para o movimento ambientalista por puro egoísmo. Ia à fazenda do meu pai, no Vale do Rio Doce, e gostava de coletar insetos, andar na mata e ouvir o canto do macuco ou do jaó. A cada ano tinha menos mata e menos bicho. Como eu gostava daquilo me filiei ao Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais. (MARCOLIN, 2007, p. 15).

Para Angelo Machado, a literatura infantil é um importante mecanismo de difusão de suas concepções sobre conservação da natureza, mas suas ações não se esgotam nisso. Para além das letras, proferiu centenas de palestras que envolviam temas como educação ambiental, conservação, natureza, biodiversidade e o mundo das crianças. Como pesquisador, atuou de maneira

² As informações contidas nesse parágrafo foram retiradas do *Curriculum Vitae* de Angelo Machado, disponibilizado por ele através de um e-mail. *Correio eletrônico*, 14 de junho de 2017. Acesso às 16h20.

³ Em 1993, Angelo foi o ganhador do Prêmio Jabuti na categoria de Literatura Infantil com o livro *O velho da montanha: uma aventura amazônica*. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/758/n/neurociencia_libelula_e_literatura. Acesso em: 11 de abril de 2018, às 01h47.



considerável para o desenvolvimento de trabalhos científicos que auxiliavam social e politicamente a militância ambientalista e, como professor, desempenhou papéis importantes dentro do ICB e da UFMG.

Suas estratégias e ações de conservação, como dito anteriormente, se dão através de dois eixos principais e agora me deterei sobre eles. O primeiro deles é a educação ambiental. Acreditando que a sociedade contemporânea mantém um estilo de vida prejudicial ao meio ambiente, Angelo propõe uma educação ambiental, voltada para as crianças, almejando a constituição de uma mentalidade conservacionista. De certa maneira, propiciando na infância experiências de respeito e afeto para com o mundo natural, formaríamos cidadãos preocupados com a conservação da natureza. Em segundo lugar, está seu trabalho técnico-científico como pesquisador do ICB e integrante da Fundação Biodiversitas, da qual foi um dos fundadores em 1989, onde desenvolveu pesquisas sobre espécies de animais em extinção e conservação da biodiversidade, que resultaram na produção das listas e dos livros vermelhos de Minas Gerais e do Brasil.

“Porque quem ama, cuida”: educação ambiental e criação de uma mentalidade conservacionista

Primeiro, falemos do eixo de atuação através da educação ambiental. O discurso de Angelo é muito claro, bem argumentado e construído. A educação ambiental se constitui como campo de saber junto com a emergência do ambientalismo contemporâneo e é entendida como uma importante ferramenta para alterar a forma como nos relacionamos com a natureza. Para além dos livros, as palestras proferidas por Angelo Machado também se constituíram como mecanismo educador.

Angelo Machado atribui ao avanço tecnológico a origem dos problemas ambientais contemporâneos. Entretanto, é na mesma tecnologia e ciência que ele deposita as esperanças na transformação do quadro de deterioração do mundo natural, demonstrando certo conformismo em relação ao paradigma tecnológico vigente, mas indicando uma posição mais “conservadora” entre os “conservacionistas exaltados” e apostando na estabilidade entre a tecnociência e a natureza, como aparece na seguinte fala:

Está hoje bem estabelecido que o desenvolvimento tecnológico é o principal responsável pelos problemas que hoje ameaçam o mundo biológico. Diante deste fato, propõem alguns conservacionistas mais exaltados que o desenvolvimento tecnológico deve parar. Pregam o fim da tecnologia e exaltam a vida selvagem do homem da caverna. [...] Hoje não é mais possível retornar, o caminho é da tecnologia.[...] Contudo, apesar de todos os danos que se fazem contra a natureza em nosso país, eu ainda sou otimista e acredito que chegaremos a conseguir um



equilíbrio razoável entre natureza e progresso tecnológico. [...] Diante da chamada crise ambiental, o cientista tem uma grande responsabilidade depois a ciência é a mãe da tecnologia, principal responsável pelo problema. Compete, pois, à própria ciência apontar a solução (MACHADO, 1975, p. 936).

Entretanto, ainda que o conhecimento científico aponte a direção para a resolução dos problemas causados pelo homem ao meio ambiente, cabe ao próprio homem fazer a escolha sobre como ele quer se relacionar com o mundo natural. Daí, Machado enxerga um novo problema, a falta de uma mentalidade conservacionista, e é esse problema que vai orientar o restante de sua proposição sobre o vínculo homem x natureza:

[...] qualquer que seja esta solução, caberá ao povo decidir a qualidade do ambiente que prefere e o preço que deseja pagar por ele. E aqui surge um novo problema: o povo não está preparado para esta decisão. De um modo geral, não tem aquelas noções mínimas de ecologia que lhe permitiria prever os prejuízos que podem advir de uma ação indiscriminada sobre o meio ambiente. Falta ao povo brasileiro uma mentalidade conservacionista [...] (MACHADO, 1975, 936).

Identificando a falta dessa mentalidade conservacionista, Angelo vai propor os caminhos para alcançá-la. Esse caminho passa pelo que ele chama de educação conservacionista. Não tendo uma sensibilidade para conservação, tampouco noções sobre ecologia, é necessário, portanto, que se crie uma mentalidade conservacionista que, por sua vez, seria construída única e exclusivamente a partir da educação ambiental e, mais importante, uma educação ambiental voltada para as crianças⁴, calcada no desenvolvimento de respeito, sensibilidade e afeto para com o meio ambiente, buscando alterar o comportamento pessoal frente à natureza, baseado no sentimento de pertencimento e gosto pelo mundo natural. Segundo o ambientalista mineiro, o “objetivo da educação para a conservação da natureza é basicamente de mudar a atitude das pessoas, de tal modo que resultem comportamentos de conservação e não de depredação” (MACHADO, 1982, p. 109).

Para além da fala de Angelo em si, é interessante pensar e levar em consideração o contexto e as circunstâncias da enunciação de onde foram tiradas as duas citações acima. Para quem e de onde ele fala? O discurso em questão foi feito na abertura da XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da qual Angelo foi presidente da Comissão Executiva Local. Em dado momento de seu discurso, entretanto, ele pede desculpas por não falar como membro e presidente da comissão, mas como ambientalista do Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais (MACHADO, 1975, p. 937). Até o ano de 1999, foram 193 palestras

⁴ Angelo Machado cita a influência que o conservacionista inglês Broad tem sobre sua ideia de educação conservacionista. “Eu sempre cito a opinião de um conservacionista inglês, Broad, quando ele afirma que na educação está a única esperança de se evitar a total destruição da natureza. E ele assinala ainda que a educação é mais eficiente quando voltada para as crianças. Eu estou de pleno acordo [...]” (MACHADO, 1984, p. 110).



realizadas e, até o ano de 2015, por estimativa própria, esse número se aproxima de 300⁵. São muitas as instituições, públicas e privadas, organizações, universidades, congressos, encontros, eventos científicos, enfim, uma gama de locais em que Angelo Machado pôde discursar sobre o que pensa e entende por educação conservacionista. São espaços importantes que ele ocupa enquanto cientista consolidado e reconhecido entre seus pares na comunidade científica e que são utilizados para dissertar sobre as questões tangentes à conservação, educação ambiental e a relação antrópica com o mundo natural. A fala para cientistas, professores e estudantes de ciências presentes naquele evento da SBPC, ao mesmo tempo em que possui uma dimensão informativa, também adquire caráter formativo, no sentido de indicar um caminho para o exercício de uma educação ambiental, e, em última instância, é também um convite às pessoas ali presentes para voltarem suas atenções para os problemas ambientais e atuarem cientificamente ou profissionalmente intentando alterar esse quadro.

Para Machado, há duas maneiras das pessoas se preocuparem com a conservação do mundo natural e elas se referem a uma dimensão afetiva, sentimental e a outra às questões mais cognitivas. Cabe, numa educação conservacionista, potencializar as ações que levam as pessoas a conservarem a natureza. Assim, conclui que

[...] na educação conservacionista, nós devemos desenvolver essas duas atitudes, amor e temor, ou melhor, o respeito pela natureza, uma do domínio puramente afetivo, outra do domínio cognitivo, ou seja, que exige determinados conhecimentos. (MACHADO, 1984, p. 111).

A escolha pelas crianças justifica a importância do nível afetivo da educação conservacionista. “Na criança, o mais importante é desenvolver o amor, ensinar o menino a gostar da natureza” (MACHADO, 1984, p. 111). Na infância, a educação ambiental deve ser feita de forma a não despertar o medo nas crianças. Assim permanecendo, o cidadão adulto, no futuro, seria completamente averso, descompromissado e indiferente em relação à conservação do meio ambiente, isso quando não praticasse deliberadamente ações danosas e destruidoras. Nesse processo de educação na infância, Machado assinala quatro erros principais e que estão relacionados com a 1) criança que vive no meio urbano, com o 2) errôneo ensino de ciências nas escolas, com 3) a influência dos meios de comunicação de massa e, por último, com 4) a comunicação interpessoal em espaços informais de ensino.

No Brasil, durante o século passado, observamos o processo de êxodo rural e urbanização. Atualmente, a população brasileira reside majoritariamente nas cidades. Isso produz um efeito direto na relação e na percepção da criança sobre a natureza, segundo Angelo Machado. Em síntese,

⁵ Essas informações também estão contidas no currículo pessoal de Angelo Machado.



a criança da cidade não conhece a natureza. O distanciamento delas com as áreas verdes e preservadas ou com as florestas cria, em última instância, um sentimento de independência em relação ao mundo natural, o que, obviamente, é uma percepção falsa. Angelo Machado diz que “[...] a criança urbana tem ideia de que não precisa da natureza, porque tudo vem da mercearia” (MACHADO, 1982, p. 110). Consequentemente, isso implica na construção de uma visão utilitarista e recursista sobre a natureza, como lugar que existe unicamente para sanar as necessidades materiais cotidianas dos seres humanos. O ideal, ao contrário, seria criar e “desenvolver a capacidade de perceber e apreciar a estética da natureza” (MACHADO, 1984, p. 113). Mais do que a assimilação e fruição estética do mundo natural, compreender as relações e os valores ecológicos dos seres vivos que compõem determinado ecossistema também se constituem como pontos importantes para a construção de uma mentalidade conservacionista.

Outro problema decorrente da vivência nos grandes centros urbanos é sobre qual flora e qual fauna que as crianças têm contato. Resultado do mesmo crescimento urbano vertiginoso e descontrolado, muitas dessas urbes convivem com a falta de saneamento básico, de uma rede de esgoto adequada, de locais apropriados para depósito das toneladas de lixo produzidas diariamente nesses centros, enfim, inúmeros problemas de ordem ambiental e sanitária que propiciam a proliferação de insetos e animais transmissores de doenças. Geralmente, então, é com esses tipos de animais que as crianças têm contato, se excluirmos aqui os animais domésticos como os cães e os gatos, para ficarmos nos mais comuns. O problema, na verdade, é sobre a imagem construída acerca desses animais, sobretudo insetos, comumente representados como bichos ruins, nojentos e inimigos do homem.

Assim, os animais que a criança urbana vê com mais frequência fazem parte de uma fauna deturpada por um desequilíbrio ecológico, que surgiu com o aparecimento da cidade. [...] Como as pessoas da cidade, em especial as crianças, têm contato direto quase que somente com estes animais, elas passam a generalizar à toda fauna as características da fauna urbana que conhecem e a impressão não é muito boa (MACHADO, 1982, p. 111).

Como exemplo, Machado cita as propagandas de inseticidas como influentes na construção dessa imagem conflituosa entre homem e inseto que, ao fim e ao cabo, vão condicionar a criação de um sentimento de repulsa a esses animais e que, para Angelo, subsequentemente é criado também para a natureza de uma maneira geral.

Como a maioria das crianças cresce e vive distante do mundo natural, a concepção delas sobre a natureza de maneira geral, é resultado da construção de um imaginário criado a partir dos discursos sobre o meio ambiente que elas têm contato, a saber, a escola, a mídia de massa e a família. “Assim, a imagem que a criança da cidade tem da natureza fica sujeita a uma série de



distorções introduzidas pelo veículo de comunicação” (MACHADO, 1977, p. 155). Isso, para o cientista mineiro, tem duas consequências principais: “a fixação de uma imagem irreal da natureza e [...] o preconceito contra a fauna e a flora” (MACHADO, 1977, p. 155). Aqui residem as três próximas problematizações do ambientalista mineiro sobre a educação ambiental feita para as crianças.

O segundo problema está na forma como que as ciências biológicas são ensinadas nas escolas. Para Machado, é um ensino “pouco objetivo, desinteressante, e leva o aluno a memorizar uma série de fatos” (MACHADO, 1982, p. 112), o que é, por sua vez, problemático, uma vez que, segundo ele, a Biologia tem um compromisso com as “coisas vivas”.

Se um professor de Matemática é mau professor e as aulas são chatas, os meninos passam a ter raiva de Matemática, mas eles não podem matar os números. Mas se as aulas são de Biologia e falam de coisas vivas, os meninos passam a ter raiva de bicho e planta e isto eles podem matar. Assim, um ensino de ciência mal conduzido pode contribuir para formar um destruidor da natureza. (MACHADO, 1984, p. 117).

Mais uma vez há uma vinculação entre o gosto desenvolvido na infância pela criança e as ações do futuro adulto frente ao meio ambiente. O ensino errôneo de ciências levaria substancialmente à formação de um cidadão odioso, averso e descompromissado com os problemas ambientais.

Há uma diferença importante, também, no que Angelo considera como educação conservacionista e como ensino de ciências biológicas. Esta enfatiza o ensino do animal “repartido”, as células, tecidos, órgãos e sistemas funcionais, enquanto aquela prioriza o ensino sobre o animal “inteiro”, um ser vivo que está integrado a um ecossistema - no qual o ser humano também está incluído - e estabelece relações ecológicas com outros seres vivos bióticos e abióticos. Outra questão é que o ensino, ao tratar dos animais, frequentemente “distorce a imagem da fauna, na medida em que a ênfase é em animais que têm veneno ou que causam doenças” (MACHADO, 1982, p. 112).

O terceiro ponto que influencia na construção do imaginário sobre o mundo natural das crianças são os meios de comunicação de massa, que em seus discursos midiáticos publicizam imagens distorcidas e irreais da natureza. Partindo da teoria de Adorno sobre indústria cultural, Angelo acredita que há um “imperialismo cultural da paisagem natural” (MACHADO, 1982, p. 113). Acontece que os meios de comunicações estão sob influência estrangeira e, por conseguinte, retratam a fauna e a flora estrangeiras, basicamente africanas, europeias e norte-americanas, e não as do Brasil. “A criança fixa assim padrões estéticos relativos à paisagem natural que não correspondem à nossa realidade. Ao deparar com ‘nossa’ natureza, surge um conflito entre a imagem aprendida e a imagem real” (MACHADO, 1977, p. 156). Cria-se, então, uma imagem



distante e fantasiosa do mundo natural, muito diferente das paisagens naturais encontradas em todo território brasileiro, fazendo com que a criança não assimile ou perceba a floresta ou a fauna brasileira enquanto elementos naturais. As florestas brasileiras são comumente representadas como lugares amedrontadores, do perigo, sobretudo as florestas Amazônica e Atlântica, obscuras, de mata fechada e densa, com animais que devem ser temidos. Em suma, as crianças uniformizam a imagem de uma paisagem natural exótica, do exterior, e não das florestas ou biomas. Angelo conclui, então, que “na maioria das vezes, os meios de comunicação de massa ensinam as crianças a gostarem da natureza dos outros, marginalizam nossas paisagens naturais, nossa fauna e nossa flora, a ponto de crianças negarem a própria existência da natureza em nosso país” (MACHADO, 1984, p. 119).

Por último, citemos os problemas sobre o ensino nos espaços informais. Aqui, praticamente, Angelo Machado fala de discursos que são reproduzidos dentro dos núcleos familiares ou de pessoas mais próximas das crianças e de suas famílias. Esses discursos muitas vezes reproduzem preconceitos e mitos acerca dos animais e das plantas, que ocasionam, principalmente, o sentimento de medo nos pequenos. “Em geral, se transmite todo o tipo de superstição que leva a criança a achar que o animal é um vilão e a considerar a fauna como nojenta e capaz de despertar repugnância e medo” (MACHADO, 1982, p. 114). Nesses discursos, o que mais acontece é a retratação dos animais como vilões ou a potencialização e maximização de características indesejáveis dos animais. Nesses tipos de comunicação interpessoal, a transmissão de superstições e lendas que caíram no senso comum, ainda que falsas, contribuem para gerar o sentimento de medo até de seres inofensivos. Dois casos sintomáticos disso são a história da Chapeuzinho Vermelho, onde a floresta é caracterizada como lugar de perigo para as crianças, sendo personificada no personagem do Lobo Mau, e o mito de que o “pó da asa da borboleta cega” (MACHADO, 1984, p. 120).

Passando por esses quatro problemas que são identificados na maneira como educamos ambientalmente as crianças, Angelo Machado propõe que se altere a forma como as ensinamos sobre a natureza para uma abordagem que desperte nelas o sentimento de pertencimento e respeito, pautados numa relação de admiração estética da paisagem natural e, mais do que isso, na criação de um laço afetivo que resultará no respeito e no cuidado com o meio ambiente. Também é importante que as crianças aprendam sobre o que são as “diferentes florestas”, os diferentes biomas e ecossistemas, as variadas relações ecológicas entre os seres vivos nesses espaços, para que não criem uma imagem singular da natureza e das florestas. A caracterização dos animais como seres perigosos é muito problemática no sentido de que a criança, na verdade, passa a ter medo da floresta porque lá “é lugar de bicho, de bicho perigoso”. Em suma, o medo não é das árvores em si, pois



são representados como seres estáticos e inofensivos, mas dos animais perigosos ali existentes. Se “para uma criança que coloca na floresta tudo que consegue imaginar de ruim, a destruição da floresta significa a destruição do mal” (MACHADO, 1984, p. 120).

A premissa de Angelo Machado é de “que é importante desenvolver na criança o gosto pela natureza para que ela tenha um relacionamento amistoso com a fauna, a flora e, em especial, com a floresta” (MACHADO, 1982, p. 117). Ao fazermos exatamente o contrário, criamos uma relação que é de medo, ódio ou indiferença. “O medo tem uma função biológica de alarme diante do perigo. Entretanto, em relação à natureza, está havendo um desajuste entre o perigo real e o perigo imaginário” (MACHADO, 1982, p. 117). Seu pensamento e princípios basilares sobre o que ele chama de educação conservacionista aparecem muito bem sintetizados na conclusão de duas dessas palestras, como na citação a seguir:

Realmente, eu estou convencido que na educação conservacionista, mais importante que inculcar o medo de catástrofes ecológicas é ensinar o aluno e a criança a parar e apreciar, por prazer de enfeite, a natureza, olhando para ela com um todo carinho. Isso porque é um princípio elementar: aquele que gosta protege e o que não gosta frequentemente destrói. (MACHADO, 1984, p. 121).

Quando falamos de educação ambiental, não estamos falando de algo que é homogêneo e engessado. Na verdade, há muitas maneiras de empreendemos uma educação ambiental, embora ela apareça comumente como algo uniforme. No Brasil, a princípio, essa definição universal que fosse comum aos integrantes do campo educacional foi almejada. Entretanto, essa tentativa foi relegada à segundo plano devido às visões diversas e plurais dos próprios indivíduos envolvidos nas práticas educativas.

Antes de realizar a atividade de educação ambiental, escolhe-se o lugar e o espaço da ação educativa, envolve públicos diversificados de diferentes classes sociais, de diferentes regiões, o que implica variadas relações com o meio ambiente, diferentes faixas etárias e, devido a esses componentes, diferentes abordagens. Por isso, o campo da educação ambiental constitui-se por diversas correntes político-pedagógicas. As escolhas por uma tendência ou outra de educação ambiental partem das noções que se têm sobre a mesma, sobre o que se considera mais importante e qual o enfoque que será dado no processo educativo.

Layrargues e Lima (2014) propõem a existência de três macro-tendências na educação ambiental brasileira, a saber, conservacionista, pragmática e crítica. A primeira é muito voltada para uma mudança na percepção e sensibilidade humana para com a natureza. A segunda é pensada em relação às práticas individuais cotidianas frente ao meio ambiente, no sentido de atribuir responsabilidades individuais para que cada um contribua individualmente para a resolução dos problemas ambientais. A terceira, por sua vez, pretende fazer uma abordagem considerando os



fatores sociais e econômicos, entendendo as problemáticas ambientais associadas aos conflitos sociais e o modelo contemporâneo de sociedade (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 26-34). Nas últimas décadas, tem-se concebido essas opções entre as que representam um viés conservador de educação ambiental (conservacionista e pragmática) e outra alternativa (crítica). Em síntese, aquelas não integravam em seu discurso uma forma crítica às relações sociais e econômicas vigentes e a associação dessas com os problemas ambientais, enquanto a dimensão alternativa (crítica) o fazia. Além da interação homem e natureza, a relação sociedade e natureza também deveria ser objeto de reflexão. Dada essa preocupação política e social, a educação ambiental crítica pretende ser mais reflexiva e contestadora frente aos problemas ambientais, evitando reducionismos em suas estratégias resolutivas e adquirindo um caráter mais minucioso no que tange às análises das questões entre sociedade, indivíduo e natureza e suas possíveis resolutibilidades. Em contrapartida, as macro-tendências conservacionista e pragmática estão mais associadas com princípios ecológicos, valorização da relação do indivíduo com a natureza, marcado por uma prática local e de “responsabilização individual na questão ambiental, fruto da lógica do ‘cada um fazer a sua parte’ como contribuição cidadã ao enfrentamento da crise ambiental” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29).

Isto posto, fica evidente a aproximação de Angelo Machado com a macro-tendência conservacionista. Não obstante, é preciso ressaltar algumas questões que ajudam a entender o discurso conservacionista de Angelo. Temos que entendê-lo dentro das circunstâncias em que ele constrói seu discurso e a quais ambientes ele pertence. E isso tem a ver com os coletivos pelos quais ele circula e o fato, claro, dele ser um cientista.

Essa abordagem conservacionista é muito característica à década de 1970, quando construiu-se um discurso de educação ambiental que não a pensava enquanto prática educacional, mas como uma prática inserida dentro da lógica das ciências naturais, de tarefa a ser empreendida por cientistas naturais, sobretudo biólogos, ecólogos etc. Ficava distante, então, das reflexões sociológicas e políticas. Cabe ainda dizer que esse tipo de discurso foi hegemônico até pelo menos nos anos finais da década de 1980. Portanto, essas questões mais críticas com relação às abordagens educacionais praticadas ainda não estavam postas quando Angelo Machado ingressou no movimento ambientalista mineiro e construiu seu discurso. Os documentos aqui trazidos, por exemplo, pertencem às décadas de 1970 e 1980. Por último, como um cientista, a metodologia compreende um questionamento mais técnico e calcado nos conhecimentos de Ecologia em detrimento das discussões e reflexões sociopolíticas, o que não significa que Angelo ignore as relações entre o modelo econômico e social vigente e as relações que esse guarda com as questões e problemas ambientais.



É difícil, então, desconectá-lo desse contexto e das influências que o discurso predominante exerce sobre a elaboração do discurso individual, em um momento em que

[...] concebia-se a Educação Ambiental como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionista, ou seja, uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 27).

Toda abordagem de educação ambiental é válida e não está necessariamente errada. Entretanto, todas possuem também suas limitações no que se refere abrangência ou efetividade da ação educativa. Parece-me interessante pensarmos a educação ambiental como uma educação político-cidadã, onde se prioriza “a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos” (REIGOTA, 2009, p. 13) e que “está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum” (REIGOTA, 2009, p. 13).

Em sua educação conservacionista, Angelo Machado faz uma escolha deliberada sobre o público para onde direciona sua atuação enquanto educador ambiental. Consequentemente, opta por um modelo de abordagem que, por motivos óbvios, não irá abordar questões tecnocientíficas profundas para construção de modelos resolutivos para os problemas ambientais. Machado claramente elege uma abordagem conservacionista que apela para o componente afetivo da educação ambiental que, possivelmente, e aqui se dá a problemática da imprecisão desse tipo de abordagem, resultará num comportamento futuro da criança para com o mundo natural, tido como ideal. Em certa passagem de uma das palestras, ao falar algo relacionado com a questão da poluição dos rios e as crianças, Angelo Machado diz que “quando ela [a criança] crescer, *talvez* lute para que os rios não sejam poluídos” (MACHADO, 1984, p. 116, grifo nosso). A palavra destacada caracteriza e demonstra as incertezas que acompanham esse tipo de abordagem. Essa criança, ao tornar-se adulta, ainda que ela identifique um problema ambiental, não estando presentes o componente reflexivo sobre o problema e a competência para a resolução, certamente será uma educação feita em vão. Aqui está o limite da abordagem conservacionista. Obviamente, se o indivíduo, durante seu processo de formação cidadã, ter contato com outras abordagens, terá maiores chances de ser um adulto, além de preocupado com as questões ambientais, capacitado para fazer uma análise reflexiva do problema e, quiçá, competência para resolvê-lo.

Não se trata de dizer que a abordagem e a proposta de uma educação conservacionista de Angelo estão incorretas, pois não estão. Ela é importante, por exemplo, para desconstrução de uma



noção antropocêntrica vigente na relação do homem com a natureza. Como vimos acima, as características da educação ambiental proposta por ele estão diretamente relacionadas a um tipo de educação ambiental conservacionista hegemônica nas décadas de 1970 e 1980, período em que Angelo entrou para o movimento ambientalista e formulou seus pensamentos sobre a educação conservacionista. Entretanto, não se pode cair na ilusão de que ela é suficiente, exatamente pela dimensão da incerteza que a acompanha e por focar demasiadamente no componente individual e comportamental. Em última instância, ela é necessária, mas não suficiente.

Ciência e conservação da biodiversidade: atuação técnico-científica

O segundo eixo da atuação ambientalista de Angelo Machado conserva relações próximas com o seu fazer científico. Falarei aqui, essencialmente, sobre a sua participação intelectual na produção das listas e livros vermelhos e de algumas ações desenvolvidas dentro do âmbito universitário e que, por vezes, guardam relações com instituições fora do espaço acadêmico. Sua produção intelectual dentro do ICB (UFMG) como professor e pesquisador, mas também fora dele, demonstra uma relação com uma gama de cientistas pertencentes ao grupo de pesquisadores do próprio ICB, mas, principalmente, de outros institutos de ciência, bem como de algumas organizações conservacionistas que desenvolvem trabalhos de pesquisa científica significativos sobre a conservação da biodiversidade. Após alguns anos atuando no Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais, Angelo Machado e outros integrantes do grupo perceberam que a atuação ambientalista precisava de “ser mais científica”. Em outras palavras, a pesquisa e o conhecimento científico seriam utilizados para subsidiar a luta política de defesa da natureza, oferecendo um argumento técnico sobre as questões envolvidas.

O crescimento das discussões sobre o meio ambiente, sobretudo de como o homem tem se relacionado com o mundo natural, foram importantes para a construção e solidificação do debate acerca da conservação da natureza, biodiversidade, elementos naturais etc. As experiências limítrofes da humanidade no século XX têm grandes contribuições para tal. A sensação de uma iminente catástrofe ambiental alertou cidadãos e lideranças públicas pelo mundo. O avanço desenfreado da tecnologia bélica e a criação de armamentos nucleares, bem como seus usos, criaram a possibilidade, pela primeira vez na história, de que a humanidade pode ser a causa de sua própria extinção. No pós-guerra, o uso descontrolado de fertilizantes químicos, evento denominado como Revolução Verde, denunciado no livro *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962 por Rachel Carson, levou à contaminação - e ainda leva - o solo, os recursos hídricos (rios, lagos, lençóis freáticos etc.) e o ar. Não é à toa que, para Donald Worster (2008, p. 9-18), estamos vivendo na Era da Ecologia.



Os diferentes segmentos sociais, então, vão se articulando frente a esses problemas e debates, cada um a seu modo. As universidades, como *lôcus* de conhecimento e produção científica, não ficaram alheias a isso. Tais debates adentraram os muros dos *campi* universitários e passou-se a observar a criação de disciplinas, cursos, grupos de estudos e projetos de pesquisas voltados para identificação desses problemas ambientais e as possíveis resoluções. É interessante observarmos nesse movimento como que a discussão sócio-política afeta diretamente o fazer científico dentro das comunidades científicas, orientando e direcionando os temas de estudo e pesquisas. Nas ciências biológicas, por exemplo, o surgimento de subdisciplinas como a Biologia da Conservação, que se preocupa em aplicar a ciência ecológica para identificar e conservar espécies do mundo natural (FRANCO, 2013, p. 27-41), sobretudo as que se encontram ameaçadas de extinção, atesta a influência retroalimentadora entre o meio social e o meio científico no processo de produção de conhecimento.

A relação entre os cientistas naturais e as ideias de preservação e conservação da natureza não é algo recente. Se pensarmos os principais problemas ambientais hoje, percebemos “que a agenda ambiental contemporânea foi construída quase integralmente por cientistas filiados às ciências naturais ou tecnológicas” (DRUMMOND, 2006, p. 5). Engenheiros agrônomos, botânicos, zoólogos, ecólogos, químicos, dentre outros profissionais, sempre estiveram presentes no quadro de membros de organizações e instituições conservacionistas. No Brasil, a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), órgão que teve significativa importância para a consolidação das ideias conservacionistas no país, possuía um grupo que “era composto por reconhecidos profissionais de variadas áreas de atuação, embora prevalecessem os engenheiros agrônomos” (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 63).

Esse movimento de atribuição de um caráter mais técnico e científico à luta ambientalista no Brasil é pouco recente, remontando à década de 1990. Se pensarmos historicamente as preocupações com o mundo natural no Brasil, percebemos as transformações pelas quais o pensamento conservacionista foi passando e como que cada geração se atentou à proteção da natureza com características de atuação e singularidades muito próprias. Entre os anos 1920 e 1940, por exemplo, houve uma geração, muito marcada pelo contexto político e intelectual da época - nacionalismo e cientificismo -, que associava a proteção e conservação do mundo natural, os elementos e riquezas naturais existentes no território tupiniquim à construção de uma nacionalidade brasileira (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 11).

Já entre 1950 e 1980, houve uma geração que atuava muito vinculada à FBCN, composta, em maioria, por cientistas naturais, e com preocupações voltadas para a criação de parques e



reservas naturais, com a conservação de espécies e recursos naturais, e com uma atuação política e institucional muito próxima com os poderes públicos (FRANCO; DRUMMOND, 2012). A relação que quero estabelecer aqui é, precisamente, com a geração dos anos 1990 em diante. O fazer científico de Angelo Machado conciliado com sua atuação enquanto ambientalista é um exemplo de como que o movimento ambientalista adquiriu uma tendência tecnocientífica nesses últimos anos, onde a preocupação com a diversidade biológica tornou-se uma das principais bandeiras de reivindicação da luta ambientalista e o conhecimento científico a partir da ciência ecológica e de novos campos da Biologia, como a citada Biologia da Conservação, que tem como objetivo “saber como as espécies estão sendo extintas e quais as estratégias para conservá-las” (MACHADO, 2011, p. 158) passou a ser utilizado nas pautas conservacionistas.

Muitas organizações conservacionistas que foram criadas nesse período guardam relações muito próximas com a FBCN. Algumas delas “ganham autonomia em relação à FBCN e profissionalizaram a sua atuação, como [...] Biodiversitas e Funatura, captando seus próprios recursos” (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 358). A FBCN foi uma organização importante para a consolidação das ideias conservacionistas no país e, após seu auge, até 1989, criou núcleos conservacionistas em alguns estados que deram origem a novas ONGs, como a Biodiversitas, criada em 1989 (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 357).

Angelo Machado é um dos fundadores da Biodiversitas, organização que foi pensada para ser o braço técnico da atuação militante e política do Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais. Foi pesquisador e, por muitos anos, presidente da instituição. A principal atividade da Biodiversitas está relacionada com a conservação da diversidade biológica, principalmente sobre as espécies em extinção, processo natural da evolução, mas que, com as ações antrópicas de supressão dos *habitats*, a caça predatória, dentre outras práticas humanas, vem antecipando o processo de extinção de inúmeras espécies.

A extinção é um fenômeno biológico normal, e os exemplos estão aí, nos fósseis. Há um estudo segundo o qual a vida média de um animal é de 1 milhão de anos. O problema é que esta vida média está diminuindo, e a velocidade de extinção está sendo acelerada por um fato mil. [...] Estima-se que, hoje, a velocidade de extinção seja seis vezes maior do que a velocidade com que os cientistas descrevem novas espécies, ou seja, estão desaparecendo espécies potencialmente importantes sem o homem sequer saber que existiram. (MACHADO, 2011, p. 158).

A intensificação desse processo tem conferido aos biólogos, ecólogos, zoólogos e botânicos um papel importante no levantamento, mapeamento e classificação de espécies já identificadas, mas, sobretudo, das que o homem ainda não tem conhecimento. Os estudos taxonômicos ganham prestígio com esse movimento e a catalogação de espécies é um dos grandes desafios atuais da



biologia. Apontar o atual estado das espécies, biomas e ecossistemas é tido como um primeiro passo para direcionar as políticas de conservação e proteção. Logo, recolher informações sobre esse capital biológico adquire uma importância considerável e os esforços de botânicos e zoólogos têm sido primordiais para o empreendimento dessa tarefa.

A principal produção editorial da Biodiversitas são as listas e livros vermelhos das espécies ameaçadas de extinção⁶, nas quais Angelo possui um papel fundamental, tendo sido presidente à época das publicações, também editor, participante de conselho curador, presidente de grupo de trabalho e integrante do subgrupo de invertebrados. Primeiramente, o trabalho teve como recorte espacial o estado de Minas Gerais e, posteriormente, abarcou todo o território brasileiro. As listas e livros vermelhos fazem parte de um esforço de conservação da diversidade biológica, que no estado de Minas Gerais é assegurada constitucionalmente, e servem como instrumento para subsidiar e orientar a definição de políticas públicas relacionadas à conservação de espécies ameaçadas e identificar o real estado de cada uma delas, quais as principais ameaças, a distribuição geográfica e os melhores caminhos para protegê-las.

A produção desses livros externaliza o caráter e a dimensão coletiva que é a produção de conhecimento científico. “A ciência moderna é sempre uma atividade coletiva” (LOWY, 2012). Angelo tem um papel notável no processo de elaboração dos livros vermelhos, mas estes não são resultados de um labor individual. Muito pelo contrário, denota o esforço e a contribuição de muitos cientistas, pertencentes aos mais variados coletivos de pensamento. O conceito fleckiano de coletivo de pensamento (*Denkkollektiv*)⁷ é proveitoso para pensarmos o procedimento de confecção desses livros.

Angelo Machado está inserido não só no grupo responsável pela elaboração dos livros - o conjunto de especialistas que compõem a equipe de elaboração dos livros -, mas também transita por outros coletivos, como o ICB e outras organizações e sociedades científicas. Ele e outros pesquisadores do ICB (UFMG) participaram da produção dos livros editados pela Biodiversitas, como é o caso de Anthony Brome Rylands, Aline Tristão Bernardes, Gustavo Alberto Bouchadet da Fonseca, Hugo Werneck, enfim, uma gama de professores pesquisadores, discentes e ex-discentes do Instituto que contribuíram para a criação do livro. No livro sobre a fauna mineira, pouco mais de 23% dos zoólogos envolvidos⁸ eram, naquele momento, do ICB e outros

⁶ A elaboração dessas listas e livros vermelhos é um objetivo estatutário da Fundação Biodiversitas.

⁷ Segundo Fleck (2010, p. 82), podemos definir o coletivo de pensamento como “a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamento”.

⁸ Ao todo, foram 56 zoólogos que constituíram os grupos de trabalho para a edição do livro.



pertenciam a outras instituições, mas outrora haviam tido algum contato ou formação acadêmica dentro do Instituto.

Toda comunidade científica ou coletivo de pensamento, então, segundo Fleck, define seu estilo de pensamento (*Denkstil*), que “conecta claramente os membros de um coletivo de pensamento” (FEHR, 2012, p. 41). Esse estilo de pensamento significa a maneira teórica e prática do fazer científico de determinado coletivo. Em outras palavras, compreende a forma como percebem um problema, a admissão de valores e métodos comuns para identificação e solução de uma questão científica, a orientação e o direcionamento do que deve ser estudado e pesquisado e como fazê-lo. Um cientista sente e age (FLECK, 2010), pensa e atua (CONDÉ, 2017) de acordo com o coletivo em que está inserido. “Esse estilo é marcado por características comuns: dos problemas, que interessam a um coletivo de pensamento; [...] e dos métodos, que aplica como meios do conhecimento” (FLECK, 2010, p. 149).

A produção dos livros vermelhos, além de exprimir uma preocupação comum desse coletivo de cientistas com a conservação da biodiversidade e com a proteção dos animais em extinção, expressa um procedimento metodológico adotado para sua criação, ou seja, um estilo de se fazer os livros e de se determinar quais espécies estão ou não em extinção. Todos eles foram elaborados a partir de critérios de classificação propostos pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), instituição que publicou a primeira lista vermelha, em 1966. Entretanto, baseada no roteiro da UICN, a equipe técnica da Biodiversitas criou seu próprio *Roteiro metodológico para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção* (LINS *et al*, 1997), do qual Angelo Machado é um dos colaboradores. O roteiro metodológico que orienta a produção das listas e livros vermelhos indica que o procedimento é feito em três fases principais: etapa preparatória, decisória e final. Na etapa preparatória definem-se os critérios de ameaça, geralmente os mesmo da UICN com algumas modificações, e, então, os especialistas indicam uma relação de espécies candidatas à lista final. A segunda fase, decisória, compreende a realização de um *workshop* onde, de acordo com os dados compilados na primeira fase, os especialistas definem quais as espécies de fato irão integrar a futura lista. Por fim, a etapa final é reservada para organização definitiva da lista e o encaminhamento da mesma para ser homologada pelo órgão ambiental competente (LINS *et al*, 1997, p. 3).

Posteriormente, esse roteiro metodológico virou referência nacional para a elaboração de livros vermelhos estaduais e do livro vermelho nacional. A elaboração das listas é assegurada por lei, o que também tem envolvimento de Angelo junto ao Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais.



A nossa Constituição foi a primeira a conter a palavra “diversidade” como valor a ser preservado. Foi o nosso grupo de ambientalistas do Centro para Conservação da Natureza, em Minas Gerais, que passou a proposta para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que, por intermédio do então deputado Fábio Feldman, incluiu no texto da Constituição a obrigatoriedade de “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país”. Esse é o objetivo principal das listas (nacional e estaduais) de espécies ameaçadas (MACHADO, 2011, p. 164).

O trabalho tecnocientífico de Angelo Machado relacionado com as questões de conservação de espécies em extinção engloba algumas importantes publicações, tais como o livro *Fauna brasileira ameaçada de extinção* (BERNARDES *et al*, 1990), em que era presidente da Biodiversitas, coordenador de Grupo de Trabalho e membro do subgrupo para invertebrados, o já citado *Roteiro metodológico para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção* (LINS *et al*, 1997), do *Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais* (MACHADO *et al*, 1998), onde foi editor e colaborador, *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação* (COSTA *et al*, 1998), do qual foi um dos organizadores, e, por fim, a *Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção* (MACHADO *et al*, 2005), em que foi editor e do *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção* (MACHADO *et al* 2008), obra que tem dois volumes, onde foi editor, coordenador temático do subgrupo invertebrados terrestres e autor de capítulos referentes a algumas espécies. Fica evidente que a atuação de Angelo Machado não se restringe à militância ou atuação política, mas engloba principalmente um trabalho de pesquisa científica que vincula uma bandeira da luta ambientalista contemporânea – a conservação da biodiversidade – ao fazer científico de Angelo Machado enquanto zoólogo.

A relação de pesquisadores do ICB (UFMG) com a Biodiversitas não é à toa. Na verdade, são duas instituições, dois coletivos que, no que tange essas ações relativas à conservação e estudos de espécies em extinção, são próximos e, em relação a seus integrantes, até se confundem. A circulação entre esses grupos é demasiado comum. Essas relações não ficam restritas aos professores pesquisadores. No ICB (UFMG), com a participação de Angelo Machado, foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre, em 1989 (UFMG, 1988, p. 100), recebendo a primeira avaliação CAPES, em 1992, já com nível B (UFMG, 1992, p. 42). Posteriormente foi criado também o curso de doutorado. O curso, existente até hoje, é interdepartamental e congrega três departamentos do ICB (UFMG), o de Biologia Geral, Botânica e de Zoologia. A criação do curso de pós-graduação nessa área tem relação com a emergência da Biologia da Conservação como campo da ciência ecológica.

Desde os seus primeiros anos, o mestrado em Ecologia recebeu financiamento de muitas instituições públicas, privadas e, principalmente, ONG's ambientalistas nacionais e estrangeiras, a



saber, WWF, CI, United States Fish and Wild life Service, a FBCN e a própria Biodiversitas (FUNDEP, 1989, p. 49; UFMG, 1994, s. p.). É devido a isso que, além do corpo docente e técnico, muitos alunos do programa de pós-graduação em Ecologia ou, ainda, ex-alunos do programa, estiveram no quadro de zoólogos que participaram da produção dos livros vermelhos, sobretudo o do estado de Minas Gerais.

Além de ter participado da gênese do curso de pós-graduação em Ecologia na UFMG, Angelo Machado teve um importante papel, junto de outros professores e alunos do ICB, no ativismo em defesa das áreas verdes da UFMG, principalmente a Estação Ecológica (EE) do *campus*, em uma controvérsia que envolveu a EE e a construção das Escolas de Odontologia e Farmácia no *campus* Pampulha⁹. Angelo Machado fora integrante da Comissão responsável por executar o Programa Ecológico do *Campus* Pampulha (BOLETIM UFMG, 1976, p. 5). A Estação Ecológica é resultado desses esforços que se iniciaram com a Portaria nº 698 de 13 de setembro de 1976, criada pelo então reitor Eduardo Osório Cisalpino, instaurando o Programa Ecológico que tinha por objetivo transformar o *campus* universitário em uma grande área ecológica de Belo Horizonte. Entretanto, o Programa foi aprovado apenas em 1979, já no reitorado de Celso de Vasconcellos Pinheiro, através da Portaria nº 320, sendo instituído um novo grupo responsável pelo Programa, ao qual Angelo Machado também está inserido (DAL PONT, 2009, p. 192-197).

Depois de alguns anos sem muitos avanços na utilização da área, em 1988 seria instituída uma nova Comissão Executiva para implantação da Estação Ecológica da UFMG, um espaço utilizado para fins de pesquisa científica e de educação ambiental. O principal uso da área seria feito pelo curso de pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, que tinha a EE como sede do curso e também como área de desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre conservação. Entretanto, no início da década de 1990, o projeto de transferência das Escolas de Odontologia e Farmácia para o *campus* Pampulha colocou em risco a área da EE. Instaurou-se uma disputa interna na universidade em que Reitoria intencionava construir os novos prédios do *campus* Saúde na área destinada à EE, enquanto professores, diretores e alunos do ICB questionavam as obras.

Nos Boletins da UFMG ficam evidentes as disputas entre os discursos favoráveis e contrários às novas edificações¹⁰. Os alunos e professores, inclusive Angelo Machado, ligados aos ICB, ao curso de mestrado em Ecologia e também ao Centro para Conservação da Natureza solicitaram um estudo de impacto ambiental (EIA) da construção, onde concluiu-se que os

⁹ Para ver mais sobre a história da Estação Ecológica da UFMG, ler DAL PONT (2009).

¹⁰ Nas edições de nº 905, 911 e 928 pode-se acompanhar um pouco do debate a partir da ótica dos que se posicionavam contra as obras dentro da área da EE.



problemas que seriam causados não eram mitigáveis (DAL PONT, 2009, p. 205). Ainda assim, a Reitoria mantinha a ideia da construção dos novos prédios. Destacar-se-á aqui três manifestações, uma individual e duas coletivas, de Angelo dentro dessa controvérsia.

A primeira diz respeito às questões geográficas, territoriais que estavam em disputa. Machado faz uma denúncia sobre a deturpação dos mapas utilizados por pessoas favoráveis às construções em uma edição do Boletim, onde há descrições de legendas erradas e alteração do tamanho real das áreas representadas. Angelo alerta o mau uso da linguagem cartográfica e seus efeitos políticos na questão ali em disputa. O problema residia no “fato de que o aludido mapa [...] dá uma ideia errada dos reais componentes espaciais envolvidos na controvérsia que se estabeleceu em torno da construção dos dois prédios” (MACHADO, 1992, p. 6). Em seguida, descreve uma situação em que um colega usou o referido mapa para dizer que quem se posicionava de maneira contrária às obras estava de “picuinha”. No mesmo artigo, termina dizendo o que de fato representa a área do mapa, a vegetação e fauna ali presentes, as pesquisas e atividades de ensino e extensão ali desenvolvidas e, claro, o fato de que a área é também sede do curso de mestrado em Ecologia.

Nos outros casos, Angelo se manifesta junto a dois grupos, a saber, junto aos professores do ICB, mais precisamente os professores do curso de pós-graduação em Ecologia, e depois em um manifesto publicado pelo Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais. No primeiro, há uma contestação às argumentações de quem se posicionava a favor, mas assinala principalmente o fato de que o Estudo de Impacto Ambiental feito para as obras indicava que a construção das duas escolas é incompatível com os objetivos da EE e que os impactos das edificações na área em questão eram irreversíveis. Por fim, destacam a iniciativa do reitor Celso Pinheiro de criar a Portaria 320, dizendo que a iniciativa foi “avançada e pioneira, na medida em que reuniu os objetivos de conservação da biodiversidade com aqueles próprios da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão” (BOLETIM UFMG nº 928, 1992, p. 4).

Terminando, Angelo Machado se manifestou junto ao Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais através de um manifesto *Estação Ecológica da UFMG ameaçada*. Naquele momento, as discussões ambientais não estavam na ordem do dia somente pela discussão interna à UFMG, mas, sobretudo, devido ao fato que naquele ano, 1992, o Brasil estava se preparando para a Rio-92, evento de alcance internacional, e, por mais irônico que pareça, a universidade sediou o V Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. O cenário, de certa forma, estava favorável para Angelo Machado e outros ambientalistas, mas houve muito embate político, técnico e também jurídico para que as escolas não fossem construídas na área da EE, mas sim em um



espaço em frente à Estação. No texto publicado pelo Centro, foi alertado sobre a contradição que essas obras representavam, visto todo o histórico de ações desenvolvidas pela universidade na área ambiental. Inclusive, isso foi destacado em uma edição do Boletim todo dedicado à temática, onde, já na capa, diz-se que a UFMG é a universidade que mais contribuiu para as questões ambientais e que o “programa ambiental da UFMG é dos mais completos do país” (BOLETIM UFMG nº 905, 1992, p. 1). O Centro destacou exatamente o pioneirismo mineiro e da UFMG frente a essas questões e a incompatibilidade entre o objetivo da EE e o da construção das duas escolas:

A universidade teve papel multiplicador na produção dos conhecimentos de Ecologia e de atitudes conservacionistas em Minas Gerais. Seus professores aliados aos combatentes membros das entidades ambientalistas, como o Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais e outros participaram ativamente de memoráveis lutas ecológicas. [...] destruir parte da Estação Ecológica da UFMG, [...] é uma atitude no mínimo incoerente e conflitante com os antecedentes e consciência ambientalista que se desenvolveu na Universidade (CENTRO PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE MINAS GERAIS, sem ano, sem página).

A atuação técnico-científica de Angelo, portanto, conserva relações do cientista mineiro entre os vários coletivos aos quais circulava e estava inserido e que, por conseguinte, também acabavam por tecer relações institucionais. Desde as pesquisas de identificação de espécies animais em extinção, passando pela criação do curso de mestrado em Ecologia e participando ativa e politicamente das decisões e ações desenvolvidas dentro da universidade que dizem respeito ao meio ambiente e conservação, Angelo não se consolida somente na área acadêmica, como pesquisador e professor, mas também tem importante papel político e social ao conseguir transitar entre a esfera universitária e a esfera pública, conseguindo falar para grandes cientistas e ambientalistas e também levando a temática ambiental, direta ou indiretamente, ao público infantil, fazendo com que seu trabalho científico - em coletivo - e seu discurso chegue e ecoe pelos diversos segmentos sociais e faixas etárias.

Considerações Finais

A atuação de Angelo Machado é interessante para percebermos a inflexão no movimento ambientalista brasileiro de maneira mais ampla. Até hoje, o discurso de Angelo Machado sobre educação ambiental se mantém praticamente inalterado. A marca da macrotendência conservacionista ainda se faz muito presente nas suas falas, entrevistas e livros infantis e, como dito, não é errônea, mas sim uma opção de abordagem dentre as muitas existentes. Ainda que seja limitada em certo sentido, contribui para que a criança já tenha ao menos um contato inicial com a percepção sobre o mundo natural e, segundo, ajuda a desconstruir a noção antropocêntrica da relação entre o ser humano e a natureza.



Entretanto, na segunda metade da década de 1980, percebemos um segundo momento em suas estratégias de atuação, não se limitando à educação ambiental e atuação política, mas compreendendo também seu trabalho como cientista, acompanhando a preocupação com preservação da diversidade biológica tanto pelo viés científico quanto pelo viés da luta ambientalista, quando essa terceira geração, ligada às discussões científicas, levanta uma nova bandeira dentro do movimento ambientalista, a conservação da biodiversidade.

O principal resultado dessa inflexão é a publicação das listas e livros vermelhos das espécies ameaçadas de extinção. Esses livros significariam uma conquista política, ao garantir que os estados federativos e o país fossem responsáveis pela proteção da biodiversidade e pela elaboração desses livros, mas também um detalhamento do conhecimento científico sobre ecologia e aplicação de novos métodos da ciência ecológica para identificação, mapeamento e estabelecimento de estratégias de conservação dessas espécies.

As listas vermelhas aqui citadas não foram as primeiras feitas no Brasil. As primeiras datam da década de 1970. Algumas, de recortes geográficos menores, são ainda anteriores, da década de 1950. Entretanto, elas com certeza guardam particularidades próprias por serem elaboradas em contexto completamente distinto, através de um procedimento metodológico diferente e, possivelmente, sem o mesmo número de cientistas especialistas envolvidos no processo de produção. Mais ainda, as finalidades e objetivos de confecção e divulgação da lista não são os mesmos de hoje em dia. Fazer uma história da produção dessas listas no Brasil parece ser um nicho de pesquisa interessante, procurando entender o contexto da produção, os interesses e objetivos envolvidos, a metodologia empregada e as redes de cientistas e instituições científicas incluídos no processo. Debruçar-se sobre essa questão partindo da História Ambiental e da História das Ciências parece ser um bom caminho para entender o histórico da preocupação com a biodiversidade ou mesmo a identificação e proteção de espécies no país tupiniquim. Futuramente, pretendo desenvolver melhor alguma dessas ideias.

Fontes:

BERNARDES, Alyne T.; MACHADO, Angelo B. M.; RYLANDS, Anthony B. **Fauna Brasileira ameaçada de extinção**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1990.

BOLETIM UFMG nº 130. **Edição especial**, 23 de julho de 1976.

BOLETIM UFMG nº 905. **UFMG forma especialistas em ambiente e preserva grandes áreas naturais**. Capa, p. 1, 21 de fevereiro de 1992.

BOLETIM UFMG nº 928. **Estações Ecológicas urbanas, nós e o verde**. Palavra da comunidade, p. 4, 07 de agosto de 1992.



CENTRO PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE MINAS GERAIS. **Estação Ecológica da UFMG ameaçada.** Arquivo Permanente do Instituto de Ciências Biológicas. Acervo Secretaria Geral. Caixa Estação Ecológica. Avulso.

COSTA, Cláudia M. R. *et al* (orgs.). **Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação.** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP. **Relatório de atividades 1988.** Arquivo Permanente do Instituto de Ciências Biológicas. Acervo Secretaria Geral. Caixa 20. Avulso.

LINS, Livia V. *etal*. **Roteiro metodológico para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção: (contendo a lista oficial da fauna ameaçada de Minas Gerais).** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1997.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro. Conservação da natureza e Educação. **I Congresso Brasileiro de Essências Nativas**, Campos do Jordão - SP, v. 16, p. 109-118, 1982.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro. **Curriculum vitae.** Correio eletrônico no dia 14 de junho de 2017. Acesso às 16h20.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro. Educação conservacionista (conferência). **Anais do 1º Congresso Estadual de Educação Ecológica**, Ibirubá - RS, 1984.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro. Educação da criança e a natureza. IV Congresso Latino Americano Psiquiatria Infantil. **Anais do Congresso Brasileiro Neuro-Psiquiatria Infantil**, Belo Horizonte - MG, v. IV, p. 155-158, 1977.

MACHADO, Angelo B. M.; MARTINS, Cássio S.; DRUMMOND, Gláucia M. **Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção (incluindo as espécies quase ameaçadas e deficientes em dados).** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

MACHADO, Angelo B. M.; DRUMMOND, Gláucia M.; PAGLIA, Adriano P. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção (2 vols.).** 1ª ed. Brasília, DF: MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas. 2008.

MACHADO, Angelo B. M. *et al*. **Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro. **Mentalidade conservacionista.** Separata da Revista Ciência e Cultura. v. 27(9), 1975.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro Machado. O poder dos mapas. **BOLETIM UFMG nº 911.** Palavra da comunidade, p. 6, 04 de abril de 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Análise - Relatório de Atividades dos Departamentos - 1988.** Arquivo Permanente do Instituto de Ciências Biológicas. Acervo Secretaria Geral. Caixa 19. Avulso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório anual de atividades - 1992.** Arquivo Permanente do Instituto de Ciências Biológicas. Acervo Secretaria Geral. Caixa 18. Avulso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório de atividades de Departamento - Biologia Geral (1993).** Arquivo Permanente do Instituto de Ciências Biológicas. Acervo Secretaria Geral. Caixa 29. Avulso.



Referências bibliográficas:

- ARAÚJO, Ana Rita. **Trabalho de uma vida**. In: Boletim UFMG (online), edição n° 1911 – Ano 41, 2015.
- BRASIL. **[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 25/04/2018, às 11h34.
- CARVALHO, Roberto B. de. Neurociência, libélula e literatura. **Revista Ciência Hoje** (online), 2013. Disponível em http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/758/n/neurociencia,_libelula_e_literatura. Acesso em 11 de abril de 2018, às 01h47.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.
- DAL PONT, Karina Rousseng. De “bota-fora” a Estação Ecológica da UFMG: pequenas conquistas e a construção de significados ambientais urbanos. In: STARLING, Heloísa Maria M.; DUARTE, Regina Horta (Orgs.). **Cidade universitária da UFMG: história e natureza**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DRUMMOND, J. A. L. **A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 21, p. 5-25, 2006.
- FEHR, Johannes. Fleck, sua vida, sua obra. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História** (São Paulo) v. 32, n. 2, p. 21-48, jul/dez, 2013.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José L. de A. *et al* (orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História**, v. 17, n. 1, 2009.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan/mar, 2014.
- MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro. Biodiversidade ameaçada. In: NUSSENZVEIG, H. Moysés (org.). **O futuro da Terra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MARCOLIN, Neldson. Angelo Machado: entre livros e libélulas (entrevista). **Revista Pesquisa FAPESP**, n° 132, 2007. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/02/01/entre-livros-e-libelulas/>. Acesso em 15 de março de 2018, às 11h41.



MINAS GERAIS. **[Constituição (1989)] Constituição do Estado de Minas Gerais**. 14 ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70446/CE_MG_EC_90.pdf?sequence=1. Acesso em 25/04/2018, às 11h23.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2009.

WORSTER, Donald. **Transformaciones de la tierra**. Montevideo: Editorial Coscoroba, 2008.



O Auxiliador da Industria Nacional e a republicação de memórias científicas na primeira metade do oitocentos¹

O Auxiliador da Industria Nacional and the republication of scientific memories in the first half of the 19th century

Janaina Salvador Cardoso

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

cardosojanaina@live.com

Recebido em: 02/05/2018

Aprovado em: 23/05/2018

Resumo: Entre finais do século XVIII e início do século XIX, homens de ciência portugueses e brasileiros escreveram memórias científicas que relatavam a importância da aclimação de novos cultivos e a introdução de métodos que auxiliariam para o maior aproveitamento dos recursos naturais e da agricultura brasileira. Décadas depois, já na primeira metade do oitocentos, o periódico científico *O Auxiliador da Industria Nacional* republicou na década de 1840 algumas das memórias escritas no setecentos com o intuito de difundir novas espécies vegetais e incentivar a substituição dos métodos considerados, então, arcaicos, e que ainda eram predominantes nas práticas agrícolas. Diante da necessidade de se desenvolver uma agricultura rentável e moderna, grande escopo do citado periódico, este artigo procura apresentar parte dessas republicações, nomeadamente as memórias escritas por José Mariano da Conceição Veloso e por Manuel Arruda da Câmara, desdobrando sua contribuição para a instrução dos lavradores no oitocentos e para o projeto de reforma agrícola almejado pelo impresso.

Palavras-chave: Agricultura, Memórias, Periódico.

Abstract: Between the end of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth century, Portuguese and Brazilian scientists wrote scientific memoirs that reported the importance of acclimatization of new crops and the introduction of methods that would help to make better use of natural resources and Brazilian agriculture. Decades later, in the first half of the nineteenth century, the scientific journal *O Auxiliador da Industria Nacional* republished in the 1840s some of the memoirs written in the Seventeenth in order to disseminate new plant species and encourage the replacement of methods considered archaic; which were still predominant in agricultural practices. Faced with the need to develop a profitable and modern agriculture, a great scope of the aforementioned periodical, this article seeks to present part of these republications, namely the memoirs written by José Mariano da Conceição Veloso and Manuel Arruda da Câmara, unfolding their contribution to the education of farmers in the 19th century and for the agricultural reform project aimed at printing.

Keywords: Agriculture, Memories, Newspaper.

¹ A autora é bolsista de mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2016/03393-1). Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Temático Escritos sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa (Processo FAPESP 13/14786-6).



Introdução

O redator Emilio Joaquim da Silva Maia (1808 – 1859) ao iniciar o décimo terceiro ano de publicações do *O Auxiliador da Industria Nacional* mencionava o importante papel que essa revista mensal vinha desempenhando desde a circulação de seu primeiro volume em 1833.

Neste periódico, em que se tem dado forte impulso ao desenvolvimento da indústria brasileira, tem visto a luz do dia já memórias e trabalhos originais de sumo valor, já traduções, compilações e extratos de objetos interessantes às artes e ofícios. É por ele que os nossos lavradores têm podido vir ao conhecimento dos melhores processos para mais lucrarem com os seus trabalhos rurais; é por este meio que se tem espalhado os adequados métodos para fabricação do açúcar, e para a preparação do café, da goma elástica, das ceras vegetais etc.: é ai enfim aonde em muitos e diversos lugares se encontra a maneira de tornar mais vantajosa as culturas do tabaco, arroz, baunilha, e de uma infinidade de vegetais tanto indígenas como exóticos. (O AUXILIADOR..., 1846, p. 6).²

Em seu relato, publicado em 1846, Maia descrevia o *Auxiliador* como uma das poucas revistas que na primeira metade do século XIX difundiram conteúdos voltados ao espaço rural como artigos, traduções, memórias científicas e demais republicações que apresentavam conhecimentos úteis aos lavradores do Império.³ Assim como apontado pelo redator, o periódico foi composto por diferentes projetos de renovação da agricultura que sugeriam, por exemplo, a aclimação de novos cultivos e plantas exóticas, a diminuição das monoculturas e o maior uso de instrumentos e máquinas agrícolas como forma de otimizar o trabalho realizado pelos agricultores. De acordo com o letrado esse impresso deveria ser considerado, em meados do oitocentos, como “uma das obras mais preciosas ao fazendeiro e fabricante brasileiro” (O AUXILIADOR..., 1846, p. 7) devido a divulgação de discursos que alertavam sobre a necessidade de reformar a agricultura para que as bases da indústria nacional fossem criadas nessas terras.

O *Auxiliador* foi fundado e redigido pelos sócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), agremiação científica criada em 1827 pelo comerciante baiano Ignácio Alvares Pinto de Almeida (? – 1844). No discurso proferido na abertura dos trabalhos dessa nova associação o letrado descrevia que a agremiação foi estabelecida com o principal intuito de “auxiliar a indústria, mormente pelo que respeita à aquisição de maquinismos, que, expostos às vistas do público, façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos agricultores, e dos nossos artistas”(ALMEIDA, 1828, p. 3). Composta a princípio, por duzentos membros – homens de letras, de ciências e indivíduos que atuavam na esfera pública do Império – a Sociedade Auxiliadora

² Todas as citações da documentação analisada passaram por atualização gramatical com o intuito de proporcionar maior fluidez na leitura.

³ Em meados do oitocentos houve um aumento no número de periódicos que circularam conteúdos agrícolas em diferentes províncias. Entre os impressos fundados nesse período, foram criados *O Commercial Jornal dos interesses comerciais, agrícolas, e industriaes* (1845 – 1860), a *Revista Agrícola e Commercial* (1876), a *Revista Agrícola* (1869 e 1891), *O Jornal do Agricultor: Princípios praticos de Economia Rural* (1879 – 1894) e o *Almanak do Jornal do Agricultor* (1886 – 1889).



recorreu a imprensa periódica para que os debates sobre os progressos agrícolas e industriais realizados por seus sócios não ficassem restritos apenas ao espaço associativo, mas pudessem alcançar todos aqueles que desejassem contribuir com a prosperidade da jovem nação brasileira.

Poucos anos antes do comunicado escrito por Emilio Maia, Lino Antônio Rebello (? – 1857) apresentava no décimo ano de circulação do *Auxiliador* um breve pedido de desculpas aos seus leitores pelas eventuais falhas cometidas na última década de publicações pois, apesar de seus erros, o trabalho dos redatores era movido pelo “amor da ciência, e o desejo ardente que temos de ser útil à nossa pátria” (O AUXILIADOR..., 1843, p. 1). No ano de 1843 o periódico novamente anunciava o seu compromisso em divulgar conteúdos e saberes úteis juntamente com as “observações para os melhoramentos da agricultura e indústria brasileira; além de ser este o único meio seguro de se poder conhecer, e avaliar o estado em que elas estão no nosso país” (O AUXILIADOR..., 1843, p. 1 – 2). Por meio de suas publicações os agricultores, homens industriais e demais indivíduos poderiam compreender quais melhorias agrícolas e industriais deveriam ser promovidas para que o Império do Brasil pudesse se consolidar como uma nação moderna e civilizada. Os interessados em conhecer os trabalhos realizados pela Sociedade Auxiliadora e os progressos da lavoura brasileira poderiam adquirir, pelo custo de quatro réis, uma nova edição do *Auxiliador* no décimo quinto dia de cada mês. O periódico também circulava sob a forma de volumes anuais que reuniam todas as edições daquele ano e eram vendidos pelo valor de oito réis. Tanto as edições mensais e anuais eram comercializadas no Museu Nacional, local em que eram realizadas as reuniões da SAIN e nas lojas Laemmert situadas na rua da Quitanda, de Sousa, dos Loteiros e do Ouvidor (SODRÉ, 1977, p. 146).

As páginas do *Auxiliador* foram compostas pelas atas das reuniões realizadas pelos membros da Sociedade Auxiliadora e principalmente por artigos, notícias, ensaios e memórias nacionais e estrangeiras que relatavam métodos e práticas que deveriam ser introduzidos para um melhor emprego dos recursos naturais brasileiros em benefício da agricultura e da indústria nacional. A publicação de memórias redigidas no século XVIII contribuiu para que os lavradores oitocentistas pudessem apreender um pouco mais sobre o processo de renovação agrícola abordado nas páginas do periódico fluminense. Naturalistas como Frei José Mariano da Conceição



Velloso (1742 – 1822)⁴ e Manuel Arruda da Câmara (1752 – 1810)⁵ foram autores de memórias que abordavam sobre a importância de um maior aproveitamento dos cultivos já aclimatados do lado de cá e dos benefícios a serem conquistados com as plantas que, até então, eram apenas conhecidas nos domínios portugueses do lado de lá do Atlântico.

Esses escritos científicos foram retomados por naturalistas e periódicos oitocentistas pois, a recorrência de uma escrita técnica e utilitária nesses documentos possibilitava uma maior compreensão dos agricultores, viajantes e demais indivíduos em relação aos cuidados necessários para o plantio correto de novas espécies vegetais (PATACA, 2011, p. 131 – 132). No caso do impresso mantido pela SAIN a reprodução das memórias contribuiu com uma maior reflexão entre os seus leitores e membros da associação sobre o projeto de reforma agrícola proposto para diversificar a agricultura nacional com a aclimação de novos cultivos e a introduzir novos métodos e instrumentos agrícolas. Desse modo, tendo em vista o relevante papel desempenhado pelas memórias científicas entre finais do setecentos e início do oitocentos, apresentaremos nesse artigo alguns dos textos republicados pelo *Auxiliador* na primeira metade do século XIX com o intuito de instruir os lavradores sobre a importância de renovar e modernizar as práticas agrícolas brasileiras.

Das plantas de lá e de cá

Em seu sétimo ano de circulação *O Auxiliador da Industria Nacional* divulgou uma breve *Advertência* para noticiar que a partir daquela data o periódico daria início a republicação de memórias nacionais e estrangeiras que trataram sobre as potencialidades naturais brasileiras e os melhores meios para que o país se beneficiasse de seus vastos recursos.

Existe [um] grande número de Memórias sobre a agricultura e História Natural do Brasil, escritas por autores nacionais ou estrangeiros, e que por terem sido impressas em diversas épocas e em folhetos avulsos, se acham hoje bastante raras no comércio, com notável detrimento da classe agrícola do país, que com vantagem as poderia consultar, pois que muitas delas contêm úteis preceitos e observações sobre a nossa agricultura e indústria. Este [é] o motivo porque

⁴ Chamado José Velloso Xavier, José Mariano da Conceição Veloso era natural da vila de São José, localizada em Minas Gerais. Aos 19 anos de idade iniciou sua vida eclesiástica no convento de São Boaventura de Macacú. Atuou como professor de geometria e retórica. Sob a ordem do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa iniciou suas excursões botânicas que resultaram na obra *Flora Fluminense*. Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, diretor da Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, autor e tradutor de memórias científicas que compuseram os onze volumes da obra *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escrito a esse assunto*. (GAMA, 1868, p. 137 – 305).

⁵ Manuel Arruda da Câmara foi inicialmente matriculado na Universidade de Coimbra, contudo, defendeu sua tese de doutorado pelo curso de medicina da Universidade de Montpellier. Foi autor de memórias científicas que tratavam sobre a importância de aclimatar espécies que seriam economicamente úteis ao Reino de Portugal e acerca da criação de jardins botânicos para transplantação de espécies obtidas nos domínios portugueses. Câmara passou seus últimos 20 anos no Brasil atuando como naturalista (PRESTES, 2000, p. 101 – 102).



julgamos fazer um serviço importante reimprimindo na coleção do *Auxiliador* da Indústria Nacional aqueles trabalhos que nos parecerem mais interessantes, e que hoje sejam mais difíceis de encontrar, a fim de não se perderem muitos escritos, aliás bem dignos de serem conservados e consultados. (O AUXILIADOR..., 1840, p. 275).

No início da década de 1840 o *Auxiliador* propôs a difusão de memórias científicas ainda pouco conhecidas entre os lavradores brasileiros. Os memorialistas setecentistas buscaram propor soluções para os problemas existentes no Reino luso a partir de um maior aproveitamento do solo fértil e das potencialidades naturais de seus domínios, como era o caso da colônia brasileira (SILVA, 2006, p. 129). Esses escritos produzidos por naturalistas luso-brasileiros entre finais do Setecentos e início do oitocentos dissertavam sobre diferentes temas como a importância da aclimação de novos cultivos, o uso de técnicas e novos instrumentos e da criação de jardins botânicos para a transplantação de espécies vegetais exóticas. Ao republicar essas memórias o periódico buscou instruir seus leitores acerca dos novos plantios que poderiam ser cultivados em suas lavouras e dos melhores métodos que deveriam ser adotados pelos lavradores.

Na continuidade de seu discurso o redator destacava que a circulação dos documentos começaria nesse mesmo volume do ano de 1840 com uma memória escrita pelo “insigne naturalista brasileiro Manuel Arruda da Câmara” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 276). O *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*, originalmente impresso em 1810, foi publicado na página seguinte ao anúncio de advertência. O escrito oferecido ao Príncipe Regente de Portugal foi composto por duas partes que tratavam sobre a necessidade da fundação de hortos botânicos no Brasil e por uma lista com o nome das principais plantas que deveriam ser transplantadas por essas terras, cujos nomes foram divulgados em português e em latim para facilitar o entendimento dos agricultores (O AUXILIADOR..., 1840, p. 276).

Câmara destacava na primeira parte de seu discurso a necessidade de uma maior valorização dos recursos naturais existentes nos países situados nos trópicos, “pois só ali é que ele pode viver comodamente sem o socorro da arte, e nutrir-se dos inúmeros frutos, que a terra prodigiosamente lhe liberaliza” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 276). O naturalista descrevia a ampla fertilidade do solo brasileiro ao mencionar que as terras europeias não eram suficientemente férteis para cultivar plantas como laranja, algodão, cacau, café e diversas especiarias, essas últimas constantemente comercializadas com o Oriente. A prosperidade das terras de cá já era algo comprovado pelos portugueses devido a boa aclimação de algumas espécies como a pimenta e o cravo da Índia que foram plantados na Bahia (O AUXILIADOR..., 1840, p. 277). De acordo com o letrado não bastava apenas a ação da natureza em prover os recursos, mas que o Reino soubesse aproveitar



adequadamente as potencialidades existentes em seus domínios principalmente do reino vegetal, base das riquezas de uma nação, e por isso:

[...] todo o cuidado em promover este manancial de felicidade pública será pouco à vista do imenso proveito, que daí se pode tirar. Dos vegetais é que se extrai o sustento dos homens, os seus vestidos, e enfeites; os regalos da vida, os remédios das enfermidades; a matéria primeira das artes: a agricultura pois é a verdadeira mãe das artes, do comércio, e da navegação. (O AUXILIADOR..., 1840, p. 278).

A agricultura enquanto “mãe” e primeira das artes deveria ser empregada em benefício da felicidade pública ao ser utilizada como alimento, como remédio e como base para produção das manufaturas necessárias para as sociedades. A compreensão de uma agricultura enquanto arte estava relacionada a ação dos homens em aclimatar cultivos, domesticar espécies ainda silvestres e possibilitar que diferentes culturas fossem produzidas em um mesmo solo (SILVA, 1986, p. 473). No *Discurso* Câmara ressaltava que grande parte das riquezas obtidas por Portugal nos últimos anos era proveniente da transplantação de cultivos como o milho, o trigo, a mangueira, a jaqueira, os inhames, os coqueiros e os amendoins. Dessas culturas “umas vieram da Arábia, outras da Índia, outras da África; e o milho da América Setentrional” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 279) contudo, o naturalista relatava que a transplantação de espécies seria ainda maior se fosse realizada dentro do território brasileiro e com outros países da América, porque em distâncias menores havia uma maior chance de sobrevivência das plantas. Para auxiliar no constante processo de aclimação alguns naturalistas redigiram instruções⁶ para que homens de ciência, artistas e viajantes curiosos pudessem conhecer os melhores métodos para coletar, armazenar e transportar diferentes espécies vegetais e animais no século XVIII (PATACA, 2011, p. 128).

Câmara destacava que em um território amplo como o Brasil ainda existiam alguns fatores que dificultavam a transplantação de espécies vegetais, como a falta de interesse dos lavradores por plantar novas culturas em suas propriedades e o pouco conhecimento acerca das técnicas de aclimação que poderia resultar na perda das plantas transportadas. A proposta do naturalista para reverter essa situação e diversificar as culturas era instituir hortos e jardins botânicos no Brasil, locais “tratados e administrados por homens inteligentes e ativos, nos quais hortos se cultivem, e tenham como em viveiros e reservatórios tanto as plantas indígenas, como as exóticas” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 281). Para facilitar a circulação de plantas recomendava-se a criação de

⁶ Sobre as instruções redigidas por naturalistas para a realização de viagens filosóficas em solo brasileiro ver: PATACA, 2011, p. 125 – 138.



jardins no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco que poderiam se comunicar com os hortos já existentes no Pará⁷ e em Caiena.

O horto botânico fundado na capitania do Pará em 1796 foi o primeiro estabelecido no Brasil e esteve vinculado as políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755 – 1812) para renovar a agricultura colonial com a aclimação de culturas já existentes na região e de novas espécies como pimenta, canela, noz-moscada, linho cânhamo, cravo da índia e outras especiarias. O êxito desse primeiro horto se deve a sua proximidade com Caiena, facilitando a obtenção de culturas que já eram desenvolvidas na colônia francesa sobretudo, plantas exóticas originárias do Oriente e que posteriormente, seriam aclimatadas em Pernambuco e no Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2001, p. 29).

O jardim fluminense foi criado apenas dois anos antes do *Discurso* de Câmara ser impresso. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro fundado em 1808 foi pensado como um “jardim de aclimação” em que seriam implantadas melhorias nas culturas já conhecidas e para introdução de espécies exóticas e especiarias orientais, como as que eram cultivadas em Caiena e foram recebidas na capital fluminense em 1810 (DOMINGUES, 2001, p. 29). O horto fundado em Olinda no ano de 1811 também teve como objetivo aclimatar plantas oriundas de Caiena para a difusão em Pernambuco e posteriormente enviadas para o Jardim do Rio de Janeiro. O horto pernambucano recebeu diferentes espécies exóticas para o plantio de árvores de fruta-pão, caneleiras, frutas-do-conde, cravos-da-índia e outros (KURY, 2013, p. 244).

A escolha desses locais deve-se às características de cada território – alguns compostos por terras argilosas, outros por terras arenosas ou locais com uma maior exposição aos ventos – para que os jardins pudessem receber espécies de diferentes países. Além das preocupações com o solo e o clima da área que sediaría o jardim botânico também era necessário atentar-se para a escolha dos inspetores que cuidariam do local, devendo ser “instruído em princípios de agricultura; e muito melhor será se possuir à ciência da Botânica, e souber desenhar, para descrever e desenhar as espécies de plantas novas e raras, que se criarem no seu horto” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 282). A escolha de um bom inspetor era fundamental para que as atividades do horto fossem desempenhadas corretamente pois, segundo Câmara o jardim não deveria ser apenas um espaço agradável e que contribuísse com o aumento das espécies botânicas, mas teria também a finalidade de ser útil, auxiliando nas riquezas do Estado com a “cultura daquelas plantas que derem mais

⁷ Em 1841 o *Auxiliador* apresentou aos seus leitores a publicação: *Catalogo. Das plantas do Horto publico de S. Jozé (e d'alguns particulares) da cidade de Belém do Pará, novamente estabelecido, segundo as ordens de S. Magestade, pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Francisco de Sousa Coutinho, Governador e Capitão General; onde se acusam os nomes vulgares, botânicos, e quantidades* (O AUXILIADOR..., 1841, p. 119 – 120).



lucro, como as pimenteiras, noz-moscada, cravo girofe, tamareiras, caneleiras, etc.; das plantas medicinais, como tamarindos, ipecacuanha preta, e branca, batatas, escamôneas, etc” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 283).

Parte das plantas sugeridas por Câmara para serem aclimatadas nos jardins botânicos foram abordadas nas memórias republicadas pelo *Auxiliador* na década de 1840 como foi o caso do cravo girofe, da canela e da pimenta juntamente com culturas utilizadas nas manufaturas portuguesas como o anil, a cochonilha e o linho. A existência de colônias localizadas em diferentes continentes contribuiu com a circulação das plantas dentro dos domínios portugueses (KURY, 2013, p. 234). Todavia não bastava apenas a existência de instruções que abordassem sobre o processo de transplantação das espécies, mas que os homens responsáveis pela sua aclimação tivessem conhecimentos sobre agricultura, solo e clima adequados para um bom desenvolvimento dos plantios. As memórias que abordavam os melhores modos de aclimatar e cultivar as novas espécies em solo brasileiro foram compostas por um caráter técnico e pedagógico. Na tradução da *Memória. Sobre a cultura e preparação do girofeiro aromático, vulgo Cravo da Índia* impressa em 1789, o Frade José Mariano da Conceição Veloso explicava que não estava apresentando “[...] uma análise química exata[...]” mas sim,

[...] o exame de um gênero de comércio e a indagação das propriedades que o fazem útil nas artes: e assim insistirei particularmente sobre estas propriedades; e nada mais acrescentarei do que alguns pedaços da análise exata, que podem dar luz sobre a qualidade aromática desta substância. (O AUXILIADOR..., 1841, p. 79).

A memória republicada pelo *Auxiliador* no terceiro número do ano de 1841 foi acompanhada por um desenho do cravo girofe estampado na página que antecedia a narrativa sobre o processo de aclimação da espécie nas colônias francesas no final do século XVIII. A publicação foi composta por diferentes informações sobre o transporte, o plantio e os primeiros resultados observados no processo de transplantação do cravo na Ilha da França e em Caiena entre os anos de 1773 e 1775. Entre as instruções estavam algumas diretrizes para que os agricultores pudessem identificar a melhor época do ano para a colheita do cravo, cujos botões geralmente eram formados no mês de janeiro contudo,

[...] as bagas que lhe sucedem, unicamente em o mês de Dezembro amadurecem: devem-se colher então os cravos dos girofeiros, que somente são os seus cálices encanutados, ou tubulosos, com quatro pontas que contém as pétalas e as partes da frutificação no momento em que a flor se abrir e se estender. Nesta sação os cravos são vermelhos, untuosos e muito aromáticos. (O AUXILIADOR..., 1841, p. 71 – 72).

A explicação sobre os melhores meses para a realização da colheita do cravo e a descrição física da planta auxiliava os leitores do periódico a conhecer um pouco mais sobre essa cultura de



elevado valor comercial e ainda pouco difundida em terras brasileiras. As orientações compostas por um caráter técnico eram fundamentais para que os lavradores conhecessem a composição da planta e os principais procedimentos utilizados na preparação do cravo. Segundo Veloso as experiências realizadas em finais do Setecentos demonstravam que “os girofes crus, simplesmente secos ao sol, eram da melhor qualidade: e que aqueles que somente tinham sido secos à sombra sem alguma outra preparação ocupavam o segundo lugar” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 74). Os agricultores que transplantassem o cravo girofe para suas propriedades não teriam grandes preocupações após a realização do plantio. A espécie se adaptava com facilidade a diferentes condições climáticas pois, com pouca ou grande absorção de água, a especiaria conseguia manter suas características aromáticas e esse era o principal interesse daqueles que optassem pelo cultivo do cravo (O AUXILIADOR..., 1841, p. 79).

A narrativa detalhada e que ressaltava os aspectos físicos das plantas se repetiu na *Memórias e Extratos. Sobre a Pipereira negra (Piper nigrum L.) que produz o fruto conhecido vulgarmente pelo nome de Pimenta da Índia, nos quais se trata da sua cultura, comércio, usos, etc* originalmente publicada por Frei Veloso em 1799 e reimpressa na sétima edição do *Auxiliador* no ano de 1841. Um desenho da pipereira negra foi impresso na página que antecedia a publicação da memória que “acompanhou a remessa da planta trepadeira da Pipereira de Goa, feita pelo Illm. Francisco de Cunha e Menezes, então Governador do Estado da Índia, para os lugares do destino da sua transplantação” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 193). De acordo com Veloso em janeiro de 1787 as plantas foram encaminhadas para a América Portuguesa com o intuito de fomentar grandes utilidades “das quais se tem aproveitado até aqui os povos da Ásia, pois esta especiaria, tão procurada por todas as nações da Europa, faz um dos mais importantes ramos de comércio da Índia” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 193).

A pipereira era uma planta trepadeira e essa característica possibilitava a sua adaptação em diferentes tipos de terreno, facilitando o processo de aclimação. Sobre a necessidade de haver uma terra fértil para o desenvolvimento da planta o naturalista ressaltava que o solo poderia ser adubado apenas com “a folha fresca de árvores, juntamente com a bosta de vaca, posta em covas, onde se deixa apodrecer; ou a cinza dos fogões” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 194). Para um bom crescimento recomendava-se que a planta fosse posta em um local com acesso moderado ao sol e ao sereno da noite. Por ser uma espécie trepadeira, Veloso também sugeria que as mudas e sementes de pipereira fossem postas em locais próximos as árvores e se isso não fosse possível, que os lavradores fincassem algumas varas de madeira no solo para que a planta pudesse espalhar seus ramos.



Semelhante ao relato sobre o cravo girofe a memória da pipereira descrevia uma espécie pouco conhecida e por isso apresentou detalhadamente as colorações dos grãos de pimenta para que os agricultores pudessem identificar qual o melhor momento para sua colheita. Frei Veloso destacava que em três ou quatro anos após a realização do plantio era possível obter os primeiros frutos da pimenta cujos grãos “são verdes no princípio, depois amarelos, e ultimamente vermelhos, e pretos quando secos, com a pele enrugada, que é lisa e branda quando nova, e cobre o grão duro que contém a sua substância acre e aromática” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 197). O *Auxiliador* ao republicar a memória escrita por Veloso incluiu todos os pontos referentes às cores e texturas analisadas pelo naturalista. Com uma explicação simples e clara a memória instruíu os lavradores sobre os diferentes procedimentos para o plantio correto da pimenta negra e demonstrava a importância de identificar as diferentes cores dos grãos para reconhecer as melhores sementes para comercialização.

Nos anos de 1840 o *Auxiliador* divulgou aos seus leitores diferentes memórias sobre cultivos úteis como o cravo girofe e a pipereira negra, especiarias de elevado valor econômico em finais do século XVIII e provavelmente, pouco conhecidas dos lavradores oitocentistas.⁸ No entanto, a preocupação dos memorialistas em apresentar culturas que poderiam ser aclimatadas no Brasil não se restringiu apenas às espécies vegetais mas incluiu os denominados “insetos úteis”, como a cochonilha. Ao longo do oitocentos o periódico veiculou alguns discursos e traduções que tratavam sobre as diferentes espécies de cochonilha e os locais mais indicados para o seu desenvolvimento. Frei Veloso se distanciou dos escritos que relatavam apenas sobre a vida do pequeno inseto e traduziu uma memória publicada na edição anual de 1841 que abordava sobre a cochonilha e a urumbeba, essa última também denominada “cacto cochonileiro”.

⁸ Algumas das memórias científicas que circularam na década de 1840 com propostas de reforma agrícola e aclimação de cultivos e que não foram abordadas neste artigo: Memória sobre quaes são os meios mais convenientes de suprir a falta dos estrumes animaes nos lugares onde he dificultoso have-los (O AUXILIADOR..., 1840, p. 124); Observações. Sobre a transplantação dos fructos da India ao Brasil, feitas no anno de 1782, por Duarte Ribeiro de Macedo. (O AUXILIADOR..., 1840, p. 340); Observações sobre a Canella do Rio de Janeiro, Escriptas a rogo do Senado da Camara da mesma cidade em 8 de maio de 1798, e ulteriormente ratificado, addiccionadas, e offerecidas ao mesmo Senado, por Bernardino Antonio Gomes, Medico d'Armada de S. Magestade Fidellissima, e Capitão de Fragata Graduado (O AUXILIADOR..., 1841, p. 3); Memória sobre a canelleira, para acompanhar a remessa das plantas, que o príncipe N. Senhor manda transportar para o Brasil (O AUXILIADOR..., 1841, p. 50); Dissertação sobre as plantas do Brazil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedades, e suprir a falta do Canhamo por Manuel Arruda da Camara, Doutor em Medicina. (O AUXILIADOR..., 1841, p. 225); Memória sobre os insetos da seda, (Bombix Mori) sua introdução no Brasil, causas de não aproveitar [...] Pelo Dr. A. Chavannes (O AUXILIADOR..., 1845, p. 8); Memória acerca das Abelhas da Provincia do Piauihy do Imperio do Brasil, composta por Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco. Lisboa 1842 (O AUXILIADOR..., 1845, p. 49); Memória sobre a cultura e preparação do chá (O AUXILIADOR..., 1845, p. 257); Memória sobre a plantação dos algodões, sua exportação, e decadência da lavoura de Mandiocas no termo da Villa de Camamu [...] Por José de Sá Bittencourt e Accioli, Bacharel formado pela Universidade de Coimbra, correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa (O AUXILIADOR..., 1844, p. 25).



A memória: *Sobre a cultura da urumbeba, e sobre a criação da cochonilha: extraída por M. Bertholet das observações feitas em Guaxaca por M. Thierry de Menonville, e copiada do 5º tomo dos Anais de Química* apresentava as análises realizadas por químicos franceses sobre a cultura da urumbeba e a criação do inseto da cochonilha na região de Guaxaca no México. Frei Veloso logo nas primeiras páginas da tradução ressaltava seu desejo pela circulação da memória no Brasil “e particularmente pelos povos de beira-mar, que possuem tantos tratos arenosos, inúteis a toda outra planta, exceto esta, aja de produzir um maravilhoso efeito no comércio nacional, pela grande falta que se experimenta deste gênero, assim na Europa, como na Ásia” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 289). Culturas como o anil, a cochonilha e o linho foram fomentadas pelo governo português em finais do Setecentos devido ao seu uso na indústria têxtil. Assim como recomendado por Veloso, a cochonilha foi aclimatada nas capitanias do Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo (WEHLING, 1977, p. 172). O memorialista destacava que a presença da cochonilha “é um fato da nossa agricultura do Brasil; pois governando o Rio de Janeiro o Excelentíssimo Luís de Vasconcellos e Sousa, animou tanto a sua cultura nas freguesias que ficam pela praia ao norte da mesma cidade, isto é, Taipú, Maricá, Saquarema, e Yraruama [...]” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 279 – 280). Luís de Vasconcelos e Sousa (1742 – 1809)⁹ foi vice-rei entre os anos de 1778 e 1790 e deu continuidade as medidas realizadas por seu antecessor, Marquês de Lavradio, para transplantação do anil e da cochonilha em solo brasileiro (SILVA, 2013, p. 315).

Na tradução Frei Veloso abordava a criação da cochonilha no México e destacava que as condições climáticas de Guaxaca e do Rio de Janeiro eram semelhantes, o que contribuía para a criação desse inseto que “é um objeto de tanta importância ao comércio, e de tanto interesse às artes, que não deve ser indiferente a aquisição dos seus costumes, e dos cuidados que requer a sua criação” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 291). A produção da cochonilha era considerada no México como uma riqueza “mais segura que as suas minas de prata”, visto que os minérios estariam presentes em muitos países, mas a cochonilha só poderia ser criada em determinadas localidades. Ao analisar que a cidade do Rio de Janeiro possuía características similares ao espaço mexicano Frei Veloso questionava: “Se as latitudes são as mesmas, porque não rivalizaremos aquela rica produção?” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 290).

A memória foi composta por três partes: a primeira tratava sobre o cultivo do cacto urumbeba; na segunda foram abordadas duas espécies de cochonilha, as finas e as metescas; e por fim, uma análise comparativa entre os insetos criados no México e em Santo Domingo. O frade

⁹ Na edição de 1844 foi publicada no *Auxiliadora* memória Linho Canamo. “Breve história das sementes de Canamo, suas diferentes situações e sucessos na capitania do Rio de Janeiro. Memória oferecida ao Exm. Sr. Luiz de Vasconcellos e Souza, vice-rei do Estado do Brasil” escrita no século XVIII. (O AUXILIADOR..., 1844, p. 45.).



ressaltava que a urumbeba poderia ser encontrada com facilidade em todo o continente americano e que a principal diferença entre as espécies era a coloração de seus espinhos. A partir dos espinhos brotavam as flores ou sedas que poderiam ser “brancas, vermelhas, amarelas, púrpuras, carmesins, conforme as diferentes espécies: tem de 2 linhas até 6 polegadas de grandeza” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 294). Para esclarecer aos agricultores e demais leitores da memória Veloso relatava que a partir das experiências realizadas era possível observar que a cor do cacto em nada influenciava no desenvolvimento e na coloração obtida com a cochonilha. De acordo com o naturalista o cacto urumbeba era a melhor espécie para a criação dos insetos e por isso, os homens que se interessassem pela propagação da cultura deveriam começar pelo estabelecimento de um “viveiro de urumbebas, ao qual se dará o nome de urumbebal” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 297).

Assim como mencionado por Veloso no início da tradução a cochonilha era um inseto de grande utilidade para a indústria, porém ainda pouco difundido entre os brasileiros. O tradutor da memória após descrever sobre a urumbeba e as características de suas diferentes espécies – algumas com raízes mais longas e outras com espinhos mais curtos – complementou sua narrativa ao abordar sobre a cochonilha. O relato sobre o pequeno inseto foi amplo e com destaque para as principais diferenças que os cultivadores deveriam identificar no macho e na fêmea da pequena espécie:

A cochonilha é um coco que habita no cacto cochonilheiro: a fêmea tem o corpo chato da parte do ventre, e abaulado, ou hemisférico pela parte das costas, as quais são raiadas por listras transversais, que acabam no ventre formando nele um beço ou margem dobrada, das quais a superior é menor: toda a pele é de uma cor parda de sombra, a boca nada mais que um ponto, que sai do meio arcabouço ou tórax: tem 6 pés, pardos, curtíssimos, e nada de asas. O macho tem o corpo alongado, de uma cor vermelha, escura, coberto de duas asas horizontalmente abatidas, e algum tanto encruzados sobre o dorso ou costas: tem duas pequenas antenas; a cabeça menor um terço que o corpo; o abdômen terminado por duas sedas posteriores, e do mesmo modo que as antenas, divergentes: tem igualmente 6 pés, porém maiores que o da fêmea: não tem um voo continuado, mas de *pousa lousa* em voltas, saltando raramente. (O AUXILIADOR..., 1841, p. 298).

Por meio desse discurso simples o memorialista apresentava os principais aspectos físicos observados nas cochonilhas: cores, tamanho e separação de seus corpos, membros e asas. As distinções entre macho e fêmea eram fundamentais para que os lavradores pudessem diferenciar os insetos e separá-los no momento da colheita, como foi sugerido por Veloso. Semelhante às demais publicações do *Auxiliador* a memória não se referia à cochonilha com o uso de denominações científicas mas a partir de um discurso que contribuía com a instrução de seus leitores. As orientações impressas eram claras e possibilitavam que os lavradores pudessem analisar em suas propriedades se o solo arenoso era apto ao cultivo da urumbeba e no caso daqueles que já conhecessem o cacto, observar se a planta já continha os pequenos insetos sob seus espinhos. Os



homens que optassem por iniciar a criação de cochonilhas não precisariam se preocupar em oferecer constantes cuidados ao animal, pois após os insetos pousarem sobre o cacto “nele se multiplicariam até cansar e esvair a planta” (O AUXILIADOR..., 1841, p.300). As cochonilhas se alimentavam da seiva do cacto e desse modo, a maior atenção dos lavradores deveria ser direcionada à saúde da planta para garantir um bom desenvolvimento do inseto.

Após as explicações sobre o cacto e o inseto a memória também discorreu sobre o processo de colheita e secagem da cochonilha para que as tintas fossem obtidas de modo adequado. A “colheita” deveria ocorrer dois meses após as cochonilhas serem “semeadas” ou seja, depositadas em cima dos espinhos dos cactos e um mês após as fêmeas estarem fecundadas, algumas já acompanhadas de seus pequenos filhotes. O processo de retirada dos insetos também era realizado de modo simples. A memória recomendava que os produtores passassem um ferro ou a lâmina de uma faca de corte arredondado “entre a casca da urumbeba e as pinhas da cochonilha que a cobre: fazem-se cair em um pano de linho ou em alguma vasilha pronta para recebê-la” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 301). A dissecação do inseto para retirada do corante deveria ser realizada logo em seguida. As cochonilhas recolhidas seriam postas “em dois panos dentro da água fervendo por dois ou três minutos: estendem-se ao depois em tábuas ou tabuleiros, ou, o que é muito melhor, em bacias de arame: expõe-se ao ardor do Sol para se assegurarem melhor a sua dessecação [...]” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 301).

A orientação sobre como colher adequadamente a cochonilha tinha um importante papel na obtenção de um maior volume de corantes. Os lavradores que lessem a memória poderiam aprender mais sobre esse método e gradativamente substituir as práticas que desde finais do Setecentos eram realizadas pelos portugueses no Brasil sobretudo, no Rio de Janeiro. O *Método de preparar a cochonilha no Rio de Janeiro, segundo Stauton, Secretario e Autor da Relação da Embaixada à China de Lord Macartnei* foi publicado após o fim da memória traduzida por Veloso e relatava alguns erros observados na preparação da cochonilha. De acordo com o método duas ou três vezes por semana os escravos retiravam os insetos utilizando apenas uma vara de bambu, cortada de modo semelhante a uma pena e com ela extraíam os insetos crescidos e outros que ainda não estavam com tamanho adequado para a produção do corante. Com a recorrência desse procedimento “as plantas nunca têm a metade dos insetos que podiam sustentar, pois que muitas das fêmeas morrem antes de terem feito os seus depósitos” (O AUXILIADOR..., 1841, p. 307). Diante disso, a recomendação era que substituíssem o método empregado pelo uso das lâminas e que deixassem os filhotes sob os espinhos até que estivessem com o tamanho adequado para serem colhidos.



O *Auxiliador* ao republicar algumas memórias científicas redigidas no Setecentos contribuiu para que seus leitores pudessem conhecer um pouco mais sobre o processo de aclimação de algumas espécies vegetais, principalmente das culturas consideradas úteis para a agricultura nacional. Entretanto, os discursos técnicos e didáticos veiculados nessas memórias não estiveram restritos apenas aos conteúdos relacionados à botânica, mas abordaram novas técnicas e instrumentos que poderiam auxiliar na condução das práticas agrícolas.

Métodos e técnicas para as práticas agrícolas

O primeiro número do *Auxiliador* publicado no ano de 1841 trouxe aos seus leitores algumas considerações sobre agricultura e indústria, mais precisamente, sobre a relação que ambas deveriam ter para o bom desenvolvimento das nações. No artigo *Miscelânea da indústria. Considerações gerais sobre a sua utilidade* o redator afirmava que “a agricultura não poderia prosperar só sem o progresso paralelo das outras artes industriais; sem estas não teria consumidores, e até ela careceria de muitos artigos de consumo; pois são indubitavelmente os agricultores os que precisam de maior quantidade de produtos industriais” (O AUXILIADOR..., 1842, p. 29 – 30). Em suas edições o periódico destacava que em uma nação civilizada os progressos da agricultura e da indústria deveriam ser realizados em conjunto, visto que a agricultura era responsável por conceder as matérias utilizadas na produção de itens manufaturados necessários para a sobrevivência dos indivíduos. Ignácio de Almeida poucos anos antes da fundação do *Auxiliador* relatava que a indústria era considerada “ou como simples trabalhos manuais, ou como invenção do espírito em mecanismos úteis, é um tesouro precioso de memoráveis benefícios, porque aplicada à cultura da terra, as manufaturas, as artes, e ao comércio, anima, e fertiliza tudo, e por tudo espalha a abundância, e a vida [...]” (ALMEIDA, 1828, p. 8). O primeiro secretário da Sociedade Auxiliadora declarava que a fundação da indústria implementaria melhorias nas manufaturas, no comércio e na agricultura devido as técnicas, instrumentos e máquinas que auxiliariam no trabalho realizado pelos lavradores, reduzindo seus custos e ampliando a produção dos cultivos agrícolas (CARONE, 1978, p. 24).

Ainda que a maior parte das memórias setecentistas republicadas no *Auxiliador* abordassem questões relacionadas à transplantação de novas espécies vegetais também foram incluídos alguns escritos sobre métodos que poderiam ser aplicados para melhorar a indústria agrícola.¹⁰ Frei Veloso em sua *Memória sobre o azeite feito das sementes do girassol, e do algodão* impressa no *Auxiliador* em 1840, destacava que os lavradores deveriam conhecer as novas técnicas utilizadas para obtenção de óleos

¹⁰ Na introdução do seu primeiro número do ano de 1846 o periódico descrevia a indústria agrícola como aquela que “tem por objeto o maior desenvolvimento das forças naturais, ou a colheita dos produtos, que o criador espontaneamente nos apresenta” (O AUXILIADOR..., 1846, p. 3).



das sementes de diferentes espécies. Ao apresentar o exemplo do girassol o naturalista destacava o uso de suas sementes na obtenção de azeites para fins alimentícios e medicinais, substituindo o azeite das oliveiras, popularmente conhecido. De acordo com Frei Veloso o método emprego pelos lavradores para produção do azeite – geralmente extraído a partir do depósito das sementes dentro de covas – não poderia ser utilizado quando fosse almejado em grande quantidade. O autor da memória apresentava as experiências realizadas para conhecer os novos modos de extração do azeite com o intuito de:

[...] instruir assim as pessoas, que tem inclinação, como as que tem oportunidade de adiantar as experiências, e de fazer valer este ramo de indústria e comércio; e que não conhecem os princípios gerais, como se procura extrair o azeite por expressão das substâncias vegetais, convém dizer-lhes: que os caroços dos frutos como nozes, avelãs, cocos, amêndoas, e as sementes de muitas plantas, como mostardas, rábanos, papoulas, linhos, e girassóis, etc., contém uma grande porção de azeite doce, ou comestível. (O AUXILIADOR..., 1840, p. 313).

O autor abordava nessa memória o seu interesse em ensinar os agricultores a substituir os métodos de obtenção de azeite por novas técnicas que não seriam restritas apenas para a produção dos óleos de girassol e de algodão, mas que poderiam ser utilizadas em outras sementes oleaginosas. O método sugerido pelo naturalista empreendia ações simples que poderiam ser reproduzidas sem grandes dificuldades por seus leitores. A orientação era que os caroços e sementes fossem levados até os engenhos para serem reduzidos a pó ou a massa com as “pisadas” dos agricultores. Em seguida, seriam postos dentro de sacos feitos de lã ou linho grosso para serem prensados entre duas chapas ou lâminas de ferros. Por fim o produtor rural deveria posicionar uma vasilha em baixo das lâminas para recolher o azeite obtido pela ação da prensa.

O uso da prensa também poderia ser alterado de acordo com o tipo de azeite desejado pelo agricultor. Veloso explicava que o “azeite a frio” era extraído sem o aquecimento da prensa e recebia um maior interesse dos compradores devido ao maior período de armazenamento, porém era obtido em menor quantidade do que os outros azeites (O AUXILIADOR..., 1840, p. 313). O aquecimento das prensas era indispensável para a produção dos azeites e óleos em regiões de clima mais frio. Se o azeite fosse preparado para fins medicinais ou para sustento próprio a chapa poderia ser apenas umedecida com água quente. Contudo, se fosse para outras finalidades o calor era necessário para um maior rendimento.

A prensa era um instrumento simples e já conhecido entre os lavradores por ser comumente utilizado nos engenhos de açúcar. Frei Veloso narrava em sua memória um novo uso para esse aparelho e, além disso, auxiliava os lavradores a ampliar seus lucros e diminuir os desperdícios na produção de grãos ao demonstrar como as sementes de diferentes espécies poderiam ser



transformadas em óleos e azeites que não requeriam um elevado custo para serem produzidos. Frei Veloso descrevia que o novo método instruía os homens a “obter entre nós mesmos um azeite barato, e a importância de usar dele sendo novo, e juntamente os outros usos prováveis para vernizes, para a base dos unguentos, para a mistura dos pintores, e para os outros muitos fins [...]” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 315). Na conclusão da memória o naturalista relatava que a produção dos azeites e óleos era um importante passo para que o Brasil pudesse aproveitar as sementes de algodão que todos os anos eram perdidas, sendo quase “um milhão de arrobas de sementes de algodão, que desmanchando em azeite daria todo quanto o Reino carecesse para as suas iluminações [...]” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 319).

Nesse ano de 1840 o *Auxiliador* concluiu seu volume anual de publicações com a reimpressão do *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil pela introdução do arado, reforma das fomalhas, e conservação de suas matas, &c* originalmente publicado em Lisboa em 1799 e também traduzido por Frei Veloso. No discurso o Brasil era mencionado como uma nação de solo fértil, porém ainda pouco aproveitado pelos lavradores que não dedicavam uma maior atenção ao solo e aos meios para manutenção de sua prosperidade. A memória destacava a necessidade dos agricultores substituírem os maus hábitos e métodos arcaicos que ainda eram predominantes nas práticas agrícolas. Para superar os atrasos que ainda pairavam na agricultura nacional os lavradores deveriam conhecer as sementes mais adequadas para cada tipo de solo, realizar experimentos para aclimatar diferentes espécies e descobrir quais os possíveis meios para ampliar a fertilidade dos terrenos, deixando para o trás o “mesmo caminho que trilharam os seus antepassados” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 428). O memorialista relatava que em uma terra tão fértil como a do Brasil cabia aos fazendeiros conhecer todos os tesouros escondidos no solo de suas propriedades “de baixo das raízes de sapé e da samambaia” e para isso, bastava o emprego de um único instrumento, o arado:

O ferro do arado só é capaz de descobrir estes tesouros, e de extinguir aquelas raízes venenosas e inúteis, que tem chupado toda a substância da terra, com tanto prejuízo dos seus habitantes. Só ele é capaz de preparar com perfeição a terra para canaviais, feijões, arrozais, e para todo o gênero de grãos e de sementes, com tanta vantagem, que um só preto com uma junta de bois pode lavrar tanta terra como vinte pretos com o uso da enxada, o que se pode provar todos os dias com a experiência. (O AUXILIADOR..., 1840, p. 429).

O arado de ferro era um instrumento de grande utilidade e versatilidade, podendo ser empregado no plantio de diferentes espécies vegetais e na preparação de solos variados – arenosos, húmidos ou argilosos. Além de ser um item simples, de baixo custo e de fácil manuseio o arado possibilitava uma economia no tempo despendido para a realização das atividades rurais pois, com apenas um negro e o auxílio de um boi poderia substituir o trabalho que comumente era



desempenhado por vinte trabalhadores amparados apenas com enxadas. O solo remexido com o arado se tornava mais fértil após reduzir a quantidade de plantas inúteis ou raízes danosas presentes nos terrenos, possibilitando um melhor desenvolvimento dos plantios almejados pelo agricultor. Frei Veloso descrevia em sua tradução que com o arado “a terra, que naturalmente é fecunda, nunca mais deixará de o ser, apesar da sua antiguidade, como temos demonstrado. O uso do arado, cortando e extinguindo as raízes do sapé e da samambaia, que são os maiores inimigos da terra, fará vigorar a sua antiga substância” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 430 – 431).

Instrumentos como o arado e a charrua, juntamente com o uso de estrumes como matéria fertilizadora eram medidas simples que poderiam contribuir com o rompimento de um sistema rotineiro que ainda era recorrente na agricultura brasileira (FRAGOSO, 1986, p. 135). A introdução do arado e de adubos químicos ou orgânicos eram importantes práticas para substituir as queimadas que geralmente eram realizadas antes do processo de semeadura. Um dos poucos solos que não requeria o uso do arado eram as terras novas que ainda não foram danificadas pela presença de raízes muito profundas. No entanto, na primeira metade do oitocentos havia uma pequena quantidade de terras virgens e sobre isso, o *Auxiliador* questionava seus leitores ao dizer “qual é a fazenda do Brasil, por mais nova que seja, que não tenha algum pedaço de terra suscetível do arado, e que não vá tendo pelo decurso dos anos outra maior porção de terra desta natureza?” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 430). Nesses casos o arado não seria um instrumento de necessidade imediata, mas no decorrer dos anos se tornaria um item indispensável para os lavradores que precisassem remexer o terreno para fertilizá-lo e iniciar um novo plantio em suas propriedades.

Contudo, não bastava que os agricultores apenas conhecessem os benefícios proporcionados pelo arado a partir da leitura de memórias e demais escritos que abordavam sobre o instrumento. Os lavradores deveriam conhecer as vantagens proporcionadas pelo arado a partir do exemplo, ou seja, da prática. A sugestão do memorialista era que o Príncipe de Portugal poderia recomendar que suas terras fossem lavradas com emprego do arado como demonstração da utilidade desse instrumento, visto que “[...] um exemplo será mais poderoso e eficaz do que os prêmios que se propusessem para quem praticasse primeiro aquele uso; e do que as penas que se fulminassem contra aqueles que o não quisessem praticar” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 431). Nesse caso, não bastava apenas a atuação dos lavradores mas que Portugal instrísse os homens sobre a importância de renovar suas práticas com o uso de métodos que reduzissem os danos causados no solo. Frei Veloso também descrevia outras medidas que poderiam ser realizadas pelos lavradores como a adoção de novas fornalhas que seriam mantidas acesas como bagaço da cana e requeriam uma menor quantidade de lenha do que os fornos já conhecidos. Outra recomendação



era sobre o maior cuidado que os lavradores deveriam ter com as árvores existentes nas áreas litorâneas, evitando o seu corte e conservando-as como um “patrimônio público do Estado” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 432).

Ao final de sua memória Veloso retomava a visão de que um solo tão fértil quanto o brasileiro era propício para a transplantação de diferentes espécies do Reino português, como as oliveiras e castanheiras e para a produção de animais como carneiros, ovelhas e gado que poderiam ser criados nos vastos campos presentes nesse território. De acordo com o memorialista o Brasil não requeria grandes mudanças para melhorar suas práticas agrícolas e se tornar uma rica nação. Para isso, bastava apenas que fosse realizada “a introdução e o uso do arado e das fornalhas de nova invenção; a conservação das árvores úteis e necessárias, a plantação das que forem destes Reinos, a criação do gado lanisco. Eis-aqui, segundo me parece, todo o plano de melhoramento e da reforma da agricultura do Brasil” (O AUXILIADOR..., 1840, p. 432).

Considerações finais

A republicação de memórias científicas na primeira metade do século XIX teve um importante papel na condução dos projetos de renovação agrícola veiculados pelo *Auxiliador*. Nesses escritos setecentistas era possível pensar em uma exploração mais racional dos recursos naturais brasileiros a partir de medidas simples que poderiam ser introduzidas nas lavouras do Império. A aclimação de novas culturas ainda pouco conhecidas e a introdução de instrumentos como o arado foram assuntos constantemente debatidos. Na segunda metade do oitocentos o periódico divulgou os novos arados movidos a vapor, de tamanhos variados e com usos específicos para cada tipo de solo a fim de facilitar o trabalho realizado nas lavouras. Nesse mesmo período o impresso noticiava aos seus leitores que a Sociedade Auxiliadora distribuiria gratuitamente mudas e sementes de diferentes espécies vegetais para os agricultores interessados em propagar novas culturas.

Tanto as memórias científicas quanto os demais artigos veiculados no *Auxiliador* foram compostos por um discurso pedagógico e didático que poderia ser compreendido sem grandes dificuldades pelos homens do oitocentos. A recorrência dessa escrita simples e vulgarizada contribuía com a instrução dos agricultores por meio de novos conhecimentos científicos, espécies vegetais e instrumentos que ao serem incorporados nas lavouras poderiam substituir as monoculturas e as práticas arcaicas que ainda eram recorrentes no século XIX. Por fim, os projetos para transplantação de espécies exóticas e para o emprego de instrumentos aratórios foram veiculados pelo *Auxiliador* como uma forma de orientar e incentivar seus leitores a participar da



construção de uma agricultura moderna e civilizada, tal como foi difundido e propagado pelo periódico até o encerramento de suas edições no ano de 1892.

Fontes:

ALMEIDA, Ignacio Alvares Pinto de. **Discurso que no faustissimo dia 19 de outubro de 1827, em que foi instalada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional recitou Ignacio Alvares Pinto de Almeida**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828.

O AUXILIADOR da Industria Nacional, Rio de Janeiro, 1833 – 1892. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/auxiliador-industria-nacional/302295>

Referências bibliográficas:

CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827 – 1977)**. Rio de Janeiro: CIJR/Cátedra, 1978.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In. DANTES, Maria Amélia M. (org). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800 – 1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A Roças e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do Século XIX: o Caso do Sistema Agrário Escravista-Exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125 – 150, mar./ago. 1986.

GAMA, José de Saldanha. BIOGRAPHIA do botânico brasileiro José Marianno da Conceição Velloso. Memoria lida no Instituto Historico perante S. M. o Imperador, por José de Saldanha da Gama. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro, tomo XXXI, pt II, p. 137 – 305, 1868.

KURY, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens (séculos XVIII – XIX). In. KURY, Lorelai (org). **Usos e circulação das plantas no Brasil, séculos XVI a XIX**. Tradução Chris Hieatt. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013

PATACA, Ermelinda Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777 – 1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125 – 138, jul/dez 2011

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. (coord). **O Império luso-brasileiro, 1750-1822**. vol. VIII. Lisboa: Estampa, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, vol. 316, p. 170 – 278, jul/set., 1997.



Histórias das ciências e os “fundamentos históricos” da Psicologia

History of sciences and the historical foundations of Psychology

Marcio Luiz Miotto

Doutorado em Filosofia

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

mlmiotto@gmail.com

Recebido em: 09/05/2018

Aprovado em: 26/05/2018

Resumo: O presente texto põe algumas questões referentes à “história” dos fundamentos da Psicologia entre os séculos XIX e XX, mostrando como ocorrem ainda, em História da Psicologia, certos fatores controversos, muitos deles tributários de postulados filosóficos do século XIX, especialmente em torno do positivismo. A artigo concentra-se em mostrar, preliminarmente, de que forma a ruptura da Filosofia Natural e a ascensão da figura do “cientista” no século XIX ensejaram novos motivos de análise, dentre eles certo cientificismo que se impôs inclusive como chave de interpretação histórica. Após uma exposição inicial do problema – chamando a atenção também às consequências institucionais, da formação à profissão –, o artigo faz três breves estudos de caso – em torno de Fechner, Helmholtz e Wundt – e termina por defender perspectivas que abram a História da Psicologia a histórias mais alargadas, tais como a História da Filosofia e as Histórias das Ciências.

Palavras-chave: História da psicologia, História das ciências, História da filosofia.

Abstract: The present work poses several questions concerning the history of Psychological's foundations between 19th and 20th centuries, showing how there are still today certain controversial factors derived from 19th century philosophical postulates acting on the ways of describing psychology's history, notably around positivism. The article concentrates in showing, in a preliminary way, how the rupture of Natural Philosophy of 18th century and the rise of the figure of the scientist in the 19th century gave rise to new analytical patterns, as well as a certain Scientism that tried to impose itself as the keystone to historical interpretation. The work begins with an initial exposition of the problem – calling into attention the institutional consequences as well, from the psychological common sense to professional issues –, and then analyzes three case studies - Gustav Fechner, Hermann von Helmholtz and Wilhelm Wundt – ending with the defense of perspectives that open the History of Psychology into another historical procedures, such as History of Philosophy and History of Sciences.

Keywords: History of psychology, History of sciences, History of philosophy.

“Quê? Um cientista que presta homenagens a um filósofo?”

Hermann von Helmholtz, sobre Kant

O presente texto aborda, preliminarmente, algumas questões de História da Psicologia referentes a postulados históricos do século XIX, que não obstante permanecem ainda vigentes e



repercutem na formação dos psicólogos. O texto pretende defender abordagens historiográficas para além da velha posição do “cientista-historiador”, aquele que olha para a História a partir dos compromissos programáticos e pretensões teóricas internas à sua matéria, julgando o passado sem a suspensão do juízo sobre certo programa do presente. Mais do que o cientista-historiador, pretende-se mostrar a importância de outros vieses em História da Filosofia e das Ciências, tais como o do “historiador” que toma as teorias como regimes de conceitos e racionalidades possuidores de historicidades específicas entrecruzadas com diversas outras historicidades, inclusive “não conceituais”. Postura que, por assim dizer, busca não manter sem exame determinadas teses ou conceitos prévios sobre a própria matéria, mas atenta para necessidade de examinar, minuciosamente, os conceitos para além do eruditismo diletante e do viés manualesco.

A partir de uma breve exposição da situação controversa à qual a Psicologia é levada quando se conta sua história sob o ponto de vista do “cientista-historiador” (não apenas na ciência, mas também na formação e profissão), o texto aponta alguns possíveis fatores concorrentes para essa situação. Depois, utiliza as considerações consolidadas como material para defender perspectivas que impliquem uma História de horizontes mais ampliados.

O presente trabalho é um desdobramento da argumentação prévia de Miotto (2018) e, sob as mesmas manobras, concorre ao esforço de demonstrar como uma abertura de perspectiva em História da Psicologia rumo às histórias da Filosofia e das Ciências poderia ocasionar possíveis mudanças de interpretação sobre a Psicologia e o psicólogo. Ou, dito de outra forma, o presente texto defende – ao menos numa abordagem preliminar – uma pesquisa em História da Psicologia não resumida à formação ou ao *savoir-faire* do psicólogo que, sob sua agenda interna ou vínculos institucionais, reduz retrospectivamente assuntos importantes de história da Filosofia e das Ciências em assuntos psicológicos, deixando então passar algo do que esses assuntos poderiam dizer *sobre* a Psicologia. A história da Psicologia dialoga com inúmeras outras áreas – tais como a Filosofia e as outras Ciências –, e a saída dos simples compromissos internos à matéria pode oferecer caminhos insuspeitos. Além disso, não se trata apenas de dizer que a história de uma teoria deva ceder lugar a uma abordagem “externalista”. Para além do dissolvimento das implicações de uma teoria em condicionantes extra-teóricos, ela possui uma consistência própria e historicamente construída. Em miúdos: em História da Psicologia é preciso abandonar tanto o reducionismo “internalista” quanto “externalista”, para abrir a matéria a outras historicidades, mas, ao mesmo tempo, analisar as tentativas específicas de constituição da própria matéria. É preciso, por assim dizer, uma história aberta a campos e considerações como, por exemplo, os da epistemologia. Tais fatores poderiam



intervir, conforme mencionado, num movimento de revisão sobre a definição de Psicologia e a identidade do psicólogo.

Qual história da Psicologia?

Segundo B. F. Skinner, a História da Psicologia é a história das sucessivas ficções teóricas que, igualmente à hipótese de um *Design* inteligente em Física ou em Biologia – de um Deus criador da Terra e do propósito da Vida –, povoaram os comportamentos humanos (e eventualmente de animais) sob a noção de “alma” ou “mente”¹. Ficções que, não obstante, precisaram ser ultrapassadas pelo estudo naturalista de uma “descrição” do comportamento baseada em determinismo estatístico e na superação da velha causalidade clássica. Talvez não tão distante de Skinner, mas sob *outra* doutrina com tons suficientemente diferentes para acentuar o contraste e a negação, para Ivan Pavlov a História da Psicologia é a narrativa dos sucessivos enganos das teorias da mente que, sob o nome final de “secreções psíquicas”, não soube estabelecer uma teoria finalmente naturalista sobre os reflexos humanos tomados como um todo – do reflexo salivar à linguagem –, naturalismo que significa concluir a História da Psicologia, reduzindo a Psicologia a uma Fisiologia com ares ainda tributários do mecanicismo clássico². Não obstante essas duas posições, segundo John B. Watson a História da Psicologia é a história dos fracassos e da ausência de comunidade de sentido em torno de um método e de verdadeiros conceitos para a Psicologia, começando pelo emprego indiscriminado da noção de “consciência” e o caráter injustamente secundário dado ao comportamento animal. História que deveria então ser suplantada por uma ciência natural baseada na noção de comportamento, compreendido como inter-relação entre estimulações ambientais e respostas orgânicas (Cf. por ex. WATSON, 1913/2008).

Skinner, Pavlov e Watson implicam em três projetos que, em História da Psicologia, acabaram grosseiramente se aproximando do que se convencionou chamar de “análise do comportamento”. Mas, olhando cada projeto dentro de seus objetos, métodos e arquitetura conceitual, trata-se de três narrativas suficientemente diferentes para situar cada autor em universos

¹ Por ex., “o estudo de qualquer objeto começa nos domínios da superstição. A explanação fantástica precede a válida (...). O campo do comportamento teve e ainda tem os seus astrólogos e alquimistas” (SKINNER, 1994, p. 35). Ou, ao se referir à “natureza fictícia dessa espécie de causa interior” (psíquica), Skinner cita vários exemplos de termos usuais ou conceitos nos quais “é óbvio que ‘mente’ ou ‘idéia’, com suas características especiais, foram inventadas ad hoc para proporcionar explicações espúrias. Uma ciência do comportamento não pode esperar muito destes procedimentos” (1994, p. 40 e 41). Ou ainda, num dos últimos pronunciamentos em vida (SKINNER, 1999, p. 8), sobre o mentalismo cognitivista, ele diz: “A ciência cognitiva é a ciência criacionista da psicologia, na medida em que luta para manter a posição de uma mente ou self”.

² “Cedo ou tarde, apoiando-se sobre a analogia ou a identidade das manifestações exteriores, a ciência aplicará os dados objetivos ao nosso mundo subjetivo (...). Para o biólogo, tudo reside no método, que lhe dá probabilidades de conquistar uma verdade sólida e inquebrantável e, desde este ponto de vista, o único obrigatório para ele. A alma, enquanto princípio naturalista, não só lhe serve para nada, mas, inclusive, será prejudicial para o seu trabalho, ao limitar, inutilmente, a audácia e a profundidade da sua análise” (PAVLOV, 1903/1980, p. 26-27)



conceituais e definições de Psicologia bastante diversos. Isso, caso se coloque fora de questão inúmeros outros autores. Pois para Wilhelm Dilthey, por exemplo, a História da Psicologia é a narrativa da assunção de modelos não-naturalistas, não-analíticos e não-hipotéticos – pois as formulações científicas herdadas das ciências naturais não passariam de abstrações hipotéticas, jamais o dado bruto e originário da subjetividade – para uma análise que diga respeito às vivências inerentemente psicológicas, ao “fluxo” ou “nexo” vital dado de forma inteira, indivisível, apenas tomado pelo método científico por uma espécie de dissecação (que “mata” as vivências enquanto tais) e descaracterização. Para além de uma psicologia “explicativa”, superável ou superada, deveria haver uma psicologia “descritiva e analítica” (Cf. por ex. DILTHEY, 1894/2011). Dilthey é diferente de Freud, para quem a História da Psicologia poderia eventualmente indicar uma recusa massiva da noção de Inconsciente e, por extensão, o velho tema do Sujeito ocidental que não aceita ser destronado por questões como as do universo infinito da física clássica ou da seleção natural darwiniana³. Isso, caso não leiamos as palavras de Jacques Lacan, para quem – empregando em *Science et Vérité* a imagem utilizada por Georges Canguilhem em *Qu'est-ce que la Psychologie?* – a História da Psicologia é a narrativa da “descida” da Psicologia em “tobogã” em direção à Chefatura de Polícia (e não a “subida” ao Panteão dos notáveis), pois ao tentar imitar o modelo da ciência natural, ela incorreria sucessivamente num modelo policialesco de controle do comportamento. Em Freud, história da ignorância do inconsciente; em Lacan – nem tão distante assim? –, história da ignorância da linguagem.

Para o “psicólogo fenomenológico”, a História da Psicologia é a narrativa do naturalismo inautêntico, do cientista que toma o raciocínio analítico condicionado como se fosse condição empírica do pensar, pensamento analítico que é secundário frente à consciência temporal e doadora de sentido. Uma fenomenologia da percepção chegaria a caracteres expressivos mais autênticos do que os do naturalismo psicológico, embora para o “esquizo-analista” é Bergson quem “vence” Merleau-Ponty, até chegar a uma filosofia da expressão efetiva em autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari. Quanto ao Neurocientista, dependendo de sua orientação descartará ambos em vista dos novos experimentos que, eles sim, seriam o ápice da História da Psicologia. E quanto às funções da classicamente chamada “Psicologia Geral”, tais como a percepção, a memória, a atenção e a consciência? *Escolha-se* o autor preferido, ele será a última narrativa em História, mesmo que eventualmente os temas de Psicologia Geral pudessem ser lidos como consequências tardias e a

³ Lembremos-nos do célebre tema das “três feridas” sofridas pelo narcisismo ocidental (Copérnico, Darwin e o tema do Inconsciente psicanalítico) conforme enunciadas em Freud (1917/1996).



retomada retrospectiva e irrefletida das divisões tradicionais cuja “genealogia” remontaria à leitura escolástica do *De Anima* de Aristóteles⁴.

Diante de tantas narrativas, *qual é* a História da Psicologia? Pois todas as histórias citadas acima são presumivelmente válidas, caso se considere seus autores, ou o modo como são concretamente empregadas na atuação de psicólogo, ou ainda nos inúmeros departamentos ou cursos que *escolhem* a ênfase teórica a adotar. Mas a legalidade institucional, a autoridade pessoal ou a erudição individual não equivalem à legitimidade epistemológica. E não obstante a atribuída validade, tais perspectivas anulam-se umas às outras, caso comparadas entre si. É impossível que Dilthey possa teorizar o nexos vital interior se o naturalismo de Pavlov não for inviabilizado antes de nascer; a mente como comportamento ou evento privado em Skinner não poderia conviver pacificamente com a ideia de representações inconscientes ou de um nexos vital psíquico interior, e assim por diante. O mesmo para a prática: se a Psicanálise nega o behaviorismo, para o “epistemólogo” pareceria surpreendente ver teorias tão diferentes e contraditórias entre si compartilhando os mesmos espaços práticos (clínica, escola, trabalho...) sem maiores questões. Tem-se um curioso panorama – embora constatado ao menos desde o início do século XX com o próprio Watson –, no qual teorias antagônicas entre si acabam ocupando uma espécie de espaço de convivência morna, pois suas “escolhas” por uma ciência e pela prática parecem alheias a um debate efetivamente epistemológico.

Um grau a mais dessa curiosa situação é conferido pelo lugar da História da Psicologia na formação do psicólogo. Via de regra, *quando* tem oportunidade de estudar História da Psicologia, o aluno é apresentado à matéria nos períodos iniciais de formação. Isso implica muitas vezes que ele aprenderá a mesma narrativa da teoria escolhida que “venceu” os velhos preconceitos (mesmo que, por vezes, os tais preconceitos “vencidos” sejam ensinados como “vencedores” nas salas vizinhas). A matéria será, então, a história da superação dos preconceitos a partir da doutrina que, por escolha, foi eleita pelo eventual professor (ou curso) como a teoria que refutou as demais. Além disso, tem-se a hierarquia entre o passado superado e o presente isento de prejuízos repetindo a

⁴“More seriously, the organization of psychology text-books has long born the stamp of the traditional division of faculties, as psychologists have studied the functionally characterized faculties of cognition, including perception, learning, and memory, and more specific capacities, such as visual perception, and within vision, color, shape, and motion perception”. Cf. Hatfield, 1994, p. 382. O leitor mais atento notará que essa alusão não aponta a disputas tais como se a Psicologia atual remonta ou não ao *De Anima* do Estagirita, mas apenas põe o fato de que em Psicologia, quando houve visita à história, ela com frequência empregou visões anacrônicas e retrospectivas. É o tema sobre o qual desenvolveremos a crítica a seguir. De todo modo, vale notar que, no texto citado, Hatfield reabilita em história da Psicologia não apenas a tradição aristotélico-tomista, mas também as psicologias do século XVIII, amplamente desconsideradas. Além de Hatfield, trabalhos como os de Paul Mengal (2005) e Fernando Vidal (2011) também reabilitam a leitura aristotélico-tomista sobre a alma, como importante para compreender tudo o que vem após a quebra da tradição escolástica medieval. Esses dois autores abrem perspectivas ainda pouco exploradas, e bastante especificáveis, sobre a história da Psicologia, desde ao menos o século XVI.



própria trajetória histórica do aluno, do “passado” enfadonho à teoria vencedora. E se um curso de História da Física mantém em seu traçado alguns nomes regularmente consolidados – tais como Giordano Bruno, Copérnico, Galileu, Descartes, Newton, etc... –, em História da Psicologia muitos nomes podem ser eventualmente substituídos ao sabor das escolhas: Christian Wolff pode ou não estar presente, Descartes muitas vezes não passará de alguém que “impediu” estudos científicos sobre a mente com seu dualismo, e Gustav Fechner com Wilhelm Wundt, atribuídos dentre os responsáveis pela “primeira fórmula matemática” e o “primeiro laboratório” em Psicologia, serão celebrizados, embora sob projetos que permanecerão desconhecidos do senso comum psicológico.

Conforme mencionado, isso tudo ocorre *quando* o aluno tiver acesso a uma matéria de História. Caso contrário, as narrativas da teoria vencedora contra o passado vencido serão incensadas ao sabor de cada matéria distribuída no currículo. Afinal, o “passado” das teorias sobre a alma é bastante longo e, então, muitas informações podem permanecer a tira-colo. Uma história da “Psicometria”, por exemplo, pode eventualmente esquecer-se de figuras como Christian Wolff (que cunhou o termo) para encontrar “precursores” da medição psíquica na invasão mongol da Europa ou na balança de São Miguel Arcanjo que “media” as almas!

Tal situação da matéria é acompanhada por um curioso estatuto muitas vezes conferido à docência. *Quem* ensina História da Psicologia? Uma vez que as escolhas teóricas podem não participar necessariamente de um debate científico mais ampliado, sendo virtualmente viciáveis por questões institucionais, por vezes o professor ocupa a situação inversa do aluno: ele deve ser alguém que já se formou na matéria e, portanto, participou do ritual de “vitória” das teorias previamente escolhidas sobre as teorias refutadas. Além disso, o docente que ocupa a disciplina não raramente representa os mesmos compromissos da teoria vencedora. Trata-se muitas vezes de um psicólogo que traça uma história temática, mais do que um historiador da Psicologia. Uma vez que não há vencedor atributivamente epistemológico senão mediante uma eleição prévia sobre a “melhor” teoria, quem contará sua história estará entre os “melhores” teóricos. O que acaba por gerar uma espécie de *expertise* incomum em história, carregada de competências e autorizações individuais estranhas a quem reconhece a história de uma ciência como um campo amplo, polemicamente ligado ao presente e passível de reformulações baseadas em rigor, e não em posição pessoal.

Outra consequência é notável. Se a História pode ser incensada sob escolhas retrospectivas por vezes problemáticas, cabe perguntar sobre qual é o papel dessa história: em quê o convite ao passado acrescenta ao presente? Em quê o rigor – ou falta dele – a respeito da volta ao passado diz respeito às legitimações do uso presente de dada matéria? Como se sabe, o passado pode servir a várias coisas, da busca das condições de possibilidade do presente a qualquer subterfúgio para



legitimar práticas atuais – mesmo uma atualidade que sabe pouco sobre si própria, mas, não obstante, busca legitimar-se mesmo assim.

Além dos papéis institucionais citados acima, não são raros os cursos de História da Psicologia que proliferaram, durante décadas, certas tradições consolidadas de manuais ou *textbooks* da matéria. Conforme se vê por ex. em Miotto (2018, no prelo), tal tradição remonta (acidentalmente ou não) em boa parte à figura de Edwin Boring (1929/1950) e à celebre frase de Hermann Ebbinghaus (1908, p. 8), popularizada por Boring, segundo a qual “a Psicologia tem um longo passado, mesmo que sua história seja curta”. Essa tradição se articula com muitos dos movimentos entrevistados acima. A frase de Ebbinghaus diz respeito à velha separação entre ciência e pré-ciência, ou entre um “longo *passado*” de teorias da alma que não passariam de mistificações especulativas, até o advento de uma Psicologia finalmente naturalista, positiva e afim aos modelos científicos do século XIX (a “curta *história*”). Conforme Paul Mengal (1988/2016), dentre outros, adverte, trata-se de um modelo de história “internalista” e “positivista”: ao mesmo tempo, supõe uma espécie de desvelamento de um problema endógeno, “independente de fatores externos tais como os domínios religiosos, sociopolíticos e econômicos” (MENGAL, 1988/2016, p. 356), permanecido idêntico a si mesmo e constante através da História, e o fato de que o momento desse desvelamento se identifica com o positivismo cientificista do século XIX e as realizações da sociedade europeia industrial. Em suma: a “curta história” da Psicologia seria a narrativa das Psicologias que, tendo realizado os ideais científicos do século XIX, finalmente descobririam o objeto psicológico tal como se dispõe, sem prejuízos, ao saber, numa absoluta correspondência dos enunciados científicos aos “fatos” descobertos. Ou, conforme dizia Georges Canguilhem (1966/1994, p. 12-13), sob tal alcunha o modelo “internalista” e “positivista” refere-se a um modelo histórico de “microscópio mental”, apresentando um “desenvolvimento dado sem ele, embora visível apenas a partir dele”, como se a história fosse “apenas uma injeção de duração na exposição dos resultados científicos”⁵.

⁵ Os postulados de Canguilhem são contrapostos à cultura de “internalista e positivista” em Miotto, 2018 (no prelo). A atribuída “tradição” de manuais de Psicologia de “longo passado e curta história”, com viés “internalista e positivista” segundo os termos de Mengal, foi difundida amplamente durante décadas. Alguns exemplos: Mengal (1988/2016) menciona, a partir da mesma tradição de Ebbinghaus e Boring, o impacto de textos como *Histoire de la Psychologie* e *Psychologie*, de Maurice Reuchlin, e o *Traité de Psychologie Experimentale*, de Fraisse e Piaget, no contexto francês. “Livros que, sob o palavreado de Mengal, figurariam sob tradições de “mito fundador”, do “advento da psicologia científica como a vitória definitiva de uma ciência natural do comportamento contra uma ciência biográfica e interpretativa do espírito [*esprit*]” (Mengal, 2005, p. 16). Hatfield (1994), após chamar a atenção à tradição aristotélico-tomista e as “psicologias” do século XVIII como encarregadas de estudos “naturalistas” importantes para a História da Psicologia, mostra como “this description of psychology in the seventeenth and eighteenth centuries contradicts the received historiography”, pois “recent general histories of psychology agree that natural-scientific psychology arose in the second half of the nineteenth century. (...) In the past half-century there has been a decided tendency to equate ‘natural scientific psychology’ with ‘quantitative, experimental psychology’, and to contrast the ‘scientific’ character of



Os motivos expressos na famosa frase de Ebbinghaus pareceram representar em crisálidas diversas das narrativas dos *textbooks* e do ensinamento que depois vigorou, não importando se elas compartilham dos mesmos princípios epistemológicos. Conforme visto acima, a narrativa da ruptura com um passado de mistificações que não chegou a ser história não é exclusividade das perspectivas naturalistas. A mistificação que ficou para trás pode obedecer ao tema da ruptura entre a ciência e a filosofia (segundo o qual a Psicologia finalmente atingiu o método positivo e rompeu com especulações e retóricas filosofantes). Mas também pode obedecer ao tema do cientificismo superado pela teoria que, para além do naturalismo, finalmente atingiu o Homem no que possui de “autêntico”, “subjetivo”, “singular”, verdadeiramente “social”, “concreto” etc.. Em ambas as opções, tem-se igualmente uma espécie de narrativa retrospectiva de “longo passado e curta história”, característica das inúmeras narrativas humanistas proliferadas ao menos desde o cientificismo do século XIX. Percebe-se que ambas as escolhas produzirão cursos diversos de História da Psicologia e resultados diversos sobre o que o psicólogo “é” ou “faz”.

Disso tudo, como tais *modes d'emploi* se tornaram possíveis? Por via da frequência desses motivos em diversos manuais e *textbooks* de Psicologia, não parece inútil percorrer brevemente um caminho: o de como certo cientificismo do século XIX passou a fazer corpo com a própria história da ciência, imprimindo consequências marcantes no solo das narrativas sobre a História da Psicologia. Isso, talvez, sirva como fator importante para delimitar também como essas formas de análise proliferaram em espécies de “histórias institucionais da Psicologia” - arrebanhando outras

this psychology with the ‘metaphysical’ character of its earlier namesake. (...) If one confines modern science to its non-metaphysical moments, then metaphysically inclined theorists and experimentalists must be excluded, or else only a ‘sanitized’ version of their work allowed in” (1994, p. 377). Tais histórias, continua Hatfield, incorrem em ao menos dois erros: ignorância do teor dos projetos passados (“the self-understanding of earlier figures who considered themselves practioners of natural science”) e um “presentismo” semelhante ao aludido acima (todo o passado é avaliado a partir de certos compromissos do presente assumidos como “verdadeiros”). Mas, “philosophically, it makes a crude positivist assumption that all progress in science is progress in the quantitative description of natural phenomena”, o que é impreciso senão errôneo, pois nem toda ciência é quantitativa e, igualmente, há desenvolvimentos conceituais que precedem cálculos e experimentos (1994, p. 378). Na mesma linha, Fernando Vidal (2011 – Araujo 2009 e 2010 desenvolve pontos semelhantes) mostra como, após Wundt e contribuindo para o esquecimento de seus projetos (e de abordagens filosofantes em Psicologia), uma tradição histórica de “new psychology” “reacted against the ‘abstract’ principles of the psychological thought of the Enlightenment and was committed to empirical fact and the experimental method” (2011, p. 8-9). Essa nova tradição, continua Vidal, remete-se à frase de Ebbinghaus que, “repeated at second and third hand, seems to possess some incantatory power, as thought merely pronouncing it were enough to convey an atemporal idea of ‘science’, justify the periodization and contents of historical narratives, and legitimate the choice of ‘antecedents’, ‘precursors’, and ‘fondations’”. Desde então, reduzindo a dita “pré-ciência” da Psicologia a um mero ideário psicológico, porém não científico, “is in all respects misleading and a sort of historiographical illusion” (2011, p. 10). Em suma: aspectos como o “esquecimento” dos séculos XVI-XVIII, bem como das questões filosóficas em Psicologia (e inclusive no projeto de Wundt) se imprimiram em inúmeros manuais e historiografias da Psicologia durante décadas, devido aos postulados discutidos acima. É amplamente notório, na historiografia e na formação, que aspectos como a história da psicologia dos séculos XVI-XVIII não se ofereceram a uma discussão maior, e isso se deve em boa parte às historiografias de “longo passado e curta história”, das quais Ebbinghaus serviu muitas vezes de exemplo. Como estudo preliminar, o presente trabalho se deterá apenas em alguns exemplares que evocam tais questões, tais como Ebbinghaus (1908), Boring (1929/1950), Hearnshaw (1987) e Schultz e Schultz (1998).



tradições, como as filosóficas, para questões de Psicologia, deixando de lado a questão de descrever a Psicologia como ator que se constitui em meio a polêmicas históricas que não são exclusivamente psicológicas. Certamente o trabalho para traçar esses fatores ultrapassa as linhas de um artigo. Mas uma história pormenorizada dos fatores indicados abaixo talvez mereça maior consideração.

Do cientificismo do século XIX aos *textbooks* de “longo passado e curta história” do século XX.

Tomando por base a extensa recensão de Laurens Laudan (1968) sobre as “teorias do método científico de Platão a Mach”, cumpre notar a profissionalização “tardia” da ciência no século XIX. É certo que se atribui a Revolução Científica como mudança cultural ocorrida desde o século XVII, mas se um termo pode denotar modificações num ofício, é no século XIX que William Whewell (1794-1866) cunha o termo “cientista”⁶. O termo faz passo com uma série de deslocamentos da “Filosofia Natural” existente até então, bem como a, por assim dizer, separação entre Filosofia – doravante considerada por muitos como “especulação” pura e simples – e Ciência. Na esteira de tais fenômenos de ampliação do papel da ciência, amplia-se também no século XIX o papel institucional e epistemológico do “filósofo da ciência” e do “historiador da ciência”.

Sabe-se que, na virada do século XVIII-XIX, a crítica kantiana figura como marco da separação entre “Conhecer” e “Pensar”, a separação entre o campo delimitado para o conhecimento científico natural – função das condições transcendentais do Sujeito humano – e o domínio do pensamento puro, suplementar às restrições do entendimento, mas ilegítimo caso avance nas pretensões dos antigos dogmatismos metafísicos. Em suma: Kant é um dos marcos prévios sobre os quais o século XIX separará o inquérito *filosófico* e sistematizador da razão do exame *científico* baseado nas determinações da experiência. Se Whewell assinala o nascimento do termo “cientista”, Kant também marca a passagem entre a Filosofia Natural clássica e a Ciência do século XIX (caso não se leia o século XIX como uma verdadeira cisão da Filosofia Natural). Nessa mesma linha, Lorraine Daston (2015), por exemplo, mostrava como, na segunda metade do século XVIII, as diversas tradições da Filosofia Natural, compreendida como “estudo das causas universais”, encontram-se com as da História Natural, compreendida como “estudo dos casos particulares”. Isso ocasionou a criação de novos objetos, modos de análise, sujeitos de conhecimento e lugares de saber (Daston 2015, p. 177). Por exemplo, na compilação da *Lógica*, Kant (1992, p. 39) ainda separava os conhecimentos entre “racionais” - *ex principii*, dos quais fazem parte os conceitos filosóficos - e “históricos” - *ex datis*. Mas depois dele, o que historiadores como

⁶Andrea Wulf (2016, p. 338): “O polímata britânico William Whewell cunhou o termo “cientista” em sua resenha crítica sobre o livro *On the Connexion of Physical Sciences*, de Mary Somerville, no periódico *Quarterly Review* em 1834”.



Daston mostram é certa aproximação posterior, ‘cientificizante’, entre o conhecimento dos dados e o dos princípios, fator importante para boa parte da paisagem científica do século XIX, bem como suas inumeráveis disputas de independência e de fundação com a Filosofia e as Ciências Humanas que nascem na mesma época. Entre, por assim dizer, o dado e o princípio, sabe-se como boa parte do século XIX desenvolveu uma agenda que submeteu a descoberta dos princípios à pesquisa dos dados.

Além disso, conforme Daston, desde o século XVII, mais do que um bloco monolítico chamado de “Revolução Científica”, vê-se inúmeras transformações em diversos níveis: redescobertas de textos antigos, novos modelos matemáticos e de matemática aplicada, modificações frente às tradições galênicas em medicina, avanços em farmacologia e “descobertas de toda sorte, geográficas, astronômicas, botânicas, zoológicas” (2015, p. 185):

em 1750, esta última [filosofia natural] terminou por se confundir com a história natural e as matemáticas mistas ou aplicadas; seus métodos incluíram, doravante, as medidas, as observações sistemáticas e as experiências controladas, procedimentos novos emprestados das matemáticas mistas praticadas pelos geômetras e navegadores, dos estudos clínicos de caso em medicina e dos cadernos de anotações dos humanistas, dos ateliês respectivos dos alquimistas e dos artesãos; a metafísica havia substituído a regularidade das naturezas intrínsecas, segundo as quais as leis naturais governam uma matéria passiva e abolem a distinção entre arte e natureza; sua epistemologia – enfim, parecida nisso com aquela de Aristóteles – era sensacionalista, mas permitia deduzir a existência de entidades inacessíveis não apenas a partir da percepção sensorial humana, mas da observação com ajuda das lentes mais poderosas disponíveis na época. (DASTON, 2015, p. 196-197)

Diante de tais mudanças, e não apenas de forma monolítica, o século XIX se estabelece, consolidando a “Ciência” frequentemente em detrimento da “Filosofia” dos séculos passados. Aqui retornamos à recensão de Laudan: dada a separação entre Filosofia e Ciência, os movimentos do século XIX propagaram, igualmente, livros e cátedras de “filosofia” e de “história” da ciência, nos quais o nome de Whewell, bem como o de André-Marie Ampère e diversos outros, foram importantes. Nas palavras de Laudan (1968, p. 29), “cátedras em história e filosofia da ciência foram criadas nas universidades pela primeira vez. De fato, de um ponto de vista quantitativo, senão também qualitativo, podemos ser compelidos a falar sobre uma virtual revolução no assunto entre 1800 e 1900”.

Notemos que Ampère e Whewell são nomes que figuram ao lado da “ciência”, e não propriamente da reflexão filosofante. Para situar o argumento de Laudan mais uma vez, o século XIX fez ver diversos debates entre os vieses indutivos em ciência – especialmente inspirados em Bacon e Newton – e dedutivos – eventualmente inspirados em Kant. Entre uma e outra opção, o movimento do argumento de Laudan é de demonstrar como esses debates do século XIX



consolidam o que se tornará boa parte da Filosofia da Ciência do século XX. Entre o problema da indução e o da dedução, para Laudan ocorre a passagem de uma “lógica da descoberta” científica – baseada na simples indução de fatos particulares rumo a leis gerais – para uma “lógica da confirmação”, mais afim ao que a ciência do século XX fará em relação à construção de modelos hipotético-dedutivos e a testagem desses modelos por provas empíricas⁷. Mais do que simples generalização indutiva de “fatos”, parte importante do século XX dirá que “ideias”, e não apenas a generalização de fatos, possuem papel preponderante na direção da pesquisa, o que se completa pela adoção de novas racionalidades e metodologias, tais quais a “introdução da teoria da probabilidade na lógica da indução” (LAUDAN, 1968, p. 35 - o que também endossa a passagem de Daston sobre a adoção de novos modelos matemáticos, diversos dos clássicos, nas ciências).

Dado o contexto, Whewell aparece então como um pensador “largamente inspirado por Kant” (LAUDAN, 1968, p. 31). Por sua vez, o exemplo de Ampère atesta a outra parte do argumento: o grande papel do indutivismo na ciência do século XIX, atestado por títulos de seus livros principais, tais como *Théorie mathématique des phénomènes électrodynamiques, uniquement déduite de l'expérience* (LAUDAN, 1968, p. 30).

Mas, conforme dito, tais decisões em torno da indução e da dedução se consolidam no legado para o século XX. Ampère e inúmeros outros pensadores, tais como Jean-Baptiste Fourier (1768-1830), figuram como exemplos para um pensador que, segundo Laudan (1968, p. 29), talvez seja “o mais importante desenvolvimento individual do último século”: Auguste Comte. Como se sabe, no *Curso de Filosofia Positiva* Comte utiliza nomes como o de Fourier e Newton para mostrar sua “Lei dos Três Estados”, segundo a qual a humanidade – do indivíduo à sociedade – passaria pelas fases “teológica”, “metafísica” e “positiva-industrial”. Exemplos como o da Lei da Gravidade de Newton e as análises de Fourier sobre o calor exemplificariam o método positivo, “unicamente deduzido da experiência” e sem abstrações ou especulações filosofantes, doravante considerados como frutos de uma fase ultrapassada da humanidade. O positivismo é um dos maiores movimentos responsáveis não apenas pela autonomização da ciência, mas também pelo cientificismo e a polêmica da independência – ou superioridade – da ciência, sem negociação por

⁷Para Laudan, figuras como Whewell e Justus von Liebig, mas especialmente Liebig, “helped bring to an end a version of inductive theory that had flourished for well over two centuries. Until the work of Whewell and Liebig, the inductive method had been conceived primarily as a *method of discovery* rather than a method of proof or confirmation. In the writings of Bacon, Newton, Herschel and Mill (to name only a few), induction is treated as a technique for generating laws and theories or as an engine for discovering causes. By arguing that discovery was subject to no rules whatever, let alone those of the inductive method, Liebig made explicit what many scientists had suspected for a long time; namely, the impossibility of creating a fool-proof logic of discovery. After Liebig, inductivists began to adopt a more modest pose, which is still generally accepted by contemporary inductive theorists. Granting that there are no mechanical rules for theory construction, they conceived induction as a mode of inference and a theory of the *logic of confirmation*” (LAUDAN, 1968, p. 33).



respeito às “especulações” e “abstrações” filosofantes. Sob a marca do positivismo, parte considerável do século XIX cedeu ao primado dos fatos sobre os princípios filosofantes, do cientificismo como doutrina do conhecimento, e da ciência como critério historiográfico.

Sob as questões enumeradas acima é possível entrever, para o presente propósito, ao menos dois fatores. Em primeiro lugar, ocorrem as transformações da própria Filosofia Natural no século XIX, doravante cedendo lugar à agenda “científica”, que agregou os legados da Filosofia e da História Natural e, por assim dizer, condicionou ou consolidou mudanças na relação entre o conhecimento dos “dados” e o dos “princípios”. Em segundo lugar, a autonomia cada vez maior da interrogação científica, e sua agenda própria, consolidam motivos pelos quais os outros modos de pensar “não científicos” aparecem como fases ultrapassadas da humanidade. De um lado, a “Ciência” se configura e se autonomiza sobre as bases anteriores da Filosofia Natural (em Laudan o contra-efeito é o debate entre métodos indutivos e dedutivos, que levará à “lógica da confirmação” do século XX); de outro, e especialmente sob o exemplar do Positivismo, aparecem os discursos de ruptura com as especulações filosofantes, encaradas como uma espécie de passado refratário e contramoderno.

Em Psicologia, um mapeamento rigoroso desses caminhos do século XIX seria de grande importância, pois diversos dos nomes atribuídos a seus “precursores”, como Hermann von Helmholtz, ou mesmo “pais fundadores”, como Gustav Fechner e Wilhelm Wundt, figuram precisamente como consequências dessas transformações.

Gustav Fechner, por exemplo, é visto em manuais de Psicologia como o autor que “libertou” essa matéria da especulação filosofante, quando estabeleceu a primeira fórmula matemática em Psicologia (sobre a fórmula, Cf. por ex. NICOLAS, 2002 e HEIDELBERGER, 2004⁸). Tem-se, mais uma vez, o tema da independência da Ciência sobre a Filosofia. Mas para a

⁸ Credita-se à “primeira fórmula matemática” em Psicologia a famosa lei de “Weber-Fechner”, atribuída não apenas a Fechner, mas também a Ernst Weber. Conforme estabelece por ex. Nicolas (2002, p. 278), eis um tema que mereceria uma leitura mais alargada: “O primeiro escrito de Weber sobre o sentido do tato foi uma obra principalmente experimental. A lei que doravante traz seu nome foi explicitamente formulada por Weber, mas, lendo a obra, dificilmente pode-se inferir do escrito que ele tenha avançado como uma lei geral aplicando-se a todos os sentidos. Doze anos mais tarde ele publica em um capítulo - escrito para a obra de fisiologia de Wagner, intitulado *Der tastsinn und das Gemeingefühl* (Weber, 1846) - novas pesquisas que, infelizmente, não conduziram a uma formulação mais precisa da dita lei de Weber e a um conjunto teórico mais sólido. Na primeira seção da obra e sem que se encontre outros traços de um plano bem estabelecido, Weber (1846, p. 3-46) aborda questões de ordem filosófica (Kantor, 1969), alimentadas por dados fisiológicos. É na segunda seção (Weber 1846, p. 46-118), sobre “o sentido tátil em particular”, que ele reporta à maioria das experiências publicadas na obra de 1834 (Weber 1834). É nesse contexto que ele evoca as experiências - tão importantes para nosso propósito - publicadas em 1834, também formulando a lei nos mesmos termos e sem jamais exprimi-la sob forma matemática (Weber 1846, p. 117-118), como se crê tão frequentemente. Essa formulação, como se verá mais tarde, foi trabalho de Fechner. Ele apenas acrescenta um fato importante: o do desvio da lei na percepção das pequenas linhas (Weber 1846, p. 117). Entretanto, Weber não confere verdadeiramente nenhuma precisão nas condições experimentais”.



devida compreensão do sistema teórico de Fechner e, portanto, da Psicologia, outro ator importante deveria ser levado em conta: o Romantismo. O sistema de Fechner é inteiramente tributário de vieses românticos, inclusive defendendo a hipótese de que o mundo possui uma Alma, na esteira de Schelling e Lorenz Oken. A matematização é um *momento* desse sistema (e não seu princípio diretor), requerendo então uma compreensão dele. Como os “manuais de história da psicologia” situam isso? Para Schultz e Schultz (1998, p. 67), o romantismo de Fechner seria fruto do conflito “entre os dois lados de sua personalidade”, ao passo que Hearnshaw (1987, cap. 9) aplaude a fórmula matemática, mas acusa o “delírio metafísico” e o “dogmatismo não científico” do romantismo, ou ainda Boring (1950, p. 279) afirma que o único “subproduto” válido do pensamento de Fechner seria sua fórmula matemática. Importa ver como seria diverso o tom se, por exemplo, o caso de Fechner se ilustrasse na recepção psicológica como o faz Friedrich Paulsen nas linhas abaixo:

Quando as ciências naturais, oprimidas durante tanto tempo, irromperam com força vitoriosa na Modernidade, e uma filosofia natural mecânica estava para ganhar o poder sobre as idéias, Leibniz se opôs a ela, sem negar às ciências naturais o direito de levar a cabo a explicação física dos fenômenos naturais, mas exigindo que a física não se arrogue de ter dito tudo o que se pode dizer sobre a realidade. (...)

Kant fez o mesmo 100 anos depois. O criticismo também contrapõe ao mundo das manifestações – que fica destinado à explicação causal – um mundo inteligível: (...) Que uma visão do mundo racional não possa ser embasada apenas na física, mas também nas “idéias da razão”, é também para ele ponto absolutamente inamovível. E nisso, depois dele se seguiu uma filosofia especulativa, que sem embargo chegou tão longe na auto-admiração de seus sistemas idealistas construídos sobre a base de conceitos gerais lábeis, que recebeu o desprezo das ciências matemáticas e físicas. Convencida de ter na mão a “razão” ou a “idéia” que se manifesta na natureza, [a filosofia especulativa] menosprezou de modo geral a investigação empírica (...). E isso é o que provocou, desde os anos 1830, aquele duro revés: nada de metafísica! Apenas a física é ciência. A metafísica é apenas um fantasma e superstição, e cada pensamento que vai mais além do mundo sensorial é suspeito de patrocinar a superstição. Esse é o ponto onde começa Fechner (PAULSEN *in* FECHNER, 1861/2015, p. 10-11).

É certo que Paulsen – aluno de Fechner – utiliza palavreado semelhante ao acima, situando a história entre “oprimidos” e “opressores”. Mas ele oferece algo mais: apresenta uma paisagem conceitual que ultrapassa Fechner e o situa em plenas discussões do século XIX. Diante disso, salta aos olhos como a narrativa Psicológica entrevista nos manuais de “longo passado e curta história” se desvia dessas discussões, atribuindo ao romantismo de Fechner aspectos como uma personalidade perturbada ou um sistema delirante ou infeliz. Mas Fechner, e sua formalização matemática, não existiriam sem as idas e vindas entre o naturalismo científico e suas pretensões de “dizer tudo” sobre a realidade, de um lado, e de outro as contrarreações belicistas ou conciliadoras



da Filosofia. Contra os “perigos” de uma redução naturalista, figuras como Leibniz e Kant fizeram o contraponto. Kant garante lugar ao conhecimento natural, mas também garante lugar ao sujeito de conhecimento que, formulador das idéias da razão, ultrapassa a simples determinação empírica e sistematiza o saber. Mas, na virada do século XIX, o Idealismo Alemão faria um giro contrafísicista, cujas “idéias” sistematizadoras seriam capazes inclusive de uma Física Especulativa (como a de Schelling), atribuída como “desprezadora” da análise empírica das ciências (como a de Newton). Schelling, por exemplo, acusava o modo pelo qual a Física seguia de experiências parciais, tateantes, aos princípios totalizadores do conhecimento. Sem uma *idéia* que permita reunir de antemão os dados particulares, não se teria ciência, mas apenas coleção de fatos desconexos. Para a *Naturphilosophie* deveria então ocorrer algo mais além do que ensinaram Bacon e Newton: se a pesquisa científica carrega consigo uma idéia sobre a Natureza, seria antes preciso dar conta da “idéia de uma natureza em geral”. A ênfase na “idéia”, portanto, se sobrepunha à da “experiência”. Contra isso, desde ao menos a década de 1830 o Idealismo Alemão “enfraqueceu” diante do reestabelecimento de uma vigorosa contra-reação científicista, e por isso Paulsen ilustra no fim de sua citação: “nada de metafísica!”. Na mesma linha de Paulsen, Michael Heidelberger (2004, p. 1) oferece outra síntese:

Durante o século XIX, a relação da filosofia com as ciências sofreu uma transformação fundamental. Depois da morte de Hegel, um sucesso sem precedentes das ciências usurpou a posição anteriormente dominante da filosofia. A ciência abandonou a filosofia para desenvolver seu próprio tipo de racionalidade, originando uma mudança generalizada. Ela estava então em conflito com seu grande adversário filosófico, a filosofia da natureza. Muitos homens de ciência temeram e lutaram contra a *Naturphilosophie*, alegada como “praga do século” (...) Agora a ciência natural e a matemática provisionaram a si próprias – por assim dizer – com sua própria filosofia, nomeada “visão de mundo científica”.

À luz do que foi mencionado acima, sob tais citações não é inútil notar alguns fatores. Em primeiro lugar, projetos como o de Fechner se interpuseram *entre* o “duro” combate entre o cientificismo e o romantismo da época, e não como simples fatores colaterais de um “passado” psicológico a ser ignorado (Cf. MIOTTO, 2018, no prelo). Além disso, o que foi elencado mais acima – a autonomização da ciência no século XIX e o tema de sua “ruptura” frente a filosofia – não se isola do que Paulsen e Heidelberger sintetizaram como uma reação belicista da “ciência” natural desde ao menos os anos 1830 contra a *Naturphilosophie* e o Idealismo Alemão, que

⁹ Por exemplo: “A compreensão da necessidade interna de todos os fenômenos da natureza se torna certamente melhor tão logo se reflita que não há nenhum sistema verdadeiro que não seja ao mesmo tempo uma totalidade orgânica (...) esta organização teria, enquanto totalidade, de preexistir a suas partes, o todo não poderia brotar das partes, mas as partes teriam de brotar do todo. Portanto, nós não conhecemos a natureza, mas a natureza existe de modo a priori, ou seja, todo particular nela está previamente determinado pelo todo ou pela idéia de uma natureza em geral”. (SCHELLING, 1799/2010, p. 264)



imprimiram forte impacto na Europa das primeiras décadas do século XIX – presumivelmente “contra” a ciência empírica – mas enfraqueceram a seguir. Em terceiro lugar, *não é sem poucas consequências notar* que a autonomia da “Ciência” e a ascensão do cientificismo, sob formas notáveis como a do Positivismo, não se separaram do cenário *historicamente especificável* no qual, “combatendo” contra o Idealismo Alemão, *generalizou-se* uma acusação à “metafísica” e à reflexão filosófica como um todo. Ou em outras palavras, muito do que se enxerga como postura cientificista e antifilosófica no século XIX – especialmente em História da Psicologia – *não é* uma espécie de projeto interno de superação da metafísica e desvelamento enfim conseguido de um objeto científico livre de “especulações”, mas configura como estratégia *concreta e bastante situada* contra matérias então vistas como “anti-científicas”, tais como o Romantismo. Dito de outra forma, a atitude cientificista e antifilosófica de muitos setores do século XIX não se constitui, ela mesma, sem o embate – bastante datado – entre a autonomização dos “cientistas” naturalistas nascentes de um lado e a vigorosa reação de movimentos como os do Idealismo Alemão.

Tudo isso significa dizer: narrativas *históricas* cientificistas e anti-especulativas como as dos manuais de “longo passado e curta história” de Psicologia, entrevistas acima, talvez não tenham realizado o devido exame de suas próprias condições de possibilidade. Tais narrativas subscrevem como *neutra*, e espécie de defesa de um patrimônio a-histórico, uma pauta anti-filosófica que possui ela própria uma *história* plenamente especificável e comprometida com o que descreve. Eis então, *transformados em critério para traçar a História*, os dois fatores históricos delineados acima: a criação e consolidação da figura do “cientista” do século XIX, e a “temida luta” (nas palavras de Heidelberger) contra a “especulação”, entrevista particularmente no Romantismo e no Idealismo Alemão. Se é assim, parece evidente que uma pauta especificável historicamente como essa dificilmente poderia ser o próprio critério definidor da história da ciência que quer contar, especialmente uma história da Psicologia.

Os mesmos fatores se fazem ver, por exemplo, em Helmholtz. Diversos manuais de Psicologia apresentam-no como precursor da Psicologia em direção a suas conquistas internas pela cientificidade e objetividade, contra as “abstrações” e “especulações” arbitrárias que impediram o progresso da ciência. Hearnshaw, por exemplo (1987, cap. 9), aponta nele o principal autor individual a mudar os cursos da psicologia acadêmica no século, ao sistematizar seus experimentos em percepção sensorial e empregar o naturalismo em problemas mentais. E Schultz e Schultz (1998, p. 59) mostram que, se a Psicologia não era seu primeiro interesse, ele contribuiria mostrando que “todos os fenômenos, incluindo os pertinentes à matéria viva, podem ser explicados em termos físicos”.



É certo, como dizem os manuais, que Helmholtz foi importante para o que veio a seguir, legando uma agenda consistente de pesquisas em Fisiologia. Mas novamente, se a história da Psicologia é a história de uma “ciência”, não é difícil mostrar que ela não se separa de todo um horizonte de fundamentos e debates *não evocado* pelos manuais de “longo passado e curta história” (ou apenas evocado colateralmente) e, portanto, por certo senso comum em Psicologia. Em 1855, por exemplo, na conferência “Sobre a Visão Humana” (*Über das sehen des Menschen*), Helmholtz faz uma “homenagem” a Kant. Mas a homenagem serve para substituir a Filosofia Crítica pela Fisiologia e atacar duramente o Idealismo, a *Naturphilosophie* de Schelling e Hegel: “escutamos os cientistas glorificando, alto e forte, que os grandes progressos recentemente conquistados em suas disciplinas respectivas apareceram desde que eles purificaram seus domínios das influências da filosofia da natureza” (HELMHOLTZ, 1855/2010, p. 13).

Sob a pena de Helmholtz, Kant (e em alguma medida também Fichte) respeitaria a ciência e o fato de que “todo conhecimento da realidade deve ser retirado da experiência”, cabendo à Filosofia “examinar as fontes de nosso saber e seu grau de legitimidade” (HELMHOLTZ, 1855/2010, p. 14). Tal fidelidade à ciência não impediria que a Fisiologia, pela via aberta por Johannes Müller, pudesse suplantar o exame das condições de possibilidade *a priori* do conhecimento substituindo-as por condições empíricas. Por via da teoria das energias nervosas específicas de Müller¹⁰, abriria-se um novo caminho para a Teoria do Conhecimento, no qual “a qualidade de nossas percepções é condicionada tanto pela natureza [fisiológica] de nossos sentidos, quanto pelos objetos externos” (1855/2010, p. 22).

Se Kant merece certa adulação (e suplantação da Teoria do Conhecimento pela Fisiologia), Schelling e Hegel mereceriam ataques diretos. Para Helmholtz, seus sistemas julgariam “atingir em conjunto e sem experiência, por meio do pensamento puro, os resultados que as ciências empíricas suporiam atingir mais tarde” (HELMHOLTZ, 1855/2010, p. 14), pregando então total independência e privilégio da reflexão filosofante sobre os dados empíricos, a despeito da ciência. Igual ao que se viu na citação de Paulsen, isso não ficaria sem uma vigorosa contrarreação dos cientistas, e a Fisiologia seria parte dessa contra-reação. Resultado? “Não é de notoriedade pública que o físico e o filosófico de nossos dias não se escutam muito bem, ao menos em seus trabalhos científicos?” Que “cada partido desespera-se em convencer o outro”? (HELMHOLTZ,

¹⁰ Essa teoria demonstra que cada sentido diferente é regido por vias nervosas que contêm informações específicas para cada nervo (nervos visuais recebem estímulos luminosos e transportam informações diversas dos nervos auditivos, que recebem apenas estímulos sonoros etc.), denotando condições fisiológicas igualmente específicas para todo conhecimento humano. Existindo condições “fisiológicas” para o conhecimento possível, isso emula as condições *a priori* da intuição e do entendimento em Kant, mas o faz transformando essas condições transcendentais em condições fisiológicas e empíricas.



1855/2010, p. 13). É preciso um juiz, e o juiz chamado será doravante o da experiência – por via da ciência de Helmholtz.

Novamente recai a pergunta: que “história” a Psicologia deve contar? Neste caso, é a história da vitória do método científico do século XIX e da Fisiologia Sensorial sobre as limitações filosofantes (Kant) e as obscuridades românticas (Schelling e Hegel), como contada por vários manuais posteriores de Psicologia? Ou Helmholtz e a Fisiologia sensorial que conduz à Psicologia não seriam apenas o *resultado* de uma interação mais complexa, *a ser especificada*, entre *ao menos* o legado de Kant, o cientificismo nascente e a reflexão romântica, bem como os debates que buscaram soterrar as consequências do romantismo e adotar uma espécie de cientificismo contra-especulativo em História? Caso a história deva passar por tais linhas, Kant (por exemplo) não deveria mais ser lido como simples autor que – quando visto por psicólogos – se resumiu a “impor vetos” à Psicologia (tal como o lêem psicólogos como por ex. EBBINGHAUS, 1908, p. 13 e LEAL, 2007 ou SCHULTZ e SCHULTZ, 1998, p. 71¹¹), ou formulou condições “inatas” do conhecimento a serem superadas por outros psicólogos, ou ainda “atrasou” a marcha da ciência por dizer que a mente possui “faculdades” não observáveis (tal como acusa, novamente, EBBINGHAUS 1908). Não representa o exemplo de Helmholtz – como o de vários outros, aliás – a tentativa de uma suplantação cientificista da *Crítica*, colocando então em jogo não apenas leituras situadas como a dos “vetos” kantianos, mas a compreensão da *Crítica* kantiana e suas consequências (que ultrapassam largamente tais questões), sem o que seria prejudicada a compreensão do que se tornaria a própria Psicologia? Não seria a compreensão da *Crítica* um marco prévio para as discussões vindouras não apenas sobre ciência, mas também sobre ciências humanas e Psicologia? E quanto ao “Romantismo”, ele continuaria reduzido ao papel de movimento amorfo que serve de *sparring* às acusações de obscurantismo? Lembrando que tampouco projetos como o de Helmholtz parecem recepcionados com maior rigor pelo pensamento psicológico. Em relação ao mencionado acima, novamente vale notar: para dar conta da emergência da ciência no século XIX e suas repercussões em Psicologia, parece problemático adotar irrefletidamente, como agenda de uma história da Psicologia, os temas diretamente derivados do cientificismo do século XIX.

Para dar um terceiro exemplo, o mesmo ocorre com Wilhelm Wundt. O manual de Ebbinghaus (1908, p. 23) mostra como, “em tempos anteriores”, “a pesquisa psicológica não era um fim em si mesmo, mas um meio útil ou necessário para fins mais altos”, pois ela era espécie de

¹¹ Por ex.: “o filósofo alemão Immanuel Kant insistia que a psicologia nunca poderia tornar-se ciência porque era impossível fazer experimentos com fenômenos e processos psicológicos, ou medi-los. Devido ao trabalho de Fechner, que de fato possibilitou medir a mente, a asserção de Kant já não poderia ser levada a sério” (Schultz e Schultz, 1998, p. 71).



“sucursal ou serva da filosofia”. A ruptura com a filosofia teria como um dos marcos principais o próprio Wundt. Ele reuniria os diversos “brotos” científicos das vertentes da “nova” psicologia do século XIX no “velho tronco” da árvore psicológica, conferindo assim um “todo harmonioso”: “e então a psicologia, antes um mero meio para fins, começou a ser vista como uma ciência especial, à qual um homem pode se dar ao luxo de dedicar todo seu tempo e energia” (1908, p. 24). Tem-se aqui duas ideias, muito propagadas após Ebbinghaus: primeiro a de que Wundt, ou a Psicologia, teriam finalmente rompido com a Filosofia; segundo, a de que a Psicologia teria conquistado sua unidade conceitual e metodológica, *voire* científica (o que significaria dizer: naturalista), que balizaria essa ruptura. Novamente, tem-se na passagem de Ebbinghaus os dois fatores elencados mais acima a respeito da ascensão das ciências e da especificação (ou falta dela) dos motivos cientificistas em história: primeiramente, a agenda científica – incluso a cientificista – do século XIX teria finalmente chegado à Psicologia, como numa espécie de processo de acomodação tardia, mas efetiva; em segundo lugar, a Psicologia poderia se afastar das “especulações” filosofantes ancorando-se finalmente no método experimental.

Conforme demonstra Araujo (Cf. por ex. 2009a e 2010), essas interpretações seriam problemáticas, embora tenham se consolidado na rés-do-chão da Psicologia por décadas¹². Isso não é informação pouca, pois, conforme mencionado, Wundt é encarado como um “fundador” da Psicologia. Tem-se então em jogo o que seria a “fundação” de uma ciência. Que tipo de fundador seria esse, e sob que tipo de “ruptura”? Com Araujo, Serge Nicolas (2005, p. 134) argumenta que, de fato, “o ano de 1879 é bem um ato fundador maior de nossa disciplina”, pois após várias levar de esforço pessoal (e não de vasto dinheiro governamental, segundo o que dizem os manuais), Wundt conseguiria inaugurar o primeiro *Instituto* de Psicologia em Leipzig (não o “primeiro laboratório”, contrariamente aos manuais...), e, além disso, inauguraria depois uma revista com título específico: *Psychologische Studien* (detalhes da fundação em NICOLAS, 2005; outros comentários em ARAUJO, 2009b).

Wundt de fato “autonomiza” a Psicologia de forma institucional e livresca, o que gerou resultados institucionais no mundo inteiro. Mas, conforme Nicolas já alertava (2005, p. 137), “na época Wundt acreditava firmemente na importância da filosofia para as ciências”, como espécie de quadro de uma “ciência das ciências”, no que Araújo acrescenta com mais tons (2010, p. 159): “a

¹² O tom mais preciso de sua crítica pode ser entrevisto em passagens como essas: “Nos próprios livros de história da psicologia publicados a partir da segunda metade do século XX, raramente encontramos uma apresentação de suas ideias psicológicas que não oscile entre a caricatura e o absurdo”, e intérpretes mais recentes resumiriam a situação ao “afirmar que os equívocos parecem ter surgido não de uma má leitura da obra de Wundt, mas sim da completa falta de leitura da mesma” (ARAÚJO, 2010, p. 24 e 25)



estruturação definitiva de sua psicologia está diretamente ligada ao seu sistema de filosofia”, “a psicologia de Wundt é parte integrante de seus interesses filosóficos e encontra aí sua fundamentação última”. Wundt se interessa na formação de uma *Weltanschauung*. Nesse sistema a Psicologia tem parte crucial, mas é parte de uma visão de mundo não desenraizada da “especulação” filosófica.

Em polêmica com Wilhelm Dilthey, Wundt também alinha seu projeto de Psicologia a partir da divisão metodológica da época, entre as *Naturwissenschaften* (ciências naturais), explicativas, e as *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito ou “humanas”), compreensivas. Contornando ao mesmo tempo o espiritualismo (como o eventualmente atribuído a figuras como Fechner) e o materialismo (de figuras como Emil du Bois-Reymond), Wundt partia do fato da própria experiência humana, que poderia ser separável entre “imediate” (direta e intuitivamente acessível ao sujeito) e “mediata” (aquela sobre os objetos externos, passíveis de abstrações conceituais e mediações instrumentais). A noção de experiência é um princípio gnosiológico, “princípio de que existe uma experiência originária, na qual representação e objeto são uma única e mesma coisa” (ARAÚJO, 2010, p. 163). Nas palavras de Wundt (1896/2013, p. 377),

o conteúdo da experiência psicológica não consiste em uma soma de objetos, mas em tudo aquilo que compõe o processo da experiência em geral, isto é, em todas as experiências do sujeito em seu caráter imediato, inalteradas pela abstração ou reflexão. A isto se segue a necessidade de que os conteúdos da experiência psicológica sejam aqui considerados como uma interconexão de processos (...) O reconhecimento da realidade imediata da experiência psicológica exclui a possibilidade de se tentar derivar os componentes dos fenômenos psíquicos a partir de quaisquer outros que sejam diferentes deles próprios. Neste sentido, as tentativas da psicologia metafísica de reduzir toda experiência psicológica aos processos imaginários heterogêneos de um substrato hipotético são, pela mesma razão, incompatíveis com o problema real da psicologia. Contudo, enquanto se preocupa com a experiência imediata, a psicologia parte do princípio de que todos os conteúdos psíquicos contêm fatores objetivos e subjetivos. Estes devem ser distinguidos somente através de deliberada abstração, e não podem nunca surgir como processos realmente separados.

Isso significa que, em Wundt, há um princípio filosofante a reger a unidade das ciências, unidade apenas separável por questão de ponto de vista, o da experiência “imediate” (e mais intuitivamente originária), e “mediata”. Esses pontos de vista, como se pode ver, conduzem à separação metodológica - mas não de essência - entre as Ciências Naturais (da experiência mediata) e do Espírito (imediate). Sob tal separação a Psicologia, como ciência por excelência da experiência imediata, adquire para Wundt um papel de primeira importância frente às demais ciências e da Filosofia (valendo lembrar que, no Positivismo, Auguste Comte excluiu a Psicologia da classificação das ciências). Nas palavras de Wundt, “a Psicologia é, em relação às Ciências Naturais, suplementar,



em relação às Ciências do Espírito, a base fundamental e, em relação à Filosofia, ela é a ciência empírica propedêutica” (WUNDT, 1896/2013, p. 378).

Wundt reduplica as divisões das ciências naturais, entre experimentação (como na Física e na Química) e observação (como na Botânica e na Astronomia), na própria Psicologia. Responsável por estudar a “experiência imediata”, essa experiência será abordada por duas psicologias complementares, porém distintas (novamente o postulado da identidade de essência mas da divisão metodológica): a “Psicologia Fisiológica”, amparada na experimentação e nos instrumentos da Fisiologia Sensorial; e a “Psicologia dos Povos” (*Völkerpsychologie*), responsável pelas funções mentais superiores e culturais, amparada em vieses não-experimentais e ligada às Ciências do Espírito (sobre o sistema de Wundt Cf. ARAUJO, 2010).

Esse estado de coisas da Psicologia ocasiona várias consequências. Em primeiro lugar, com a divisão metodológica das ciências, Wundt mostra a irredutibilidade de sua “Psicologia dos Povos” a um viés experimental e laboratorial. Ademais, a Psicologia dos Povos, além de ser o “fundamento das ciências do espírito” (“*grundlage der Geisteswissenschaften*”, WUNDT, 1896/2013, p. 377), retira parte de sua informação essencial dessas mesmas ciências. O que significa dizer que o naturalismo cientificista *não corresponde* ao projeto diretor de Wundt e, se uma parte de sua Psicologia emprega de fato métodos experimentais e a agenda da Fisiologia Sensorial da época, há outra parte que se beneficia de outros métodos e conceitos, *não* laboratoriais ou experimentais. Se Ebbinghaus – e tantos outros – alinharam Wundt como um autor que, ao unificar os diferentes ramos do “tronco” da Psicologia, acabou por “romper” com a Filosofia (excluindo perspectivas “especulativas” e aderindo ao método experimental), uma breve revisita ao mesmo autor mostra projetos bem diversos.

Nisso, chegamos a interrogações semelhantes às colocadas acima: que história a Psicologia conta? Wundt é o “fundador” da Psicologia científica que “reúne” os ramos das diferentes psicologias em torno de um projeto naturalista e cientificista que sempre havia sido adiado, mas apenas agora se realizou? Ou Wundt é um pensador situado nas plenas “querelas dos Métodos” (*Methodenstreit*) do século XIX, elaborando em resposta a elas um sistema filosófico – uma verdadeira *Weltanschauung* – no qual a Psicologia tem papel preponderante, sistema que não ignora o método científico naturalista, mas busca igualmente um papel sistemático para as *Geisteswissenschaften* e uma unidade epistemológica baseada no conceito de “experiência”? Mas, caso tenha ocorrido esta segunda opção, não teria então fugido à história da Psicologia (e especialmente de seu senso comum) uma série de termos sobre sua própria constituição, a começar pela compreensão efetiva do debate em torno das ciências “naturais” e do “espírito”, de *como* esse debate



agiu na configuração da Psicologia, e *como* isso tudo se distribuiu ao longo do século XX para configurar as psicologias hoje existentes? Se Wundt tem papel de “fundador”, ele permaneceu durante muito tempo um fundador obscurecido, um “célebre desconhecido”. É como se em história da Física clássica, por exemplo, fosse possível manter obscurecidos os projetos de um Galileu ou de um Newton e suas consequências posteriores. Em suma: se o século XIX erigiu uma polêmica entre a ciência emergente e outros modos de pensar não experimentais, parece problemático descrevê-lo usando como base de julgamento os mesmos pressupostos que erigiu. Traçar uma história da Psicologia – por assim dizer – ciente desses pressupostos, e ligada aos debates mais alargados citados acima (por ex. em torno da história da Filosofia e das Ciências), poderia então dar abertura a outros resultados.

Tais fatores sobre a Psicologia reencontram, mais uma vez, as questões mais gerais expostas acima. A cisão da Filosofia Natural (ou sua unificação com a História Natural, como diria Daston), a separação entre “Filosofia” e “Ciência”, a ascensão do papel do “cientista”, a proliferação das “ciências baconianas” do século XIX (caso empreguemos o termo de Thomas Kuhn) e a “dura luta” contra a “praga do século” enxergada no Romantismo em geral, na *Naturphilosophie* e no Idealismo Alemão, enfim, a reunião de fatores como esses conduziu a fortes motivos cientificistas (o Positivismo é figura central) que associaram “filosofia” com “metafísica” e “especulação” – negando com veemência outros modos de pensar não cientificistas. Não à toa Araujo (2010, p. 160) parece detectar na própria *Lógica* de Wundt duas definições diferentes de “Filosofia”, como que para equilibrar os termos em voga: uma “metafísica”, a ser rechaçada, e outra como “lógica ou teoria geral do conhecimento”, a adotar.

Como especificar então a ascensão da temática cientificista e anti-especulativa em história, aplicada em Psicologia? Pois ela organizou inúmeras historiografias da Psicologia durante décadas, inclusive com efeitos sobre a *forma* pela qual correntes não-cientificistas também contaram sua própria história. Kurt Danziger (1979), por exemplo, trabalhou em parte dessa especificação ao delinear “a refutação positivista contra Wundt”, e o modo como as disputas filosóficas e científicas dos psicólogos do fim do século XIX se tornaram depois mornas descrições históricas, escolhas arbitrárias e compromissos dados por insuspeitos. Danziger demonstra como parte do “esquecimento” de Wundt, ocasionado após seu falecimento (em 1920), deve-se a uma viva disputa teórica sobre os princípios da Psicologia, que após ele foi praticamente abafada ou ignorada, legando aos psicólogos futuros um morno terreno de aparências naturalistas ou, quando muito, de mornas escolhas teóricas. A disputa com Wundt girava em torno da dissidência de alunos como Oswald Külpe e Edward Titchener, que aderiram a filosofias da ciência como o positivismo de *fin*



de siècle de Ernst Mach e Richard Avenarius, mas logo depois se apagou, gerando curiosos estados da arte em história da Psicologia.

Segundo Danziger, no início da década de 1890 Wundt dirigia sua atenção à Filosofia, enquanto Külpe se encarregava dos cursos sobre Psicologia. Wundt, que tratava Külpe como um “braço direito”, solicitara um *textbook* introdutório de Psicologia. Quando, em 1893, Külpe publicou *Grundriss der Psychologie*, o livro teria causado “desapontamento” do mestre e uma contra-reação, fazendo Wundt publicar em 1896 outro livro com o mesmo título. No mesmo ano, Wundt também publica uma *Über die Definition of Psychologie*, que ao mesmo tempo clareia para o público seu próprio projeto e contra-ataca as posições de Külpe (em 1895 Külpe publicara também *Einleitung in die Philosophie*, aprofundando a ruptura). Nesses mesmos anos, além de Külpe, diversos outros pensadores de princípios teóricos diversos se colocaram polemicamente contra Wundt, tais como Wilhelm Dilthey (que em 1894 publicou *Idéias sobre uma Psicologia Descritiva e Analítica*¹³), Hugo Münsterberg, Ebbinghaus e Titchener.

A cisão entre Külpe e Wundt – sigamos com Danziger – deve-se a um deslocamento dos princípios da Psicologia em direção ao que defendiam Mach, mas especialmente Avenarius (considerado melhor filósofo por Külpe e Wundt). Em jogo estaria a crítica de Külpe à noção de “causalidade psíquica”: conforme Wundt, a divisão metodológica das ciências garantia à Psicologia, enquanto estudo da “experiência imediata”, uma região *própria* e autônoma no que diz respeito ao estudo dos processos mentais, garantindo uma noção de “causalidade” também específica e irreduzível à das ciências naturais. Há uma “causalidade psíquica” irreduzível aos eventos físicos e à lei da conservação da energia¹⁴. Eventos psicológicos, portanto, não encontrariam seu princípio explicativo em eventos físico-biológicos. Mas é exatamente esse o ponto no qual Külpe passa a divergir de Wundt: para ele, se as idéias mentais são inter-relacionadas, elas também “seguem uma lei que se impõe a elas de fora”, isto é, do “indivíduo corpóreo” (DANZIGER, 1979, p. 209), trazendo a ordem das explicações mentais novamente ao primado das explicações físicas (desde o corpo biológico).

Isso derivaria da guinada rumo a Mach e Avenarius. Para eles, diferentemente do positivismo de Comte, a Psicologia teria um lugar entre as ciências. Sob esse viés, a divisão

¹³ Para Dilthey (1894/2011, p. 60-62), Wundt faz uma “virada extremamente notável”, sendo “o primeiro entre todos os psicólogos a demarcar o todo da psicologia experimental como ramo particular do saber”, dentre outros trunfos, tais como o primado da “causalidade psíquica” e, portanto, a especificidade da Psicologia diante das outras ciências. Mas ainda, para Dilthey, Wundt utilizaria pressupostos hipotéticos emprestados das ciências naturais para dar conta da mente, o que lhe manteria ainda no quadro de uma “psicologia explicativa”. Os textos de 1896 de Wundt certamente são também uma resposta a Dilthey que merece análise.

¹⁴ Valendo realçar que Wundt foi aluno de Helmholtz, um dos grandes formuladores desse princípio no século XIX.



wundtiana da experiência poderia ser então compreendida como experiência “dependente” ou “independente” de um *sistema biológico*, assuntos respectivos da Psicologia e da Física. Essa chave de leitura retira a especificidade da Psicologia como autônoma frente a causalidade física, preparando a redução da mente a fatores naturalistas: “Mach seguiu diretamente os passos de David Hume ao demonstrar, por satisfação própria, que a experiência individual do *self* não é inteiramente experiência, mas apenas uma combinação de sensações que em si mesmas são mais físicas do que mentais: ‘O fato primário não é o ego mas os elementos (sensação)...’” (DANZIGER, 1979, p. 210). A consequência é que a divisão das ciências, nesse positivismo de *fin de siècle*, é bem diversa da proposta de Wundt. Enquanto em Wundt há especificidade da Psicologia, autonomia mediante noções como a de “causalidade psíquica” (e também da “Psicologia dos Povos”) e um caráter mais fundamental devido ao estudo da “experiência imediata” (caráter inclusive “propedêutico” para a Filosofia), a guinada de Külpe faz entrever uma Psicologia novamente alinhada numa classificação positivista das ciências, mas por isso mesmo, encontrando seus princípios explicativos na Fisiologia e na Biologia, que se subordinariam aos conceitos mais gerais da Química, da Física e assim por diante. Além disso, vale notar a nova confiança na experimentação como método geral, supostamente abordável não apenas nos processos psicológicos mais básicos e estritamente controláveis (era o que defendia Wundt), mas também nas funções mais complexas.

As respostas de Wundt (incluindo acusações contra um afrouxamento do método experimental em Psicologia) não foram propriamente consideradas. Conforme mencionado, outros psicólogos também entraram em jogo, especialmente sob o legado que concorda com Avenarius e Mach e descarta as posições de Wundt. Acima vimos as posições de Hermann Ebbinghaus em História, afastando toda e qualquer orientação não naturalista da Psicologia a um “passado” que não mereceria ser “história”. Mas, considerando as palavras de Danziger (1979, p. 213-seg.), o próprio Ebbinghaus também teria se posicionado, demonstrando na época que posições como a de Ernst Mach representariam uma descontinuidade, um *novo* capítulo na história da ciência natural, que não seria ainda bem compreendido por figuras como Wundt (e também Dilthey) – embora tais descontinuidades em história da ciência não estejam presentes no próprio esboço de Ebbinghaus, de 1908, sobre história da Psicologia. Em 1896 e 1897, Ebbinghaus publicou *Sobre a Psicologia Descritiva e Explicativa* (*Über beschreibende und erklärende Psychologie*) e *Grundzüge* ou *Fundamentos da Psicologia*, defendendo que Mach se distanciaria da causalidade mecânica clássica quando inaugura noções como a de “relação funcional”. Sob a esteira de Hume, Mach representaria um movimento de deslocamento da *explicação* causal da mecânica clássica à *descrição* conceitual entre eventos contingentes e funcionais, tornando possíveis os desenvolvimentos que levaram à Física Moderna e outras ciências do século XX. Estaria então em marcha o desenvolvimento de novos e outros



conceitos em ciência, alheios aos modelos correntes da causalidade clássica ou das ciências do espírito. Nas palavras de Danziger (1979, p. 214), “a resposta de Ebbinghaus [...] envolveu o argumento de que, enquanto a ciência psicológica modelada na física Newtoniana pode ser vulnerável às críticas [...], não ocorre o mesmo para uma ciência psicológica modelada pela física Machiana”.

O mesmo ocorreria com Titchener, na virada do século XX: uma Psicologia “descritiva”, sob inspiração de Mach, demonstraria o mesmo conjunto de leis descritivas para todas as ciências, divididas entre domínios conceituais distintos. Não haveria então diferença metodológica entre a inspeção dos eventos físicos e a introspecção dos eventos psicológicos, sendo a esfera da ciência física válida em ambos os “domínios”¹⁵. E, contra os princípios wundtianos da autonomia da Psicologia, de uma abordagem não experimental em Psicologia dos Povos e da “causalidade psíquica”, novamente a Psicologia poderia ser explicada por princípios encontrados alhures, na experiência enquanto dependente de um indivíduo que se reduz a um sistema nervoso e, portanto, a uma explicação natural.

Danziger demonstrou que esses deslocamentos todos participaram do “esquecimento” de Wundt durante décadas. Logo no início do século XX, outros movimentos de Psicologia surgem e tais debates ficam, por assim dizer, obscurecidos. Como se sabe, Edwin Boring, que ajudou a popularizar a passagem de Ebbinghaus sobre o “longo passado e a curta história”, foi discípulo de Titchener, e inclusive escreveu sua *História da Psicologia Experimental* para defender a psicologia de laboratório da proliferação fácil das abordagens “aplicadas” do início do século XX, especialmente nos EUA. Mas é importante notar que esses mesmos motivos históricos permaneceram em enorme cultura de manuais, inclusive sob motivos desenraizados, como se a própria história da Psicologia funcionasse inerentemente assim, em qualquer cenário. O primado do cientificismo nessa espécie de manual de Psicologia ultrapassou tais problemas de contexto e proliferou numa grande cultura manualesca durante décadas, a ponto de – conforme mencionado – ser possível notar eventualmente outras abordagens não-experimentais emulando os mesmos modos de emprego e traçando suas histórias sob narrativas retrospectivas e vitoriosas. O tipo de postura que Danziger detecta em Boring, na citação abaixo, poderia ser expandido para várias publicações, durante muito tempo:

o mais crítico de tudo, há o fato de que o próprio Boring foi profundamente comprometido com a filosofia da ciência positivista cuja influência no desenvolvimento inicial da psicologia esteve em questão aqui. Mas o seu

¹⁵ Como se sabe, isso rendeu inúmeras acusações de frouxidão e extrapolações conceituais, vindas dos mais diversos espectros da Psicologia (de Wundt a Watson, por exemplo).



compromisso é de segunda geração. O que havia sido para seus professores conclusões cuidadosamente obtidas e corajosamente afirmadas, agora se tornaram matérias dadas como naturais, certezas implícitas não abertas ao debate ou mesmo válidas de menção. Para a historiografia da psicologia, a maior consequência dessa postura é que a dependência da teoria e do método psicológicos em compromissos filosóficos prévios perdeu-se de vista. Porque apenas um tipo de filosofia da ciência é visto como legítimo (ou mesmo concebível), diferenças em questões científicas não são vistas como diferenças filosóficas. Essa é uma atitude confortável para aqueles que não desejam questionar suposições fundamentais, e isso inclui usualmente a conservadora maioria. (DANZIGER, 1979, p. 206)

O que repõe, em cascata, as mesmas perguntas acima: que tipo de história a Psicologia conta, ou deveria ou poderia contar? Se parte da historiografia da Psicologia é ela própria tributária dos compromissos da mesma história que pretende contar, parece evidente a necessidade de alguns reexames. Especialmente considerando que tal historiografia rendeu, durante décadas, certa cultura de manuais e *textbooks* que funcionariam como se estivessem isentos de qualquer cenário. A passagem de Danziger, caso correta, mostra que determinados movimentos dispuseram para as histórias da Psicologia do século XX diversas manobras do século XIX: a condenação de posturas não alinhadas com certas perspectivas de ciência natural, o cientificismo, os preconceitos retrospectivos e a suposição de “neutralidade” em história.

Horizontes

Os fatores elencados oferecem diversas questões. É certo que, acima, expôs-se o nome de historiadores mais recentes – como Hatfield, Mengal, Heidelberger, Danziger, Vidal e Araujo –, cujos trabalhos situados (dentre outros historiadores) fazem recensões mais alargadas do que várias historiografias das décadas anteriores (marcadas pelo tipo de argumento exposto por Danziger) poderiam supor. O que Ebbinghaus chamava de “longo *passado*” tornou-se, em muitos sentidos, “*história*”.

Sob tais exemplos e num contexto de “práticas e propósitos em história das ciências”, talvez seja preciso realçar uma vez mais a necessidade da História da Psicologia, ou de certo senso comum ligado a ela (inclusive na formação e profissão), *reaverem outros níveis de análise*, exteriores aos compromissos internos da matéria, e que inclusive circunscrevam a *constituição* desses compromissos internos. Tais necessidades, algumas vezes, acabaram confundidas com uma guinada rumo a histórias de motivos externalistas, não raramente reduzindo a Psicologia a determinações extracientíficas ou sociais (a Psicologia como fruto das “personalidades”, conforme historiografias mais psicologizantes, ou de movimentos institucionais ou da “sociedade capitalista”, como nas historiografias mais sociologizantes, ou ainda como fruto dos “preconceitos morais do ocidente”, como nas histórias inspiradas por Nietzsche etc.). Mas, não obstante o valor a considerar sobre



essas historiografias, os casos acima mostram níveis de análise nos quais a formação dos conceitos e motivos psicológicos envolveram historicidades *específicas*, ligadas a motivos lógicos e teóricos internos mas também motivos alheios à disciplina, e cujos compromissos e reviravoltas merecem atenção. Em relação a essas historicidades específicas, tal como Araujo (2016) já chamou a atenção, é preciso, por exemplo, de uma “história filosófica” da Psicologia. Ou, conforme retomam atualmente autores como Ian Hacking e Lorraine Daston, não pareceria inútil resgatar os motivos aproximados de uma “epistemologia histórica” aplicada em Psicologia.

Sobre a “história filosófica”, Araújo mostra, contra as historiografias críticas e de “*social turn*” advindas em Psicologia desde os anos 60 - ou mais precisamente, ao lado delas - que projetos psicológicos (como os de Wundt) não se esgotam em leituras positivistas (características de historiografias mais antigas) ou sociologizantes (mais recentes), requerendo um nível especificamente conceitual e filosófico para serem compreendidos. Aparentemente retomando motivos correntes entre os historiadores da Filosofia, Araujo afirma que esse tipo de história se detém especialmente na “relação geral entre psicologia e filosofia”, preocupando-se em “revelar como o desenvolvimento histórico e a elaboração de projetos psicológicos liga-se estreitamente com suposições filosóficas, nem sempre explícitas”. Torna-se necessário o foco na “coerência e racionalidade dos projetos psicológicos em seu próprio contexto histórico” (2016, p. 10), ou ainda, *qua* historiador, o historiador da Psicologia não defenderia “qualquer teoria sobre a natureza última dos fenômenos psicológicos” (2016, p. 11 – provável advertência contra a atitude do cientista-historiador em Psicologia). Uma “história filosófica” da Psicologia seria, por fim, “crítica, policêntrica e internacional” (Araujo, 2016, p. 13).

Igualmente, se Georges Canguilhem ainda serve de exemplo para uma epistemologia histórica, não seria inútil abrir a História da Psicologia para fora do internalismo, que privilegia certos postulados teóricos ao invés dos dados históricos empíricos (Cf. CANGUILHEM, 1966/1994, p. 15), ou do externalismo¹⁶. Sob uma história “epistemológica” das ciências valeria ler as teorias a partir de seus pontos de “originalidade” e “invenção”, seus “conceitos diretores”, seus “sistemas de conceitos”, a colocação de seus “problemas próprios” (1966/1994, p. 22) pelo tempo que a história de uma ciência secreta “para si própria” (1966/1994, p. 20), ciência cuja constituição se faz sempre polemicamente em função das rupturas e continuidades relativas ao momento atual e a outras historicidades.

¹⁶ “O externalismo é uma maneira de escrever a história das ciências condicionando certo número de acontecimentos – que se continua a chamar de científicos mais por tradição do que por análise crítica por suas relações com interesses econômicos e sociais, com exigências e práticas técnicas, com ideologias religiosas ou políticas” (Canguilhem, 1966/1994, p. 15).



Vale igualmente chamar a atenção sobre as consequências de tais questões – dentre várias outras possíveis – sobre a configuração da Psicologia e da identidade do “Psicólogo”. Um exemplo: como envolve diretamente o cálculo, o caso de Fechner seria exemplar para notar como historiografias da Psicologia ligadas a tais áreas menosprezaram a análise de *como* um projeto tributário do romantismo pôde se vincular ao cálculo e medida psicológicas, ou ainda, mais profundamente, como a interação entre a ciência romântica e o naturalismo científico fez par com o nascimento de novos conceitos, racionalidades e níveis analíticos em todo o século XIX. Consideradas tais questões, o projeto *inteiro* de Fechner não seria então apenas um caso ultrapassado em história, mas um caso – dentre outros¹⁷ – cuja análise dos conceitos iluminaria a formação das psicologias do século XX, inclusive as que se julgam asseguradas por suas classes numéricas. Não é inútil lembrar, por exemplo, que, se Descartes e outros pensadores da Revolução Científica situavam a matemática como ligada ao conhecimento claro e distinto, relegando o “conhecimento provável” à verossimilhança e às fronteiras da finitude sensível e do não saber, ocorreram mudanças importantes, inclusive em racionalidades extrapsicológicas como a matemática, para que uma “medida psicológica” se tornasse possível. Mantendo-nos apenas nesse exemplo, Descartes deixaria de ser o enfadonho “pensador do passado” da Psicologia, responsável por frear seu desenvolvimento ou recair no “mentalismo” e outras reduções, para tornar-se, dentre outros, alguém que sinaliza os limites das condições de possibilidade históricas da medida psicológica. Como tal guinada se tornou possível, sem que seja descrita simplesmente como o abandono do obscurantismo rumo à ciência? Na ausência de tais respostas, Fechner continuará um pensador ao mesmo tempo ilustre e pouco visitado, enquanto as historiografias poderão recorrer à balança de São Miguel, à implementação do sistema indo-arábico por Fibonacci ou à invasão mongol. Mas o entendimento da filosofia natural clássica e de suas consequências poderia oferecer eventualmente outras nuances.

O mesmo, conforme exposto acima, ocorre com diversos outros temas, tais como a configuração e os destinos da noção de Filosofia Natural, bem como a filosofia kantiana, o Romantismo e o Idealismo Alemão. Mesmo o cientificismo do século XIX parece pouco compreendido em sua constituição, projetos e limites. A defesa de Ebbinghaus situada entre a “explicação” (de tom newtoniano) e a “descrição” (de tom machiano) também supõe cortes pouco visitados na história dos modelos que se inspiram nas ciências naturais.

Se no âmbito historiográfico é certo que as tarefas seguem, no âmbito formativo e

¹⁷ Heidelberger (2004), por exemplo, chega a confrontar Fechner com Ernst Mach e com as novidades da física vindoura, inclusive o “princípio da incerteza” de Heisenberg.



profissional parece também evidente que a narrativa da “vitória cientificista sobre a especulação” mereceria questionamento. Isso certamente interferiria institucionalmente no próprio *cursus* do psicólogo, que, durante a formação, primeiro aprende as matérias ditas “de base”, como as históricas e filosóficas, para então ascender até a prática destituída da especulação. Deixar de lado o postulado do “longo passado e curta história” supõe atribuir importância maior para as matérias ligadas à Filosofia e à História da Psicologia. Elas deixariam de ser uma espécie de “museu do ultrapassado” e vigorariam em outras fases de formação que não apenas as iniciais, retirando certo aspecto impensado na formação psicológica que inclusive poderia render a acusação de “positivista” (isso acarretaria em mudanças de teor não apenas no aprendizado das psicologias ditas “filosóficas”). Igualmente, a prática docente se abriria a eventualidades tais como a do rigor não detido em manuais, o trato mais rigoroso dos conceitos e uma abertura maior à exegese das bibliografias primárias. Afinal, se a Psicologia se abre a tantas outras discussões, desde o meio profissional até o científico, e se ela julga importante manter-se em relação com a própria história, não faz mal renovar sempre a questão sobre o rigor destinado a seus assuntos.

Bibliografia

ARAUJO, Saulo de Freitas. Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. **Sci. Stud.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 209-220, June 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662009000200003>

ARAUJO, S. F. Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 09-14, 2009b. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100002&lng=pt&nrm=iso>

ARAUJO, S. F. **O Projeto de uma Psicologia Científica em Wilhelm Wundt – uma nova interpretação**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

ARAUJO, S. Toward a philosophical history of psychology: an alternative path for the future. **Theory & Psychology**, vol. 27, issue 1, 2016.

BORING, E. **A history of experimental psychology**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1950 (primeira edição é de 1929).

CANGUILHEM, G. L'objet de l'histoire des sciences. In **Études d'histoire et philosophie des sciences**. Paris: Vrin, 1994 (conferência originalmente enunciada em 1966)

DANZIGER, K. The Positivist Repudiation of Wundt. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, n. 15, 1979.

DASTON, L. Philosophies de la nature et philosophie naturelle (1500-1750). In **Histoire des Sciences et des Savoirs**, vol. I (org. Stéphane VAN DAMME). Paris: Seuil, 2015.

DILTHEY, W. **Idéias sobre uma Psicologia Descritiva e Analítica**. RJ: Via Verita, 2011. (original de 1894)

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original de 1917)



- EBBINGHAUS, Hermann. **Psychology – an elementary text-book**. Boston: D. C. Heath & Co. Publishers, 1908.
- FECHNER, G. **La Cuestión del Alma**. Buenos Aires: Cactus, 2015.
- HATFIELD, Gary. Psychology as a natural science in the eighteenth century. **Revue de Synthèse**, IV, n. 3-4, julho-dezembro de 1994.
- HEARNshaw, L. S. **The shaping of modern psychology**. London: Routledge, 1987
- HEIDELBERGER, M. **Nature from within – Gustav Theodor Fechner and his Psychophysical Worldview**. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2004
- HELMHOLTZ, Hermann. Sur le voir humain. *Philosophia Scientiae*, n. 14-1, 2010 (original de 1855). DOI : 10.4000/philosophiascientiae.152
- KANT, I. **Lógica**. RJ: Tempo Brasileiro, 1992.
- LAUDAN, L. Theories of Scientific Method from Plato to Mach. **History of Science**, Vol. 7, 1968.
- LEAL, A. A Psicologia no recurso aos vetos kantianos. In **História da Psicologia – Rumos e Percursos** (org. Jacó-Vilela, A. M.; Ferreira, A. L.; Portugal, F. T.). RJ: Nau, 2007.
- MENGAL, P. Para uma história da Psicologia. **Ideação**, n. 34, jul-dez 2016 (original de 1988).
- MENGAL, P. **La Naissance de la Psychologie**. Paris: L'Harmattan, 2005
- MIOTTO, M. A Psicologia entre o “longo passado” e a “curta história”. **Dissertatio**. Vol. 47, 2018.
- NICOLAS, Serge. La fondation de la psychophysique de Fechner – des présupposés méthaphysiques aux écrits scientifiques de Weber. In: **L'année psychologique**. 2002 vol. 102, nº2. pp. 255-298
- NICOLAS, S. Wundt et la fondation en 1879 de son laboratoire. Histoire documentaire de la création et du développement de l'institut de Psychologie Expérimentale de Leipzig. **L'Année Psychologique**, vol. 105, 2005, p. 133-170.
- PAVLOV, I. **A Psicologia e a Psicopatologia experimentais dos animais**. (Col. Os Pensadores). SP: Nova Cultural, 1980 (original de 1903).
- SCHELLING, F. W. Introdução ao Projeto de um Sistema da Filosofia da Natureza ou Sobre o Conceito da Física Especulativa e a Organização interna de um Sistema desta Ciência. **Princípios**. Vol. 17, n. 28. Natal, julho/dezembro de 2010.
- SCHULTZ, D; SCHULTZ, S. **História da Psicologia Moderna**. SP: Cultrix, 1998.
- SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. SP: Martins Fontes, 1994.
- SKINNER, B. F. A Psicologia pode ser uma ciência da mente? Trad. de André Luis Jonas de SKINNER, B. F. **Cumulative Record - Definitive Edition**. Acton: Copley Publishing Group, 1999.
- Acessado no endereço http://www.itcrcampinas.com.br/pdf/skinner/A_Psicologia_pode_ser_uma_ciencia_da_mente.pdf em março de 2018.
- VIDAL, F. **The Sciences of the Soul: the early modern origins of Psychology**. Chicaco: University of Chicago Press, 2011.
- WULF, Andrea. **A Invenção da Natureza – A vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. SP: Crítica, 2016.



WATSON, J. A Psicologia como um behaviorista a vê. **Temas em Psicologia**, vol. 16, n. 2, 2008 (original de 1913).

WUNDT, W. Esboços de Psicologia – Introdução. **Psicologia em Estudo**. Vol. 18, n. 2. Maringá, abril-junho de 2013.



A utilização da história das ciências como instrumento facilitador para o aprendizado da física clássica no ensino médio

The use of the history of Science as a facilitating methodology for the learning of classical physics in High school

Renan de Melo Alencar

Graduação em Ciências: Biologia, Física e Química
Universidade do Estado do Pará
renan90alencar@gmail.com

Sérgio Yury Almeida da Silva

Graduado em Ciências Naturais
Universidade do Estado do Pará
yuryalmeida1@gmail.com

Recebido em: 28/04/2018

Aprovado em: 25/05/2018

Resumo: Este trabalho discorre sobre a importância da utilização da história das ciências na forma de prática metodológica, a ser utilizada com a finalidade de conscientizar o aluno do ensino médio sobre a necessidade de aprender física. Lamenta-se o escasso aproveitamento de uma ferramenta que aliada a exposição conceitual e a construção de experimentos, pode ajudar a minimizar alguns obstáculos enfrentados pelo aluno que inicia seus estudos acerca dos fenômenos da natureza. Tem-se que apesar de reconhecida a relevância do uso da história das ciências como ferramenta para o ensino de física, ela é pouco e má utilizada. Neste sentido, este texto propõe formas de introdução desta metodologia às aulas de física, e expõe opiniões de professores e alunos sobre o tema abordado.

Palavras chave: História, Física, Interdisciplinaridade.

Abstract: This work discusses the importance of using the history of science in the form of methodological practice, to be used with the purpose of raising the awareness of the high school student about the need to learn physics. It is regrettable the scarce use of a tool that together with the conceptual exposition and the construction of experiments, can help to minimize some obstacles faced by the student who starts his studies about the phenomena of nature. It has been recognized that although the relevance of the use of the history of the sciences as a tool for the teaching of physics is recognized, it is little and bad used. In this sense, this text proposes ways of introducing this methodology to physics classes, and expound opinions of teachers and students on the subject addressed.

Keywords: History, Physics, Interdisciplinarity.



Introdução

As discussões acerca dos métodos de ensinar física no ensino médio tem ganhado força entre a comunidade desta área, a ideia é buscar meios facilitadores, com o objetivo de desconstruir a antipatia que muitos estudantes sentem pela disciplina, aversão esta que em grande parte deriva-se de práticas mecanicistas que objetivam apenas a promoção através de testes avaliativos, para isto, muitas das novas metodologias tem como carro chefe, para atrair a atenção do aluno, a facilitação dos conteúdos. “No ensino médio, a precariedade em termos pedagógicos, reflete-se na forma tradicional como a física é ensinada, priorizando-se abordagens quantitativas e o treinamento para os concursos vestibulares.” (FRANÇA FILHO, 2012, p. 3).

Esta facilitação pode ser apresentada por meio da exposição dos temas de física, utilizando experimentos, não sendo esta situação apenas exemplificadora da teoria trabalhada em sala sem participação do aluno, mas sim trabalhando a questão prática por meio do contato com o experimento e com discussões sobre o que foi analisado, provocando o aluno a pensar criticamente sobre o tema abordado.

A experimentação é a metodologia mais buscada por professores de física, nas salas de aula, para chamar a atenção do estudante através do “divertido”, onde tal metodologia atrai o aluno por fugir do abstrato e demonstrar de forma prática os eventos físicos descritos. Tal metodologia deve fazer parte de um planejamento geral, somada a ferramentas históricas e conceituais.

A história, por sua vez, se identifica com o papel introdutório nas aulas de física, expondo a motivação e evolução do conhecimento, observando assim a importância da experimentação no desenvolvimento das ciências naturais. Após este apoio prévio, a experimentação é trazida como ferramenta necessária à evolução do assunto.

Refletindo a partir do exposto, nota-se que a utilização da história da ciência constrói uma forte necessidade de pensar e aplicar outras metodologias, fugindo assim do ensino mecânico e tornando as aulas mais atrativas.

Pretende-se que, uma vez definidos e fixados cuidadosamente os objetivos, seja possível conceber e realizar experimentos sob diferentes abordagens. Supõe-se que seja esta uma forma de alcançar um objetivo suplementar novo e não clássico: o de ajudar o aluno a adquirir uma boa imagem das ciências. (SERÉ, 2001, p. 57).

Todas as ferramentas são importantes, sendo a física uma ciência da natureza, fica fácil aplicar a prática e expor a presença da mesma em nosso cotidiano, mostrando para os estudantes que a física também é que uma ciência que busca respostas para os eventos que ocorrem no nosso dia-dia.



Há muitas formas de se usar a História da Ciência como um elemento no ensino de física. A escolha depende do objetivo pedagógico e do tipo de estudantes, que pode incluir estudantes de nível médio, estudantes de graduação, professores, etc. O objetivo pode ser aprender teorias científicas e conceitos, discutir sobre a natureza da Ciência e seu método, a relação entre Ciência e o contexto social, entre outras coisas. (SILVA, 2003, p. 53).

Neste contexto, a história deve se encaixar como metodologia de preparação, sendo apresentado o contexto histórico onde foram desenvolvidas as diversas teorias, buscando desta forma apresentar a relevância de cada assunto através da exposição da necessidade de buscar respostas sobre cada situação.

O foco principal nas aulas de física deve ser a atenção do aluno, onde é necessário desmontar o princípio que a física deve ser aprendida para que seja possível passar para uma próxima etapa do ensino. As ciências naturais devem ser de relevância conhecida para os discentes do nível básico de ensino, onde estes se sintam estimulados a conhecer tais conteúdo.

Esta valorização dos estudos sobre os fenômenos naturais pode ter início através da identificação dos feitos históricos que construíram as teorias conhecidas nos dias atuais.

A história da ciência não pode substituir o ensino comum das ciências, mas pode complementá-lo de várias formas. O estudo adequado de alguns episódios históricos permite compreender as inter-relações entre ciência, tecnologia e sociedade, mostrando que a ciência não é uma coisa isolada de todas as outras, mas, sim faz parte de um desenvolvimento histórico, de uma cultura, de um mundo humano, sofrendo e influenciando por sua vez muitos aspectos da sociedade. (MARTINS, 2006, p. 1).

A enorme deficiência existente em termos científicos identificada nos discentes do ensino fundamental e médio é motivo de apreensão por parte dos educandos, entendendo a dificuldade que os alunos tem de pensar cientificamente, além disso, nota-se o aumento da evasão de estudantes no ensino básico e do analfabetismo científico.

Envolto entre inúmeros fatores, cita-se a construção do estereótipo de “matéria difícil”, que é um fator desestimulante, observando a baixa confiança do aluno em si mesmo. Muitas vezes, por taxar algo como difícil, o estudante cria uma barreira que lhe impede de aprender, mesmo que suas habilidades permitam que ele adquira tais informações, esta barreira impede que este discente enxergue conceitos extremamente triviais.

De acordo com o levantamento, realizado com cerca de 2 mil pessoas com idades entre 15 e 40 anos de nove regiões metropolitanas e do Distrito Federal, apenas 5% dos brasileiros podem ser considerados proficientes em linguagem científica, ou seja, são capazes de elaborar argumentos sobre a veracidade de hipóteses, demonstram domínio de unidades de medida e conhecem questões relacionadas ao meio ambiente, saúde, astronomia e genética. (PAIVA, 2014).



No intuito de encontrar soluções para a evidente deficiência no aprendizado científico no nível escolar básico, procura-se refletir novas metodologias educacionais, logo, propõem-se ajustes no trabalho escolar introduzindo a história da ciência como ferramenta facilitadora e atrativa nas aulas de física na educação básica.

Importante ressaltar que a história da ciência pode ser introduzida como metodologia nas aulas de física, sendo uma introdução para cada assunto referente a mecânica clássica no ensino médio, não apontando inicialmente a introdução de uma disciplina exclusiva para esta linha de estudos, visa-se primeiramente uma abordagem imediata da história da ciência.

A partir de todas as observações citadas, entende-se um importante papel do ensino da história das ciências, não apenas como ferramenta facilitadora, mas também como conteúdo contribuinte para formação crítica e social do discente. “Essa humanização quebra o paradigma de que a ciência é algo atemporal, que surge de forma mágica e que está à parte de outras atividades humanas.” (MEDEIROS, 2017, p. 2).

Para o ensino básico, afastar a física do abstrato e trazê-la para o mundo real, torna-se o obstáculo inicial, humanizar as ciências tende a ser um caminho de aproximação entre os jovens e a física.

A história, a filosofia e a sociologia da ciência não têm todas as respostas para essa crise, porém possuem algumas delas: podem humanizar as ciências e aproximá-las dos interesses pessoais, éticos, culturais e políticos da comunidade; podem tornar as aulas de ciências mais desafiadoras e reflexivas, permitindo deste modo, o desenvolvimento do pensamento crítico; podem contribuir para um entendimento mais integral da matéria científica, isto é, podem contribuir para a superação do “mar de falta de significação” que se diz ter inundado as salas de aula de ciências, onde fórmulas e equações são recitadas sem que muitos cheguem a saber o que significam; podem melhorar a formação do professor auxiliando o desenvolvimento de uma epistemologia da ciência mais rica e mais autêntica, ou seja, dar uma maior compreensão da estrutura das ciências bem como do espaço que ocupam no sistema intelectual das coisas. (MATTHEWS, 1995, p. 164).

Sabendo da necessidade que houve e que ainda há de buscar respostas para todos os eventos do universo, o aluno tende a ser induzido a interessar-se mais pela física, evitando também, questionamentos do tipo: “Para que isto vai servir na minha vida”. Podendo assim, através da excitação do interesse, superar a principal barreira da física, para boa parte dos alunos, a matemática.

O aproveitamento histórico da física abre inúmeras possibilidades de introduzir diversas metodologias e abordagens.



Após a conquista da simpatia do discente pela disciplina, a aprendizagem tende a ser menos árdua e mais significativa.

A relevância

Buscando métodos que auxiliem no desenvolvimento de conteúdos referentes a física em sala de aula, tem-se cobrado dos docentes um aproveitamento significativo da interdisciplinaridade, tendo assim um aproveitamento maior, olhando as ciências por áreas amplas, unificando, por exemplo a física, química e a biologia, que são as ciências da natureza. Indo além dos estudos das ciências naturais, é importante observarmos a influência das outras áreas de conhecimento sobre esta, e de que forma elas podem contribuir para significantes evoluções no ensino das ciências, ou mais especificamente, da física, por sofrer rejeição por parte do público do ensino básico.

Observa-se nos adeptos mais fervorosos da física um encanto pela disciplina, onde tal encanto deriva também do apreço pelas conquistas alcançadas por esta ciência ao longo da história, observando a importância de buscar respostas para os eventos que nos cercam. Como descreve Bassalo, “Em tese, estudar a história da ciência será conhecer em detalhes o passado, para entendermos o presente e prognosticar o futuro, seja do ponto de vista internalista ou externalista, ou ambos.” (BASSALO, 1992. p. 61).

Sendo assim, conclui-se a importância de entender a necessidade de obter respostas em um dado momento histórico e como seria se não pudéssemos usufruir destes conhecimentos nos dias de hoje. Além disso, é necessário que o aluno reconheça a constante necessidade humana de buscar respostas para os eventos que os cercam.

Tem-se que através da utilização da história da ciência nas aulas de física clássica, não objetiva-se apenas atrair o aluno através de contos e história que cercam a construção das teorias, mas sim desenvolver neste aluno o senso crítico, fazendo-o entender a essência da física, que é estudar e entender fenômenos, favorecendo assim, uma aprendizagem mais significativa, objetivando a construção de um pensamento crítico sobre a ciência estudada.

Existem pontos do sistema educacional que desfavorecem uma aprendizagem eficiente, as formas de avaliação são pontos importantes nesta reflexão, onde as avaliações quantitativas confundem o aluno, tornando o conhecimento um obstáculo para atingir a meta principal que é a aprovação, quando a verdadeira meta deveria ser o próprio conhecimento. Quanto as avaliações qualitativas, que são cobradas pelos órgãos responsáveis pelos sistemas públicos de ensino, estas em sua maioria são elaboradas de forma equivocadas pelos docentes, muitas vezes fugindo do real objetivo e sendo apenas uma avaliação quantitativa disfarçada.



Devido à alta concorrência em exames avaliativos de progressão ao ensino superior, o ensino da física e da matemática sofriam com a utilização de macetes e ferramentas decorativas, visando resultados imediatos, tornando o conteúdo descartável após a aprovação nestes exames. A Ascensão de avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que enfatiza a interdisciplinaridade, induziu as escolas a se adaptarem a formas mais adequadas de ensinar, porém, ainda longe do que se espera para a formação científica dos discentes.

A partir do raciocínio exposto nos parágrafos anteriores, ressalta-se a importância de uma proximidade da física com a história, como abordado nos parágrafos acima, para que o estudante saiba o que, e para que ele está estudando determinado assunto, afastando assim o aluno de autoquestionamentos negativos sobre a relevância de aprender os conteúdos ministrados na física.

Quanto às dificuldades da aplicação da história como metodologia nas aulas de física, tem-se uma barreira derivada das formas tradicionais de ensino que moldam os professores a ensinarem os conteúdos sem contextualização histórica, onde a física é uma disciplina com a finalidade de descrever eventos. No entanto, no ensino básico, o aprendizado do aluno deve ser a prioridade, devendo o professor utilizar metodologias necessárias para atingir o aluno caso o tradicional não seja um modelo eficaz de lecionar.

O não conhecimento aprofundado da prática da história da física como ferramenta a ser utilizada previamente nos cursos de mecânica clássica, tal como em outras vertentes da disciplina, afeta a sua aplicação e na maioria das vezes impossibilita seu uso em sala.

Para isso, os parâmetros curriculares nacionais abordam o tema a partir de um momento histórico onde tornou-se inevitável uma reformulação na forma de ensinar nos ambientes escolares.

Com a constatação de uma significativa queda na qualidade do ensino das ciências naturais nas últimas décadas no Estados Unidos e Europa, algumas mudanças foram feitas, dentre elas a valorização da interdisciplinaridade, aproximando a história, filosofia e sociologia da física, química e biologia. Tais mudanças afetaram o Brasil e outros países em desenvolvimento, forçando-os a se adequar as novas tendências de ensinar, sendo estas mudanças, fatores condicionantes ao envio de verbas pelo banco mundial. Seguindo este momento, o Brasil criou os parâmetros curriculares nacionais, onde estes defendem a interdisciplinaridade, a aplicação no cotidiano e a importância do saber para a vida em sociedade. Tal reformulação defende também, dentro da interdisciplinaridade a aplicação da história no ensino da física.

[...] na escola média, contribua para a formação de uma cultura científica efetiva, que permita ao indivíduo a interpretação dos fatos, fenômenos e processos



naturais, situando e dimensionando a interação do ser humano com a natureza como parte da própria natureza em transformação. (MEC, 1999, p. 229).

Mesmo assim, previsto em lei, é discreta a existência deste trabalho sendo feito em sala de aula e nos livros didáticos, onde o que se vê são exposições de conceitos e demonstrações matemática, e quando há interferência histórica é superficial. Ainda sobre os livros didáticos, como são importantes ferramentas para a evolução intelectual dos alunos, devem trabalhar a exposição de seus conteúdos de forma clara e atrativa, a descrição de eventos e modelos matemáticos devem ser precedidos de contextualização histórica, expondo a motivação e relevância dos conteúdos abordados.

Martins defende que “o processo pelo qual o aluno precisa passar é semelhante ao processo de desenvolvimento histórico da própria ciência.” (MARTINS, 2006, p. 6). Ele reforça que a reconstituição das descobertas através de erros e acertos irão ter significância na aprendizagem do estudante. Tal reconstituição traz à tona a necessidade da aplicação de outras metodologias, como por exemplo a construção de experimentos pelos alunos a partir da provocação conceitual e auxílio do professor, tornando o aprendizado mais significativo e consequentemente alcançando um melhor rendimento.

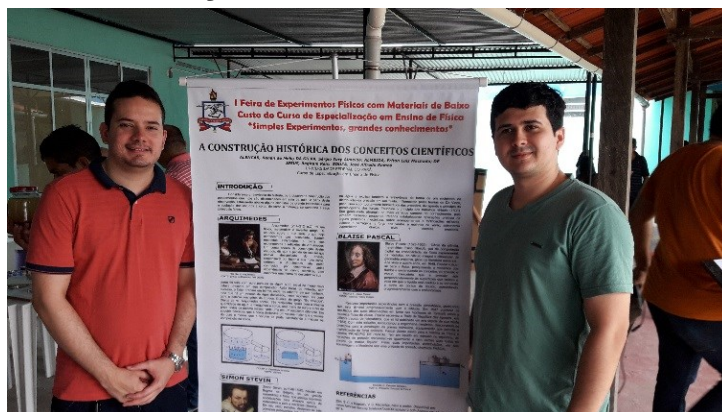
A história usada como ferramenta metodológica de auxílio para as aulas de física, se destaca por atrair inúmeras metodologias, pois ao estudar as causas, obstáculos, evoluções e resultados das teorias, a reconstrução histórica se torna o ideal para que o aluno aprenda com mais eficiência, reconstrução esta que também pode ocorrer a partir da experimentação. Tais metodologias são importantes para dar significado à aplicação da história da ciência no ensino.

Aplicação prática

Uma pesquisa feita com estudantes do ensino médio da escola Faam em Ananindeua, graduandos do curso de licenciatura em física da Universidade Federal Do Pará, e professores de escolas públicas e particulares do estado do Pará sobre os benefícios alcançados através da conciliação entre história da ciência e o ensino de física, visava observar de que forma a história poderia ser aproveitada no ensino da física.

Este trabalho foi aplicado na I Feira de Experimentos Físicos com Materiais de Baixo Custo do Curso de Especialização em Ensino de Física “Simples Experimentos, grandes conhecimentos”, evento idealizado e realizado através da disciplina “Metodologia do trabalho científico”, ministrada pela Professora Doutora Luciana Pereira Gonzalez no curso de Especialização de Ensino de Física da Universidade Federal do Pará, no campus de Ananindeua.

Imagem 1: Exposição de banner na I Feira de Experimentos Físicos com Materiais de Baixo Custo do Curso de Especialização em Ensino de Física



Fonte: Renan Alencar

Imagem 2: Apresentação de experimentos I Feira de Experimentos Físicos com Materiais de Baixo Custo do Curso de Especialização em Ensino de Física



Fonte: Renan Alencar

Nesta feira foram expostos e apresentados experimentos construídos com materiais de baixo custo, sobre hidrostática e termodinâmica, demonstrando os conceitos e funcionamento do experimento somente após a exposição de uma linha temporal onde as principais contribuições sobre o estudo abordado são analisadas, buscando mostrar para o observador a relevância deste estudo e o que motivou os antigos cientistas a trabalharem nesta linha de pesquisa.

Após a dinâmica descrita no parágrafo anterior, um questionário foi aplicado aos observadores como meio de análise de opinião sobre a importância da explicação histórica através dos banners para melhor entendimento sobre os conceitos avaliados posteriormente. Este questionário era formado por cinco perguntas, todas relacionando a dinâmica da história e a explicação conceitual com a exposição experimental, que teriam como resposta a marcação entre “sim ou não”, dentre os dados levantados após a aplicação de cinquenta e sete questionários, tem-se:

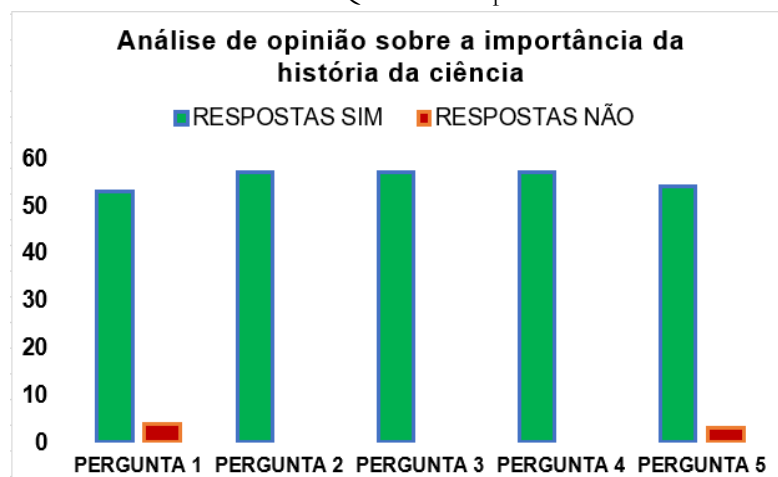


Nº da questão	Questões	Respostas obtidas SIM / NÃO
1	Conforme a apresentação sobre a história de Arquimedes e com a utilização do experimento “Lâmpada de Lava”, a aprendizagem se tornou mais relevante?	53 / 4
2	Consoante a exposição da história de Blaise Pascal e com a apresentação do experimento "Ludião", o ensino de hidrostática ficou mais significativo?	57 / 7
3	De acordo com a ilustração a respeito da história de Simon Stevin e com a explanação do experimento "Vasos comunicantes", a aquisição de conhecimento sobre pressão hidrostática tornou-se ainda mais interessante?	57 / 0
4	A explanação histórica apresentada sobre a contribuição dos cientistas que desenvolveram as máquinas térmicas, desde a mais rústica até a mais trabalhada teve relevância para seu melhor entendimento sobre o conceito de máquina térmica?	57 / 0
5	A linha do tempo da construção da máquina a vapor é indispensável nas aulas de termodinâmica, ao abordar os temas ligados a máquina térmica?	54 / 3

Tabela 1: Análise das respostas obtidas em questionários.

Fonte: Renan Alencar

Gráfico 1: Questionário aplicado.



Fonte: Renan Alencar



Basicamente, cinco experiências foram disponibilizadas ao público, sendo estas: a lâmpada de lava e o ludião, que expõem conceitos de densidade; um experimento com vasos comunicantes, para descrever conceitos de pressão; uma máquina térmica, onde foram observados alguns princípios de transformação de energia e rendimento; e também uma gangorra de fogo, utilizada como aplicação prévia à demonstração do motor a vapor, iniciando a observação experimental com uma análise de transformação de energia.

Os banners citados, eram dois, onde o primeiro consistia em apresentar os cientistas que deram os primeiros passos nos estudos de hidrostática, citando uma breve biografia e a linha temporal de idealização e construção de suas teorias, a partir deste trabalho inicial, foram expostos os princípios de pressão, volume e densidade, oriundos do trabalho das personalidades citadas. Os cientistas descritos neste painel são Arquimedes, Stevin e Pascal. No segundo pôster, com o mesmo objetivo e formato do primeiro, foram expostos quatro importantes cientistas ligados à criação e evolução da máquina a vapor, mostrando a criação deste equipamento e as melhorias aplicadas visando um maior rendimento.

A máquina térmica é usada para transformar energia térmica em mecânica, onde para que isto ocorra, necessita-se do aquecimento de água em um recipiente fechado para que haja concentração do vapor dentro dele, proporcionando assim um aumento de pressão interna no recipiente, este vapor é utilizado para iniciar os movimentos, em grande parte das vezes, através de pistões.

Os cientistas destacados no segundo banner são Thomas Savery, Thomas Newcomen, James Watt e Richard Trevichick. Onde estes cientistas figuram como personalidades de contribuição indispensável para a física e os conteúdos abordados no ensino da termodinâmica, ressalta-se que estes não foram os únicos, tão pouco os primeiros físicos a estudar o motor a vapor, porém, foram estudados neste trabalho por suas relevantes descobertas e por suas teorias serem aplicadas no ensino básico.

Análise de dados coletados

Os questionários aplicados visavam conhecer, após a apresentação histórica, seguida da exposição conceitual e experimental, a opinião dos graduandos do curso de física, professores e estudantes do ensino médio da escola Faam, sobre o quanto a aprendizagem se torna mais significativa e agradável se for enquadrada inicialmente em um contexto histórico, situando o aluno e facilitando a sua inserção no mundo da ciência, onde esta se desenvolveu através de um longo processo de construção.



A partir deste exposto, observam-se os resultados de cinquenta e sete questionários aplicados, onde na tabela acima (Tabela 1), concluímos que existe quase uma unanimidade em relação a importância da história da ciência nas aulas de física, reafirmando que os observadores tiveram a oportunidade de presenciar uma breve aplicação desta metodologia antes de responder a este questionário.

Abordando as respostas negativas nos questionários, temos primeiramente que, para a primeira questão, quatro de cinquenta e sete pessoas consultadas, não consideram relevante a aplicação histórica e experimental para o ensino de conceitos sobre densidade na mecânica dos fluidos, e três de cinquenta e sete pessoas, não consideram a linha do tempo de conceitos aplicados a construção e evolução da máquina térmica como indispensáveis para o ensino da termodinâmica.

Os dados coletados demonstram assim, o reconhecimento da história da física como um atrativo para a construção dos temas da mecânica clássica, onde a física se refere aos eventos naturais cotidianos, porém muitos alunos não conseguem enxergar fisicamente esses eventos. A partir deste ponto, a história da ciência entra como objeto de aproximação dos complexos conteúdos ministrados, com os eventos naturais que ocorrem na vida de qualquer pessoa, facilitando o ensino da física e tornando-o mais agradável.

Observações finais

A partir do exposto ao longo deste trabalho, podemos observar a importância da história da ciência, não apenas como conteúdo necessário para a formação de um estudante, mas também como ferramenta metodológica indispensável, considerando a eminente aversão que boa parte dos alunos do ensino básico sentem pela disciplina.

No entanto, apesar da obrigatoriedade por lei da utilização desta ferramenta, e do reconhecimento por parte dos professores da importante contribuição da história como instrumento facilitador para o ensino da física, não se vê com frequência esta prática nas salas de aula. Não fica claro o motivo do desinteresse por parte dos docentes sobre a história da ciência, é possível que a constante pressão pelo cumprimento de conteúdo dentro do prazo seja um fator que afasta os professores dessa metodologia.

A não contextualização histórica das teóricas abordadas no ensino básico, contribui significativamente para que haja um grande desinteresse por parte do aluno, tornando a física sem sentido aos olhos do discente, visto que, se o estudante não reconhece a necessidade de buscar respostas para os fenômenos naturais, este deve ser inserido em uma observação histórica em que, sem tais construções teóricas, a existência de coisas indispensáveis para ele poderiam ser inviáveis.



É necessário conscientizar o aluno da importância do conhecimento científico antes de iniciar a exposição conceitual, esta conscientização pode ser feita inicialmente através do ensino da história das ciências.

O papel de aplicar tais medidas descritas é exclusivamente do docente, onde o mesmo deve buscar reduzir os obstáculos que existem entre o seu aluno e a boa compreensão dos fenômenos da natureza.

Nesse sentido, se faz necessária uma organização prévia, adequando sua metodologia de transmissão de conceitos a um modo de aprendizado onde o estudante possa construir o conhecimento de alguns fenômenos físicos a partir da provocação do professor e da utilização das ferramentas conceituais anteriormente transmitidas, obtendo assim uma aprendizagem significativa, por meio da reconstrução de um estudo baseado em análises e experimentações, trazendo a partir da história da física, a utilização de outras metodologias.

Observa-se assim a importância da história das ciências como ferramenta facilitadora no ensino da física clássica, ao ponto que, conteúdos abstratos representados por modelos matemáticos, se tornam mais acessíveis quando o aluno conhece o papel histórico e social por trás deste conteúdo, atraindo a atenção e motivando este aluno aprender mais.

Referências bibliográficas:

- BASSALO, José Maria Filardo. A Importância do Estudo da História da Ciência. **Revista da SBHC**, n.8, p. 57-66, 1992.
- FILHO, Luiz Rufino de França. ASSIS JUNIOR, Pedro Carlos. OLIVEIRA, Félix Miguel. A História Da Física No Contexto Escolar Do Ensino Médio No Município De Desterro – PB.**Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB**, PB 2012, p. 3.
- MARTINS, Roberto de Andrade. **Estudos de História e Filosofia das Ciências: Subsídios para Aplicação no Ensino**. Livraria da Física, São Paulo, 2006.
- MATTHEWS, Michael R. História, filosofia e ensino de Ciências: a tendência atual da reaproximação. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, v. 12, n. 3, p. 164-214, dez. 1995.
- MEDEIROS, E. A. Dos Santos L. F. Motor elétrico de Faraday – Um marco no desenvolvimento da física e um experimento para remontar em sala de aula.**Revista do Professor de Física. Brasília**, vol. 1, n. 1, 2017.
- Ministério da Educação, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio - Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. P.229. MEC/SEMTEC, Brasília, 1999.
- PAIVA, Thais. Analfabetos científicos. **Observatório juventude**, 2014. Disponível em: <<http://www.juventudect.fiocruz.br/analfabetos-cientificos>> Acesso em: 01 de março de 2018.
- SÉRÉ, M. G. **A Imagem das Ciências Experimentais e a Formação para a Cidadania e a Pesquisa**. Porto Alegre, v. XXIV, n. 44, p. 57-81, 2001.



SILVA. Cibelle Celestino. MARTINS. Roberto de Andrade. A teoria das cores de Newton: Um exemplo do uso da história da ciência em sala de aula. **Ciência E Educação**, ISSN-e 1980-850X, Vol. 9, N°. 1, 2003, págs. 53-65.

SILVA. Cibelle Celestino. **A teoria de aprendizagem verbal significativa de David Ausubel**. Disponível em: <http://www.ifsc.usp.br/~cibelle/psicologia_aulas/ausubel.ppt> Acesso em: 03 de fevereiro de 2018.



Sob Ruínas e Atlas: sobre os mundos carregados por Samuel Purchas

Under Ruins and Atlas: on the worlds borne by Samuel Purchas

Vitor Claret Batalhone Júnior

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

vitor.batalhone@fulbrightmail.org

Recebido em: 12/01/2018

Aprovado em: 29/03/2018

Resumo: Este artigo visa discutir a produção intelectual do erudito britânico Samuel Purchas, renomado coletor e compilador de relatos de viajantes, mapas e demais tipos de objetos potencialmente configuráveis como documentos históricos. A hipótese é que o descobrimento do Novo Mundo e as alterações ontológicas e epistemológicas surgidas no início da Modernidade, especialmente ao longo dos séculos XVII e XVIII, alteraram de tal forma as noções ocidentais de tempo e espaço, que a coleta de objetos-documentos surgia aos olhos de eruditos, humanistas, historiadores e demais letrados como uma tarefa hercúlea de compilação aparentemente sem fim. Se ao menos a dimensão espacial-geográfica enfim encerrava-se através do conhecimento pleno do globo terrestre, o tempo linear progressivo indicava uma instância absoluta tendendo ao infinito.

Palavras-chave: Erudição, Purchas, geografia.

Abstract: This paper aims to discuss the intellectual production of the British erudite Samuel Purchas, the well-reputed collector and compiler of travellers' accounts, maps, and other sort of objects potentially frameable as historical documents. The hypothesis is the discovering of New World as well as ontological and epistemological changes arisen at the beginning of Modern times, especially along the 17th and 18th centuries, has changed so much Western concepts of time and space that collecting objects-documents appeared to the eyes of scholars, humanists, historians, and other lettered men as an herculean task of apparently endless compiling. If on one hand the spatial-geographical dimension at long last had closed itself through the full acknowledgement of the Earth globe, the linear progressive notion of time seemed to be a sign of an absolute instance tending to the infinite.

Keywords: Erudition, Purchas, geography.

*Lavender haze
Djarum vanilla
Turkish Jade.
MS MR.*

Segundo Loren E. Pennington, tudo indica que o famoso editor britânico Samuel Purchas era um sujeito afável, engenhoso e altamente respeitado nos principais círculos intelectuais e sociais



da Londres do século XVII. Purchas nascera provavelmente em 1577 e faleceu em 1626. Sua carreira de editor durou de 1613 a 1626. *Hakluytus posthumus, or, Purchas his Pilgrimes*, seu mais importante livro, circulou em grande volume pela Europa de sua época, havendo fortes indícios de que tal edição de relatos de viagem tenha sido mesmo utilizada como inspiração para textos de William Shakespeare e John Milton. No século XVIII, Daniel Defoe e Jonathan Swift também recorreram às narrativas de viajantes coletadas por Samuel para compor suas famosas novelas, e Jean-Jacques Rousseau o cita em sua *Julie, ou la nouvelle Héloïse*, de 1761. Partes do seu compêndio teriam ainda sido utilizadas pelo secretário de Estado Sir Dudley Carleton no intuito de aprender a se prevenir contra os holandeses, e o *Committee of Trade and Plantations* propôs que as histórias editadas por Purchas fossem continuadas em proveito das *plantations* de Sua Majestade britânica (PENNINGTON, 1997, p. 5-10, 14).¹

Em 1613 ele publicou *Purchas His Pilgrimage; or, Relations of the World and Religions Observed in all Ages and Places Discovered from the Creation unto this Present*. Se o propósito de Hakluyt em colecionar e publicar as *Principal Navigations* era ajudar a criar uma consciência nacional do destino marítimo da Inglaterra, o de Purchas ao publicar sua própria vasta coleção de viagens era de todo diferente. O título deste primeiro livro sugere antes que seu propósito era ilustrar a diversidade da criação de Deus e desse modo iluminar Seu propósito. No *Pilgrimage* ele expõe a visão de mundo anglicana baseada em material que ele posteriormente publicaria por completo, apesar dos cortes editoriais, nos seus *Pilgrimes*. O *Pilgrimage* pode portanto ser percebido como um guia para os *Pilgrimes*, ou os *Pilgrimes* como um apêndice estendido (20 volumes, na edição de Glasgow de 1906) de *Pilgrimage*. (HITCHCOCK, 2004, p. 304-305).

Se o renome de grande editor atribuído a Samuel Purchas é inquestionável, todavia não é evidente o que implicavam suas atividades. Seu grande renome aparece frequentemente associado às suas funções de editor, colecionador, historiador, geógrafo e cientista com grande destaque para sua dimensão de teólogo, embora seus *Pilgrimes* constituam fundamentalmente uma coletânea de mapas e relatos de viagens antigos e modernos utilizáveis tanto com vistas a fins práticos quanto de erudição. Quando Athanasius Kircher decidiu reimprimir o *Códice Mendoza* em 1654 no intuito de provar a similaridade entre o sistema de escrita pictográfica asteca registrado no documento em questão e os hieróglifos egípcios antigos, foi à reprodução do *Códice Mendoza* contido no livro de Samuel Purchas que o erudito jesuíta germânico recorreu. Posteriormente, durante as primeiras décadas do século XIX, o *Códice* se tornaria a principal fonte para a escrita da história dos povos Astecas, de forma que Edward King, Lord de Kingsborough, escreveu sua “monumental” *Antiquities of Mexico: Comprising fac-similes of ancient Mexican paintings and hieroglyphic* fundamentalmente a partir da reprodução do *Códice Mendoza* editado e publicado por Purchas. A obra de Edward King

¹Todas as traduções de línguas estrangeiras para o português são de autoria do próprio autor.



visava ainda sustentar a teoria hipotética de que os indígenas nativos americanos eram descendentes dos judeus antigos (PENNINGTON, 1997, p. 12, 18, 36).

Samuel Purchas era um sujeito bastante religioso, foi vicário, capelão e reverendo da Igreja Anglicana inglesa, atuando em paróquias de Essex e Londres, onde possivelmente conheceu muitos de seus informantes e fornecedores de manuscritos. Bem educado, estudou no St. John's College da Universidade de Cambridge. Porém, apesar de ter se colocado como herdeiro intelectual direto e legítimo de outro famoso erudito britânico, a saber, o cosmógrafo Richard Hakluyt, o renome intelectual de Purchas não surgiu espontânea e inesperadamente. Os *Pilgrimes* de Purchas correspondem a uma emulação programática da coletânea de viagens de Hakluyt, inclusive porque este último havia concebido seu trabalho de coleta de documentos históricos como um empreendimento erudito necessariamente coletivo, uma vez que em desenvolvimento constante. Hakluyt, por sua vez, herdara a prática de coletar relatos de viagem de seu primo, Richard Hakluyt, o velho, o qual trabalhou como advogado de uma companhia de consultoria geográfica mercante prestando serviços para muitos dos maiores exploradores ingleses do século XVI (HELTERS, 1997, p. 163-164, 169-170).

Estes consultores de geografia comercial fizeram suas primeiras tentativas de coletar e codificar informação prática de geografia estrangeira. O Richard Hakluyt mais velho especializou-se em informação mercantil. Richard Hakluyt, o jovem, nasceu em 1552, um ano antes da primeira expedição *Northeast Passage*, um ano antes de Richard Eden traduzir o *Tratado da Nova Índia* de Munster (tratando das descobertas na América) para o inglês. Ele era, de fato, o mais jovem de uma linha de geógrafos práticos. (HELTERS, 1997, p. 162).

Quando Richard Hakluyt morreu em 23 de novembro de 1616, uma enorme demanda por mapas e documentos originais ficou sem poder ser suprida. O vazio ocasionado pela morte de Hakluyt colaborou para que Purchas pudesse atender às expectativas de tal demanda por documentos, mapas e relatos de viagem. Posteriormente, Samuel Purchas passou a ser compreendido como colecionador de antiguidades, organizador de museu, ou mesmo “mero trabalhador de arquivos.” Diferentemente de Hakluyt, o qual era concebido como exímio coletor de objetos caracterizáveis como históricos, sendo capaz ainda de organizá-los tão habilmente que os “materiais quase crus” poderiam contar uma história. Até o século XVIII, Hakluyt despertava maior interesse dos críticos do que Purchas, tendência que se inverteu após o referido período. Purchas foi capaz de superar Hakluyt em muitos sentidos. Seu compêndio possui menor volume de mapas e documentos oficiais, porém possui um volume total 25% maior e um melhor conjunto de narrativas contendo relatos não somente de autoridades antigas, como também contemporâneos seus de outros países e regiões, ao contrário de Hakluyt, o qual coletara basicamente material



referente às explorações inglesas. De toda forma, ambos são ainda hoje considerados dois dos maiores coletores e organizadores de relatos de viagens da Europa (MANCALL, 2007; HELFERS, 1997, p. 160-169).

Hakluyt não tratou apenas de estudos cosmográficos ou da coleta de relatos e mapas, mas também desempenhou papel definitivo na construção da “metodologia de colonização inglesa”, sendo que em 1584 ele dedicou seu tratado *Discourse of Western Planting* à rainha Elizabeth. Apesar da obra de Samuel Purchas também ser intencionalmente voltada para fins práticos, dado o próprio desejo manifesto de ser herdeiro de Hakluyt, seus compêndios apresentam ainda mais o caráter de obra erudita. Isso se deve acima de tudo à sua coletânea de narrativas de viagem e histórias de povos radicalmente diferentes de seus símiles europeus. “Purchas, como Hakluyt, era antes um historiador de viagens que um viajante ele mesmo. Ainda mais que Hakluyt, Purchas era um observador e não um participante (ou mesmo um consultor) nos eventos decisivos de exploração e comércio que estava tendo lugar.” (HELFERS, 1997, p. 162-163).

Purchas provavelmente desenvolveu seus conhecimentos de arquivista e historiador a partir de seu trabalho com o livro de Hakluyt, o qual teria aderido aos princípios críticos e aos clamores de objetividade historiográficos. Isso teria ocasionado que tanto Hakluyt quanto Purchas se sentissem motivados antes pela coleta de documentos do que pela representação de suas próprias narrativas, embora seus compêndios tragam textos de suas penas. Ambos recorreram à interpolação de documentos, técnica que culminava numa espécie de polifonia discursiva na qual histórias de diferentes tons sobrepõem-se sucessivamente. Há também considerável volume de apêndices textuais ao longo de todo o texto: notas marginais, introduções, prefácios, homenagens.

Entre os papeis que Purchas adquiriu de Hakluyt estava uma estranha carta que Thomas Cavendish escreveu no navio de sua bandeira, o *Galleon Dudley*, brevemente antes de sua morte – a exata causa ainda é de toda desconhecida – na qual ele culpava John Davis, capitão do *Desire*, pela falha da expedição, provavelmente com razão. Purchas parece ter decidido que agrupar os dois documentos relacionando a expedição de reconhecimento de 1591-93, e ele excepcionalmente interrompia o fluxo das penas de alguns homens para escrever uma introdução (*Pilgrimes*, XVI, To the Reader, p. 146-51). (HITCHCOCK, 2004, p. 305).

Esse tipo de prática editorial estava diretamente relacionada àquelas de caráter erudito que também animavam o empreendimento de Purchas. Parte destas práticas referem-se ao tipo de crítica de documentos como avaliação contextual e filológica. Ao fazer a crítica dos relatos narrados por Anthony Knyvett, Samuel discute sobre a filologia de dois vocábulos de origem indígena, fundamentando sua deliberação sobre a não veracidade de determinadas informações registradas por Knyvett. Sua crítica sustenta-se em demonstrar a confusão feita por Anthony entre *surucucu* e



sucuri. Outra característica a ser notada em seu livro é o caráter religioso e anticatólico materializado nos cortes editoriais realizados nos documentos reproduzidos, sem quaisquer motivações aparentes e justificáveis. Isso causou perdas de originais difíceis de serem calculadas (FITZGERALD, 2007; HITCHCOCK, 2004, p. 306-309). “É impossível saber quanto foi perdido pelos apagamentos das páginas finais da narrativa de Anthony [Knyvett].” (HITCHCOCK, 2004, p. 308).

Alguns críticos acreditam que o trabalho de Purchas possui falhas que vão além dos cortes irregulares que realizava na edição de seus materiais, por exemplo os comentários contendo pregações religiosas ou comentários que não concernem aos assuntos registrados. Todavia tal conjunto de criticismo desconsidera a diferença fundamental entre as tradições das quais ambos os humanistas ingleses partiram, tentando conformá-los à nossa normatividade historiográfica disciplinar. A imperatividade de caráter científico que exigiria a adequação ótima e verdadeira entre tais discursos e a realidade não constituía norma essencial, pois o mundo de Purchas e Hakluyt ainda era parcialmente constituído de estruturas medievais místico-religiosas. Samuel muito provavelmente pretendia dar continuidade à tradição medieval de narrar peregrinações religiosas por meio de sua adequação às narrativas de viagens ao Novo Mundo. Se a correção de coordenadas geográficas, astronômicas, mapas e rotas era mais facilmente regrada, medida e controlada, a crítica filológica e documental tinha que lidar com a alteridade radical de suas fontes. Para além da forte religiosidade predicável a Purchas, a importância das narrativas bíblicas não pode ser reduzida apenas a mero conteúdo anedótico. “Toda sua curiosidade era validade pela referência às Escrituras, a qual se justificava como seu motivo primeiro”, determinando sua concepção de mundo e tornando-se medida fundamental da sua crítica às narrativas de outros povos (HELFERS, 1997, p. 168-169).

O estilo simples da prosa de muitas das narrativas e maior parte dos documentos de suporte também frustram expectativas literárias por camadas de significado e alusão, e representação simbólica de um tema. Ao invés, o leitor é confrontado em sua maior parte por uma descrição direta, concreta, e por uma narração de conflitos baseados em confrontos com situações elementares, tais como os desafios para se manter um pequeno barco flutuando nos mares pesados de uma tempestade, ou entre *icebergs* do norte; as dificuldades intrínsecas de iniciar contato com os nativos; a excitação não refletida pela aventura em busca de riquezas e maravilhas; ou a frequentemente fatal tensão resultante entre os membros de uma expedição confrontados com situações desconhecidas e ameaçadoras. Todas estas características, entretanto, apontam para a simplicidade e o caráter direto da tradição realista de novelas. Na verdade, os escritores buscavam sim os símbolos, as comparações e alusões para relacionar suas sensações de maravilhoso nas experiências do novo às audiências em suas casas. Mas em tais narrativas de descobertas e explorações o maravilhoso é baseado firmemente na realidade concreta da situação. A imaginação deveria entrar em jogo menos para criar realidade do que para conectar o vazio entre o novo e maravilhoso ambiente à familiaridade de casa. (HELFERS, 1997, p. 166).



Assim como nos relatos de historiadores antigos, o caráter direto da experiência narrada, por mais maravilhosa que fosse, parecia garantir a veracidade das realidades narradas. Havia algo de familiar até mesmo no maravilhoso que parecia garantir a legitimidade das narrativas carregadas de alteridade, isso desde que fossem garantidas por testemunhas ou sujeitos da experiência diretos. As codificações discursivas tanto dos próprios relatos de viagem quanto das representações de historiadores, antiquários, humanistas e demais eruditos não eram de todo desprovidas de normatividades. Todavia, estas não eram plenamente acopláveis ao desejo imperativo de adequação entre representações pretensamente verdadeiras e realidades de referência característico da tradição cultural científica disciplinar.

Segundo François Hartog, a narração de maravilhas funciona como espécie de garantia do maravilhoso ao dar “a impressão de transmitir ao destinatário a alteridade em ‘estado bruto’ ou ‘selvagem’”. A convicção do destinatário surge através da orientação de seu ato de leitura pelas experiências múltiplas acumuladas difusamente na memória registrada ou não. “O fazer crer do narrador enxerta-se, com efeito, no querer-crer do público, do mesmo modo que em sua recusa de crer”, de forma que a “recusa de crer é, pois, recuperada e serve, no fim das contas, para reforçar o fazer-crer da narrativa”, pois atestada pela testemunha das experiências narradas (HARTOG, 2014, p. 261-269, 301-302). No caso das narrativas coletadas e editadas por Purchas, podemos afirmar a existência de núcleos porosos no estabelecimento de relações entre as maravilhas do Novo Mundo, as do Antigo e aquelas atestadas por tradição ou ciência. Mesmo “Sir Francis Bacon e seus contemporâneos consultavam Purchas”, argumentando que independentemente dos relatos serem verdadeiros ou falsos, o mais importante era que eles registravam “o esplendor, a maravilha, as assombrosas riquezas nos confins do mundo.” (PENNINGTON, 1997, p. 14, 18-19, 25-26). O potencial de crença em eventos maravilhosos foi colocado em questão de forma radical apenas a partir da segunda metade do século XVIII (DASTON, Lorraine ; PARK, Katharine, 1998; HELFERS, 1997, p. 166-169).

Tradução da diferença entre aquém e além, o *thôma* [o elemento maravilhoso] produz finalmente um efeito de realidade, como se dissesse: eu sou o real do outro. [. . .] Nesse postulado repousa sua verossimilhança. Na medida em que sua presença na narrativa produz um efeito sério, na medida em que cria um efeito de realidade (e há o feito sério apenas porque há efeito de realidade), enfim, na medida em que repousa no olho-medida do viajante, o *thôma* é bem um procedimento para fazer-crer, desenvolvido pela narrativa de viagem. [. . .] A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois, um efeito de crença. [. . .] O olho escreve (ou, pelo menos, a narrativa quer fazer com que se creia nisso). [. . .] Dessa relação entre a visão e a persuasão, o texto hindu faz um princípio jurídico: deve-se crer naquele



que viu. Já a narrativa de viagem faz dessa mesma relação um princípio de escrita e um argumento de persuasão voltado para o destinatário: o “eu vi” é como um operador de crença. [. . .] O invisível (para vocês) eu torno “visível” através do meu discurso. (HARTOG, 2014, p. 251, 273, 276, 278).

Mesmo apesar do recurso à crítica histórica ou documental, o apelo à veracidade dos relatos é frequentemente dado pelo caráter fiduciário do próprio narrador enquanto testemunha. Penso que seria como se independentemente do nível de alteridade suscitado por sua experiência radical os viajantes ainda constituíssem a mais familiar opção de “filtro” cognitivo e estético por parte do observador-narrador. Ao ponto que tanto Hakluyt quanto Purchas escreviam seus resumos dos documentos a partir de si próprios em primeira pessoa. Samuel chegou a afirmar a primazia do testemunho visual para lidar com os assuntos humanos (HELFERS, 1997, p. 182-183).

Esta preferência [pelos relatos de viajantes] tem valor educacional e pragmático; a especificidade dos conteúdos pessoais é mais rentável (em termos de conhecimento científico e sobrevivência pessoal) que as generalizações de geografia [ou história] teóricas. Na negociação, a anexação de informação a um narrador específico dá a oportunidade para ocorrer tanto o elogio quanto a censura; o indivíduo se torna a garantia de suas próprias palavras. Tal política cria uma importante, embora implícita, situação editorial: isto faz de narrações diretas de histórias o foco de interesse, um foco pontuado por documentos de suporte, os quais dão corpo como cenário de ação. O editor, embora invisível, tem um importante papel deliberativo. (HELFERS, 1997, p. 177).

Através da construção de um discurso historiográfico singular, Samuel Purchas logrou construir um símile de narrativa histórica a partir da organização sistemática e sequencial de diferentes tipos de textos e mapas transformados em documentos históricos, tornando “visível”, imaginável, a sequência e a relação entre os eventos dos relatos. Opinião semelhante era difundida a respeito da coletânea de Richard Hakluyt, embora posteriormente parte de sua fortuna crítica tenha mudado de avaliação e seu livro tenha sido identificado a um amontoado desconexo de documentos em potencial. O recurso à cronologia possibilitava a operação de um modelo de estruturação para as múltiplas relações de sucessão causal registradas nos livros de relatos de viagem em questão, ao mesmo tempo que permitia uma situação de desenvolvimento permanente das agendas de investigação ao sugerir a ideia de uma história nunca plena de todo. A descoberta espacial moderna do globo terrestre e dos diferentes povos que habitavam terras longínquas, conjugada à concepção de progressão linear do tempo rumo ao infinito, sugeria a ideia de que muitos documentos ainda deveriam ser coletados para que não somente fosse possível produzir conhecimento científico mais completo e verdadeiro a respeito de diferentes povos e regiões, como também obter controle sobre os mesmos (HELFERS, 1997, p. 165-167).

“Um Atlas e um Hércules” para unir antigos e modernos: cronologia como complemento à cartografia



Ao longo do século XVII até meados do XVIII, muitos eruditos tentaram dar prosseguimento ao projeto de coleta e edição de relatos de viagem, mapas ou demais tipos de objetos conformáveis em documentos históricos. O fundamento deste projeto havia sido previamente realizado por Hakluyt e Purchas. Entretanto, os próximos compiladores começaram a enfrentar dificuldades para oferecer a massa colossal de documentos novos aos quais obtinham acesso. Uma das soluções foi resumir em narrativas ou trechos algumas das fontes caracterizadas como menos importantes. Outra alternativa adotada foi reduzir algumas narrativas à mera informação de suas existências. Mas provavelmente a solução mais curiosa tenha sido aquela oferecida pelo cartógrafo John Green, o qual, além de realizar as duas operações anteriormente descritas, ainda optou por conectar os resumos dos documentos ao longo de um eixo narrativo, alegando falta de espaço nos volumes e maior comodidade para o leitor. “Mas, ao menos no que concernia Samuel Purchas, a tarefa era impossível. A pesar de todo esforço e ingenuidade de Green, *Purchas his pilgrimes* não podia ser levado ao século XVIII por meios de sumarização, reorganização ou reescrita”. (PENNINGTON, 1997, p. 17-18).

Histórias que antes eram narradas a partir dos fundamentos escatológicos das religiões de tradição judaico-cristã ou de maneira não necessariamente conectadas em um *télos* singular passaram a ser percebidas como pertencentes a uma estrutura maior e universal cuja natureza sugeria a propriedade de ser absoluta. A contrapartida lógica dos eventos históricos dos primeiros séculos da Modernidade teria sido portanto, a identificação entre a percepção dos termos absolutos do mundo natural, objeto da ciência em desenvolvimento, assim como a substituição das escatologias religiosas pelas promessas de desenvolvimento histórico do homem pela sua própria ação. Se por um lado a dimensão espacial da realidade adquiria um caráter absoluto, pois que o planeta era descoberto em sua plenitude através das navegações, por outro o tempo se abria indefinidamente, uma vez que o tempo natural substituíria progressivamente as origens mítico-religiosas e as escatologias.

O paralelo historiográfico deste fenômeno pode ser percebido não somente na forma como as representações cronológicas evoluíam, mas também na percepção por parte de historiadores, eruditos e cientistas, de que a coleta de dados e documentos parecia nunca ter fim. Tal ideia de totalidade era sugerida, por exemplo, pela organização fundamental dos compêndios de Hakluyt, mas sobretudo pelos de Purchas. Seus livros eram construídos com base numa organização conjugada entre divisões geográficas e sequenciamento cronológico, de forma que foi na cronologia que astronomia, astrologia, história, filologia, estudos das Escrituras e cartografia produziram seu melhor amálgama. A produção de cronologias específicas ou universais ao longo do início da



modernidade funcionava a partir da coleta de fragmentos documentais, sua exegese crítica e consequente processamento em relação a informações astronômicas como datas de eclipses e outros efeitos cósmicos, os quais deveriam oferecer parâmetros seguros de legitimação de séries cronológicas. Na cronologia, erudição e ciência operavam harmonicamente (GRAFTON, 2001, p. 135-139).

O núcleo do interesse erudito em fragmentos, todavia, está na mais famosa disciplina da metade do século dezesseis: cronologia, o Estruturalismo dos anos 1560, o qual procurou fundir dados filológicos e astronômicos em um novo, sólido eixo a que o historiador poderia afixar em sua ordem apropriada tais engrandecedoras matérias como as vidas de grandes filósofos e batalhas de grandes comandantes (GRAFTON, 2001, p. 134).

Apesar das cronologias serem determinadas por características histórico-culturais específicas, constituindo um dos artifícios intelectuais que compõem “nossa mobília mental”, o caráter natural do tempo adequadamente associado às representações cronológicas faz com que dificilmente notemos que o tempo linear da história universal não informa tudo sobre todas as histórias de fato ou possíveis. Ou seja, a subsunção do tempo natural às cronologias universais surgidas a partir do século XVII, mas especialmente a partir do XVIII, fez parecer que todos os seres humanos deveriam obedecer à mesma ordem geral do tempo histórico identificado ao tempo natural pensado como absoluto. Além disso, a partir de certo estágio da modernidade, as cronologias foram usualmente tratadas como formas rudimentares de historiografia, ou seja, como formas embrionárias, ainda não plenamente desenvolvidas das formas de representação, pensamento e experiência históricos modernos. Anais, listas de datas e eventos, ou mesmo os conteúdos sequenciais não plenamente narrativos das crônicas medievais eram teologicamente conformados como formas imperfeitas das modernas narrativas historiográficas contínuas. Provavelmente o maior impacto causado pela evolução da ciência cronológica moderna tenha sido causado pela oferta de formas visuais de representação do tempo histórico (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 90-99).²

A maior parte de nossas concepções tradicionais sobre o tempo são representadas em seus caracteres mínimos a partir de analogias com conceitos, ideias e demais representações espaciais. Expressões como “espaço de tempo” ou mesmo o recurso direto às técnicas e prescrições disciplinares da cartografia para criar “mapas” temporais no início da modernidade são indícios de que pensar o tempo histórico através de metáforas geográficas ou meramente espaciais colaboraram na consolidação de representações conceituais e imagéticas do tempo através da

² As edições de livros na versão Kindle não possuem numeração de páginas, mas localizações. Desta forma, quando forem citadas ou referidas edições de livro no formato Kindle, o autor optou por usar “l.” para substituir localizações, ao invés da tradicional “p.” para páginas, conforme requer o modelo Autor-Data.



construção de cronologias. Eusebius, bispo de Cesareia, desenvolvera já no limiar dos séculos III e IV, tábuas cronológicas que permitiam perceber o tempo enquanto estrutura linear. Com o conhecimento progressivo de povos e culturas diferentes, cronologistas modernos tiveram que enfrentar o desafio de conformar passados e histórias diversos, frequentemente conflitantes, em um todo ordenado no qual cada história particular estivesse de alguma forma em relação com seus demais congêneres. Desafio que aumentava de magnitude para aqueles historiadores, eruditos e cronologistas interessados em demonstrar a verdade superior da história eclesiástica sobre todas as demais, afirmando que mesmo pagãos e gentios estavam, de alguma maneira, colocados sob os desígnios divinos.

Armados com novo conhecimento a respeito da superfície da Terra, cartógrafos renascentistas atualizaram antigos mapas criados por Ptolomeu no segundo século para incluir as Américas, o Oceano Índico e muito mais. Ao mesmo tempo, técnicas de mapeamento foram melhoradas, com resultados impactantes tanto para a ciência quanto para a política. Pelo século dezessete, o mapa se tornou o símbolo chave não somente do poder dos monarcas mas do poder do conhecimento em si. A cartografia era um modelo das novas ciências aplicáveis; ao mesmo tempo complexa e precisa, ela também deu uma impressão de imediatez e realismo. No nível do detalhe, a cronologia seguiu um caminho similar. No mesmo período, astrônomos e historiadores – tal como Gerardus Mercator, agora famoso como um cartógrafo – começou coletando evidência astronômica – registros de eclipses datados e outros eventos celestiais mencionados por historiadores antigos e medievais. Eles começaram a dar sentido aos eventos não apenas os confrontando com longas séries de anos, mas também com eclipses solares e lunares que poderiam ser precisamente datados em termos de dias e horas. Cronologias se tornaram precisas e testáveis em um novo sentido, e a nova paixão pela exatidão era refletida nos esforços para representar o tempo de novas formas. (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 258-267).

Durante o Renascimento europeu, os estudos de cronologia possuíam estatuto superior em relação aos historiográficos. Eruditos de então acreditavam que a cronologia possuía conteúdo científico derivado não somente no conjunto de técnicas e fundamentos teóricos que a sustentavam, mas também em razão da disciplina estar em relação de interface com demais ciências da época. Além disso, “enquanto a história tratava de estórias, a cronologia lidava com fatos”, os quais “tinham significante implicações fora dos estudos acadêmicos de história”. Como afirmado anteriormente, cronologistas enfrentaram desde a Antiguidade o desafio de enquadrar múltiplos registros de passados diversos em todos coerentes, os quais foram recorrentemente registrados em termos de coordenadas espaço-temporais. Cronologia e cartografia representavam o aspecto científico-disciplinar de tal fenômeno, cujo corolário era representado pela tradicional definição da cronologia e da geografia como “os dois olhos da história: fontes precisas, inquestionáveis de



informação, as quais introduziam ordem no aparente caos dos eventos.” (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 90-99, 255-258).

De acordo com esta consideração, para algo ser qualificado como historiografia, não é suficiente que o texto “tratasse de reais antes que meramente imaginários eventos”; e não é suficiente que [represente] eventos em sua ordem de discurso segundo uma configuração cronológica na qual eles originalmente ocorreram. Os eventos devem ser... revelados como possuindo uma estrutura, uma ordem de significado que eles não possuem como mera sequência. Durante muito tempo pensadas como “meras sequências”, em nossas histórias da história, cronologias têm sido recorrentemente deixadas de lado (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 106-113).

É justamente esta revelação de estruturas, de ordens de significados possibilitado parcialmente pelo efeito estruturante das cronologias, que as regras e os princípios da historiografia moderna passaram a garantir como dimensões e funções paralelas àquelas das ciências naturais. O fato registrado no documento surgia como elemento mínimo da atividade do historiador moderno. Todavia, eles deveriam ser avaliados objetivamente quanto à sua relação de adequação verdadeira com a realidade. Subjetividades e partidarismos deveriam ser abolidos da atividade de historiar assim como a matemática é capaz de oferecer um parâmetro seguro e absoluto de conhecimento do mundo natural. Isto pode ser observado não apenas na obra de Purchas, como também nas formas como seus compêndios foram recebidos, compreendidos e trabalhados desde as décadas iniciais do século XVII.

No entanto, em um mundo conturbado pelas guerras religiosas europeias ainda fundamentalmente constituído de representações cosmológicas místico-religiosas, a verdade secular ainda era pensada como dependente de sua correspondência a uma hipotética verdade religiosa garantida principalmente por revelações de fé. Nas palavras de Purchas: “a Verdade do Cristianismo tal qual professada e estabelecida pela nossa Igreja.” (PURCHAS, 1614, s/p.). Todavia, ainda segundo Samuel, indivíduos dotados de algum conhecimento erudito poderiam conhecer as leis da Natureza através da utilização de argumentos indutivos justamente em razão do fato do mundo natural, o espaço e Deus poderem ser identificados em suas extensões como totalidades nas quais eventos singulares e histórias particulares se tornam possíveis e das quais conseqüentemente fazem parte. No que toca a história, caberia registrar histórias particulares visando favorecer “a prática de todos os homens”. A história como dimensão coletiva da vida humana começava a ser potencialmente pensada em razão da secularização do mundo ocidental (CATROGA, 2010; KOSELLECK, 2004; PURCHAS, 1614, s/p.).

Um dado bastante significativo diz respeito ao fato de que ainda no início do século XIX muitas das histórias narradas a partir dos relatos coletados por Samuel ainda serem escritas na



forma de anais ou cronologias históricas, “ambas as quais representavam transições [para formas modernas de narrativas historiográficas] a partir de antigas coleções” de manuscritos, mapas e relatos de viagem. Nos textos introdutórios ao *Purchas his Pilgrimage* já podemos observar o caráter projetado para tal empreendimento. Como de costume, a edição é iniciada por anexos textuais que cumpriam funções determinadas. O conteúdo efetivo do compêndio é precedido por uma “Epístola Dedicatória” a Lord George, Arcebispo de *Canterbury*, e seguido de um texto de apresentação “Ao leitor”. Após a apresentação, há um breve espaço de página destinado à avaliação da obra pelos censores e no qual as partes essenciais do livro são referidas. Segundo o possível censor, a história seria “o corpo deste livro”, “vestido nas vestes típicas da geografia” e “adornado com as joias da cronologia”, por sua vez “coletadas dos tesouros das antiguidades”, cuja “melhor parte” seria entretanto a teologia. Tal diagnóstico de um terceiro não se afastava da avaliação do próprio Samuel Purchas, conforme o qual seu livro seria de fato uma coletânea sistematizada de materiais sobre o Novo Mundo, diversas antiguidades, a Bíblia, descrições de rotas e sobretudo um estudo comparativo entre diversas religiões do globo (PENNINGTON, 1997, p.24; PURCHAS, 1614, s/p.).

Na capa de *Purchas his Pilgrimage or Relations of the New World*, intitulado *To The Reader*, podemos ler após o título principal que o autor estava preocupado em coletar relatos de “lugares descobertos desde a Criação até este Presente”. Sua *Pilgrimage* implicava ainda a “história geográfica” de quase todas as partes do orbe terrestre, embora as “breves descrições” dos países, nações e Estados, com seus “costumes públicos e privados, e as mais notáveis raridades da Natureza, ou indústria humana” estivessem sequencial e logicamente subordinados às “Antigas Religiões antes do Dilúvio.” N^o “A Epístola Dedicatória”, Purchas informava que também trataria das religiões da Ásia, África e América, ou melhor, das “presentes irreligiosas religiões”, para apenas algumas palavras depois afirmar que “perambularia” pelo “mundo para traçar seus [da “História Cristã”] passos e observar em todo lugar seus Semeadores, Corruptores e Reformadores.” Para Samuel Purchas, seria preciso “um Atlas e um Hércules” capazes de unir “Antiguidade e História Moderna, nas observações de todas as raridades do Mundo, especialmente da alma do mundo, a Religião.” (1614, s/p.).

Segundo o autor britânico, seu trabalho deveria ser considerado:

História Cristã e Eclesiástica, e acorde com os mesmos métodos que é enquadrado num *Todo* pela ordem do *Lugar*, indo minuciosamente de um País ao outro, em cada parte particular e muitos Países, pela ordem do *Tempo*, deduzindo nossas Relações, até que tenhamos outras pegadas para nos guiar, (embora não nomeando exatamente os dias e anos, e determinando questões em controvérsias



Cronológicas, ainda que de convenientes formas) desde os tempos Antigos, e descendo por níveis até o presente. (PURCHAS, 1614, s/p.).

Isto significava que suas histórias estariam organizadas para produzir sentido narrativo orientado conforme preceitos religiosos. Seu método constituía-se do ordenamento dos documentos de acordo com coordenadas espaço-temporais que sugeriam uma estrutura conformadora transcendente representativa da totalidade do real, a qual era logicamente sugerida pela conjugação dos vetores do tempo e do espaço. Como instanciamento da dimensão espacial, tais histórias deveriam ser contadas de acordo com seu enquadramento em histórias de países, os quais seriam estudados em todas suas “partes particulares.” Além disso, afirma que apesar de não ter pretensões de ofertar datas precisas ou mesmo resolver questões controversas acerca de cronologia, seu trabalho possibilitaria deduzir as relações temporais entre sua própria sociedade e aquelas oriundas “desde os tempos Antigos, descendo por níveis até o presente.” Até que novos estudos fossem ofertados ou novos documentos descobertos, este deveria ser o caminho a ser trilhado (PURCHAS, 1614, s/p.).

O autor ainda sugeria que seu trabalho era de suma importância para os filósofos naturais, os quais poderiam observar diferentes aspectos dos “Elementos” e das “Criaturas”. Também oferecia diversos exemplos de “Leis, Políticas e Costumes, seus Inícios e Fins” para aqueles que desejassem conhecer sobre “assuntos de Estado”, estudando casos de diferentes “Estados e Reinos”. Por fim, Purchas reafirma seus votos de fé ao associar a história de “poderosos Impérios” aos desígnios da Providência, e, acima de tudo, a obtenção da “Verdade” através da prática constante da religião protestante. E já ao final de seu texto “Ao Leitor” [*To The Reader*], Samuel nos afirma que acredita nos exemplos das Escrituras, “as quais foram escritas para nosso aprendizado até o fim do Mundo.” Mas não esqueçamos que Purchas tinha “outro e maior propósito. Ele desejava promover a ciência, neste caso, a sabedoria sobre o mundo natural”, a qual era considerada como efeito divino (HELFERS, 1997, p.176; PURCHAS, 1614, s/p.).

O erudito britânico acreditava na necessidade de se acumular o maior volume possível de manuscritos, na necessidade da crítica documental e do recurso a registros de testemunhos diretos, na organização semântica de uma narrativa histórica articulada por geografias e histórias nacionais, na necessidade de estruturas cronológicas e projetos historiográficos. Purchas ainda recorria a alegorias sobre edificação para argumentar a respeito de seus empreendimentos históricos:

Purchas referir-se a si mesmo como o “Autor” expressa seu senso de importância do papel de editor. Ele o vê como uma parte ativa, análoga àquela do arquiteto e do supervisor de um prédio em construção. A concepção religiosa, até mesmo medievalmente religiosa, que Purchas tinha de sua função era legitimada pela comparação de si próprio a um mestre de obras (ou diretor de obras), o



coordenador e o principal trabalhador na construção de uma catedral gótica. [...] Todas essas evidências relembram o leitor que sua catedral verbal, com suas “Perambulações labirínticas”, é construído por muitos trabalhadores como uma construção de pedras medieval mas dotada de coerência pela presença de um projetista supervisor, um chefe de obras. (HELTERS, 1997, p. 176-177).

Geografia e cronologia documentadas: os olhos absolutos da historiografia

No século XVIII, a obra de Samuel passou a ser tratada majoritariamente como uma coleção de fontes históricas, cujos relatos coletados deveriam ser previamente avaliados e criticados. No século seguinte, não somente houve grande produtividade de estudos críticos dos documentos presentes no compêndio, como também tais manuscritos eram reeditados em novas edições críticas eruditas, e os métodos editoriais de Purchas começavam a ser avaliados. A consequência do excesso de documentos coletados, editados e publicados foi a impossibilidade de publicar todos eles em seu conteúdo integral. Se uma solução técnica ao problema foi resumir e selecionar trechos de tais textos, sua consequência discursiva foi o privilégio dado a formas gerais, universais de narrativas históricas em detrimento de suas antigas formas particulares (HELTERS, 1997, p. 171; PENNINGTON, 1997, p. 22-24).

A história havia se tornado um processo temporal contínuo dotado de estrutura coerente e sentido. O conjunto de fatos e histórias particulares foram subsumidos em ideias de coletividade e representações universais da história tal como definido por Koselleck enquanto “singular coletivo”. O efeito de tais desdobramentos epistemológicos foi a concepção de que passamos a viver na história como se ela fosse um ente substancial, compreendendo os seres humanos como agentes dos processos históricos não necessariamente guiados por entidades transcendentais à sua própria realidade espaço-temporal, tais como Deus ou a Natureza. A conformação da história como disciplina científica pretensamente independente da retórica, da filosofia moral, da teologia e sua contrapartida na história natural, assim como da ciência jurídica esteve relacionada, ainda segundo Koselleck, ao desafio aristotélico da *Poética*. Para afirmar o caráter superior da história, sua natureza foi pensada a partir dos dois modelos concorrentes. Se a história tratava apenas do singular, agora ela deveria lidar com o universal. Não mais ocupar-se do singular, mas de suas relações organizadas representadas por uma narrativa na qual os desenvolvimentos dos eventos estivessem logicamente subordinados pela dimensão maior de uma história universal (KOSELLECK, 2004, p. 28-55, 62-73).

A resposta à questão da natureza e das potencialidades da história face às da poesia e da filosofia registrada na *Poética* de Aristóteles foi possivelmente realizada recorrendo-se às suas categorias do ser constantes na ciência do ser enquanto ser, ou seja, a *Metafísica*. Mas para assegurar



a explicação de quais partes e qualidades as coisas são dotadas, e assim garantir suas relações, articulando histórias à história por exemplo, não era possível sem demonstrar como as *Categorias* de Aristóteles existiam de fato no mundo. Para discernir entes históricos seria preciso não somente instanciá-los como elementos singulares dotados de características internas próprias, mas também determiná-los em relação à totalidade do ser histórico, da realidade total da articulação entre passado, presente e futuro na qual estão dados. O paralelo das ciências naturais sugeria que a dimensão temporal da realidade deveria compor uma totalidade regular tal como o espaço e a natureza eram concebidos cientificamente.

Desta forma, a prática comum de narrar as múltiplas histórias particulares de forma independente e suficiente antes da segunda metade do século XVIII deu lugar à subsunção de todas as histórias particulares sob uma noção de história ampla, universal, da qual todas as outras particulares fazem parte. Consequentemente, tornava-se possível dizer a natureza de todo ser histórico, uma vez que tanto sua organização interna quanto sua forma eram possíveis de ser conhecidas. Um ente deveria ser ou um elemento mínimo, uma história particular no caso, ou uma parte de um todo, isto é, a história enquanto dimensão última na qual as experiências humanas são dadas, o que implicaria também em afirmar que de alguma forma as partes e o todo deveriam comungar da mesma substância e forma pois, em seus limites, ambas estariam definindo-se mutuamente. Dizer a natureza, a essência de uma coisa, aquilo que ela de fato é – ou era, no caso da história – implicava saber o porquê de sua organização e forma características. E saber o porquê de algo ser exatamente aquilo que é implicaria o conhecimento de suas causas (ARISTOTLE, 1928).³

Esse núcleo epistemológico aristotélico constituiu fundamento para muitas ciências modernas, ainda que tenha sido posteriormente modulado em formulações originais a partir do século XVII. E ao aspirar à natureza da filosofia e da poesia, a história ainda logrou à conquista de uma dimensão prognóstica similar àquela das ciências naturais. Se era possível prever logicamente o todo uniforme da história, posto que universal, e compreender as causas e efeitos dos eventos históricos, deveria ser igualmente possível prever suas relações regulares no que se referisse à totalidade da história enquanto aglomerado de eventos. Esse era o caráter de regularidade ao qual a historiografia do século XIX buscava legitimar seu pertencimento ao domínio das ciências.

O século XIX recebia, portanto, o legado de uma história e de uma historiografia compreendidas como conjuntos de práticas e conhecimentos de matriz científica. Todavia, a

³ Especialmente o Livro Z da Metafísica.



emulação do caráter potencial predicado à poesia na *Poética* abrisse igualmente à história a possibilidade de ofertar futuros possíveis na medida em que aspirava às realidades universais e, portanto, ainda não instanciáveis de realidades históricas futuras, ou seja, ainda não atualizadas em eventos históricos singulares organizados pela teleologia da história universal. Afirmar o que a história e os sujeitos históricos poderiam ser a partir daquilo que foram permitia que fossem realizadas ações visando atingir os desejados fins, de forma que a fusão entre História e Poética gerou a versão científica da historiografia consolidada nas filosofias da história surgidas a partir de 1750, conforme sugerido por Koselleck (KOSELLECK, 2004, p. 48-50).

Destarte, mais do que nunca cartografia e geografia passam a compor os enquadramentos fundamentais sobre os quais a historiografia moderna passava a ser construída. Os documentos e demais vestígios do passado se tornando as infinitas peças de um colossal quebra-cabeças que, frequentemente, homens como Hakluyt e Purchas tinham que viajar pelo tempo e pelo espaço para encontrar. Pois, afinal, nenhum todo se sustenta vazio de suas partes.

Referências Bibliográficas:

- ARISTOTLE. **Works of Aristotle**. Trans. and Edit. by W.D. Ross. Vol. VIII. Oxford: Clarendon Press, 1928.
- CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares**: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica. Coimbra: Edições Almedina, 2010.
- DASTON, Lorraine ; PARK, Katharine. **Wonders and the order of nature, 1150-1750**. New York: Zone Books; Cambridge: MIT Press, 1998.
- FITZGERALD, Timothy. Samuel Purchas, His Pilgrimage. In: **Discourse on civility and barbarity**: a critical history of religion and related categories. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.
- GRAFTON, Anthony. Fragmenta historicorum Graecorum: fragments of some lost enterprises. In: MOST, Glenn W. (Ed.). **Aporemata – Kritische Studien zur Philologiegeschichte**. Collecting Fragments. Göttingen: Valdenhoeck & Ruprecht, 2001.
- GRAFTON, Anthony; ROSENBERG, Daniel. **Cartographies of Time**: A History of the Timeline. Princeton: Princeton Architectural Press, 2010. Kindle Edition.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- HELTERS, James P. The Explorer or the Pilgrim? Modern Critical Opinion and the Editorial Methods of Richard Hakluyt and Samuel Purchas. **Studies in Philology**, v.94, n.2, p.160-186, Mar.-Jun./1997.
- HITCHCOCK, Richard. Samuel Purchas as Editor: A Case Study: Anthony Knyvett's Journal. **The Modern Language Review**, v.99, n.2, p.301-312, Abr. / 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **história/ História**. Madri, Editorial Trotta, 2004.
- MANCALL, Peter C.. **Hakluyt's promise**: an Elizabethan's obsession for an English America. New Haven: Yale University Press, 2007.



PENNINGTON, L. E.. **The Purchas handbook:** studies of the life, times and writings of Samuel Purchas 1577-1626, with bibliographies of his books and of works about him. London: The Hakluyt Society, 1997.

PURCHAS, Samuel. **Purchas his pilgrimage.** Or Relations of the World and the religions observed in all ages and places discovered, from the Creation unto this present In foure parts. This first containeth a theologicall and geographical historie of Asia, Africa, and America, with the ilands adiacent. ... Declaring the ancient religions before the Floud ... With briefe descriptions of the countries, nations, states, discoveries; private and publike customes, and the most remarkable rarities of nature, or humane industrie, in the same. The second edition, much enlarged with additions through the whole worke; by Samuel Purchas, minister at Estwood in Essex. London: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1614.



Para o “adiantamento das ciências”: Antonio Landi e a História Natural na Amazônia colonial

For the "advancement of the sciences": Antonio Landi and Natural History in the colonial Amazonia

Wesley Oliveira Kettle

Doutor em História

Universidade Federal do Pará (Belém)

wesleycx@yahoo.com.br

Recebido em: 01/05/2018

Aprovado em: 24/05/2018

Resumo: O artigo pretende demonstrar como a descrição das plantas e animais da capitania do Grão-Pará, elaborada pelo arquiteto bolonhês Antonio José Landi na segunda metade do século XVIII, fez parte do projeto de colonização português na Amazônia, assumindo um caráter não apenas científico, mas também político. Também buscaremos apresentar como esse relato se inscreveu no campo da História Natural, ressaltando a diversidade e as potencialidades dos produtos da natureza na Amazônia. Por fim, analisaremos que aspectos se destacam no trabalho de Landi, objetivando identificar suas preocupações individuais sem esquecer do diálogo com as referências da Ciência Moderna europeia.

Palavras-chave: Amazônia colonial, Antonio Landi, Natureza.

Abstract: This paper intends to show how the description of the plants and animals of the captaincy of Grão-Pará, elaborated by the bolognese architect Antonio José Landi in the second half of the XVIII century, is part of the portuguese colonization project in the Amazon, assuming not only a scientific character, but also political. We will also try to present how this report was inscribed in the field of Natural History, highlighting the diversity and potentialities of local products of Nature. Finally, we will analyze what aspects are highlighted in Landi's work, allowing us to identify their individual concerns without forgetting the dialogue with the references of European Modern Science.

Keywords: Amazon, Antonio Landi, Nature.

Ao longo do século XVIII, a História Natural se apresentou como um campo de estudos importante para a alteração do modo como os europeus compreendiam a natureza. Além dos objetivos científicos, podemos identificar sua dimensão política na sociedade colonial ao fazer parte dos projetos de ocupação dos limites conquistados. Neste artigo, demonstraremos como o inventário das plantas e animais produzido pelo arquiteto Antônio Landi está inscrito no campo da História Natural e como é uma fonte importante para a história da ciência na Amazônia.



Sociedade e natureza na Amazônia Setecentista

A monarquia lusitana, durante o século XVIII, cada vez mais percebia a necessidade em investir no campo da História Natural como instrumento para conhecer e organizar o conhecimento sobre a natureza que constituía os territórios conquistados. Essa preocupação orientou muitas decisões políticas e administrativas do governo ultramarino. Segundo João Carlos Brigola (2000), grandes esforços tentaram aproximar o reino português daquilo que se discutia nas principais nações europeias, permitindo o contato com as ideias iluministas, mesmo que isso não alterasse as estruturas da sociedade portuguesa.

O triunfo de uma nova forma de interpretar a natureza no Velho Mundo se deu, em grande medida, devido à aceitação das ideias de Isaac Newton (1643-1727) por grande parte dos intelectuais europeus. Segundo Pietro Corsi (1996, p. 209), apesar de serem ideias originadas no século XVII, apenas no século XVIII ganharam corpo, possibilitando novos horizontes a serem descortinados pelo empirismo, extraíndo da natureza suas próprias leis. Os estudiosos da filosofia, da política, da economia, da teologia e da moral refletiram, por todo o século XVIII, em grande parte da Europa, sobre o tema “natureza”. Voltaire na França (1694-1778) e Francesco Algarotti (1712-1764) na Itália trabalharam no sentido de divulgar ao grande público essas discussões sobre o mundo natural (TERRAL, 2000, p. 239-254).

O *Sistema Naturae* de Carlos Lineu (1707-1778), publicado na Suécia em 1735, tinha o objetivo de confirmar os cálculos newtonianos. Tornou-se referência para a história natural, inclusive para os trabalhos que buscavam descrever a fauna e flora da região amazônica (PRATT, 1999, p. 42). A obra de Lineu categorizou as formas vegetais, mesmo aquelas desconhecidas, por meio de um sistema de classificação que, algumas décadas depois, orientou a classificação taxonômica dos animais. O naturalista sueco tinha como objetivo conhecer completamente a flora e a fauna de todos os continentes. Seus alunos da Universidade de Uppsala, na Suécia, foram instados a contribuir para o sucesso desse projeto, formando expedições que tinham como missão investigar as regiões designadas (CORSI, 1996, p. 210).

Lineu, em 1744, e Buffon (1707-1778), em 1778, foram responsáveis por publicar as primeiras hipóteses biogeográficas modernas ao explicarem a distribuição geográfica dos animais, considerando a classificação dos produtos naturais o objeto principal de suas análises. A divisão lógica baseada no pensamento aristotélico fundamentou as proposições de muitos autores de sistemas classificatórios reunindo os três reinos da natureza. Lineu destacou-se pelo seu *Systema*



Naturae, chegando à décima edição em 1758 (PAPAVERO; PUJOL-LUZ, 1999, p. 70).¹

A grande diversidade biológica encontrada na América do Sul ganhou poucas espécies citadas no trabalho de Lineu, sendo as encontradas nos domínios portugueses na América retiradas da *Historia Naturalis Brasiliae* de Marcgrave e Piso (MARCGRAVE, PISO, 1648).² Segundo Nicolau Sevcenko (1996, p. 114), isso aconteceu não pelo desinteresse em relação às espécies existentes na colônia portuguesa, mas pela proposital retenção de informações sobre a fauna e a flora desses domínios, como parte de uma determinação do governo português que impedia a divulgação de dados sobre pontos geográficos, posição de rios, clima ou até mesmo notícias sobre a “gente da terra”, para dificultar a ação de inimigos.

A necessidade da busca por recursos naturais nos domínios ultramarinos foi determinante para que o governo português atualizasse sua prática científica. Nesse contexto, foi organizada a Comissão Demarcadora de Limites que contava com homens de ciência estrangeiros ligados ao campo da História Natural. O objetivo principal dessa comissão foi determinar os limites entre as possessões portuguesa e espanhola na América. O conhecimento sobre o mundo natural se apresentava cada vez mais como um tema estratégico para os interesses dos colonizadores.

A Comissão Demarcadora de Limites que percorreu os sertões amazônicos foi composta pelos sargentos-mores José Gonçalves da Fonseca, Sebastião José da Silva; o capitão Gregório Rebelo Guerreiro Amaro; os astrônomos Xaverio Haller e João Ângelo Brunelli; os oficiais João Geraldo de Gronsfeld, Henrique António Galúcio, João André Schwebel, Adão Leopoldo Breuning, Ignácio Szentmartonyi, Philippe Sturm, Manuel Götz, os cirurgiões Daniel Paneck, Antonio Matos, Domingos de Sousa e desenhador Antonio Landi³.

Dentre os acima citados, contratados para atuar na zona de fronteira na América, destacamos o arquiteto bolonhês Antônio José Landi⁴, que partiu de Lisboa em 1753, na função

¹ O *Systema Naturae* de Lineu trazia a descrição de 4.236 espécies de animais distribuídos em seis classes, 34 ordens e 312 gêneros. Cf.: LINNAEUS, 1740.

² A obra foi editada e anotada por Johannes de Laet. O título completo da obra, em latim, é *Historia Naturalis Brasiliae, in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Uma versão facsimilar da primeira edição, digitalizada pela biblioteca do Missouri Botanical Garden (EUA), pode ser acessada através da Biblioteca Digital Curt Nimuendaju (http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia).

³ Sebastião José [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 06/07/1752] – Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina. 626, p. 32-37.

⁴ Antonio José Landi nasceu em Bolonha no dia 30 de outubro de 1713. Formou-se arquiteto e alcançou o *status* de membro da Academia Clementina. Foi discípulo do renomado arquiteto e cenógrafo italiano Fernando Bibiena. Atuou como avaliador de trabalhos escolares em sua cidade natal. Foi contratado em 1750 pelo rei de Portugal, D. João V, para trabalhar como desenhador da Comissão Demarcadora de Limites na América do Sul. Fez parte da segunda tropa demarcatória que percorreu os rios amazônicos. Em Belém do Pará, casou-se, teve filhos, constituiu bens, dentre eles um engenho, foi senhor de escravos, falecendo no dia 22 de junho de 1791 (KETTLE, 2010).



de desenhador da comissão de limites. Chegando a Belém do Pará no mesmo ano, exerceu muitas atividades além daquela para qual foi contratado. Landi participou de expedições para captura de indígenas, organizou atividade de coleta de drogas do sertão⁵ e alcançou a condição de senhor de engenho e arquiteto régio em sua trajetória no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Também participou das viagens de demarcação ocorridas no ano de 1777 (MENDONÇA, 2003).

As instruções dadas aos membros da Comissão de Limites ocupada com as demarcações da região amazônica deixavam bem claro o que o governo português esperava como resultado das expedições:

Nas ordenanças acima estabelecidas se incluirão as advertências seguintes: que os comissários, geógrafos, e mais pessoas inteligentes das três tropas, vão tomando por apontamento os rumos, e distâncias das derrotas, as qualidades naturais dos países; os habitantes que neles vivem e os seus costumes; os animais, rios, lagoas, montes, e outras semelhanças, cousas dignas de se saberem, pondo nomes de comum acordo a todas as que o não tiverem para que sejam declaradas nos mapas e relações com toda a distinção, e procurando que as suas observações, e diligências sejam exatas, não só pelo que pertence a demarcação da raia e geografia do país, mas também no que pode servir para o adiantamento das ciências, o progresso que fizeram na História Natural, e observações físicas e astronômicas. (*Apud* ADONIAS, 1986, p. 29-30).⁶

O trecho acima destacado demonstra como a natureza ocupou um lugar de destaque no projeto colonial. Era necessário descrever a região com especial atenção para a fauna, flora e relevo. Outra tarefa consistia em nomear rios, igarapés e florestas como forma de viabilizar os trabalhos de demarcação de limites. Essas descrições da natureza, além de identificar os produtos com potencial a serem explorados pelos portugueses, assumiam um caráter científico, acreditando contribuir com o “adiantamento das ciências” e o progresso do campo da História Natural.

Antonio Landi atuou na Amazônia neste contexto de atualização e valorização das práticas científicas por parte da intelectualidade portuguesa. Diante disso, o arquiteto bolonhês elaborou relatos escritos e visuais sobre os lugares de importância estratégica, os indígenas, os animais, as plantas e “outros objectos dignos de notícia”⁷ como forma de cumprir as ordenanças da Coroa e se apresentar como um homem de ciência hábil para os trabalhos de História Natural,

⁵ A expressão ‘drogas do sertão’ é utilizada na documentação histórica colonial para se referir a especiarias coletadas nas matas da região amazônica. Podemos destacar a coletado cacau, a salsaparrilha, castanhas, guaraná, pau-cravo, urucum, baunilha, canela, óleos como a copaíba, entre outros produtos da floresta. As drogas do sertão atraíam por suas utilidades medicinais, aromáticas, culinárias e sua extração representava um importante componente para a economia do Grão-Pará.

⁶ Artigo XX do Tratado das Instruções dos Comissários da Parte do Norte, reconhecido pelo rei de Portugal em 05 de julho de 1752. *Apud* ADONIAS, 1986, p.29-30.

⁷ Marco Antonio de Azevedo Coutinho [Carta ao padre João Alvarez de Gusmão, em 19/04/1750] - AHU, Brasil, Limites, Caixa 1. Doc. 8/1. fl 1v.



preparado para ocupar funções de maior destaque dentro do Império Ultramarino português.

Em seus trabalhos, Antonio Landi estava atento para o fato de indicar como explorar as potencialidades naturais da colônia portuguesa na América. De uma maneira geral, os comissários dialogavam com os novos conhecimentos oriundos da física, matemática e astronomia para desenvolver os trabalhos de demarcação. Também passaram a utilizar esse conhecimento técnico, lógico e sistemático, em suas descrições e classificações da natureza, inscrevendo-se no campo da História Natural.

As “Instruções para as demarcações da parte do Norte” apresentam regras claras e estabelecidas, propondo um conhecimento técnico, preocupado em produzir material inteligível, racional e útil de acordo com os parâmetros da Ciência Moderna desenvolvida na Europa, capaz de compreender uma “outra racionalidade que é o ser vivo” (FOUCAULT, 1996, p. 17). Segundo Antônio Sergio (1997, p. 36) a monarquia portuguesa estava sendo desafiada a impulsionar sua economia, buscando retomar seu “percurso interrompido”, mais uma vez a partir do tema das navegações. Regiões como a Amazônia se apresentavam como uma saída para esse problema.

Antonio Landi encontrou um ambiente no qual o avanço das atividades científicas somente poderia ser justificado caso contribuíssem efetivamente com o projeto de exploração da natureza na colônia. José Luiz Cardoso chama atenção para o fato de que o pensamento português continuava pouco arrojado, dominado pela escolástica do ensino jesuítico e cauteloso diante da intransigência inquisitorial (1989, p. 44). Consideramos que o cuidado em não ultrapassar os limites impostos por esse conservadorismo, seja no texto científico ou no comportamento cotidiano, foi essencial para que Antonio Landi obtivesse êxito em seu plano de ampliação das relações políticas com os agentes coloniais e para sua ascensão social.

Era comum, segundo Rómulo de Carvalho (1982, p. 55), que os letrados não portugueses que assumiram suas identidades de estrangeiros fossem julgados por muitos como portadores de ideias modernas e transformadoras e, pelos círculos mais conservadores, como possuidores de uma mentalidade estranha, que não merecia confiança. De acordo com o referido autor, Portugal importou a preferência pelas modernas ciências, há muito desenvolvidas nas cortes europeias mais proeminentes, promovendo viagens por todo o Novo Mundo, o que caracterizava um gosto pelo cosmopolitismo.

Ao longo do século XVIII, o governo português foi orientado por uma visão sobre a natureza e um método de utilização da História Natural diferente daquela empregada nos séculos anteriores em que se valia quase que exclusivamente da pesquisa de plantas para fins curativos.



Nesse contexto, foram intensificadas as atividades científicas de coleta, observação e descrição da flora e fauna. A contratação de mão-de-obra estrangeira para esse tipo de tarefa demonstra, em certa medida, a ausência de homens de ciência portugueses capazes de realizar satisfatoriamente esse tipo de trabalho científico (CARVALHO, 1987, p. 56).

Dom João V estimulou o saber científico por meio de convites e contratações de estrangeiros ou mesmo promovendo o gosto pelos estudos astronômicos e da física moderna entre os jesuítas. Em 1722 dois inicianos foram contratados para realizar levantamentos cartográficos nas possessões lusitanas na América, com o objetivo de definir os limites entre as colônias de Portugal e Espanha na região do Prata, o português João Baptista Carbonne (1694-1750) e o italiano Domenico Capassi (1694-1736) (CARVALHO, 1987, p. 24). Essas atitudes demonstram a percepção, por parte da Coroa, da necessidade e importância da Ciência para o êxito do projeto colonizador.

Domenico Capassi viajou para o Estado do Brasil em 1729, acompanhado de Diogo Soares (1684-1748), português, que se dedicou ao estudo da Geografia e da História Natural. Em relato feito pelo padre jesuíta João Baptista Carbonne, no qual cita o trabalho de Diogo Soares, podemos notar como eles pretendiam que a História Natural fosse recebida.

[Diogo Soares] forma, no mesmo tempo, uma História Natural dos rios, montes, árvores, ervas, frutos, animais e pássaros que há no Brasil, aplicações tão úteis que só se devem à diligência com que Sua Majestade provocava adiantar as ciências, pois não só serviriam a Portugal mas também à Europa que delas faz a devida estimação. (*Apud* CARVALHO, 1987, p. 24).

Como podemos verificar no excerto, que relata impressões sobre o trabalho de Diogo Soares, a descrição da paisagem e o inventário de plantas e animais encontrados na colônia servia de agrado ao rei, que apreciaria tal tipo de incursão naturalista, feita no intuito de “adiantar as ciências” em Portugal. Assim, as impressões sobre o trabalho de Diogo Soares evidenciam a importância das descrições da natureza no âmbito do projeto de colonização português.

Segundo Rómulo de Carvalho (1983, p. 66), a notícia de que a monarquia portuguesa agia de maneira acolhedora para com os homens de ciência, promovendo e disseminando o entusiasmo por expedições naturalistas, atraiu muitos estrangeiros interessados em participar dessa tarefa. Os componentes da Comissão Demarcadora de Limites, entre eles Antonio Landi, parecem ter aceitado a proposta de trabalho oferecida pela Coroa portuguesa tendo conhecimento das dificuldades que iriam encontrar e também conscientes das vantagens que lhes traria trabalhar com as ciências naturais, pois teriam oportunidade de se projetar e alcançar ascensão no Império Ultramarino português.



O gosto pelos assuntos referentes à natureza ganhou significado de erudição, característica de uma suposta elite culta, virtude própria de um aristocrata, habilidade indispensável àqueles que aspiravam ocupar altos cargos no Reino ou mesmo pertencerem ao clero (CARVALHO, 1985: 62). O “Inventário” realizado por Antonio Landi pode ser entendido como uma apresentação da erudição de seu autor, que assim expressava sua habilidade de naturalista e seu interesse em relação aos temas de História Natural.

Desde o século XVI os homens de ciência alimentavam um mercado de eruditos ávidos e curiosos, interessados em uma flora e fauna exuberantes e reconhecidas como exóticas, coletadas a partir de expedições de exploração científica. Ao longo do século XVIII podemos acrescentar a essa curiosidade em relação à natureza a necessidade de transformá-la em produtos rentáveis aos cofres das monarquias. Antonio Landi vivenciou esse ambiente em que a intelectualidade e os agentes coloniais buscavam informações sobre a Amazônia com o objetivo de encontrar possibilidades de exploração. O arquiteto bolonhês elaborou seu Inventário consciente do valor que os trabalhos de História Natural gozavam.

Mesmo no século XVIII o comércio de curiosidades e exotismos não desapareceu. Os gabinetes de curiosidades e museus por todo Velho Mundo garantiram esse mercado, influenciando a burguesia abastada e demais eruditos a imitar esse costume já tradicional entre reis e príncipes, colecionar espécimes reconhecidas como exóticas. O gosto pelos assuntos relacionados à História Natural fundamentou parte do prestígio dos indivíduos diante da sociedade colonial. Os homens de ciência tinham, nesse tipo de atividade, uma oportunidade de ampliar a esfera de relações que pudessem ser vantajosas em sua trajetória social.

Segundo Paul Hazard (1989, p. 128), apesar de os colonizadores terem usado os trabalhos de História Natural como instrumentos de conhecimento capazes de alcançar um saber universal, esses também cumpriam um papel político e de reafirmação do poder. Aqueles que pretendiam alcançar os privilégios concedidos pela elite metropolitana tinham, na produção de informações sobre a natureza, um caminho para projetar seu nome como homem de ciência capaz de contribuir com o projeto de exploração do mundo natural na colônia, aproximando-se do poder real.

A Descrição das plantas e animais da capitania do Grão-Pará elaborada por Antonio Landi descreve as frutas, cobras, raízes e outros elementos do mundo natural encontrados na Amazônia. Trata-se de um inventário com riqueza de detalhes sobre a floresta e muito importante para o conhecimento da História da Ciência na Amazônia. Esse documento histórico



nos permite também conhecer as visões de natureza de seu autor, bem como seu esforço em construir um texto de acordo com os cânones da Ciência Moderna.

A descrição da natureza por Antonio Landi

Há por todo lado curiosos que lançam mão à obra; este inicia uma coleção de borboletas, aquele um herbário; este manda vir do estrangeiro os prismas que lhe permitirão decompor a luz, ou o óculo com que poderá ver os anéis de Saturno. Quem pretende agradar à sua amada, envia-lhe insetos raros que se irão juntar, numa vitrina, aos que ela já possui, quem desejar fazer figura de sábio, publica a descrição de um museu de História Natural; quem viaja vai munido de caixas, redes, tesouras e lupas (HAZARD, 1989, p. 128).

O texto científico de Antonio Landi, consubstanciado em seu Inventário sobre a natureza do Grão-Pará, apresentava seu autor como sujeito hábil em trabalhos de História Natural. Esse trabalho tinha como objetivo catalogar as espécies com potencial de exploração por parte dos agentes coloniais. Entretanto, como o excerto em destaque aponta, as descrições de plantas e animais se constituíram também em discursos para demonstrar seus autores como “figuras de sábios” (HAZARD, 1989, p. 128-129), contribuindo para seu prestígio na sociedade colonial.

Especialmente durante o século XVIII, segundo Paul Hazard (1989, p. 129-130), aqueles que cultivavam as ciências de vanguarda, como a História Natural, eram motivados, sobretudo pelo interesse de serem aceitos como membros de instituições científicas, a fim de divulgar seus nomes e pleitear recompensas. De acordo com Hazard, o idioma em que a obra seria escrita ou traduzida indicaria a intenção do autor de ter seu trabalho apreciado pelas academias de ciência que tinham aquela língua como oficial. Consideradas centros difusores do saber, essas instituições, se aprovassem a obra em questão, garantiriam que o autor seria reconhecido no meio intelectual, valorizando seu trabalho diante daqueles que patrocinavam esse tipo de atividade.

Essa leitura proposta por Hazard amplia nossa análise sobre a *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*, elaborada por Antonio Landi entre os anos de 1772 e 1773⁸, escrita na língua de origem do autor: o italiano. Esse fato nos permite reconhecer o esforço de Landi em chamar atenção das instituições e sujeitos que utilizavam tal idioma. O relato do bispo do Pará, dom Frei João de São José Queirós (1868, p. 345), em sua segunda visita pastoral, em 1762, apresenta as intenções de Antonio Landi quanto ao público alvo de seus trabalhos: “O insigne desenhador José Antonio Landi tem já uma coleção de flores e frutos deste estado, diz ele que para oferecer à sua Universidade de Bolonha, e entre tantas raridades esta será bem célebre”.

O trecho demonstra a intenção de Antonio Landi em estabelecer um vínculo com uma

⁸ Segundo Mendonça (2003, p. 307) o manuscrito de História Natural de Landi foi escrito, provavelmente, em 1773 e encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto.



importante instituição de ciência italiana, a Universidade de Bolonha. O arquiteto buscava ser reconhecido pelo seu saber, divulgar seu nome e valorizar seus esforços relacionados às atividades de História Natural. Outro fato que nos permite perceber suas intenções de estabelecer vínculos com sujeitos que receberiam com maior facilidade uma obra escrita em italiano foi a contribuição ao Jardim Botânico da Ajuda, que tinha como diretor o italiano Domingos Vandelli. Em carta ao referido diretor, Antonio Landi informa:

Já fiz um livro de plantas do natural e teria desenhado um maior número se tivesse aqui encontrado um daqueles mecenas que muitas vezes se encontram noutras partes e já a esta hora teria posto em boa forma tantas por mim recolhidas, as quais consistem em flores (...), ramos secos e sementes, que quase são infinitas, ainda que não se saiba até agora nem a designação, nem o valor. Por fim devo dizer-lhe que será necessário recomendar aos senhores capitães nos navios a carga dos mesmos, porque apesar de o saberem, muitas vezes fazem-se difíceis. (*Apud* MENDONÇA, 2003, p. 306).

O trecho da carta em destaque foi escrito por Antonio Landi, a 20 de janeiro de 1771, em italiano, pois o objetivo principal era estabelecer contato com Domingos Vandelli, que tinha o italiano como língua de origem. As palavras de Landi tinham a finalidade de apresentar seus esforços no campo dos estudos sobre a natureza, demonstrando sua erudição, figurando como sábio, morador da colônia. O diretor do Jardim Botânico da Ajuda era reconhecidamente um sujeito influente no Reino, responsável pelas nomeações dos homens de ciência que ocupavam funções estratégicas em diferentes pontos do Império Ultramarino português.

Em outro trabalho de História Natural elaborado por Antonio Landi e dedicado ao governador do Mato Grosso, é apresentada descrições de pássaros, quadrúpedes, répteis, peixes e plantas, como a jenipaparana (*Gustavia augusta*), tendo o cuidado de elaborar um texto de acordo com os cânones da Ciência Moderna, descrevendo com algum rigor a anatomia botânica do referido vegetal:

Esta é uma árvore muito grande, suas folhas têm o comprimento de um palmo, e estão divididas em quatro partes por meio de três pedunculinhos, que começam no fundo da folha, e se unem na extremidade. (...) São compostas de seis pétalas brancas, as quais estão galantemente reviradas em sua extremidade, participando de uma cor amarelada. E cada uma das supraditas pétalas tem um pedacinho da mesma separado e como se fosse rasgado, tornando-a diferente de todas [as outras]. No meio tem então um círculo composto de finos nódulos, como fibras, e uma é de cor amarela, e outra murzela, e no meio fica vazio para dar lugar às outras florzinhas que saem para fora e a flor inteira terá de largura pouco mais de um Filipe (BPMP⁹, Cód. 542, fl. 9).

A descrição de Landi busca uma linguagem científica, projetando o autor como um homem de ciência conhecedor dos métodos de investigação da História Natural. É certo que o

⁹ BPMP abrevia Biblioteca Pública Municipal do Porto.



rigor da descrição anatômica das plantas irá oscilar, ou seja, alguns vegetais terão sua anatomia descrita com mais profundidade. Essa preocupação será quase nenhuma ou muito sucinta, como no caso da descrição do anani (*Symphonia globulifera*): “É árvore que serve para vigamento, para remos de navegar, e para muitas outras obras, porque dura muito ao coberto, mas exteriormente, e especialmente em lugares úmidos, é de pouquíssima duração” (BPMP, Cód. 542, fl. 92).

Os animais também foram objetos da descrição de Antonio Landi. Também identificamos a elaboração de textos orientados pela linguagem científica do campo da História Natural. O relato sobre as características do cujubi (*Pipile cujubi*) confirma essa preocupação:

É ave do tamanho de um faisão, com pescoço longo e cabeça viperina. As penas têm cor parda, e todas no meio da cabeça têm uma linha de penas brancas, e sob a garganta duas barbelas cor de açafrão, que ficam pendentes (BPMP, Cód. 542, fl. 132).

A descrição da anatomia das plantas e dos animais foi uma habilidade essencial aos homens de ciências que pretenderam mostrarem-se como sábios. Essa era uma orientação do próprio Domingos Vandelli que considerava que o estudo da zoologia, por exemplo, consistia em saber o nome de cada animal, mas também conhecer sua anatomia, seu modo de viver, sua utilidade, seu poder curativo, como se reproduzem e do que se alimentam (VANDELLI, 1788), informações que podem ser encontradas nas descrições realizadas por Antonio Landi sobre a natureza do Grão-Pará.

Antonio Landi se apresenta como homem de ciência atento às leituras do campo da História Natural citando alguns autores em suas descrições, como no caso do relato sobre o cedro (*Cedrella odorata*): “É certo que esta madeira não é daquela espécie que nasce no Líbano, porque suas folhas e seus frutos são diferentes daquele, que o Sr. Salimon descreve no sexto tomo, às páginas 220 e 221” (BPMP, Cód. 542, fl. 89) e sobre o mamaiacú (*Sphoeroides maculatus*): “Nem todos o comem, porque é preciso tirar-lhe certa pele que leva à náusea. Suponho que este deve ser o peixe inchador do qual fala Salmone [?] em sua História” (BPMP, Cód. 542, fl. 170).

As descrições de Antonio Landi também revelam práticas científicas do cotidiano em relação à História Natural. Ao tratar da lontra (*Pteronura brasiliensis*), relata possuir um horto onde cuidava de várias espécies vegetais (BPMP, Cód. 542, fl. 167); também destacou sua preocupação com o cultivo de algumas espécies de árvores (BPMP, Cód. 542, fl. 111) e narrou experimentos que envolviam a utilidade das plantas, como na descrição do carajuru (*Arrabidaea chica*), relatando a extração de tinta das folhas dessa planta:

A qual é de uma cor vivíssima, e muito mais escura que o carmim, e depois desta é certamente a mais estimável, e muitas vezes a experimentei, com



têmpera e com óleo, e resultou-me belíssima (...) As flores que estão na planta desenhada foram feitas com sua mesma tinta, que é a sua própria, e não a reduzi a pó para imitar sua cor. Tira-se a das árvores, e outra dos cipós, como se vê na mesma estampa (BPMP, Cód. 542, fl. 20).

A leitura do “Inventário sobre a natureza” elaborado por Antonio Landi indica a existência de um álbum de desenhos que acompanhava o texto descritivo, ilustrando as plantas que ele havia observado. Não se sabe onde se encontra esse conjunto de ilustrações; certo é que as evidências de sua existência são claras ao longo do texto, como se pode perceber no trecho acima transcrito, que explicita inclusive o método de pintura das flores que constavam no desenho.

Encontramos a primeira referência ao álbum de desenhos quando o autor descreve uma árvore que “não tem nome próprio”. Ele diz: “No desenho não se veem as flores porque não as tinha quando mandei retirar os frutos, que pendiam da árvore, muito altos, e nem o seu sabor encontrei desagradável” (BPMP, Cód. 542, fl. 12).

Ao longo do século XVIII, a produção de desenhos era considerada muito importante na composição dos trabalhos de História Natural, pois eram fontes valiosas que ampliavam as descrições da natureza. Por meio das ilustrações, a textura, as cores e a anatomia das espécies eram melhor relatadas; além disso, árvores muito altas e os animais de grande porte poderiam ter suas dimensões mais bem representadas. Segundo Barbara Stafford (1984), esperava-se dos homens de ciência empenhados na tarefa da descrição das espécies, que possuísem essa habilidade para preservarem a qualidade dos indícios colhidos.¹⁰

As ilustrações que faziam parte dos trabalhos de História Natural consistiam em desenhos aquarelados e a nanquim, dando atenção às plantas e aos animais. Domingos Vandelli pretendia publicar uma obra intitulada História Natural das Colônias, reunindo as principais informações sobre as espécies encontradas nos domínios portugueses no Ultramar. Esse projeto de Vandelli não veio a público, todavia, sua intenção mostra o interesse de parte das autoridades portuguesas na publicação das estampas (RAMINELLI, 2001, p. 970). Antonio Landi estava atento para a valorização dos trabalhos científicos que contavam com álbuns de desenhos.

Percebido assim o valor que as descrições textuais ganhavam quando acompanhadas pelos desenhos, é possível reconhecer uma relação entre a arte e a ciência, quando a natureza descrita na ilustração, além de delinear fielmente uma figura, preocupou-se em representar todos os detalhes do objeto com o máximo de precisão, naturalidade e realismo possíveis, contando

¹⁰ O trabalho de Martin J. S. Rudwick apresenta a importância que os desenhos de História Natural representaram para a divulgação do trabalho dos naturalistas, especialmente por meio dos livros. Ver, RUDNICK, 1976, p. 150-151.



com o talento e a perspicácia do autor na utilização das cores e das técnicas da aquarela. Segundo Svetlana Alpers (1999, p. 103), essas ilustrações coloridas chamavam a atenção para um “duplo aspecto da representação pictórica”: elas registram as observações como em um documento e também “representam como ele aparece”.

Assim como essa descrição visual evidenciou a preocupação de Antonio Landi em elaborar um texto científico que fosse acessível aos leitores, a descrição literal também apresentou seus recursos para tornar o relato inteligível. Ao longo do Inventário, o autor faz referência a determinados elementos da natureza exclusivos da dinâmica dos sertões amazônicos. Vemos isso na explicação do modo de transformação da cuia (*Crescentia cujete*) em vasilhas:

Depois tinge-se de negro e lixa-se, depois pintam-se com cores segundo o uso da terra, e assim pintadas, passa-se um verniz chamado cumati, que as torne lustrosas como o/ mármore, e as melhores de todas as partes são aquelas que se fabricam na vila de Gurupatuba. Este cumati não é outra coisa senão a casca de uma árvore, a qual reduzida a pedacinhos se infunde em água, depois faz-se ferver, e sem mais cerimônia se aplica sobre a pintura e nada mais (BPMP, Cód. 542, fl. 38).

A descrição se preocupa em demonstrar como os materiais eram utilizados pelos moradores da colônia. Antonio Landi explica em suas descrições o que representava a palavra cumati, propondo-se a traduzir as expressões próprias da Amazônia. Repete esse recurso ao longo do texto, ao traduzir as palavras sapopema (BPMP, Cód. 542, fl. 29) e jurupema (BPMP, Cód. 542, fl. 44). Algumas expressões e nomes que eram utilizados no Vale Amazônico também são assinalados, como o leite da seringueira que “aqui se chama de borracha” (BPMP, Cód. 542, fl. 39), as serpentes “que aqui se dizem cobras” (BPMP, Cód. 542, fl. 88) e o porco-espinho chamado de cuandu (BPMP, Cód. 542, fl. 139).

O arquiteto bolonhês buscou associar os objetos descritos às formas conhecidas dos europeus. Ao se referir ao sumo do cacau, por exemplo, o compara com o mosto de uva (BPMP, Cód. 542, fl. 33), ao descrever as folhas do café (BPMP, Cód. 542, fl. 4), da goiabeira (BPMP, Cód. 542, fl. 10) e do cupuaçu (BPMP, Cód. 542, fl. 13) compara com as folhas do loureiro, da sarça e da tulipa, respectivamente. O autor se coloca em um ponto privilegiado no campo da História Natural, pois se apresenta capaz de traduzir o Novo Mundo.

Cotidiano e exploração dos potenciais produtos da floresta

Durante a segunda metade do século XVIII, a administração colonial necessitava de homens de ciência conhecedores e atentos à dinâmica comercial estabelecida entre Lisboa e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, portanto, era importante para Landi deixar claro em suas



descrições que não era alheio aos produtos da natureza que interessavam ao Reino. Ao longo do Inventário, ele mostrou esse conhecimento por meio de descrições como do cacau e do tucano:

O modo de trabalhar o cacau é o seguinte: o tira-se da planta quando começa a ficar amarelo (...) Terminado esse tempo, vai-se metendo ao sol até que sequem, e assim podem chegar até nossas partes da Europa para fazer o chocolate (BPMP, Cód. 542, fl. 33).

O corpo desta ave é tão grande quanto o de um papa-figo, mas é galante, as penas como negras. (...) Sob o pescoço tem um papo de penas finíssimas, com duas voltas de outras penas coloridas, que se tiram para enviar a Lisboa, onde são procuradas para fazer ornatos para mulheres (BPMP, Cód. 542, fl. 123).

Além de assinalar os produtos da natureza que movimentavam o comércio entre a colônia e a metrópole, Antonio Landi também demonstrou, por meio das descrições, conhecer a dinâmica do comércio interno da colônia, os caminhos das canoas que negociavam as “drogas do sertão” utilizando o rio Solimões (BPMP, Cód. 542, fl. 141), a comercialização de peixes conservados no sal (BPMP, Cód. 542, fl. 168) e a compra e venda de ovos cozidos de tartaruga em vasos de cerâmica, que são vendidos “comumente a dez tostões e as tartarugas a seis, as quais por serem aqui estimadas se vendem logo” (BPMP, Cód. 542, fl. 183).

A descrição elaborada por Antonio Landi também nos permite conhecer algumas cenas do cotidiano na colônia: o convívio com os animais domésticos, quando relata sobre a intenção dos gatos que roubavam a polpa do abacate (BPMP, Cód. 542, fl. 17) ou o perigo do ataque dos animais da selva, quando foi surpreendido por uma cobra surucucu (BPMP, Cód. 542, fl. 161). Os relatos também nos revelam costumes que demonstram o envolvimento e a integração do arquiteto bolonhês na colônia. Quando descreve o cupuaçu explica sua rejeição ao fruto à noite devido o cheiro forte que tomava conta da casa (BPMP, Cód. 542, fl. 14), e ao falar do guaraná, confessa:

E eu agora me acostumei, e todo dia o bebo, mas não se deve colocar no copo uma grande quantidade, porque tira o sono, e eu o sei por experiência, porque não sabendo isto, tomei uma boa porção, e fiquei um dia e meio sem dormir (BPMP, Cód. 542, fl. 45).

As descrições são interrompidas por esse tipo de relato que demonstra o cotidiano do autor e sua adaptação à rotina local. Mesmo os imprevistos parecem ser contornados com ajuda dos personagens e práticas próprios da colônia, como mostra o relato do episódio em que Antonio Landi se deparou com uma onça, mas foi salvo graças a um índio que avançou, assustando a fera com uma espingarda (BPMP, Cód. 542, fl. 156).

Os indígenas são personagens presentes nas descrições de Landi. O acompanhavam pelas trilhas da floresta e pelos rios que serviam de caminhos para coleta de drogas do sertão, captura



de outros indígenas e os trabalhos das demarcações. Estavam sempre atentos para garantir os provimentos dos membros das expedições. Ao descrever a anta, ele relata o episódio que vivenciou em um acampamento:

Vi nadar uma que passava o rio Negro, e era das maiores. Sua carne muitos a comem, mas é dura, indigesta e de um odor desagradável, e assim a achei, experimentando-a numa ocasião em que me sobreveio à noite onde fizera acampamento (BPMP, Cód. 542, fl. 145).

Esses relatos nos permitem conhecer o nível de adaptação e experiência do autor, envolvido com empreendimentos da elite colonial local. A descrição da cobra coral revela sua condição de senhor de engenho:

É cobra bela de ver-se, porque sua pele na maior parte é da mesma cor do dito coral. Não cresce muito em comprimento e largura, mas sua picada é mortal, e dizem que daquele maligno dente atingido, ninguém escapa. Sei que feriu numa mão meu mestre de engenho e por mais que se fizesse não viveu senão meio dia, sem jamais proferir alguma palavra, e dentro de duas horas depois da mordida seu corpo tornou-se todo convulso, e assim morreu (BPMP, Cód. 542, fl. 160-161; grifo nosso).

Ao narrar a morte do mestre de engenho, destaca sua condição de agente colonial envolvido com a exploração econômica da região, assistido por funcionários, dono de terras e negros escravizados. As informações sobre as plantas e animais muitas vezes chegavam até ele por meio desses personagens com quem se relacionava. Isso nos permite pensar sobre a importância desses sujeitos anônimos para a construção do conhecimento sobre a Amazônia.

Como já mencionamos, as orientações de Domingos Vandelli foram importantes para que os homens de ciência reconhecessem o que a administração colonial esperava dos trabalhos de História Natural. Em seu *Dicionário dos termos técnicos de História Natural*, Vandelli (1788, p. 3) orienta que as descrições sobre as plantas deveriam revelar as “propriedades, usos econômicos, e medicinais; saber a sua vegetação, modo de multiplicar as mais úteis, os terrenos mais convenientes para isso, e o modo de os fertilizar”.

A referência às utilidades das espécies é marcante em todo o trabalho de História Natural produzido por Antonio Landi. Ao descrever o abacate, por exemplo, registra seu poder de saciar a fome com uma simples porção, sugerindo que isso seria “útil para as pessoas pobres”, em seguida, falando sobre a saboeira (*Sapindus saponaria*), anota a utilidade dos frutos dessa árvore de pequeno porte, que “abertos e batidos em água servem como sabão” e da semente que “serve para fazer rosário sem torno”. Também apresenta a utilidade da sumaúma encarnada (*Bombax globosum*) no enchimento de colchões e travesseiros e da sumaúma branca (*Ceiba pentandra*) no forro de cobertas e vestes de seda (BPMP, Cód. 542, fl. 17, 18, 27).



A descrição do uso medicinal também está presente nesse relato científico sobre o Grão-Pará. O puxiri (*Licaria puchurymajo*), segundo a descrição, acompanhado de uma porção em vinho ou em aguardente combate “pontadas” e flatos. A ação diurética do guaraná (*Paulinia cupana*) é anotada, assim como o poder balsâmico da copaíba (*Copaifera officinalis*), relatando que as muitas das informações sobre seus benefícios à saúde foram conhecidas por meio de conversas com nativos da região. Antes de finalizar a extensa descrição sobre cacau, o autor faz questão de anotar a utilidade medicinal dessa espécie: “Não quero deixar de dizer desta planta, que do fruto se extrai uma gordura, que se chama manteiga [de cacau], que é boa por ser refrescante, e que é muito procurada para as hemorróidas” (BPMP, Cód. 542, fl. 24, 34, 100).

Assim como a indicação dos usos curativos faz parte dos trabalhos de História Natural no contexto português em questão, foi importante demonstrar também “os terrenos mais convenientes” para o cultivo das espécies vegetais. Ao relatar sua participação e tentativas de cultivo do trigo, Antonio Landi, além de evidenciar seu trabalho nos descimentos de índios, também procurou demonstrar sua habilidade em perceber as condições de plantio para cada espécie:

Com o trigo fiz o mesmo, deu muita folhagem, mas não vi as espigas, e isto decorre talvez do clima sempre igual no calor. Mas quando fui mandado a uma certa descida de Índios doze dias acima de Mariuá cheguei a certo lugar assaz frio, e coberto de densa neblina, e onde nessas terras deveria dar, porque sabemos que esta planta ama o frio a seu tempo (BPMP, Cód. 542, fl. 117).

Relatos como esse apresentavam sugestões ao Reino de formas de exploração dos recursos naturais existentes na colônia. O autor se projeta como homem de ciência integrado à vida colonial e preocupado com a adaptação de espécies exóticas na Amazônia.

Ao descrever as árvores frutíferas assinalou a quantidade de tempo para que as espécies dessem fruto ou mesmo os meses do ano em que frutificavam. Como na descrição do cacau: “Esta planta, quando chega aos cinquenta anos, é considerada velha, e mesmo que seja plantada, só dá frutos depois de seis anos”; e do taperebá: “No mês de fevereiro deixam cair os frutos, que são tantos, que se lhes passa por cima chutando-os” (BPMP, Cód. 542, fl. 33, 76).

Na descrição do taperebá o autor procura demonstrar seu conhecimento da dinâmica natural do Vale Amazônico além de revelar, ao longo do texto, a existência de muitas espécies no Estado do Grão-Pará e Maranhão, destacando em que lugares foi possível encontrar grandes quantidades das plantas ou animais em questão. Assim como o taperebá, sobre os quais passavam “por cima chutando-os”, outras espécies, como o ingá, eram descritas como abundantes: “Esta



árvore é abundante nas selvas, e não a cultivam, é bela de ver-se porque assaz frondosa, porque estende muito seus ramos (BPMP, Cód. 542, fl. 33, 34).

O relato de que o ingá, espécie apreciada, não é cultivado, revela uma crítica presente em grande parte das descrições que compõem as descrições de Antonio Landi: o mau aproveitamento dos recursos da natureza na Amazônia. Essa crítica parece muito oportuna diante da escassez de recursos naturais no reino português e diante da abundância das espécies nos domínios portugueses, especialmente no Estado do Grão-Pará e Maranhão.¹¹

As sugestões feitas por Antonio Landi em seu “Inventário” tinham como objetivo demonstrar sua capacidade em contribuir com a exploração econômica na colônia, transformando os abundantes recursos da natureza, encontrados na região, em riqueza que beneficiaria a metrópole.

Ao descrever o algodão, Antonio Landi apresenta a preocupação com o melhor aproveitamento dos produtos da natureza:

Esta planta é aqui abundante, e muito mais seria, se da mesma se soubesse extrair maior vantagem, pois aqui só se fabricam panos grosseiríssimos, que entre nós para nada mais serviriam se não para fazer sacos e sacos para colchões de palha. É verdade que um pouco se tece melhor, mas não equivale ao pano de linho mais ordinário (BPMP, Cód. 542, fl. 21; grifo nosso).

O autor também sugeriu a comercialização de algumas espécies, ou de seus produtos beneficiados, em outras partes da Europa, o que seria importante para a economia portuguesa, diante dos problemas já citados: “A fina lanugem, com a qual se enchem sacos ou cestos, e serve para encher colchões e travesseiros, tanto aqui como em Lisboa”, e aquecia com tanta eficiência que poderia adquirir muito valor se comercializada “na Itália e em outros países frios” (BPMP, Cód. 542, fl. 28). A descrição da lontra traz até mesmo a sugestão de substituição de produtos comprados de outras partes da Europa por produtos de origem colonial:

A pele é mais escura que a dos ratos, mas de pêlo um tanto quanto curto, e brilhante, que, ao vê-lo, e ao manejá-lo, parece veludo. Aqui porém não fazem caso dela. Nem tampouco têm a arte de pescá-la, ou caçá-la; se soubessem, retirariam algum lucro, porquanto seriam recebidas em nossas partes como se faz com tantas outras que vêm da Suécia, da Moscóvia e de outros lugares (BPMP, Cód. 542, fl. 167).

Duas referências são feitas ao interesse dos ingleses em consumir produtos da natureza encontrados na Amazônia. A primeira cita o puxiri, que era ralado e misturado a certa bebida chamada ponche, “comum entre eles”, a segunda refere-se à seiva do umiri que, apreciada por

¹¹ Alexandre Rodrigues Ferreira elabora crítica semelhante a essa feita por Antonio Landi (cf. COELHO, 1997).



suas virtudes semelhantes “ao óleo de ouro”, era cobiçada pelos ingleses (BPMP, Cód. 542, fl. 24).

Antonio Landi propôs em suas descrições o beneficiamento de algumas espécies, como a goiaba, da qual “pode-se fazer um doce excelentíssimo para usar como geléia, que seria estimadíssimo em qualquer parte da Europa” e, descrevendo o cupuaçu, sugere: “Deste fruto faz-se uma bebida, que se aqui se pudesse gelar, como um sorvete, seria deliciosíssima, pois possui um azedo gostoso, que, corrigido com açúcar, torna-a ótima”; todavia ele lamenta não possuir os recursos mecânicos necessários para transformar as espécies em produtos realmente rentáveis à Coroa (BPMP, Cód. 542, fl. 12).

Essas sugestões possibilitavam que seu texto científico pudesse ser reconhecido como tendo sido elaborado por um homem de ciência que vivenciou a dinâmica colonial local. Além disso, as descrições são propositivas e buscam contribuir com o desenvolvimento da economia em benefício dos cofres metropolitanos. Registrou também suas impressões sobre plantas e animais considerados exóticos para os europeus, como verificamos na descrição do pau-d’arco:

Fortíssima e pesadíssima é esta madeira, que é fina, mas cansa o braço dos mestres que a trabalham, e para qualquer obra, creio que seja eterna. (...) Desta madeira mandei trabalhar uma coluna dórica, com pedestal, friso, e arquitrave para o pelourinho desta cidade, (...) Quanto à beleza desta planta, seria preciso um Petrarca para descrevê-la. (...) e para dizer a verdade sem adulação, esta é uma planta que na Europa seria muito apreciada, e particularmente porque dura assim bela quase dois meses, e neste tempo não se vê nem uma folha (BPMP, Cód. 542, fl. 92).

Além de apresentar sugestão paisagística de utilização do pau-d’arco, o texto ressalta a experiência do autor como arquiteto de edificações na Europa e principalmente na colônia. Seu envolvimento com a atividade construtiva está refletido na importância dada às descrições da qualidade das madeiras encontradas na Amazônia.

A qualidade das madeiras é citada com intenção de informar sua utilidade tanto para trabalhos simples, como a fabricação de cabo de espingarda, quanto para trabalhos mais complexos, como a indicação das madeiras próprias para confecção de canoas e navios, por exemplo o piquiá: “Esta árvore entra no número das mais altas e grandes, e poucas a superam. [...] Seu lenho é de grande duração, e adaptado para qualquer obra de navios, canoas e tábuas” (BPMP, Cód. 542, fl. 42 e 43).

Considerações finais

Assim, a descrição das plantas e animais do Grão-Pará realizada por Antonio Landi nos permite conhecer um importante capítulo da História da Ciência na Amazônia, considerando que



esses relatos pretendiam organizar o conhecimento sobre o mundo natural dessa região de acordo com as referências da História Natural desenvolvida e legitimada pelos europeus.

Esse trabalho produzido pelo arquiteto bolonhês também revela a diversidade de elementos encontrados pelos europeus nas florestas e rios da Amazônia. Durante as expedições de limites, os comissários entravam cada vez mais em contato com o cotidiano desses sertões, seus animais, plantas e a população nativa que detinha as informações e localizações dos produtos da natureza.

Mesmo a linguagem científica, que buscava ser pragmática, também revela personagens anônimos que não podem ser deixados de lado na construção da narrativa sobre o passado colonial da Amazônia. Outro aspecto que deve ser ressaltado é o fato de que a perspectiva ambiental é indispensável para compreendermos o processo de ocupação colonial do Novo Mundo de maneira ampla, revelando a complexidade da sociedade que se constrói a partir de então.

Essa análise sobre as descrições de Antonio Landi aponta para o fato de como a História Natural possuiu uma dimensão política na medida em que fez parte do projeto de colonização da Amazônia, sendo importante para a História da região. Além disso, é preciso compreender que os resultados dessas diferentes visões de natureza (de indígenas e europeus) construíram o que reconhecemos como Ciência Moderna. Portanto, a trajetória e produção das descrições de Landi evidenciam um momento de transição do conhecimento humano sobre as outras espécies, elaboradas por um autor, mas influenciada por muitos e diferentes olhares.

Referências bibliográficas:

ADONIAS, Isa (Ed.). **Fauna e flora brasileira do século XVIII**. São Paulo: Fundação Emílio Odebrecht, 1986.

ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII**, São Paulo, EdUSP, 1999.

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no Século XVIII**. Portugal: Universidade de Évora, 2000.

CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARVALHO, Rómulo de. **A física experimental em Portugal no séc. XVIII**. Lisboa: ICALP, 1982.

_____. **A astronomia em Portugal no século XVIII**. Lisboa: ICALP, 1985.

_____. As ciências exatas no tempo de Pombal. **Brotéria**, Lisboa, v. 114, n. 5, p.215-232, 1983.



_____. **A História Natural em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação, 1987.

COELHO, Geraldo Mártires. Linguagem e utopia: figuras do discurso civilizacional pombalino na Amazônia. In: Seminário Landi e o Século XVIII na Amazônia, 2003, Belém. **Anais eletrônicos**. Belém: 2003. Disponível em: <www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/transmissao.pdf>. Acesso em: 16/05/2008.

COELHO, Mauro Cezar. **A diligência do saber**: uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CORSI, Pietro. Décrire ou classer? Taxonomie au XVIIIe. siècle. In: SCHAEER, Roland (Dir.). **Tous les savoirs du monde**: encyclopédies et bibliothèques, de Sumer au XXe. siècle. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1996.

DOMINGUES, Ângela. **Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII**: política, ciência e aventura. Lisboa: Secretaria Regional de Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugal, 1966.

HAZARD, Paul. **O pensamento europeu do século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Um súdito capaz no Vale Amazônico (ou Landi, esse conhecido)**: um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LINNAEUS, Carolus. **Systema Naturae**. 2. ed. Stockholm: Kiesewetter, 1740.

MARCGRAVE, Georg; PISO, Willem. **Historia Naturalis Brasiliae**. Amsterdam: Elzevier. [1648] 1948.

MEIRA Filho, Augusto. **Landi, esse desconhecido**. Rio de Janeiro: Conselho. Federal de cultura. 1976.

MELLO Júnior, Donato. **Antonio José Landi**. Arquiteto de Belém, percussor da arquitetura neoclássica no Brasil. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. **Antônio José Landi (1713-1791)**: um artista entre dois continentes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PAPAVERO, Nelson et al. A História Natural no Tempo de Landi. In: Seminário Landi e o Século XVIII na Amazônia. 2003, Belém: **Anais eletrônicos**, 2003. Disponível em: <www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/texto2.zip>. Acesso em: 28/01/2010.

_____. **Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

PAPAVERO, Nelson; PUJOL-LUZ, José Roberto. **Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Editora da UNISC, 1999.



QUEIRÓS, Dom frei João de São José. **Memórias de D. frei João de São Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará**, Porto: Tip. da Livraria Nacional, 1868.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, supl., p.969-992, 2001.

RUDNICK, M. J. S. The emergence of a visual language for geological science. **History of Science**, Cambridge, v.14, p.149-195, 1976.

SÉRGIO, António. O Reino Cadaveroso. In: **Ensaaios VI**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1946.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista da USP**, São Paulo, v.30, p.108-119, jun.- ago. 1996.

STAFFORD, Barbara Maria. **Voyage into substance**: art, science, nature, and the illustrated travel account, 1760-1840, Cambridge: The Massachusetts Institut of Technology Press, 1984.

TERRAL, Mary. Natural philosophy for fashionable readers. In: FRASCA-SPADA, Marina e JARDINE, Nick. **Books and the sciences in history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 239-254.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VANDELLI, Domenico, **Diccionario dos termos technicos de História Natural**, Coimbra: Officina da Universidade, 1788.



“Salvemos o Brasil da heresia”: analisando os discursos sobre os pentecostais na *Revista Eclesiástica Brasileira* (1941-1971)

“Salvemos o Brasil da heresia”: analyzing the discourses about pentecostals in the *Revista Eclesiástica Brasileira* (1941-1971)

Augusto Diehl Guedes
Mestrando em História
Universidade Passo Fundo
augustodguedes@hotmail.com

Recebido em: 02/11/2017

Aprovado em: 30/11/2017

Resumo: No presente, o Brasil apresenta-se como um referencial do pentecostalismo no mundo, dado principalmente pela presença de inúmeras igrejas e fiéis. O crescimento destes grupos, que se deu principalmente a partir de meados do século XX, (re)configuraram o campo religioso brasileiro. Diante disso, nos perguntamos como o catolicismo romano, matriz religiosa com destaque no país, se posicionou diante da expansão e consolidação de tais igrejas. Assim, nos propomos a analisar os discursos de agentes do clero católico nacional veiculados pela *Revista Eclesiástica Brasileira* entre 1941-1971, período de sua fundação, até o final de seu segundo período editorial. A escolha desta fonte dá-se pelo fato de a revista ter-se apresentado como um meio fundamental para a (in)formação e a comunicação de sacerdotes católicos dispersos pelo território brasileiro. Para tal, mobilizamos algumas questões referentes à análise do discurso, com o fim de compreendermos estas dinâmicas que permearam as relações entre catolicismo e pentecostalismo.

Palavras-chave: Catolicismo, Pentecostalismo, *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Abstract: At present, Brazil presents itself as a referential of Pentecostalism in the world, mainly due to the presence of countless churches and faithful. The increase of these groups, which occurred mainly from the mid-twentieth century, (re)configured the Brazilian religious field. In view of that, we ask how Roman Catholicism, a religious matrix with prominence in the country, positioned itself before the expansion and consolidation of these churches. Thus, we propose to analyze the discourses of agents of the national catholic clergy advertised by the *Revista Eclesiástica Brasileira* between 1941-1971, period of its foundation until the end of its second editorial period. The choice of this historical source is due to the fact that the magazine has presented itself as a fundamental means for the (in)formation and communication of catholic priests dispersed throughout Brazilian territory. For that purpose, we have mobilized some questions related to discourse analysis, in order to understand these dynamics that permeated the relations between Catholicism and Pentecostalism.

Keywords: Catholicism, Pentecostalism, *Revista Eclesiástica Brasileira*.



Considerações iniciais

Lançando olhares sobre o campo religioso brasileiro nos deparamos com seu caráter plural, um campo compósito por diversas matrizes que se instalaram e configuraram nestas terras novas formas de crer e agir sobre o mundo. Desde as múltiplas nações indígenas que aqui estavam, ao acréscimo do catolicismo ibérico que vem na companhia do colonizador, juntamente do judaísmo, dos protestantes das mais diversas denominações, os africanos que para cá foram trazidos a força, o espiritismo e tantas outras matrizes nos evidenciam essa pluralidade latente.

Posta esta complexidade religiosa, compreendemos que a dinâmica deste campo religioso está configurada como um espaço de disputas e relações de poder (BOURDIEU, 2007, p.58). Desta forma entendemos que, como os demais campos (político, econômico, social), o campo religioso é marcado pela disputa do mercado religioso, que por sua vez consiste na oferta de bens de salvação pelos agentes religiosos. Esses agentes religiosos são pessoas encarregadas da produção desses bens de salvação (padres, pastores, pais de santo, rabinos, entre outros) e buscam ampliar sua atuação sobre o campo, pretendendo sua total dominação.

Assim sendo, buscamos em nosso trabalho compreender qual a postura adotada pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) diante do crescimento e dispersão das igrejas pentecostais pelo Brasil. Para isso tomamos a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) como nossa fonte, uma vez que a mesma apresenta-se como um importante meio de (in)formação e comunicação do clero católico nacional. Nosso recorte, entre os anos 1941-1971, deve-se ao fato do início da veiculação de revista, bem como o final de seu segundo período editorial, o que se dá concomitantemente a um silenciamento sobre a temática na revista a partir de 1973.¹

Para nos ajudar em nossa leitura, partimos do referencial de Eni Orlandi (1996, 2009) sobre Análise do Discurso, com algumas considerações de Michel Foucault (2002). Também nos pautamos nos estudos de François Hartog (2014) e de Roger Chartier (1991) sobre a questão das representações, da construção do Outro e de suas implicações pragmáticas.

Algumas considerações acerca do campo religioso brasileiro: um olhar sobre católicos e pentecostais no século XX

Dirigindo-nos para a compreensão das duas matrizes por nós analisadas no cenário brasileiro em questão, entendemos que o contexto no qual se insere a ICAR a partir de 1930 fora marcado por algumas questões. Inicialmente tivemos a declaração do Papa Pio XI que tornou

¹ O presente artigo é resultado de nosso trabalho GUEDES, Augusto Diehl. **“O Brasil vai para a heresia”**: os discursos católicos sobre o pentecostalismo na *Revista Eclesiástica Brasileira* (1941-1972). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.



Nossa Senhora Aparecida como a Padroeira do Brasil (1930) e a construção da estátua do Cristo Redentor (1930). Para a inauguração, 45 bispos de diversas regiões do país se reuniram no Corcovado. Aproveitando-se da ocasião, Dom Sebastião Leme (1882-1942), arcebispo do Rio de Janeiro, juntamente com os demais bispos, entregou ao presidente Getúlio Vargas uma lista com as reivindicações do Episcopado ante a uma nova constituição. Isso representava, naquele cenário, a aproximação do Episcopado perante o governo para a discussão do estatuto da ICAR dentro da nação (BEOZZO, 2007, p.362-367).

Ainda, neste quadro, a atuação católica na política se manifestou através da criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1932, com o intuito de lutar pelos interesses do catolicismo no país com pautas como a indissolução do matrimônio, o ensino religioso nas escolas e a capelania nas forças armadas. Para dar sequência ao trabalho da LEC após 1934, criou-se a Ação Católica Brasileira, um veículo de ação permanente composta por leigos católicos com estrutura nacional (BEOZZO, 2007, p.397).

Em julho de 1939 realizou-se o Concílio Plenário Brasileiro. O Episcopado Brasileiro, pela primeira vez na história, reuniu-se para tratar dos problemas enfrentados pelo catolicismo no país. Desta feita, o Concílio representa não somente o reconhecimento da importância da ICAR no Brasil pela Santa Sé, como também a união e convergência dos esforços para uma maior atuação a nível nacional. A partir dos debates travados, foram criadas três comissões para trabalharem os seguintes temas: o protestantismo, o espiritismo e a questão social (BEOZZO, 2007, p.408).

Foi neste contexto, percebendo a necessidade de um maior vínculo entre os membros do clero nacional, que em 1941 a *Revista Eclesiástica Brasileira* foi fundada pela Editora Vozes, vinculada a Ordem dos Franciscanos, em Petrópolis/RJ. Seu propósito era ser uma revista que possibilitasse a comunicação entre a instituição, Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), e seus clérigos, e que conseguisse alcançar a maior parte dos sacerdotes, teólogos, professores e lideranças do clero no Brasil.

A esse respeito, o lema escolhido para representar o periódico: “revista do clero, feita pelo clero, para o clero” (REB, 1941, p. 03) nos aponta para a proposta deste veículo inicialmente, ao passo que também nos direciona para as necessidades sentidas pelo clero nacional: a falta de unidade e articulação da ICAR a nível nacional, ao que se soma o incentivo à produção intelectual dos clérigos e novas leituras da realidade religiosa brasileira. Posteriormente, o público alvo fora ampliado, atingindo também agentes de pastoral, líderes comunitários, estudantes e público em geral.



A REB teve em sua condução dois redatores no período estudado. Primeiramente, com Frei Tomás Borgmeier (1941-1952), quando se deu o período de “consolidação do periódico como principal órgão teológico do clero nacional (SCHLENKER, 2016, p.2414). Borgmeier teve apoio de importantes membros do Episcopado Brasileiro, como o Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e de Dom José Gaspar d’Afonsecae Silva, o que permitiu maior visibilidade da revista no cenário brasileiro (ANDRADE, 2012, p. 70). Sua saída da Revista teria se dado por “motivos pessoais”, querendo se dedicar com mais afinco aos estudos da entomologia. Dando continuidade aos trabalhos realizados na editoria da REB, assumiu Frei Boaventura Kloppenburg. Esse foi o redator entre os anos de 1953 e 1971.

Salientamos que apesar da REB não configurar-se como “porta-voz da CNBB”, era reconhecida pela mesma como o órgão oficial da ICAR no país, o que confere importância e autoridade àquilo que a mesma veiculava (CABRAL, 2015, p. 43).

Ao final de sua gestão, Frei Kloppenburg dividiu a direção da revista, entre os anos de 1970 e 1971, com o Frei Leonardo Boff. A saída de Kloppenburg se deu, segundo os registros, pelos embates travados neste período com seu colega de editoração. Isso se deve ao fato de que Kloppenburg e seu conservadorismo eram contrários à postura da Teologia da Libertação defendida por Leonardo Boff.

Voltando-nos para o cenário católico percebemos que a década de 1950 foi marcada também pela criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1952. Nessa perspectiva, houve a preocupação do Vaticano, por meio do Monsenhor Giovanni Montini (futuro Papa Paulo VI – 1963-1978) em promover uma instituição que fosse capaz de ampliar a influência católica no país (KORNIS; MONTALVÃO, 2001, p. 1526).

No âmbito de América Latina destacamos a fundação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em 1955, que teria possibilitado uma “tomada de consciência” por parte do episcopado acerca dos problemas da sociedade latino-americana (PIERRARD, 1982, p. 268). A Conferência apontou os pretensos quatro maiores inimigos do catolicismo na América Latina: o protestantismo, o comunismo, o espiritismo e a maçonaria. Nessa conjuntura de preocupação com a América Latina e com o Brasil, o Papa João XXIII criou no Brasil 32 dioceses e seis províncias eclesiásticas, bem como nomeou 67 novos bispos (SOFIATI, 2016, p. 127).

O Concílio Vaticano II (1962-1965), que se destacou pelas reformas que trouxe à ICAR (missas em línguas vernáculas, a leitura da Bíblia pelos leigos, a questão do ecumenismo), colaborou para a consolidação da prática ecumênica da CNBB. Beozzo apresenta que este foi o primeiro



Concílio realmente universal da ICAR, dado que em sua composição havia representantes dos cinco continentes (SOFIATI, 2016, p. 135). Conforme Souza, o principal propósito da ICAR com este concílio era o olhar para fora (*ad extra*), ou seja, apresentar-se a serviço da humanidade, olhando para as condições e realidades que os diversos grupos humanos apresentam. Com este Concílio, a ICAR se pretende muito mais aberta ao diálogo (inclusive ecumênico ao contemplar a liberdade das denominações religiosas no campo civil) e com uma ação muito mais preocupada com as situações vivenciadas pelas comunidades, inclusive as periféricas (SOUZA, 2005, p. 30-32).

O Concílio foi seguido pela 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, realizada em Medellín, Colômbia, no ano de 1968, e que se preocupou em aplicar o Concílio Vaticano II na região. Acerca disso, consideramos que nessa Conferência se delinearam algumas diretrizes da Teologia da Libertação e, pela primeira vez, as consequências das estruturas do capitalismo na América Latina foram denunciadas pela ICAR (SOFIATI, 2016, p. 127-128).

No que concerne às leituras sobre o pentecostalismo, em sua maioria, o distinguem em três períodos, momentos de implantação e desenvolvimento das igrejas, sendo que para este trabalho apenas as duas primeiras nos interessam². A “primeira onda” é a que caracteriza a sua chegada ao Brasil (1910), trazida por imigrantes que entraram em contato diretamente com o pentecostalismo nascente nos EUA e com predominância na região norte do país, com a Assembleia de Deus (Belém/PA) apesar da concentração da Congregação Cristã no Brasil (CCB) em São Paulo. Uma de suas marcas é a ênfase no adventismo e na *glossolalia* – batismo com o Espírito Santo (FRESTON, 1994, p. 70-72). Esta onda também é conhecida como Pentecostalismo Clássico.

A “segunda onda” foi marcada pela fragmentação do campo pentecostal. Por volta das décadas de 1950 e 1960 surgiram diversos grupos, principalmente na região de São Paulo, em um contexto de forte urbanização e da formação de uma sociedade de massas. A primeira delas foi a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ-1951), que veio dos EUA. Na sequência temos a Igreja O Brasil Para Cristo (OBPC-1955), tida como uma versão mais “brasileira” da Igreja Quadrangular, e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA - 1962), dentre outras. Outra característica deste momento, conforme Freston (1994, p. 70-72), seriam as agências de curas divinas (cultos e cruzadas com finalidade evangelística nos quais as curas e milagres são buscados tanto pelos fiéis quanto pelos sacerdotes). Destacamos também para o período a Igreja Pentecostal de Nova Vida (IPNV), fundada no Rio de Janeiro (a única fora do estado de São Paulo) pelo missionário, posteriormente

² Os autores que trabalham com esta compreensão são: FRESTON (1994), MARIANO (2014) e SIEPIERSKI (2008).



bispo, Walter Robert McAlister. A instituição da igreja está ligada ao seu programa de rádio “A Voz de Nova Vida” (ROLIM, 1985, p. 54-55).

Outras tantas igrejas surgiram nesse entremeio e muitas outras posteriormente. Uma vez que nosso trabalho se estende até o início da década de 1970, escolhemos as igrejas com maior número de membros para aqui situar. A influência do pentecostalismo também atingiu as igrejas consideradas “históricas”, como luteranos, presbiterianos, batistas, metodistas e congregacionais. Isso ocasionou cisões internas e deu origem a igrejas chamadas de “renovadas” ou “restauradas” (ROLIM, 1985, p. 59).

Diante do cenário aqui exposto, o campo religioso brasileiro em suas transformações e dinâmicas foi marcado também pelo embate entre católicos e pentecostais, uma vez que ambos disputaram crescer e ampliar sua influência na sociedade brasileira, com a adesão de novos membros.

Os autores dos discursos: os intelectuais católicos da *Revista Eclesiástica Brasileira*

Posto o contexto no qual nossas fontes se situam, cabe-nos perceber quem são os autores que veicularam artigos, comunicações, notas e comentários na REB. Ao considerar os escritores, vamos olhar para estes no período com o qual estamos trabalhando e não em sua atuação posterior. Faz-se pertinente considerar, conforme Foucault (2002, p. 61), quem são esses agentes de fala, ou seja, “qual é o *status* dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?”. Nesse sentido, contribui para esta discussão, pensar estes sujeitos que falam por meio de suas publicações na revista que não existe discurso sem um agente que o faça, e que este, por sua vez, possui uma ideologia que é manifesta por meio de seu discurso (ORLANDI, 2009, p. 47).

Para tal apresentamos na sequência os intelectuais católicos que dentre as suas publicações encontramos alguma consideração sobre os pentecostais ou que se silenciaram sobre esses na revista, bem como em qual das sessões da REB as veiculações se localizam.



Tabela 1 - Mapeamento das veiculações da REB - 1941-1973

Autores	Artigos	Comunicações	Assuntos Pastorais	Crônicas Eclesiásticas	Documentação	Total
Abdalaziz de Moura	01	-	-	-	-	01
Agnelo Rossi	07	03	-	01	-	11
Aloísio Lorscheider	-	01	-	-	-	01
Bernardo G.Haanappel	01	-	-	-	-	01
Boaventura Kloppenburg	-	04	-	-	-	04
José Comblin	01	-	-	-	-	01
LibérioBassetto	-	01	-	-	-	01
P.L.	-	01	02	-	-	03
SNF	-	01	-	-	-	01
Sem autor ³	-	03	01	01	02	07
TOTAL	11	14	03	02	02	31

Fonte: tabela produzida pelo autor.

Consideramos que dos nove autores listados, oito possuem formação para o sacerdócio católico. A formação em Teologia e Filosofia se destaca no currículo destes intelectuais. Assim, o desenvolvimento destes sujeitos enquanto pensadores está atrelado a uma vida religiosa na ICAR. Foucault pondera sobre esses sujeitos o que observamos aqui. Eles são sujeitos que questionam, interpretam, discursam “segundo uma certa grade de interrogações explícitas [...], segundo um certo programa de informação”(FOUCAULT, 2002, p.58). Além disso, sublinhamos os estudos realizados em centros de formação europeus, com destaque para a cidade de Roma – emblemática para o catolicismo mundial, o que denota que esses intelectuais possuem contato com outras partes do clero internacional possibilitando novas leituras e a adoção de posturas, a partir do diálogo com outros intelectuais, para a realidade religiosa que vem se configurando no cenário brasileiro. Destacamos também que dentre eles, cinco trabalharam com o ensino, o que indica seus interesses

³ Classificamos aqui todas as veiculações em que não há uma autoria declarada e diante disso optamos por vinculá-las à própria Revista Eclesiástica Brasileira e seus editores.



em discutir temas de relevância para o Catolicismo no país, uma vez que atuaram junto à formação e capacitação, tanto do clero quanto de leigos.

São esses intelectuais que em sua militância católica e atuação enquanto professores, sacerdotes, pensadores, escritores, apologistas, pregadores, contribuíram, por meio de suas pesquisas sobre o tema, relatos de experiência pastoral, com a instrução, o debate e a formação de clérigos e leigos vinculados à ICAR, para uma compreensão, interessada e nada imparcial, acerca do pentecostalismo no Brasil. Cabe lembrar que tudo isso se desenvolveu em um contexto que o outro grupo (pentecostais) crescia, principalmente a partir da adesão de ex-católicos e num quadro em que várias práticas católicas são repensadas dentro da ICAR.

Após a observação de todas as veiculações na REB que versam acerca do pentecostalismo, percebemos que existiu uma postura para esta questão entre os anos de 1941-1961, ou seja, antes do Concílio Ecumênico Vaticano II, com a predominância de um discurso católico mais apologético, prosélito, muitas vezes agressivo e ofensivo aos crentes pentecostais, e, num segundo momento, posteriormente ao Concílio, 1966-1971, com uma perspectiva muito mais ecumênica, menos teológica e mais direcionada para os estudos com base também nas Ciências Sociais e da Religião. Assim sendo, dividimos nosso trabalho de análise em dois momentos de reflexão. Pontuamos que entre os anos de 1961-1966 não teve nenhuma veiculação acerca do pentecostalismo. A tônica da revista neste momento se direcionou para os preparativos e os acontecimentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

Conhecendo os *pentecostistas*: os primeiros discursos acerca deste *outro* pentecostal (1941-1961)

Neste primeiro momento, isto é, de 1941 até 1961 destaca-se a atuação de Agnelo Rossi na publicação de artigos sobre a temática do Protestantismo. Até o ano de 1945, não verificamos nenhuma publicação sobre a temática do pentecostalismo. Nos artigos *Catolicismo e Protestantismo nos Estados Unidos da América do Norte* (1941), *Por que Missões Protestantes na América Latina?* (1943) e *A Ação Católica e a opinião dos Protestantes no Brasil* (1943) existem um silenciamento sobre as igrejas pentecostais.

Com base nisso, nos lançamos à seguinte pergunta: para Rossi, os pentecostais não seriam protestantes? Esta dúvida descartou-se com sua publicação no ano de 1945. O *Protestantismo no Momento Atual Brasileiro* é a primeira veiculação da REB a citar os pentecostais. No artigo, Agnelo Rossi discorreu sobre luteranos, presbiterianos, batistas, metodistas, congregacionais, adventistas, episcopais, mórmons, anglicanos, salvacionistas e também os “pentecostistas”. Nesse sentido citamos parte do discurso de Rossi, que ponderou



Os *pentecostistas* são, presentemente, os mais ardorosos proselitistas. Em 1932 eram 13.000 os “língua de fogo”, ao passo que, em 1943, suas fileiras já agrupavam 55.000 pentecostais. O crescimento é rápido. Os novos elementos são recrutados, com relativa facilidade, nas camadas obscuras, ínfimas e ignorantes das outras seitas protestantes ou do espiritismo. [...] É notável o crescimento entre os pentecostistas. Os pentecostais exigem, além do batismo de água, o do Espírito Santo. Quem conseguir ser assim batizado, torna-se impecável. Sei de um preso, que cometeu as maiores imoralidades, e as atribui blasfemamente ao Espírito Santo, pois que foi batizado no Santo Espírito. As reuniões pentecostistas, mescla de vozerio desconexo e de promiscuidade imoral, têm reclamado, não raramente, a intervenção policial (ROSSI, 1945. p. 30-31).

Para embasar seu discurso Rossi lançou mão daquilo que entendemos por interdiscurso, ou seja, ele se utilizou de outro texto, produzido por outro sujeito, para dar sentido a sua discursividade. Compreendemos que o interdiscurso consiste na “relação do discurso com uma multiplicidade de discursos”, com aquilo que em outros momentos já foi dito (ORLANDI, 2009, p. 80). Outro ponto que pode ser aqui assinalado é a intertextualidade, isto é, a “remissão de um texto a outros textos para que ele signifique” (ORLANDI, 1996, p. 259) que é uma das marcas daquilo que entendemos por discurso teológico. Rossi também fez uso do discurso de um periódico batista para tecer suas considerações sobre os pentecostais e ao trazer outro discurso para seu texto conferiu ao mesmo maior credibilidade.

Outro ponto que nos chamou a atenção é o termo “línguas de fogo” que faz referência explícita ao texto bíblico de Atos dos Apóstolos que é utilizado pelos pentecostais para afirmar sua doutrina no batismo no Espírito Santo, mas também um ponto que integra a identidade destes enquanto pentecostais.

Ainda, apesar de reconhecer o rápido crescimento das igrejas pentecostais, Rossi afirmou, em outras palavras, que os aderentes ao pentecostalismo não são católicos, e sim membros de outros grupos protestantes ou espíritas, marcados pela “obscuridade” e “ignorância”. Neste ponto, sua fala é reveladora de duas questões: primeiro o seu desconhecimento visto que, tanto espíritas quanto protestantes crescem, ao passo que o número de católicos no Brasil cai. Não descartamos que protestantes e espíritas tenham aderido ao pentecostalismo, mas a principal migração de fiéis se dá do catolicismo, o que talvez para Rossi seja “vergonhoso” de admitir; segundo, o seu preconceito em relação aos crentes, não somente pentecostais, mas também de outras matrizes religiosas.

Deve-se destacar também a sua leitura sobre o batismo no Espírito Santo, tida como obrigatória para pertencer à comunidade e que tornava o fiel “impecável”. E para isso, citou um “testemunho”, ou seja, um fato que viria comprovar aquilo que ele estava afirmando. Pelas leituras que realizamos nunca encontramos uma leitura como a feita por Rossi, de que o supostamente



“batizado no Espírito” seria impecável, o que nos mostra um conhecimento muito superficial, naquele contexto, sobre os pentecostais, apesar de compreendermos que são as primeiras reflexões sobre o pentecostalismo e que esta leitura também poderia possuir um propósito de gerar desconfiças nos leitores em relação a estas igrejas.

Na mesma edição da REB, março de 1945, outra publicação se destacou devido a sua temática: *A Glossolalia no Novo Testamento*. Neste artigo, o Pe. Bernardo Gaspar Haanappel discorreu sobre o fenômeno bíblico que é tão caro aos pentecostais. Ao iniciar seu discurso, o autor assinala que a *glossolalia* ou o “dom de línguas” é um dos carismas mais “notáveis e interessantes” que podemos encontrar na Bíblia (HAANAPPEL, 1945, p. 51). Segundo ele, a *glossolalia* foi uma promessa feita por Jesus Cristo para a sua igreja, e que este, além de outros sinais sobrenaturais, teriam sido manifestos nos períodos mais primevos do Cristianismo como um meio para se “espalhar a fé” (HAANAPPEL, 1945, p. 52).

O seu texto, marcado pela utilização do Latim, quer mostrar a erudição do autor, bem como trazer consistência ao seu discurso enquanto teólogo. O autor empreende-se em uma defesa de uma concepção da *glossolalia* que em muito, para não dizer em sua totalidade, se assemelha a como interpretada e defendida pelos pentecostais, principalmente ao insistir neste carisma como uma comunicação com Deus, com o intuito além da “edificação” do fiel e da comunidade, mas também de louvar a Deus, consistindo num dom sobrenatural e não em um “vozerio desconexo” como assinalou Rossi na publicação anterior.

Ressaltamos que não há uma defesa explícita do pentecostalismo entre os protestantes, mas sim a defesa de uma prática cristã. Cabe aqui também destacar que não observamos nenhum outro autor que teria publicado um contraponto a Haanappel ou uma crítica a sua leitura, o que nos possibilita pensar que os demais autores e leitores concordassem com a postura do autor, ou que por mais que discordassem não possuíam argumentos tão embasados quanto os dele, ou que preferiram se silenciar diante de um tema polêmico como este, pois entendemos que ao se fazer uma defesa desta questão também, consequentemente, se faz uma defesa das crenças pentecostais. Evidencia-se, portanto, como a REB traz visões que em muitos casos são díspares, e até mesmo contrárias uma a outra, como nestes casos.

No período entre os anos de 1945 e 1951 não verificamos nenhuma outra publicação que abordou a temática dos pentecostais no país. No ano seguinte, 1952, a REB publicou o primeiro artigo cujo assunto foi exclusivamente o pentecostalismo. Publicado em dezembro daquele ano, Agnelo Rossi buscou discutir em *O Pentecostismo no Brasil* um esboço sobre o pentecostalismo no



país, sua origem nos EUA, e um enfoque às Assembleias de Deus (AD) e a Congregação Cristã no Brasil (CCB).

O motivo pela publicação de tal artigo é evidenciado logo na sua introdução: “com uma frequência impressionante recebemos pedidos de colegas no sacerdócio para escrever algo mais desenvolvido sobre o pentecostismo e outras seitas do Brasil” (ROSSI, 1952, p. 767). Sendo assim, a publicação possui um fim de informar o clero católico brasileiro sobre os pentecostais e também nos apresenta uma demanda, resultado de uma preocupação destes sacerdotes ante as novas questões que se colocam no campo religioso brasileiro.

O artigo está dividido em dez tópicos, pelo que destacamos alguns. Em sua narrativa, Rossi lega aos missionários que trazem dos EUA a doutrina pentecostal para o Brasil um caráter dúbio, uma vez que acerca deles apresenta questões como a falsidade e a mentira, dado que possuiriam interesses de criar grupos dissidentes nas igrejas protestantes em que se inseriam. Nesse ponto, a retórica da alteridade está estabelecida, ou seja, o outro está sendo enunciado como diferente (HARTOG, 2014, p. 243) e essa diferença está não somente nas ações, mas também no caráter destes missionários.

Na sequência, descreve-se uma reunião de oração numa casa de uma crente que supostamente estaria possesa por um demônio e, depois disso, teria sido batizada no Espírito Santo. O autor utiliza agora da descrição, ao valer-se do testemunho do reverendo batista. Neste caso entendemos que essa narrativa é um ponto importante na retórica da alteridade. Segundo Hartog, essas descrições nos “fazem ver e fazem ver um saber: têm olho como ponto focal [...]. É, pois, ele que faz crer que se vê e que se sabe, é ele que é produtor de *peithó*, de persuasão: eu vi, é verdadeiro” (HARTOG, 2014, p. 243). Seguindo na descrição das orações, misturadas com cânticos e demais manifestações espontâneas Rossi (1952, p. 771) reitera que “dava para atordoar a qualquer que não tivesse juízo forte”. Enquanto isso, a fiel Nazaré “começou a tremer e, com um som confuso, a falar um embaralhado muito feio, a cantar coisas desentendidas, inclusive um tango”. Tanto o reverendo batista que está a descrever, quanto Rossi que o cita, compreendem este momento como uma loucura coletiva, tendo na direção os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren (fundadores da Assembleia de Deus) e também a “D. Celina”, que entendemos se tratar de Celina de Albuquerque, a primeira brasileira que teria recebido o batismo no Espírito Santo, segundo a narrativa oficial das ADs. Ao fim do ritual, Rossi pontuou que devido a estas doutrinas esse grupo de pessoas foi excluído da Igreja Batista local, fundando em 18 de junho de 1911 a Assembleia de Deus.



Ao abordar o *Desenvolvimento do Pentecostismo no Brasil* os números apresentados por Rossi agora são que de em 40 anos os pentecostais chegaram a cerca de 150.000 adeptos no Brasil. Para explicar o crescimento das igrejas pentecostais, ele lista alguns fatores, dentre eles: “ao espírito essencialmente proselitista (para não dizer logo fanatismo) dos seus membros [...] à ignorância religiosa, [...] à facilidade de ordenar pastores e dirigentes do culto, [...] à parte ativa que as mulheres tomam no movimento” (ROSSI, 1952, p. 773). Dentre os pontos ressaltados é pertinente observar que o autor não mencionou motivos referentes ao catolicismo, como a ausência ou parca atuação da ICAR em várias regiões do país. Rossi tornou evidente que os motivos são a participação dos fiéis de forma ativa na comunidade e a questões ligadas a religiosidade popular.

Na sequência, o autor nos exhibe algumas terminologias pelas quais os pentecostais são conhecidos e referenciados no Brasil, a saber: “glórias, aleluias, crentes, rodadores, línguas, línguas de fogo, pedra-ume, tremedores” (ROSSI, 1952, p. 775). Essas representações das igrejas pentecostais fazem referência tanto a expressões idiomáticas dos pentecostais, principalmente nos momentos de culto (glórias e aleluias) e alguns termos que designam gestos que ocorrem nas celebrações religiosas, como rodar, marchar, pular.

Pontuando sobre o *Método de trabalho dos pentecostais*, Rossi (1952, p. 781) salientou que a estratégia destes missionários era, ao chegar a uma cidade, procurar outras igrejas evangélicas e dentro delas pregar a doutrina pentecostal. Reunindo um bom número de seguidores fundavam uma nova Assembleia de Deus e empenhavam-se numa campanha agressiva contra a igreja da qual haviam saído.

Ao final de seu artigo, Rossi apresentou alguns números das duas principais igrejas pentecostais no Brasil: a Assembleia de Deus, com cerca de 1609 congregações (templos) e aproximadamente 100 mil membros, e a Congregação Cristã no Brasil, com 662 templos e que no ano de 1948 teriam realizado no país 9187 batismos.

Desta forma, compreendemos que esta publicação, apesar de se tratar de uma leitura inicial é um ponto de partida interessante para a (in)formação do clero. Isso nos leva ao questionamento de qual a perspectiva que este clero adotará para com os pentecostais no Brasil? Percebemos que a tônica do combate e do desrespeito ao outro está posta.

As publicações que se seguiram entre os anos de 1952 até 1968 nos apresentaram leituras mais pontuais: ou são casos e relatos de sacerdotes em sua vida pastoral ou pequenas comunicações



de, em média, três páginas. Entre as publicações, sublinhamos algumas aqui⁴.

Em 1955, um sacerdote da cidade de Cruz Alta/RS relatou de suas experiências com a questão do decréscimo dos católicos em *Salvemos o Brasil da Heresia* como ele tem utilizado o “método moderno do terço e da catequização nas famílias” (PL, 1955, p. 425). Em seu texto, o preocupado sacerdote exclama

A pilhagem é simplesmente de causar pavor. Saqueiam os lares católicos e levam as melhores presas. [...] Cada mês a safra das heresias no campo católico é estuporante, é de dilacerar as vísceras. O açougueiro do bairro já frequenta o templo metodista. O fotógrafo faz mais de ano que ingressou na seita adventista. No arrabalde funcionam quatro centros de umbanda, fora os centros do espiritismo e fora as igrejas pentecostais, metodistas e adventistas e outras. Meus senhores, o fim do mundo. (PL, 1955, p. 425).

Neste trecho, além de empregar uma linguagem carregada de analogias, o autor mostra-se perplexo ao constatar a diversificação dos grupos religiosos presentes numa cidade do interior. Ou seja, há um aumento na oferta de possibilidades no campo religioso que permite aos sujeitos ingressar em outros grupos que melhor lhe correspondem dentro de suas necessidades.

Com a aproximação do Concílio Ecumênico Vaticano II este assunto começou a se refletir também na REB. Observando publicações que tratam da temática do ecumenismo e do protestantismo, não encontramos nenhuma em que as igrejas pentecostais fossem mencionadas.

Para finalizar este conjunto de publicações selecionamos uma nota pequena, mas de importância simbólica para o contexto. No ano de 1961, comemoraram-se os 50 anos das Assembleias de Deus no país e a celebração foi mencionada pela revista.

O Maracanãzinho se tornou teatro para toda a espécie de concentrações heréticas. Além de pentecostais e umbandistas, agora é um tal Pastor Roberto que convoca o público para uma mensagem carismática sobre milagres e curas, com oração especial pelos enfermos [...]. Dia 25 de junho realizou-se ali uma grandiosa comemoração, isto é, muita discursaria, cantoria sacudida e dois minutos de oração espontânea gritada conjuntamente, em homenagem ao cinquentenário da Assembleia de Deus no Brasil. Acorreram cerca de 40.000 pessoas, na maioria gente simples dos subúrbios do Rio, superlotando desordenadamente as galerias do Maracanãzinho. [...] Havia grande confusão entre os que se comprimiam e saltavam pelas arquibancadas, sem ligar para os oradores que não se podiam ouvir por mau funcionamento dos alto-falantes. A única nota de brilho e piedade foi dada pelo conjunto coral de 1.500 figuras, vestidas de capa azul, executando sofrivelmente três cantos religiosos. Depois o desfile das bandeiras dos Estados, e os acordes de uma banda de Madureira! Das autoridades anunciadas, havia só representantes. Mais um pastor da Suécia e outro dos Estados Unidos. [...] Não há dúvida que essa demonstração da Assembleia de Deus, apesar de suas falhas, nos deve envergonhar e servir de estímulo. Significa de fato um zelo e dinamismo que muitos católicos nem de

⁴ Dado que possuímos limite de páginas para a publicação, tivemos de, arbitrariamente, selecionar algumas veiculações, deixando outras de lado, entretanto, sem prejudicar nossa análise.



longe possuem: como em cinquenta anos cresceram esses crentes para quase 500.000 que são hoje (aumentando na média uns 27 por dia) com capelinhas por todo o nosso interior! (SNF, 1961, p. 688).

Inicialmente a nota, que não possui a identificação do autor, somente por sigla, comunicou aos leitores sobre as reuniões realizadas por um tal “Pastor Roberto”. Por todas as descrições fornecidas (carismático, cultos com ênfase em curas e milagres) compreendemos que se trataria do Bispo Walter Robert McAlister fundador da Igreja Pentecostal de Nova Vida no Rio de Janeiro, o que nos direciona para a expressividade que este sujeito começou a ter com suas reuniões que congregavam milhares de pessoas no Rio de Janeiro.

Quanto à cerimônia de comemoração do cinquentenário, o autor não poupou (des)qualificativos para a mesma. Como lemos no trecho anterior, podemos perceber que a questão da alteridade ficou bem acentuada: em tudo os pentecostais são diferentes aos católicos. Desde a sua liturgia tida como “desorganizada” e mal feita, a falta de autoridades e do prestígio por parte delas, inclusive no que concerne à demonstração dos seus membros, que “deve envergonhar e servir de estímulo” aos católicos. Em todos os momentos o autor deixou transparecer o lugar de sua fala, e nesse sentido, ao usar de expressões sobre pentecostais a partir da ICAR é que possibilitou uma leitura marcadamente desprestigiada e preconceituosa em relação ao outro.

O que fala uma Igreja que se quer ecumênica? Os discursos no pós Concílio Vaticano II

Como já discurremos, durante o período de realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) a REB se voltou para este grande evento para o catolicismo romano. Diante deste novo quadro que começou a se desenhar buscamos perceber se o discurso sobre os pentecostais brasileiros sofreu alguma alteração. Como nosso recorte vai até o final de 1971, percebemos menos veiculações (inclusive pelo período ser menor), mas notamos que as publicações agora feitas possuem maior consistência, ou seja, antes, tínhamos várias publicações com menos de cinco páginas, agora a média é de quinze, o que nos apresenta discussões mais densas sobre o assunto.

O primeiro trabalho nesta nova conjuntura foi o do redator da revista, Frei Boaventura Kloppenburg. Sob o título de *O Fantástico Crescimento das Igrejas Pentecostais no Brasil*, publicado em setembro de 1966, Kloppenburg (1966, p. 653) trouxe novamente para a discussão um tema que há cinco anos havia ficado de lado. Iniciando sua comunicação, o frei assinalou que dentre os protestantes no país, quem mais cresce são os pentecostais, e como ele mesmo definiu, este crescimento é “fantástico”, destacando que atualmente representam “75%!” dos evangélicos brasileiros.

Com um aumento de 3000% de adeptos, os pentecostais se destacam neste cenário religioso



brasileiro. Diante disso, Kloppenburg, a partir de William Read, dividiu este campo pentecostal em três grupos. O primeiro deles é a Assembleia de Deus, pelo que considerou que em 1930, a AD já contava com 14 mil membros. No ano de 1966 eram cerca de 1,1 milhões de brasileiros que se declaravam assembleianos.

O segundo grupo, por sua vez, é a Congregação Cristã no Brasil, que para o autor fora fundada em 1909 na colônia italiana de São Paulo por Luigi Frascrescon. Ao pontuar a evolução do número de membros e de congregações o autor marca que em 1966 ela reunia cerca de 350 mil membros e 2500 igrejas espalhadas pelo país. Kloppenburg (1966, p. 654) buscou evidenciar as diferenças para com as ADs, e sublinhou que a CCB nunca recebera dinheiro do exterior, que faziam suas orações ajoelhados, o uso do véu para as mulheres, a não remuneração dos ministros, o batismo por imersão, a *glossolalia* que não requer interpretação, a organização local “livre e espontânea”, o não envolvimento na política, dentre outras.

O terceiro grupo é das igrejas “Pentecostais independentes”. O surgimento delas aconteceu por volta de 1950 em São Paulo, pelo que salientou a figurado Pastor Manoel Melo com o “movimento da ‘tenda divina’ (‘HolyTent’), conhecida como Cruzada *Brasil para Cristo*, que dispõe agora de 1.100 igrejas organizadas” e com mais de 1600 pastores e aspirantes ao pastorado. Somam-se a essa as seguintes igrejas

A Cruzada Nacional de Evangelização (atualmente dirigida por Jorge Russel Faulkner, também na base de “tendas divinas”), Cruzada de Nova Vida (tendo à frente o Pastor canadense McAlister, que trabalha principalmente no Rio), a Igreja da Renovação (com muitos elementos da Igreja Batista), a Igreja da Restauração (dirigida pelo Pastor Elmir Guimarães Maia), o Reavivamento Bíblico (com Mário Lindstrom, em Tucuruvi, SP), o Evangelho Quadrangular Pentecostal, o Cristo Pentecostal da Bíblia, a Igreja Pentecostal Unida, a Igreja Evangélica Pentecostal, a Igreja Pentecostal Jesus Nazareno, etc. Todos eles juntos (incluída a Cruzada Brasil para Cristo) têm agora, em 1966, 449.000 membros plenos. (KLOPPENBURG, 1966, p. 654).

Até aqui a leitura de Kloppenburg, que se faz a partir de um pesquisador que teve várias publicações sobre o tema (William Read), parece-nos ser muito mais com o sentido de compreender a situação que se apresenta no campo religioso brasileiro na década de 1960. Sua leitura, que realçou os novos grupos que estavam surgindo, demonstrando a fragmentação do campo pentecostal e a emergência de inúmeras novas denominações somado a marca do “evangelismo de tendas”, se assemelha muito as leituras que se farão a partir do final do século XX, principalmente por sociólogos da religião, que denominaram este segundo momento do pentecostalismo no Brasil de “segunda onda” (FRESTON, 1994, p. 72).



No cenário brasileiro, o autor também considerou que São Paulo era a “capital pentecostal do mundo: ‘mais de 250.000 pentecostais de todos os tipos se reúnem à noite dos domingos em São Paulo para glorificar a Deus e n’Ele se alegrar’.”(KLOPPENBURG, 1966, p. 654). Essas ponderações de Kloppenburg nos permitem considerar que neste cenário, em que os pentecostais já estão consolidados, um reconhecimento do culto pentecostal como um culto a “Deus”, e, a partir de então, de um objetivo muito mais detido em compreender o pentecostalismo, para orientar a ação pastoral diante da realidade. Comparado com suas outras publicações, o seu discurso nos parece menos agressivo e apologético.

Desta forma, o escritor ainda ponderou doze motivos para o crescimento das igrejas pentecostais no Brasil, acentuando muito mais aspectos sócio-culturais, sendo elas: a miscigenação da população que se abre mais facilmente à diversidade religiosa, a emocionalidade dos cultos pentecostais, o analfabetismo de cerca de 55-65% da população, a expectativa deixada pelo catolicismo de uma “religiosidade miraculosa e mística”, a questão do pastor ser um representante do “patrão”, figura importante para muitas comunidades, a urbanização e o abandono destes migrantes, do êxodo rural, o apelo de uma vida melhor, a integração na vida comunitária, os ministros leigos e o envolvimento missionário dos membros (KLOPPENBURG, 1966, p. 655).

E novamente, com base em Read, Kloppenburg citou algumas posturas a serem tomadas em relação a esta conjuntura. Primeiramente a busca da prática de evangelização, “descobrir” um novo tipo de apelo para conquistar as pessoas, ordenar ministros no “nível popular”, trabalhar mais nas “áreas populares”, um método de evangelização que seja “bíblico, paulino, espiritual e aceitável para os tempos atuais”, aprender a treinar líderes para a criação de “comunidades vivas e eficientes”, todos os membros se tornarem participantes na comunidade eclesial e a reestruturação das Igrejas “no sentido de ser suficientemente adaptável às novas áreas populares suburbanas”. Assim sendo, as mudanças a serem observadas para a ICAR apresentam-se para nós como um reconhecimento do trabalho exitoso dos pentecostais, isto é, uma aceitação da pluralidade religiosa, vinculada ao Concílio Vaticano II, e um método a ser adotado para uma instituição que vem perdendo fiéis a cada dia.

Dois anos depois, o Padre José Comblin publicou na edição de março o seu artigo intitulado de *Para uma Tipologia do Catolicismo no Brasil*. Neste, a proposta foi traçar uma tipologia do catolicismo brasileiro de uma perspectiva ecumênica que pretendia compreender as manifestações da religiosidade popular, a partir do “espírito conciliar” do Vaticano II. Para o autor, “existem apenas diferentes sistemas de tradução do cristianismo em condições concretas de vivência humana” e nessa perspectiva, “uma atitude verdadeiramente ecumênica levar-nos-á a aceitar o diálogo com



todas as manifestações históricas do cristianismo. Nisso ecumenismo e atitude científica concordam plenamente” (COMBLIN, 1968, p. 49).

Sendo assim, o autor organizou o seu texto com base em três pontos: a estrutura europeia, a estrutura africana e a estrutura ameríndia. No ponto da estrutura europeia, Comblin dividiu-a em outros três: Catolicismo medieval, Catolicismo moderno e Cristianismo contemporâneo. E inserido no terceiro ponto que Comblin refletiu acerca dos pentecostais. Em seu discurso sobre “o pentecostalismo” iniciou considerando a Assembleia de Deus como sinônimo deste. Apesar da AD ser a maior igreja pentecostal do Brasil, isso não se justifica. Em seu texto também pontuou que o crescimento do pentecostalismo “é sensacional nas massas suburbanas principalmente”, destacando São Paulo como a “capital mundial do pentecostalismo” e os três milhões de brasileiros que são adeptos do pentecostalismo (COMBLIN, 1968, p. 69).

Para Comblin (1968, p. 70), a conversão dos fiéis foi algo tão notório que se manifestou numa vida de abstinência dos “prazeres e das distrações profanas”, bem como na formação de uma comunidade com fortes vínculos entre seus membros e sob “o controle vigilante e ciumento dos pastores”.

Na sequência, José Comblin utilizou-se de outras leituras (de sociólogos não citados) para compreender o crescimento dos pentecostais no país. Para o autor, um dos motivos a ser considerado foi a

[...] aspiração a uma reintegração moral por parte de muitos elementos não integrados nos cânones morais da cidade. Perderam as normas da sociedade rural. Fizeram na cidade experiências de dissolução moral. Querem a salvação dessa desintegração. A pregação fornece-lhes novas razões de viverem. Por outro lado, as comunidades fraternais restituem uma vida social aos isolados dos subúrbios. O homem que vem do campo sente a solidão da grande cidade que não o ajuda. [...] O apoio está na comunidade dos crentes. (COMBLIN, 1968, p. 70).

Nesse sentido, o discurso de Comblin (1968, p. 70) pronuncia-se a partir de uma leitura com base científica da sociedade. Após ponderar que a maioria dos pentecostais uma vez fora católica, finalizou seu artigo lançando indagações para que outros estudiosos pesquisassem sobre a área de expansão do pentecostalismo, quais os obstáculos e os fatores que possibilitaram seu crescimento.

Mais dois anos se passaram e novamente a REB veiculou um artigo sobre a temática. Em *O Pentecostalismo como Fenômeno Religioso Popular no Brasil*, Abdalaziz de Moura propôs-se a discutir um conceito que é muito mais amplo da forma como vinha sendo apresentado. Para o autor, o pentecostalismo encontrava-se na sua quarta fase de desenvolvimento. A primeira foi quando surgiram as reuniões de oração, a segunda, quando da formação dos grupos e das primeiras igrejas,



a terceira, da consolidação destes grupos e a quarta fase foi a penetração na ICAR e em outras igrejas protestantes, tais como Luterana, Metodista e Presbiteriana (MOURA, 1971, p. 78).

Esta discussão possuía o propósito de colaborar para “todos os que buscam maneiras dos pobres se evangelizarem”. Desta maneira, o pentecostalismo está sendo entendido pelo autor como um “fenômeno religioso popular”, ou seja, “um conjunto de normas e crenças que determinam tal tipo de comportamento, tal modo de pensar e agir, tal relacionamento com Deus e com os homens entre as massas populares” (MOURA, 1971, p. 78). A isso, Moura acrescentou que a “classe social à qual pertencem os seus adeptos – os pobres, os marginalizados, o operariado, a classe C, os oprimidos” (MOURA, 1971, p. 78-79).

Por essa perspectiva, o autor refletiu sobre quatro “fenômenos religiosos populares” e propôs uma análise comparativa entre o “Catolicismo Tradicional Popular”, os “Cultos afro-brasileiros”, o “Pentecostalismo” e a chamada “Evangelização Popular”. Assim, Moura ao discorrer sobre o pentecostalismo, apontou a necessidade de muitos estudos dado que até o momento existiam poucas leituras sobre. Para ele, “de modo bastante original, o Pentecostalismo aproveitou elementos dos dois fenômenos anteriores, aprofundou-os e deu uma conotação mais cristã” (MOURA, 1971, p. 81), sendo os dois fatores anteriores o catolicismo popular e as religiões afro-brasileiras. Salientou também o seu notável trabalho na evangelização e sublinhou que os que até aqui estudaram o assunto concordam que o pentecostalismo possui “limitações profundas e não correspondem à maneira mais correta do cristianismo” (MOURA, 1971, p. 81), que para ele, entre os fenômenos populares, foi a “Evangelização popular”, ainda em fase de desenvolvimento, vinculada à experiência das Comunidades Eclesiais de Base.

Num segundo instante, Moura discutiu os “fatores e elementos de evolução”, com base numa relação por ele estabelecida entre crença e comportamento. O primeiro ponto foi a crença na continuidade dos pretensos dons do Espírito Santo e em como este dirigia a Igreja, o que produziria entre os pentecostais “coragem, confiança e zelo apostólico” (MOURA, 1971, p. 83). O segundo foi a sua concepção acerca de Jesus Cristo, entendido como o “libertador”, aquele que dá a vida, cura os doentes e dá a “vitória sobre o demônio, o vício e a maldade” (MOURA, 1971, p. 83).

Por sua vez, o terceiro ponto da veiculação tratou da igreja, destacando seus fortes laços de convívio e unidade e a responsabilidade missionária que todo membro tem para com ela. Com base nisso, os pentecostais se lançaram a evangelização de forma notória. O autor também considerou a autonomia das igrejas locais no pentecostalismo e a sua suficiência financeira diante das igrejas estrangeiras (MOURA, 1971, p. 85). Somado a isso o autor observou a liturgia marcada pela



emocionalidade e espontaneidade, sem o crivo de sensores externos e a centralidade da Bíblia nas cerimônias. Além do estudo da Bíblia, o Batismo e a Eucaristia constituíam-se em momentos importantes para estes grupos (MOURA, 1971, p. 84).

No tópico seguinte o autor realizou uma análise comparativa. E a primeira questão que julgou comum a todos os quatro fenômenos foi a pobreza. Em sua leitura, Moura sublinhou que “mais importante do que as crenças e o comportamento é a situação social de todos. Em grande parte é a situação social que determina o comportamento e a confissão religiosa. [...] A pobreza é o sinal de igualdade na equação dos fenômenos religiosos populares” (MOURA, 1971, p. 86). Para o crescimento destes grupos, o autor expôs a migração das populações do meio rural e a urbanização, e diante deste quadro, as igrejas pentecostais lograram êxito uma vez que conseguiram responder aos anseios destes grupos de migrantes. Para Moura

Na comunidade pentecostal, o pobre encontra quem o valorize, o chame pelo nome, procure um emprego ou ajude-o financeiramente, etc. Mas não é só isso, pois os cultos afro-brasileiros também o fazem. Existem ainda outros elementos: Há um encontro pessoal com Deus, há uma descoberta da Bíblia, há um experiência de comunidade cristã, há uma harmonia conjugal que se adquire, há um abandono dos vícios, uma promoção social, uma integração da mulher, em síntese há uma conversão e mudança de vida. O vazio e a insegurança das massas encontram uma resposta que as igrejas estabelecidas, nem os outros grupos religiosos populares puderam dar (MOURA, 1971, p. 87-88).

Nota-se o reconhecimento de Moura para os cultos pentecostais diante destes grupos que vão conformando novas realidades para os centros urbanos. Mais uma vez, as explicações se dão a partir duma ótica que se quer científica, dado que pretende realizar uma leitura mais histórica e sociológica destes grupos do que religiosa e dogmática.

A última questão que o autor refletiu em seu artigo foi o que ele entendia por “alienação” dos três primeiros fenômenos da religiosidade popular. Para ele, a acusação de que a alienação dos pentecostais os afasta do engajamento político deve ser posta ao outro grupo também. O autor considera que esse fato é interessante para a manutenção do poder das “elites” políticas e econômicas do país e está vinculado diretamente a concepção escatológica das igrejas pentecostais em esperar o reino vindouro de Jesus Cristo. E nessa perspectiva, para um pentecostal, “se o mundo está próximo do seu fim e é Jesus quem vai trazê-lo pronto, por que então se preocupar com as coisas do mundo? Não adianta, nem vale a pena. É tempo perdido” (MOURA, 1971, p. 90). Ao encerrar seu artigo acentuando que inúmeras questões estão abertas para a discussão, o autor reiterou a necessidade da ICAR e de outras igrejas protestantes, se querem evangelizar os pobres, atentar para o trabalho já desenvolvido neste campo pelos pentecostais.

Faz-se interessante constatar que, por meio da leitura de Moura, apenas os pobres aderem



ao pentecostalismo. Outro tópico é a generalização que o autor fez em relação ao campo pentecostal. Como já mencionado, na própria revista e nos estudos por nós analisados, a igreja O Brasil Para Cristo possui envolvimento claro com a política, inclusive com a eleição de deputados federais. O discurso de Moura possuía um claro interesse: refletir sobre novas formas de evangelização para a ICAR, principalmente a partir da atuação das Comunidades Eclesiais de Base, com a finalidade de uma igreja mais atuante na sociedade.

Postas estas discussões sobre os dois períodos por nós analisados apresentamos alguns dados ponderados na tabela a seguir que nos permitem constatar as diferenças entre os dois conjuntos de forma mais evidente.

Tabela 2 - Comparação dos conjuntos das publicações da REB (1941-1971)

	1941- 1961	1966 - 1971
Características apontadas	Ardorosos proselitistas, promíscuos, ignorantes, “camadas obscuras da população”, falsos, dissimulados, perversos, cultos que “atordoam qualquer um que não tivesse juízo forte”, fanáticos, “tiririca que medra”, alucinadores, histéricos, desordeiros, desrespeitosos, apóstatas, não sendo bem vistos pelos demais protestantes, calvinistas, hereges, agressivos, inimigos da nação.	Fantástico crescimento, “movimento das tendas”, o culto que é prestado a Deus, marcado pela emotividade, a substituição da figura do “patrão” pela do pastor, abstinência dos “prazeres e das distrações profanas”, comunidade com fortes vínculos entre seus membros e com a instituição, composta principalmente por pobres e marginalizados, cristãos que “não correspondem à maneira mais correta do cristianismo”, crentes corajosos e proselitistas, solidários entre si, alienados politicamente, devotos da Bíblia, orações espontâneas.
Terminologias utilizadas	“pentecostistas”, “línguas de fogo”, “roladores”, “glórias”, “aleluias”, “crentes”, “rodadores”, “línguas”, “pedra-uma”, “tremedores”, “assembleias tremiliqueiras”, “onda herética”, “igrejolas” e “pentecostais”	“Fenômeno religioso popular”, “seita”, “pentecostais”
Principais igrejas pentecostais citadas	Assembleia de Deus Congregação Cristã no Brasil Igreja Pentecostal de Nova Vida	Assembleia de Deus Congregação Cristã no Brasil Igreja do Evangelho Quadrangular Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo Igreja Pentecostal de Nova Vida
Autores	Agnelo Rossi, Aloísio Lorscheider, Bernardo Gaspar Haanappel, Boaventura Kloppenburg, LibérioBassetto, P.L. e SNF.	Abdalaziz de Moura, Boaventura Kloppenburg, José Comblin.

Fonte: tabela produzida pelo autor.



A partir da tabela e das leituras realizadas evidenciamos algumas questões. Podemos perceber que a tônica dos discursos deixou de ser a do apologista que combate as “seitas heréticas”, dentre as quais se enquadram as “igrejolas pentecostais”, e se desloca em direção à compreensão destes grupos a partir de postulados mais voltados para outras áreas do conhecimento (Sociologia, História, Ciências da Religião) que não a Teologia (dogmática e apologética).

Não descartamos ainda um fim de “compreensão do inimigo” nesta segunda conjuntura, afinal, trata-se de uma revista da imprensa prosélita católica de ampla repercussão ante o clero nacional. Todavia, isso é feito de forma que a alteridade, isto é, o discurso sobre o outro, é suavizada, e o pentecostal passa de “vilão” para o papel de “professor”, ou seja, aquele que pode ensinar um novo caminho para a “marcha do catolicismo” no Brasil, principalmente no que tange a atuação dos leigos na instituição e o intenso proselitismo, pontos tão destacados nas publicações.

Analisando as características conferidas aos pentecostais e suas comunidades, reconhecemos uma mudança, uma suavização no e do discurso. As terminologias utilizadas também reforçaram esta questão. Notou-se uma diminuição nos termos empregados e também uma alteração, dado que agora deixaram de criar estereótipos sobre o *outro* pentecostal, e passaram a reconhecê-lo como tal, apesar de ainda ser uma “seita”.

Devemos lembrar aqui também que representações incutem em ações, ou seja, a forma como os pentecostais são apresentados ao leitor católico contribuiu para a formação do imaginário católico sobre esse *outro*. Contribui para esta discussão o que asseverou Chartier (1991, p.176), ao pensar as sociedades e as relações e tensões que as constituem, que não existe “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”. E é a partir disso, ou seja, dessas representações legadas ao *outro*, na tentativa de dizer quem o *outro* é, que as ações de combate são empreendidas, inicialmente via discurso, mas não descartando outras formas de violência e intolerância, como podemos verificar no primeiro bloco de questões. Sendo assim, as representações justificam e impulsionam a tônica do discurso empregado.

Dentre as igrejas pentecostais, diversas foram citadas. A mais recorrente foi a Igreja Assembleia de Deus, seguida da Congregação Cristã no Brasil, o que sem dúvida se relaciona ao maior tempo de atuação no país e ao maior número de fiéis. No segundo contexto, vemos mais igrejas pentecostais sendo mencionadas, o que nos indica a fragmentação que se desenvolveu no campo pentecostal brasileiro na década de 1950, bem como sua expansão. São referidas a Igreja do Evangelho Quadrangular (ou Cruzada Nacional de Evangelização), a Igreja O Brasil Para Cristo e



a Igreja Pentecostal de Nova Vida. Além destas, de maior expressão nacional, outras igrejas pentecostais foram apresentadas nos discursos.

Por conseguinte, podemos aquilatar uma mudança no discurso católico entre os dois contextos como já ponderamos acima. Não obstante, os discursos evidenciam uma linha em comum, ambos reconhecem o esforço prosélito pessoal dos pentecostais como fator para o crescimento das igrejas pentecostais no Brasil, e passam a tomar estes grupos em consideração no momento de pensar suas ações pastorais. Assim, as transformações provocadas no campo religioso brasileiro pela atuação dos pentecostais também repercutiu de forma marcante nos discursos da Igreja Católica Apostólica Romana, por meio da Revista Eclesiástica Brasileira, entre os anos de 1941 e 1971.

Considerações finais

Durante nosso trabalho buscamos discutir e analisar os discursos católicos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) entre os anos de 1941 e 1971 acerca do Pentecostalismo no Brasil, objetivando compreender qual a postura adotada por clérigos católicos diante destes *outros* que atuaram no país, no caso, os pentecostais.

Considerando sobre os discursos da REB, os classificamos em dois grupos, o primeiro entre 1941 e 1961, anterior ao Concílio Vaticano II, e o segundo, entre os anos de 1966 e 1971. Notamos que no primeiro instante, os discursos sobre o *outro* são marcados pelo “combate ao inimigo”, com um discurso ofensivo, agressivo e com um fim didático e apologético, ou seja, ao mesmo tempo que busca ensinar ao clero nacional, faz-se também uma defesa das pretensas verdades da fé católica. Já o segundo conjunto de veiculações assinala uma mudança nos discursos publicados. Com base no ecumenismo defendido pelo Concílio Vaticano II, os intelectuais que agora publicam, além de serem outros, somente Boaventura Kloppenburg permanece, a postura adotada por eles também é outra. Nesse novo contexto que se delineia, o comportamento é muito mais de compreensão e reconhecimento do *outro*, com um caráter didático que se volta para aprender sobre e com os pentecostais. Todavia, o caráter de um grupo sectário ainda mantém-se, marcadamente pobre e marginalizado, entre outras tantas características citadas pelos autores, já elencadas anteriormente.

Sendo assim, observamos que o crescimento “fantástico” das igrejas pentecostais no Brasil, principalmente a partir da década de 1950, preocupou o catolicismo brasileiro, o que se evidenciou nas mais de trinta publicações sobre o tema que buscaram alertar e informar os sacerdotes católicos e demais leitores da REB, bem como assegurar a posição da ICAR diante da sociedade brasileira,



por meio da apologética empreendida por alguns sacerdotes. E nesse sentido, diversas representações foram utilizadas com o intuito de desprestigiar as igrejas pentecostais no país. Contudo, outro discurso se apresentou a partir de 1966, com o objetivo de compreender o diferente, para que novas posturas fossem pensadas dentro da ICAR rumo à evangelização dos pobres e o acesso às camadas menos assistidas da sociedade.

Em vista disso, esse trabalho apresenta-se como uma contribuição para a compreensão das dinâmicas interreligiosas entre católicos e pentecostais no Brasil e apontamos para a necessidade de novos trabalhos que contemplem como que o discurso católico da REB se manifestou em relação a outras matrizes religiosas e também o contrário, quais são os discursos produzidos por pentecostais sobre o catolicismo romano.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Solange Ramos de. **O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)**. Maringá: Eduem, 2012.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**. 4.ed. O Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007, Tomo III, Vol. 11.p. 337-421.
- BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (Coord.). **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CABRAL, Bruna Marques. **“Do Clero e para todo o Clero”**: a Revista Eclesiástica Brasileira e a Reforma Agrária (1950-1964). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, p.173-191, 1991.
- COMBLIN, José. Para uma Tipologia do Catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 28, fasc. 01, p. 46-73, mar. 1968,
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994
- GUEDES, Augusto Diehl. **“O Brasil vai para a heresia”**:os discursos católicos sobre o pentecostalismo na Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1972). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- HAANAPPEL, Bernardo Gaspar. A Glossolalia no Novo Testamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 05, fasc. 01, p. 51-66, mar. 1945.
- HARTOG, François. Uma Retórica da Alteridade. In:_____. **O Espelho de Heródoto**: Ensaio sobre a representação do outro. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 243-289.



- KLOPPENBURG, Boaventura. O Fantástico Crescimento das Igrejas Pentecostais no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 26, fasc. 03, p. 653-656, set. 1966.
- KORNIS, Mônica; MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: ABREU, Alzira Alves de. et.al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1526-1534.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MOURA, Abdalaziz de. O Pentecostalismo como Fenômeno Religioso Popular no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 31, fasc. 01, p. 78-94, mar. 1971.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso religioso. In: _____. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. 4.ed. Campinas: Pontes, 1996. p. 239-262.
- _____. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. p.268.
- P.L.. Salvemos o Brasil da Heresia. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 15, fasc. 02, p. 425-429, jun. 1955.
- REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Abertura. Vol.1, fasc. 01, p. 01-03, mar. 1941.
- ROSSI, Agnelo. A Ação Católica e a opinião dos Protestantes no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 03, fasc. 01, p. 21-36, mar. 1943.
- _____. Catolicismo e Protestantismo nos Estados Unidos da América do Norte. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 01, fasc. 01, p. 230-232, mar. 1941.
- _____. O Pentecostismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 12, fasc. 04, p. 767-792, dez. 1952.
- _____. Por que Missões Protestantes na América Latina?. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 03, fasc. 01, p. 21-36, mar. 1943.
- SCHLENKER, Rodrigo. Breve História da Revista Eclesiástica Brasileira. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 2011. **Anais do V Congresso Internacional de História**. Disponível em: [<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/244.pdf>] Acesso em: 05 maio 2016.
- SIEPIERSKI, Paulo D. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro. In: GUERRIERO, Silas (Org.). **O Estudo das religiões: desafios contemporâneos**. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 71-88.
- SNF. Movimentos Heterodoxos – Assembleia de Deus. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 21, fasc. 03, p. 688, set. 1961.
- SOFIATI, Flávio Munhoz. Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.121-140, 2009. Disponível em: [<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/1320/1056>]. Acesso em: 12 maio 2016.
- SOUZA, Ney. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. **Ciberteologia**, São Paulo, ano 1, vol 2, p.01-34, 2005.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.



Amor e justiça no Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga

Love and justice in Treatise of Natural Law by Tomás Antonio Gonzaga

Bruno Ribeiro da Silva

Graduando em História

Universidade Federal de São Paulo (São Paulo)

brunoribeiro.silva@gmail.com

Recebido em: 29/03/2018

Aprovado em: 21/05/2018

Resumo: Neste artigo, apresento o resultado de reflexões feitas acerca da relação entre Teologia Moral e o direito no século XVIII no mundo ibérico. Mais especificamente, no contexto português. Tais considerações partem de um projeto de iniciação científica no qual analiso a obra *Tratado de direito natural* escrita por Tomás Antônio Gonzaga. Aqui, discuto como o autor relacionou o amor cristão com o exercício e a prática da justiça, bem como a obrigação do cumprimento das leis.

Palavras-chaves: Direito Natural, justiça, amor.

Abstract: In this article, I present the result of reflections about the relationship between Moral Theology and law during in the 18th century in the Iberian's world, more specifically, in the Portuguese context. These considerations are part of a project of scientific initiation where I analyze the work *Treatise on Natural Law* written by Tomás Antônio Gonzaga. Here I discuss how the author related Christian love like a exercise and practice of justice, as well the obligation of law enforcement.

Key-words: Natural Law, justice, love.

Apresentação

Tomás Antônio Gonzaga nasceu em Porto, no ano de 1744. Filho de um magistrado carioca com uma portuguesa, se mudou para o Brasil em 1754, onde estudou no Colégio da Companhia de Jesus, em Salvador. Em 1762, Gonzaga retornou à Portugal para estudar na Faculdade de Leis de Coimbra. Seu *Tratado de Direito Natural* foi escrito nesse período, por volta de 1772. Não há muitas informações a respeito da recepção da obra, mas o fato é que Gonzaga não conseguiu a cátedra de direito da Faculdade de Coimbra e, talvez, sequer tenha conseguido apresentar sua obra. De volta ao Brasil, após a década de 1780, o autor ficou conhecido pela sua



participação no movimento da Inconfidência Mineira e tornou-se uma figura importante da literatura brasileira, sendo suas obras mais famosas as *Cartas Chilenas* e *Marília de Dirceu*.

Sua obra o *Tratado de Direito Natural* foi escrita como tese de um concurso para professores da Faculdade de Leis de Coimbra. A data de produção é incerta, uma vez que permaneceu inédita até 1942, quando foi publicada pela primeira vez em uma edição organizada por Rodrigues Lapa. No entanto, é possível conjecturar que a obra foi produzida entre 1769 e 1777 devido à dedicatória a Sebastião José de Carvalho, então Marquês de Pombal:

Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e seu Ministro de Estado [...]. Suplico pois a V. Exa. se digne aceitar o presente livro, e quando não seja porque assim o mereça o meu pequeno trabalho e o meu grande desejo, seja ao menos porque nisso interessa a pública utilidade, de quem V. Exa. se mostra o mais amante e o mais zeloso. [...] Beija as mãos de V. Exa. O seu mais humilde criado. (GONZAGA, [1769?] 2004, p. 4 – 6).

A obra é dividida em três partes. Na primeira parte, o autor apresentou os princípios necessários para o direito natural e civil; na segunda, os princípios que provêm da sociedade cristã e civil e na última parte ele discutiu o direito, a justiça e as leis. O objetivo de Gonzaga era elaborar o primeiro tratado de direito natural escrito em português, uma vez que foi apenas com os movimentos iluministas europeus, durante o século XVIII, que a língua nacional passou a ser valorizada (HOMEM, 2003). Outro objetivo do autor era corrigir os pensamentos acerca do direito natural, isto é, retomar os princípios católicos e sua concepção de que as leis possuíam fundamento em Deus.

Conforme Gonzaga (2004, [1769?]), durante a Criação, Deus não apenas criou os homens, mas também as leis da natureza e dotou Suas criaturas de um princípio de inteligência capaz de conhecer o bem e o mal. Dessa forma, tornou os homens capazes de reconhecer as leis e segui-las; ou recusá-las. Segundo o autor, a felicidade estaria no cumprimento dessas leis. Ao segui-las, os homens se aproximariam do bem e se distanciariam do mal. O conjunto dessas leis de Deus infundidas no coração dos homens foi o que o autor chamou de Direito Natural.

A concepção de direito natural do autor possui dois princípios: o de ser e o de conhecer. O princípio de ser é a norma das ações; a vontade de Deus. Por isso, este princípio é reto, certo e permanente. O princípio de conhecer é aquele que possibilita saber o que é proibido, ou mandado por direito da natureza. Segundo o autor, este princípio deve ser certo, claro e adequado¹. Para

¹ “A vontade de Deus é que é a norma ou o princípio ‘de ser’ das ações humanas”. A vontade de Deus é, pois, reta, porque não cabe julgamento; certa, pois se intima a todos pelo discurso e razão; permanente, porque a vontade de Deus não se muda, nem mesmo pelo próprio Deus. O princípio de conhecer é uma regra que posta faz conhecer o que é proibido ou permitido por direito da natureza. Este princípio deve ser *certo*, pois de uma regra falsa apenas se



Gonzaga, o princípio de conhecer do direito natural é o amor, pois através dele é possível conhecer tudo quanto a lei determina. Sobre este amor, escreveu Gonzaga:

[...] Deus, sendo um ente sumamente santo, há de querer que nós vivamos felizes; que a felicidade consiste na posse do bem e na privação do mal; e que nós não podemos viver na posse do bem e na isenção do mal, sem ser por meio do amor [...] (GONZAGA, 2004, [1769?] p. 83).

A doutrina desse amor, escreveu o autor, foi entregue aos homens através de Cristo.

Este divino mestre [...] ensinou expressamente que toda a lei dependia de amarmos a Deus com todo o entendimento, com todo o coração e com todas as forças; e ao próximo como a nós mesmos. São Paulo nos diz que toda [a lei] se reduz ao preceito de amarmos ao nosso próximo, concluindo que o amor é o complemento de toda a lei. (GONZAGA, 2004, [1769?] p. 83).

Ao analisar a obra de Tomas Antônio Gonzaga, percebemos que o autor compartilhava de uma concepção de direito com influência da teologia moral em diversos aspectos. Para o autor, o foro externo – jurídico- estava imbricado com o interno, onde se desenvolveriam a consciência pessoal e o amor e, dessa forma, qualquer ato humano, principalmente o fim último, que seria a busca da felicidade, teria uma conotação tanto externa quanto interna. No capítulo IV de sua obra, quando o autor tratou “Das ações humanas”, Gonzaga definiu que são boas as ações conforme a lei natural e más aquelas que se afastarem desta lei. Mas, ponderou, que nem todas receberiam bondade ou maldade da mesma forma: a imputação das ações estava relacionada com a moralidade delas (GONZAGA, 2004 [1769?]). Gonzaga considerava que as ações humanas eram, portanto, morais e, nesse sentido, a justiça também abrangia a moralidade dos atos, tendo em conta principalmente as suas condições e circunstâncias.²

Há, no entanto, um debate bibliográfico acerca do que essas questões, presentes no tratado de Gonzaga, poderiam representar para o mundo português no período das reformas pombalinas. Para alguns autores, Gonzaga seria um conservador em relação a Pombal e teria uma visão jurídica de séculos anteriores; outros, defenderam a ideia de que, apesar de propor uma concepção de direito natural baseada na vontade de Deus, o autor estava conforme o jusnaturalismo moderno, haja vista suas várias citações a Hugo Grotius e Samuel de Pufendorf. Segundo Barbara Alencar

chega a uma conclusão da mesma qualidade; *claro*, porque sendo o direito natural útil a todos, ele deve se acomodar à capacidade de todos; *adequado*, “(...) porque sendo ele uma regra que nos possa mostrar quanto nos é mandado ou proibido, não haverá uma só conclusão ou limitação, que legitimamente se não deduza dela”; (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 78-80).

² Para Gonzaga, o objeto de qualquer ação é a primeira fonte de toda a moralidade, isto é, se o objeto da ação for mau, igual será a ação. No entanto, não basta o objeto ser bom para que igual seja ação, pois as circunstâncias podem fazer a ação má. Nesse ponto, o autor recorreu a Cícero e tratou das circunstâncias *quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando*. Isto significa que deve-se levar em conta a condição e qualidade daquele que age, a quantidade e qualidade da ação, lugar em que a faz, o meio pelo qual se faz, o seu fim, o modo que se faz a ação e quando a faz. (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 64-65).



Ferreira Lessa (2012), Machado Neto classificou o tratado como o primeiro de cunho filosófico na história das ideias jurídicas do Brasil; Nelson Saldanha caracterizou a obra como anacrônica, com forma, métodos e conteúdos de séculos anteriores (LESSA, 2012). Segundo Barbara Lessa, a teoria clássica do direito significava aquilo que é justo, enquanto que na perspectiva jusfilosófica moderna tornou-se uma mera coleção de leis. E disso concluiu que:

[...] a visão de Gonzaga da interpretação da lei é claramente restritiva e dependente da vontade do legislador. [assim] A tentativa de Gonzaga em fundamentar diretamente o direito natural na vontade de Deus não pode ser vista, de maneira alguma, como um retorno a Tomás de Aquino ou a qualquer doutrina jusnaturalista de base aristotélica-tomista. (LESSA, 2012, p. 11-16).

Essa tentativa de classificar o pensamento de Gonzaga parece-me pouco produtiva. Muito provavelmente, o próprio Gonzaga se classificaria como um jusnaturalista moderno. No entanto, isso não exclui haver preceitos do jusnaturalismo clássico em sua obra. Ao mesmo tempo que o autor concebia o direito como uma coleção de leis, o que seria uma característica moderna, ele também não se desfazia da concepção clássica do direito, cujo justo seria dar a cada um o que é seu de direito. Conforme Ronald Polito:

Se Gonzaga não é “iluminista”, tampouco seria admissível compreendê-lo como estritamente escolástico, anti-moderno ou conservador. Em realidade, seu pensamento é muito mais complexo e contraditório do que essas categorias – sempre simplificadoras das configurações ideológicas tal como ocorrem efetivamente – fazem crer. (POLITO, 2004, p. 291).

Tomás Antônio Gonzaga escreveu o único Tratado de Direito Natural do século XVIII, em Portugal, e não esboçou qualquer tentativa racional de sistematização desse direito. (HOMEM, 2003). Para Lourival Gomes (2002), Gonzaga se apoiou em comentaristas menores do direito natural, simulando uma concordância formal com os nomes aceitos na Coimbra pombalina. Enquanto o ministro de D. José I fazia da ilustração o instrumento de construção de uma nova sociedade, Gonzaga teria se utilizado do direito natural para restaurar os fundamentos de uma antiga ordem social que o pombalismo abalara. (GOMES, 2002). Para Rodrigues Lapa, no prefácio da primeira edição publicada do tratado, Gonzaga fez o jogo do poderoso primeiro ministro e se ajustou politicamente ao pombal tendo em vista o cargo de magistrado. (GRINBERG, 2004, p. IX). Aqui, corroboro com a opinião de Keila Grinberg de que esta não é uma questão pertinente para a análise dessa obra, já que o Gonzaga não escreveu mais sobre esse tema depois disso.

Dessa forma, podemos indicar que o *Tratado de Direito Natural* escrito por Gonzaga não se baseava em uma codificação das leis, processo que se iniciou durante o século XVIII. Em sua obra, o caminho para se alcançar o justo era moral e não legalista. Isto quer dizer que, embora o direito divino fosse, por definição, permanente e imutável, a justiça somente seria conseguida por meio de



uma adequação dessas mesmas leis aos casos e circunstância concretas. E essa seria a tarefa do juiz. Segundo Gonzaga, “[...] a interpretação tem um grande exercício na praxe, pois sendo a lei uma regra única, é certo que ela não se pode aplicar a todos os casos que ocorrerem, pois que estes são muitos e diversos.” (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 209, 210).

Assim, a aplicação do justo em casos que não havia certeza, estava na consciência dos juízes.³ Com isso, podemos considerar que o autor compartilhava de uma visão jurídica que segundo Rafael Ruiz indica ser uma característica do mundo ibérico no século XVII, isto é, que “(...) as esferas do público e privado, do jurídico e moral, do externo e interno, não só não estavam ainda separados como estavam intimamente imbricadas” (RUIZ, 2015, p. 12).

Sob a orientação de Rafael Ruiz, minha pesquisa busca expandir o trabalho elaborado pelo Núcleo de Estudos Ibérico. O grupo tem contribuído amplamente para o debate acerca da relação do Direito com a Teologia Moral na administração da justiça na América Hispânica. Aqui, apresentarei a possibilidade da obra de Gonzaga seguir uma relação semelhante, mas no contexto português. Com isso, sigo a hipótese de Rafael Ruiz de que “[...] a colonização da América, durante os séculos XV, XVI, XVII e meados do XVIII, esteve marcada por uma visão prudencialista ou probabilística do direito, muito diferente da visão legalista ou sistêmica da última metade do século XVIII e XIX” (RUIZ, 2015, p. 7).

Contexto português

No final do século XVIII, e começo do XIX, a Europa enfrentou uma sensível mudança no pensamento político. Após a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia, os agentes desse novo cenário precisavam fortalecer suas ideias e aplicá-las em suas sociedades. Um dos caminhos seguidos foi o de negar totalmente o passado. Dessa forma, surgia a necessidade de lançar luz sobre o passado de profunda escuridão; no lugar da religião: a natureza e a razão. Segundo Paul Hazard:

A hierarquia, a disciplina, a ordem garantida pela autoridade, os dogmas que regulam a vida: eis o que os homens do século XVII amavam. Sujeições, autoridade, dogmas: eis o que detestam os homens do século XVIII, seus sucessores imediatos. [...] Os primeiros creem no direito divino, e os outros no direito natural; os primeiros vivem à vontade numa sociedade que se divide em classes desiguais, os segundos sonham só com a igualdade. (HAZARD, 1948, p. 7).

Nesse contexto, o homem tornou-se a medida de tudo; a única medida. Os filósofos do século XVIII buscavam superar a ideia de sociedade baseada em deveres; em seu lugar, aparecia a

³ Tomás Antônio Gonzaga apresenta uma regra geral para as interpretações das leis, isto é, que toda interpretação deve ser feita a favor de quem sente o dano, ao invés de a favor de quem recebe o lucro. Os gêneros de interpretação apresentados pelo autor são a equidade e epiqueia. (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 207-211).



civilização fundada nos direitos individuais, do homem e do cidadão (HAZARD, 1948). O anos de iluminação buscavam acabar com os mistérios, para isso a razão e a ciência.

Era preciso edificar uma política sem direito divino, uma religião sem mistério, uma moral sem dogmas. Era preciso forçar a ciência a que deixasse de ser um simples jogo do espírito, para decididamente se tornar um poder capaz de dominar a natureza; pela ciência, conquistar-se-ia uma felicidade inequívoca. Reconquistado assim o mundo, o homem organizá-lo-ia para o seu bem-estar, para sua glória e felicidade futura. (HAZARD, 1948, p. 9).

Essas mudanças buscavam pôr fim à sociedade que mais tarde fora nomeada de Antigo Regime. Enquanto uma tinha sua força na estabilidade, a outra queria o movimento (HAZARD, 1948). No entanto, para minha pesquisa, cabia questionar como esse movimento se deu na Península Ibérica, sobretudo em Portugal.

Em Portugal, a segunda metade do século XVIII foi marcada pelo aprofundamento da crise do Antigo Regime e ascensão ao trono D. José I. Com a missão de salvar a velha ordem, o novo monarca nomeou Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, como primeiro ministro do rei e o encarregou de promover reformas no Estado, baseadas no ideário ilustrado. O período pombalino foi amplamente estudado como um ponto de virada política, econômica e social. As medidas do novo governo visavam a afirmação do poder régio perante outras monarquias e implementação de maior racionalidade às estruturas administrativas (MAXWELL, 1973; JANCÓS; MACHADO, 2006).

A política pombalina também pôs em marcha um processo de secularização do Estado, cuja tônica das ações era retirar das mãos da Companhia de Jesus o controle da educação. (HOMEM, 2003). O objetivo das reformas era controlar a educação, secularizá-la e padronizar o currículo (FALCON, 1983; MAXWELL, 1996). Uma das medidas tomadas por Portugal foi a extinção das cátedras das escolas jesuíticas e proibição de seus textos nas universidades, “[...] sob a menção de ‘estrágos’ causados pela escolástica jesuítica” (HOMEM, 2003, p. 404). Um desses “estrágos” imputados à escolástica tinha relação com o seu domínio sobre o ensino jurídico, o que teria gerado uma ausência de estudos escritos em português.⁴ Dessa forma, a valorização da língua portuguesa surgia como programa reformista e assumia um caráter “[...] prático de libertação do latim e, simultaneamente, de criação dos instrumentos de interpretação das leis nacionais sem recurso às leis romanas” (HOMEM, 2003, p. 405).

Posto isso, podemos perceber que as práticas pombalinas visavam também intervir no

⁴ Gonzaga sobre isso diz: “Esta falta me pareceu que se devia remediar; pois, sendo o estudo do Direito Natural sumamente útil a todos, não era justo que os meus nacionais se vissem constituídos na necessidade ou de ignorarem ou de mendigarem os socorros de uma língua estranha.” (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 7)



sistema jurídico português. O período representava uma reorientação da doutrina jurídica até então vigente em Portugal, cuja Lei da Boa Razão, de 1769, foi ponto fundamental do período ilustrado. A partir dessa lei, se estabeleceu “[...] como de ‘boa razão’ apenas aqueles princípios que contém verdades essenciais, intrínsecas e inalteráveis [...]” (FALCON, 1988, p. 395).

Conforme Francisco Calazans Falcon (1988), foi apenas sob o governo de D. José I que a modernidade em Portugal se desencadeou como um processo. Para o autor, os países ibéricos entraram no século XVIII “[...] em boa parte cristalizados em suas instituições, com seus costumes e ideias francamente destoantes e defasados em relação aos seus vizinhos” (FALCON, 1988, p. 152-158). O descobrimento das Américas, no século XV e XVI, teria revelado um novo mundo para os Europeus com efeito em diversas áreas da realidade europeia. Na Europa ibérica, sobretudo, houve uma “modernização precoce”, paralela ao descobrimento, que fortalecia a centralização monárquica e o desenvolvimento do absolutismo. “Entretanto, apesar de tais fatores, as estruturas básicas das sociedades ibéricas, inclusive suas formas de pensamento, quase não se alteraram.” (FALCON, 1983, p. 150).

O pensamento moderno teve uma existência breve na península ibérica. Em Portugal, o humanismo renascentista teve vida curta e logo acirrou os ânimos conservadores que barrariam qualquer possibilidade de renovação. A novidade era posta como heresia e, em Portugal, houve um repúdio a tudo que pudesse ser associado ao avanço do espírito matemático e natural, contra uma verdade que não a revelada (FALCON, 1983). Para Richard Morse (1988), esse processo se deu devido a uma opção cultural de matriz moral, intelectual e espiritual. Segundo Morse, “[...] dentro dessa matriz, entre os séculos XII e XVII, foram feitas opções e construídos modelos conceituais que viriam a produzir os diferentes padrões do que chamamos ‘civilização ocidental’” (MORSE, 1988, p. 22).

Durante o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, o mundo ibérico se manteve fiel a essa “modernização precoce” e optou por acompanhar as questões oriundas do fim da Idade Média (MORSE, 1988). Nesse período, o universo jurídico era caracterizado pela presença de diversos ordenamentos legais, em concorrência e em dialética. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, não havia uma única fonte de interpretação das leis. Esse pluralismo de ordenamentos implicava que a legislação régia encontrava-se em relação com outros direitos, como o canônico, costumeiro, romano e com princípios da Lei natural e o direito comum. (RUIZ, 2015; GROSSI *apud* PRODI, 2005). Esse fator demonstra como o mundo ibérico optou pela experiência da



controvérsia, comentário e interpretação para se alcançar uma solução adequada ao caso concreto⁵.

Segundo Richard Morse (1988)

A reação dos filósofos e cientistas “revolucionários” dos séculos XVI e XVII não foi contra o dogmatismo, o primitivismo teológico e o obscurantismo da época precedente, e sim contra o espírito pluralista e não concludente em que eram mantidos os fenômenos observados ou experimentados. (MORSE, 1988, p. 35).

Dessa forma, é possível considerar que o *Tratado* de Gonzaga não estava fora de seu tempo, como escreveu Nelson Saldanha. Apesar de ter sido escrito sob a égide pombalina, a obra pode ser o reflexo de um universo em disputa. Daqui, sigo que Tomás Antônio Gonzaga buscava reforçar a figura régia e apoiava as medidas ilustradas do governo pombalino, mas sem separar o direito das questões morais. Na sua concepção de justiça, o compromisso individual era vínculo necessário para aplicação do justo. Apesar de confirmar a supremacia do Estado português sobre a Igreja, para Gonzaga, a orientação para o agir bem era dada pela Teologia Moral. Ao fim, era nas questões internas que se julgava o certo e o errado. Neste foro, a consciência e o amor cristão guiavam as decisões dos homens. Mas este âmbito interno devia seguir um ordenamento natural, não uma arbitrariedade da vontade individual. Com isso, apresentarei como a bibliografia tem estudado as questões de foro interno, mais especificamente, o amor, no Antigo Regime. Os autores levantados por mim defendem a hipótese de uma concepção amorosa que ordenava as relações sociais, isto é, não significavam uma carência afetiva restrita ao âmbito privado. Para Ronald Polito (2004),

[...] o *Tratado de direito natural* encontra nesse sentimento [o amor] sua justificativa mais plena e sua força principal para se opor a algumas das formas do pensamento jusnaturalista moderno [...] [e] é a partir do sentimento do amor que se torna possível também verificar os projetos inerentes aos textos do autor. (POLITO, 2004, p. 292).

O ordenamento do amor

Nos últimos dois séculos, criou-se uma oposição entre o âmbito público, lugar da racionalidade, e o espaço privado, lugar da emoção, de menor valor. No mundo pós Revolução Francesa faz pouco sentido pensar a organização social sem que as questões de foro íntimo estejam confinadas a um ambiente doméstico. As ligações amorosas de hoje estão confinadas apenas à esfera privada e representam valores que não se aplicam a sistemas políticos. Invariavelmente,

⁵ O mundo ibérico optou pela prática do *mositalicus*. O *mositalicus* buscava a experiência da controvérsia, a dialética, comentário e interpretação para se alcançar a solução mais adequada ao caso em concreto. Por outro lado, havia o *mosgallicus*. O *mosgallicus* foi um modo utilizado para tentar unificar e sistematizar de forma racional o emaranhado de opiniões e pareceres jurídicos que aparentava insegurança acerca dos fundamentos jurídicos. “Tratava-se de uma tentativa de simplificação e divulgação, de maneira que o direito saísse do âmbito fechado dos especialistas, dos glosadores e dos técnicos dos comentários (...)”. “A Península ibérica, apesar das vicissitudes que o *mositalicus* sofreu durante o XVII, manteve-se dentro dessa visão e dessa praxe jurídica e judiciária até a época da codificação (fim do XVIII e começo do XIX)”. (RUIZ, 2015; p. 35-36).



tende-se a acreditar que um destrói o outro (HESPANHA, 2011; CARDIM, 2000). No entanto, o conceito de amor que vigora em nossos tempos tem pouco a ver com o universo amoroso do Antigo Regime. Nesse período, a palavra amor remetia a práticas religiosas, incitava desejos e, por consequência, ações definidas e defendidas pelo universo cristão.

Dentro de uma visão Tomista, baseada na filosofia grega, o amor consistia em uma inclinação interna que orientava para o agir bem (HESPANHA, 2011). Para Tomás Antônio Gonzaga, o amor era o caminho para vida feliz, isto é, longe do mal e próximo do bem. Posto isso, percebemos que Gonzaga se referia a um amor que não tinha relação com carências afetivas ou sexuais, como nos dias de hoje (CARDIM, 2000). Ao recorrer ao amor como forma de conhecer do direito natural, Gonzaga o concebia como uma forma de responsabilidade que cada indivíduo possuía dentro da obra de Deus e do ordenamento da sociedade. Disso, podemos concluir que Gonzaga se referia a um amor conforme a teologia moral. Ao formular uma sociedade sob essa base, o autor se aproximava à teoria social de São Tomás de Aquino, onde o amor desempenhava o papel de ordenamento social.

O amor, novamente, é essa inclinação geral e virtuosa dos homens para viver em sociedade (*affectiosocietatis*). [...] Por tudo que foi dito, o amor é essa meditação através da qual a ordem do mundo logra ser interiorizada em emoções. E é a partir disso justamente que o amor conduz a ação. (HESPANHA, 2011).

Dessa forma, a análise sobre esse amor demonstra a sua relação com a Teologia Moral e como ele representaria um laço individual do homem com Deus e Sua Criação. Os manuais de Teologia Moral possuíam base em obrigações e deveres dos homens para com Deus, entre seus semelhantes e para si. Agir contra estes preceitos era se afastar de Deus e sua obra. Ao mesmo tempo que esse amor indicava um caminho de aperfeiçoamento, ele também indicava uma obrigação, um “imperativo moral” (CARDIM, 2000). De acordo com o teórico do direito Barbas Homem,

No aprofundamento temático das obrigações dos homens para com os seus semelhantes encontramos máximas típicas do pensamento ocidental [tais como] não fazer mal aos outros; dar a cada um o que é seu; viver honestamente. (HOMEM, 2003, p. 413).

No entanto, Gonzaga não apresentou o amor apenas como uma relação do indivíduo com o divino, mas também sob uma perspectiva da justiça. Como vimos até aqui, o pensamento jurídico do século XVIII, possuía uma ampla contribuição da filosofia moral. Dessa forma, podemos inferir que Tomás Antônio Gonzaga seguiu uma tradição que via no Direito Natural a base para aplicação da justiça.

Durante o Antigo Regime, outros pensadores do direito tentaram definir qual seria o



melhor caminho para se alcançar o justo. Conforme Rafael Ruiz (2015), Francisco Bermúdez de Pedraza definia o direito como semelhante ao ar: possuía uma mesma qualidade, mas mudava em relação aos acidentes. Outra metáfora apresentada por Rafael Ruiz é a desenvolvida por Jerônimo Castillo de Bobadilla, cujo direito e a lei eram concebidos na forma de cera, e melhor seria que se adaptassem às irregularidades de cada terreno. O sal foi uma figura utilizada pelo jurista Andrea Barbazza. Ele afirmava que devia existir em todo juiz dois tipos de sais: o sal da consciência e o da ciência. O primeiro seria insípido sem o outro. Segundo Jesus Vallejo (1998), Juan Matienzo utilizou como metáfora a árvore da justiça⁶. Nessa árvore existem três raízes: a ciência, a experiência e o temor a Deus. Mas elas não sustentam a árvore igualmente. O temor a Deus é a primeira raiz, sem a qual a árvore não daria frutos. Aquele que não temesse a Deus e o pecado seria iníquo e incapaz de julgar. Esta raiz era insubstituível e apenas ela seria suficiente para dar um bom fruto. A ciência se fazia necessária a todo aquele que coubesse julgar, pois este deveria conhecer as leis e os cânones. No entanto, essa ciência buscava o homem sábio, que não se alcançaria com o simples estudar, mas com as virtudes. Essa raiz não era o puro conhecimento das leis, mas sua compreensão. Por fim, a caridade era o alimento do solo em que estava enraizado a árvore da justiça. Sem esse elemento imprescindível, a árvore não daria bons frutos. Ou seja, a caridade era, para Juan Matienzo, a plenitude das leis. Não obstante, na falta da ciência, bastaria a caridade para corrigir o dano⁷ (VALLEJO, 1998).

Nessa análise, percebemos que antes do processo de codificação das leis, o direito no mundo ibérico era pensado como adequado a cada caso. Neste contexto, o amor podia surgir como preceito da justiça. Assim, o presente artigo corrobora com a hipótese de Rafael Ruiz de que “O estudo sobre as leis que foram aplicadas na América deveria ser realizado não apenas sobre a legislação específica, mas também sobre as obras dos juristas, tratadistas e teólogos [...]” (RUIZ, 2015, p. 55). Dessa forma, posto as possibilidades jurídicas que surgiam no mundo ibérico, a influência da Teologia Moral e como a semântica do amor estava conforme um ordenamento divino e natural da sociedade, apresentarei como Gonzaga definiu a justiça, as leis e o próprio amor.

⁶ Esta árvore possui nove elementos. “El primerosuelo fecundo y fértil donde ha de arraigar elárbol, lanobleza de linaje o adquirida por própria virtud. El segundo loconstituyenlastresraíces que losustentan, a saber,el temor de Dios, laciencia y la experiencia. El tercero es el tronco, cuyas altura y anchurasimbolizan, respectivamente, laautoridaddel magistrado y su fortaleza, imprescindibleésta para impedir que elárbol se quiebre ante los embates de lospeligrososvientos que soplan desde loscuatropuntoscardinales. El cuarto elemento es lacorteza, hecha de paciencia y de humildad, y el quinto lamédula, que representa laverdad, lafidelidad y el secreto. Las ramas sonlosbrazosdel magistrado, y a ellas se equiparanlos oficiales. Es en esse sexto elemento donde se sitúanlos restantes: las flores de laelocuencia, laafabilidad y lacortesía, lashojas de laprudencia conservadoras del fruto, y por último el fruto mismo de lajusticia y de laequidad”. (VALLEJO, 1998, p. 26).

⁷ “(..) el agua que riega y enriquece elsuelo [es] lacaridad: plenitudo legis est dilectio, laplenitud de laley es el amor, decianlas Sagradas Escrituras; si haycarencias em lascientia, em este elemento radical, radialmente podránsubsanarse”. (VALLEJO, 1998, p. 29).



Com isso, tentarei mostrar que apesar de dedicar sua obra ao Marquês de Pombal e defender preceitos que viriam a ser bandeira do mundo ilustrado, Tomás Antônio Gonzaga possuía forte influência de uma tradição jurídica que via na prudência, na análise de cada caso, a melhor forma de praticar o justo.

Justiça e lei no Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga

No *Tratado de Direito Natural* de Tomás Antônio Gonzaga, tanto a justiça, como as leis, apresentam preceitos que possuem base em uma organização natural do mundo, isto é, elas devem obedecer à uma ordem estabelecida por Deus no momento da Criação. Ao criar o mundo, Deus teria disposto tudo o que seria necessário para viver bem e, com isso, qualquer ação que perturbe essa ordem pode ser condenável. Dessa forma, as leis são vistas pelo autor como uma orientação moral para que o homem aja bem e a justiça como uma virtude que dá a cada um o que é seu por direito. Para definir tais conceitos e defender seus argumentos, Gonzaga desprende de grandes nomes da teologia cristã, como Tomás de Aquino e Santo Ambrósio, o que demonstra, mais uma vez, o seu laço com uma tradição do direito que via no âmbito privado a regra das ações humanas, longe, portanto, da concepção legalista de justiça que triunfaria no século XIX. Vamos ver agora como o autor trabalhou cada um desses elementos.

Tomás Antônio Gonzaga (2004 [1769?]) definiu a justiça como uma virtude que dá a cada um o que é seu⁸. Em seguida, apresentou duas possibilidades de execução. A primeira é quando aquele que ofende tem obrigação de ressarcir o dano ao ofendido; a segunda é quando se dá o que se deve, sem ter obrigação de assim fazer.⁹ Para Gonzaga, quem estiver conforme esta primeira justiça, não ofenderá ninguém; quem estiver conforme a segunda, viverá honestamente. Para o autor, as partes integrantes da justiça são o fugir do mal e fazer o bem¹⁰ e suas potências são: religião, piedade, graça, castigo, observância e verdade.¹¹

A religião é uma virtude pela qual damos a Deus o devido culto. A caridade é a com que nos ajudamos e beneficiamos uns aos outros. A piedade é a com que damos devida reverência à pátria e aos parentes. A graça é a com que retribuimos gratos aos benefícios. O castigo é a com que os superiores punem os delitos dos seus súditos. A observância é a que nos obriga a obedecermos aos preceitos

⁸ Tomás Antônio Gonzaga se utilizou dessa definição elaborada por Peraldo: “Peraldo a define ‘uma virtude que dá a cada um o que é seu’. Esta é na verdade a melhor e a mais conforme à nossa filosofia”. (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 178).

⁹ Neste ponto, Tomás Antônio Gonzaga está seguindo a definição de Grotius. Essas divisões são a *expletrice attributrice*. “(...) *expletrice* é a que dá o que se deve de direito perfeito; e a justiça *attributrice* a que dá o que se deve de direito imperfeito”. (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 179-180).

¹⁰ “As partes integrantes da justiça, conforme Santo Tomás, são ‘fugir do mal e fazer o bem’”. (GONZAGA, 2004 [1769?]p. 180).

¹¹ “Túlio as divide em religião, piedade, graça, castigo, observância e verdade. Explicaremos estas”. (GONZAGA, 2004 [1769?]p. 181).



daqueles a quem somos legitimamente sujeitos. A verdade a que nos obriga a falar como pensamos. (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 181).

A concepção de lei de Tomás Antônio Gonzaga, assim como a de justiça, segue o mesmo preceito de ordem natural. Conforme Gonzaga (2004 [1769?]), a organização da sociedade seguia uma ordem estabelecida por Deus na Criação. Nessa organização, Deus teria dado aos homens o poder de prescrever as leis civis. Porém, estes homens deviam concebê-las conforme uma ordem natural e não segundo sua vontade própria. Essas eram as leis gerais. Para o autor, elas deviam ser honestas; não ofender a utilidade pública; ser possível de seguir; ser promulgada com palavras claras; e elas possuiriam vigência apenas enquanto fossem úteis para a sociedade a que se dirigiam. Esses requisitos deveriam ser seguidos porque, para o autor, Deus não teria dado este poder aos homens para que eles agissem contra o bem comum. Assim, Gonzaga definiu a lei como “[...] uma regra dos atos morais prescritos pelo superior aos súditos para os obrigar a comporem conforme ela as suas ações” (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 183). Aos súditos caberia seguir tais leis, uma vez que elas seriam uma orientação moral das ações. No entanto, uma lei que fosse de alguma forma contra a ordem natural, poderia não ser seguida, haja vista o requisito de que toda lei deveria ser possível, porque “[...] não estando ninguém obrigado aos impossíveis, não será lei o que for de tal qualidade” (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 186).

Além dessa lei geral, Gonzaga também apresentou a lei particular. Segundo o autor (2004 [1769?]), esta lei é uma ordenação da vontade de Deus, “[...] a fonte de todas as [outras leis] e a primeira regra das ações humanas” (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 193). Para definir tal lei, Gonzaga se utilizou de grandes nomes da Teologia Cristã, tais como Santo Agostinho¹², Tomás de Aquino¹³ e Santo Ambrósio¹⁴. E concluiu que a lei particular é a lei natural escrita por Deus em cada homem. Dessa forma, nela não seria possível o desconhecimento, uma vez que Deus teria dado as leis e as condições para se alcançar a felicidade de forma igualitária a todos os homens.

Gonzaga também dividiu a lei natural em lei velha e lei nova. A primeira provém do Antigo Testamento; é a lei dada por Deus aos hebreus. Ela é composta por preceitos morais, cerimoniais e judiciais. Segundo o autor, ainda que tais preceitos não mais obriguem como lei, eles ainda são úteis para o caminho da verdade.¹⁵ A lei nova é aquela que foi ensinada por Cristo. Para Gonzaga,

¹² “Santo Agostinho diz que ela é a vontade de Deus, que manda que se guarde a ordem natural e proíbe que ela se altere. Esta lei é a fonte de todas as mais e a primeira regra das ações humanas”. (GONZAGA, 2004, p. 193).

¹³ “Santo Tomás lhe chama uma participação da lei eterna na criatura racional, pela qual se faz capaz de discernir o bem do mal”. (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 193).

¹⁴ “(...) Santo Ambrósio nos diz que [que essa lei] não se escreve, mas que nasce”. (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 194).

¹⁵ “[no velho testamento] Nós vemos neles uma perfeitíssima recompilação de todos os direitos da natureza. Um compêndio de direito civil em tudo justo, em tudo santo. Uma explicação do ofício dos juizes, das obrigações dos pais e dos filhos; dos ofícios da humanidade para com os pobres e peregrinos.” (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 97).



esta lei é:

[...] muito mais perfeita do que a velha, não enquanto ao seu legislador, mas enquanto ao modo da sua publicação, sua brandura e os seus efeitos. A lei velha foi publicada por Moisés, um puro homem. A nova por um homem-Deus. Aquela era uma lei de terror, esta uma lei de amor; os sacramentos daquela não tinham a eficácia dos sacramentos desta, nem os sacrifícios igual valor. (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 197).

No entanto, toda lei implica uma obrigação. Para Gonzaga (2004 [1769?]), há uma obrigação que é interna e outra que é externa. A primeira obriga em consciência; a segunda, pelo medo do castigo. Gonzaga também se questionou se a lei humana deveria obrigar em consciência. Isto é, se para além da obrigação posta pelo castigo, os súditos também deveriam aceitar as leis, querê-las. Para o autor, melhor seria que as leis tivessem uma aceitação interna e, com isso, concluiu que “[...] a boa razão [...] pede que as leis obriguem no foro da consciência[pois] quem perdesse o temor ao castigo poderia executar quando lhe parecesse” (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 199).

Assim, percebemos que a concepção de amor no tratado de Gonzaga possuía relação com a obrigação interna de seguir as leis, que se dava em consciência. Isto implica que uma lei aceita internamente, de forma amorosa, possuiria maior eficácia, devido à força resultante desse amor. Essa relação amorosa se dava nas leis particulares, o que o autor definiu como a norma das ações. Isso não quer dizer que as leis gerais, civis, podiam ser ignoradas. Ao contrário, elas teriam que ser aceitas no íntimo dos homens. Mais ainda, uma devia estar conforme à outra. No entanto, cabe apontar, que caso uma dessas leis entre em descompasso, é a lei particular, que se conhece pelo amor e se revela ao homem pela consciência, que aparece como o caminho mais seguro de agir bem. Posto isso, falta demonstrar como a teologia moral concebeu o amor, suas possibilidades e sua consequência prática. Também como, e em quais momentos, Tomás Antônio Gonzaga se utilizou de tais preceitos.

Caridade, cobiça e amor ao próximo

Tomás Antônio Gonzaga escreveu que a forma de conhecer do direito natural era o amor. Como vimos até aqui, esse amor estava conforme a teologia cristã, diferente, portanto, de uma concepção amorosa referente a carências afetivas. Na literatura cristã, muitos autores se dedicaram ao tema do amor. Entre eles, o Santo Agostinho. Segundo Hannah Arendt (1997), Agostinho concebia o amor como um desejo. Ao desejar algo, aquele que ama, que deseja alguma coisa, se depara com a cobiça, ou com a caridade. Enquanto a cobiça é o resultado da busca pelo o que é do mundo, a caridade é voltar-se a Deus. Porém, na escolha pela caridade, os homens não se apartam do mundo. No universo cristão, a forma de estar com Deus, e também em sociedade, se concretiza no amor ao próximo. Ou seja, nessa perspectiva, o amor envolve um comportamento



consigo próprio e com o outro. Por isso, Gonzaga o concebeu como parte do direito natural, pois ele implica um compromisso com o mundo criado por Deus que pode levar à ação justa dos homens, entre os homens. Ao pensar o amor como um caminho para se alcançar o justo, Gonzaga não fazia uma abstração do mundo, mas pensava em uma aplicação da justiça que não se baseava em uma codificação das leis. Ainda, para o autor, o âmbito interno, lugar da consciência e do amor, tinha suma importância na interpretação das leis e na sua obrigação. A seguir, apresento como a teologia pensou este tema e como Tomás Antônio Gonzaga o demonstra em sua obra.

Segundo Tomás Antônio Gonzaga (2004), o amor que possibilita conhecer o direito natural foi entregue por Cristo aos homens. Numa perspectiva teológica, esse é o amor-ágape, que significa a graça e a caridade. Conforme, Philippe Marie-Dominique (1999), Cristo veio à terra para aperfeiçoar tudo; um aperfeiçoamento que permite transcender a lei. Esta lei foi dada para que os homens se tornassem virtuosos, para lembrar que o homem é pecador, enquanto que no amor

[...] há um dom pessoal imediato, e uma comunhão se estabelece. A justiça pode servir-se da lei, ao passo que o amor a ultrapassa; [...] não existe escolha na justiça, porque ela concerne todos os homens. A lei não comporta nenhuma escolha: ela é universal; [...] nós a respeitamos. O ágape, ao contrário, implica um vínculo pessoal. (Marie-Dominique, 1999, p. 80-84).

Posto isso, cabe perguntar como o amor-àgape se torna a caridade e a graça. Em seu trabalho acerca do conceito de amor em Santo Agostinho, Hannah Arendt (1997) demonstrou como o bispo de Hipona concebeu este conceito. Para Santo Agostinho, o amor é um desejo (*apetitus*). Desse desejo surgem outros dois conceitos possíveis: a cobiça e a caridade. A diferença entre ambos está no objeto do desejo. Aquele que cobiça, deseja o que está no mundo; aquilo que não possui permanência e está condenado a desaparecer com a morte. Este desejo que gera a cobiça é, portanto, um falso amor (ARENDT, 1997). Dessa forma, a lei “nada cobiçaras” surge como uma exigência para não desejar o mundo, “[...] uma exigência a todo instante presente que Deus enquanto Criador dirige à sua criatura” (ARENDT, 1997, p. 98). Ao escolher a cobiça, a criatura tem a ilusão de ser ela mesma o Criador. Disto surge o pecado do orgulho, uma imitação deformada da elevação divina, isto é, o desejo de fazer do mundo a origem. (ARENDT, 1997) Na luta contra esse desejo de perversão do sentido original da criatura que surge a consciência. (ARENDT, 1997). Esta seria uma forma utilizada por Deus para pôr as criaturas no caminho do Criador. No entanto, o homem no mundo já não experimenta a consciência, mas uma língua estrangeira, que não é a de Deus.¹⁶ O esforço da consciência, portanto, está em relembrar o homem da sua dependência

¹⁶Tomás Antônio Gonzaga apresentou a questão da seguinte forma: “Sendo porém a consciência um tribunal doméstico, que continuamente nos absolve ou nos condena, ela às vezes parece que dorme de tal sorte sobre os vícios, que não raciocina coisa alguma sobre a moralidade das ações. A esta chama o Apóstolo S. Paulo ‘consciência



enquanto criatura e para que este não se acostume ao mundo. Ela coloca o homem frente a Deus, o único juiz capaz de julgar o bem e o mal (ARENDT, 1997). Por isso, para Gonzaga, a consciência era um tribunal doméstico e disso dependia a vida honesta¹⁷.

Em oposição à cobiça, está o amor justo, isto é, a caridade (ARENDT, 1997). Enquanto na cobiça, o homem deseja o mundo e dele se torna escravo; na caridade, ele ultrapassa o que está no mundo, pois seu desejo aspira a eternidade. O objeto do desejo, nesse caso, é aquilo que é imutável e eterno, ou seja, o próprio Deus. Assim, ao escolher a caridade, o homem escolhe o Criador, não a criatura, nem a criação. “Por esta eleição, a criatura compreende que não pertence ao mundo mas sim a Deus” (ARENDT, 1997, p. 95). Dessa forma, ao direcionar o seu desejo para Deus, o homem se esquece de sua vida mundana e encontra a si mesmo (ARENDT, 1997). Esse é um movimento de retorno do homem para a sua origem, um reencontro com o Criador.

Para o cristianismo, a forma de ter uma relação com o mundo, mesmo em ligação com Deus, é através do amor ao próximo (ARENDT, 1997). Mas este amor já não é mais um desejo. O amor ao próximo é um ordenamento. A ordem desse amor fixa aquilo que está acima de nós: o supremo; aquilo que está ao lado: o próximo; e aquilo que está abaixo: o corpo, que constitui o grau mais baixo desse amor. Tomás Antônio Gonzaga (2014 [1769?]) formulou essa questão à partir da relação de dependência entre os homens. Para o autor, o amor mostra que o ente que se ama sempre há de ser superior, igual ou inferior. Aos superiores, cabe obediência e devoção; aos iguais, um amor de amizade; aos inferiores, um amor de benevolência¹⁸. Segundo Gonzaga, essa interdependência, revela uma sociedade de ajuda mútua e “A exigência que tem o homem do seu semelhante é outra prova da vontade de Deus. Nasce um menino, sem capacidade de poder buscar o necessário para a sua conservação [...] Ele não se pode conservar sem os socorros de outro.” (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 26). Com isso, podemos concluir que o amor apresentado por Gonzaga buscava um comportamento baseado na caridade e que seria vivenciado em sociedade, na relação entre o supremo, o próximo e o eu.

Este amor ao próximo significa amar o outro como Deus e como a si mesmo, isto é, amar no outro o que nele é divino: a possibilidade de retorno à origem, de reencontro com Deus

cauterizada’, porque assim como a carne queimada com cautério perde o sentimento, assim ela, acostumada ao pecado, não sente a miséria, que de outra forma não contemplaria sem horror.” (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 47)

¹⁷“Ao raciocínio que o entendimento faz sobre a moralidade das ações, para saber se são justas ou injustas, se chama consciência. (...) A obrigação que temos de nos conformarmos com semelhante consciência provém de direito natural; pois que ela é o mesmo direito natural ou uma intimação dele. S. Gregório Nazianzeno lhe chama um tribunal doméstico e verdadeiro”. (GONZAGA, 2004 [1769?] p. 45-47).

¹⁸“(…) todos os entes a quem devemos amar, ou nos são superiores, iguais ou inferiores. Aos superiores amaremos com um amor de obediência e devoção, tanto maior, quanto maiores forem as suas perfeições e a sua superioridade; aos iguais com um amor de amizade; aos inferiores com amor de benevolência”. (GONZAGA, 2004 [1769?]p. 83).



(ARENDT, 1997). Este comportamento se faz necessário devido a condição de criatura dos homens e seu destino comum na morte. Essa condição teria feito com que os homens se reunissem sob uma mesma sociedade, mas dependentes entre si (ARENDT, 1997). Para Gonzaga (2004 [1769?]), disso dependia a preservação humana e posto que toda criatura é imperfeita, daqui o autor apresentou a necessidade das leis, onde “[...] ao homem de nenhuma sorte convém viver sem lei. Ele como não pode ser sumamente perfeito, há de desviar-se do caminho da retidão. Logo, carece de uma regra certa e infalível.” (GONZAGA, 2004 [1769?], p. 24).

Como vimos, Gonzaga apresentou a passagem de Cristo pela terra como fundadora de uma nova lei, baseada no amor. A passagem de Cristo teria dado um novo sentido ao mundo. (ARENDT, 1997; Marie-Dominique, 1999). Esse sentido estaria não em salvar uma única pessoa, mas todas, devido a igualdade de condição de pecador dos homens, fundada no primeiro pecado de Adão. Por isso, o amor de Cristo crê em todos os homens igualmente. Ele não elimina o passado no pecado, mas instaura uma nova interpretação. Dessa forma, a igualdade se daria pelo pecado em comum e pela possibilidade da graça, que também ganha condição de igualdade, pois todos podem escolher o amor de Cristo (ARENDT, 1997; Marie-Dominique, 1999).

Se a consciência surge como exigência de retorno, a graça de Deus é o poder (ARENDT, 1997). A graça divina provoca uma nova conversão a Deus, mas como um pedido de socorro, acessível apenas aos humilhados: aqueles que reconheceram sua incapacidade de criatura. A graça, portanto, recria a criatura. Esse novo acolhimento que é o amor-ágape. Enquanto na Lei Deus se faz distante, na caridade Ele se aproxima. “Essa proximidade é o sentido da vida terrestre e da encarnação de Cristo” (ARENDT, 1997, p. 110). Nesse amor, a criatura vive segundo sua verdadeira natureza, isto é, sob as vontades do Criador. A Lei deixa de ser uma exigência e torna a própria graça. Apenas sob o amor de caridade pode-se compreender o sacrifício do esquecimento de si, a renúncia à vontade própria. “É por isso que [o amor] é, face à vontade que está naturalmente em nós, a vontade mais poderosa” (ARENDT, 1997, p. 114). Esta renúncia de si se dá no comportamento face ao mundo. Ela confere, no mundo, um ser conjunto baseado em ser um para o outro. Disso nasce a fraternidade, cujo ser existe apenas enquanto parte de uma ligação maior com Deus (ARENDT, 1997).

Portanto, o amor apresentado por Tomás Antônio Gonzaga como forma de conhecer do direito natural pode representar um compromisso do indivíduo com uma ordem natural, do Criador. A caridade, na moral cristã, é a forma das virtudes¹⁹, a lei em sua plenitude. “Sinlacaridad,

¹⁹ Para as principais questões da Teologia Moral ver: PINCKAERS, 2000, p. 41-75.



ninguna outra virtude, incluída lafe, esta verdadeiramente viva” (PINCKAERS, 2000, p. 56). Uma vez que Tomás Antônio Gonzaga concebeu a justiça como uma virtude, podemos supor que ao utilizar o amor em seu tratado, o autor não o pensou apenas como uma melhor forma de obrigação das leis, como vimos acima, mas também como uma forma de potencializar a justiça. Isto é, uma justiça concebida com amor, se aproximaria daquilo que o autor pensava como expressão do justo, a ordem natural do mundo. Como vimos na metáfora da árvore da justiça, o amor (a caridade) seria a água que rega o solo e faz a árvore (a justiça) crescer e dar bons frutos (o justo). Ao escolher esse amor, o homem se esquece de si, tendo em vista um bem maior: manter a própria ordem e agir para um bem comum. Nesse processo busca-se a ajuda mútua, pois disso depende a preservação da vida humana, uma vez que todos os homens possuem a condição de criatura e de pecador. Gonzaga, conforme os grandes nomes da teologia cristã, via o amor ao próximo como a possibilidade prática de uma sociedade interdependente. Esse amor, aplicado à justiça, pode revelar outros matizes acerca da justiça no mundo português do século XVIII, tanto em como o autor concebia a obrigação das leis quanto nas suas vicissitudes de interpretação, aplicação e cumprimento.

Considerações finais

Ao analisar a obra de Tomás Antônio Gonzaga, a hipótese inicial da minha pesquisa de que a concepção de justiça do autor estava relacionada com a Teologia Moral se demonstrou possível no decorrer de meus estudos. Para tal análise, utilizei o seu conceito de amor como forma de conhecer do direito natural. Com isso, pode-se dizer que, em seu tratado, Gonzaga não separou o foro íntimo da prática da justiça e do direito. Mesmo tendo escrito sua obra sob a égide das reformas ilustradas promovidas pelo Marquês de Pombal, Gonzaga parece ter buscado conciliar essas medidas de racionalização da administração do poder régio e do Estado com a orientação moral promovida pela Igreja. Para o autor, o foro íntimo devia ser guiado pelos preceitos da Teologia Moral e o foro externo pelo Estado. No entanto, em seu tratado, as regras de esfera particular é que são a norma das ações, que devem ser seguidas. Dessa forma, as leis que fossem aceitas e seguidas no âmbito da consciência e do amor teriam maior eficácia. Em contrapartida, as que não fossem aceitas nesse foro coagiriam pelo medo da punição, mas possuiriam menor eficácia e poderia não ser seguida em particular.

Dessa forma, a obra de Gonzaga parece indicar uma disputa pela reorganização da sociedade portuguesa no fim do século XVIII. Talvez por isso o seu trabalho não galgou espaço entre os bacharéis da Portugal setecentista. O movimento ilustrado buscava garantia e certeza judiciária, enquanto que o trabalho de Gonzaga apresentava uma justiça prudencialista e casual.



Assim, podemos presumir que a filosofia moral de cunho cristã teve influência sobre a concepção de justiça em Portugal até, pelo menos, fins do século XVIII. Ademais, é possível refletir sob essas bases o quanto dessa concepção de justiça atravessou os mares e chegou às colônias portuguesas, sobretudo à América Portuguesa. Com isso, busquei contribuir para uma análise acerca do universo jurídico do Antigo Regime no mundo ibérico e sua relação com a Teologia Moral.

Fonte:

GONZAGA, Tomás Antônio. **Tratado de Direito Natural**; organização e apresentação Keila Grinberg. – São Paulo: Martins Fontes, 2004. – (coleção clássicos)

Referências bibliográficas:

ARENDT, Hannah. **O Conceito de amor em Santo Agostinho**. (Tradução Alberto Pereira Diniz). Instituto Piaget. Lisboa, 1997.

CARDIM, Pedro António Almeida. **O poder dos afectos; Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime**. 2000. 683 f. Tese (Doutorado em História)– Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada** – São Paulo: Ática, 1982. (ensaios; 83)

GRINBERG, Keila. “Interpretação e direito natural”. In: GONZAGA, Tomás Antônio. **O Tratado de Direito Natural**. Keila Grinberg (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. Tradução Carlos Grifo Babo – EDITORIAL PRESENÇA. 3 edição, Lisboa, 1989.

HESPAHNA, António Manuel. **A senda amorosa do Direito: Amor e Iustitia no discurso jurídico moderno**. Disponível em: <<https://ensaiosjuridicos.wordpress.com/2013/10/20/a-senda-amorosa-do-direito-amor-e-iustitia-no-discurso-juridico-moderno-antonio-manuel-hespanha/>>. Acesso em: 26 novembro de 2017

HOMEM, António Pedro Barbas. **Judex perfectus. Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820**. Coimbra: Almedina, 2003

JANCSÓ, István; MACHADO, André Roberto de Arruda. “Tempos de reforma, tempos de revolução”. In: **Cartas de uma imperatriz** / seleção e transcrição das cartas Bettina Kann e Patrícia Souza Lima; coordenação editorial Angel Bojadsen. [S.l: s.n.], 2006.

LESSA, Bárbara Alencar Ferreira. “O Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga: uma análise histórica do conceito de direito natural”. In: CONPEDI. (Org.). **Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI**. 21ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012, p. 11839-11857.

MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antônio Gonzaga e o direito natural**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**; tradução Antônio de Pádua Danesi – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

MORSE, Richard Mcgee. **O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**; tradução Paulo Neves – São Paulo: companhia das Letras, 1988.



- PHILIPPE, Marie-dominique. **O amor na visão filosófica, teológica e mística**. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
- PINCKAERS, Servais (Th). **Lasfuentes de La Moral Cristiana**. 2. ed. Navarra: EUNSA, 2000.
- POLITO, Ronald. **Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial**. Globo, São Paulo, 2004.
- PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RUIZ, Rafael. ***O Sal da Consciência: Probabilismo e Justiça no Mundo Ibérico***. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2015.
- VALLEJO, Jesús. **Acerca del fruto del árbol de los jueces. Escenarios de la justicia en la cultura del *Ius Commune***. Anuario de la facultad de derecho de la Universidad autónoma de Madrid. Madrid. 1998.



O humanismo entre Maquiavel e Merleau-Ponty

The humanism between Machiavelli and Merleau-Ponty

Diego Luis Warmling

Mestre em Filosofia

Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis)

diegowarmling@hotmail.com

Recebido em: 30/01/2018

Aprovado em: 28/03/2018

Resumo: Das rupturas de Maquiavel, veremos como ele problematizou o humanismo. Entre a *virtu* e a *Fortuna*, sua política resulta das lutas entre as forças sociais decorrentes das ações coletivas. Desta feita, se o governante virtuoso modifica-se conforme as demandas, é de uma nota de Merleau-Ponty que veremos como o humanismo demarca um posicionamento político tácito aos valores e ideologias. A política faz-se adjacente às relações inter-humanas. A virtude é como lidamos com a resignação frente as instituições. E se seremos indulgentes com Maquiavel, então, via intersubjetividade, seu humanismo indaga o social, repondo a base democrática e revolucionária das lutas coletivas.

Palavras Chave: Humanismo, Maquiavel, Merleau-Ponty.

Abstract: From the ruptures of Machiavelli, we will see how he problematized humanism. Between virtue and Fortuna, its politics results from the struggles between social forces arising from collective actions. Thus, if the virtuous governor modifies himself according to the demands, it is from a note by Merleau-Ponty that we will see how humanism evokes a tacit political positioning of values and ideologies. Politics is adjacent to inter-human relations. Virtue is how we deal with resignation before the instituted powers. And if we want to be favorable to Machiavelli, then it is through intersubjectivity that his humanism claims the social, replacing the democratic and revolutionary basis of collective struggles.

Key Words: Humanism, Machiavelli, Merleau-Ponty.

Maquiavel, um crítico do humanismo.

No medievo, a ideia que quase naturalizou a harmonia entre clero e estado mostrou-se irrealizável. Ainda mantivessem muitas práticas eclesiásticas, os burgos estimularam uma “nova sociedade”. De uma retomada de aspectos culturais greco-romanos, transformaram o modo de ser dos povos europeus. Estamos falando do movimento renascentista, marcado pelo “retorno à discussão dos valores associados à vida na cidade e o abandono do paradigma da contemplação como o único válido para a reflexão filosófica” (BIGNOTTO, 2001, p. 16).



Juntamente com as corporações familiares, o avanço das rotas comerciais na modernidade evidenciou uma nova dinâmica social. Contrário aos desmandos da coroa e do clero, tal dinamismo encontrou na liberdade, na igualdade e nas lutas políticas/sociais a oportunidade para redescobrir na antiguidade uma nova atitude. Sendo uma época de transfigurações, tal período possui suas características: 1) a tentativa religiosa de reaver os laços com a revelação divina; 2) o naturalismo, voltado à investigação da natureza; 3) o humanismo, como concretização dos valores do homem; e 4) o reconhecimento da necessidade de renovação política, marcada pela ideia de que é novamente o homem o responsável pelas sociedades e estados. Desta feita, se buscamos aludir os ideais do humanismo cívico, será no pensamento de Maquiavel que encontraremos um eco autêntico para a compreensão do “ser social”, na medida em que assume sua metodologia, sua especificidade e autonomia.

Com efeito, em meio às lutas republicanas, a diplomacia italiana esperava que seus oficiais se mostrassem competentes nas disciplinas humanísticas. O estudo das humanidades destacava-se por sua adesão a uma educação “verdadeiramente humana”, cujos conteúdos estavam dirigidos, por exemplo, ao domínio do latim, ao exercício da retórica, à imitação dos exitosos heróis/pensadores clássicos, ao conhecimento da história antiga, aos debates sobre filosofia moral e à melhor preparação para a vida política. Exercendo influência nas universidades e no governo republicano, a partir da segunda metade do século XV, um certo gênero literário adquiriu dimensão suplementar na educação política dos príncipes. Dentre inúmeros tratados, pode-se dizer que a obra mais celebre foi *O Príncipe*, finalizada por Maquiavel em 1513.

Contudo, jamais podemos inferir que *O Príncipe* nada deve ao humanismo cívico de épocas anteriores. Antes de 1513, nada havia de novo em oferecer aos dirigentes recomendações sobre a vida pública. Como alerta Skinner, há algum tempo este já era “o objetivo da tradição de livros de aconselhamento apresentados aos *podestà* e aos magistrados urbanos, e essa tradição [...] se enraizava na ideia [...] de se estender um ‘espelho’ aos príncipes” (SKINNER, 1996, p. 139).

Se os desejos de um herói representam os mais elevados graus de honra, glória e prestígio, para os humanistas eram os príncipes os capazes de atingir tal estado. Devia-se, então, assegurar que buscassem o mesmo que os heróis. Ora, para Maquiavel isto não seria diferente! Ele fala que não há nada de mais estimado num governante do que estar disposto a dar os melhores exemplos. Buscando ser útil e honesto, o príncipe deve pautar-se pelo modelo de alguma figura de louvor, mantendo em mente os grandes feitos deste herói. Era predominante “a convicção de que para falar e escrever bem era necessário estudar e imitar os antigos” (KRISTELLER, 1995, p.



20). E se não se trata tanto de garantir o refinamento intelectual dos príncipes, mas de prepará-los para a vida pública, quando – no fim do *Príncipe* – o autor se dirige aos Médicis, expressa a preocupação de assegurar ao governante a honra de fundar um novo principado.

Outro aspecto importante a ser considerado quando falamos desta continuidade entre os “teóricos do espelho dos príncipes”¹ e os humanistas posteriores é o modo como ambos analisam as forças que se opõem em meio às buscas por honra, glória e fama. Entre a *Fortuna* e a *virtu*, todos concordam que – sendo uma deusa destituída de razão – a *Fortuna* é responsável por grande parte das mazelas, ainda que possa contribuir à felicidade de alguém.

Como é de se esperar, esta convicção é reiterada n’*O Príncipe!* Nesta obra, *Fortuna e virtu* são termos que se repetem ao ponto de representarem os polos donde giram os sucessos e insucessos. Ora, sobre a *Fortuna*, esta surge como uma deusa que muda o rumo das coisas e, sem aviso prévio, retira-nos as conquistas. Personificando aquilo que jamais é plenamente controlado, ela traz à baila a imponderabilidade em meio às buscas por aconchego, repetição e segurança. Segundo Bignotto, Maquiavel afirma “que, embora a natureza humana seja repetitiva e que valha a pena recorrer à história para aprender com seus exemplos, não sabemos nunca como uma determinada situação particular vai evoluir” (BIGNOTTO, 2003, p. 27).

Tornando cegos os homens e sendo capaz arruinar os melhores príncipes, não conhecemos da *Fortuna* nada além de seus efeitos; e, é claro, o fato de manifestar-se repentinamente. Em *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio (1517)*, Maquiavel afirma que “os homens podem perfeitamente acompanhar sua sorte, mas não se podem opor ao destino, que lhes permite urdir uma trama sem romper um só fio” (MAQUIAVEL, 1982, p. 285). Ressalta a instabilidade desta divindade; sendo louco quem nela confie para conquistar suas glórias. Assim, ainda que permita grandes feitos, o bom governante jamais deve fiar-se totalmente pela *Fortuna*.

¹ Por mais que assuma uma roupagem humanista, não há como negarmos que Maquiavel se volta contra os ideais de sua época, sendo, com efeito, identificado como uma “máquina de guerra contra o humanismo” (BIGNOTTO, 1991, p. 213). Contudo, é também fato que suas críticas são dirigidas à um tipo de gênero literário: os *speculaprin cipum* (espelhos dos príncipes), que, fomentados por homens de reconhecida sabedoria (teóricos, teólogos, filósofos, etc.), se tornaram notáveis por se constituírem como tratados educacionais e morais destinados aos governantes. Buscando ensiná-los como devem conduzir um governo, os espelhos dos príncipes, diz Voeglin, “marcam o começo do gênero literário medieval e têm exercido influência incomensurável sobre a teoria e a prática de governo no Ocidente desde que Carlos Magno os adotou como livro-guia” (VOEGELIN, 1981, p. 71). Mas sobre quais conteúdos versavam estes manuais? De modo geral, podemos dizer que eram compostos por ensinamentos de filosofia, artes liberais, política, etc., mas seria um equívoco se não destacássemos que o essencial dos “espelhos dos príncipes” era a sagrada escritura. Balizados pela fé crista, a lei divina é a fonte de toda justiça e saber. Nem a política poderia ser pensada para além disto. Consequentemente, o príncipe tinha a tarefa de consolidar os laços entre a igreja e o seu poder, buscando o amparo e a orientação nas instâncias morais do catolicismo. Compreensão esta que Maquiavel, tão prudentemente (mantendo a capa da tradição), não irá assumir, provocando, assim, mudanças radicais, à ponto de demolir as crenças acerca da política e do moralismo cristão.



Em *O Príncipe*, o poder da *Fortuna* compara-se a “um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies, [...] sem poder detê-lo em parte alguma” (MAQUIAVEL, 2001, p. 119). Todavia, isto não implica uma desvalorização da racionalidade. Para conservar seu estado e manter-se no poder, o governante deve confiar mais na própria *virtu* do que nos favores da *Fortuna*. Esta só é árbitra de um dos polos da ação; e só exerce poder enquanto nada se lhe opõe.

É aqui onde rastreamos outra continuidade de Maquiavel em relação aos *speculaprincipum*: as qualidades necessárias ao governante para manter “os ventos” da *Fortuna* sob seu controle. De fato, o florentino reitera certas doutrinas ao defender que é pela *virtu* que um príncipe pode usufruir de glória, honra e fama. Se por um lado o virtuoso não se deixar dominar pela sorte (de modo a conservar-se firme em meio às adversidades), por outro, se a *Fortuna* lhe é favorável, terá as melhores chances. Tanto para Maquiavel quanto para seus predecessores, a *virtu* é a qualidade que os governantes necessitam para se cultivarem no poder. Mas ao que nos referimos quando reiteramos esta continuidade?

Para Maquiavel, a *virtu* é a capacidade dos políticos em agirem adequadamente conforme a ocasião. Distintamente daquilo que os antigos e os cristãos entendiam por prudência², não se exige dos atores nada além do que a habilidade de adquirir e conservar o poder para si. Sem admitir transcendentalidade à política, pretende-se mostrar como ela (política) não se confunde “nem com a ética nem com a religião” (BIGNOTTO, 2003, p. 25). Desta forma, se a boa sorte decorre da conformidade “com os tempos em que vivem” (MAQUIAVEL, 1982, p. 335) e se conduta humana raramente muda diante dos sucessos, então a *virtu* seria uma capacidade limitada tanto por aqueles que insistem nos atos ineficazes, quanto pela mutabilidade do mundo. A *virtu* maquiaveliana lembra-nos das limitações humanas na busca por poder. E se em 1513 encontrarmos algumas asserções semelhantes às de seus predecessores, então o príncipe virtuoso não se deixa nem ser atingido pela *Fortuna*, nem ser totalmente derrotado pelas adversidades.

Isto mostra que a *Fortuna* não só não possui poder para anular os esforços de homens realmente virtuosos, mas que o humanismo cívico a desafia quando introduz a vontade humana diante do poder do acaso, gerando, assim, a questão de saber se a *Fortuna* pode ou não ser domada. Tal como n’outros humanista, a *virtu* é, para Maquiavel, a capacidade que o príncipe

² De acordo com Bignotto, o modo como a *virtu* é apresentada em Maquiavel pode aproximá-la da noção de prudência, conforme gostariam os antigos. Derivada da *Política* aristotélica, a prudência designa a “capacidade do ator político de agir em conformidade com a situação, sem que para isso tenha-se de recorrer a um saber de cunho estritamente teórico” (BIGNOTTO, 2003, p. 24). Contudo, distintamente daquilo que seriam os objetivos da *virtu*, a prudência está vinculada ao “contexto de uma ética que coloca como finalidade última de todas as ações a busca da felicidade” (BIGNOTTO, 2003, p. 24-25). Será este vínculo que Maquiavel não irá assumir, uma vez que, assim definida, a *virtu* não é capaz de fundamentar uma política independente dos meios utilizados.



deve possuir se deseja obter honra, glória e fama. Suas convicções em relação à *Fortuna* são de tal modo que tece uma imagem caricata sobre como devemos lidar com ela: “é melhor ser impetuoso do que tímido, [...] e é necessário, para dominá-la, bater-lhe e contrariá-la” (MAQUIAVEL, 2001, p. 122). Assim, percebemos que *Fortuna* e *virtu* são inseparáveis: se olharmos apenas para a *virtu*, ela nos faria crer na invulnerabilidade política; e se só considerarmos *Fortuna*, cairíamos no fatalismo e na desesperança.

Isto posto, se os humanistas antigos retomavam a tese de que “o bom conselho pedagógico está [...] articulado com o bom conselho político” (SKINNER, 1996, p. 143), falta-nos analisar em que sentido o renascimento introduziu mudanças na moral, na política e nos objetivos da governança. De fato, se os *speculaprin cipum* argumentavam pela manutenção da paz e, com isto, defendiam a tirania, os humanistas modernos, em contrapartida, eram firmes na defesa de que a liberdade e a justiça seriam os valores autênticos da política. Mesmo escapando à regra do aconselhamento pedagógico e defendendo que a melhor educação seria ler o seu livro, esta mudança também é rastreada no *Príncipe*. Maquiavel faz referência à liberdade republicana para acentuar que ela tende a tornar-nos reticentes sobre a governança do principado.

Entre 1513 e 1517, afirma que o dever dos governantes é duplo: cuidar da prosperidade e garantir estabilidade/segurança aos súditos. Segundo o próprio, “sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva da coisa do que uma imaginação sobre ela” (MAQUIAVEL, 2001, p. 73). E ainda que, dentre os moralistas, seus trabalhos tenham figurado como “manuais despóticos” que encontram nos meios utilizados a justificativa para qualquer interesse, é no contrafluxo desta tradição que opera sua mágica e revela seus objetivos. Promovendo uma fluidez dos preceitos clássicos, Maquiavel conferiu valor ao que até então era demérito, relativizou as lições edificantes sobre a virtude e, com isto, teceu conclusões desconcertantes aos homens de sua época. Ele busca não só oferecer interpretações a partir das novidades de sua condição, mas expor o modo como os governantes podem conduzir as cidades a partir de condições reais, advindas da natureza humana. E se enfatiza que, diante das adversidades de sua época, faz-se necessário tanto uma república quanto um principado, também deixa clara sua preferência pela liberdade política e pelo republicanismo.

Outra mudança que os “doutrinários dos espelhos” impõem ao léxico humanista é a análise do conceito de *virtu*. Para os *speculaprin cipum*, a *virtu* é a chave das qualidades que capacitam os governantes à atingirem seus objetivos. Ora, segundo Skinner, estes exames apontam dois matizes (Cf. SKINNER, 1996, p. 146). Adaptado da *Política* aristotélica, o primeiro nuance diz



que as qualidades admiradas no príncipe diferem de um cidadão comum. Esta distinção é localizável em Maquiavel: se a principal competência do povo é sua passividade, os governantes aparecem como forças capazes tanto de manter o domínio do estado, como de pulverizar seus inimigos, caso as circunstâncias solicitarem. Por todo *O Príncipe*, Maquiavel assume que o cidadão comum mal contribui à política. O povo, diz ele, apenas “não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir” (MAQUIAVEL, 2001, p. 43). Assim, enquanto conseguir satisfazer os cidadãos, o governante sábio é aquele que, sem deixar de se precaver, reforça os hábitos dependência e fidelidade de seus súditos. Distintamente da antiga resignação dos homens, o príncipe virtuoso é, então, uma figura em movimento.

A segunda mudança nos estudos sobre a *virtu* humanista aponta à tendência dos *speculaprin cipum* em explicar este conceito a partir de qualidades heróicas/míticas. Para estes autores, ninguém pode julgar-se virtuoso se não possuir as qualidades da moral cristã. Estamos falando da “ortodoxa tese humanista segundo a qual todas essas virtudes de nada valerão se não estiverem completadas e sustentadas pelas qualidades cristãs fundamentais, a piedade, a religião e a fé” (SKINNER, 1996, p. 147). Nesta perspectiva, a maior virtude é o exercício da fé cristã – e a menos que o príncipe cultive estas qualidades, seus conhecimentos serão falsos e vazios. Todavia, ainda que aceite muitos dos postulados destinados ao gentil príncipe renascentista, é justamente esta relação da fé cristã com a moral que, visando a liberdade, Maquiavel não assumirá.

Seus conselhos são, antes, uma crítica ao humanismo! Assim, se até aqui indagamos o quanto Maquiavel encarna alguns dos valores consolidados, resta-nos rastrear até que ponto seu pensamento os questiona. Pautados por Skinner, diremos que o florentino desfere dois ataques à teorias políticas de seus contemporâneos: 1) “ele as denuncia por não conseguirem enfatizar a importância da força bruta na vida política” (SKINNER, 1996, p. 150) e 2) “contesta as teses que prevaleciam entre os autores de espelhos para príncipes e refere-se ao papel da *virtu* na vida política” (SKINNER, 1996, p. 151). Vejamos o que sua crítica suscita.

Com efeito, sobre o primeiro ataque, se para a tradição o príncipe virtuoso alcança honra, glória e fama, para Maquiavel esta concepção é ingênua. Atuando em favor de uma educação gentil e civilizada, os *speculaprin cipum* esquecem o quanto os governos dependem das forças coercitivas/militares para suprir suas necessidades de persuasão. E ainda que possamos atribuir ao florentino a criação de uma nova arte da guerra, salientamos que isto não é verdadeiro. Já nos quatrocentos, nomes como Bartolomeo Sacchi combinava a diplomacia de um governante com a força de coercitiva formada por seus cidadãos (Cf. SKINNER, 1996, p. 151). Contudo, ainda



retiremos de Maquiavel esta reponsabilidade, não resta dúvidas que seu pensamento atribuía importância impar ao uso da coerção junto aos negócios do governo.

No *Príncipe*, alega que os “principais fundamentos de todos os estados [...] são boas leis e boas armas” (MAQUIAVEL, 2001, p. 57). Mas se “não se podem ter boas leis onde não existem boas arma” (MAQUIAVEL, 2001, p. 57), também não se pode contar com as forças mercenárias. Instáveis e volúveis, estas forças não garantem tranquilidade; “são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre os amigos e covardes entre os inimigos” (MAQUIAVEL, 2001, pp. 57-58). Desta forma, se quiser obter e manter sua imagem, o príncipe não só deve fomentar uma milícia entre seus súditos, como “desempenhar em pessoa a função de capitão” (MAQUIAVEL, 2001, p. 58) – solução esta que Maquiavel extrai do humanismo que lhe precede.

N’outro flanco, o florentino desfere outros golpes ao contestar o papel da *virtu* na política. De fato, há, sobre a *virtu*, duas concepções perpetradas pela tradição: de um lado ela capacita o príncipe à realizar feitos nobres, do outro, é identificada como detentora das principais virtudes. Como consequência disto, o credo tradicional não raro concluía que, se um governante pretende manter-se no poder e conquistar suas metas, “deve [...] cultivar o elenco mais completo de virtudes tanto cristãs quanto morais” (SKINNER, 1996, p. 152). Ora, é justamente a parte final desta conclusão que Maquiavel irá rejeitar e perverter!

Por mais que concorde com os objetivos do principado (honra, glória e fama), isto não implica que a forma mais segura de atingir tais fins seja agir virtuosamente. Se afirma a obrigação do príncipe em gerir sua conduta virtuosamente, quando este realmente desejar ser virtuoso, deve ter em conta que terá de “desistir da pretensão de agir [...] virtuosamente” (SKINNER, 1996, p. 152). Assim, ao falar sobre a liberdade, Maquiavel afirma que um governante não pode ter medo de agir com parcimônia: “se for prudente, não irá se preocupar com a fama de miserável, porque com o tempo será considerado cada vez mais liberal, ao verem que, graças à sua parcimônia, suas receitas lhe bastam” (MAQUIAVEL, 2001, pp. 75-76). Portanto, se quiser aparentar generosidade, concretizar seus empreendimentos e não onerar seu povo, mostrar-se-á muito mais condolente do que um príncipe permissivo que deixa de valer-se da coerção apenas para não galgar fama de cruel. É imprescindível ao governante que aprenda “a poder não ser bom e a se valer ou não disto segundo a necessidade” (MAQUIAVEL, 2001, p. 73).

Coadunando com Skinner, vemos que a crítica maquiaveliana opera segundo dois matizes: 1) “que nada é tão importante quanto manter as aparências” (SKINNER, 1996, p. 152) e 2) que, “se é essencial aos príncipes aparentarem ser virtuosos [...], muitas vezes se mostra



impossível eles se portarem de um modo convencionalmente virtuoso” (SKINNER, 1996, p. 153). De fato, sobre o primeiro matiz, é essencial ao príncipe que seja considerado honrado e virtuoso, mas, se isto não for possível, que saiba escapar à má reputação, que, devido aos vícios, poderia causar-lhe a perda do estado. Não se faz necessário ao governante que detenha todas as qualidades, “mas é indispensável parecer tê-las” (MAQUIAVEL, 2001, p. 84-85).

Conhecendo suas limitações, o príncipe deve saber usufruir da utilidade que o aparecer de sua imagem lhe cria. Deve, assim, “voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas e [...] não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário” (MAQUIAVEL, 2001, p. 85). Em verdade, afirmações como estas poderiam à Maquiavel a disposição ao embuste, mas vale salientar é indispensável não só saber contrafazer as virtudes, mas aparentar possuí-las. Isto se deve ao fato de que, embora todos observem a aparência de sua conduta (a do príncipe), “poucos sentem o que és; e estes poucos não ousam opor-se à opinião da maioria, que tem, para defendê-la, a majestade do estado” (MAQUIAVEL, 2001, p. 85). Consequentemente, se qualidades das ações políticas são mensuradas por resultados fáticos, a mais exitosa ação do principado é aquela que – mantendo certo distanciamento e majestade – possa contar com o louvor universal, ainda que não possua a mínima honradez.

Sobre o segundo matiz, vemos que, dependendo da ocasião, é difícil ao príncipe portar-se conforme as virtudes. Se tudo leva em conta, logo percebe que algumas ações virtuosas podem arruiná-lo, ao passo que alguns vícios podem proporcionar-lhe “segurança e bem-estar” (MAQUIAVEL, 2001, p. 74). E é no capítulo XV do *Príncipe* que Maquiavel desfere outro ataque aos humanistas que lhe precedem: “há tamanha distinção entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua preservação” (MAQUIAVEL, 2001, p. 73). Recordando-nos de que discorre sobre as qualidades dos homens e dos príncipes, os efeitos deste ataque são amplificados, pois não só evoca as convenções da época, como descrever as virtudes do principado para volatilizá-las. A partir disto, o governante virtuoso é aquele que percebe o quanto lhe é essencial agir contra a boa-fé e, não raro, tornar-se avarento, cruel e fraudulento.

Desta feita, em prol de uma autonomia da vida política, Maquiavel se divorcia de certos princípios morais. Por conseguinte, diz Gramsci, *O Príncipe* é uma obra política pautada por seu aspecto técnico, e cujo caráter fundamental...

[...] consiste em que ele não é um trabalho sistemático, mas um livro “vívido” em que a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do “mito”. Entre a utopia e o estado escolástico, as formas através das quais se



configurava a ciência política até Maquiavel, este deu à sua concepção a forma fantástica e artística, pela qual o elemento doutrinal e racional incorpora-se num *condottiero*, que representa plasticamente e ‘antropomorficamente’ o símbolo da “vontade coletiva”. (GRAMSCI, 1984, p. 03).

Aquém das ideologias, a natureza humana em Maquiavel não está pautada por idealizações cristalinas, mas por forças e “relações sociais historicamente determinadas” (GRAMSCI, 1984, p. 09). Pondo fim a “ordens seculares”, a política, neste contexto, não é nem fruto da vontade transcendental, nem objeto de acasos fortuitos, mas um resultado quase orgânico das lutas sociais. O âmbito político traz consigo um aspecto realista. Ele representa a tentativa técnica de legitimação do poder do príncipe na medida em que sua *virtu* tem em conta a natureza conflitiva dos homens. E se n’algum momento o *Príncipe* deseja governar triunfantemente, deve não só aparentar ser bom ou querer o melhor para todos, mas estar atento às circunstâncias em que vive para ajustar sua conduta à elas.

Maquiavel está de acordo com seus predecessores quanto as metas da governança, mas relativiza os métodos empregados para tais fins. Se para a tradição o príncipe virtuoso obedece a moral cristã, para Maquiavel, um príncipe que só governe sob esta batuta irá “arruinar-se entre tantos que não são bons” (MAQUIAVEL, 2001, p. 73). Sua saída para este impasse é aceitar que um governante pode não seguir à risca as exigências morais. Sendo assim, a descontinuidade de Maquiavel em relação aos seus contemporâneos não pode ser “avaliada como a diferença entre uma visão moral da política e uma concepção da política que estaria divorciada da moralidade. O contraste essencial diz respeito, isso sim, a duas moralidades distintas” (SKINNER, 1996, p. 155).

Fomentando um conjunto original de conselhos destinados aos príncipes, Maquiavel diz que as virtudes cristãs não encontram lugar na política. Se o príncipe busca tais qualidades, deve estar ciente de que irá abandoná-las em favor da governança. Esta é “a lógica que preside sua análise da suposta virtude da liberalidade” (SKINNER, 1996, p. 156), pois é mais fácil destacar a liberdade e a magnificência a partir da análise dos perigos enfrentáveis por um governante.

Este viés suscita uma questão bastante cara: “é melhor ser amado que temido ou o inverso?” (MAQUIAVEL, 2001, p. 80). De fato, se ambas as coisas não forem possíveis, é evitando as virtudes convencionais que parecerá melhor ser temido do que amado. Os laços amorosos são corruptíveis, enquanto o temor e o medo são reforçados pelas ameaças de castigos; o que, todavia, não implica o abandono das normas legadas pela tradição.

Em verdade, não raro Maquiavel alega ser louvável que um governante possua e saiba utilizar as boas qualidades esperadas de si. Contudo, precisa ter o espírito preparado para “não se



afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário” (MAQUIAVEL, 2001, p. 85). O florentino aponta à possibilidade do moralismo não se satisfazer por si só. Na prática, é indispensável que o príncipe saiba “usar bem tanto do animal quanto do homem” (MAQUIAVEL, 2001, p. 83). Sabendo encarnar o leão e a raposa, o governante deve moldar-se conforme sua natureza mais primitiva e animalasca – coisa esta que a tradição não aceitava ou imaginava³. O príncipe deve saber valer-se de sua animalidade: “deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos” (MAQUIAVEL, 2001, p. 84).

Esta conclusão rendeu à Maquiavel a acusação de perverso. Vivendo entre moralistas, muitos o acusaram de diabólico – “maquiavélico”. Contudo, à revelia da frieza de seus aconselhamentos, esta “amoralidade” é antes o resultado de uma conscientização política, que, à respeito da natureza humana, encontra aí um pessimismo. Ora, os homens são seres “íngratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhe fizeres bem, pertencem inteiramente a ti [...], mas, quando precisares deles, revoltam-se” (MAQUIAVEL, 2001, p. 80). Como bem sugere Pinzani: por natureza, os homens se iludem de tal maneira com as próprias coisas que – sendo esquecidos, invejosos e ambiciosos – possuem mais ímpeto de ofender e injuriar do que temer quem possa-lhes causar dano. Estão sempre descontentes com seus bens. Fadados à divisão e à desunião, esquecem mais facilmente a morte dos pais que do que a perda de seus patrimônios (Cf. PINZANI, 2004, p. 19-20).

Os homens são maus e egoístas, diz Maquiavel. Por isso, precisam de rédeas, pois suas paixões levam à decadência individual, coletiva e estatal. Esquecendo os castigos, é comum que, em bonança, esqueçam os reveses. Predispostos à maldade, “sempre se revelarão maus, se não forem forçados pela necessidade de serem bons” (MAQUIAVEL, 2001, p. 115). Simples,

³ Neste ponto, devemos salientar: ainda que seus ataques se dirijam predominantemente à tradição cristã, o florentino também não deixa de criticar o renascimento de certas virtudes antigas, em especial a romana e a de Cícero. De fato, como é de se esperar, é à tradição clássica que retorna quando erige sua sabedoria. Não nos cabe citar todas as influências utilizadas, mas, dentre os grandes nomes, estão Tito Lívio, Cícero, Plutarco, etc. Todavia, é a partir destes pensadores que a fluidez e o realismo político de Maquiavel se revelam. Relativizando os clássicos e desconcertando seus contemporâneos, o florentino defende que, quando as boas leis falham, por vezes os governantes precisam apelar à expedientes como a força e a violência para garantir a consolidação de um bem maior e a sublimidade dos fins alcançados (no caso, a paz, a segurança e a estabilidade). Com isto, contingencia parte do credo humanista e do valores políticos acalentados, provavelmente, por Cícero ou Plutarco (para quem a honestidade é sempre a melhor política), encarando-os como causas vazias. Assim, quando incita-nos, por exemplo, a agir como raposa e leão, vai na contramão desta tradição, que pregava a impossibilidade de sermos comparáveis aos animais. Quando questiona a suspensão das regras morais diante de determinadas situações ou, ainda, quando indaga se é mais seguro governar pelo amor do que pelo medo, também é à esse credo que se dirige. Portanto, operando uma transvaloração dos preceitos clássicos e medievais, Maquiavel diz que cabe ao governante dominar sua “animalidade” para, só assim, poder notar e compreender as necessidades de sua época e seu povo. Contra os valores do principado, Maquiavel mostra que, se o governante só guiar sua conduta pela honestidade, estará fadado à ruína.



imediatistas e pouco prudentes, deixam-se guiar pelas aparências, e são facilmente enganados. Raramente empenhados em grandes feitos, “julgam as coisas mais pelos olhos que com as mãos” (MAQUIAVEL, 2001, p. 85).

Além disso, as relações humanas são sempre relações de poder. O outro que apresenta para nós é sempre um instrumento – donde se segue que o governante deve controlar seu súditos sem ser subjugado. E se o homem não luta contra os outros, deve lutar contra as próprias paixões para controlar o seu agir (Cf. PINZANI, 2004, p. 19-20). Desta forma, se a natureza humana é assim perversa, não nos surpreende que Maquiavel sintasse na obrigação de alertar o príncipe à estar preparado para infringir a moralidade e, conforme as circunstâncias, agir na contramão da fé – caso contrário, estaria rapidamente fadado à ruína. De acordo com Skinner, isto mostra que a *virtu* é empregada por Maquiavel tão-somente para...

se referir a *todo* o conjunto de qualidades, *sejam elas quais forem*, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de ‘manter seu estado’ e ‘realizar grandes feitos’. O autor deixa assim brutalmente claro que, se essas qualidades podem algumas vezes sobrepor-se às virtudes convencionais, a idéia de qualquer equivalência necessária ou mesmo aproximativa entre a *virtu* e as virtudes importa um equívoco de conseqüências desastrosas (SKINNER, 1996, p. 159).

Isto posto, se o melhor conselho roga que o governante seja flexível diante da *Fortuna*, então Maquiavel indaga não somente a boa governança, mas inaugura o discurso político enquanto tal. Estamos falando da política pela política, onde os governantes devem “prevenir-se não somente contra as discórdias atuais, como também contra as futuras, e evita-las com toda a perícia porque, prevenindo-as com ampla antecedência, podem facilmente remediá-las” (MAQUIAVEL, 2001, p. 12). E se assim entendemos que a finalidade da política é a conquista e manutenção do poder, as qualidades do *Príncipe* aparecerão enquanto for capaz de dominar seus súditos, seja pelo amor, pelo respeito ou pela força.

Entre a *virtu* e a *Fortuna*, a política é, em Maquiavel, o resultado das lutas entre as forças sociais que, para além do moralismo, são decorrentes das ações humanas individuais em meio ao coletivo. Sendo a liberdade o critério de avaliação dos governantes, vemos que a desordem não é em si má. Há nela algo que esboça certa ordem e obediência, pois “a lei e o poder que a representa só são fieis à sua essência permanecendo expostos aos efeitos do desejo do povo. É a força deste desejo que mantém em aberto a [...] unidade do Estado” (LEFORT, 1990, p. 149). E se entendemos que os desejos do povo pela liberdade raramente são perniciosos à liberdade, notamos como, desde Maquiavel, o critério para a manutenção do poder dá-se, antes, na qualidade das instituições e na capacidade do governante em enfrentar as circunstâncias.



Para qualquer que seja o regime, sua legitimidade será sempre posta à prova. Se seu poder é superior, não pode visar apenas os interesses de pessoas ou grupos específicos, mas pôr-se a favor da república e à serviço da população. Senhor das fortunas, o governante virtuoso é aquele que, para além das ideologias, mostra-se capaz de modificar-se conforme as circunstâncias.

Desta feita, dizemos que o caráter transgressor de Maquiavel em relação aos humanistas que lhe precedem reside no fato dele inaugurar uma via que, destacada da moralidade, dirige-se à vida prática e, pela utilidade, encontra no agir social uma forma de fazer com que os governantes sejam obrigados a justificar seus cargos. Assim, posto que já no renascimento a moralidade poderia ser cruel quando vinculada à poderes “naturalmente soberanos”, se com base nestes pressupostos desejamos tecer alguns comentários atuais sobre o humanismo, é em meados do século XX que rastreamos um viés interpretativo pouco trabalhado. Da leitura política e humanista que Merleau-Ponty faz de Maquiavel, teceremos, portanto, um diálogo profícuo, autêntico e atual. Dele, emerge a possibilidade de uma sociedade que valha “no que nela valem as relações do homem com o homem” (MERLEAU-PONTY, 1968, p. 10). Vejamos.

Merleau-ponty leitor de Maquiavel: uma nota sobre o humanismo.

Ainda que Merleau-Ponty não seja visto como um pensador envolvido com as manifestações de sua época, é certo que sua lucidez ao condenar os princípios liberais em favor do pensamento marxista o fazem reclamar por resultados concretos. Não existe uma sistematização de sua “política”, mas isto não o impede de – tal qual Maquiavel – analisar seu tempo e buscar uma ética política sustentada por uma virtude “mais-além” de ideologias ou militâncias. De fato, a partir de 1945 o francês tem como pano de fundo os problemas do movimento comunista francês, da desestalinização soviética (URSS), dos processos descolonizadores de vários países e da Guerra Fria – donde, em 1949, seguem seus comentários sobre Maquiavel e o humanismo. Publicado numa época em que as políticas marxistas haviam abandonado a base proletária e aderido aos *modus operandi* tradicionais (a hierarquia, a obediência, a desigualdade e a coerção), o texto *Nota Sobre Maquiavel* irrompe ao interrogar a política não a partir de uma perspectiva cristalizada, tampouco com base num normativismo que diz “como a humanidade deve ser”, mas a partir da exigência do “engajamento na construção do laço simbólico e histórico entre os homens” (CARRON, 2012, p. 183).

De fato, este mergulho na obra maquiaveliana surge como balizador para quem busca o filósofo se fazendo em seu tempo. Ora, se, desde a *Fenomenologia da Percepção* (1945), era possível antever um plano social comum entre indivíduo (sujeito corporificado) e alteridade; e se – em



Leitura de Montaigne – “viver nos negócios públicos é viver segundo o outro” (MERLEAU-PONTY, 1991a, p. 229), então é a partir dos conflitos inter-humanos que Merleau-Ponty circunscreve o político. Seu projeto não busca definir regras que incidem verticalmente sobre nossos atos; ele está inscrito no modo como agimos com os valores dados. Balizado pela radicalidade de Maquiavel ao romper com preceitos quase “cristalizados”, Merleau-Ponty defende que os atos políticos devem ser compreendidos humanamente, ou seja, a partir da relação mundana que mantemos com outrem. Não se trata, pois, de estudar a natureza humana para fundarmos a política, “mas de encontrar uma forma de engajamento que persiste, a despeito da imprevisibilidade dos homens e dos acontecimentos” (CARRON, 2012, p. 183). Neste sentido:

Se chamamos humanismo a uma filosofia do homem interior que não encontra a menor dificuldade de princípio nas relações com os outros, a menor opacidade no funcionamento social, e substitui a cultura política pela exortação moral, Maquiavel não é humanista. Mas se chamamos humanismo a uma filosofia que enfrenta como um problema a relação do homem com o homem e a constituição entre eles de uma situação e de uma história que lhes sejam comuns, então é preciso dizer que Maquiavel formulou algumas das condições de todo humanismo sério. (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 251-252).

Este “humanismo sério” suscitado por Merleau-Ponty através de Maquiavel é amparado pelo no aspecto enigmático e contingente das ações políticas. Evidenciado na ambiguidade da vida intersubjetiva, devemos considerar as relações do homem com o homem para, só assim, erigir uma história comum. Para Merleau-Ponty, é pelo fato da vida intersubjetiva ser interpretada não somente por uma via conflitiva, mas como uma forma de comunhão capaz de fomentar laços sociais que *O Príncipe* ainda é atual. O ponto nevrálgico deste clássico é formular estratégias para a tomada e manutenção do poder, de modo que não parta de um humanismo cristalizado, mas que leve em consideração a singularidade das situações. Se o viver humano pressupõe modos controversos e litigantes de existência, Maquiavel compreendeu a possibilidade da harmonia e da irmandade entre os sujeitos. Isto, diz o francês, destitui qualquer fundamentação transcendental da governança, pois amarra os governantes ao drama das lutas sociais.

Ainda que o florentino enuncie conselhos axiomáticos e paradoxais entre si, é pelo fato de considerar a impossibilidade de se estabelecer uma política ideal que suas contradições adquirem um sentido peculiar. Diante da imprevisibilidade humana, a virtude política extraída de Maquiavel por Merleau-Ponty revela-nos a capacidade do governante em desdobrar-se na aparência e aprender como bem agir publicamente. Se o príncipe deve “evitar o ódio” (MAQUIAVEL, 2001, p. 82) para salvar-se numa reputação de bondade e conceber uma empreitada comum à todos, será virtuoso não só pelos vícios, pelo terror e astúcia, mas por sua



aptidão em falar “aos espectadores mudos à sua volta e apanhados na vertigem da vida em comum” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 244).

Desta maneira, a política transcorre concretude e contingência dos povos, pois é “a relação com outrem que deve ser tomada como signo de valor” (CARDIM, 2009, p. 56). É por prezar os conflitos, as indeterminações e os antagonismos como fundamentais ao “social” que, “mais-além” das ideologias, Maquiavel se destaca. Ele encontra nas relações com a alteridade uma técnica de governo realmente eficaz: uma moral publica que conhece e sabe das vertigens da vida em sociedade, mas que não esquece da fugacidade humana. Portanto, diz Merleau-Ponty, se as qualidades do príncipe são vistas a partir de ações históricas, o poder – ainda que não veja sua imagem doada aos outros – introduz certo grau objetividade na concretude de nossas relações:

Ora, quando se trata de julgar o interior dos homens, e mormente o dos príncipes, como não se pode recorrer aos tribunais, é preciso ater-se apenas aos resultados; a questão é manter-se em sua autoridade; os meios, sejam eles quais forem, parecerão sempre honrados, e serão louvados por todos. [...] Isso não quer dizer que seja necessário ou mesmo preferível enganar, e sim que, na distância e no grau de generalidade em que se estabelecem as relações políticas, desenha-se uma personagem lendária, composta de alguns gestos e de algumas palavras, a qual os homens honram ou detestam cegamente. [...] mesmo verdadeiras, as qualidades do chefe estão sempre as voltas com a lenda, porque não são *tocadas* mas *vistas*, porque não são conhecidas no movimento da vida que as contem e sim estratificadas em atitudes históricas. [...] Mediante o domínio das suas relações com o outro, o poder transpõe os obstáculos entre o homem e o homem e introduz alguma transparência em nossas relações – como se os homens não pudessem ficar próximos a não ser numa espécie de distância (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 243-245).

Para manter-se livre e modificar-se conforme as circunstâncias, o príncipe deve “ter o espírito preparado para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas e, [...], não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário” (MAQUIAVEL, 2001, p. 85). Em verdade, posto que os governantes possuem poder tanto para desatar certas fissuras maquiadas no bloco de consentimento geral (história comum), quanto para instaurar processos capazes de modificar os acontecimentos, se o príncipe vive na verdade aparente do agir histórico, a fim de que tenha ciência e possa atuar livremente sobre as reverberações de seu discurso, deve resguardar-se de tal modo que não seja nem diferença, nem coincidência absoluta com suas palavras. Os atos de um homem público são regulados a partir da aparência e das relações que mentem com o olhar de outrem – o que o impede, por exemplo, do uso irrestrito coerção, pois “não se pode chamar de *virtù* o fato de assassinar seus concidadãos, trair amigos, não ter fé, piedade nem religião” (MAQUIAVEL, 2001, p. 38). Assim, se a função do príncipe era fundar um estado capaz de unificar e libertar o povo italiano da quase naturalização dos



poderes, ele só seria virtuoso se seu discurso 1) promulgasse a serventia cívica e 2) pudesse aparecer e ser visto junto ao horizonte das aparências políticas. E se a “vida coletiva é o inferno” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 237) por causa das divisões e lutas internas, é neste inferno onde encontramos a “realidade do convívio humano nas cidades, cabendo ao político a tentativa de unificar e procurar, para as cidades, uma identidade” (CARDIM, 2009, p. 58).

Acolá das teorias contratualistas ou de referências a um “estado de natureza”, estas considerações sobre a intersubjetividade apontam não somente à reintrodução do espanto no homem, mas à ideia de que a violência das lutas sociais não é inata, e sim alocada no terror causado por políticas homogeneizantes que, devido aos seus pressupostos⁴, se afastam do humano. De fato, se as relações com a alteridade não podem ser interpretadas nem sob um ponto de vista objetivo (o outro é um objeto diante de mim), nem sob uma perspectiva subjetivista (o outro é representação de meus atos cognitivos), é pelo fato de encontrarmos em outrem uma realidade investida de direitos iguais aos nossos⁵ que não há a possibilidade de delimitarmos as relações humanas como pacíficas ou belicosas. No circuito entre “eu e outrem” vai-se além das relações aguerridas que imperam entre os objetos, pois as relações de poder “se atam mais fundo do que o juízo” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 239). Posto, então, que o poder é dado na ordem tácita e que não pode ser compreendido nem como puro fato nem como direto irrevogável⁶, é na liberdade como critério valorativo que, lendo Maquiavel, Merleau-Ponty encontra uma forma de vínculo que não só nos abre para uma possível definição de

⁴ Árduo leitor da obra merleau-pontina, Lefort encontra em *Nota Sobre Maquiavel* as bases para definir o estado democrático a partir de duas formas políticas absolutistas: o Antigo Regime e o Estado Totalitário. Com efeito, o Antigo Regime é designa a sociedade suspensa numa grande metáfora que, orgânica e teológica, encontra no corpo político do rei um símbolo capaz de mediar as ações humanas perante instâncias como a justiça soberana e a razão universal. O monarca é o “mediador entre os homens e os deuses [...]. Submetido à lei e estando acima das leis, condensava em seu corpo, ao mesmo tempo mortal e imortal, os princípios de geração e de ordem do reino” (LEFORT, 1991, p. 32). E acerca dos regimes totalitários, estes também revelam uma corporificação do social e do político numa única entidade: “o partido-Estado, cujos órgãos e células constituem o tecido social – cuja cabeça, Guia Supremo, recoloca o novo nome do UM: o Egocrata” (CHAUI, 1987, p. 11). Desta feita, a democracia seria uma invenção que, via intersubjetividade, faz o poder dissociar-se de uma entidade ou corpo único e aparecer como um lugar vazio, apto a instituir e subverter direitos num processo de criação e recriação do social e do político. Acolá de qualquer idealismo, a democracia encontra no conflito o movimento “essencial que impede aos governantes de se apropriarem do poder, de se incorporarem nele” (LEFORT, 1991, p. 32)

⁵ Na *Fenomenologia da Percepção* (1945), Merleau-Ponty diz que, atravessando minhas demandas, outrem destitui meu cogito de qualquer valoração; é por ele que perco minha segurança da solidão e tenho acesso ao ser tal como é visado. Sendo o corpo o meio por onde tenho acesso e percebo a alteridade, é nela (alteridade) que encontro um prolongamento de minhas intenções: “o corpo de outrem e o meu são um único todo, o verso e o reverso de um único fenômeno” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 474). Deste modo, se de minha subjetividade vejo transparecer uma conduta investida de direitos iguais aos meus e se meu corpo funda a unidade do que percebo enquanto o corpo do outro afasta-se da condição de um simples fenômeno “para mim”, isto nos confere a dimensão do ser intersubjetivo ou da objetividade (Cf. MERLEAU-PONTY, 1990, p. 51).

⁶ Tácito, o poder só é legítimo enquanto preservar-se do ódio e do desprezo. Isto significa que a opinião pública o tolera apenas enquanto o toma como adquirido. Contudo, se não é nem fato, nem direito absoluto, não coage ou persuade, mas circunscreve; e circunscrevendo, retém o apelo à liberdade.



“humanidade”, como nos mostra o livre engajamento dos sujeitos mediante a participação em situações coletivas. Portanto, o republicanismo de Maquiavel estaria à servindo da população:

Maquiavel não diz em parte alguma que os súditos sejam logrados. Descreve o nascimento de uma vida em comum, que ignora as barreiras do amor-próprio. Falando aos Médicis, prova-lhes que o poder não existe sem apelo à liberdade. Nessa reviravolta, talvez seja o príncipe o logrado. Se Maquiavel foi republicano, foi por ter encontrado um princípio de comunhão. Colocando o conflito e a luta na origem do poder social, não quis dizer que fosse impossível o acordo; quis salientar a condição de um poder que não seja mistificante, e que é a participação numa situação comum (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 242).

Para Merleau-Ponty, se o florentino foi um pensador sem ídolos, sua dificuldade de compreensão não é por causa de sua fama de ardiloso, mas por ter encontrado entre a contingência e a liberdade uma forma de mutua adesão entre extremos que, conforme pregava a tradição, se excludentes: a *virtù* e a *Fortuna*. Dados os revezes do acaso, não há como predizermos uma consonância/destino final ao homem; e isto porque evoca-se uma adversidade fundamental que subtrai o poder dos “mais fortes”, jogando-o no mundo. Desta maneira, se Maquiavel exorciza o gênio maligno, “não é por algum princípio transcendente, mas por um simples recurso aos dados da nossa condição” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 245).

Contudo, se existe um acaso fundamental que escapa à apreensão e tem peso determinante sobre nossos atos, isto não quer dizer que, inferindo uma hostilidade inata às coisas, possamos limitar o nosso poder. Ora, já em Maquiavel o livre-arbítrio não desaparece por inteiro, pois a *Fortuna*, dissemos, é árbitro apenas da metade das ações; e só exerce poder enquanto nada se lhe opõe. Neste sentido, sendo 1) que a *Fortuna* pode ser tanto favorável quanto desfavorável e 2) que a *virtù* é a outra medida de nossos atos, é porque o homem tanto compreende quanto não compreende seu tempo que, para além da *Fortuna*, a virtude reside no modo como os governantes respondem e são flexíveis aos acontecimentos. É a correspondência “ao outro e ao nosso tempo que nos faz encontrar o outro no momento em que renunciamos a oprimi-lo [...], escapar ao destino no momento em que compreendemos o nosso tempo” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 246). Assim, o que Merleau-Ponty indica em sua “Nota...” é um tipo de virtude que encontra na fugacidade e nas possibilidades circunstanciais um modo humanamente válido de compreendermos os signos e os presságios doados nas relações inter-humanas. Estamos nos referindo à emergência de uma noção de virtude pautada na “ideia de uma humanidade furtiva e que não tem causa ganha” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 246).

Retomando nossa problemática original, vemos, então, que o humanismo anunciado por Merleau-Ponty através de Maquiavel encarna o critério de demarcação para distinguirmos toda



política factualmente séria. E é pelo fato do florentino apelar tanto à não-violência, quanto à abdicação dos “bons sentimentos” que Merleau-Ponty lhe é justo e indulgente. Ora, ainda que esteja propenso a contentar-se em evocar uma forma de poder afastada da injustiça e, equivalendo-se aos “comuns”, compreender o homem como algo imutável perante a intermitência dos regimes, se podemos alegar que faltava para Maquiavel “um fio condutor que permitisse reconhecer, entre os poderes, aquele do qual houvesse algo de válido para esperar” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 250), isto se deve à dificuldade de sua tarefa num período tal como o renascimento.

Para Merleau-Ponty, não existiria, então, um humanismo mais radical do que o maquiaveliano. É enquanto exorciza as políticas pautadas por valores omissos à pertinência de outrem que Maquiavel interroga aos valores sua pertença história: “ao contrário de ignorar os valores, ele viu os próprios valores de maneira viva e sempre em transformação [...], ligados a certas ações históricas” (CARDIM, 2009, p. 63). E é apontando para o fato de que foram muitos os momentos onde a crueldade tomou cargo em nome da lei e da liberdade que, em “*Nota...*”, Merleau-Ponty defende a necessidade de nos desvencilharmos de qualquer política pautada por princípios puramente ideológicos e propensa a tornar-se instrumento de opressão. Se não se trata apenas de saber quais princípios e valores adotar, mas de indagar quais homens e forças os aplicam na prática, o humanismo atento é, portanto, aquele que, via mundo, destaca a experiência com a alteridade e apela ao reconhecimento das relações do homem com o homem.

Isto estabelecido, é na contramão de uma liberdade essencialmente individualista (a ameaça do liberalismo) que, lendo Maquiavel, o marxismo surge para Merleau-Ponty como uma confirmação desta liberdade política dirigida à construção dos vínculos simbólicos e históricos entre os homens. Se o humanismo vai “mais-além” de questões ideológicas e subentende que distintos discursos podem reivindicá-lo, então o núcleo da teoria marxista não só compreende o enigma da intersubjetividade, como torna evidente que, no conjunto dos valores sociais, impera certa ideologia capaz de mascarar a complexidade dos vínculos entre os sujeitos – e isto de tal modo que ponha-se como o centro das reflexões políticas. Buscando uma noção de humanidade para além daquela amparada por princípios equívocos, Marx quis encontrar “na situação e no movimento vital dos homens mais explorados [...] o fundamento de um poder revolucionário [...] capaz de suprimir a exploração e a opressão” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 250).

Haja vista que no proletário os horizontes individuais (consciência de si) e coletivos (consciência de classe) são coesos e idênticos, é nele onde está personificado o político e o poder.



Para o marxismo, pertence ao proletário o poder que emerge dos vínculos sociais entre os homens. Todavia, quando assume tal alçada, a história mostra como o “poder do proletário não se efetua sem violência e desemboca, além disso, no reestabelecimento do poder opressor de alguns sobre a minoria” (CARRON, 2012, 189). Neste sentido, sempre reticente acerca do comunismo, ainda que Merleau-Ponty possua grande empatia com a teoria marxista (ela se dirige ao problema da relação com a alteridade posta nas lutas de classe), é no instante em que a gênese ideológica buscou concretizar um vínculo prático entre os homens que a teoria foi à bancarrota. Aí “ficou claro que todo o problema estava em construir um poder dos sem-poder” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 250). E se n’algum momento a ascensão do proletariado cai no descuido de constituir-se como “poder tradicional” (fazendo com que as lutas a serem superadas reaparecessem dentro da própria revolução), o melhor, diz o francês, seria interrogar por novas formas políticas capazes de controlar o poder sem anulá-lo:

A solução podia encontrar-se apenas numa relação absolutamente nova do poder com os súditos. Era preciso inventar formas políticas capazes de controlar o poder sem o anular, era preciso chefes capazes de explicar aos súditos as razões de uma política, e de obter de si mesmos, quando necessário, os sacrifícios que o poder comumente lhes impõe (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 251).

Em verdade, quando *Nota Sobre Maquiavel* é escrita, já existiam políticas embasadas pela Revolução Russa de 1917. Contudo, a história mostra que, já em 1921, na insurreição de Kronstadt, o poder revolucionário havia perdido contato com o proletariado e se utilizado de ardis como a espionagem e a sabotagem para desestabilizar as divergências e oposições partidárias. Ocorrências como estas apontam à tendência dos poderes em se autonomizarem, na medida em que se distanciam das massas pelas quais respondem: “saber se temos um aí um destino inevitável [...], ou então uma evolução contingente, [...] tal é evidentemente o problema essencial” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 251).

Partindo da exigência do concreto, o problema do humanismo, diz Merleau-Ponty, ainda continua intacto! Se mesmo depois de Marx a revolução socialista corre o risco de constituir-se como poder tradicional, é só a partir dos postulados maquiavelianos que compreendemos que o poder revolucionário também tende a substituir as decisões do proletariado pelo comando de uma elite incontrolada, homogeneizante e totalitária. E é neste sentido, portanto, que rastreamos uma maneira não maquiavélica (ou antimachiavélica) de elogiar o florentino: nele (Maquiavel) encontramos não só uma “contribuição para a clareza política” (MERLEAU-PONTY, 1991b, p. 252), mas uma interrogação humanista pautada pela impossibilidade de determinação formal e atemporal do homem. Lendo Maquiavel via Merleau-Ponty encontramos algumas das condições



daquilo que corresponderia à todo humanismo sério, preocupado em enfrentar o problema das relações do homem com o homem e a fim constituir entre eles laços históricos, simbólicos e caracteristicamente republicanos. Estamos falando de um tipo de poder que, sem tomar qualquer causa como ganha, vê-se apto a instituir e subverter direitos num processo de recriação continua dos âmbitos social e político.

Conclusão

A crítica ao “proletariado” feita por Merleau-Ponty via Maquiavel busca um retorno à ambiguidade fundamental derivada das relações humanas e da história. Partindo da suposição de que não existe uma natureza humana separada de suas remissões temporais, se o homem é uma entidade histórica que se constitui conforme o seu tempo, estamos, então, nos referindo à impossibilidade de “uma natureza dada das relações humanas que permitam para sempre o futuro e o sentido do político” (CARRON, 2012, p. 191). Posto, desde Maquiavel, que a política é uma fissura sempre por se fazer e que, devido à sua fragilidade, o corpo social está sempre aberto à dimensões totalizantes de governo, é preciso que busquemos políticas capazes de, sem abdicar do poder, devolver ao social a sua capacidade de decisão em meio as lutas do estado. O problema do humanismo surge não somente como a demarcação de uma tomada de posição política, mas encarna o fundo latente de sentido onde estão encrustados os valores e ideologias.

Lendo Maquiavel e comparando-o com Merleau-Ponty, sublinhamos não somente a dificuldade de inovação dos vínculos humanos, mas apontamos para a necessidade de encararmos de frente o problema das relações do homem com o homem, ainda que isto pressuponha certa resignação perante os fatos. Como observa Carron, posta a tendência dos poderes em se autonomizarem, se deixamos de interrogar a dificuldade das relações inter-humanas, “se o anseio de se refugiar nos valores metafísico estabelecidos toma a dianteira do desejo de participar da instituição da política, o vínculo entre os homens é mantido pela coerção e autoritarismo” (CARRON, 2012, p. 196). O maior mal não é, então, só aquele causado pelo terror das políticas homogeneizantes que negam o outro em favor de uma minoria, mas aponta às consequências de nossa resignação frente o abandono – por vezes consentido – de nossa liberdade política: a perda do espanto entorno dos vínculos humanos. Neste sentido, a virtude política posta desde Maquiavel e revivificada por Merleau-Ponty reside na capacidade de, engajados, respondermos ao problema do humanismo frente a tentação pela resignação em meio aos poderes quase naturalizados. É pelo fato do francês encontrar no humanismo uma via dupla



de fundamentação e desprendimento de qualquer princípio ideológico que “chama todo homem a assumir ao máximo as necessidades de seu engajamento” (CARRON, 2012, p. 198-199).

Dito isto, concluímos que, diante das crises políticas, sociais, econômicas, intelectuais e democráticas de nossos tempos, se por um lado corremos o risco de retornar ao clássico problema da polarização entre os diversos projetos políticos (e, conseqüentemente, de visões de mundo), é pela manifestação de certos movimentos populares que buscam vias alternativas frente as ordens vigentes que encontraremos não só a evidência de uma crise, mas a irrupção de certas ocorrências republicanas que, por controversas que sejam, partem da luta social e do descontentamento em relação à intermitência cíclica dos corpos políticos, dos regimes de poder e – por que não? – das dicotomias partidárias. Através desta concepção humanista que põe a política como decorrência adjacente das relações inter-humanas, podemos entender que o humanismo cívico derivado de Maquiavel devolve ao social o que lhe é próprio: o poder de decisão frente as leis, decretos e governos que lhe dizem respeito. Se se trata, então, de olharmos novamente para Maquiavel, seu humanismo apela à república em sua mais fundamental instância. Ele encontra nas relações intersubjetivas a possibilidade de colocarmos em questão o social e, desta indagação, devolver a base democrática e revolucionária das lutas sociais.

Referências Bibliográficas:

- ARISTÓTELES. **Política**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988
- BIGNOTTO, N. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003
- _____. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991
- _____. **Origens do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte [Minas Gerais]: Editora UFMG, 2001.
- CARDIM, L. N. A “Grande Política” ou Merleau-Ponty Leitor de Maquiavel. **Cadernos Espinosanos**, N° 20, pp. 49-73, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/89349>>. Acesso em: 27/07/2016.
- CARRON, G. A Ética Política de Merleau-Ponty: o problema do humanismo. **Dois pontos [Curitiba]**, v.9, n.1, pp. 181-200, abr. 2012.
- CHAUI, M. Apresentando o Livro de Lefort. In: LEFORT, C. **A Invenção da Democracia: Os Limites do Totalitarismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 09-13.
- EIFF, L. D. Merleau-Ponty y la Cuestión Política de la República. Debates sobre um Legado. **Las Torres de Lucca**. N° 6, pp. 113-145, out. 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5172680>>. Acesso: 27/07/2016.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984



KRISTELLER, P. O. O Movimento Humanístico. In: KRISTELLER, P. O. **Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento**. Lisboa [Portugal]: Edições 70, 1995. p. 11-29

LEFORT, C. **A Invenção da Democracia: Os Limites do Totalitarismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

_____. **As Formas da História**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. A Questão da Democracia. In: LEFORT, C. **Pensando o Político: Ensaio sobre Democracia, Revolução e Liberdade**. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1991. p. 23-36.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio: Discorsi**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Humanismo e terror: ensaio sobre o problema comunista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968

_____. Leitura de Montaigne. In: MERLEAU-PONTY, M. **Signos**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 1991^a. p. 221-235.

_____. Nota Sobre Maquiavel. In: MERLEAU-PONTY, M. **Signos**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 1991^b. p. 237-252.

_____. **Sentido Y Sinsentido**. Barcelona: Edicions 62, 1977.

_____. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas; precedido por Projeto de trabalho sobre a natureza da percepção (1933); e, A natureza da percepção (1934)**. Campinas: Papirus, 1990.

PINZANI, A. **Maquiavel e o Príncipe**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

SKINNER, Q. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

VOEGELIN, Eric. **A Nova Ciência da Política**. Brasília: Editora UnB, 1981

ZANFRA, B. V. A. Merleau-Ponty e o Humanismo de Maquiavel. **Kinesis**, V. 7, Nº 13, p. 146-159, 2015. Disponível em: <
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/kinesis/article/view/5450/3781>>. Acesso em: 03/08/2016



Com Deus e pela transformação social: notas sobre o “cristianismo subversivo” chileno no início dos anos 1970¹

Con Dios y por la transformación social: apuntes sobre el “cristianismo subversivo” chileno a principios de los años 1970

Eduardo Matheus de Souza Dianna

Graduado em História

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Três Lagoas)

ded-dianna@hotmail.com

Recebido em: 28/02/2018

Aprovado em: 04/05/2018

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estudar o processo de atuação do movimento social/sacerdotal dos “*Cristianos por el Socialismo*” (Cristãos para o Socialismo - CpS) e da teologia da libertação no Chile, no âmbito do governo de Salvador Allende (1970-1973), bem como compreender e encontrar indícios de um possível diálogo entre cristianismo e marxismo na América Latina, a partir das reflexões propostas pela teologia da libertação. A teologia da libertação foi um corpo de doutrina religiosa surgida em nosso continente no final dos anos 1960 e início de 1970, tendo sido adotada e praticada, predominantemente, por sacerdotes da Igreja Católica. De uma forma geral, o CpS foi um grupo que surgiu no seio da Igreja Católica chilena que, durante seus dois anos de atuação (1971-1973), esteve ao lado da classe trabalhadora endossando suas reivindicações e praticando, conforme o pensamento do grupo, a “evangelização libertadora”. Partindo dessa perspectiva, entende-se que o CpS esteve ligado à uma nova forma de se fazer igreja, distante do modelo institucional e verticalizado.

Palavras-chave: *Cristianos por el Socialismo*, Teologia da libertação, Chile.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo estudiar el proceso de actuación del movimiento social/sacerdotal de los Cristianos por el Socialismo (CpS) y de la teología de la liberación en Chile, en el ámbito del gobierno de Salvador Allende (1970- 1973), así como comprender y encontrar indicios de un posible diálogo entre cristianismo y marxismo en América Latina, a partir de las reflexiones propuestas por la teología de la liberación. La teología de la liberación fue un cuerpo de doctrina religiosa surgida en nuestro continente a finales de los años 1960 y principios de 1970, habiendo sido adoptada y practicada predominantemente por sacerdotes de la Iglesia Católica. En general, el CpS fue un grupo que surgió en el seno de la Iglesia Católica chilena que, durante sus dos años de actuación (1971-1973), estuvo al lado de la clase trabajadora endosando sus reivindicaciones y practicando, según el pensamiento del grupo, la “evangelización liberadora”. A partir de esa perspectiva, se entiende que el CpS estuvo ligado a una nueva forma de hacerse iglesia, distante del modelo institucional y verticalizado.

Palabras clave: Cristianos por el Socialismo, Teología de la liberación, Chile.

¹ O texto aqui apresentado é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq.



A teologia da libertação: uma doutrina latino-americana

A conjuntura política mundial na segunda metade do século XX esteve marcada pela crescente bipolarização entre os EUA e a URSS, proveniente das disputas de poder no âmbito da Guerra Fria. A América Latina, por possuir um vasto território, riquezas naturais, territórios geopoliticamente estratégicos e ser historicamente dependente das grandes potências, não ficou de fora dessas disputas de poder. Sob forte influência da hegemonia norte-americana – com os governos estadunidenses temerosos com as revoluções socialistas que poderiam eclodir a partir da Revolução Cubana de 1959 –, o continente passou por momentos de tensão, crise econômica e social acompanhada por sucessivos golpes militares que assolaram as democracias.

Nesse contexto, de acordo com Bosi (2007), nasce oficialmente no ano de 1970 no seio da Igreja Católica, a teologia da libertação². Esta se fez presente por quase todos os países da América Latina, constituindo-se como importante pilar doutrinário para as práticas religiosas e políticas. De maneira breve, ela pode ser compreendida como um movimento de resistência católico/cristão frente às imposições, restrições e autoritarismos dos governos civis ou militares e, também, como movimento de apoio às plataformas políticas de governos reformistas e socialistas. Conforme Löwy (2016, p. 74), a teologia da libertação é um movimento social/religioso e sem sua devida análise não é possível compreender o surgimento da revolução na América Central. Dessa forma, Oliveira (2016) chama atenção para o fato de que a teologia da libertação esteve presente de forma efetiva na Revolução Sandinista em 1979 e em El Salvador nos anos 1980. Nesses casos ela atuou como “um pilar de apoio institucional – da Igreja – e teórico, devido suas reflexões de caráter marxista” (OLIVEIRA, 2016, p. 42).

Por utilizar-se de reflexões de caráter marxista, seria a teologia da libertação uma corrente inteiramente ligada a esse pensamento? Seria negligente reduzir a teologia da libertação a um movimento exclusivamente marxista. Seu ponto de partida foi a vivência da realidade social em todo o continente: a pobreza e a exploração. Desse modo, para muitos fiéis atentos às necessidades e as questões sociais, o marxismo foi escolhido como método de análise, pois parecia ser a explicação mais coerente para essas causas, e uma proposta adequada para extingui-las (LÖWY, 2016, p. 130). Entretanto, se não podemos afirmar que a teologia da libertação é marxista, podemos

² Num primeiro momento gostaríamos de salientar que por conta dos limites práticos e teóricos deste artigo, não cabe aqui abordar a teologia da libertação em sua abrangência e aspectos mais amplos. Assim, o propósito do texto não é o de debater de maneira conceitual e cronológica a teologia da libertação ao revisar e esgotar a vasta bibliografia pertinente sobre o tema, mas sim introduzir suas bases e seus principais tópicos, para que haja a compreensão de sua relação direta com o movimento social/sacerdotal a ser estudado, reflexo do contexto político, cultural e social que América Latina experimentava, sobretudo o Chile. Para aprofundar o entendimento sobre a teologia da libertação, sugerimos a leitura de: Leonardo Boff (2012), Enrique Dussel (1999) e Cejana Noronha (2012).



afirmar que muitos sacerdotes e leigos que faziam e fazem parte dela, assumiam o marxismo como teoria de análise da realidade. Assim, de acordo com Löwy

[...] não há dúvida de que os teólogos da libertação extraíram análises, conceitos e perspectivas do arsenal teórico marxista e que esses instrumentos desempenham um papel importante em sua compreensão da realidade social na América Latina. (2016, p. 127).

Não obstante, a teologia da libertação passou por um período de preparação que se inicia no começo da década de 1960 antes de se constituir como uma teologia propriamente dita. De acordo com Oliveira, a partir da Encíclica *Mater et Magistra* de 1961 e do Concílio do Vaticano II realizado entre os anos de 1962 a 1965, a Igreja passou “a manifestar uma maior preocupação com o sujeito social, cultural e político que figurava nos bancos das capelas em todo o mundo” (2016, p. 38). Mesmo tendo ocorrido na Europa, o Concílio do Vaticano II teve grande importância para a teologia da libertação, pois de certo modo, funcionou como uma espécie de elaboração das ideias que concerniram à Conferência Geral do Episcopado em Medellín (ou, simplesmente Conferência de Medellín) em 1968: em linhas gerais, uma espécie de continuação deste Concílio voltado para a América Latina. As discussões de Medellín contribuíram fundamentalmente para encaminhar a prática e o pensamento dos sacerdotes progressistas latino-americanos (OLIVEIRA, 2016, p. 40).

Ainda que a teologia da libertação deva ser pensada como um movimento religioso latino-americano e seu marco inicial possa ser estabelecido no Concílio do Vaticano e na Conferência de Medellín, de fato muito antes da América Latina havia na Europa e principalmente na França, um movimento de esquerda cristã progressista que, embora tivesse elementos em comum, não deve ser confundido com a teologia da libertação, como bem ressalta Alfredo Bosi. O autor aponta que o francês e socialista cristão Charles Peguy (1873-1914) é “consensualmente apontado como a matriz de um cristianismo aberto aos ideais de transformação social [...] a figura de Peguy como a de um precursor do que de mais autêntico se encontra na aliança entre cristianismo e socialismo ao longo do século XX” (BOSI, 2007, p. 89). Esse autor ainda comenta que a teologia da libertação “pôde constituir-se como um corpo coeso de doutrina porque, dos anos 1930 aos 1960, adensou-se um pensamento socializante e democratizante no interior da Igreja, sobretudo francesa” (BOSI, 2007, p. 90). Portanto, é interessante observar as aspirações socialistas dos padres franceses desde os anos 1930 que culminaram num processo de “abertura” da Igreja europeia a partir dos anos 1960 e da Igreja latino-americana a partir dos anos 1970.

Outros fatores, muito particulares do continente latino-americano, também contribuíram para o desenvolvimento da teologia da libertação. Além das mudanças internas e externas observadas na própria Igreja, é preciso pensar que o continente, sobretudo a partir dos anos 1950,



passou por um processo de industrialização sustentado pelo capital transnacional, que acabou por promover ainda mais a dependência econômica dos países, aprofundando as divisões sociais, estimulando o êxodo rural e o crescimento das cidades. Somados a esse fator, devemos pensar a Revolução Cubana de 1959 que lançou uma nova fase na história do continente e os golpes civis-militares de Estado, inaugurados no Brasil em 1964. Todos estes elementos fizeram “despertar” uma face mais humana/social da Igreja, diferente daquela humanidade observada e pregada nos cultos religiosos, uma humanidade institucional, por assim dizer. Assim, a teologia da libertação aviva no interior da Igreja um olhar diferente para os seus fiéis mais pobres.

Nesse sentido, de acordo com Leonardo Boff (1986), a teologia da libertação foi pensada e praticada a partir deste lugar social: junto dos pobres e sua luta.

Enfim, do lugar social dos oprimidos ressalta fortemente a dimensão pública e social da fé cristã, descobre-se melhor o caráter estrutural das injustiças e a dimensão processual de todo e qualquer compromisso de libertação, com as lutas e penas inevitavelmente lhe estão associadas. (1986, p. 21).

Ao assumir sua “opção preferencial pelos pobres” (LÖWY, 2016 p. 76), essa nova forma de fazer Igreja valoriza ainda mais a comunidade, os laços de partilha, de amor ao próximo e o trabalho de base, porém, mais que isso, os enxerga como agentes da sua própria transformação e emancipação, sem transfigurar e romantizar sua luta. Essa nova configuração se distancia do assistencialismo aos pobres, historicamente exercido pela Igreja Católica que

[...] seria a característica na qual a sua função legitimadora e sua concepção teológica mais convergiriam; ao sentar à mesa dos ricos, a instituição pediria que estes, por caridade, aliviassem a triste realidade dos pobres, pois, tomando como referência sua concepção teológica, a justiça social não teria grande importância no processo soteriológico, o importante seria salvar a alma. Por consequência, esse entendimento que relegava a história humana a um papel secundário no plano da salvação, impediria que ela compreendesse o caráter estrutural dos males sociais, pois não se incentivava o diálogo com as ciências humanas. (DIAS, 2015, p. 61).

Gustavo Gutierrez, um dos teólogos precursores da teologia da libertação, no início dos anos 70 produziu uma obra voltada a debater questões políticas e religiosas do continente latino americano naquele contexto e introduzir essa “nova” teologia. Um dos elementos que mais chama atenção é o fato do autor acentuar o caráter do homem como agente transformador da sociedade e não um sujeito passivo, alvo de caridade. Assim, de acordo com o seu pensamento, a sociedade estava diante de uma radicalidade crescente da práxis social, e o homem contemporâneo havia começado a perder sua ingenuidade diante dos condicionamentos econômicos e socioculturais e que os motivos causados pela situação em que se encontravam eram, cada vez mais conhecidos



(1975, p. 77). Em outras palavras, Gutierrez afirma que naquele momento, o homem se tornara mais crítico diante da sua situação de mazela e exploração. O autor completa:

En la problemática actual, un hecho salta a la vista: el carácter adulto que ha comenzado a asumir la praxis social del hombre contemporáneo. Es el comportamiento de un hombre cada vez más consciente de ser sujeto activo de la historia, cada vez más lúcido frente a la injusticia social y a todo elemento represivo que le impida realizarse, cada vez más decidido a participar en la transformación de las actuales estructuras sociales y en la efectiva gestión política. (GUTIERREZ, 1975, p. 75-76).

Gutierrez ainda nos apresenta uma dimensão do espaçamento da teologia tradicional para a teologia contemporânea. Conforme o autor, seria tarefa desta teologia contemporânea elucidar a problemática atual, detalhando com mais exatidão o porquê de seu surgimento. A partir disso, é possível compreender que Gutierrez desejava que as causas da pobreza e os mecanismos de ação do capital fossem estudados com mais cuidado e denunciados pelas pessoas e por essa nova teologia, pois “Sólo así se podrá, además, hacer frente a los desafíos concretos de la situación presente” (GUTIERREZ, 1975, p. 75).

Conforme Löwy (2016), o processo de radicalização do cristianismo latino-americano não se inicia de cima para baixo, de um grupo dirigente de sacerdotes progressistas para a comunidade em geral, tampouco de baixo para cima, mas sim da periferia para o centro.

As categorias ou setores sociais envolvidos no campo religioso-eclesástico que iriam se tornar a forma impulsora para a renovação eram todos, de um jeito ou de outro, marginais ou periféricos em relação à instituição: movimentos laicos, e seus consultores, especialistas laicos, padres estrangeiros, ordens religiosas. (LÖWY, 2016, p. 85).

Acreditamos que a expressão da teologia da libertação e o contexto político do continente podem ser observados no Chile durante os anos de 1970-1973. Esse curto período de tempo foi bastante rico em matéria de política e religião. No ano de 1970 Salvador Allende, um candidato da esquerda representado pela Unidade Popular, chegou ao poder com o objetivo de transformar um estado capitalista numa sociedade socialista. Aquele foi um momento de grande efervescência e esperança do movimento popular. Falaremos abaixo do movimento dos *Cristianos por el Socialismo*, em grande medida relacionado à teologia da libertação e ao processo político e social que atravessava o Chile e a América Latina de uma forma geral.

Os “Cristianos por el Socialismo” no Chile: um possível diálogo entre marxismo e cristianismo

Uma das características mais marcantes da tentativa chilena de transição ao socialismo foi



a participação ativa de vários grupos de sacerdotes, religiosos e laicos em tal processo³. De acordo com Amorós (2005), a expressão mais acabada dessa transformação foi a criação, em 1971, e desenvolvimento do grupo dos Cristianos por el Socialismo porque

[...] sus militantes derrumbaron los dogmas que históricamente habían enfrentado a marxistas y cristianos. [...] la participación de los cristianos en la construcción del socialismo enriqueció aquel singular proceso revolucionario y contribuyó a hacerlo inolvidable (2005, p. 1).

No Chile, a aproximação entre o marxismo e o cristianismo tem como marco o ano de 1965. De acordo com Amorós (2005), marxistas e cristãos naquele ano se juntaram para denunciar a invasão norte-americana na República Dominicana. Também em 1965 – no contexto do governo do democrata cristão Eduardo Frei, opositor histórico de Salvador Allende – dois militantes do Partido Democrata Cristão (PDC) chileno publicaram um importante ensaio no livro *El desarrollo de la nueva sociedad en América Latina* (SILVA e CHONCHOL, 1965) o qual apresenta algumas diretrizes para a compreensão da “via não capitalista de desenvolvimento”. Importante frisar que em nenhum momento daquele contexto a Democracia Cristã chilena teve a intenção de romper com o capitalismo. Se apresentava como uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo, numa tentativa de humanizar e reformar o sistema, mas sem inverter sua estrutura. De acordo com Amorós (2005), a obra constituiu como primeira tentativa teórica de diálogo entre a fé e a política.

Ainda segundo Amorós, naquele contexto dos anos 1960, muitos sacerdotes passaram a integrar-se ao trabalho e às populações pobres com o objetivo de distanciar-se da alta hierarquia da Igreja Católica chilena, pois a consideravam vinculada com as classes mais abastadas. Richard (1976) chama atenção para o fato de que a entrada de sacerdotes e religiosos no movimento popular está ligada a um processo de politização das bases da igreja.

As tentativas de diálogo dos sacerdotes e religiosos entre fé e política (cristianismo x marxismo) bem como a aproximação destes às populações mais marginalizadas, fizeram com que, diante da eminente vitória presidencial da Unidade Popular (UP) em 1970, um grupo de sacerdotes se reunisse para discutir como evitar que a Igreja ficasse à margem das transformações sociais tão almejadas. Sobre esas discussões, Fernández destaca:

Al principio la reflexión tendrá como objetivo saber acompañar al pueblo en su lucha. Cuando la UP gane las elecciones la cuestión será qué es lo que debían aportar los cristianos para la construcción del socialismo. Esta inquietud llevará a algunos sacerdotes insertos en sectores populares a estudiar directamente el

³ Nosso objetivo aqui não é evidenciar ao leitor a tentativa de transição do Chile ao socialismo com a chegada de Salvador Allende e da Unidade Popular (UP) ao poder. Se o leitor quiser se aprofundar mais no assunto, sugerimos a leitura de algumas obras nacionais: Alberto Aggio (2002); e Emir Sader (1982).



marxismo para ver en qué consistía el atractivo que captaba la esperanza del pueblo (FERNÁNDEZ, 1997, p. 190).

Nesse sentido, Amorós comenta que o apoio de alguns sacerdotes, religiosos e leigos à Salvador Allende e o envolvimento na campanha política da UP foi amplo. De acordo com o autor, o intuito de alguns era acabar com a recorrente propaganda que condenava o “comunismo ateu” (AMORÓS, 2005, p. 7). No entanto, a resposta da alta hierarquia da Igreja foi rápida e já demonstrava seus traços conservadores⁴. Em um documento dos bispos chilenos lançado em setembro de 1970 intitulado *Carta de los Obispos de Chile a los Consejos de Presbiterio y a los Superiores de Congregaciones Religiosas*, fica claro que a intenção destes era sinalizar uma linha entre os sacerdotes e a política partidária⁵. Conforme o documento: “[...] mantenemos la determinación prudencial de pastores de la Iglesia en el sentido que en Chile el sacerdote no debe actuar en la política de partidos”⁶. Mais à frente, o documento remonta um dos direcionamentos da conferência de Medellín no qual destaca que não é papel do sacerdote buscar ou estruturar soluções de ordem econômica, social ou política: “en el orden económico y social, y principalmente en el orden político, en donde se presentan diversas opciones concretas, al sacerdote como tal no le incumbe directamente la decisión, ni el liderazgo, ni tampoco la estructuración de soluciones”⁷. Por fim, o documento faz um apelo aos sacerdotes pela unidade entre o clero e a hierarquia: “Recordamos el mandato de Cristo de permanecer en la unidad. Unidad, por de pronto, del clero entre sí y con la jerarquía”⁸.

Após a vitória de Allende nas eleições presidenciais em 1970 e de uma ampla vitória da UP nas eleições municipais em 1971, de acordo com Fernández (1997), uma jornada foi convocada por um grupo de sacerdotes entre os dias 14 a 16 de abril de 1971, na qual a questão principal era, em linhas gerais: como renovar a Igreja diante dos desafios da construção do socialismo (1997, p. 190). Conforme Richard (1976, p. 23), a jornada se realizou em um período de pleno avanço do

⁴ Partilhámos da ideia de que, enquanto instituição, a Igreja Católica Apostólica Romana historicamente esteve ao lado das classes dominantes, atribuindo um papel secundário aos seus fiéis mais pobres. A aparição da teologia da libertação e do CpS inverte essa equação: ao se integrar às massas populares, os pobres passam a ser os protagonistas da Igreja, os próprios agentes da almejada transformação social.

⁵ Quanto a participação ativa em partidos políticos, Fernández (1997, p. 197) deixa claro que havia a opção pela esquerda e pelo socialismo, embora poucos sacerdotes eram efetivamente filiados a partidos políticos como o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR); o Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU); o Partido Socialista (PS) e ao Partido Comunista (PC). Contudo, como algumas fontes no mostram, havia consciência de parte dos sacerdotes em compreender a importância dos partidos políticos marxistas na transformação da sociedade que pregavam.

⁶ Los Obispos de Chile, 24/09/1970, Arquivo da Conferência Episcopal de Chile. Disponível em: http://documentos.iglesia.cl/conf/doc_pdf.php?mod=documentos_sini&id=989 Acesso em: 07/03/2016.

⁷ Los Obispos de Chile, 24/09/1970, Arquivo da Conferência Episcopal de Chile. Disponível em: http://documentos.iglesia.cl/conf/doc_pdf.php?mod=documentos_sini&id=989 Acesso em: 07/03/2016.

⁸ Los Obispos de Chile, 24/09/1970, Arquivo da Conferência Episcopal de Chile. Disponível em: http://documentos.iglesia.cl/conf/doc_pdf.php?mod=documentos_sini&id=989 Acesso em: 07/03/2016.



governo popular, no qual a esquerda estava avançando e eram cumpridos os objetivos mais importantes do programa de governo de Allende. Naquele momento, a direita estava desorganizada e o Partido Demócrata Cristão era dirigido por setores mais progressistas que corroboram, ainda que de forma crítica, com o governo. Sendo assim, a conjuntura política e social deu margem para o surgimento de um grupo no interior da igreja ligado à transição para o socialismo.

O resultado dessa jornada foi um documento intitulado *Declaración de los ochenta* produzido por oitenta sacerdotes. Na declaração há a defesa explícita da classe trabalhadora, que viveria em condições de dominação e exploração diretamente ligadas ao capitalismo. Para esses sacerdotes, o capitalismo seria a causa principal da desigualdade e da injustiça social.

Conforme o documento:

La clase trabajadora permanece todavía en condiciones de explotación, que implican desnutrición, falta de vivienda, cesantía y escasas posibilidades de acceder a la cultura. Hay una causa clara y precisa de esta situación: el sistema capitalista, producto de la dominación del imperialismo extranjero y mantenido por las clases dominantes del país.⁹

A defesa da transição da sociedade ao socialismo já é bastante ampla nesse primeiro documento. Com o passar dos dois anos efetivos de atuação do CpS no Chile (setembro de 1971 - setembro 1973), esse caráter de defesa do socialismo se mostrará ainda mais explícito. Nesse sentido, a análise do documento deixa claro o contentamento destes sacerdotes com a vitória de Allende e da chegada da Unidade Popular ao poder:

Constatamos la esperanza que significa para las masas trabajadoras la llegada al poder del gobierno popular y su acción decidida en favor de la construcción del socialismo. Esta intuición del pueblo no es errada. [...] Nos sentimos comprometidos en este proceso en marcha y queremos contribuir a su éxito. La razón profunda de este compromiso es nuestra fe en Jesucristo, que se ahonda, renueva y toma cuerpo según las circunstancias históricas.¹⁰

A declaração ainda enfatiza a paradoxal relação entre cristãos e marxistas. Historicamente o marxismo foi ligado ao ateísmo e ainda ecoam os gritos de um “comunismo-ateu”. Essa ligação foi largamente utilizada para a desmoralização daqueles que, mesmo timidamente, fazem uso do marxismo como método de análise da sociedade. Para os “oitenta”, não havia incompatibilidade em ser cristão e socialista, uma vez que no socialismo há mais valores do Evangelho de Cristo do que no capitalismo:

Ser cristiano es ser solidario. Ser solidario en estos momentos en Chile es participar en el proyecto histórico que su pueblo se ha trazado. Como cristianos no vemos incompatibilidad entre cristianos y socialismo. Todo lo contrario.

⁹ RICHARD, 1976, p.211. **Declaración de los ochenta**, 04/1971.

¹⁰ RICHARD, 1976, p.212. **Declaración de los ochenta**, 04/1971.



Como dijo el cardenal de Santiago en noviembre pasado «en el socialismo hay más valores evangélicos que en el capitalismo».¹¹

Embora a posição dos oitenta sacerdotes fosse de apoio a transição para o socialismo por meio da eleição do governo da Unidade Popular, o documento não deixou de apresentar sua crítica. Para eles, a crítica ao processo e a transição deveria ser realizada dentro da “revolução” e não fora dela: “Es necesario reconocer que no todo lo que se hace es obligadamente positivo y eficaz. Pero al mismo tiempo afirmamos que la crítica debe realizarse desde dentro del proceso revolucionario y no desde fuera de él”¹².

Mais uma vez a atuação da alta hierarquia foi rápida e no dia 22 de abril de 1971, portanto seis dias após a divulgação da *Declaración de los ochenta*, os bispos lançaram outro documento intitulado *El Evangelio exige comprometerse en profundas y urgentes renovaciones sociales* em que condenam a opção pelo socialismo, tanto quanto pelo capitalismo.

Una opción por un socialismo de inspiración marxista plantea legítimas interrogantes. Se trata de un sistema que tiene ya realizaciones históricas. Derechos fundamentales de la persona humana han sido, en ellas, conculcados en forma análoga y tan condenablemente como en sistemas de inspiración capitalista.¹³

O documento também trata da opção política dos sacerdotes. Como todo cidadão, os padres poderiam dispor de uma orientação política definida; entretanto, não deviam usar seu respaldo religioso e moral, advindos do sacerdócio, para reforçar sua posição política. Desse modo, a mensagem da hierarquia já se mostrava contundente: era preciso transmitir uma certa posição de “neutralidade” no processo para o qual caminhava a sociedade chilena e que seus sacerdotes não optassem publicamente por partidos (sobretudo aqueles de orientação marxista):

El sacerdote puede, como todo ciudadano, tener una opción política; pero no deben en ningún caso dar a esta opción el respaldo moral de su carácter sacerdotal. [...] [temos insistido] ante nuestros sacerdotes, para que se abstengan de tomar públicamente posiciones políticas partidistas. Lo contrario sería volver a un clericalismo ya superado y que nadie desea ver aparecer de nuevo.¹⁴

A Declaração dos “oitenta” e a rápida resposta dos bispos chilenos fizeram ecoar as vozes da política no interior da Igreja e na comunidade religiosa. Em 23 de abril de 1971, um dia após o documento da hierarquia, doze professores de teologia lançaram um manifesto demonstrando apoio aos oitenta sacerdotes e consideraram injustas as críticas dos bispos. O documento endossa

¹¹RICHARD, 1976, p. 212. **Declaración de los ochenta**, 04/1971.

¹²RICHARD, 1976, p. 214. **Declaración de los ochenta**, 04/1971.

¹³ Los Obispos de Chile, 22/04/1971, Arquivo da Conferencia Episcopal de Chile. Disponível em: http://documentos.iglesia.cl/conf/doc_pdf.php?mod=documentos_sini&id=993 Acesso em: 08/03/2016.

¹⁴Los Obispos de Chile, 22/04/1971, Arquivo da Conferencia Episcopal de Chile. Disponível em: http://documentos.iglesia.cl/conf/doc_pdf.php?mod=documentos_sini&id=993 Acesso em: 08/03/2016.



a crítica ao capitalismo como violência institucionalizada e atribui ao sistema a causa da carestia, da miséria e da exploração da classe trabalhadora. Seguindo o posicionamento dos “oitenta”, para estes doze teólogos, a nova sociedade que pretendia o Chile só se consolidaria de fato com a superação das classes. Para eles, a luta de classes não era apenas um conceito, mas sim a mais pura realidade e enquanto realidade, a Igreja não estaria alheia a este fenômeno.

Consideramos que las jornadas realizadas como la declaración emitida por ustedes constituyen un hecho de significación altamente positivo. [...] El capitalismo genera contradicciones que no pueden ser resueltas dentro de los marcos del mismo sistema capitalista. De ahí que, al igual que ustedes, nos sentimos comprometidos con el proceso de construcción de una nueva sociedad en Chile. Tal proceso significa encaminarse hacia la superación de clases [...].¹⁵

Este mesmo documento ainda chama atenção para a aliança entre cristãos e marxistas, sobretudo aqueles ligados aos partidos marxistas chilenos. Os teólogos que assinam o documento reconhecem que o projeto de transição ao socialismo está a cargo destes partidos políticos e que seria ingenuidade pensar a construção de uma sociedade justa sem eles: “[...] sea obvia la necesidad para los cristianos de colaborar con los marxistas. Sería una ingenuidad, una superficialidad y carencia de sentido de la historia el pretender en la actualidad construir una sociedad libre y socialista, al margen de estos partidos marxistas”.¹⁶

Reforçando a tese de diálogo entre marxismo e cristianismo, estes teólogos acreditavam ser um fato notório que dia após dia se aumentava o número de cristãos seriamente comprometidos com os partidos marxistas na construção do socialismo no Chile.¹⁷

Podemos, portanto, considerar que o grupo dos oitenta sacerdotes reunidos em abril de 1971 se constituiu como o primeiro núcleo, do que em setembro daquele ano se tornaria os *Cristianos por el Socialismo*. Ainda naquele ano, mais precisamente em maio, outro grupo de sacerdotes realizaria uma jornada, também com a intenção de participar mais ativamente do processo chileno. O encontro ficou conhecido como *Jornada de los 200*, pois duzentos religiosos participaram. De acordo com Richard (1976, p.49), a jornada dos duzentos não foi mediada nem organizada pelos oitenta, a iniciativa foi livre e autônoma. Assim, passaram a coexistir e complementar-se os grupos dos “oitenta” e dos “duzentos”, com propósitos parecidos no seio do movimento popular, embora com atuações diferentes. O primeiro grupo atuava junto das comunidades de base e promovia um trabalho ideológico de conscientização, o segundo se caracterizaria por ser uma corrente clerical atuante no interior da igreja. Richard comenta que:

¹⁵ RICHARD, 1976, p.215-216. **Adhesión a la declaración de «los 80»**, 04/1971.

¹⁶ RICHARD, 1976, p.216-217. **Adhesión a la declaración de «los 80»**, 04/1971.

¹⁷ RICHARD, 1976, p.216-217. **Adhesión a la declaración de «los 80»**, 04/1971.



[...] con el nombre de «los 200», se originó en el clero chileno una corriente definida de acción y pensamiento. Coexistían así «los 80» y «los 200». Ambos grupos partían de un análisis y de un compromiso con el movimiento popular. «Los 80» acentuarían la expresión social de los cristianos revolucionarios. «Los 200» acentuarían, a partir del proceso social, la lucha en el interior de la iglesia (RICHARD, 1976, p. 50).

Imerso neste contexto, no qual o ideal da transformação e da libertação era latente, nasce o *secretariado sacerdotal Cristianos por el Socialismo*. Conforme Fernández:

En septiembre de ese mismo año, 1971, empezó a funcionar “Cristianos por el Socialismo” como movimiento organizado, partiendo de ese primer núcleo que había sido el grupo de “los ochenta”. CpS nacía como un movimiento sacerdotal. Con su aparición se abrió una etapa de dos años que ha marcado profundamente la historia de la Iglesia chilena [...]. (FERNÁNDEZ, 1997, p. 191).

De acordo com Kallás, o CpS desde o seu início foi visto com desconfiança pelo alto clero, pois além das críticas à Igreja, tratava-se de um grupo declaradamente ligado à esquerda política e que buscava por transformações internas na Instituição, deixando de lado a atuação conservadora – por vezes ligada aos interesses da burguesia, de acordo com os sacerdotes aliados ao movimento – para uma real militância junto aos pobres. Os bispos também rechaçavam o movimento, argumentando que o marxismo e cristianismo eram antagônicos e que era preciso “insistir na dissociação do sacerdócio com a política, em especial a política partidária, de forma a ‘evitar’ o processo de politização da Igreja Católica” (KALLÁS, 2008, p. 206). Quanto a atuação dos CpS, Bosi comenta que o grupo

[...] convocava os cristãos para se incorporarem ao processo revolucionário por meio de uma aliança ético-política com todas as forças de libertação popular. [...] Todo esse movimento de ideias foi adubado por uma teologia voltada para a valorização do homem diante da desumanização capitalista (2007, p.91).

Como um movimento sacerdotal presente na luta política e ideológica, os integrantes do CpS eram sempre indagados sobre seu caráter de partido político. Richard (1976) assinala que o CpS não era um partido político, pois se situava apenas no campo ideológico, não no campo da luta política nem econômica. É exatamente esta limitação de atuação que o distinguia. De acordo com o autor:

El límite que CpS se imponía, como grupo, era el de participar en la lucha política, sólo dentro del campo de la lucha ideológica. Era un campo limitado y sectorial dentro de la lucha total. Esta limitación necesaria distinguía claramente a CpS de un partido político, el cual por naturaleza asumía la totalidad del campo de la lucha política: la lucha económica, la lucha por la toma del poder, la revolución, cultural y la lucha ideológica. Los CpS asumían solo la lucha ideológica [...] (RICHARD, 1976, p. 124).

Estar e fazer parte do movimento parece ter sido muito significativo para os sacerdotes e religiosos que se dispuseram a militar junto aos trabalhadores e trabalhadoras pobres para construir



a “Igreja do povo e de Deus”. De acordo com um testemunho oral (colhido por Fernández) de Francisca Morales, religiosa e membro de uma comunidade onde o CpS atuou, a convivência com a população marginalizada “ayudó a muchos sacerdotes y religiosas a entender la fie con los ojos de los pobres, a vivir una inserción más lúcida em el mundo de los pobres” (FERNÁNDEZ, 1997, p. 196).

Um documento de dezembro de 1971 intitulado *Comunidad de Cristianos Revolucionarios. Primera declaración de principios* aponta para uma espécie de “disciplina revolucionária” que deveria ser seguida por membros do CpS em uma determinada comunidade¹⁸. O ponto número sete indica uma rigidez para com o compromisso revolucionário:

Los miembros de la Comunidad se comprometen a conceder primera prioridad a la reunión mensual, visibilizando con ello su fe en la absoluta primacía del reino de Dios que adviene en cada acto revolucionario. En caso de no poder con dicho compromiso, deberá notificarse con anticipación a alguno de los miembros del comité responsable, el cual hará las veces de tribunal revolucionario, el miembro podrá ser expulsado de la Comunidad. (RICHARD, 1976, p. 240).

O ponto número onze é o último da declaração e o mais contundente no que diz respeito a referida disciplina revolucionária:

La aceptación de estos principios es estrictamente obligatoria para todos los miembros de la Comunidad. Sólo una disciplina revolucionaria nos puede llevar a una moral revolucionaria. Sólo una moral revolucionaria nos puede llevar a un cristianismo revolucionario. Sólo un cristianismo revolucionario puede ayudar a la liberación del hombre.

De acordo com Richard (1976), já nos primeiros meses de atuação do CpS, a agudização da luta de classes no Chile e a ofensiva da direita forçaram o grupo, em dezembro de 1971, a uma reorganização que culminou em uma desclericalização. Nos dias 18 e 19 organizou-se uma jornada nacional. Dentre os temas discutidos, vale a pena salientar aquele que mais provocou impacto: a abertura do CpS para os religiosos, pastores protestantes e laicos. Este feito demonstra que o CpS nasceu como um movimento estritamente sacerdotal e com o tempo foi abrindo suas portas para a incorporação dos sujeitos comuns¹⁹. Assim, a voz do movimento e suas declarações públicas

¹⁸ Vale ressaltar que podemos encontrar inúmeras e distintas realidades entre as comunidades onde os CpS atuavam, portanto seria negligente de nossa parte reduzir todo o movimento a esse documento. A declaração analisada foi escrita para uma comunidade em específico, por isso devemos evitar generalizações.

¹⁹ O CpS nasceu majoritariamente como um movimento sacerdotal e seus dirigentes mantiveram esta característica até as vésperas do golpe militar. Porém, a partir do final de 1971, o movimento inicia uma certa desclericalização ao incorporar homens e mulheres leigos na frente da luta ideológica pela transformação da sociedade. É nesse momento que, paulatinamente, o CpS vai deixando de ser um movimento estritamente sacerdotal para se tornar um movimento social de fato. Maria da Glória Gohn (2000, p.13), assinala algumas características e atitudes principais que compõem um movimento social. Para a autora, são ações coletivas sociais e políticas desenvolvidas por pessoas de diferentes camadas da sociedade que atuam de maneira a lutar contra problemas e disputas de diversas ordens; luta pela terra, luta por direitos, luta por igualdade de gênero, entre muitos outros. Assim, a atuação no interior de um movimento social acaba por gerar uma identidade coletiva ao grupo e sobretudo ao sujeito participante. No caso do CpS a partir



ficariam mais sob a responsabilidade dos sacerdotes, enquanto que o trabalho de base nas comunidades, se acentuaria com a participação dos laicos. A partir de então, o *secretariado sacerdotal Cristianos por el Socialismo* se torna apenas *secretariado Cristianos por el Socialismo*. Richard assinala:

Un punto de discusión de la jornada nacional fue sobre el carácter sacerdotal del movimiento. Hubo dos tendencias. Una, que afirmaba la necesidad de este carácter sacerdotal. [...] La otra tendencia proponía una des-clericalización del movimiento, para posibilitar la participación de religiosas y laicos. El movimiento se abría a la participación de religiosas, pastores protestantes y laicos, pero en las declaraciones públicas se acentuaria la presencia de sacerdotes y, en el trabajo de base, se acentuaria la participación de laicos (RICHARD, 1976, p. 73-74).

Segundo Richard (1976, p.158), uma das características mais presentes no CpS foi seu caráter internacional. Fernández (1997, p. 194), discute acerca da difusão do movimento pelo continente latino americano. Para o autor, dois fatores contribuíram para a “latino-americanização” do movimento. O primeiro foi a visita, em novembro de 1971, de Fidel Castro ao Chile. Esta, por sua vez impulsionou ideologicamente uma maior adesão dos sacerdotes ao socialismo. O segundo fator que contribuiu para a expansão do movimento foi o Primeiro Encontro Latino-americano de Cristãos para o Socialismo (*Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo*), realizado em Santiago em abril de 1972, contando com a participação de cerca de quatrocentas pessoas, entre sacerdotes, leigos e religiosos de diversos países. O resultado desse encontro foi um documento considerado único, contemplado e seguido tanto pelo CpS quanto por grupos de outros países guiados por esta mesma corrente ideológica. De acordo com Amorós:

El documento final del Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo proclamó que se identificaban como cristianos que pensaban su fe a la luz del proceso de liberación de los pueblos y de su compromiso con la construcción de una sociedad socialista, única forma de enfrentarse al imperialismo y romper la dependencia económica. Y constató que aumentaba la conciencia de la necesidad de una alianza estratégica de los cristianos revolucionarios con los marxistas, lo que significaba ‘caminar juntos en una acción política común hacia un proyecto histórico de liberación’ (2005, p. 19).

Um mês antes do Encontro, em março de 1972, doze sacerdotes viajaram a Cuba e lá firmaram uma mensagem aos cristãos da América Latina. O documento também nos oferece elementos para tentarmos compreender o caráter internacional do CpS. Apesar de sua extrema importância, de certa forma a declaração não é tão inovadora nas críticas ao sistema; elas são parcialmente observadas em outros documentos anteriores do grupo. A crítica ao capital, às teses desenvolvimentistas e reformistas e o subdesenvolvimento do continente, bem como a importante aliança entre marxistas e cristãos são destacadas de maneira central. Contudo, o movimento dos

dos fins de 1971, a identidade desenvolvida pelos laicos presentes na luta ideológica fora, possivelmente, a de cristãos marxistas.



CpS - representado pelos doze sacerdotes - inova em grande medida ao criticar abertamente (e para todo o continente) a opção de alguns sacerdotes da Igreja. Assim, a mensagem sugere uma luta de classes no seio da Igreja:

Nos duele como cristianos y porque amamos a nuestra iglesia que ella a través de la historia de América latina ha estado y sigue estando en la mayoría de los casos, por no decir siempre, aliada a las pequeñas minorías que han dominado y explotado al pueblo trabajador. Este es el gran pecado histórico de nuestra iglesia; es urgente e imprescindible que todos lo reconozcamos y por él pidamos perdón, para que surja la nueva iglesia latinoamericana, y no sólo ésta, sino un nuevo pueblo latinoamericano, libre, digno y fraternal. Saludamos y nos solidarizamos con los cristianos que, rompiendo con esta alianza, están real y verdaderamente comprometidos con la lucha de los pueblos por su liberación.²⁰

Para Löwy, estudioso do fenômeno religioso na sociedade, existiria luta de classes dentro da Igreja? Sim e não. Existe luta de classes na medida que alguns posicionamentos correspondem aos interesses das elites dominantes e, na outra ponta, dos oprimidos. E não, pois mesmo os bispos, jesuítas ou padres que são os líderes da "Igreja dos Pobres" não são realmente pobres (2016, p. 74-75). Contudo, se considerarmos com mais afinco a tese de Ernst Bloch²¹ ao distinguir duas correntes no seio da Igreja: uma oficial, institucional e a outra subversiva, popular (LÖWY, 2007, p. 310) e também o próprio posicionamento destes sacerdotes neste documento, tudo nos leva a crer que há de fato luta de classes dentro da Igreja e que a “opção preferencial pelos pobres” era uma prioridade para o clero ligado à teologia da libertação. Richard também comenta sobre um potencial revolucionário dentro da religião, uma face da religiosidade popular: “Em la religiosidad popular hay un potencial subversivo y una protesta por la miseria sufrida, que debido a la dominación, se expresa en una práctic ailusoria de liberación” (RICHARD, 1976, p. 144).

A partir de 1972, as tensões entre a hierarquia eclesiástica chilena e os Cristianos por el Socialismo se agudizaram. De acordo com Fernández (1997, p. 194), os bispos produziram um documento que advertia acerca das características do Primeiro Encontro Latino-americano de Cristãos para o Socialismo, e afirmava às outras Igrejas da América Latina que nada tinham a ver com a sua organização. Não satisfeitos com a repercussão daquele Encontro do CpS, em maio de 1972 alguns sacerdotes redigiram outro documento. Conforme Amorós, “más de 600 sacerdotes chilenos suscribieron una declaración de rechazo, donde reafirmaron su comunión con los obispos y rechazaron ‘los intentos de politización del clero’” (2005, p. 21). Nos parece evidente que a

²⁰ RICHARD, 1976, p. 243. **Mensaje a los cristianos de América latina**, 03/1972.

²¹ Além da tese de Bloch, Engels em “A Guerra Camponesa Alemã” (1850), chama atenção para o fato de que o clero não é um corpo socialmente homogêneo, podendo se dividir em distintos grupos de acordo com a sua posição social e hierárquica dentro da Igreja. Nesse mesmo sentido, Gramsci assinala que toda religião pode ser uma multiplicidade de distintas religiões, podendo haver um catolicismo para cada categoria e tipo social: um catolicismo para os camponeses, outro para as mulheres, outro para a burguesia e outro para intelectuais. Esses fatores podem explicar a tese de duas (ou mais) correntes atuantes no âmago das Igrejas. (LÖWY, 2007, p. 302-308)



insatisfação de alguns sacerdotes em relação ao Encontro tem muito a ver com o fato da mensagem firmada pelo CpS em Cuba, ainda em março de 1972: havia uma fração da Igreja comprometida com a classe trabalhadora e com a transição da sociedade ao socialismo e outra fração ligada ao capital e às classes dominantes.

O ano de 1972 foi árduo para o povo chileno. De acordo com Sader (1982), o governo da UP além de sofrer com os ataques da oposição, penava com uma rachadura interna. Constantemente Salvador Allende era considerado um “conservador” por sua base, na medida em que tentava mediar situações com a oposição por meio do diálogo. Também em 1972 a crise econômica ganhou contornos mais agressivos. Observou-se o aumento da asfixia econômica por parte da burguesia, estreitamente aliada ao imperialismo norte-americano. De acordo com Sader, “Através da ação combinada nos planos econômico, social, político e militar, a burguesia conseguia fazer entrar em crise seu próprio Estado” (SADER, 1982, p. 23-24). Entre agosto e outubro de 1972 a oposição planejou um plano de “desestabilização em larga escala, com a generalização da desobediência civil, o que provocou uma situação caótica no país” (SADER, 1982, p. 24). A situação caótica destacada por Sader pode ser constatada, em grande medida, no locaute promovido pelos empresários em outubro daquele ano. Naquele momento, a luta de classes alcançou um grau elevadíssimo de agudização. Segundo Richard (1976), o Chile estava polarizado em dois blocos antagônicos: de um lado os patrões, que tentavam paralisar a produção, a distribuição, o comércio, o transporte e os serviços públicos e, do outro lado, a classe trabalhadora, num ato de resistência, tentava fazer o país caminhar (RICHARD, 1976, p. 253). Um documento produzido naquele contexto representa a situação: homens, mulheres e jovens opondo-se à paralisação da produção ao ocupar as fábricas e continuar a produzir.

Chile vive momentos críticos. Durante varios días el pueblo ha visto que grupos poderosos tratan de paralizar el país, y que siempre los que más sufren son los trabajadores de la ciudad y el campo. A lo largo de Chile cientos de miles de trabajadores, estudiantes y pobladores se movilizan contra el paro (huelga patronal). Hombres, mujeres y jóvenes, endurecidos por las privaciones y sacrificios de toda una vida, hacen esfuerzos sobrehumanos para producir y distribuir lo que todo el país necesita. En estos días el pueblo se ha unido más y ha mostrado toda su generosidad.²²

Logo após a greve de outubro, em um dos momentos mais críticos da luta de classes no período, o CpS prepara aquele que seria um dos seus eventos mais importantes: a Jornada Nacional, realizada em novembro de 1972. Durante a ofensiva da direita, o CpS participou ativamente do enfrentamento ideológico e, conforme Richard (1976), deu um salto mais adiante em relação à sua

²² RICHARD, 1976, p. 254. **Insurrección de la burguesia**, 10/1972.



definição socialista e proletária. Além dessa definição interna, o trabalho de base nas comunidades nas quais o CpS atuava foi largamente discutido nesse encontro. Dois documentos provenientes da Jornada elucidam esses pontos: *Síntesis del trabajo de las comisiones y de las líneas centrales de la jornada nacional* e *¿Qué hacer? Cristianos en El proceso socialista*.

A primeira declaração é mais enfática em relação a evangelização das comunidades, ao trabalho de base e a importância da militância política²³.

O segundo documento trata da denúncia do projeto da Democracia Cristã chilena, sobretudo do reformismo social cristão. Em vários trechos da declaração há opção explícita em favor do socialismo e contrárias às vertentes reformistas. Para o CpS, social-cristianismo seria um dos elementos que fazem com que a classe trabalhadora permaneça desunida e dividida:

El gran escándalo en el cristianismo chileno es el hecho que tantos burgueses cristianos han contribuido a dividir al pueblo y frenar su lucha liberadora. Muchos campesinos, muchas mujeres del pueblo, muchos obreros y empleados han sido separados de sus hermanos de clase y se les ha adoctrinado con la ideología social-cristiana.²⁴

O documento também salienta a importância da participação efetiva na construção do socialismo no Chile. Para o CpS, não bastava apenas participar das organizações sindicais, das juntas de vizinhos ou se dedicar somente a conscientização, era preciso estar cada vez mais integrado nas ações e organizações do proletariado.

Outro trecho bastante significativo do documento diz respeito a problematização enquanto um socialismo ou comunismo fundamentalmente ateu: “La revolución, enquanto proceso de eliminación de la explotación humana y creación de relaciones más igualitarias, no puede ser considerada anti-cristiana o atea”²⁵. Para eles, o capitalismo por expropriar e explorar os trabalhadores que seria, de fato, fundamentalmente ateu.

Assim como grande parte dos movimentos sociais, o CpS era composto por correntes de pensamento heterogêneas, porém, havia um grande objetivo: a continuidade do governo popular e a transição da sociedade ao socialismo. Richard (1976) assinala quatro tendências que vão começar a se distinguir dentro do movimento, principalmente a partir do ano de 1973. No entanto, conforme o autor, estas tendências não contribuíram para uma divisão ou fragmentação do mesmo, pelo contrário, diante do debate e do diálogo entre elas, o grupo foi se fortalecendo naquele

²³ RICHARD, 1976, p. 255. *Síntesis del trabajo de las comisiones y de las líneas centrales de la jornada nacional*, 11/1972.

²⁴ RICHARD, 1976, p. 260. *¿Qué hacer? Cristianos en el proceso socialista*, 11/1972.

²⁵ RICHARD, 1976, p. 263. *¿Qué hacer? Cristianos en el proceso socialista*, 11/1972.



momento. Havia um consenso na necessidade de manter e desenvolver todas as tendências existentes no interior do CpS (1976, p. 171-172).

De acordo com o autor, a primeira tendência colocava ênfase na expressão social do CpS. Para eles, o movimento devia ter como função principal expressar os cristãos revolucionários e se fazer presente em todas as organizações de massa. Devia ainda expressar uma alternativa pública ao cristianismo burguês dominante representado pelas igrejas institucionais e pela Democracia Cristã. A segunda tendência colocava ênfase no trabalho de base. Acreditavam que a função principal do CpS era conscientizar aquelas massas cristãs que permaneciam inativas, marginalizadas e opostas ao processo chileno de construção do socialismo. O CpS devia chegar onde os partidos políticos não chegavam e iniciar um trabalho de politização. A terceira tendência colocava ênfase na definição cristã do movimento. Enxergava no caráter cristão do CpS sua especificidade e sua razão de ser na vida política e social. Para estes, esse caráter cristão era o que diferenciava o CpS de um partido político. Insistiam na necessidade de se formar comunidades cristãs de base, onde se promoveria uma educação da fé a partir do compromisso político na construção do socialismo. A quarta tendência presente no interior do CpS dava ênfase na definição política do movimento. O CpS não devia perder seu caráter cristão, no entanto, a busca por este caráter cristão devia se dar numa práxis política claramente definida. Para estes, se o CpS queria se ligar aos interesses históricos da classe trabalhadora e estar presente nas lutas do movimento popular, não podia rechaçar uma definição política socialista e revolucionária (RICHARD, 1976, p.166-170).

O ano de 1973 foi decisivo para o CpS e para a democracia no Chile. Em março daquele ano, o povo chileno compareceu às urnas para substituir ou manter os nomes no Congresso Nacional. Naquele contexto, Salvador Allende já havia cumprido dois anos e meio dos seis previstos para seu mandato presidencial, e as eleições parlamentares significavam muito mais do que um simples termômetro da aceitação de suas reformas. A oposição política, a burguesia e a grande imprensa acreditavam e depositavam suas esperanças numa vitória: era preciso conquistar dois terços das cadeiras do Legislativo, número que garantia a consolidação de um pedido de *impeachment*, último meio legal para destituir Allende da presidência²⁶. O CpS mais uma vez não ficaria à margem desse processo eleitoral. Já em janeiro daquele ano o grupo intensificou sua luta ideológica, pois as eleições não se tratavam apenas de uma disputa entre candidatos, mas sim de uma luta a favor ou contra a construção do socialismo. O manifesto *Definición socialista de CpS*, ilustra

²⁶ Mais informações sobre as eleições parlamentares chilenas no ano de 1973 podem ser consultadas em: <http://www.sul21.com.br/jornal/ha-40-anos-as-urnas-barravam-o-impeachment-de-salvador-allende/>. Acesso em: 05/07/2017.



sobremaneira a batalha política travada pelo grupo:

La burguesía, representada por el Partido Nacional como por la Democracia Cristiana, no quieren el socialismo. Se oponen a la liberación de los pobres y explotados. Son destructores de la unidad, la fraternidad y la justicia. Engañan al pueblo con sus discursos reformistas, populistas y también con el apoliticismo. [...] Como «Cristianos por el Socialismo» luchamos por el poder popular, por la toma de todo el poder para la clase obrera, como único medio para construir el socialismo y suprimir las diferencias de clases. El cristianismo nació luchando contra el imperio romano, hoy debe luchar contra el aparato del estado burgués.²⁷

Entretanto, a esperada vitória da direita não aconteceu. Apesar da intensa propaganda de deslegitimação e desmoralização do governo, dos seus próprios erros, da crise econômica, do desabastecimento interno, entre outros, o movimento popular obteve uma vitória considerada por eles próprios, inesperada. O povo havia votado pela construção do socialismo no Chile (RICHARD, 1976, p.267). Dessa forma, o CpS lançou um documento intitulado *Los CpS frente al triunfo popular en las elecciones parlamentarias*, no qual comemoram a consciência de classe conquistada pelos trabalhadores e trabalhadoras chilenos ao chamarem atenção para o fato de que o povo oprimido está demonstrando mais força, consciência e organização:

La victoria de marzo sorprendió a muchos. [...] Con hipocresía, los patronos llamaban a mujeres y jóvenes, usaban palabras cristianas, lloraban por su democracia y libertad. Ahora, sin embargo, engañaron a muchos menos que antes. El pueblo oprimido está mostrando más fuerza, conciencia y organización para conducir el destino de Chile. Los trabajadores llegarán a controlar el proceso de producción y distribución de los bienes del país. El poder auténtico que surge del pueblo hace temblar a los poderosos y vacilantes. El poder popular y los partidos proletarios son una esperanza para los pobres y un terremoto para el «orden» burgués y el capitalismo.²⁸

Após o golpe militar ocorrido em 11 de setembro de 1973, os bispos aprovaram um documento chamado *Fe cristiana y actuación política*²⁹ direcionado especialmente ao CpS. A declaração condenava e expulsava aqueles ligados ao movimento e proibia a participação de qualquer sacerdote católico ou religioso no destacado movimento. Em síntese, o documento ressalta: “después de una profunda y amplia reflexión teológica-pastoral sobre la orientación doctrinal y disciplinar del clero y de los religiosos, los Obispos llegaron a la siguiente decisión: ‘No puede un sacerdote y/o religioso(a) pertenecer a ese Movimiento Cristianos por el socialismo’”³⁰.

Com o golpe militar liderado por Augusto Pinochet já consumado, além das consequências

²⁷ RICHARD, 1976, p. 266. **Definición socialista de CpS**, 01/1973.

²⁸ RICHARD, 1976, p. 267. **Los CpS frente al triunfo popular en las elecciones parlamentarias**, 03/1973.

²⁹ A declaração dos bispos data o mês de agosto de 1973, porém, de acordo com Amorós (2005), o documento foi aprovado somente no dia 13/09/1973, portanto dois dias após o golpe civil-militar liderado por Pinochet.

³⁰ Comité Permanente, 01/08/1973, Arquivo da Conferencia Episcopal de Chile. Disponível em: http://documentos.iglesia.cl/conf/documentos_sini.fichai.php?mod=documentos_sini&id=146&sw_volver=yes&descripcion=Fe%20cristiana%20y%20actuaci%F3n%20pol%EDtica. Acesso em: 09/03/2016.



da condenação quase que inquisitorial anunciada pelo documento dos bispos, após reuniões clandestinas o grupo decidiu “desaparecer” como organização. No entanto, os sacerdotes progressistas passaram a integrar-se nas organizações eclesiais de base, atuando como interlocutores e denunciadores da política de opressão e exploração do capital. Conforme Amorós:

Cristianos por el Socialismo decidió a lo largo de varias reuniones clandestinas celebradas después del golpe de estado desaparecer como movimiento para facilitar la integración de sus miembros en las organizaciones eclesiales de base y desde allí denunciar la represión y realizar un trabajo solidario con los perseguidos, así como intentar avivar la esperanza y alentar la resistencia a la dictadura entre las clases populares (2005, p.28).

A repressão dos militares foi violenta. A esquerda em geral foi largamente perseguida e muitas organizações dos trabalhadores foram colocadas na clandestinidade. O CpS, por sua ampla defesa do socialismo, não ficaria de fora da repressão. De acordo com Richard (1976, p.196), cerca de 120 sacerdotes foram expulsos do país, dos quais, 60 foram presos ou torturados. Passaram também por esta situação vários pastores evangélicos e religiosos, além dos laigos, amplamente perseguidos. Conforme o autor, a repressão ao movimento levou ao desaparecimento ou a morte de trinta e duas pessoas. Desta forma, podemos compreender a repressão ao CpS a partir de duas vertentes: a religiosa, majoritariamente da igreja institucional e da hierarquia católica com a produção e difusão do documento *Fe cristiana y actuación política*, e a brutal repressão militar que perseguiu, encarcerou, torturou e assassinou alguns participantes do movimento.

Considerações Finais

Os *Cristianos por el Socialismo* aparentam ter sido uma das criações mais genuínas do singular contexto da tentativa de transição da sociedade ao socialismo proposta por Salvador Allende nos anos de 1970 a 1973. A criação e o desenvolvimento do grupo só foram possíveis graças ao diálogo entre duas forças que num primeiro momento parecem antagônicas: o cristianismo e o marxismo. Esse diálogo não foi estritamente conceitual e não esteve presente somente no campo teórico, distante da realidade daqueles cristãos. Ao longo dos seus dois anos de atuação, o CpS esteve ao lado da luta histórica da classe trabalhadora, em defesa do socialismo e da emancipação do homem, ao denunciar as situações de pobreza e exploração e apontar para os problemas diretamente ligados ao capital. Esta aproximação entre marxismo e cristianismo, além de contribuir para que as pessoas enxergassem um Deus pobre e solidário, semelhante nas suas dificuldades, promoveu uma maior reflexão política dos sujeitos comuns. Essa reflexão política seria muito importante mais tarde, sobretudo no momento em que o Chile experimentou os gostos da ditadura Pinochetista (1973-1990).

Na obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel* publicado em 1843, Marx comenta a respeito das



suas percepções sobre a religião deixando claro naquele momento que ela seria o “ópio do povo”. Para estes cristãos comprometidos com a transformação da sociedade, a religião não pareceu ter atuado da forma como descrita por Marx. Aparentou ser um elemento de resistência e união, e a emancipação do trabalhador era vislumbrada tanto no Evangelho quanto no marxismo. Mesmo nessas condições, como poderia um cristão e mais ainda, um sacerdote comungar das ideias do marxismo?

Como nos mostram a História e os documentos produzidos pelo CpS, sobretudo a análise daqueles que enfatizam a aliança entre marxistas e cristãos, é possível que haja diálogo entre ambos desde que haja consenso sob duas condições: a superação do idealismo por meio do conhecimento da realidade efetiva, concreta, deixando de lado as explicações extramundanas e os apelos à poderes “superiores” para a solução dos problemas, e o combate e supressão da propriedade privada, pois historicamente as religiões mantiveram uma estreita relação com as classes dominantes possuidoras dos meios de produção (TONET, 2016, p. 134-147).

Desse modo, sustentamos a tese de que o grande exemplo no qual se observa a convergência e o diálogo entre marxismo e cristianismo se encontra na América Latina, sobretudo no Chile com o surgimento e atuação do grupo dos *Cristianos por el Socialismo*. Além do CpS, fatores como a emergência da teologia da libertação por quase toda a América Latina, e episódios que envolveram religião e política no continente (Revolução Sandinista em 1979, El Salvador nos anos 1980 e até mesmo em alguns setores da Igreja Católica brasileira no contexto da ditadura civil-militar) podem ser encarados como facetas dessa aliança. Nesses casos, sobretudo nos dois primeiros, a adesão crítica à religião somada ao potencial subversivo do cristianismo popular agiu muito mais como aglutinadora das lutas político-sociais e da capacidade revolucionária, do que como um fator puro de alienação.

É por esse motivo que gostaríamos de sugerir uma expressão. Michel Löwy cunha o termo “cristianismo da libertação” para falar de tais movimentos religiosos, no entanto enxergamos com mais obstinação o caráter revolucionário do cristianismo popular latino-americano gestado na década de 1970, e por isso sugerimos um termo mais adequado em nosso entendimento: falamos de um “cristianismo subversivo”. Subversivo na medida em que busca romper com a ordem social, subvertendo as estruturas do poder; subversivo também no momento em que faz a crítica no interior da Igreja, denunciando a face conservadora da Instituição e sua relação histórica com as classes dominantes. Subversivo pois fornece e incita os fiéis a refletirem sobre as causas da exploração e pobreza, oriundas do sistema econômico vigente. Subversivo pois articula fé e política



em torno de um objetivo comum e transformador da sociedade. Subversivo pois aviva e confere voz ao setor mais popular do cristianismo.

Assim, foi na América Latina que se criaram condições e circunstâncias mais favoráveis que vão permitir um processo mais intenso de convergência entre estes dois blocos: o desenvolvimento acelerado do capitalismo que provocou, entre outras coisas, uma rápida urbanização, uma rápida industrialização e o aparecimento das contradições sociais do sistema, e a Revolução Cubana de 1959. “A combinação destes dois processos - um estrutural, econômico-social, e o outro, político e ideológico - terá por resultado o início de uma nova etapa na história da América Latina, uma etapa de lutas sociais, movimentos populares, e insurreições [...]” (LÖWY, 1989, p. 10).

Outro elemento que contribuiu para a convergência e um diálogo mais íntimo entre política e fé no continente foi o fato de que no cristianismo e no marxismo o pobre ocupa dois lugares distintos: no primeiro, o pobre é objeto de caridade e proteção paternal, é passivo e possui pouca consciência dos seus atos. No marxismo o pobre é o proletário e o proletário para Marx é o sujeito da ação revolucionária, é o único capaz de destruir o sistema e alcançar sua liberdade. Além disso, para Löwy, a convergência entre marxismo e cristianismo “não resultou de qualquer conspiração, estratégia, tática, infiltração ou manobra de comunistas, marxistas, gramscianos ou leninistas, mas essencialmente de uma evolução interna da própria Igreja, a partir da sua própria tradição e cultura” (LÖWY, 1989, p.7). Dessa forma, os cristãos que incorporam o marxismo às suas análises e interpretações³¹ da sociedade contemplam-no como a única teoria que oferece de forma objetiva interpretações para as causas da pobreza e uma “proposição precisa e radical do método para sua abolição” (LÖWY, 1989, p.14). Ao compreender estes aspectos, os *Cristianos por el Socialismo* tomaram conta da sua realidade passando a construir um conjunto de ideias que levassem em conta a importância e a emancipação do trabalhador. Esse corpo de ideias estava estreitamente ligado ao Evangelho cristão, à teologia da libertação e em ideias seletivas do marxismo.

Referências Bibliográficas:

- AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.
- ALDUNATE, José. **Los “Cristianos por el Socialismo”**. Noviembre de 2012. Disponível em: <http://ideologiesandliterature.org/docs/humanrights/CRISTIANOS%20POR%20EL%20SOCIALISMO.pdf> Acesso em: 01/03/2016.
- AMORÓS, Mario. La Iglesia que nace del pueblo. Relevancia histórica del movimiento Cristianos por el Socialismo. IN: VALLEJOS, Julio Pinto (org.). Cuando hicimos historia. **La experiencia**

³¹ A adesão às concepções do marxismo é realizada de forma crítica por esses grupos. Aspectos incompatíveis com a religião cristã como o ateísmo, materialismo, alienação religiosa, entre outros, não são levados em consideração, portanto há uma incorporação seletiva das ideias (LÖWY, 1989, p.17).



de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo. Eclesiogeneese:** a Igreja que nasce da fé do povo. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1986.

_____. **Jesus Cristo Libertador.** Ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes, 2012

BOSI, Alfredo. Da esquerda Cristã à Teologia da Libertação. IN: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre. **As utopias de Michael Löwy:** reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Teologia da Libertação:** Um panorama de seu desenvolvimento. Tradução Francisco da Rocha Filho. Petrópolis: Vozes, 1999

FERNÁNDEZ, David Fernández. **“Cristianos por el Socialismo” em Chile (1971-1973).** Aproximación histórica a través del testimonio oral. StudiaZamorense, Segunda etapa, vol. IV, 1997. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=297155> Acesso em: 01/03/2016.

GONH, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil:** movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun 2000.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teología de la Liberación:** perspectivas. 7ª ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1975.

KALLÁS, Ana Lima. **Em nome da ordem democrática e da reconciliação nacional:** Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno. História & Luta de Classes, nº 6, novembro de 2008.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Cristianismo na América Latina.** Lua Nova - São Paulo, nº 19, 1989.

_____. Marxismo e religião: ópio do povo? In: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). **A teoria marxista hoje.** Problemas e perspectivas. 2007.

_____. **O que é Cristianismo da Libertação:** religião e política na América Latina. 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus, [supervisão e notas Marcelo Backes]. 2ª ed. revista - São Paulo: Boitempo, 2010.

NORONHA, Cejana. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Fragmentos de Cultura,** Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia:** movimentos populares entre a religião e a política no noroeste paulista. Curitiba: CRV, 2016.

RICHARD, Pablo. **Cristianos por el Socialismo:** historia y documentación. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1976. Disponível em: <http://www.blest.eu/biblio/richard/index.html> Acesso em: 01/03/2016.

SADER, Emir. **Democracia e ditadura no Chile.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANTOS, Bruno D. **De uma cultura política à teologia da libertação:** as cartas do cárcere de frei Betto e a ditadura civil-militar no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana.** Maceió: Coletivo Veredas, 2016.



Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da *Folha de S. Paulo* e d'*O Globo* em 1994¹

A preliminary analysis of the ideological bias of *Folha de S. Paulo* and *O Globo* political project in 1994

Fabício Ferreira de Medeiros

Mestrando em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

fabricao.f.medeiros@hotmail.com

Recebido em: 31/10/2017

Aprovado em: 10/01/2018

Resumo: No Brasil, nos anos 1990, a imprensa esteve engajada em uma série de discussões a respeito do caráter do Estado e do modelo de desenvolvimento a ser implementado no país. Atentando para estas questões, propõe-se elaborar um mapeamento do pensamento político da *Folha de S. Paulo* (FSP) e d'*O Globo* (OG), com base em referências bibliográficas, e desenvolver uma análise preliminar sobre o viés ideológico do projeto político defendido por estes jornais no cenário de 1994. Nesse sentido, por meio do exame dos editoriais da FSP e d'OG, argumenta-se que seu projeto político esteve nitidamente marcado por um modelo neoliberal de desenvolvimento, combinado com elementos conservadores no plano político e ideológico.

Palavras-chave: Jornais, projeto político, conservadores.

Abstract: In Brazil, in the 1990s, the press was engaged in a series of discussions about the character of the state and the development model to be implemented in the country. Considering these issues, it is proposed to develop a mapping of the political thinking of *Folha de S. Paulo* (FSP) and *O Globo* (OG), based on bibliographical references, and to develop a preliminary analysis on the ideological profile of the political project defended by these newspapers in the 1994 scenario. In this sense, through the review of FSP and OG editorials, it is argued that his political project was clearly marked by a neoliberal model of development, combined with conservative elements in the political and ideological.

Keywords: Newspapers, political project, conservative.

Introdução

A atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (OG) na década de 1990 foi objeto de várias pesquisas. Neste artigo, propomos a análise de determinados estudos que, partindo de abordagens semelhantes teoricamente, mas distintas em termos metodológicos e empíricos, possibilitam delinear um mapeamento do pensamento político dos jornais citados. Além disso,

¹Esse artigo fundamenta-se em pesquisa de dissertação de mestrado em andamento.



buscamos apresentar, de maneira introdutória, uma leitura sobre o projeto político desses periódicos, defendido ao longo de todo o ano de 1994. Para tanto, examinamos um total de 140 editoriais, sendo 83 editoriais publicados pela *FSP* e 57 correspondentes a *OG*.

A definição de projeto político ora adotada está intimamente associada ao neoliberalismo, abrangendo não somente uma redefinição do espaço político *stricto sensu*, mas toda uma reformulação da vida em sociedade, dos valores culturais e históricos (KUJAWSKI, 1976). Nesse sentido, a noção de projeto político vincula-se ao conceito de cultura política, entendido como “La formulación de demandas, como la actividad a través de la cual los individuos y los grupos de cualquier sociedad articulan, negocian, implementan e imponen las demandas respectivas que se hacen entre ellos y al conjunto”, na perspectiva de Keith Baker (2006, p. 94).

Teoricamente, portanto, consideramos a *FSP* e *OG* como atores políticos, que influenciam e ao mesmo tempo são influenciados pelo campo político.² Os periódicos atuam nesse campo, fundamentalmente, posicionando-se em um conjunto de relações de força e conflito, narrando e interpretando o mundo social, hierarquizando os atores e grupos envolvidos e projetando suas próprias ideias. Com referência a Héctor Borrat (1989), reconhecemos certa autonomia ao jornal, pois apesar de suas possíveis afinidades ideológicas com um governo ou classe, este não pode ser tomado como mero instrumento, mas sim enquanto ator histórico com poder de intervenção política e social.

O projeto político da *Folha de S. Paulo* e d’*O Globo* nos anos 1990: neoliberalismo à brasileira

A atuação política dos jornais *FSP* e *OG*, ao longo da década de 1990, é objeto de várias pesquisas, entre as quais vamos dedicar especial atenção aos estudos de Francisco Fonseca (2001), Carlos Sávio Gomes Teixeira (2001), Rodrigo Carvalho (2006) e João Braga Arêas (2012). Aqui, verifica-se certa semelhança em termos teóricos, porém, diferenças ao nível das abordagens e dos objetos, com análises específicas sobre *OG*, e que, em outros casos, ora englobam ambos os jornais, ora vão além dos mesmos, isto é, da *FSP* e d’*OG*. De qualquer modo, a revisão dessas pesquisas permite verificar a anatomia do projeto político defendido pela grande imprensa, bem como considerar, entre outras questões, sua ideologia inserida em determinado campo do espaço político brasileiro.

²Segundo Pierre Bourdieu (2012, p. 164), o campo político se constitui em um mundo social relativamente autônomo, no qual são produzidos determinados “problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção”.



Em sua tese de doutorado em História Social, defendida em 2001, Fonseca (2001) avalia a atuação da grande imprensa (representada por: *FSP*, *OG*, *O Estado de S. Paulo – OESP* – e *Jornal do Brasil – JB*) na constituição da agenda e da hegemonia ultraliberal (outro termo para o neoliberalismo) no Brasil. Tendo como recorte o período de definição da Nova República (1985 a 1994), o autor considera que a grande imprensa paulista e carioca buscou difundir na sociedade determinado projeto político, marcado pela preeminência do mercado e da esfera privada frente ao Estado e à esfera pública, expresso na defesa da abertura comercial, da privatização e da desregulamentação de diversos setores, entre os quais, o mercado de trabalho. A partir da vulgarização dessas ideias, segundo Fonseca, aqueles periódicos atuaram de maneira consistente na construção da hegemonia neoliberal, viabilizando a eleição de políticos afinados com tal projeto, a exemplo de Collor (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994), bem como sua execução no plano governamental.

Se valendo de uma abordagem distinta, Teixeira (2001) busca compreender a atuação política dos mesmos jornais analisados por Fonseca (2001), porém, com atenção voltada para as eleições de 1994 e 1998. Pretende, a partir da análise dos editoriais da *FSP*, *d'OG*, *d'OESP* e do *JB*, examinar a postura assumida pela grande imprensa no que se refere à eleição e reeleição de FHC. Em sua dissertação de mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, o autor conclui que, apesar da distinção de ênfase, todos os periódicos analisados apoiaram FHC politicamente, em detrimento de Lula. O referido apoio também não se expressou de forma nítida, mas através de enquadramentos temáticos. Em síntese, sobretudo em relação à atuação política dos periódicos no cenário de 1994,

Todos os jornais apoiaram de modo forte/muito forte o P. E. E. [Plano de Estabilização Econômica]. No entanto, os diários fluminenses o apoiaram de forma ainda mais intensa. [...] Nenhum dos quatro jornais dedicou apoio editorial à candidatura petista. Dentre todos os diários analisados a oposição mais forte a Lula foi veiculada nas páginas editoriais do Estadão. [...] Diferenciam-se em termos de intensidade e não de substância. Não há apoio direto a candidatura FHC. O apoio é dado indiretamente: louva-se mais o plano e menos o candidato (TEIXEIRA, 2001, p. 81; grifo nosso).

Assim como faz Fonseca, Teixeira associa a grande imprensa paulista e carioca à defesa do neoliberalismo. Seria justamente a afinidade do programa de governo de FHC com tal projeto político que permitiria o apoio dos veículos de comunicação ao candidato nos pleitos de 1994 e 1998. Também a exemplo daquele autor, Teixeira percebe na atuação da grande imprensa um viés conservador, no sentido de que a oposição intransigente a Lula expressava algo maior, qual seja, a oposição a qualquer projeto político de esquerda. Contudo, os limites de sua pesquisa são muito sensíveis, pois o autor pouco se debruça sobre as ideias políticas difundidas por cada periódico.



Não há um esforço de demonstração de sua análise com referências empíricas, isto é, por meio da citação dos respectivos editoriais. Por tudo isso, a qualidade que a pesquisa ganha na capacidade de identificar as ênfases de apoio e oposição a um e outro candidato não é acompanhada de uma fundamentação empírica que permita evidenciar o “como” se compreende a atuação política dos periódicos – uma limitação que o próprio autor reconhece, vale dizer.

Carvalho (2006), em sua dissertação de mestrado em Comunicação e Mercado, restringe o leque de objetos, mas amplia o recorte temporal, investigando a atuação política somente dos jornais *FSP* e *OG* ao longo de todo o governo FHC (1995-2002). A exemplo de outros autores, foca sua atenção nos editoriais, buscando analisar a relação da grande imprensa com o governo Fernando Henrique, a partir de três eixos temáticos: o político, o econômico e o ideológico.

As conclusões de Carvalho (2006) se aproximam daquelas apresentadas por Fonseca no que se refere à adesão e à defesa, por parte da grande imprensa, do neoliberalismo. Tanto a *FSP* quanto *OG* estariam engajados, ao longo dos anos 1990, na implantação de um modelo de desenvolvimento a partir do qual o Estado passa a ter seu papel econômico reduzido a regulador e promotor da iniciativa privada, enfatizando-se a desestatização, a abertura econômica e a execução de reformas estruturais que pudessem inserir o Brasil em uma nova lógica de desenvolvimento. Do ponto de vista teórico, o pesquisador se assemelha a Fonseca e a Arêas, considerando os jornais examinados como atores políticos, ideológicos e instrumentos da classe dominante, tomando como referências autores que propõem uma abordagem marxista: Louis Althusser, Antonio Gramsci e Ciro Marcondes Filho. Nesse sentido, o trabalho de Carvalho ora reconhece a autonomia do periódico no tratamento de determinadas ideias e valores, ora instrumentaliza sua atuação, vista na perspectiva de interesses do governo, da classe dominante e do próprio sistema capitalista. Em suas palavras, “os grandes jornais, pertencentes aos grupos econômicos aliados que compõe a classe dominante, funcionam como aparelhos ideológicos de Estado, instrumentos fundamentais para o exercício do poder”. Ressalta que a *FSP* e *OG* “se posicionam acima dos partidos, mas no nível dos seus próprios interesses [...]” (CARVALHO, 2006, p. 234), não podendo ser qualificados como partidários. De todo modo, “isto não significa, [...] que estes jornais estão vinculados a todo e qualquer governo, partido ou personalidade política, ao contrário, o compromisso é com o sistema econômico e social” (CARVALHO, 2006, p. 237).

Arêas (2012), por sua vez, restringe ainda mais a quantidade de periódicos examinados, detendo-se apenas a *OG*. Em sua tese de doutorado em História, o autor define como objetivo da pesquisa compreender a difusão e a construção da hegemonia neoliberal no Brasil, no período



1989-2002, considerando as matérias e editoriais publicados em *OG* nesse recorte e tendo como principal item temático de investigação as privatizações.

Considerando a imprensa como partido e Aparelho Privado de Hegemonia (APH), em uma chave de leitura gramsciana, bem como a habilidade dos veículos de comunicação no que versa sobre a construção de agendas públicas, o historiador chega a conclusões teóricas semelhantes às de Carvalho, principalmente, tomando *OG* como instrumento político e ideológico a serviço de “frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais” (ARÊAS, 2012, p. 41). Para Arêas (2012), portanto, o jornal carioca teria assumido certo protagonismo na difusão do neoliberalismo, permitindo a unificação da classe dominante e construindo, retoricamente, uma adesão subordinada das classes subalternas ao projeto político defendido, a nível governamental, inicialmente por Collor (1990), e posteriormente por FHC (1995 a 2002).

O pesquisador pontua que *OG*, na medida em que defendeu o neoliberalismo como o único modelo de desenvolvimento possível, teria atuado de forma conservadora e autoritária, subtraindo a legitimidade das esquerdas no que tange a construção de projetos políticos alternativos (tomando-se o neoliberalismo como paradigma) e justificando ações repressivas contra movimentos e partidos de oposição a FHC, geralmente de esquerda. Tudo isso, ressalte-se, possibilita perceber o jornal carioca – e inclusive a *FSP* – enquanto ator político inserido em determinado campo do espaço político, qual seja, o campo das direitas,³ sobretudo em sua vertente liberal. E é justamente nesse sentido que propomos uma análise preliminar sobre os editoriais da *FSP* e d’*OG*, tendo como recorte o ano de 1994.

Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da *Folha de S. Paulo* e d’*O Globo* em 1994

No ano de 1994, Fernando Henrique Cardoso venceu a eleição presidencial, tendo como maior adversário o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Todavia, o foco da pesquisa não corresponde à eleição, mas sim ao projeto político defendido pela *FSP* e *OG* – ainda que apresente vários pontos de contato com o processo eleitoral. A pesquisa em questão abrange, ainda, o cenário de 1998, compreendido como o momento no qual se reafirma o neoliberalismo como paradigma das políticas do governo federal, através da reeleição de FHC, e da atuação política dos periódicos citados, dada a permanência na defesa das ideias vinculadas a esse projeto. Porém, para os fins deste artigo, consideramos apenas o cenário de 1994, dada a

³Cf. Velasco e Cruz; Kaysel; Codas (2015).



incompletude da análise de fontes referentes ao segundo cenário.

A proposta desse trabalho é fazer uma análise preliminar acerca do projeto político defendido pela *FSP* e *OG* em 1994, com atenção especial para o seu viés ideológico. Para tanto, tomamos como referências no exame dos editoriais os seguintes eixos temáticos: 1) *Atores políticos e programas de governo*, relativo às representações que os jornais construíram acerca de Lula, do PT e FHC, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); 2) *Estabilização e desenvolvimento econômico*, o qual abrange as discussões sobre a inflação, o Plano Real, a associação entre o dito Plano e a candidatura FHC, o orçamento público, o crescimento e a distribuição de renda; 3) *Privatização*, compreendendo as empresas estatais, os monopólios, a caracterização das gestões pública e privada, os benefícios advindos da privatização, sua relação com a estabilização econômica e a representação dos atores críticos a essas medidas; 4) *Reformas*: trabalhista, previdenciária, administrativa e tributária; e, por fim, 5) *Estado, mercado e modelos de desenvolvimento*, eixo que reúne editoriais voltados para a discussão em torno da importância do capital estrangeiro e da iniciativa privada, o livre mercado e a abertura comercial, os monopólios e o corporativismo, além de considerações relativas ao neoliberalismo e ao socialismo.

A definição dos eixos temáticos se orientou pela ênfase com que tais questões foram abordadas por ambos os periódicos. Foi por meio da saliência com que a *FSP* e *OG* trataram os temas citados, que se buscou construir uma agenda específica e um consenso relativo à interpretação de cada item inerente ao projeto político. Nesse sentido, para fins de análise da atuação política da imprensa, considera-se os conceitos de agendamento e enquadramento. Por agendamento, define-se a habilidade que a mídia tem de “influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública”, conforme expõe Maxwell Mc Combs (2009, p. 17-18). Por enquadramento, entende-se o trabalho de seleção, avaliação, interpretação e hierarquização dos temas salientados, na definição de Robert Entman (1993). Ou seja, se no primeiro nível, do agendamento, os jornais dizem sobre o que o leitor deve pensar; no segundo nível, do enquadramento, definem como pensar cada tema. Note-se, por outro lado, que o enquadramento não diz respeito apenas à visibilidade em torno de questões específicas, mas também ao silenciamento e à exclusão. Portanto, a constituição de projetos políticos não se dá somente por meio da ênfase com que se difundem determinadas ideias e valores, mas inclusive através da marginalização ou subtração com que se tratam projetos políticos concorrentes, neste caso, projetos à esquerda e/ou críticos do neoliberalismo.



Atores políticos e programas de governo⁴

A caracterização dos atores políticos e dos respectivos programas de governo dos candidatos que lideraram a corrida presidencial em 1994, ou seja, Lula (PT) e FHC (PSDB), permite compreender, embora parcialmente, a avaliação que cada jornal fez acerca das condições de ocupação do cargo de presidente da República, a partir de 1995. Mais que isso, permite examinar a importância que a *FSP* e *OG* atribuíram a cada projeto político, bem como a adesão dos periódicos ao neoliberalismo.

No geral, a *FSP* fez uma avaliação positiva sobre FHC, particularmente na qualidade de Ministro da Fazenda e principal gestor do Plano de Estabilização Econômica (PEE) do governo Itamar Franco (1992-1994). Seu programa de governo foi avaliado conforme as necessidades de modernização econômica que o Brasil ansiava naquele momento, segundo o jornal paulista. Enfatizando o rigor com que bancos estaduais seriam tratados em termos financeiros e a importância da iniciativa privada, do capital estrangeiro, da “flexibilização do monopólio do petróleo, da reforma do Estado” e da privatização, FHC estaria propondo a implementação de um projeto político que permitiria “avanços significativos no sentido da modernização do país” (A FALA..., 1994, p. 2).

Para o jornal paulista, FHC representaria o político afinado com a satisfação das necessidades do povo brasileiro, aderindo positivamente à condução da revisão constitucional e às privatizações. Apesar de não ser incisivo em seu posicionamento acerca de determinados temas, a exemplo da flexibilização dos monopólios do petróleo, das telecomunicações e do setor elétrico, o candidato tucano estava “no caminho certo”, segundo a *FSP* (A GESTÃO..., 1994, p. 2).

Lula, por outro lado, foi associado ao intervencionismo estatal, em contraponto com Fernando Henrique, defensor de um modelo de desenvolvimento no qual o mercado atua de forma mais autônoma. Apesar de considerar a consistência ideológica e a fidelidade partidária do PT (O BUTIM, 1994, p. 2), o jornal paulista teceu uma série de críticas aos petistas, sobretudo ao partido. Em várias oportunidades, a *FSP* caracterizou o PT como um partido dividido entre uma ala moderada, representada em alguma medida por Lula, e uma ala radical, que, influente na direção da agremiação trabalhista, estaria buscando tornar-se hegemônica. Porém, a avaliação sobre as tendências internas do PT esteve marcada pelo juízo negativo: se a ala radical se definia pela incoerência e inadequação de suas ideias, a ala moderada seria vista como expressão de uma estratégia eleitoreira e oportunista. Na perspectiva da *Folha*, o difícil equilíbrio de forças entre

⁴Nesse eixo temático, analisamos 21 editoriais da *FSP* e 7 editoriais d'*OG*.



radicais e moderados, conquistado por ocasião do IX Encontro Nacional do PT “não se fez por uma real convergência de ideais políticos, mas apenas porque os dirigentes petistas perceberam que qualquer radicalização poderá reduzir as chances eleitorais de Lula” (O PROGRAMA..., 1994, p. 2; LULA..., 1994, p. 2). Ainda assim, o jornal considerou a linha moderada menos problemática do que a ala radical (DIVISÕES..., 1994, p. 2).

Os editoriais da *FSP* foram firmes nas críticas contra o PT e sua ala mais aguerrida, chamada de “grupelhos jurássicos” (SE HOJE..., 1994, p. 2), sugerindo o anacronismo característico de seus posicionamentos político-ideológicos. Também difundiram uma representação catastrófica do programa de governo petista para o futuro do país. Nele, a *FSP* viu um conjunto de ideias totalmente ultrapassadas, anacrônicas e mesmo absurdas, entre as quais se destacava uma maior intervenção do Estado, o fim das privatizações, a manutenção dos monopólios estatais e inclusive a promoção dos quadros militares, com a previsão de um programa nuclear. Mais uma vez o jornal salientou que o programa de governo do PT apresentava ideias cuja sustentação empírica estaria totalmente fora da realidade, pois ultrapassadas no tempo. De várias maneiras, desqualificou o programa do partido que até finais de julho liderava as pesquisas de opinião, fato que incomodava ainda mais o periódico paulista.

À semelhança do posicionamento da *FSP*, *OG* associou a candidatura de FHC à estabilização econômica e, especialmente, ao Plano Real. No entendimento do jornal da família Marinho, a ascensão do candidato do PSDB nas pesquisas de opinião, a partir dos meses de junho e julho,⁵ seria explicada devido ao sucesso do Plano, arquitetado e implementado por FHC quando esteve à frente do Ministério da Fazenda, até o momento em que abandonou o cargo para disputar a presidência da República, em 27 de março de 1994. O programa do PT e a campanha eleitoral de Lula, por outro lado, estariam marcados por generalidades e indefinições, pela falta de propostas consistentes no tratamento de temas concretos e problemáticos, quais sejam, a qualidade da relação Estado-mercado e a concepção de justiça no que se refere aos salários (CHAMADA..., 1994, p. 6).

Em contrapartida, FHC era visto como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento a ser implementado no Brasil, marcado, entre outras coisas, pelo fomento ao diálogo entre sociedade e Estado, sob uma perspectiva afeita a ideias democráticas (CONSCIÊNCIA..., 1994, p. 6). Fernando Henrique também foi representado de maneira positiva ao ser associado à estabilização econômica e à execução da revisão constitucional, tarefa a qual,

⁵Dados da **pesquisa de intenção de voto para presidente da República (1994)**, promovida pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1994/10/1203291-intencao-de-voto-presidente---1994.shtml>. Acesso em: 19 de ago. 2017.



segundo o jornal carioca, o político tucano reconhecia importância e tinha a obrigação de assumir como seu compromisso (TEMPO..., 1994, p. 6).

Avaliando o posicionamento do PT sobre a intervenção do Estado na economia, OG fez uma série de críticas ao partido e à Lula, argumentando que estes se colocavam em direção contrária à tendência mundial, isto é, a desestatização associada à liberalização econômica. Como em outras ocasiões, o periódico buscou enquadrar o programa de governo petista sob o tom do anacronismo, da falta de consistência empírica e propositiva e mesmo, no limite, da carência absoluta de condições de implementação prática, expressando, como fez a FSP, a desqualificação completa de projetos políticos à esquerda. Assim, “ao não identificarem na privatização um valioso instrumento de reforma estrutural, os redatores do programa do PT fazem pior do que escolher um caminho teoricamente inferior a outro: voltam as costas a fatos incontestáveis e ao alcance de todos” (NEGANDO..., 1994, p. 6).

Na verdade, o jornal chegou a afirmar que o PT possuía um candidato, mas não apresentava um programa. O partido seria inconsistente em seus posicionamentos, beirando a um “esquerdismo infantil”. Enquanto isso, do outro lado, haveria um programa já posto em prática, apesar de não haver candidato oficialmente associado ao mesmo. Tal programa ou projeto político, marcado pela primazia do mercado e pelo compromisso com a estabilização econômica, OG defende não só enquanto paradigma, mas na condição de “a única opção possível” (OBJETO..., 1994, p. 6).

Também a exemplo do que fez a FSP, OG criticou o que considerava como a ala radical do PT, um grupo que estaria lutando pela hegemonia da direção do partido. Chamou os membros dessa ala, pejorativamente, de “xiitas”, “sectários”, os quais, por defender oficialmente o socialismo, estariam conduzindo o PT na direção oposta ao que precisava o Brasil naquele momento. Aproveitou para criticar o caráter do Estado brasileiro (o qual, sugere o jornal, o PT defenderia), marcado pelo corporativismo, pela incompetência e pelo intervencionismo (TRINCHEIRAS..., 1994, p. 6).

Estabilização e desenvolvimento econômico⁶

A associação entre estabilização e desenvolvimento econômico, sem dúvida, foi um dos temas mais abordados pela grande imprensa no período, sobretudo pela FSP e OG. Por meio das discussões em torno da inflação, do Plano Real, associado à candidatura FHC à presidência da República, do orçamento público, do crescimento econômico e da distribuição de renda, é possível

⁶Para o exame desse eixo temático, analisamos 22 editoriais da FSP e 15 editoriais d’OG.



apreender, em boa medida, qual projeto político os periódicos citados propuseram implementar no Brasil a partir de 1995, com a posse do futuro chefe do Executivo Federal.

Em relação ao Plano Real, peça central na estabilização econômica, na perspectiva de ambos os jornais, a *FSP*, diferentemente de *OG*, mostrou um posicionamento mais cético, embora não de oposição. Criticou, em determinados momentos, a falta de clareza do governo federal na execução do Plano, reclamando transparência na execução de cada etapa. Os efeitos do Plano Real sobre a economia, em particular no que se refere ao combate à inflação e a regulação dos preços, igualmente foram vistos com moderação, de modo que, se o periódico paulista defendia a importância da estabilização econômica e reconhecia a competência com que o Plano era executado, por outro lado, a *FSP* não deixava de mostrar-se cautelosa com seu desenvolvimento.

Demonstrando apoio a esse Plano, que pretendia por fim a um longo período de instabilidade econômica e crise inflacionária, a *Folha* disse: “O Plano Real é sem dúvida a mais transparente entre todas as iniciativas de estabilização já tentadas no Brasil. Trata-se de uma qualidade devida ao prévio anúncio das medidas e à eleição do mercado como principal árbitro dos preços na passagem para a nova moeda” (HORÁRIO..., 1994, p. 2). Posteriormente, argumentou que a ascensão de FHC nas pesquisas de opinião deveu-se, em boa medida, ao sucesso do Plano Real. Mas considerou a necessidade de ver essa projeção do candidato tucano com cautela, pois a aprovação da nova moeda seria mais resultado uma de sensação momentânea do que do apoio concreto e duradouro entre o eleitorado brasileiro (AS SURPRESAS..., 1994, p. 2). O tom cético com que o periódico avaliou a implementação do Plano Real perpassa vários editoriais, diferente do que se percebe em *OG*.

Apesar de reconhecer em Fernando Henrique Cardoso “seu aparente compromisso com a estabilização”, o jornal do Grupo Folha mostrava-se receoso com o futuro governo, percebendo uma série de sinais que demonstrariam certa “resistência à agenda da estabilização”. De todo modo, ao invés de se opor ao futuro presidente da República, a *FSP* se colocou na posição de cobrar e fiscalizar FHC no atendimento de suas propostas de governo. Salientou que “já passa da hora de o presidente eleito afastar as dúvidas que acometem o país, tornando cristalino o inequívoco o seu compromisso com as reformas indispensáveis para a estabilização” (POR DEFINIÇÕES, 1994, p. 2). Sugeriu, dessa maneira, que a estabilização era importante, mas não estava isolada do tratamento de outros problemas. Seria antes um elemento, embora não menos importante, em associação a outros tópicos da agenda voltada para a redefinição do papel do Estado brasileiro (FALTAM..., 1994, p. 2).



Assim como fez *OG*, a *Folha* associou o sucesso do Plano Real, logo, da estabilização, às possibilidades de vitória da candidatura de FHC à presidência da República. Em outras palavras, o sucesso do Plano foi colocado como sinônimo e condição *sine qua non* do crescimento das intenções de voto em FHC (DESMANCHE, 1994, p. 2; SINAL..., 1994, p. 2; O REAL..., 1994, p. 2), embora o contrário não fosse verdadeiro, na avaliação da *FSP*, e se questionasse a coincidência entre o calendário eleitoral e a introdução do real, considerando-se o impacto da nova moeda sobre a inflação e o eleitor (COINCIDÊNCIAS, 1994, p. 2).

Vale dizer, a estabilização econômica foi tida como o primeiro passo para o crescimento. Sem essa iniciativa, o governo não conseguiria atrair investimentos estrangeiros e tornar a economia brasileira mais competitiva (ESTABILIZAR..., 1994, p. 2). A estabilização também foi apresentada como imperativo mesmo para se combater as desigualdades socioeconômicas. O jornal propunha que, com o combate à inflação e a estabilização de preços, haveria uma redistribuição de renda no país, expressa, entre outras coisas, no aumento do poder de consumo da população. Embora afirmasse que a estabilização não resolvia o problema por completo (VAI AJUDAR?. 1994, p. 2; INJUSTIÇA..., 1994, p. 2), é possível questionar a real saliência do tema das desigualdades no projeto político da *FSP*. A redistribuição de renda não aparecia como uma prioridade na perspectiva desse periódico, mas sim como um apêndice, um complemento, ainda que importante, da estabilização e da liberalização econômica. Pouco se discutiu o “como” seria efetivada a redistribuição de renda, de modo que o processo foi colocado como produto quase que automático do controle inflacionário. Com efeito, e assim como fez *OG*, a questão das desigualdades apareceu mais como elemento retórico, que permite a construção de certa legitimidade do projeto político defendido pelos jornais, do que propriamente como item prioritário no mesmo.

OG, a exemplo do que fez a *FSP*, apoiou a estabilização econômica, viabilizada pelo Plano Real e associada tanto à vitória de FHC no pleito eleitoral quanto à possibilidade de promover-se o crescimento da economia brasileira. Porém, esse apoio foi mais explícito e intensivo no jornal da família Marinho. Na verdade, não se verificou quaisquer críticas ou ceticismo em relação ao andamento do Plano. Mesmo diante da instabilidade geralmente promovida pelas eleições, o real teria se mantido estável, dada a sustentabilidade do PEE, conduzido pelo governo Itamar e por FHC, afirma o periódico carioca (A SALVO..., 1994, p. 6).

Afinado com o discurso do governo e da campanha eleitoral tucana, *OG* defendeu Itamar das pressões no que tange ao aumento dos salários dos servidores públicos. Para o jornal, ao contrário do que acusavam determinados setores, o governo tinha sido responsável ao lidar com os dados concretos das contas da União. Não havia condições, afirma, de aumentar mais do que já



vinha sendo aumentado o orçamento do funcionalismo. Aliás, não caberia esse aumento se considerada a flagrante concentração dos pagamentos em uma parcela mínima do total de servidores. Antes de se tratar de uma questão de simples aumento quantitativo, deveria, avalia o jornal, ser pensando e tratado o problema sob uma perspectiva estrutural, a partir da qual se encontrassem soluções para as disparidades nos rendimentos do funcionalismo público, soluções que fugiam, segundo *O Globo*, à alçada do governo (A VERDADE..., 1994, p. 6).

OG relacionou a estabilização a outras questões, a exemplo das condições de atração de investimentos e, conseqüentemente, de crescimento. Em dado editorial, o periódico fez uma associação entre a perda de investimentos estrangeiros no Brasil e a inflação, a qual ajudava a criar, segundo *O Globo*, uma sensação de desconfiança no que diz respeito ao compromisso dos governantes brasileiros com a estabilização da economia. O jornal aproveitou a oportunidade para criticar aqueles que não apoiavam o PEE, argumentando que, sem o controle inflacionário, o país perderia credibilidade frente a credores internacionais, e por sua vez, teria déficits em geração de empregos e crescimento econômico (BARRIL..., 1994, p. 6).

Em outra oportunidade, voltou a criticar os opositores do Plano Real e a sugerir a importância da estabilização para a redistribuição de renda, portanto, aos benefícios trazidos pelo Plano aos setores mais pobres da sociedade. Por outro lado, o Estado, salientou OG, estaria começando a compreender seu papel diante da economia, subtraindo sua ingerência sobre esse campo, o qual estaria funcionando de forma satisfatória, pois deixado a livre concorrência (DENTRO..., 1994, p. 6). Assim como fez a *FSP*, o diário carioca citou a questão das desigualdades e da injustiça social, posicionando-se, aparentemente, como defensor do combate à pobreza, mas colocando a questão como complemento e não enquanto uma prioridade. A redistribuição de renda surgia quase que na qualidade de produto automático da estabilização, dado o aumento do poder de consumo da população, viabilizado pelo controle inflacionário. Mas a discussão não foi muito além disso e o mercado permaneceu como instância protagonista da regulamentação econômica. Esta era uma das grandes virtudes, para a *FSP* e OG, do Plano Real, pois o Estado finalmente teria reconhecido a necessidade de limitar sua intervenção, deixando o mercado atuar com liberdade.

Privatização⁷

A ênfase no mercado e na esfera privada, no projeto político da imprensa carioca e paulista, se expressou, principalmente, na saliência da privatização em seus editoriais. Desenvolvendo críticas sistemáticas às empresas estatais, a seus monopólios e ao modelo de gestão pública, bem

⁷Para tratar desse tema, examinamos 9 editoriais da *FSP* e 15 editoriais d'OG.



como aos atores opositores à privatização, a *FSP* e *OG* delinearam, em boa medida, o modelo de desenvolvimento ao qual estavam afinados. Em oposição àqueles itens, defenderam a gestão e a iniciativa privada e os benefícios advindos da privatização, associada à estabilização econômica.

A privatização é um item central do projeto político defendido pela *FSP*, pois aponta para uma mudança significativa de ênfase, qual seja, do Estado para o mercado, consequentemente, da esfera pública para o âmbito privado. Tal ênfase, aliás, pode ser vista, por um lado, e em uma leitura macro e internacional, como desdobramento do fim da polarização entre capitalismo e comunismo, dada pela queda do socialismo no leste europeu e soviético (1989-1991), e, por outro lado, no Brasil, como resposta a um crescimento da participação das massas no campo político, o qual, interrompido em 1964 – com apoio significativo dos jornais aqui analisados –, teve novo impulso nos anos 1980. Nesse sentido, a defesa do individualismo, por parte da *FSP*, mas também d'*OG*, coaduna-se com certa tendência do conservadorismo recente, mas também a uma retórica reacionária (HIRSCHMAN, 1992), que intenta desqualificar o *Welfare State* como experiência histórica, questionando seus compromissos com a promoção do desenvolvimento social.

De todo modo, esse item da agenda neoliberal esteve articulado a uma série de questões, entre as quais a estabilização econômica e a redefinição do papel do Estado. A privatização também foi vista como instrumento de combate ao déficit público, associado, entre outras temáticas, às empresas mantidas diretamente pelo Estado. Estas foram representadas, em todos os editoriais analisados, como sinônimo de ineficiência, privilégios, desperdícios e corporativismo. Os bancos estaduais e a Petrobrás foram abordados em exaustão pela *FSP*. Nesse particular, o periódico apontou a Petrobrás como caso exemplar, questionando o monopólio da empresa sobre o petróleo e colocando o consumidor como o maior prejudicado por suas ações (A CAIXA-PRETA, 1994, p. 2).

O monopólio do petróleo mantido pela Petrobrás foi representado como uma espécie de “mito”, o qual seus funcionários defenderiam a todo custo, contra medidas de flexibilização do setor. Mas além do petróleo, a *Folha* também defendeu a abertura do setor de telecomunicações à iniciativa privada, considerando esta, sempre, como sinônimo de otimização de recursos, concorrência, competitividade e qualidade nos serviços. No caso da Petrobras, o jornal, com base em pesquisa realizada pelo Datafolha (de propriedade da mesma empresa que mantém o jornal paulista: o Grupo Folha), avaliava que já existia uma opinião pública favorável ao fim de seu monopólio sobre o petróleo, pois “hoje a maioria dos brasileiros é contra a existência isolada da Petrobrás no setor de exploração do petróleo no Brasil”. Mas “nas telecomunicações, a opinião levantada pelo Datafolha também é favorável à quebra do monopólio” (O FIM..., 1994, p. 2).



A privatização não foi defendida com referência a uma situação particular vivida pelo Estado e sociedade brasileiras, mas sim como expressão de uma tendência mundial, associada à estabilização (*FSP*, Undécima hora, 26 de nov. 1994, p. 2). Até mesmo por conta dessa importância atribuída à privatização, a *FSP* não poupou críticas ao Estado e às estatais, representadas negativamente em diversas oportunidades. Chegou a caracterizar as empresas públicas como uma espécie de aberração, na medida em que gastavam boa parte de seu orçamento com o pagamento de salários (o que não tinha correspondência com seus lucros) e em seus fundos de pensão, que na avaliação da *Folha* ofereciam aposentadorias a um seleto grupo de privilegiados. Para o jornal, a solução óbvia e estaria na privatização dessas empresas e na subtração do fundo de pensão a elas vinculados (FRANKENSTEIN..., 1994, p. 2).

OG atuou de forma engajada na defesa da privatização, afinando-se, novamente, à *FSP*. Em seus editoriais, a desestatização foi promovida à categoria de ingresso para a modernização econômica brasileira, processo que, no seu entendimento, vinha sendo realizado tanto em economias em desenvolvimento como no Primeiro Mundo, sob moldes e referências semelhantes. Opor-se à privatização, na perspectiva do jornal carioca, equivaleria a desconhecer ou recusar fatos e evidências empíricas dadas por diversas experiências internacionais, bem como ater-se a modelos de desenvolvimento anacrônicos e incoerentes com as atuais necessidades do país, leia-se, a redefinição do papel do Estado, assentada em um projeto político neoliberal.

Mais uma vez, a privatização foi associada à estabilização, tendo como justificativa o saneamento das contas públicas e uma série de críticas às empresas estatais, administradas, segundo o diário carioca, de forma incompetente, irresponsável, ineficiente e mesmo paternalista. Com efeito, os serviços públicos, no geral, foram qualificados negativamente, em oposição aos serviços oferecidos pelo setor privado, geralmente representados como sendo de melhor qualidade, porque inseridos em uma lógica de concorrência e voltados para o atendimento das necessidades do consumidor (A CONFERIR., 1994, p. 6).

Assim como o jornal fez para legitimar as ações do governo federal no que tange a seus esforços na estabilização, também para o caso da privatização a promoção do desenvolvimento social era apresentada como uma possibilidade aberta. Mais que isso, a desestatização era, na retórica d'*OG*, condição da manutenção de serviços básicos, a exemplo da saúde pública (COBERTOR..., 1994, p. 6).

Entre os editoriais, mais salientes na questão da privatização, é possível citar “Uma boa causa” (1994, p. 6). Nele, *OG* fez uma defesa contundente da privatização, argumentando que o processo: 1) ajudava a sanear as finanças públicas; 2) promovia a competitividade e a produtividade



no mercado; e 3) contribuía com a estabilização dos preços. Citando exemplos de empresas em fase de desestatização, cobrando celeridade e amplificação nesse processo, o jornal argumentou que a opinião pública estava afinada com sua perspectiva, enquanto os opositores a tais medidas estariam marcados pelo descrédito.

Na verdade, ao se apresentar como intérprete da opinião pública, *OG* afirmava sua própria opinião e posicionamento como representativos do conjunto da sociedade. Ao invés de salientar a existência de opiniões públicas plurais, conforme discutem Nicola Matteucci (1998) e Jean-Jacques Becker (2003), o diário da família Marinho buscava converter uma tendência particular de opinião, a de seu grupo proprietário (Grupo Globo), em uma tendência geral e dominante. Estratégia que não lhe é particular, mas que pode-se generalizar para o conjunto da imprensa e, portanto, para a *FSP*, como evidenciam empiricamente os autores da *História da Folha de S. Paulo* (MOTA; CAPELATO, 1981).

A privatização foi associada a outro tema valioso para *OG* e para a *FSP*: a revisão constitucional. Na perspectiva do jornal carioca, a privatização possibilitava sanear as finanças do Estado, porém, não era uma medida suficiente nesse sentido. Cumpria acelerar o programa de desestatização, sim, mas também executar uma série de reformas estruturais para se eliminar os obstáculos à expansão do programa e mesmo do crescimento econômico (HORA..., 1994, p. 6).

Reformas⁸

Ao longo de todo o ano de 1994, tanto a *FSP* como *OG* abordaram a revisão constitucional, atribuindo grande importância a essa questão. As reformas da legislação trabalhista, da previdência social, da administração pública e tributária foram apresentadas como itens fundamentais no saneamento financeiro do Estado brasileiro, no processo de modernização econômica e, associada a esses tópicos, à subtração dos obstáculos que até então, na avaliação dos periódicos, vinham impedindo que o país aderisse à determinada “tendência mundial”, qual seja, à economia de livre mercado.

Em vários editoriais, a *FSP* cobrou do governo e, sobretudo, do Congresso Nacional compromisso com a execução da revisão constitucional, item que abrangia uma série de reformas consideradas pelo jornal como sendo prioritárias na agenda política brasileira. No início do mês de abril, a *Folha* viu com otimismo a iniciativa de parlamentares e do próprio governo federal de

⁸As reformas foram tratadas em uma série de publicações da *FSP* e d'*OG* em 1994. Em determinadas ocasiões, de forma parcial, avaliando-se reformas específicas, e em outras oportunidades, de forma integral, se colocando a revisão constitucional como um tópico de importância fundamental no projeto político defendido pela imprensa. Nesse sentido, para os fins da pesquisa e deste artigo, analisamos 16 editoriais da *FSP* e 8 editoriais d'*OG*.



propor uma agenda mínima para se votar na reforma constitucional, até então paralisada no Congresso. O jornal afirmou que as reformas, em especial do sistema tributário, da previdência social, dos monopólios estatais e das responsabilidades dos entes federativos, eram fundamentais para, corrigindo desproporções e eliminando obstáculos, por o país no caminho certo do desenvolvimento. Essa tarefa, portanto, seria da máxima importância para o futuro do Brasil, uma responsabilidade diante da qual os políticos não poderiam fugir (RESSUSCITAR..., 1994, p. 2).

Em relação especificamente à estrutura tributária brasileira, o jornal paulista teceu uma série de críticas, entre as quais ressaltava o caráter excessivo dos impostos cobrados, a incoerência e a ineficiência da legislação, que, incidindo em demasia sobre a produção e o consumo, acabaram prejudicando os mais pobres e os setores produtivos, além de favorecer a inadimplência. Dessa maneira, a estrutura tributária também não favoreceria a estabilização e o crescimento. Não favoreceria nem o consumidor nem os empresários. Urge, afirmou a *FSP*, sua reforma e “simplificação” (HIPOCRISIA..., 1994, p. 2).

A exemplo do que se faz hoje na grande imprensa, a *FSP* criticou a legislação trabalhista, representada como excessivamente corporativista e produto do “entulho autoritário” – do regime militar, mas também da Era Vargas. Nesse sentido, defendeu a flexibilização da legislação, expressa, entre outras coisas, na adoção de contratos coletivos, apontados como uma tendência no mundo do trabalho dos países de Primeiro Mundo (POR NOVAS..., 1994, p. 2).

Ao tratar da reforma da previdência social, o periódico argumentou que havia uma tendência de envelhecimento da população, resultante do aumento de indicadores da qualidade de vida, entre os quais o acesso ao Sistema Único de Saúde, a urbanização e a própria melhoria da expectativa de vida. Defendeu a necessidade de revisão das condições de aposentadoria, até porque o Brasil, assim como todo o mundo, enfrentava uma crise de desemprego estrutural. Alertou para o esgotamento das condições de autofinanciamento da previdência e para a consequente necessidade de rever a questão (ESPADA..., 1994, p. 2). Agindo desta forma, parafraseando Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna (1999), a *FSP* buscou justificar a reforma da previdência, subtraindo seu significado histórico, valendo-se das estratégias de: *despolitização*, convertendo a questão a um debate meramente técnico, que marginaliza suas implicações sociais bem como sua relação com o ambiente político; *naturalismo*, colocando-se a previdência na “condição de doente terminal, cujo ciclo de vida estaria se encerrando, [...] em função de inevitáveis transformações econômicas” (VIANNA, 1999, p. 102), ignorando o fato de que a situação da previdência e da seguridade social como um todo suscita respostas distintas e *ad hoc*; *maniqueísmo*, apresentando



soluções “mutuamente excludentes” (VIANNA, 1999, p. 105), que variam entre os regimes de repartição e de capitalização, previdência pública contra previdência privada.

As reformas também ocuparam espaço privilegiado nos editoriais e no projeto político d’OG. As alterações na legislação trabalhista, previdenciária, administrativa e tributária foram vistas como um imperativo da redefinição do papel do Estado. Do contrário, não haveria condições suficientes para se destravar os obstáculos à estabilização e ao desenvolvimento, consequentemente, os setores público e privado não conseguiriam modernizar-se. A oposição a tais reformas seria marcada por posicionamentos nacionalistas e ideológicos, incompatíveis com as necessidades do país, na perspectiva do diário (ENERGIA..., 1994, p. 6).

Em outro editorial, o jornal fez uma leitura semelhante àquela da *FSP* no que se refere à situação da previdência social no Brasil. Com referência a um relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ressaltou o envelhecimento da população, argumentando que essa questão incidia diretamente sobre o funcionamento da previdência. Afirmou que o atual modelo estava fadado ao fracasso, justamente porque o número de trabalhadores inativos estaria aumentando desproporcionalmente ao contingente ativo. Tudo isso somado a existência de determinados setores privilegiados, sobretudo no funcionalismo público – argumento que ajudava a corroborar a defesa da privatização. Seria o caso de, com a revisão constitucional, reformar a previdência social, garantindo assim o equilíbrio orçamentário e a manutenção do serviço, argumenta *OG* (O BRASIL..., 1994, p. 6).

De fato, a necessidade de revisar a Constituição de 1988 e implementar reformas estruturais ganha uma saliência significativa no projeto político da *FSP* e d’OG. Nesse projeto, o mercado é que deve assumir posição de destaque, argumentam os periódicos. O Estado, por outro lado, precisa ceder espaço à iniciativa privada, reconhecendo sua incapacidade de financiar a reestruturação produtiva do país, concentrando seus investimentos em setores básicos e essenciais, a exemplo da saúde e da educação. As reformas viriam justamente para garantir a prestação de serviços, tornar o orçamento público mais equilibrado e permitir um desenvolvimento sustentável, não mais caracterizado pelo caráter empresarial do Estado, mas sim por sua função reguladora, em uma economia de mercado.

Estado, mercado e modelos de desenvolvimento⁹

A discussão relativa ao papel do Estado e do mercado na sociedade brasileira, de certa

⁹Para o processamento das informações referentes a esse eixo temático, analisamos 15 editoriais da *FSP* e 12 editoriais d’OG.



maneira, se constitui em um dos tópicos mais importantes na definição de modelos de desenvolvimento e, conseqüentemente, de projetos políticos e ideologias. Percebemos que no tratamento da importância que se deu ao capital estrangeiro e à iniciativa privada, bem como ao livre mercado e à abertura comercial, a *FSP* e *OG* acabaram apresentando seu projeto político com maior nitidez, sem deixar de afirmar tal projeto em oposição a modelos que prezavam, em seu entendimento, pelo intervencionismo estatal.

Na perspectiva da *FSP*, a promoção da iniciativa privada, a liberalização econômica, a abertura comercial, com a atração de capital estrangeiro, a privatização etc., não foram vistas como elementos característicos de determinada ideologia, mas sim como questões práticas, as quais deveriam ser enfrentadas (positivamente) por quaisquer governantes. O cidadão, todavia, foi representado como consumidor de bens e serviços (SEM UTOPIA. 1994, p. 2), raramente enquanto ator político.

Caberia ao Estado restringir o campo de sua atuação, concentrando-se, por um lado, na manutenção de serviços básicos, para os quais o setor privado não se encontrasse em condições de atendimento, como salientou criticamente Asa C. Laurell (1995), e por outro lado, atendo-se às necessidades dos agentes produtivos e à autonomia do mercado, buscando promover, sem intervir, o funcionamento da economia para a satisfação das necessidades do consumidor. Segundo a *FSP*, trata-se, em todo caso, de incentivar o consumo e não o contrário (QUE PAÍS..., 1994, p. 2).

As representações construídas sobre o Estado eram das mais negativas. Este foi visto como inchado, intervencionista, ineficiente e incapaz de oferecer, com qualidade, serviços básicos à sociedade, como saúde, educação e transporte. O Estado foi representado como forte, no sentido do nível em que sua presença se dava nas mais variadas atividades e setores sociais, mas fraco, em termos da eficiência com que se desdobrava tal presença e ação. Uma contradição em termos, sugeriu o jornal paulista. Por fim, reclamava-se menos Estado, mais iniciativa privada, com a presença do poder público apenas em atividades consideradas indispensáveis (MUTTO..., 1994, p. 2).

Em outra oportunidade, a *Folha* tratou de um consenso no Brasil, qual seja, o neoliberalismo. Fazendo um retrospecto dos ideais dominantes na história econômica mundial, com o mercantilismo, o liberalismo, o comunismo, o *Welfare State* e, finalmente, o neoliberalismo, o periódico se mostrou cético e crítico a respeito desse último modelo de desenvolvimento, alegando que o mesmo não conseguiu conciliar riqueza e justiça social, além da distribuição de renda por meio do trabalho. O Brasil, portanto, estaria nessa encruzilhada, a espera de um modelo



político-econômico que possibilitasse solucionar seus maiores problemas, afirma a *FSP* (E A TERRA..., 1994, p. 2).

Entretanto, as reflexões do jornal, no que diz respeito à relação Estado-mercado, no geral, convergem para o neoliberalismo como modelo de desenvolvimento e para a redefinição do Estado em função desse paradigma.¹⁰ Em outra oportunidade, a *Folha* defendeu que o governo se adaptasse ao funcionamento do mercado, ao invés de buscar interferir no mesmo. Tratando da implantação do PEE, o jornal afirmou que se o mercado não vinha funcionando satisfatoriamente, aumentando de maneira aguda os preços de determinadas mercadorias, entre outras medidas, era porque o governo ainda não havia conseguido provocar a devida confiança dos agentes econômicos. Ao invés de agir de forma centralizada e autoritária, deveria, ao contrário, aceitar o livre mercado e atender as suas demandas, entre as quais aparecia a liberalização comercial e a facilitação das importações (CRIME..., 1994, p. 2).

O projeto político defendido pelo jornal carioca é semelhante à agenda da *FSP*. Há diferença de entonação no apoio ao Plano Real e ao governo, mais sensível no caso d'OG, porém, não existe uma distinção substancial em termos políticos e ideológicos. Ambos os jornais defenderam um modelo de desenvolvimento caracterizado pelo domínio do mercado em relação ao Estado, do consumidor sobre o cidadão e das relações econômicas em detrimento das relações políticas. O viés economicista, portanto, caracterizou os projetos políticos aqui considerados, em grande medida, de modo que, conforme comentamos anteriormente, tal enquadramento, que salienta um polo (o econômico) em prejuízo de outro (o político), não foi resultado de uma mera coincidência, apresentando sérias implicações do ponto de vista da construção de uma sociedade democrática.

Em editorial que tratou do discurso de despedida de FHC do Senado Federal, proferido nessa instituição no mês de dezembro, *OG* ressaltava seu significado, o qual se fundamentaria no anúncio do fim da Era Vargas – período histórico brevemente explanado ao longo do texto. A experiência iniciada com a Revolução de 1930 foi associada a um modelo de desenvolvimento defasado, cujo principal agente organizador/diretor seria o Estado. Tal modelo, marcado pelo estatismo e pelo corporativismo, estaria esgotado, sendo necessário substituí-lo por outro (nesse ponto, *OG* não é claro em relação ao novo modelo), ao mesmo passo em que se processaria uma reforma do Estado. A reforma, portanto, seria um passo necessário da superação do modelo intervencionista da Era Vargas e mesmo do regime militar. O futuro, diz *OG*, apontava para maior

¹⁰Cf. a definição de “neoliberalismo” e o perfil do Estado neoliberal em David Harvey (2008).



limitação do poder do Estado e para o fortalecimento do processo democrático (CONVOCAÇÃO..., 1994, p. 6).

Porém, a referência à democracia não foi sustentada, a exemplo do uso retórico da proposta de redistribuição de renda, por análises minimamente consistentes, permanecendo a discussão relativa à participação política à sombra e submersa no projeto político d'OG e da FSP. Talvez com maior saliência do que fez o jornal paulista, OG se utilizou, em vários momentos, da proposta de promoção da justiça social no país como mero elemento persuasivo, na defesa de ideias e valores, em muitos casos, potencialmente antagônicos.

A ênfase do jornal carioca recaiu, sobretudo, na defesa do livre comércio e no caráter econômico das relações sociais, com destaque para o consumidor e não para o cidadão. A justiça social, por outro lado, foi vista como um produto e uma possibilidade da liberalização comercial e não como uma construção e uma prioridade de quaisquer governos. O Estado, além disso, foi associado ao corporativismo e ao patrimonialismo, características históricas da experiência brasileira, segundo o periódico. Na relação com a sociedade, ao invés de promover a livre iniciativa, o Estado brasileiro tenderia a “formação de grupos de interesses”, uma tradição que OG aparentemente condena (MEDO..., 1994, p. 6).

O projeto político defendido pelo *Globo* por meio de seus editoriais, em síntese, acabou por privilegiar a promoção do mercado em detrimento do Estado, do domínio privado em prejuízo do público. Subtraiu o conteúdo da cidadania, reduzindo o brasileiro à categoria de consumidor. Marginalizou o debate sobre a participação política e a democracia, enquanto priorizava as discussões relativas ao papel do Estado em face das necessidades de estabilização e crescimento econômico. Junto à FSP, silenciou a questão das desigualdades, da pobreza e da injustiça social, tomadas como questões não prioritárias, mas sim como problemas a serem tratados posteriormente – apesar de, retoricamente, associarem livre mercado, crescimento e redistribuição de renda. As pressões do funcionalismo público em prol de aumentos salariais, com efeito, foram vistas antes como problema, na perspectiva do imperativo de controle orçamentário e da estabilização.

Nesse sentido, consideramos que o projeto político da imprensa paulista e carioca preconiza um sentido específico para o tema da modernização econômica, entendida como “o processo pelo qual a organização da esfera econômica de um determinado sistema se torna mais racional e mais eficiente”, nas palavras de Gianfranco Pasquino (1998, p. 772-773). Nele, os conflitos provocados pela modernização são esterilizados em seu conteúdo político, sob uma perspectiva ideológica que generaliza a conquista de interesses particulares, especialmente de empresários e investidores, e minimiza prejuízos coletivos, experimentados, sobretudo, pelos



setores mais pobres. Simplifica os atritos característicos da modernização econômica empreendida em sociedades marcadas por extrema desigualdade, como é o caso brasileiro.

No conflito entre liberdade e ordem pública (autoridade), é possível perceber uma associação entre liberalismo e conservadorismo. Ao buscar a construção de determinada harmonia nos conflitos entre capital e trabalho, o progresso sob o prisma da ordem, na verdade, a *FSP* e *OG* acabam por definir um projeto político (neo)liberal-conservador, sendo o conservadorismo, nesse caso, uma “via para a modernidade”, retomando uma discussão proposta por Francisco Carlos Teixeira da Silva (1996), e um elemento funcional “à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento”, segundo proposto por Tiziano Bonazzi (1998, p. 242), resultante da defesa do individualismo em sintonia com a imposição de limitações ao avanço dos processos democráticos, discutida em José Guilherme Merquior (1991).

Como foi exposto, o caráter ideológico permeia, em boa medida, os editoriais da *FSP* e *d’OG* publicados em 1994. Dessa maneira, define-se um projeto político de corte neoliberal, combinado com elementos conservadores em termos políticos e ideológicos, funcionais à manutenção do *status quo*. Trata-se, em síntese, da edificação de um modelo de desenvolvimento neoliberal e de direita, assentado na defesa da propriedade privada e da economia de mercado, em detrimento de uma promoção substancial da participação política e da justiça social.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos desenvolver reflexões sobre o viés ideológico do projeto político defendido pelos jornais *FSP* e *OG* em 1994. Por meio de análise de seus editoriais, ao longo de todo aquele ano, percebemos uma série de elementos que, de algum modo, nos permitiram mapear o pensamento político de parte da grande imprensa paulista e carioca.

Concluimos que o projeto político em questão preconizou a ênfase no mercado em detrimento do Estado, a importância do âmbito em que se vivenciam relações privadas em prejuízo do mundo propriamente social e, mais importante, a sobrevalorização do cidadão enquanto consumidor, sem a devida discussão relativa ao exercício da cidadania. O projeto político, portanto, apresentou claro viés economicista, subtraindo o debate sobre a participação política e a democracia. Por tudo isso, consideramos tal projeto inserido no campo das direitas, particularmente da direita (neo)liberal.

Em ambos os casos, há uma proposta de limitação da participação política, do potencial de críticas e oposição ao sistema político, bem como a fundamentação do regime democrático no direito à propriedade privada e na redução da intervenção do Estado. As críticas a tais ideais e



princípios, por outro lado, são vistas como fatores de instabilidade e mesmo antidemocráticas. Nos jornais analisados, os projetos políticos da esquerda são desqualificados por completo, sendo seu conteúdo caracterizado como inconsistente, anacrônico e fora da realidade. Para as direitas neoliberais representadas pela grande imprensa paulista e carioca, portanto, não há proposta alternativa ao neoliberalismo, modelo de desenvolvimento edificado no Brasil, em boa medida, por esses periódicos.

A leitura aqui desenvolvida, no que diz respeito ao projeto político da *FSP* e *d'OG*, ressalte-se, é parte de uma pesquisa em andamento. Trata-se de um texto introdutório a um trabalho mais extenso e profundo, que não objetiva, é claro, esgotar as discussões relativas à atuação política da imprensa, mas sim contribuir acadêmica e socialmente com tal debate.

Fontes:

A CAIXA-PRETA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 28 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A CONFERIR. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 jun. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A FALA de FHC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 7 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A GESTÃO FHC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 29 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A SALVO de turbulências. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 7 set. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

AS SURPRESAS de julho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 17 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A VERDADE do Orçamento. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 22 jul. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BARRIL furado. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 1º set. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CHAMADA à realidade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 28 jul. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

COBERTOR curto. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 12 ago. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

COINCIDÊNCIAS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 27 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CONSCIÊNCIA democrática. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 9 out. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CONVOCAÇÃO à mudança. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 18 dez. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CRIME e castigo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 14 mar. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.



- DENTRO do figurino. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 ago.1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- DESMANCHE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 15 mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- DIVISÕES no PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 22 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- E A TERRA era redonda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 5 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- ENERGIA represada. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 25 jan. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- ESPADA de Dâmocles regras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 5 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- ESTABILIZAR para competir. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 10 set. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- FALTAM AS reformas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 21 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- FRANKENSTEIN estatal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 22 fev. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- HIPOCRISIA tributária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 7 nov. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- HORA de avançar. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 fev. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- HORÁRIO gratuito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 10 jun. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- INJUSTIÇA garantida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 1º mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa de intenção de voto para presidente da República (1994)**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1994/10/1203291-intencao-de-voto-presidente---1994.shtml>. Acesso em: 19 de ago. 2017.
- LULA e os radicais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 15 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- MEDO pertinente. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 30 de jan. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- MUITO forte e muito fraco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 11 mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- NEGANDO a realidade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 18 mar. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- OBJETO não identificado. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 13 mar. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- O BRASIL mais velho. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 4 mai. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.



O BUTIM. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 26 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

O FIM do mito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 19 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

O PROGRAMA do PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 3 mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

O REAL como eleitor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 15 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

POR DEFINIÇÕES. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 12 nov. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

POR NOVAS regras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 26 fev. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

QUE PAÍS é este. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 26 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

RESSUSCITAR a revisão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 2 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

SE HOJE é assim.... **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 24 fev. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

SEM UTOPIA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 21 jun. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

SINAL amarelo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 7 set. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

TEMPO e vontade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 5 abr. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

TRINCHEIRAS xiitas. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 29 abr. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

VAI AJUDAR? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 25 jun. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

Referências bibliográficas:

ARÊAS, J. B. **Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão**. 352 p. Tese (doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói – RJ, 2012.

BAKER, K. M. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. **Ayer**, Madri, n. 62, v. 2, p. 89-110, 2006.

BECKER, J.-J. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. [1988]. p. 185-211.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 2. 11 ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coord. da trad. de João Ferreira. Rev. geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. [1983]. p. 242-246.

BORRAT, H. El periódico, actor del sistema político. **Análisis**, v. 12, p. 67-80, 1989.



- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. [1989].
- CARVALHO, Rodrigo. **A imprensa escrita na era FHC**: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado), Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2006.
- ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- FONSECA, Francisco. **Divulgadores e vulgarizadores**: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo (FFLCH-PPGHS-USP), São Paulo, 2001.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008. [2005].
- HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. Tradução de Tomás Rosas Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. [1991].
- KUJAWSKI, G. M. **O projeto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____ (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. Rev. téc. Amélia Cohn; trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortes, 1995. p. 151-178.
- MATTEUCCI, Nicola. Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto; _____; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 2.11 ed. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini; coord. trad. João Ferreira; rev. ger. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. [1983]. p. 842-845.
- MC COMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Tradução Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MERQUIOR, J. G. **O Liberalismo Antigo e Moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.
- MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. R. **História da Folha de S. Paulo**: 1921-1981. São Paulo: IMPRES, 1981.
- PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; _____. **Dicionário de política**. V. 2.11 ed. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini; coord. João Ferreira; rev. ger. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. [1983]. p. 768-776.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. O conservadorismo como via para a modernidade. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 6, p. 7-20, dez. 1996.
- TEIXEIRA, C. S. G. **Imprensa e poder**: as eleições presidenciais de 1994 e 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – RJ, 2001.
- VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- VIANNA, M. L. W. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 91-114.



História e fontes da *internet*: uma reflexão metodológica

History and internet sources: a methodological reflection

Filipe Arnaldo Cezarinho

Mestrando em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste

cezarinhohistoria@hotmail.com

Recebido em: 28/03/2018

Aprovado em: 21/05/2018

Resumo: O nosso objetivo foi realizar uma reflexão teórico-metodológica sobre as fontes extraídas da *internet* para uso na História. Nesse sentido, discorremos sobre os principais problemas enfrentados por historiadores brasileiros nesse campo. A partir da reflexão teórica sobre as noções de autoria e espaço, sugerimos uma possibilidade metodológica de utilização dessa tipologia de fontes advindas da plataforma *Facebook* na produção do conhecimento histórico. Argumentamos que as fontes da *internet* possuem sentido dentro de realidades específicas, em espaço e tempo circunscritos, assim sendo, fazendo parte de práticas discursivas.

Palavras-chave: Metodologia da história, fontes, autor.

Abstract: Our aim was to accomplish a theoretical-methodological reflection of the sources extracted from the internet for the use of History. In this sense, we discuss on the means problems face by brazilian historians in this field. From the theoretical thought about the notions of authorship and space, we suggest a methodological possibility of use of this sources typology coming from Facebook platform in the production of historical knowledge. We argue that internet sources have sense within specific realities, space and time circumscribed, thus, being part of discursive practices.

Keywords: History methodology, sources, author.

Considerações preliminares

Temos como objetivo realizar uma reflexão teórico-metodológica sobre as fontes na *internet* em busca de subsídios para a sua utilização na produção do conhecimento histórico. As últimas décadas do século XX presenciaram o florescimento de uma nova tipologia de fonte histórica, as fontes das mídias digitais. Para Richard Miskolci (2011, p. 12): “Mídias digitais são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material”. No entanto, as mídias digitais não se resumem aos aparelhos físicos conectados em rede mundial. Os antigos disquetes e os ainda em uso CDs, DVDs, *pendrives* e cartões de memória são dispositivos móveis que armazenam dados digitais permitindo acesso sem que haja a



necessidade de conexão com a *internet*. A intransigência do consumismo capitalista e a velocidade na criação de novos suportes tecnológicos digitais, corroboram para que esses dispositivos físicos se tornem facilmente inutilizáveis sem, no entanto, que os seus conteúdos sejam perdidos. Fábio Chang de Almeida (2011, p. 16) revela essa dissociação: “É possível o descarte do suporte físico e a manutenção do seu conteúdo em um novo suporte. [...]. Em pouco tempo o disquete de 1,44 Mb de capacidade de armazenamento tornou-se obsoleto, sendo substituído pelo CD de 700Mb (equivalente a 487 disquetes)”, por exemplo.

Com a proliferação de novas mídias alguns pesquisadores em História (e de áreas afins) levantaram discussões diversas com intenção de problematizar a sua utilização e tornar viável a produção de conhecimento a partir desses recentes documentos. As dúvidas, dificuldades e limitações continuam oferecendo os ritmos de sua composição. Buscaremos elucidar, nas linhas seguintes, alguns dos principais problemas deparados por historiadores e historiadoras que se dedicaram e dedicam-se em seu emprego¹.

Araújo Sá (2008) publicou um dos primeiros textos que trazia como questão as fontes da *internet* para o campo da História. Reconhecia naquele momento a importância de rever a prática histórica dentro desse contexto de novas mídias tecnológicas. O encurtamento do tempo e a proliferação de memórias cotidianas criavam fatos e modificavam a percepção do tempo presente, pois “a velocidade passou a redefinir o cenário cultural desde o final dos anos oitenta, transformando o sentido do tempo, marcado pelo instantâneo, o imediato, o encurtamento da espera” (SÁ, 2008). Ele destacava a ausência de reflexões metodológicas no campo. A carência de pesquisas era proporcionada pelo descaso de muitos(as) historiadores(as) com tais registros e pela dificuldade de conservação para acessos posteriores.

Preservar a fonte digital depende de vários fatores, por exemplo, questões econômicas e as de cunho técnico. Conforme esse autor, o perigo estaria nas tentativas de monopólio documental “colocando em cheque o futuro do passado, na medida em que tais iniciativas têm se restringido a empresas privadas que disponibilizam o acesso a documentos *on-line*” (SÁ, 2008). A grande problemática apontada era sobre a autoria. As questões que Araújo Sá (2008) trazia eram: como avaliar os *sites*? Em qual confiar? Portanto, além da busca de páginas confiáveis na *internet*, encontrar a autoria era fundamental. A saída sugerida pelo autor estava na utilização de *sites* oficiais, os quais traziam maiores segurança e credibilidade para o trabalho do(a) historiador(a).

¹ Para a proposta presente trataremos apenas das produções no Brasil e que foram publicadas a partir do século XXI. Acreditamos que esse recorte se faz suficiente para proposta presente.



Sobre a relutância de uso das fontes digitais, Fábio Chang de Almeida (2011, p. 11) elencou algumas hipóteses. A primeira, de caráter histórico, revelava o tradicionalismo historiográfico pautado em documentos escritos tendo o papel como suporte. Por isso, poucas dissertações e teses apresentam fontes digitais como documentação utilizável: “No Brasil, a quantidade de pesquisas de mestrado e doutorado em História que utilizam as fontes digitais ainda está muito aquém do potencial oferecido por este suporte documental”. A segunda dificuldade indicada pelo autor é sobre a incipiente discussão teórico-metodológica acerca dessas fontes. A falta de adaptação dos historiadores à tecnologia e a inabilidade em manejá-las revelaram a fragilidade dos profissionais em lidar com essa nova demanda. Assim, ele fez a seguinte observação:

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Ainda destacou dois conjuntos de fontes viabilizadas pela *internet*: as primárias digitais e as não-primárias digitais. Os documentos primários digitais, aqueles existentes exclusivamente na *internet*, tais como *sites* e *blogs*, e os documentos primários digitalizados, esses são digitalizações de fontes já existentes: fotos, jornais, pôsteres etc. No interior do segundo conjunto são destacados os não-primários digitais que não tiveram a *internet* como suporte de produção, por exemplo, teses, dissertações e artigos científicos. A proposta metodológica feita pelo autor para escapar dos *sites* falsos na rede seria o de rastrear os diversos *links* que apresentam a mesma temática e detectar a existência de conexão com páginas institucionais ou oficiais. Nesse caso, essas interconexões legitimariam os dados. Procedimento comum aos historiadores o de contrapor as fontes, confrontar os dados, pois “tomar um *fake site* sendo um *site* verdadeiro seria um erro grosseiro, portanto o historiador deve estar atento a esta possível prática na hora de selecionar suas fontes” (ALMEIDA, 2011, p. 23).

A preocupação sobre a veracidade das fontes digitais também foi destacada por Julia Tomasi (2013) que indicava carência de nomes e datas na grande maioria das informações que apareciam na *internet*, elemento contribuinte para o afastamento de historiadores(as) e de poucas pesquisas na área. Acrescentou a volatilidade e a instantaneidade dessas fontes, fazendo emergir dificuldades no arquivamento dos dados, sendo assim, “outro motivador para os historiadores verem os documentos virtuais com mais cautela e precaução, e consequentemente estes serem menos utilizados nas pesquisas históricas” (TOMASI, 2013).

Os princípios éticos da pesquisa com uso de fontes digitais foram lembrados pela autora.



Ocultar nomes e rostos (quando imagens) evita que os colaboradores(as) sejam identificados(as) na própria rede. Substituir os endereços eletrônicos por variáveis fazia-se imprescindível. Ao disponibilizar um endereço para verificação da fonte corre-se o risco de romper com a conduta ética trazendo às claras o (a) internauta colaborador (a) pesquisado (a). No final do texto, a pesquisadora refletiu sobre o tabu nos usos das fontes digitais: “Resumidamente, utilizar as páginas da internet como documentos de pesquisa para a história é visto como tabu por muitos pesquisadores, tendo o historiador pouco se debruçado sobre tais documentos, já que suscitam, de certo modo, estranheza” (TOMASI, 2013).

De acordo com Anita Lucchesi (2015), apropriar-se de fontes da *internet* na produção de textos históricos ainda é bastante incerto para historiadores, mesmo quando esses já aproveitam em alto grau dos muitos benefícios propiciados pela rede, por exemplo, as trocas de materiais, de textos, ensaios etc. Apontou que a *internet* tem permitido a produção de textos históricos sem nenhum rigor quando comparados com os do ofício do historiador, demonstrando o interesse por parte do público não especializado. Esse seria motivo suficiente para adequação dos profissionais nessa nova dinâmica. Lucchesi (2015) trabalha com a noção de uma “Historiografia Digital” que não deve ser vista como capacidade de elevação de uma história serial, uma calculadora de arquivos e documentos, mas como uma rede capaz de trazer novos problemas aos historiadores e historiadoras do tempo presente. Reaparece em seu texto o problema do apagamento repentino de *sites* oficiais ou plataformas que permitem trocas de afinidades entre as pessoas. Como recuperar ou acessar o *link* citado por alguém sendo que a *Page* já não existe mais? Talvez essa seja uma das maiores questões e que ainda não possui respostas conclusivas por parte dos (as) especialistas das diversas áreas.

O hipertexto, forma de como se desenrola a comunicação no ambiente das mídias digitais, possui vantagem e desvantagem. Vantagem pela facilidade de acessar determinada fonte utilizada para produção do conhecimento histórico. Por outro lado, com a diluição das posições “corre-se constantemente o perigo de afogamento em meio a esses múltiplos pontos de vistas no mar de informações em que se lançam as redes de *links*” (LUCCHESI, 2015, p. 31). Teríamos o embaraçamento da própria autoria.

Nucia Alexandra Silva de Oliveira (2014, p. 28) analisou a pertinência da *internet* como lugar de discussão historiográfica. A pesquisadora estava interessada em *sites* que empreendiam debates sobre a História do Brasil. Novamente reapareciam problemas comuns como da autoria: “Desconfia-se muito mais do que está posto na internet, especialmente pelo fato de que muitos textos parecem não ter o mesmo rigor dos trabalhos impressos, sobretudo nos aspectos de



referência e explicitação da autoria”. Ao discutir sobre as preocupações metodológicas em sua pesquisa, atentava com desconfiança para os possíveis plágios dos *sites*, manipulação de dados e a inconsistência na autenticidade das informações. Além do desaparecimento inesperado do conteúdo na rede, as modificações dos dados eram problemas considerados pela pesquisadora:

No caso da pesquisa que coordeno, pode-se citar o caso de um *site* que teve todo o seu conteúdo modificado, gerando, assim, a necessidade de uma nova leitura. Aliás, em alguns momentos isso pode se tornar gravíssimo, pois nem sempre é possível refazer toda uma pesquisa. Neste caso, deve ser dito que na organização dos documentos não é recomendável que o único acesso a eles seja *online*. Isto é, uma providência essencial do trabalho no espaço virtual é mesmo o armazenamento do material coletado (OLIVEIRA, 2014, p. 49).

A autora alertava para a fragilidade de debates sobre a *internet* na área da História. Pouquíssimas eram as discussões de cunho metodológico que facilitassem a introdução de novos (as) pesquisadores (as) na utilização de documentos criados no espaço digital.

Em síntese, insuficientes são as reflexões teórico-metodológicas e as técnicas desenvolvidas por historiadores para lidar com essa nova demanda social. Acrescentam-se a efemeridade e a inconstância dessas fontes. Diferentemente dos arquivos empoeirados e que aos poucos são consumidos por traças; dos jornais que possuem boa longevidade; das fontes orais, essas limitadas ao presente, mas que gozam de um certo tempo de vida; as fontes digitais desaparecem permanentemente com um simples clicar do *mouse*. A incapacidade de arquivamento dessas fontes continua sendo o maior dos males. O que está em jogo é a própria memória. Como conservá-la? A desconfiança dos dados e a diluição da noção da autoria presenciada pelos(as) autores(as) são comuns e rotineiras pela rede. São dificuldades presentes nas vidas dos(as) profissionais que buscam nas fontes digitais meios de produzir conhecimento histórico.

Tentaremos, agora, avançar nas questões que envolvem a autoria das fontes oriundas da *internet*.

Reflexões teóricas sobre autoria

Abrimos essa seção com as problemáticas apontadas pela já citada Anita Lucchesi sobre “história/historiografia digital”:

Como lidar com a fluidez dos dados na rede? Quais são as implicações conceituais dessas mudanças que introduzem consigo uma ruptura temporal e espacial, diferente de todas as transições já vistas na academia anteriormente? Como as novas ferramentas digitais e os conteúdos decorrentes delas podem prover novos *insights* no tratamento de problemas históricos? E quais são as oportunidades para pesquisas realizadas em formato colaborativo, nesse novo espaço interconectado de trabalho? (2014, p. 50).



A citação interroga e inquieta historiadores e historiadoras que se propõem em refletir sobre essas novas fontes originárias dos contextos digitais. Relacionado com o que foi descrito na primeira seção do nosso texto, o trecho acima serve para “amarrar” o que será discutido daqui em diante. Dentre os temas controversos propiciados por essas novas fontes e considerando que a abordagem do presente texto possui limitações, optamos por discutir as noções de autoria e de espaço na *internet* e, assim, refletir teórica e metodologicamente sobre os usos das fontes extraídas da plataforma *Facebook*.

Por vezes, as fontes que trafegam na rede mundial aparecem sem a devida autoria ou como produções colaborativas, conforme foi dito por Lucchesi (2014). A nossa reflexão refere-se à documentação sem autoria. Cabe fazermos a observação de que não tratamos de referência, mas de autoria. A distinção é importante, pois qualquer dado que transita na *internet* pode ser referenciado a partir da disponibilização do seu endereço eletrônico. Por outro lado, esses mesmos dados podem não apresentar seus autores e autoras.

A obrigação da autoria na disciplina histórica pode ser vista como solução ou problema. Por um lado, é afirmada entre os pares da área o seu caráter de veracidade quando a autoria é identificada e, por outro, pode limitar as múltiplas perspectivas de abordagens quando a sua presença parece ser de difícil rastreio. Mas até que ponto é realmente necessária a presença da autoria? Sua ausência pode impedir análises e contextualizações de determinadas realidades em tempo/espaço específicos? Qual é o papel da autoria?

Produzir coletivamente na disciplina histórica sempre foi lugar de crítica entre os(as) próprios(as) especialistas. Diferentemente do concebido quando se fala em rede de conhecimento, na História essa condição é desvalorizada. Busca-se sempre a unidade, o individual, que o objeto avaliado tenha em algum lugar rabiscos indicando de quem ou de onde se originou. Tal afirmação aplica-se na hora da produção acadêmica, na apropriação de documentos e muitos mais. No entanto, é hora de refletir sobre tal acepção que se dissolve cada vez mais com o advento da *internet*, a autoria.

Atualmente existem debates que giram em torno das mudanças desabrochadas no final do século XX e que remetem às novas fórmulas de produção científica. Essa redefinição de produção tem estimulado o trabalho em rede:

Uma expressão da capacidade de adaptação do setor e que aparece como tendência dos grupos e instituições mais dinâmicos é a nova modalidade ‘do trabalho em rede’ e em cooperação diversificada, juntando, frequentemente, instituições como universidades, institutos de pesquisa, grupos de consultorias e empresas, que passam a se organizar ao redor de um *campus* (real e virtual) e



estabelecem relações entre si de acordo com seus interesses em projetos específicos (MINAYO, 2002, p. 14).

Ou seja, trabalhos colaborativos são impulsionados nessa nova dinâmica na qual a construção do conhecimento pauta-se pela integração e não pela individualização. A socialização da produção e do conhecimento aparecem como primeiro plano, minando a ideia de autoria individual. Parece ser essa a grande tendência fomentada pelas atuais tecnologias e de grande valia para o século XXI.

Um conhecimento construído de maneira coordenada e cooperativa envolvendo grande número de pesquisadores e de centros de pesquisa; um processo liderado por algum centro, universidade ou empresa, em torno dos quais se congrega um número adequado de pesquisadores selecionados e diferenciados (MINAYO, 2002, p. 14).

Batizada por Manuel Castells (2005) como a “sociedade em rede”, as sociedades contemporâneas vinculadas às novas formas comunicacionais, a exemplo da *internet*, permitiram que houvesse uma organização social pautada pela rede digital. Ele esclarecia que não era a tecnologia que moldava a sociedade, mas a sociedade que fornecia o seu molde. São as necessidades, os valores e interesses sociais que dão sentido e forma à tecnologia. Para tanto, definiu a sociedade em rede como:

Estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. [...]. É um sistema de nós interligados (CASTELLS, 2005, p. 20).

As relações nas sociedades em rede são interligadas e conduzem para o estabelecimento de processos colaborativos, dessa maneira, minimizando as produções individuais. Alteram-se as formas de relacionamento, trabalho, produção e na própria vida dos sujeitos sociais. Está no colaborativo a “onda do momento” e a *internet* sintetiza essa mudança de maneira exemplar. Pessoas que se cruzam e trocam experiências digitalmente acabam produzindo cada vez mais a partir de uma teia social.

Roger Chartier (2010) levantou questões importantes sobre a escrita digital. A textualidade digital alterou a tradicional forma de ler, escrever e a sua própria reprodução. Concomitantemente, observa-se a ruptura da noção de propriedade sobre os livros, pois há maior fluidez autoral na rede digital. Assim,

Como manter o conceito de propriedade literária, definido desde o século XVIII a partir de uma identidade perpetuada das obras, reconhecível, qualquer que seja a forma de sua publicação, num mundo em que os textos são móveis, maleáveis, abertos e nos quais, como o desejava Michel Foucault, cada um pode, no momento de começar, “encadear, continuar a frase, e, sem que ninguém se



preocupe realmente com isso, alojar-se nos seus interstícios”? (CHARTIER, 2010, p. 9).

A identidade da obra, como destacou, se dissolve em multidões de mãos digitais fazendo com que a própria dinâmica entre o(a) escritor(a) e o(a) leitor(a) se misturem, dificultando a sua distinção. O próprio leitor se torna coautor da obra modificando-a e alterando a sua composição. O distanciamento de quem escreve o texto parece maior, elemento importante da textualidade digital. A tela do computador regula o grau de aproximação entre escritor(a) e o escrito.

Cabe então compreender: qual é o verdadeiro papel da autoria nessas condições? Qual o alcance da sua importância? Como bem disse Michel Foucault (2001), o nome autor exerce a função de localizar, classificar e agrupar discursos. O autor, ao exercer sua função, faz circular discursos no interior de uma sociedade e essa seria a sua principal característica, a de dar funcionamento aos discursos tornando-os existentes. Realizada essa tarefa, ele estabelece qual tipo de discurso deve ser considerado em determinada sociedade e cultura:

Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo ele ser do discurso: para o discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que se deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status* (FOUCAULT, 2001, p. 276).

Ao justificar suas análises sobre a questão da autoria, Foucault (2001) já demonstrava que seu interesse estava nas condições de funcionamento das práticas discursivas. Ele destacou que as unidades discursivas recebem atribuições valorativas secundárias quando comparadas com noções de autoria e obra. Os discursos estão dispersos, o autor ou a autoria apenas localiza-os, organiza-os, atribui sentido e torna-os compreensíveis. Foucault (2001, p. 283) classificou esses procedimentos como função-autor: “A função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização”.

Assim sucedido, o autor não deixa de ter importância, mas também não se faz determinante:

Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que - ao menos desde uma certa época - o indivíduo que se põe em escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas (FOUCAULT, 1999, p. 28-29).

São incontáveis “eus” que ressurgem na construção discursiva do autor mesmo quando esses “eus” estão ocultos sob o “véu” de uma única autoria. Reunir o disperso e dar-lhe sentido e



entendimento é sempre uma operação complexa, carregada de imaginário e que se constitui num permanente exercício criativo daquele(a) que consegue articular estrategicamente a pluralidade discursiva em unidade. Nesse encadeamento de proposições Foucault (2001, p. 277) considera pertinente identificar em quais momentos são exigidas, na sociedade, a presença da autoria. São nos momentos em que se buscam atribuir penalidades aos que cometiam transgressões nos textos escritos, batizar ou designar uma propriedade autoral e dar sentido racional ao que foi escrito que se exigiam a presença da autoria: “Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores [...] na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores”.

A autoria parece procurar a correção e a punição de outrem e estabelece a linha entre o lícito e o ilícito. Dessa forma, os discursos que violem as normas sociais não mais ficariam impunes. Foucault (2001) comenta que esse processo tem sua gênese no final do século XVIII e no início do XIX, coincidindo com o momento no qual as sociedades passavam por transformações e se tornavam sociedades disciplinares.

Sobre o espaço: uma reflexão metodológica no uso de fontes da *internet*

Após essa breve discussão sobre autoria, precisamos investir algumas linhas sobre a noção de espaço, porque é na percepção de espaços inter cruzados, ou seja, da *internet* com os espaços concretos, que conseguiremos orquestrar meios viáveis para utilização das fontes digitais que não possuem autoria.

Não foi preciso a invenção da conexão mundial entre mídias digitais para que as pessoas estabelecessem relações sem qualquer contato físico. Julia Tomasi (2013, p. 36) explicou esse processo muito bem:

Antes do surgimento da *internet*, e, sobretudo das redes virtuais de sociabilidade, já se idealizava conhecer as pessoas virtualmente e poder relacionar-se sem um contato físico, como através das cartas e dos telefonemas, de forma que muitos indivíduos se conhecessem através desses meios, ocorrendo inclusive namoros, casamentos e amizades através das cartas e das ligações telefônicas.

A *internet* permite o contato de pessoas que compartilham suas vidas tanto no campo privado quanto público, buscam novos relacionamentos, realizam a manutenção de amizades antes instituídas, trocam conhecimentos e muitas outras possibilidades. A plataforma *Facebook* possibilita muito bem esse processo. Através de mensagens textuais, imagens e fotografias, áudios e vídeos as pessoas exploram múltiplas e variadas formas de socialização *online* (CORREIA; MOREIRA, 2014).



Acreditamos que as mídias digitais potencializam as comunicações entre as pessoas. Nessa linha, as formas de como usar a *internet* precedem a ela mesma. São as relações desenvolvidas fora das redes sociais digitais que condicionam as maneiras de usá-la. Essa afirmação retira da *internet* seu caráter independente, como um espaço virtual autônomo. Cabe ver nas relações entre os sujeitos o que leva e condiciona na utilização dessas novas mídias de comunicação e informação. A plataforma *Facebook*, assim como as outras redes sociais, *blogs* e *sites* espelham as relações cotidianas, políticas, econômicas, sociais e culturais de realidades diversas em temporalidades e espacialidades específicas.

O que acabamos de afirmar foi detectado pelo sociólogo Richard Miskolci (2011, p. 17-18) quando, em sua pesquisa, trabalhou com homens que buscavam relações com outros homens a partir de bate-papo *online*. Para que a sua pesquisa ganhasse densidade foi necessário entender formas passadas de relações sexuais entre parceiros do mesmo sexo. Segundo ele, “esse deslocamento da pesquisa das mídias para seus usos vinculou essas tecnologias comunicacionais aos interesses sociais e subjetivos conferindo ao objeto de pesquisa contornos mais precisos e, portanto, mais promissores para a investigação alcançar resultados substantivos”.

A *internet* não deve ser entendida como “terra de ninguém”, mas a partir de um lugar estratégico que visa controlar as atitudes, ações e movimentos das pessoas que se propõem em usá-la. Carlo Ginzburg (2010) notou com bastante propriedade essa questão. Identificou limitações e possibilidades, os prós e contras estabelecidos por empresas que se dedicam em disseminar conteúdos e conduzir as ações das pessoas em rede:

Há muitas abordagens a respeito do Google. Há, por exemplo, uma ênfase na privatização dos dados públicos por uma empresa privada, que é certamente algo que eu tenho objeção. Há o perigo de controle das atitudes do usuário, do uso de seus dados, tentar moldar suas escolhas em termos de *marketing*, e assim por diante ou até mesmo escolhas políticas. Tudo isso é verdade, e não é necessariamente novo, quero dizer, isso aconteceu no passado também, certamente a escala do fenômeno é diferente, mas, em si, o fenômeno não é novo. Entretanto, acredito que focar apenas nas limitações relacionadas ao Google, ou aos perigos, isso me parece unilateral. O que quero mostrar é que o Google libera energia. Há a possibilidade, digamos de não apenas a procura de dados, mas para construir uma pesquisa, que pode ter um valor existencial, como tento mostrar, então, isso me parece uma área sobre a qual pouco se falou, e devia ser explorada².

Em contrapartida, os internautas redirecionam seus usos modificando conteúdos e consumindo-os de diferentes formas. Destarte, considerar que esse espaço se conecta com as relações concretas evita a armadilha de pensar o contexto digital como abstrato ou sem vínculo

² Disponível em: <<http://www.fronteras.com/videos/os-pros-e-contras-do-google>>. Acesso em: 15/07/2017.



com a realidade. Entende-se aqui a *internet* não como um espaço de autonomia, mas como reflexo das infinitas relações sociais. Ao se referir aos lugares e espaços Michel de Certeau (2007) formulou a tese de que o relato é capaz de constituir lugares e espaços. O lugar é a delimitação, a ordem, age como estabelecido e jamais será indefinido. O espaço é a consequência do lugar, mas não se subtrai. Portanto:

O espaço é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 2007, p. 202).

A *internet* é um bem cultural. Certeau (2007) compreende a importância de como os sujeitos ordinários reinventam os bens culturais de determinada sociedade a partir de uma prática. É dessa forma que ele elabora uma teoria das práticas cotidianas. Os consumidores culturais reelaboram e recriam formas de agir sobre o objeto de consumo. As práticas cotidianas são maneiras de fazer capazes de “enganar” a vigilância e alterá-la. Se a *internet* é o lugar da estratégia, lugar que condiciona ações, os seus consumidores são aqueles que praticam o espaço e empreendem táticas para burlar tais condicionamentos.

Para o lugar, a estratégia; para o espaço, a tática. Esses pressupostos são importantíssimos nas análises desse teórico. Sobre a estratégia:

O cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como o *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 2007, p. 40).

Já as táticas não possuem um lugar, nem discursos, são sempre cooptações e transformações daquilo que é emitido de um lugar social. São consideradas um não-lugar e jamais localizadas. Assim, as táticas são “muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.)” (CERTEAU, 2007, p. 41).

Definida a noção de espaço deste trabalho, ocorre a seguinte afirmação: todas as fontes que surgem na *internet* devem ser compreendidas como fruto ou consequência de relações externas. Consideradas dessa maneira, passam a ganhar sentido e oferecem meios para que o(a) historiador(a) atue sobre elas. Cabe então enquadrá-las no tempo/espaço que lhe conferem sentido. Portanto, as fontes na/da *internet*, no caso aqui específico da plataforma *Facebook*, possuem significados relativos a determinados contextos sociais, isto é, os registros desprovidos de autoria recebem novos direcionamentos podendo ser utilizados com a triangulação de distintas tipologias de fontes como as orais, impressas, etc.



A reflexão metodológica aqui presente direciona-se para as fontes sem autoria que transitam livremente na *internet*. Cabe contextualizá-las no tempo e no espaço, mas também articulando-as com fontes já tradicionalmente aceitas pela disciplina histórica. Uma simples imagem que possa aparecer no *Facebook* carrega conteúdos que transbordam à sua forma, mas é a partir dela que os discursos se organizam abrindo brechas e possibilidades de serem interpretados pelo(a) historiador(a).

Cabe salientar que não estamos deixando para trás ou negligenciando a questão da autoria para a História, pois sabemos que ela exerce papel significativo. A autoria documental será sempre buscada incessantemente por historiadores e historiadoras. O que estamos tentando fazer é abrir caminhos de atuação sobre a documentação que perambula na rede mundial sem qualquer tipo de identificação da sua origem ou autoria. Entendemos que esses dados são relevantes e, nesse sentido, não podemos deixá-los de lado.

Para a construção da reflexão teórico-metodológica exposta neste texto tomamos uma prática cultural e tradicional que se deflagra em algumas cidades nordestinas principalmente em Cruz das Almas/BA, lugar em que as espadas possuem grande expressividade.

A Guerra de Espadas está vinculada aos festejos juninos. Associada à tradição religiosa do catolicismo, as festas de São João dizem respeito, também, ao momento da colheita do milho e do amendoim, alimentos importantíssimos na dieta dessas pessoas. Em conjunto, os fogos de artifícios oferecem adrenalina, emoção e perigo. Segundo seus participantes, a Guerra de Espadas é uma tradição centenária e produtora de um fortíssimo valor de pertencimento com a região.

Em síntese, as pessoas saem às ruas em grupos no dia 24 de junho, momento principal do São João, para socializar as espadas de fogo e competindo sobre qual espadeiro(a) possui a melhor espada. Nesse sentido, são realizadas diversas batalhas pelas ruas e bairros da cidade. A ideia principal é a diversão. No entanto, os danos aos corpos das pessoas são comuns devido ao impacto realizado pelo objeto (espada) acompanhado, em muitos casos, por queimaduras.

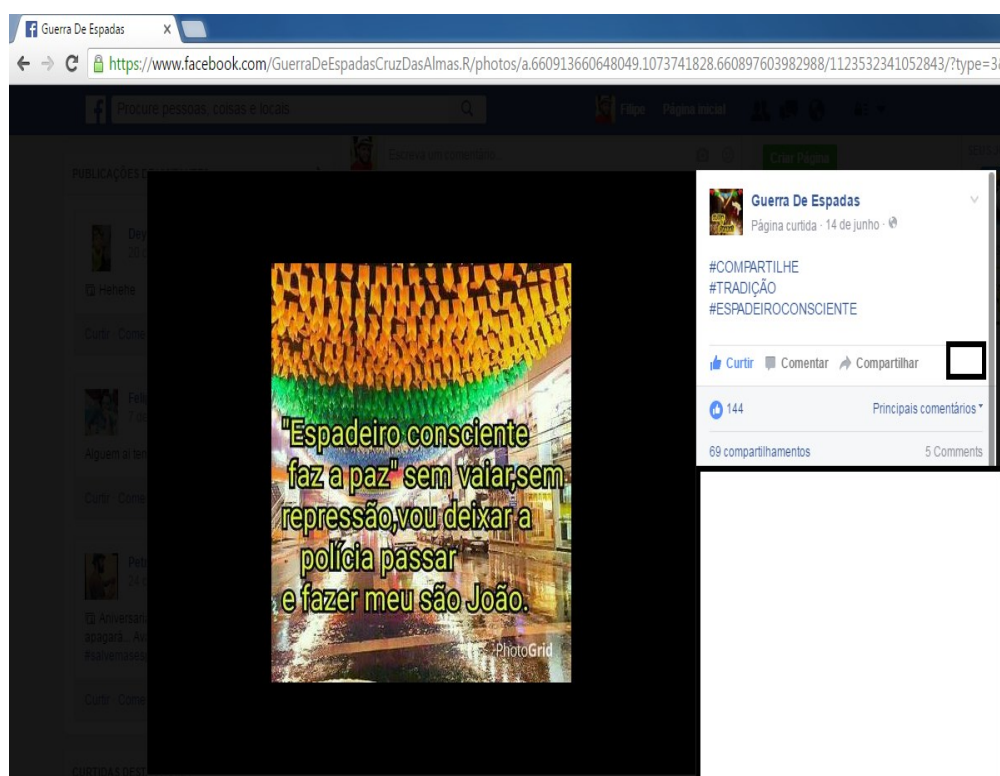
Tomando como argumento a depredação dos bens públicos ocasionadas pelas espadas e os danos físicos causados em seus participantes, o Ministério Público local moveu uma Ação Cautelar fazendo com que a Guerra de Espadas entrasse para o campo da ilegalidade. Essa ação não tem força de lei, porém suspende a tradicional festa durante período indeterminado. Assim, a tradição das espadas tornou-se crime no ano de 2011. A espada é constituída de bambu, pólvora e barro, além de outros elementos. Para a confecção da espada é preciso tempo, força, paciência e



muita dedicação, sem falar nos custos para aquisição da matéria-prima. O processo de fabricação leva em torno de dois meses.

O *Print screen* abaixo está vinculado ao São João e refere-se à tradicional Guerra de Espadas. Possui os seguintes dizeres: “Espadeiro consciente faz a paz’ sem vaiar, sem repressão, vou deixar a polícia passar e fazer meu São João”. A imagem possibilita várias interpretações.

Imagem 1: *Print screen* do grupo “Guerra de Espadas” na plataforma *Facebook*.



Fonte 1: Disponível em: <<https://www.facebook.com/GuerraDeEspadasCruzDasAlmas.R/>>. Acesso em: 15/07/2017.

De início, a fotografia tinha a rua como objeto. Possui na parte inferior a empresa que a produziu, *PhotoGrid*. No entanto, a imagem foi reutilizada para outros fins e o conteúdo textual deixa esse processo bem claro. Assim, não é possível encontrar a sua “nova” autoria. Considerando a reflexão que fizemos sobre a autoria, cabe compreendê-la a partir da articulação com outras fontes.

A imagem anterior fornece elementos expressivos para o entendimento das relações conflitivas entre policiais e espadeiros(as) desde o advento da criminalização da Guerra de Espadas. Existem táticas que podem apaziguar ou potencializar a repressão policial. A vaia, instrumento utilizado por espadeiros e espadeiras no momento de chegada da polícia, normalmente provoca



os(as) policiais colocando-os(as) em condição vergonhosa. A depreciação da polícia será replicada com violência e repressão. Por outro lado, o não emprego da vaia viabiliza, a depender daqueles(as) que forem designados(as) para reprimir, a permissividade da prática. Assim, a vaia, quando utilizada ou não, será sempre uma ferramenta acessível aos espadeiros e espadeiras seja para estigmatizar a força policial ou para manter a queima das espadas sem maior grau de repressão.

Mas como saber se o teor dessa postagem se faz condizente? Ao nos conceder uma entrevista, Marcos, 36 anos, açougueiro e espadeiro, revela em sua fala subsídios que contribuem na interpretação da imagem retirada da plataforma *Facebook*. Marcos começou a produzir suas espadas com 12 anos e teve o seu tio como referência. Questionado sobre a relação dos espadeiros com a polícia ele afirmou: “Ah! Sempre tem! Já ouvi na Rua da Estação, né? De dar tiro de bala nas pessoas. Certo tipo de gente de má conduta, né? Fica lá vaiando, joga pedra [...]. Já nós, inocentes, [...] eles sempre dão tiro de borracha, alguma coisa, né?” (MARCOS, 2017).

Como manifestado na fonte digital, Marcos confirma a existência de conflitos entre espadeiros(as) e policiais pelas ruas da cidade no momento do São João. Ele ratifica a utilização das vaias por espadeiros(as) que acabam alimentando a animosidade entre esses sujeitos e de como são surpreendidos e coibidos pela força policial.

Ao lado da fonte digital e do registro oral, alocamos a recomendação que foi emitida pelo Ministério Público da cidade de Cruz das Almas/BA em 2015, que permite a repressão policial aos espadeiros e espadeiras.

RECOMENDAR AOS PREPOSTOS DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA que adotem as providências necessárias para coibir as atividades de fabrico, transportes, comércio, uso (queima) de fogos de artifícios e pirotécnicos, bem como de explosivos, pólvoras mecânicas e pólvoras químicas de qualquer tipo, inclusive “espadas”, realizadas em desacordo com as determinações legais e regulamentares, inclusive: (a) apreensão dos artefatos produzidos, transportados, comercializados e utilizados de forma irregular; e (b) prisão em flagrante pelo cometimento dos crimes listados na presente recomendação (RECOMENDAÇÃO N. 01/2015).

Ora, as três fontes se encaixam e permitem uma triangulação pertinente. A recomendação tem como objetivo a coibição da produção, comercialização e queima das espadas de fogo. Ao mesmo tempo, há no documento orientações para a prisão daqueles(as) que continuarem a praticar o crime. Reaparece a polícia na dinâmica como agente repressor e promotora da ordem social. São evidentes os conflitos existentes na realidade analisada.

Porém, a fonte digital permite enxergar resistências passivas, mas não subservientes, ausentes nos documentos oral e impresso (oficial): “Vou deixar a polícia passar e fazer meu São



João”. Como falamos anteriormente, o não uso das vaias pode ser considerado como tática de resistência que evita o confronto direto entre espadeiros(as) e policiais. Em termos diferentes, a vaia é um recurso dos populares. A imagem parece revelar que policiais, quando não submetidos à vergonha de serem vaiados, acabam deixando que a queima das espadas aconteça.

Tem-se aqui a conexão de três tipos de fontes: digital, oral e impressa. Quando articuladas, a imagem ganha sentido ao contexto na qual foi produzida e em sua temporalidade. Dessa maneira, como disse Foucault (2001), o autor ausente que forjou a fonte e postou na plataforma cumpriu a função de organizar os vários discursos que permeiam a sua realidade. Ora, a documentação sem autoria, aquela extraída da *internet*, permitiu acessar elementos que a documentação impressa e o registro oral não forneceram.

É interessante notar que a própria estruturação da *internet* consente que os seus usuários e usuárias ocultem as suas identidades pela rede. Ainda mais quando se trata de temáticas problemáticas, por exemplo, questões que envolvam crimes, torna-se imprescindível que esses atores e atrizes sociais disseminem e compartilhem informações em formatos diversos sem que sejam identificados(as). Parece ser um meio eficiente de resistência utilizado por espadeiros e espadeiras de Cruz das Almas para que mantenham a tradicional Guerra de Espadas ativa. Deste modo, a falta de autoria das fontes digitais deixa de ser entendida como simples disseminação aleatória e descompromissada de informações e passa a ter sentido racional e estratégico. Em outras palavras, é a tecnologia sendo tomada por espadeiros(as) criminalizados(as) como instrumento de luta e, ao mesmo tempo, como meio para que não fiquem expostos(as) aos olhares do público e da lei.

Posicionar-se sobre um tema problemático por meio de uma plataforma *online* como o *Facebook* parece ser muito mais confortável e menos comprometedor. Certamente por não haver contato físico com outrem, fazendo com que os sujeitos se coloquem com maior intensidade e com menores chances de serem repreendidos. Da mesma forma, permite esconder a si mesmo, o que propicia maior liberdade no que será dito. Em suma, é muito mais seguro resistir às determinações da lei na Guerra de Espadas e formular táticas para burlar as forças policiais pelas mídias digitais nas quais as identidades podem ser omitidas do que no contato *vis-à-vis*.

Tomando essa argumentação, abrimos a chance de interpretar as fontes sem autoria dentro de uma racionalidade. A produção de informações ou dados pela *internet* possui finalidade concreta que visa atender interesses individuais e coletivos. Então, o que temos são discursos de poder mesmo quando não apresentam códigos que identifiquem seus produtores e produtoras. Ora, seja



para burlar as estratégias repressivas das forças policiais ou promover os valores culturais e tradicionais da Guerra de Espadas (bastante comuns nas comunidades de espadeiros(as) no *Facebook*), o que temos são disputas discursivas no exercício do poder.

Ao triangularmos as fontes e considerar os contextos espaciais e temporais, os dados *fakes* perdem sentido, pois tais procedimentos já seriam suficientes para indicar qualquer relação da fonte *online* com a realidade concreta ou não. Essa preocupação com o *fake* foi discutida anteriormente ao citarmos o historiador Fabio Chang de Almeida (2011) e naquele momento ele recomendava cruzar *links* e trabalhar quantitativamente (e também qualitativamente) para que não ocorressem apropriações de dados enganosos:

Trabalhar quantitativamente também pode ser um procedimento metodológico interessante, principalmente quando se estiver trabalhando com documentos anônimos ou cuja autenticidade seja de difícil comprovação. Dessa forma, se for obtido um *corpus* significativo de dados, é possível identificar uma coerência discursiva que remete a um modelo padrão (p. 24).

Diferentemente do proposto por Almeida (2011), nossa abordagem metodológica não tem carácter quantitativo, mas qualitativo. Obviamente, esse autor está tratando de um objeto diferente e manejando exclusivamente fontes da *internet*. No nosso caso, a preocupação não está na montagem de um quadro quantitativo de informações que produza sentido discursivo, mas em perceber de que maneira a fonte digital se articula com outras documentações não digitais e com a realidade analisada.

Expostas as problemáticas e as considerações teóricas e metodológicas, esperamos que esse trabalho não se torne um *outsider* no campo da História. Reticentes, os(as) historiadores(as) continuam resistindo no uso dessa nova tipologia de fonte que transita pelas múltiplas facetas da *internet*. Todavia, não é possível se esquivar de um dos papéis fundamentais dos(as) historiadores(as) que é a sua permanente movimentação na produção de novas fontes, novos objetos, abordagens, em outras palavras, da sua própria prática.

Michel de Certeau (2007) dizia que o historiador é aquele sujeito capaz de descobrir no natural, no dado e no sem estatuto a condição de transformação em cultura. O historiador é capaz de manipular a natureza em sua forma mais abrupta, transformá-la em cultura e produzir algo. Dito por ele: “De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das ‘neves eternas’, o historiador *faz outra coisa: faz deles a história*” (CERTEAU, 2007, p. 79).

É no empreendimento de alterar o natural em artificial que brota o objeto do(a) historiador(a) e da História. Portanto, o sujeito cognitivo e transformador não deve apenas reproduzir os objetos dados. É necessário manter-se em constante transformação do natural em



novos objetos, sendo esse princípio científico: “Quando o historiador supõe que um passado já *dado* se desvenda em seu texto, ele se alinha com o comportamento do consumidor. Recebe, passivamente, os objetos distribuídos pelos produtores” (CERTEAU, 2007, p. 80). O desafio do(a) historiador(a), avaliado por Certeau (2007), está em manter-se sempre disposto(a) para alteração de si mesmo(a) e na fabricação de novas possibilidades de pesquisas.

O(a) historiador(a) produz seus documentos, suas fontes e realiza seguindo procedimentos coerentes, ligados por princípios científicos, atribuindo estatuto ao que era, até então, vazio e lacunar.

Transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente” e continua “quando opera uma *redistribuição do espaço* e consiste, primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo “estabelecimento das fontes” – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras (CERTEAU, 2007, p. 83).

Considerações finais

O breve levantamento das produções historiográficas sobre o digital demonstrou que os registros oriundos da *internet* têm feito com que historiadores e historiadoras revisem as formas tradicionais de produção do conhecimento histórico.

A noção de autoria parece perder-se nesses ambientes obrigando que reflexões sobre a sua presença ou não sejam necessárias. Como vimos, todo e qualquer registro que pode ser acessado em plataformas digitais fazem parte de determinada sociedade em tempo/espaço específicos, assim, podendo ser interligado socialmente por práticas discursivas que circulam.

Com relação ao espaço da *internet*, vimos, a partir da triangulação de fontes diversas, que o espaço digital ou *online* não pode ser concebido sem ligação com outros ou de forma independente. Tudo que emerge das mídias digitais enquadra-se em realidades concretas ou *off-line*. Dessa forma, o(a) historiador(a) precisa compreender os espaços como sobrepostos.

Como resultado principal, percebemos que a ruptura do espaço da *internet* como independente conduz na concepção de que ele está interligado a outros espaços, contribuindo, assim, na quebra da autoria como elemento fundamental, pois a autoria apenas realizaria a sua função como a de organizar discursos. Ao mesmo tempo, alguns dos problemas que atingem as fontes digitais parecem ser suspensos, por exemplo, os registros considerados *fakes* estariam condicionados à triangulação de outras fontes na qual validariam sua pertinência ou não.

O título do nosso trabalho explicitou a intenção de apresentar uma reflexão teórico-metodológica no uso de materiais produzidos pelas mídias digitais. Significa afirmar que várias



outras são possíveis e extremamente necessárias. Não cabe mais frisar exaustivamente que a *internet* assumiu, no presente, importância indiscutível, que modificou e continua modificando relações sociais de todos os tipos e que transformou a relação tempo/espaço. Este artigo pretende contribuir para tratarmos dos problemas inatos às fontes digitais devidamente, isto é, com reflexões teóricas e metodológicas que contribuam na sua utilização e que possam dar vozes aqueles e aquelas que por elas se manifestam.

Fontes:

Fonte digital

Print screen do grupo “Guerra de Espadas” na plataforma *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GuerraDeEspadasCruzDasAlmas.R/>>. Acesso em: 15/07/2017.

Fonte impressa

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Recomendação N. 01/2015**. Cruz das Almas/BA, 09 de junho de 2015.

Fonte oral

MARCOS (36 anos, nome fictício). Entrevista concedida ao autor do presente texto em 5 de março de 2017, na residência do entrevistado em Cruz das Almas-BA.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS - Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**, v.3, n. 8, p. 9 - 30, jan./jun. 2011.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política**. 2005. p. 17-30
Disponível em:
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018. 22:12: 30.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 13. ed. - Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados** 24 (69), p. 7-30, 2010.

CORREIA, P. M. A. R.; MOREIRA, M. F. R. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. **ALCEU**, v. 14, n. 28, p. 168-187, jan./jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 1999.

_____. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos: estética-literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

LUCCHESI, Anita. **Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)**. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2014



_____. Historiografia em rede: história, internet e novas mídias. Preocupações e questionamentos para os historiadores do século XXI. In: MARTINS, Estevão C. de Rezendes; MOLLO, Helena. (orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**: 2012. Mariana: Editora SBTHH, 2015

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **CRONOS**, Natal, v. 12, n. 2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e Internet: conexões possíveis. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23-53, mai./ago. 2014.

SÁ, A. F. A. Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet. In: ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Faculdade São Luís de França, 2008. (Sem página).

TOMASI, Julia Massucheti. **“Eternamente off-line”**: as práticas de luto na rede social do *Orkut* no Brasil (2004-2011). 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

_____. O presentismo e a revolução documental: as páginas da *internet* como documentos de pesquisa para a História – Da volatilidade à instantaneidade. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 12, (Sem página), jun. 2013.



Uma família atlântica que deixou suas marcas de liberdade ao longo do caminho

SCOTT, Rebecca J., HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade:** uma odisseia atlântica na era da emancipação. Tradução Vera Joscelyne. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014. p. 296.

Karine Teixeira Damasceno
Doutoranda em História
Universidade Federal da Bahia
karitd@yahoo.com.br

Recebido em: 21/06/2016

Aprovado em: 30/03/2018

Fruto de uma extensa pesquisa realizada ao longo de sete anos por Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*, traz a saga da família Vincent/Tinchant, apresentada ao longo de nove capítulos e um epílogo de tirar o fôlego. Desde já, saliento que não consigo ver de outro modo senão como excepcional o modo como estes experientes pesquisadores conseguiram seguir os rastros deixados por estes “sobreviventes do Atlântico”.

Logo no início do livro, os autores nos informam que não consideraram o itinerário dos Vincent/Tinchant como típico ou representativo, o que podemos constatar ao longo da leitura. O fio inicial para a investigação foi uma carta escrita por Édouard Tinchant, um fabricante de charutos residente da Bélgica, endereçada ao general Máximo Gómez, encontrada no Arquivo Nacional de Cuba, na qual ele solicita a autorização para pôr seu nome na marca de charutos que pretendia lançar e, para tanto, não se furtou em usar sua capacidade discursiva para relatar aspectos de sua vida familiar enfatizando uma conexão entre luta por direitos civis e igualdade racial no mundo atlântico do século XIX – a Guerra Civil e a Reconstrução dos Estados Unidos (1861-1877), a Revolução Francesa (1848) e a Revolução do Haiti (1791-1804). A trilha seguida por eles nos conduziu até o século XX abrindo uma janela para que pudéssemos ver os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na vida de pessoas que tinham “cor”, como Marie-José Tinchant.



Ao se depararem com uma carta de caráter atlântico, os autores respeitaram o faro próprio aos pesquisadores de história e resolveram enfrentar o desafio de vasculhar os rastros deixados pela família Vincent/Tinchant mantidos por padres, tabeliães, oficiais e recenseadores locais em Cuba, nos Estados Unidos, no Haiti, na França, no México e na Bélgica. Como diriam os autores, o livro apresenta para o público uma odisseia familiar iniciada em Senegâmbia rumo a Saint-Domingue, no final do século XVIII, continuando até Santiago de Cuba, Nova Orleans, Porto Príncipe, Pau, Paris, Antuérpia, Veracruz e Mobile, com várias viagens de volta à Luisiana e à Bélgica.

Os autores nos deixam ver a movimentação de cinco gerações dos Vincent/Tinchant em busca de liberdade, dignidade e respeito, oferecendo-nos um olhar instigante e sofisticado sobre vários aspectos do mundo atlântico enfrentados por eles.

Escravidão, luta para construir uma vida em liberdade, raça, racismo e antirracismo, guerra e hierarquia social são alguns dos aspectos descortinados ao longo da obra. Neste texto, destacarei, de maneira especial, o esforço dos membros desta família em produzir ou fazer produzir suas marcas em documentos utilizados por eles para a reivindicação de direitos, como os registros sacramentais (batismo, casamento); registros notariais (contratos, cartas particulares, cartas de alforrias); e correspondências. Com efeito, ao longo do livro, Scott e Hébrard levantam argumentos para sustentar a tese de que, na luta por direitos, os Vincent/Tinchant sabiam muito bem a importância de deixar suas marcas ao longo do caminho e de recorrer a elas ou ocultá-las sempre que fosse preciso validar a posição social que esperavam obter.

Assim, elegemos três membros desta família de migrantes atlânticos, Rosalie, Élisabeth e Édouard, os quais, talvez por conta da quantidade de vestígios sobre seu itinerário, nos chamaram a atenção de maneira especial. A primeira delas é a africana Rosalie, nascida em Fuuta Tooro, Senegal, e trazida para Saint-Domingue, Cuba, entre 1780 e 1790, a avó de Édouard Tinchant, “de nação Poulard”, que trouxe consigo, para a travessia, o legado cultivado entre os seus, isto é, a valorização do aprendizado da linguagem e “a prática de colocar palavras no papel”. Do mesmo modo, à medida que Scott e Hébrard foram conectando os fragmentos encontrados de sua trajetória, pudemos conhecer uma mulher preocupada em produzir documentos e atenta para a importância de apresentá-los quando interessantes a seus projetos.

Ao tempo em que descortinaram os fragmentos da história de Rosalie e da sua família, os autores trouxeram à tona os desafios enfrentados por outras mulheres e outros homens que também carregavam no corpo, nos documentos (ou na ausência deles) “as ameaças de estigmas e suspeição” por serem “pessoas de cor”, sujeitos sociais que, assim como Vincent/Tinchant, se



movimentaram no sentido de deixar marcas de liberdade ainda que, muitas vezes, não tenham sido bem sucedidos. Em *Provas de liberdade*, os autores construíram uma narrativa que consegue envolver o leitor também pela estratégia de inserir nos contextos as experiências dos sujeitos sociais.

Em seu itinerário, Rosalie e seus familiares, o marido, francês, Michel Vincent e seus quatro filhos, se mostraram dispostos a fazer o que fosse preciso para garantir direitos para toda a família. Com efeito, ela que, na prática, já vivia como alforriada e precisava de provas de sua liberdade, já que as “pessoas livres de cor” conviviam constantemente com os riscos da reescravização, investiu na construção de mais um documento. Neste sentido, Michel Vincent

preparou um documento de alforria que poderia servir como prova de liberdade individual [...]. Escrevendo sem a ajuda de um tabelião, mas utilizando a linguagem que tinha sido convencional nesses documentos antes da abolição, ele declarou que Marie Françoise, chamada Rosalie, ‘mulher negra de nação Poulard’, e seus quatro filhos eram escravos e que ele os libertava. (SCOTT; HÉBRARD, 2014, p. 64).

O interessante é que, conforme os autores, não há qualquer outra evidência de que Michel tivesse, de fato, sido dono de Rosalie. Lembram que este documento foi produzido em 10 de maio de 1803, período em que a escravidão não existia mais no Haiti. Ou seja, para os autores, ele é fruto de uma estratégia do casal, uma vez que,

a propriedade fictícia e as fórmulas do antigo regime nesse documento tinham aparentemente a intenção de conferir a ela e a seus filhos uma liberdade mais durável e mais defensável que aquela declarada pela Convenção Nacional Francesa. Era de se esperar que um regime sucessor ou um regime vizinho aceitassem a declaração de intenção escrita por um homem que se descrevia como um senhor de escravos, fosse qual fosse a política eventual sobre a própria escravidão. (SCOTT; HÉBRARD, 2014, p. 65).

Com efeito, ao decidir sair de Saint-Domingue, Haiti, rumo a Santiago, Cuba, um “baluarte da escravidão”, sua frágil prova de liberdade foi finalmente homologada por um escrivão francês, o que a fortaleceu um pouco mais.

Para a concretização de seus projetos de liberdade, durante sua permanência em Nova Orleans, a filha de Rosalie, Élisabeth Jacques Tinchant, seu marido, seguiram tomando todas as providências para apagar as marcas da escravidão de seu passado. Tanto que ela conseguiu se livrar do rótulo de filha natural ao conquistar o direito legal de incorporar junto a seu nome o sobrenome de seu pai. De acordo com o projeto de liberdade tecido pelo casal, era preciso livrar a si mesmo e a seus cinco filhos da política de distinção limitadora e garantir para eles, por exemplo, o direito a uma educação formal de qualidade.



Assim, obstinados na busca por direitos, respeito, educação formal para os filhos e propriedades, os Vincent/Tinchant embarcaram para a França, em 1840, estabelecendo-se em uma região conhecida como Béar, onde seguiram tentando se livrar de outros rótulos de distinção.

Filho mais novo (o sexto filho) do casal Élisabeth e Jacques, já mencionado acima, Édouard Tinchant foi o único que nasceu na França e, assim como seus irmãos mais velhos, conseguiu ter acesso a uma boa educação formal e também se movimentou no sentido de conquistar direitos, respeito e propriedade, entretanto, sua trajetória chama nossa atenção de maneira especial pelo engajamento político na luta contra o colonialismo, a escravidão e a discriminação.

Enquanto legislador, Édouard pôde influenciar a construção de vários documentos de interesse das “pessoas de cor”, haja vista a Constituição de Luisiana, uma das mais revolucionárias do período pós-Guerra Civil dos Estados Unidos, que aprovou o fim das barreiras legais para o casamento entre pessoas negras e brancas, garantiu “direitos públicos” em questões de transporte, entretenimento e alojamento público, além da proibição de colégios públicos separados por raça. Ou seja, ele interferiu para a redução de restrições às “pessoas de cor” em Luisiana, restrições que, como podemos verificar ao longo da obra, vários membros da família Vincent/Tinchant experimentaram, inclusive ele próprio. Com efeito, considerando a tradição desta família de produzir documentos, certamente não é um exagero dizer que as lições mais valiosas recebidas por Édouard sobre a importância de produzir documentos foram aprendidas em família.

Provas de liberdade é um bom exemplo de como fazer uma pesquisa de micro história e, sem dúvida nenhuma, servirá de inspiração para muitos historiadores que enveredam em busca de reconstituir trajetórias, muitas vezes cheias de silêncios, de escravizadas, escravizados e de seus descendentes. Isto é, além de contribuir, sobremaneira, para os estudos sobre escravidão e liberdade no complexo Mundo Atlântico, acrescenta um conhecimento importante para os debates relacionados à luta transatlântica contra o racismo, nos dias atuais, pois, embora as restrições por “motivo racial” não estejam mais no papel, a luta para superá-las ainda continua em curso.



Discurso de Lorde Byron a respeito da repressão contra os Ludistas

Lord Byron's Speech about repression against the Luddites¹

Luccas Eduardo Maldonado

Mestrando em História
Universidade de São Paulo – USP
luccas_eduardo@hotmail.com

Recebido em: 21/11/2017

Aprovado em: 16/03/2018

Laederefacile, mederidifficile

Apresentação: Lord Byron visto por baixo: nos caminhos de Edward Palmer Thompson

Edward Palmer Thompson mostrou-se como um dos expoentes mais notáveis entre os intelectuais que compuseram a primeira geração da *New Left Review*. Embora não o mais conhecido entre nós brasileiros, título irrecusável de Eric J. Hobsbawm, em escala global e em meio aos especialistas do ofício, garante um espaço especial dentro da plêiade dos historiadores. Notório pesquisador, capaz de mobilizar grande quantidade de documentos, também apresentou outras qualidades reflexivas que o singularizaram dentro de sua geração: exímio orador, proprietário de uma consciência social profunda e não conciliável, poeta e polemista, componentes de uma vida singular. A última dessas características provavelmente foi a que lhe fez mais conhecido, pela intensidade e força que se inseria nas querelas.

Na sua vida, teve inúmeras batalhas, uma das menos memoradas é a sua luta pelo fim do desenvolvimento das armas nucleares, como seu *fellow* da *New Left* Raymond Williams memorou em “A Política do Desarmamento Nuclear” (WILLIAMS, 2015). Todavia, certamente as suas investidas mais importantes encontram-se materializadas nas suas duas principais obras: *The poverty of theory* e *The making of the English working class* (THOMPSON, 1981 e THOMPSON, 1987). O primeiro título trata-se, sinteticamente, de um longo texto destinado a criticar a presença das concepções estruturalistas dentro do pensamento britânico, divulgadas pelas obras de Perry Anderson e Tom Nairn nos anos 1960. Na leitura de Thompson, essa corrente de pensamento,

¹ BYRON, Lord. Frame Work Bill Speech (Feb. 1812. Spoken in the House of Lords. Feb. 27th.). In: **The Complete Miscellaneous Prose**. Editado por Andrew Nicholson. Oxford: Clarendon Press – Oxford University Press, 2002, p. 22-27.



originário do filósofo francês Louis Althusser, acarretaria uma leitura simplista da história, de forma economicista e mecanicista, que reforçaria as antigas posições stalinistas.

Os atritos entre o historiador britânico e o filósofo francês, conquanto muitas vezes tomassem formas ríspidas, não foi o confronto mais intenso que Thompson adentrou. Apesar das diferenças de difícil conciliação entre eles, é certo que ambos, no interim que media as respectivas posições, faziam uma apologia de concepções de esquerda;² são dois marxistas que, *inter alia*, possuíam profundas preocupações sociais. A questão é que E. P. Thompson atrincheira-se mais próximo de Louis Althusser, por exemplo, do que de Raymond Aron ou Friedrich Hayek. O primeiro marcado por um explícito antimarxismo, delimitando a produção de Karl Marx como “ilusão” (ARON, 1980, p. 249). O segundo por conceber qualquer forma de intervenção na economia como um pecado que levaria progressivamente a supressão democrática; nessa linha de pensamento, que acerca o socialismo do autoritarismo, postulou a Europa do pós-guerra como regimes que perderam liberdades democráticas devido ao tamanho excessivo de seus Estados (HAYEK, 2010).

O que se deseja com tal descrição é explicitar uma condição social que perpassa a Europa, especialmente a Inglaterra, a qual Thompson intensamente se defrontou. *The making of the English working class* não é simplesmente um estudo da história do movimento operário inglês; concebê-lo exclusivamente com uma narrativa é perder de vista uma qualidade notável do polemista. Mais precisamente, esvai-se a dimensão de um autor que, além de descrever, intenta uma perspectiva histórica: “*history from below*”. O revelo do fundador da *New Left Review* situa-se no seu horizonte de investigação que projeta colocar em primeiro plano, propondo um arranjo dentro de sua disciplina, a história daqueles que não está inscrita explicitamente nos Anais, ou melhor, a trajetória dos quais raramente foi pronunciada dentro da Câmara dos Lordes e dos Comuns, não obstante os seus destinos fossem ali diretamente remanejados.

Em seu país, Thompson confrontou-se com uma inteligência que dificilmente conceberia “a história da ‘gente comum’ ter sido algo além – e distinto – da História Inglesa Oficialmente Correta” (THOMPSON, 2001, p. 185). Um expoente notório dessa enfrentamento deu-se com John Ashton Cannon, conservador historiador britânico especialista em política parlamentar. Incitado por *Whigs and Hunters*, obra a qual Thompson (1987) analisa a expansão de parte das leis capitais inglesas no século XVIII, Cannon elaborou uma dura crítica ao trabalho na qual acusa o

² Utiliza-se as categorias esquerda e direita da maneira mais ampla possível neste texto: a tomar como eixo caracterizante as preocupações sociais, por um lado, e a liberdade de mercado, por outro. O autor está ciente dos riscos que tal superficialidade pode acarretar, no entanto, essa imprecisão ainda delimita alguns nuances do pensamento europeu que se mostram necessário para a argumentação proposta.



autor de não revelar as suas fontes e produzir um estudo mais comprometido com uma ideologia do que com o ofício científico. A réplica não tardou e nela se evidenciou contrastantes concepções históricas. Em suma, emplacava-se a defesa de uma perspectiva que *somente englobava as narrativas das elites político-econômicas do país* em contraste com outra que visava *integrar as populações não frequentadoras do parlamento e da aristocracia*, entende-se os operários, os camponeses, os pequenos comerciantes etc.³

No presente texto, não se pretende fazer uma extensa descrição dos caminhos intelectuais de Thompson diante do conservadorismo inglês, seria um intento muito pretensioso para tão poucas páginas. No entanto, deseja-se manejar um dos itinerários intelectuais desse historiador para se pensar as possibilidades de uso documental e analítico de um documento. No dia 27 de fevereiro de 1812, em uma das suas primeiras seções na Câmara dos Lordes, das poucas que frequentou, George Gordon Byron, mais conhecido como Lorde Byron, enunciou um discurso em defesa do movimento ludista. Desdobrava-se uma das raras oportunidades que, no interior da instituição mais aristocrática da Inglaterra, uma questão referente a condição de vida dos *from below* era inscrita na pauta.

No alto dos seus 24 anos, o escritor confrontava-se com o melhor de uma sociedade que, ao longo do século XIX, conquistaria possessões por todo o globo e um domínio incontestável no jogo político mundial. Despertava-lhe a indignação de que o seu país, em um momento de ascendência política e econômica, reservava medidas severas para alguns dos seus componentes mais importantes. O ápice do poder britânico expressou-se em muitas facetas, porém, pode-se entendê-las em grande parte como o uso extensivo de suas vantagens produtivas e militares nas relações internacionais a visar vantagens para a nação insular. As arbitrariedades despejadas diante de outros países, contudo, não garantiam condições mais igualitárias no seu próprio território. Na verdade, igualmente as mazelas despojaram-se em um jogo de classes, mais precisamente, o operariado inglês conheceu uma intensa exploração ao longo do século XIX. Situação que pode ser observada, por exemplo, por meio de dois textos clássicos,⁴ os quais possuem quase um século de diferença entre as suas datas de publicação, mas ainda assim apresentam uma percepção conciliadora a respeito dos mesmos eventos históricos, o já mencionado *The making of the English working class*, de Thompson, e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels.

O discurso de Byron circunscreve-se no princípio do XIX quando ocorria uma mudança qualitativa na produção. No âmbito econômico-social, pode-se elencar duas consequências

³ Para a réplica de Thompson, cf. Posfácio à Edição Peregrine (THOMPSON, 1987b.)

⁴ Sobre a mesma temática, cf. HOBBSAWM, 2000.



fundamentais desse processo: a primeira, o aumento da produtividade do trabalhador por meio da introdução de novas tecnologias; a segunda trata-se de um desenvolvimento da anterior, uma possibilidade que se abriu por meio dela, quer dizer, o incremento tecnológico fez possível o proprietário contratar menos empregados para sustar a sua demanda em consequência da menor necessidade de tempo para a elaboração de igual quantidade de produtos. Nesse processo, Karl Marx enxergou o fenômeno, por ele denominado, *exército industrial de reserva*. Em suma, tal conceito concebe que, em determinados tempos históricos, ocorrem aperfeiçoamentos nas forças produtivas responsáveis por acarretarem uma menor quantidade de capital variável, caso a expansão capitalista não se conjugue com as necessidades prévias de número de empregados.⁵ A introdução e o aperfeiçoamentos dos teares mecânicos no crepúsculo do XVIII e nos primeiros momentos do século XIX tratou-se de um desdobramento no qual é observável um melhoramento técnico desencadeador de uma ampliação do *exército industrial de reserva*.

Quando Byron fez sua intervenção em prol dos ludistas em 1812, Napoleão ainda não havia sido derrotado e o caos da Guerra Civil ainda se mostrava como um espectro, a elite governante inglesa por isso vivia atenta e temerosa com as práticas liberais e com medo do que vinha do outro lado da Mancha. O longo governo de Jorge III (1760-1820) caracterizou-se por uma constante disputa política e por instabilidades sociais; o crescimento do poder trazia consigo diversos problemas e desafios. Desde o século XVIII, o processo de modernização levado pelos *whigs*, que progressivamente instituiu legislações liberais, tornou cada vez mais a propriedade privada como um direito a ser garantido, avanços observados com constante oposição e relutância pelas classes conservadoras. O ascender da propriedade como bem jurídico dar-se-ia marcado pela constituição de uma série leis para defendê-la duramente. A Lei Negra de 1723 seria um dos exemplos, talvez o mais notório, a garantir esse movimento: promulgava a pena capital para mais de 50 delitos que ofendiam a propriedade.⁶ Naquele momento, aparentemente não seria tolerado duas coisas: afrontas às posses e ao *status quo*; algo que tanto os liberais, quanto os conservadores, concordariam. Em certa medida, essa condição acarretou nos primeiros momentos do XIX uma relação de histeria social. Configurava-se uma realidade policialesca – reuniões eram proibidas, portadores de cartazes

⁵ “o crescimento absoluto do capital está vinculado ao decréscimo absoluto de seu componente variável ou da força de trabalho por ele absorvida; em outras palavras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e trai força de trabalho suplementar em proporção ao seu próprio crescimento, ora ocorre uma mudança orgânica e seu componente variável se contrai: em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e, portanto, do número de trabalhadores ocupados, vincula-se sempre a violentas flutuações e à produção transitória de uma superpopulação, que esta adote agora a forma mais notória de repulsão de trabalhadores já ocupados anteriormente, quer a forma menos evidente, mas não menos eficaz, de uma absorção mais difícil da população trabalhadora suplementar mediante os canais habituais” (MARX, 2013, p. 705-706).

⁶ “O Estado britânico, concordavam todos os legisladores do século 18, existia para preservar a propriedade e, incidentalmente, as vidas e liberdades dos proprietários”. (THOMPSON, 1987b, p. 21-23).



eram presos, cafés fechados e artistas vigiados – devido aos constantes debates de cunho *whig*, dispostos em diversos panfletos despojados pelos centros urbanos, em favor da constituição de um sistema de pleito mais participativo, o qual levaria ao *Reform Act* de 1832.⁷

Byron encarou frontalmente essa transformação. Por um lado, a construção de um Estado disposto a conservar o privilégio dos seus membros e a manter rigorosamente as suas formas; contradição que levaria a frequentes despudores autoritários. Por outro, uma economia em transformação que reduzia os postos de trabalho dos operários têxteis devido a introdução dos teares mecânicos. A origem aristocrática do escritor não o fez pasmar de indiferença diante da situação. Dentro do parlamento, defendeu os despossuídos, mesmo por aqueles que optaram pelas formas mais radicais de protesto: a destruição dos teares. Como um aristocrata, detentor de terras e rendimentos, Byron nunca precisou trabalhar podendo, assim, dedicar-se ao ócio da escrita e a viajar pela Europa. Contudo, diferentemente do esperado, a etiqueta de um *gentleman* não lhe pareceu adequada, desviou, traiu, o padrão de sua classe a defender o proletariado. Todavia, é preciso dimensionar a figura de Byron dentre desse complexo arranjo social. Trata-se de um indivíduo singular, não foi somente um defensor esporádico dos problemas dos operários, porém, um homem que foi compreendido como uma ameaça para o seu país.

Componente da segunda geração romântica, provavelmente o maior expoente britânico, Byron angariou o descrédito, a repulsa, de duas formas distintas: por sua arte e por suas concepções políticas. No primeiro âmbito, foi concebido como uma dândi que expressava a decadência moral de sua época. Afeito a festas e aos despudores ofendeu as elites aristocráticas e religiosas. Em certa medida, as suas obras teatrais *Don Juan* e *Caim* tinham a capacidade de reunir em si todas as qualidades repudiadas por esses grupos.⁸ No segundo domínio, as suas posturas políticas levaram-lhe a ser considerado como um componente de uma “*Satanic School*”. Admirador de figuras republicanas como Napoleão, Washington, Bolívar, acreditava no avanço das ideias iluministas como um processo irreversível; intuição que lhe fez lutar na guerra de libertação grega. Inclusive, chegou a ser considerado um amigo, um concidadão, de Thomas Paine; escritor e revolucionário britânico, provavelmente o mais divulgador desses ideais em sua época, que esteve profundamente envolvido com as Revoluções Francesas e Americana e com a defesa do deísmo.⁹ Descaminhos de uma pária, ou melhor, de um Lorde, que renunciou ao próprio castelo.

⁷ David Erdman, estudioso de Byron do início do século XX, realça a necessidade de se conhecer o contexto da época para se compreender os escritos de Byron e de outros literatos. “For the literary historian to interpret this era correctly it is important to envisage with what persistent hysteria all liberal publishers, poets, and bill-posters were watched by alarmists both ministerial and self-appointed throughout the years before the Reform Bill”. (ERDMAN, 1947, p. 234).

⁸ Para mais informações sobre os escritos de Byron diante do conservadorismo de sua época, cf. ROBERTSON, 1976.

⁹ Para mais informações sobre as posições de Byron diante da sociedade de sua época, cf. ERDMAN, p. 234.



Subir na tribuna para defender o direito dos trabalhadores ludistas radicalizados em uma época na qual a propriedade privada e o policiamento tornavam-se cada vez mais, respectivamente, imaculável e extensivo revela os traços de um indivíduo disposto a romper com o casuístico. A indignação que lhe motivou o discurso, marcado ora pela incisão, ora pela ironia, derivou do avanço de um projeto de lei que instituía a pena de morte àqueles que destruíssem teares, *Frame Breaking Act* – outra legislação a instituir a execução para crimes que ferissem a propriedade. O ludismo é um fenômeno histórico que fundamentalmente foi tratado de duas formas pelos autores não acadêmicos: ou como um movimento orgânico; ou como um intento rapidamente derrotado e sem sucesso algum. Conforme Hobsbawm (1952) enunciou, tal visão trata-se de uma perspectiva generalizadora, porquanto pasma um fenômeno que, na prática, se deu de maneira muito mais múltipla.¹⁰ O ludismo em si é um acontecimento preciso que se insere, sem conexões necessárias, dentro de uma prática mais ou menos comum na organização do capitalismo industrial: a destruição dos melhoramentos técnicos por parte dos trabalhadores. Hobsbawm conferiu a existência de uma série de “quebradores de máquinas” naquele período e em alguns países. A questão é que os ludistas tornar-se-iam um exemplo notório da prática. Isso, pois, foram um dos principais desencadeadores do *Frame Breaking Act* e por terem sido repetidamente rememorado por escritores e artistas. Além disso, a sua narrativa, foco de diversas disputas, conta com diversas peculiaridades que lhe conferem atenção. Por exemplo, a própria existência do líder do movimento, Ned Ludd, nunca teve existência provada; na realidade, apresenta ser uma construção associada, distantemente, a outro mito, Robin Hood, uma vez que ambos teriam uma origem comum na floresta de Sheerwood. Interessantemente, Lorde Byron morou em Newstea Abbey, nas proximidades da mesma floresta a partir de 1808 (ALARCÃO, 2010).

Byron por três vezes pronunciou-se publicamente em defesa dos operários ludistas. Em 27 de fevereiro de 1812, discursou na Câmara dos Lordes, o mais representativo dos seus intentos nesse sentido. Alguns dias depois, em 2 de março, publicou uma poesia, *An Ode to the Framers of the Frame Bill*, no periódico *Morning Chronicle*, realizando nova apologia. Alguns anos depois, em dezembro de 1816, a sua consciência não havia deixado de se dobrar sobre essa causa, uma vez mais dedicaria sua pena para os mesmos fins com *Song for the Luddites*. As suas investidas, no entanto, não muito adiantariam; pouco se debateu o *Frame Breaking Act* dentro do parlamento, pois, sê-lo-ia promulgado em 5 de março de 1812, a despeito do escritor inglês.

¹⁰ “In the first place, Luddism, treated as a single phenomenon for administrative purposes, covered several distinct types of machine-breaking, which for the most part existed independently of each other, both before and after. In the second place the rapid defeat of Luddism led to a widespread belief that machine-breaking never succeeded”. (HOBSBAWM, 1952, p. 57).



O discurso de Byron é uma fonte privilegiada para se observar parcialmente o contexto de uma época. Diante dela, a perspectiva de Thompson de *history from below* pode mostrar-se interessante e reveladora. Uma fonte, originária das elites, capaz de esmiuçar a respeito do destino daqueles que não ocupam a “história oficialmente correta”. Com ela, observa-se que os caminhos ingleses não são essencialmente parlamentares e monárquicos, conforme uma historiografia conservadora parece realçar nos seus textos. De dentro do parlamento, Byron preocupa-se com a causa daqueles que não ocupam nenhuma cadeira legislativa, mas que estão tendo os trajetos remanejados naquele espaço.

A crítica vinda de um *fellow*, de pessoas que possuem opiniões mais ou menos consoantes, não costumam despertar tantas paixões como a originária de um detentor de distintas colorações políticas, apesar de haver exceções. Thompson sentia a necessidade de responder todas elas, em vez de silenciar, porém, dedicou especial atenção para aquelas originárias dos âmbitos mais conservadores, como fez com Cannon. Tal conduta coloca uma questão em evidência: deve-se prestar muita atenção naqueles os quais estão mais distantes de suas opiniões. Por sê-las tão divergentes, podem revelar aspectos pouco esperados. Nessa esteira, a historiadora norte-americana Gertrude Himmelfarb, legionária do neoconservadorismo, merece ser invocada. Erudita e profunda conhecedora da historiografia, não se trata de uma pesquisadora a ser desconsidera, seus trabalhos apresentam qualidades raras.

Em “History With the Politics Left Out”, Himmelfarb realiza uma revisão crítica extremamente interessante com o que delimita como Terceira Geração dos Annales e New Left, capaz de problematizar algumas dobras interpretativas por meio do discurso de Byron. Essas linhas historiográficas, desdobradas a partir dos anos 1960, colocaram em evidência um viés histórico que realçou o lado social das relações humanas de um conjunto específico de indivíduos; mais precisamente, dispõem em primeiro plano uma narrativa debruçada nas relações cotidianas daqueles que estão nas margens dos macroprocessos econômicos e políticos. Himmelfarb (1987)¹¹ não concebe tal orientação como um problema em si, não deixa de abdicar que é necessário, contudo, identifica nela uma hegemonia problemática. Muitas vezes os ídolos são condenados pelas obras dos seguidores; é factível criticar as posturas de Jesus a partir das desventuras de João e Paulo? A indagação é de difícil resposta independentemente do caso, seja dos historiadores, seja dos religiosos, existem diversas pontos envolvidas que nem sempre contam com uma racionalidade evidente. Todavia, realça algo: os grandes nomes são os primeiros a serem lembrados

¹¹ Existe uma tradução desse texto em: NOVAIS, 2013.



independentemente da situação.

A perspectiva de *history from below* elaborado por Thompson, como conceito refinado que é, traz em si possibilidades múltiplas de interpretação. Rotas que seriam exploradas com o passar do tempo; nesse sentido, pode-se identificar duas matizes principais. Uma que é mais fiel aos escritos de Thompson e outra menos. A mais conjugada nunca se afastou da noção de que a história “dos de baixo” possui profunda relação com os “de cima”; não perde de vista os regimes de classe e/ou outras formas de exploração que caracterizam a sociedade. Conforme o próprio intelectual britânico enunciou, “a classe é uma relação, e não uma coisa” (THOMPSON, 1987a, p. 11), dessa forma, há de se ter em mente a burguesia para se estudar o proletariado; na sua conjugação a categoria faz sentido. Por exemplo, os livros *The making of the English working class* e *Whigs and Hunters* jamais perderam de vista as condutas dos burgueses, dos conservadores e das ações parlamentares diante da vida dos despossuídos. A linhagem menos conjugada, que talvez seja melhor compreendida a partir do prisma das produções dos Annales, traz uma leitura que renunciou a preocupação com as elites para se focar exclusivamente na descrição das populações marginalizadas. É a expressão de uma história preocupada exclusivamente com o cotidiano, com a vida privada, com a vida de um moleiro, com a afirmação das identidades etc.

Himmelfarb reconhece a hegemonia da segunda acepção interpretativa e revela os seus ricos. Conservadora, é ciente do poder que o Estado e como ele atravessa as vidas. Por isso, faz um alerta para não se perder de vista a dimensão política formal da análise histórica. Ela está defendendo, não uma narrativa marcada pelo elitismo da trajetória dos reis e dos grandes homens, mas da autoridade da força estatal e dos grandes processos capazes de remodelarem existências. Dispõe que muitas vezes para a história humana não é a duração, porém, o poder de ruptura de estruturas. Apesar de suas diferenças, com um atlântico entre eles, a historiadora americana não está tão distante do inglês nesse ponto. Na verdade, Himmelfarb mira um ídolo e acerta os seus adoradores; pensa em um professor e se refere aos seus leitores mais entusiasmados.

A presente edição da *Revista Temporalidades* traz, pela primeira vez em português, a apologia dos ludistas realizada por Lord Byron em fevereiro de 1812 na Câmara dos Lordes. Sem título próprio, foi informalmente nomeado pelo editor britânico como “Lord Byron’s Speech about repression against the Luddites”. O texto foi convertido a partir da edição da Clarendon Press, da Universidade de Oxford.¹² Trata-se de um interessante documento que poderá trazer para o leitor brasileiro a perspectiva de uma época e de como o operariado inglês teve os seus rumos retalhados

¹² “Frame Work Bill Speech (Feb. 1812. Spoken in the House of Lords. Feb. 27th.)” (BYRON, 2002, p. 22-27).



pela ingerência parlamentar, contudo, não sem resistência, inclusive por um componente de sua própria classe. Um olhar para baixo sem perder de vista, a estabelecer relações de classe como Thompson advertiu, a disputa de interesses e poderes que perpassam a política e recortam a existência de mulheres e homens. A presente tradução originalmente estava sendo realizada para ser entregue a Luiz Alberto Moniz Bandeira que, na juventude traduzira e escrevera sobre Byron, e desejava volver ao poeta muitas décadas depois; possivelmente redigiria um ensaio ou um livro a respeito do aristocrata e a tradução entraria como um anexo – roteiro que o autor dessas linhas fez repetidas vezes junto do intelectual. No entanto, no decorrer de sua elaboração, Moniz Bandeira veio a falecer em 10 de novembro de 2017. Os textos aqui apresentados tratam-se de uma homenagem, *in memoriam*, a Moniz Bandeira. Uma tímida parte de um trabalho que infelizmente não poderá ser feito.

Tradução de “Lord Byron’s Speech about repression against the Luddites”(Discurso de Lorde Byron a respeito da repressão contra os Ludistas)

Meus Senhores,

A questão agora submetida, pela primeira vez as vossas senhorias, embora nova na Câmara, não é nova no país de modo algum. Acredito que todos tenham sobre ela ponderado cuidadosamente muito antes de sua introdução a apreciação no Legislativo, cuja interferência poderá ser de grande contribuição. Como sou uma pessoa em certa medida em contato com o sofrimento do condado, não obstante infamiliar, caracterísitca válida não somente para esta Casa de modo geral, mas também para quase todos os indivíduos cuja atenção presumo solicitar, peço a tolerância de vossas senhorias enquanto ofereço algumas observações sobre a questão a qual confesso eu mesmo estar profundamente interessado.

Seria desnecessário aprofundar-me nos detalhes desses tumultos. A Câmara já está consciente da afronta cometida que levou ao derramamento de sangue, de que os proprietários das máquinas de tear são ofensivos aos revoltosos e de que todas as pessoas supostamente conectadas a tais aparelhos foram sujeitas a insultos e a violência. Durante o curto período de tempo que passei recentemente em Notts, não houve doze horas sem um novo ato de violência; no dia em que deixei o condado, fui informado da destruição de quarenta teares, os quais haviam sido quebrados na noite anterior, como de costume, sem resistência e sem suspeitas.

Tal era então a situação naquela terra que tenho razões para acreditar no que acredito neste momento. Enquanto admitirem a existência desses ultrajes em extensão alarmante, não se poderá



negar que essas circunstâncias surgiram de angústias sem paralelo. A perseverança desses homens miseráveis nas suas condições tende a provar que, nada além da necessidade absoluta, poderia ter conduzido uma grande parte, uma vez honesta e trabalhadora, dessas pessoas à prática dos excessos, tão perigosa para consigo, para suas famílias e para sua comunidade. Naquele momento que aludo, o condado e a terra estavam sobrecarregados de destacamentos militares, a polícia estava em movimento e os magistrados reunidos. Todavia, todos esses atos, civis e militares, não levaram a nada. Em nenhuma instância, ocorreu apreensão de nenhum verdadeiro delinquente – contra o qual haveria evidência legal suficiente por convicção. No entanto, a polícia, por mais inútil que fosse, não estava de modo algum ociosa: vários delinquentes notórios foram identificados. Homens sujeitos à condenação, com as mais claras evidências, do crime capital da pobreza; homens que foram culpados de nefastamente gerar legalmente muitas crianças, graças aos tempos!, que não seriam capazes de sustentar.

Prejuízo considerável foi causado aos proprietários dessas máquinas melhoradas. Elas eram para eles uma vantagem, na medida em que suplantaram a necessidade de empregar uma série de trabalhadores, os quais conseqüentemente foram deixados para morrer de fome. Com a adoção de um tipo específico de máquina de tear, um homem faz o trabalho de vários homens e os trabalhadores desnecessários acabam desempregados. Deve ser observado que esse novo trabalho se executa com qualidade inferior, pois, não é para ser comercializado domesticamente, porém, meramente feito com pressa para a exportação. Chamou-se tal condição, no espaço do comércio, de *Spider-work*. Os rejeitados homens trabalhadores, na cegueira de sua ignorância, em vez de reconhecerem essa melhoria nas técnicas tão benigna para a humanidade, concebiam a si mesmos como sacrificados em prol das melhorias mecânicas. Na ingenuidade dos seus corações, eles imaginaram que a preservação e o bem-estar dos pobres esforçados eram, na verdade, mais importantes do que o enriquecimento de alguns indivíduos que, pelo aperfeiçoamento nos implementos do avanço tecnológico, lançaram os trabalhadores ao desemprego e impediram a contratação de outros.

Deve-se também confessar que, durante o período de prosperidade de nosso país, se operou uma condição privilegiada na economia que possibilitou a adoção de máquinas maiores capazes de beneficiar o mestre sem prejudicar o servo. No entanto, na situação atual de nossas manufaturas, com itens apodrecendo nos armazéns sem perspectivas de exportação e com demanda por trabalho e trabalhadores reduzindo, os teares mecânicos tendem a agravar materialmente as angústias e os descontentamentos dos sofrendores desapontados. Mas, a verdadeira causa dessas angústias e desses distúrbios deve-se a conseqüências mais profundas.



Quando nos é dito que esses homens estão reunidos, não só por causa da destruição de seu próprio conforto, mas também pela destruição de seus próprios meios de subsistência, podemos nos esquecer que foi a política amarga, a guerra destrutiva, dos últimos 18 anos que destruiu o seu conforto, o vosso conforto, o conforto de todos os homens? A política originária de "Grandes estadistas que não existem mais" sobreviveu aos mortos para se tornar uma maldição sobre os vivos até a terceira e a quarta geração!

Aqueles homens nunca destruíram os seus teares até que eles se tornassem inúteis, piores do que inúteis; na verdade, até que as máquinas se tornassem impedimentos nos seus esforços de obterem os seus pães diários. Podeis então se perguntar: em tempos como estes, quando falência, fraude e crime impugnado são encontrados em posições não muito abaixo que de vós Lordes, o mais baixo, embora uma vez pertencente à parte mais útil dos homens, poderia na sua angústia esquecer o seu dever e assim se tornar menos culpado do que um de seus representantes?

Enquanto o ofendido pode encontrar meios para confundir a lei – novas penas capitais devem ser planejadas, novas armadilhas de morte disseminadas –, o miserável mecânico está faminto na sua culpa. Aqueles homens estão dispostos a cavar, mas a pá está em outras mãos; eles não tinham vergonha de implorar, mas não havia ninguém para aliviá-los. Os seus próprios recursos de subsistência foram cortados; todos os outros empregos estavam ocupados; os seus excessos, por mais que sejam deploráveis e condenáveis, dificilmente poderiam ser objeto de surpresa.

Afirmou-se que as pessoas momentaneamente responsáveis pelos teares foram coniventes com a sua destruição. Para tal condição ser provada em um inquérito, seria necessário que os materiais utilizados no crime fossem apresentados como indícios para a punição. Porém, eu esperava que qualquer medida proposta pelos Lordes do Governo de Sua Majestade fosse fundamentada nessas bases; ou, caso isso fosse impossível, algum inquérito preliminar, alguma deliberação, fosse requisitada: não que fôssemos chamados imediatamente, sem exame e sem causa, para passarmos a sentença por atacado e assinarmos garantias de morte com os olhos vendados.

Todavia, admitindo que aqueles homens não tivessem motivos de queixas, que as suas e as dos seus empregadores estivessem igualmente sem fundamentos, eles então mereceriam o pior. Qual ineficiência, qual imbecilidade, foi escolhida como método para reduzi-los! Por que os militares gritaram para serem ridicularizados se eles foram invocados? Não obstante a diferença de temporadas, eles apenas parodiaram a campanha de verão do Major Sturgeon. De fato, todos os procedimentos, civil e militar, pareciam compostos nos modelos do Prefeito e da Corporação de Garrett. Tais marchas e contramarchas! De Nottingham a Bulnell – de Bulnell a Bareford – de Bareford a Mansfield! Quando finalmente os destacamentos chegaram ao seu destino, com todo



orgulho, pompa e circunstância de guerra gloriosa, chegaram apenas em tempo de testemunhar o mal que fora feito, verificar a fuga dos perpetradores, coletar as *spolia opima* nos fragmentos de teares quebrados e retornar aos seus quartéis no meio do escárnio de velhas mulheres e das vaías de crianças.

Embora estejamos em um país livre, dever-se-ia desejar que nossos militares não fossem nunca tão formidáveis, no mínimo, conosco. Eu não suporto ver a vigilância sendo colocada em situações nas quais somente pode fazer o ridículo. A espada é o pior argumento que pode ser utilizado, então, deveria ser o último. No caso dos trabalhadores, usá-la foi a primeira escolha, porém, providencialmente somente se usou a bainha ainda. A presente medida irá, de fato, arrancá-la da bainha. Foram realizadas reuniões adequadas nos primeiros estágios das revoltas – as queixas desses homens e de seus mestres (eles também tinham as suas) foram razoavelmente pesadas e justamente examinadas. Penso que isso poderia ter sido ponderado para se restaurar as ocupações desses trabalhadores e a tranquilidade da região. No presente, ela sofre por causa de uma dupla aflição: alguns militares ociosos e uma população faminta.

Em que estado de apatia temos sido mergulhados por tanto tempo que agora, pela primeira vez, a Câmara foi oficialmente informada desses distúrbios? Tudo aconteceu a cento e trinta milhas de Londres. Enquanto isso, bons homens!, julgávamos cheio de certeza que nossa grandeza estava amadurecendo e sentávamos para desfrutar nossos triunfos estrangeiros no meio da calamidade doméstica. No entanto, todas as cidades que vós tomastes, de todos os exércitos que recuaram perante vossos líderes, não são senão temas insignificantes de autocongratulação, se vossa terra se divide contra si mesma e se vossos *dragoons* e vossos carrascos agem impunemente contra vossos concidadãos.

Vós chamais esses homens de uma multidão de enraivecidos, desesperados, perigosos e ignorantes. Pareceis pensar que a única maneira de silenciar a *Belluamultorum Caputum* é decepar algumas das suas cabeças supérfluas. Mas, mesmo uma multidão pode ser levada à razão por meio de uma mistura de conciliação e firmeza, em vez de mais irritação e penas. Estamos conscientes de nossas obrigações para com a multidão? É ela que trabalha em vossos campos e serve as vossas casas. Homens de vossa marinha e recrutas de vosso exército. Esses que vos permitem desafiar o mundo e também podem vos desafiar, quando a vossa negligência e a calamidade os conduzem ao desespero.

Podeis chamar as pessoas de uma multidão enraivecida, porém, não se esqueceis de que uma multidão muitas vezes expressa o sentimento do povo. Nesse ponto, devo comentar que com a espontaneidade que estais acostumados a socorrer a vossos aliados aflitos, acabais deixando os



angustiados de vosso próprio país aos cuidados da Providência ou – da paróquia. Quando os portugueses sofreram com o recuo dos franceses, cada braço foi esticado, cada mão foi aberta. Da generosidade do homem rico às luvas da viúva, tudo foi concedido para lhes permitirem reconstruir suas aldeias e reabastecer seus celeiros. Neste momento, quando milhares de compatriotas equivocados e infelizes estão lutando com os extremos das dificuldades e da fome, a vossa caridade começa no exterior, porém, deveria encerrar em casa. Uma soma muito menor – um dízimo da recompensa concedida a Portugal –, mesmo que esses homens (que não posso admitir sem indignação) não pudessem ser reconduzidos aos seus empregos, tornariam desnecessárias as ternas misericórdias da baioneta e da força. Todavia, sem dúvida, os nossos fundos têm muitas reivindicações estrangeiras para admitir, a vez de uma perspectiva de alívio doméstico – embora nunca esses a eles recorram.

Atravessei uma zona de combate na península, estive em umas das províncias mais oprimidas da Turquia; porém, desde o meu retorno, nunca vi tamanha miséria bem no coração de um país cristão, mesmo sob o mais despótico dos governos dos infieis. Quais são seus remédios? Depois de meses de inação e meses de ações piores do que a inatividade, surgem um grande número de estadistas, os nossos infalíveis médicos dos dias de Draco até o presente. Depois de sentir o pulso e desaprovarem o paciente, prescreve água morna e sangrias – a água morna da sua insípida polícia e as sangrias das lancetas de seus militares. Essas convulsões devem terminar em morte, a certeza da consumação das prescrições de todos os sangramentos políticos.

Deixando de lado a palpável injustiça e a certeza da ineficácia do projeto de lei, não há penas capitais suficientes em vossos estatutos? Não há sangue suficiente em vosso código penal? O que mais deve ser derramado para ascender ao céu e testemunhar contra vós? Como ides colocar essa lei em vigor? Podeis condenar um condado inteiro às suas próprias prisões? Ergueréis uma força em cada campo para enforcá-los como espantalhos? Ou procedereis (como deveis para implementar essa medida) com a dizimação, colocando o país sob lei marcial. Despovoando e destruindo tudo ao seu redor. Restaurando a floresta de Sherwood à sua condição anterior, de território de caça real e de asilo para foras da lei, para, então, apresentá-la como um presente para a coroa? Essas são as soluções para uma população faminta e desesperada? Será que o miserável faminto que enfrentou suas baionetas ficará intimidado com suas forças? Quando a morte é o único alívio concedido, ele será coagido tranquilamente? Aquilo que não poderia ser executado pelos vossos granadeiros será executado pelos vossos carrascos? Se prosseguis pelas formas de lei, onde estão as provas? Aqueles que se recusaram a acusar seus cúmplices quando a deportação foi o castigo, dificilmente serão tentados a testemunhar contra quando a morte for a pena.



Com todo o respeito aos nobres Lordes, penso que uma pequena investigação, algum inquérito prévio, induzir-vos-á a mudar vosso propósito. Essa medida estatal preferida, tão maravilhosamente eficaz em muitos e recentes casos, não traria vantagem desta vez. Quando uma proposta é feita para emancipar ou aliviar, vós hesitais, deliberais por anos, temporizais e manipulais as mentes dos homens; mas, uma pena capital deve ser aprovada sem se pensar nas consequências. Claro que estou, a partir do que vi e ouvi, na posição de que passar o projeto de lei nestas circunstâncias existentes, sem indagação, sem deliberações, seria apenas adicionar injustiça à irritação e barbaridade à negligência. Os redatores de tal projeto de lei devem estar satisfeitos em seguir a tradição de um legislador ateniense cujos editos foram ditos para serem escritos, não em tinta, mas em sangue. Todavia, suponhais que a lei seja aprovada. Então, suponhais um desses homens, como eu os vi emagrecer pela fome, amedrontado de desespero. A desvalorização de uma vida que vossas excelências estais prestes a depreciar a um preço menor do que de um tear mecânico. Suponhais que esse homem esteja cercado por aquelas crianças às quais ele não consegue mais prover o pão no perigo de sua existência. Prestes a ser separado para sempre da família que, até então, conseguiu sustentar e que, não por sua culpa, não consegue mais fazê-lo. Suponhais que esse homem – há dez mil entre os quais podeis selecionar a vossa vítima – foi arrastado ao tribunal para ser julgado pela nova ofensa, por essa nova lei. Haverá duas coisas que faltam para condenação. Serão essas, na minha opinião, doze açougueiros como um júri e um Jefferies para um juiz!

Referências bibliográficas:

- ALARCÃO, Miguel. “Byron Nosso Contemporâneo: Uma Fantasia Ludita”, In: ALARCÃO, Miguel; ZULMIRA, Maria. **O Rebelde Aristocrata**. Nos 200 anos da Visita de Byron a Portugal (orgs.). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010.
- BYRON, Lord. **The Complete Miscellaneous Prose**. Editado por Andrew Nicholson. Oxford: Clarendon Press – Oxford University Press, 2002, p. 22-27.
- ARON, Raymond. **O Ópio dos Intelectuais**. Brasília: Ed. UnB, 1980.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ERDMAN, David V. Byron and Revolt in England. **Science & Society**, vol. 11, n. 3, 1947.
- HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HIMMELFARB, Gertrude. History With the Politics Left Out, In: **The New History and the Old: Critical Essays and Reappraisals**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1987.



HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. The Machine Breakers. **Past & Present**, n. 1, 1952.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em perspectiva**: volume dois. São Paulo: CosafNaify, 2013.

ROBERTSON, Michael. The Byron of Don Juan as Whig Aristocrat. **Texas Studies in Literature and Language**, vol. 17, n. 4, 1976.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, E. P. A História Vista de Baixo. In: **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Senhores & Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.



Tradução: PESTRE, Dominique. Chapitre V - Femmes, genre et science: objectivité et parti pris¹

Eliza Teixeira de Toledo

Doutoranda em História
Casa de Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz)
elizattoledo@gmail.com

Livia Guimarães Torquetti dos Santos

Doutoranda em História
Universidade Estadual de Campinas
liviagtorquetti@gmail.com

Recebido em: 01/05/2018

Aprovado em: 28/05/2018

76

Capítulo V: Mulheres, gênero e ciência: objetividade e posicionamento

Falar sobre mulheres na ciência é importante por diversos motivos. Primeiro porque obriga – para quem pensa as ciências como sendo universais – a enfrentar uma situação incômoda: a marginalização, nos lugares legítimos das ciências, de mais da metade da população e a falta de evidência de sua presença nas instituições onde se escreve e se reproduz a ciência oficial. Essa exclusão foi historicamente declarada e legalizada - nos primórdios das ciências acadêmicas, por exemplo, visto que ainda no século XIX as mulheres não eram testemunhas dignas de fé; em seguida, essa exclusão consistiu em uma marginalização concreta, um afastamento desesperadamente repetitivo e cansativo – o que ainda hoje é uma realidade se considerarmos o lugar das mulheres nas hierarquias científicas. Abordar esse tema nos leva a questionar a neutralidade das ciências e os limites de sua independência na sociedade.

Falar de mulheres e de gênero é consequentemente importante por outra razão, razão mais diretamente epistemológica. Considerando que seria muito fácil manter essa discussão apenas sob o aspecto social (a ciência enquanto instituição humana, a produção dos saberes operando em um contexto atravessado de relações sexuais de poder, as relações homem/mulher que fundam o pacto sexual poderiam não mais que pesar sobre as instituições científicas e aí se reproduzir). Por

¹ PESTRE, Dominique. Chapitre V - Femmes, genre et science: objectivité et parti pris. **Introduction aux Science Studies**. Paris: La Découverte, Repères, 2006, p. 76-93. ISBN: 9782707145963. Disponível em: <<https://www.cairn.info/introduction-aux-science-studies--9782707145963.htm>>.



mais que essa leitura seja importante, não aponta o essencial do problema. De certa forma seria possível que *os resultados e enunciados científicos* estejam eles mesmos marcados pelas diferenças de sexo – visto que as ciências estão implicadas em um sentido mais profundo *na fabricação e na perpetuação de desigualdades de gênero* e contribuem efetivamente, por seus saberes e autoridade, fundando e refundando essas diferenças, naturalizado na teoria e na prática, tanto na biologia quanto na medicina, por meio das biotecnologias e das ciências sociais. A questão de gênero e das mulheres introduz, assim, questões centrais em termos políticos e epistemológicos, questões que estão no cerne do sistema de crença que define o pacto da ciência e suas realidades (Faulkner e Kerr, 1997; Gardey e Löwy, 2000).

77

As mulheres durante muito tempo foram excluídas das ciências

A exclusão inicial das mulheres dos lugares legítimos da ciência é antes de tudo, exclusão da maioria dos lugares de poder. Seu lugar não é nas academias que apoiam a ciência nova do século XVII, tampouco nas universidades e escolas de engenharia da primeira revolução industrial. Essa exclusão não é um simples fato (um esquecimento de não tê-las feito entrar nesses espaços), ela responde a uma lógica teorizada e interiorizada que faz das mulheres inferiores em razão de serem diferentes. A evolução inclusive também não é mais aquela de um progresso contínuo que se daria do século XVI ao XIX (uma ideia confortadora, mas falsa, infelizmente) mesmo se, de forma excepcional, mas de maneira mais recorrente, a partir do final do século XIX as mulheres são autorizadas a se tornar eruditas, no mesmo sentido em que os homens o são. O século XIX vitoriano (na Inglaterra), e o século XIX revolucionário, napoleônico, realista e depois republicano (na França) marcam, de fato, tanto “retrocessos” quanto “progressos” (Fraisie, 1989).

Desde o fim do século XIX, as mulheres tiveram, contudo, acesso a saberes “da mesma ordem” que os homens. Primeiro, nas instituições separadas conquistadas pelas grandes lutas das “pioneiras” (as escolas de engenharia do século XIX, por exemplo), depois mais lentamente e na condição de voluntárias pródigas, nesses universos masculinos que são os locais legítimos do fazer científico. A entrada das mulheres nesses espaços (físicos e sociais) se fez certamente sob a condição de adaptação às regras de civilidade (quem tem o direito de entrar no espaço dito público da universidade?) e com rígidos tutores e controles a respeito da disposição dos espaços e dos corpos (como “proteger” as primeiras mulheres vindas à Universidade – e como proteger os templos do saber de sua presença). Essa entrada lenta e conturbada quando se olha para trás (nada é nunca conquistado para as mulheres, uma constatação verdadeira também nas ciências) não implica, evidentemente, a retirada de outros obstáculos. Durante muito tempo, por exemplo, títulos



universitários e funções sociais e econômicas aos quais esses títulos davam acesso, eram considerados passíveis de registros diferentes, quando se tratavam de mulheres. Elas puderam então, durante muito tempo, entrar nas universidades, obter um diploma – e não serem autorizadas a ocupar uma cadeira para a qual o diploma lhes dava direito. Ou seja, a ciência teve durante muito tempo o privilégio, para as mulheres de lhes conduzir... a lugar nenhum (Marry, 2004; Gardey, 2000).

78

Essa situação resultou hoje *em um direito adquirido*, mas todas as estatísticas confirmam o quanto – senso comum, mas importante de ser repetido sempre – a desigualdade permanece enorme nas ciências (a física das grandes energias, no CERN² por exemplo, é ainda quase exclusivamente masculina, à exceção de algumas mulheres de países latinos), e o quanto as hierarquias permanecem masculinas mesmo nas disciplinas “femininas” (na biologia por exemplo, ou nas ciências humanas e sociais). A presença de mulheres nos lugares legítimos da ciência não é, porém impensável, hoje ela não é mais uma afronta aos bons costumes e ao verdadeiro conhecimento. É necessário, todavia, que as mulheres estejam em igualdade com os homens, é preciso que seus direitos sejam reconhecidos e afirmados – não mais interpretar a discriminação (ainda concreta) como resultado das oportunidades *de fato* desiguais. A questão é que a discriminação pelo sexo resiste particularmente ao voluntarismo político, o *front* da discriminação se reconstitui sempre mais rápido atrás das pioneiras – o que é problemático em um meio em que o pensamento se modela pela meritocracia. A questão é ainda saber se a meritocracia, dada como valor absoluto na ciência – independentemente de qualquer reflexão sobre os efeitos de exclusão produzidos pelas instituições e de uma tentativa de compensação – não conduz ao refreamento da entrada efetiva das mulheres nos espaços científicos.

79

Compreender a lógica profunda dessa situação de exclusão/ assimetria/ dominação/ desigualdade – e de não meritocracia – é essencial (Cacouault e Gardney, 2005). Pode-se muito bem evocar o argumento de que essa situação não é específica, que se trata somente de um caso de dominação comum na sociedade. Essa afirmação seria verdadeira, mas insuficiente, eu diria. Verdadeira porque os estereótipos de gênero ultrapassam e abarcam os cientistas e seus saberes; verdadeira, pois as instituições científicas (os laboratórios, assim como as sociedades eruditas) são *organizações humanas* que não são qualitativamente diferentes das outras e funcionam então de forma

² Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (Conselho Europeu de Pesquisa Nuclear).



sexuada e em benefício dos homens; verdadeira, pois a ciência é definida de fato, em seus objetos e métodos, por aqueles que a executam e ocupam seus espaços, indivíduos antes de tudo, masculinos. Dessa forma, como escreve Margaret Rossiter (1982), na metade do século XX nos Estados Unidos, a expressão “mulher cientista” era uma forma de paradoxo. “Such a person was unlikely to exist”, diz ela, “and if she did (...) she had to be ‘unnatural’ in some way. (...) As scientists they were atypical women; as women they were unusual scientists.”³

No entanto, seria insatisfatório não avançar nessa questão, visto que podemos formular a hipótese de que, assim como todos os outros feitos humanos, a ciência teve de se construir com um gênero; que ela deve conhecer formas de associação na ordem do masculino, e que tal associação deve ser compreendida segundo esse processo antropológico de pensar a diferença, que parece ser o fundamento da ordem social (proeminência e evidência da divisão em dois, relação aos outros e à identidade). Logo, não é de se admirar que essa questão seja objeto de pesquisas dos antropólogos, dos psicanalistas, de sociólogos e historiadores (as) – e que a questão do lugar das mulheres nas ciências seja substituída por outra, mais decisiva, a questão da natureza sexuada dos saberes.

80

As mulheres sempre produziram saberes

Antes de encarar essa questão, eu gostaria de ressaltar alguns detalhes sobre o fato de que, apesar do que acabei de falar sobre a exclusão recorrente das mulheres dos lugares legítimos da ciência, elas sempre produziram ou contribuíram com a produção do saber. Saber considerar esses dois enunciados é comum quando se fala da relação homem/mulher – o exemplo do trabalho dos homens e mulheres constituindo um protótipo. Trata-se de fato, simultaneamente de falar de uma exclusão histórica – a das mulheres do trabalho *socialmente reconhecido e sancionado* como Trabalho – e de reafirmar que as mulheres sempre trabalharam – e que elas sempre trabalharam *muito*, mesmo se esse trabalho se tornou invisível ou negado socialmente. Se se deseja fazer com que o lugar das mulheres na produção dos saberes emerja, o princípio metodológico é, então, simples. Não se deve limitar aos lugares mais legítimos, às instituições oficiais, às grandes revistas eruditas, mas de pensar primeiramente, no intrincamento e na variedade de mundos ‘onde o saber se produz’. Não se deve limitar aos espaços de prestígio da Ciência, mas observar, por exemplo, a produção de saberes desvalorizados como “populares” e historicamente controlados pelas mulheres (obstétrica ou saberes sobre as plantas, por exemplo), ou observar os locais tanto públicos quanto privados que

³ “Não era usual que alguém assim existisse, e se acontecesse (...) teria de ser, de alguma forma, “não natural”. (...) Como cientistas, elas eram mulheres atípicas. Como mulheres, eram cientistas incomuns”. (Tradução nossa).



são, por exemplo, as casas onde trabalham e vivem os grandes homens. É aí que de fato se encontra o ‘laboratório dos séculos XVI e XVII’, onde estão as coleções e os meios de produção material dos textos – e onde se encontram as mulheres. Pensemos na casa de Aldovrandi – onde se vê que ele trabalha com sua (segunda) esposa – uma colaboradora com quem se casou por causa de sua educação – frequentada por homens e mulheres eruditos; pensemos nas mansões da aristocracia inglesa onde trabalhavam aqueles com os quais os mestres faziam ciência – e cuja gestão cotidiana estava sob a autoridade da esposa; ou nas grandes expedições astronômicas que até metade do século XX, apresentaram quase sempre situações similares (Findlen, 1999; Soojung-Kim, 1996).

Nesse mesmo raciocínio, não se deve esquecer de estudar os locais comuns e múltiplos de sociabilidade onde a ciência se inventou, se transformou, se traduziu ao longo do tempo – o espaço da Corte ou dos salões da época moderna. Também não nos esqueçamos de observar esses espaços que são as correspondências e também os diários, os contratos e os arquivos judiciais – porque aí se pode perceber a presença massiva de mulheres e pode-se então recuperar os lugares que elas ocupam. Também não podemos nos esquecer de estudar as mulheres mecenas, as mulheres do poder e seus papéis no patrocínio (a grande Catherine da Suécia, claro, mas ela não é a única); não podemos nos esquecer da importância das confidentes e das musas (menos passivas do que se diz), o lugar das irmãs e esposas (existem muitos casais de cientistas na história... cuja criatividade é “naturalmente” atribuída ao homem, sem que isso seja de fato constatado) – também não nos esqueçamos do trabalho em equipe e de todas as colaboradoras onipresentes deixadas no anonimato e invisíveis, e a quem foi concedido, nas narrativas passadas, somente papéis subalternos (a lista é infinita... e tida como certa pela maioria dos historiadores da ciência). Finalmente, deve se atentar também para as tradutoras, panfletárias e ‘popularizadoras’ (questão: Madame du Châtelet faz obras somente de popularização?), àquelas que escreveram para suas filhas e outras mulheres – e claro a todas que produziram obras de ruptura dentro das próprias instituições masculinas, que se inventaram um lugar, um papel, uma função, e cuja história erudita só reconhece seus nomes com parcimônia, porque ela não sabe bem observá-los, não sabe bem o que fazer com eles – pois no fundo sua presença no passado, e nas narrativas dos historiadores, supostamente não acrescenta em nada que já se saiba – o que é falso visto que os lugares ocupados não são homólogos entre os homens e mulheres.

81

Renomear todas essas vencedoras da história não é somente fazer-lhes justiça, é fazer emergir um vasto mar de atividades encobertas, é mostrar gestos e papéis essenciais apagados da memória, é permitir pensar a variedade dos atos de produção do saber, uma complexidade muito



rapidamente relacionada a alguns homens e a alguns lugares. Fazer esse trabalho é o exercício de sair da história única e simplista, é pensar numa história da ciência que reconheceria que o gênero existe, [o modelo dos] dois sexos, e tiraria disso as consequências – isso retoma o fato de que, *para além das questões de gênero*, o historiador vem a contar uma história mais completa e interessante, do qual ele mostre o extraordinário trabalho de apagamento e de reatribuição, que implica a fabricação das memórias eruditas. Simbolicamente, trata-se de reiterar o ato de simetrização de Bloor, e de realizar assim duas coisas: devolver os lugares aos esquecidos da história e, fazendo isso, *fazer aparecer uma outra história*. Ou seja, esquecendo-se a história centrada somente nas instituições oficiais, na ciência heroica e agressiva, e devolvendo a ela variedade dos lugares e modalidades que contribuem para o avanço dos saberes.

Madame du Châtelet e Madame Lavoisier

Na França do século XVIII, duas mulheres surgiram fortemente ligadas às ciências. Ambas eram herdeiras, protegidas na infância por seus respectivos pais, receberam cuidadosa educação. Elas tinham em comum o espírito das Luzes, uma grande confiança na filosofia, na ciência e na humanidade. A primeira, Émilie de Breteuil, futura marquesa de Châtelet, é conhecida por ter traduzido “Os princípios matemáticos” de Newton – e por ter inclusive sido amante de Voltaire. A segunda, Marie-Anne Paulze, é uma química, colaboradora mais direta de seu marido, o fazendeiro geral⁴ e erudito Lavoisier.

Os trabalhos científicos de Madame du Châtelet mostram mais autonomia do que os de Madame Lavoisier (em relação ao seu companheiro). Ela publicou seus próprios livros, sobre temas diferentes dos de Voltaire, e ela nem sempre estava de acordo com ele. Madame Lavoisier, casada aos quatorze anos, deve uma boa parte de sua educação ao seu marido, trabalhou com ele, sobre os mesmos temas e em seu laboratório. Com a morte do marido, ela publicará os textos e memórias que ele havia deixado. Em 1805, ela se casará novamente, com outro cientista célebre, o conde Rumford.

82

O sexismo habitual dos saberes científicos

Um ponto de partida historicamente decisivo no deslocamento da questão das mulheres na ciência para a questão da natureza sexuada dos saberes científicos foi a publicação contínua de estudos que mostravam, entre fins dos anos 1970 aos anos 1980, o caráter (regularmente) sexista (de muitos) dos saberes científicos nas ciências da vida, na história natural e nas ciências humanas e sociais, entre outros. Por “sexismo” eu proponho abarcar duas coisas.

⁴ No Antigo Regime, aristocrata encarregado pelo rei, da cobrança de impostos, das propriedades rurais. Fonte: <<http://www.linternaute.com/expression/langue-francaise/16551/fermier-general/>> (acesso em 23/04/2018).

De um lado, o fato de que esses saberes reproduzem os preconceitos mais comuns no que tange às relações entre homens e mulheres, que eles produzem a estrutura que sustenta esses discursos e que os legitima. De outro, o fato de estender as relações de gênero à biologia ou à anatomia, de naturalizar a diferença e/ou a desigualdade mulheres/homens – um dos modos mais eficientes de sexismo ordinário desde o século XVIII. O mais simples, para justificar essas asserções, é estudar um exemplo: o dos mecanismos de reprodução como eles foram ensinados até os anos 1980 no mundo universitário, e de retornar a estudos mais variados, a numerosos trabalhos existentes, em especial aos de Evelyn Fox Keller sobre a importância das metáforas sociais nas ciências.

De maneira geral, os cientistas não deveriam contar contos de fadas. Durante décadas, todavia, os mecanismos da fecundação foram descritos dessa forma pelos especialistas. Na maior parte dos artigos e manuais das décadas do pós-guerra, o óvulo tem o papel da “bela adormecida” esperando ser acordada por um corajoso espermatozoide que realiza uma “missão perigosa” ao custo de “esforços consideráveis” e de uma “energia” fora do comum. O “ataque” culminante no óvulo marca o fim do perigo – perigo do qual o caráter dramático, como se sabe, não escapou à Woody Allen no seu filme *Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo mas tinha medo de perguntar* (*Everything You Wanted to Know About Sex But Were Afraid to Ask*, 1972).

Foi uma antropóloga americana que primeiramente conduziu um estudo sobre essa literatura científica. A investigação de Emily Martin (1991) aponta para vários elementos importantes. Mencionei três deles: 1) a assimetria das abordagens na maior parte dos manuais e artigos da época – coisa estranha, a propósito, quando refletimos um pouco, pois uma capacidade de ação própria é atribuída a um *tipo* de entidade celular, sem justificação particular, e recusada a outro, ao óvulo, que é capaz apenas de “esperar”; 2) a não verificação das asserções de base que justificam essa assimetria – o fato, por exemplo, de se atribuir ao flagelo do espermatozoide e seus movimentos a capacidade de ação e de penetração do espermatozoide, evidência que foi desconstruída assim que surgiram dúvidas sobre a validade dessa assimetria; 3) o fato de materializar a interação (um fenômeno biologicamente complexo), sob a forma de um simples encontro de duas entidades autônomas – concebida a imagem de seres humanos? – e de ignorar o papel das interações moleculares. Em outros termos, o fato de que as representações da fecundação são simplesmente retiradas das relações sociais e que apenas muito tarde se considera, por exemplo, a eventual (e evidente) capacidade bioquímica do óvulo. E não é de estranhar que a redefinição da



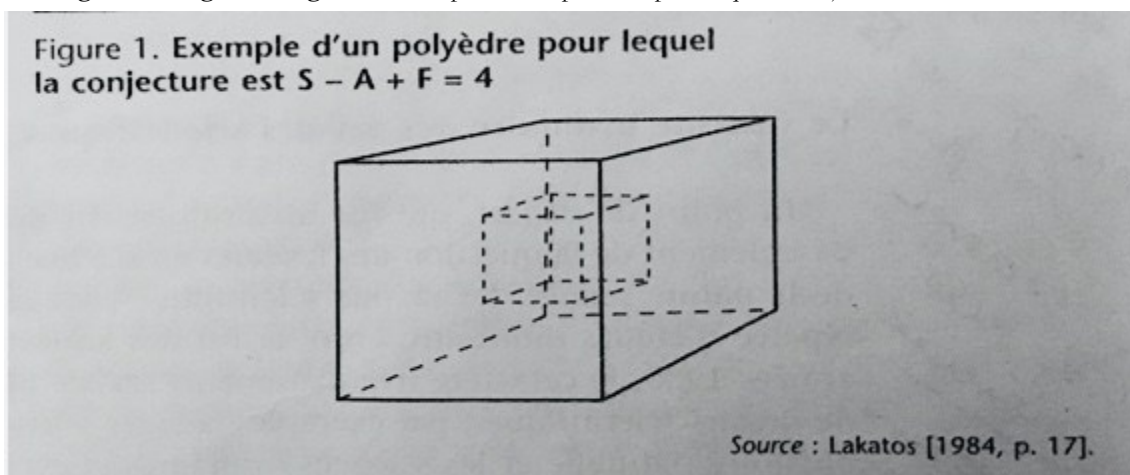
biologia da reprodução, que aconteceu nos anos 1980, se deu em função da transformação de relações entre homens e mulheres – esta, por sua vez, creditada ao movimento feminista.

Uma objeção é frequentemente feita a essas análises. Se a produção de um enunciado “sexualmente enviesado” pode certamente ser compreendida como um símbolo de sexismo da ciência comum – no que constitui a leitura aqui proposta –, uma tal produção pode, contudo, ser também descrita como um caso de *ciência ruim*, como uma produção *patológica*, um erro. Partindo de uma definição (abstrata e ideal) da ciência que permite classificar as ações e os resultados em “conformes” e “não conformes”, recusamos o rótulo de ciência a certos enunciados (aqueles hoje considerados “incorretos”, em todos os sentidos da palavra) e o concedemos a outros. Nessa maneira de pensar, a questão da cientificidade (ou da objetividade) dos saberes científicos é uma questão de definição, de princípio – e ela é pouco sensível aos contratempos da vida comum. Se adotarmos a primeira atitude, no entanto, somos levados a reconsiderar as definições da “ciência” em relação às práticas efetivas, a analisar as tensões entre normas e regulações “reais”, a pensar no que define uma “boa” prática ou uma prática “normal” no que tange às coisas “como elas são”. Essa alternativa (“ciência ruim”/“ciência normalmente sexista”) é clássica quando falamos de ciência – visto que o discurso a respeito das ciências é geralmente normativo, e como dissemos, tem por objetivo dizer o que *é* a boa ciência. Um clássico da história das ciências – *Provas e refutações* de Imre Lakatos (1976, trad. 1984), me ajudará a melhor elucidar esse ponto.

Em seu livro, Lakatos apresenta de forma estilizada as atitudes que prevaleceram diante de uma famosa conjectura matemática atribuída a Euler e que diz respeito aos poliedros. Ela anuncia que a relação entre o número de vértices V , de arestas A e de lados F de qualquer poliedro é sempre da forma $V - A + F = 2$. A ideia de Lakatos é perceber como os matemáticos reagiram quando contraexemplos foram propostos (por exemplo, o de um cubo que tem em seu centro um “buraco” de estrutura paralelepípedica – esse cubo, então, não correspondia à conjectura). Globalmente, duas reações são visíveis. Alguns rejeitam o contraexemplo, argumentando que ele não pode ser considerado um poliedro: muito *particular* para ser levado em conta, muito *ad hoc* e feito para invalidar a conjectura, ele é rejeitado como um monstro que, como tal, não pode ser tomado como representativo dos *verdadeiros* poliedros (da verdadeira ciência). A outra reação consiste em se habituar à nova visão dos poliedros que dá o contraexemplo, a aprender a viver com o “monstro” – e, então, a redefinir o objeto poliedro. Historicamente, os partidários da exclusão dos monstros com frequência perdem a batalha – em função da maior heurística na segunda posição e do fato de que novos matemáticos não são efetivamente apegados à definição inicial e aprendem a viver naturalmente no novo mundo criado pelos monstros.

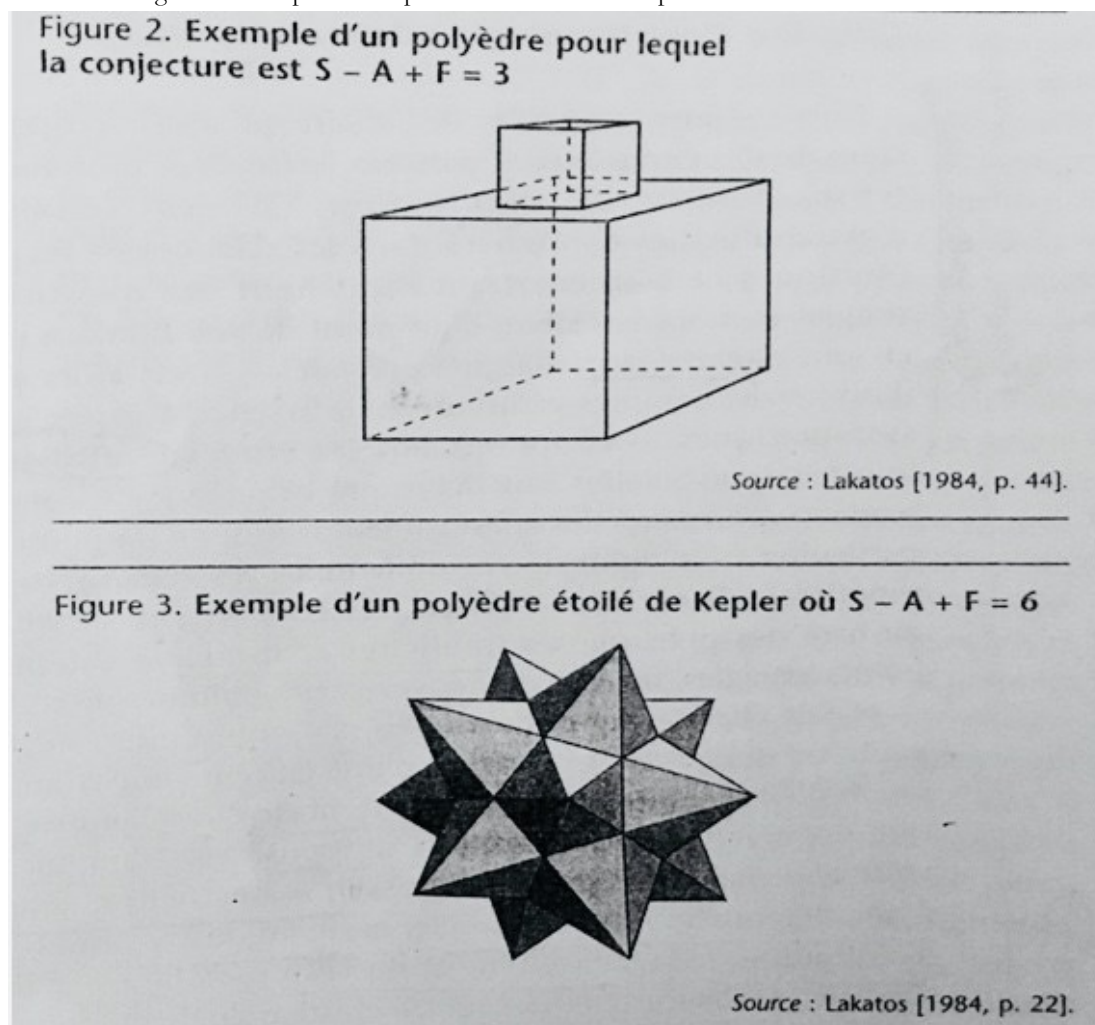


Imagem 1 – Legenda: Figura 1. Exemplo de um poliedro para o qual a conjectura é $V - A + F = 4$



Fonte: PESTRE, 2006, p. 85.

Imagem 2 – Legenda: Figura 2. Exemplo de um poliedro para o qual a conjectura é $V - A + F = 3$.
Figura 3. Exemplo de um poliedro estrelado de Kepler onde $V - A + F = 6$.



Fonte: PESTRE, 2006, p. 86.

Política dos saberes

Meu sentimento, guardadas as proporções, é de que o dilema é da mesma ordem quando nos deparamos com a alternativa “ciência ruim”/“ciência normalmente sexista”. O problema nesse debate é, efetivamente, menos o de saber se uma ou outra proposição é intrinsecamente verdadeira, do que o de dizer o que é a ciência em si, de dizer como a pensamos *fundamentalmente*. Retomemos os dois elementos da alternativa. A primeira – uma ciência sexista está na ordem das coisas – considera que nossos enunciados são sempre já produzidos em determinados contextos e que, se esses contextos são saturados de sexismo habitual, os cientistas que são desse mundo verão frequentemente os fatos e as evidências com esse olhar. A menos que se suponha que ser cientista equivale a escapar do universo social e cultural (o que é uma maneira pobre e pouco digna de crédito, de se pensar os saberes e as instituições de ciência), essa situação vai, de fato, se repetir – e é preferível se ocupar dela seriamente. Em outros termos, é necessário aprender a viver com o monstro (“a ciência é evidentemente sexista”), pois esse é o nosso terreno comum.

O segundo desdobramento da alternativa: “um estudo sexista constitui um caso de ciência ruim” significa que, segundo uma definição geral do “bom trabalho científico”, esse viés sexista não deveria existir, que ele é um desvio significa que a objetividade, a neutralidade, a independência do cientista – assim como o espírito crítico de seus colegas – sofreram com erros pontuais, o que não deveria ter acontecido; essa perspectiva significa que se a ciência (com um grande C) fosse aplicada segundo sua essência própria, não manifestaria essas aberrações (e elas se manifestam porque os humanos são mais do que indivíduos do conhecimento). Essa posição pode certamente ser tomada, mas ela é bem abstrata – de pouco interesse, de fato, para se compreender o mundo *tal como ele é* e poder agir nele). Duas variantes (mais interessantes) dessa parte da alternativa podem, contudo, ser elaboradas. A primeira, no cerne do problema e que eu aceitaria sem hesitar, assumiria que nós invocamos uma “norma” quando dizemos: “essa é uma ciência ruim”, que nós falamos de um ideal, de um *dever ser* – e ela acrescentaria que as normas são muito importantes para os seres humanos, que elas constituem recursos essenciais de ação. As normas, as intenções, as regras que determinamos, não são, certamente, idênticas às práticas efetivas – e é conveniente, principalmente, não misturar esses dois registros – mas as normas não se constituem sem relação, não são independentes das práticas. Ao contrário, as normas (que são coletivamente incorporadas) pesam sobre os indivíduos e os grupos e se dão em relação *constitutiva e dinâmica* com as práticas efetivas – e é preciso pensar essa tensão.

A segunda variação partiria do fato de que é na ordem das coisas (humanas) que a ciência se engana, mas eu insistiria em dizer que ela está em correção permanente, que o importante para as ciências, está nesse processo de retificação constante – em suma, que os casos de ciência ruim são talvez banais e inevitáveis, mas que eles são *sempre transitórios pois que estão em via de reparação*. Então o que importa seria menos a exatidão do enunciado *em si* do que a dinâmica do estabelecimento dos saberes científicos; a verdade não seria um estado mas encontraria seu princípio na constante re-fabricação de uma diferença, de um distanciamento sempre novo das crenças e ideologias científicas anteriores. Essa proposta tem algo de interessante e a meditar – mas com uma condição: um esclarecimento em termos morais e políticos. A saber, que ela não deve levar a ciência, a uma absolvição sistemática da consequência dos seus atos. Essa leitura pode de fato justificar de antemão, ou “relativizar”, as consequências do que a ciência diz e faz. Ela pode levar, se não estivermos atentos, à remissão de todos os erros da ciência (não é de sua natureza a retificação constante?), em não se considerar os efeitos prejudiciais que os enunciados científicos podem ter sobre os indivíduos que são seus objetos ou vítimas – e de considerar ainda menos a sua reparação. O perigo seria que a “ciência” (ou aqueles que a fazem) possa se satisfazer em notar que esse desvio pelo erro seria o preço a pagar para que a verdadeira ciência venha para o bem de todos – sem jamais pensar nos dramas que essa ciência ocasiona. Uma vez que a “ciência” não poderia evitar esse desvio e ser culpabilizada por esses erros, ela *não deveria ser* responsabilizada por eles – um privilégio que apenas ela, entre as instituições sociais, possuiria. Em suma, essa posição não pode ser satisfatória para aquelas e aqueles que sofrem em função dela – mulheres levadas à naturalização de sua dominação pelo discurso dos cientistas, por exemplo, ou saberes e práticas de indígenas de nossas colônias no passado, constantemente varridas sem cerimônia, sob as certezas de uma ciência que compreendeu depois que ela estava errada.

Questão de epistemologia: saberes localizados?

Nós estamos aqui no cerne da questão que nos ocupa. Se muitos dos nossos enunciados são partidários, parciais e reforçam diferentes formas de dominação, se esses “vieses” têm uma constância extraordinária nas ciências – as ciências físicas e matemáticas tocam em questões mais simples e menos sensíveis do ponto de vista humano e social – e são, de fato, um pouco poupadas –, é então essencial convidar mulheres e homens da ciência a seguir esses vieses sistemáticos – no que foram felizes os estudos feministas uma vez que eles desmascararam muita ciência ruim. Pois esses estudos observaram as coisas de um ponto de vista particular – o ponto de vista de mulheres



suspeitas diante da repetição de certos enunciados que lhes diziam respeito –, elas mostraram pressupostos implícitos e insustentáveis, encontraram pontos cegos, incitaram novos programas de pesquisa – e fizeram mudar as coisas. Mas, se for assim, a lição talvez tenha um alcance geral e de extrema importância – a saber que é bem possível, na vida cotidiana e efetiva das ciências, que não haja separação entre vontade de fazer ciências e posicionamento, entre neutralidade e busca por uma demonstração particular, entre vontade de objetividade e mobilização de uma subjetividade e do vivido – por exemplo, entre rigor cognitivo e justeza moral, entre epistemologia e ética. De fato, aí a está o ponto teórico ao qual chegaram numerosos estudos feministas sobre as ciências: que nelas se assimila a objetividade a um ponto de vista neutro, vindo de “parte alguma” e situado acima das paixões e das intuições, que a ciência fala *acima das disputas, do ponto de vista de Sirius*⁵ - enfim, bela herança do monoteísmo, [pensar] que ela é ventríloqua e fala como Deus, o que é não apenas um erro e uma ilusão, mas uma falta de método cujas consequências, tanto cognitivas quanto morais, podem ser enormes (Haraway, 1988; Harding, 1991).

Qualquer coisa pode então ser dita? Não tem nenhuma importância ser parcial ou não? Não seria o retorno do relativismo mais raso? Não, responder assim é um discurso de guerra inútil – e eu sugiro novamente evitar os termos rebuscados

90

e dizer o mais concretamente possível o que nossa conclusão implica em termos de ação. Primeiramente, convém dizer os princípios sobre os quais se apoia toda a vontade de saber (aquela que me anima nesse momento, por exemplo), de dizer a norma, de dizer o ideal, de reivindicar a vontade de objetividade e de universalidade – e de afirmar que isso conta. Essa afirmação principal não deve, contudo, mascarar que conhecer excede em muito esse posicionamento, que a prática não será jamais esse ideal, que o ser humano é finito, limitado e sempre permeado pelas culturas e jogos de poder. Ele é de fato dividido nele mesmo e em projetos, em interesses e em questões, em gêneros e em grupos, e essa divisão não ocorre sem efeitos sobre outros saberes produzidos (ainda que o peso dessas determinações apareça com um recuo do tempo). É então prudente admitir outro princípio, que a razão não fala por meio de um princípio neutro e vindo de “parte alguma”, que a variedade de abordagens e de posições sociais a partir das quais pensamos e vemos as coisas é um fato geral - e que essa variedade é um *recurso* essencial para alcançar a verdade, que a confrontação construtiva dos pontos de vista é positiva, *que ela é um bem*. Convém então militar para

⁵ No original, “du point de vue de Sirius”. A expressão é utilizada de forma metafórica e significa ver as coisas de muito alto, com recuo, considerá-las com benevolência relativizando seus aspectos negativos. Fontes: <<http://www.linternaute.com/expression/langue-francaise/19373/voir-les-choses-du-point-de-vue-de-sirius/>>; <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/Sirius/72932/locution>> (acesso em 23/04/18).



que essa variedade de posições e de posicionamentos seja reconhecida, de fazer com que cada um possa assumir sua(s) posição(ões) e ver o que ela(s) implica(m) quanto aos limites de seus próprio atos criativos, de seus próprios saberes, daquilo que ele ou ela produz; e que sejam enfim banidas as tentativas de intimidação daqueles que pretendem ser os únicos a “falar de ciência”, que elas sejam vistas pelo o que são: ações pueris. A qualidade “científica” não se declara, ela se prova a cada passo e em cada crítica. Certamente, podemos escolher não fazer ciência, não entrar nesse pacto, nessas normas e nessas intenções. Isso não nos impedirá de dizer coisas inteligentes e úteis ao mundo, coisas tão importantes e talvez tão verdadeiras quanto as que são ditas por aqueles que ditam as ciências, mas o problema será então outro e não o nosso objetivo aqui.

91

Uma pequena história para terminar

Eu concluirei esse capítulo com uma história emprestada diretamente de Michèle Le Doeuff. Ela se pergunta, em um dos seus livros, como a intuição foi associada às meninas e às mulheres, e como a razão e a ciência lhes escaparam – com a finalidade de historicizar duas das categorias que nos ajudam a pensar. Durante muito tempo, ela nos lembra (de Platão ao fim do século XVIII), a intuição foi considerada como um modo central (e evidentemente válido) de conhecimento, um modo imbricado a outros modos de pensamento (ao raciocínio argumentativo e dedutivo, por exemplo), talvez a melhor forma de conhecimento possível (ainda em Descartes). Nessa época ela então não apresentava nada de feminino. Com o fim do século das Luzes, uma divisão se fez, contudo, mais radical entre intuição e razão: as duas qualidades se tornaram, então, menos complementares, um pouco como se elas não pudessem mais “se apoiar no mesmo espírito” e que, “a partir desse momento, seria um ou outro”. Hegel oficializa a separação: a intuição não conhece a si mesma, diz ele – ela, então, nada conhece – e somente “o paciente trabalho do conceito [torna-se] recomendável” – um tipo de discurso legado aos mais renomados (Le Doeuff, 1998).

A partir daí, dois movimentos se desdobram em paralelo, se conjugando para construir um dos lugares comuns mais impregnado, em nossas sociedades, pela articulação do ato de saber (e as ciências) à distribuição dos papéis sexuais. O primeiro agrega novos valores aos termos “intuição” e “razão”, definidos como opostos e incompatíveis. Concebendo a ciência apenas pelo lado do rigor discursivo e dos “fatos” incontestáveis produzidos no laboratório, o século XIX militante – e, em breve, uma técnico-ciência essencialmente interessada pela eficiência prática – rompe definitivamente o equilíbrio e relega a intuição ao domínio dos atos sem (verdadeiro) valor cognitivo (entenda-se, “instrumental”). A intuição se torna sinônimo de discurso incontrolável e perde seu crédito no mundo dos eruditos universitários onde ensiná-la não faz o menor sentido. A



respeito das ciências, o século XX propõe inclusive separar o momento da descoberta (onde a intuição tem sua contribuição⁶), e o da justificação: contando apenas com a razão, esse último é o único momento pertinente para o dizer científico, e é o único que define propriamente a cientificidade.

O segundo movimento, paralelo e ligado ao primeiro de diversas formas, redefine as relações sociais entre os sexos. Na medida em que uma nova polaridade se configura (intuição/razão), a natureza das relações de sexo pode ser redefinida – e liga-se o feminino e as mulheres ao elemento desvalorizado do par, e os homens àquele indicado positivamente. Uma vez que “corre o boato de que as mulheres não raciocinam”, escreve Michèle Le Doeuff, “uma ideia delicada, que se esboça em Malebranche através de uma descrição das fibras do cérebro, se desenvolve em Rousseau, se fortalece em Hegel, se exprime em Auguste Comte [...]” torna-se normal (e comum) se falar dessa qualidade “tão especificamente feminina” que é a intuição. Assim, ligada ao sexo biológico, naturalizada, essa ideia permite retornar uma enésima vez àquilo que está no fundamento da diferença entre os sexos – uma obsessão das ciências ocidentais como notou Gardey (2006) – e de explicar o pequeno número de mulheres cientistas (nas ciências realmente duras como a física), ou a sua dificuldade nos campos para os quais sua natureza não as predispõe (lembramos que esse argumento foi utilizado novamente pelo presidente da Universidade de Harvard em 2004).

Os bons conhecedores da filosofia objetarão que alguns grandes homens articularam de outra forma razão e intuição, conclui Michèle Le Doeuff, e que, mesmo que eles sejam minoria, alguns deles escolheram subordinar a primeira à segunda, ou de manter um lugar inteiro para a intuição. Isso é verdade, por exemplo, em um Schopenhauer que defende a primazia do conhecimento imediato e intuitivo sobre a razão. Infelizmente para as mulheres (como podemos esperar daí as atribuições de gênero), os valores associados são também suscetíveis de inversão instantânea. Assim, o mesmo Schopenhauer pode acrescentar que existe “alguma coisa de feminino na natureza da razão” uma vez que “ela dá apenas quando recebe”. Já que “por si mesma, ela contém apenas as formas vazias de sua atividade [...]”, não ficaremos surpresos de ver a razão, dessa vez, associada às mulheres...

⁶ No original, “avoir son mot à dire”: ter o que dizer, ter uma observação importante a fazer, ter o direito de ser consultado sobre determinado Fonte:
<<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/mot/52767/locution?q=dire>>.



Bibliografia do texto original:

FAULKNER, W.; KERR, E. A.. On seeing brockenspecters: sex and gender in twentieth-century science. In: PESTRE D.; KRIGE J. (dir.). **Science in the Twentieth Century**. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997, pp.43-60.

FRAISSE, G.. **Muse de la raison, démocratie et exclusion des femmes em France (1830-1902)**. Paris: Alinéa, 1989; réed. 1995, Paris: Gallimard, "Folio".

FINDLEN P.. Masculin prerogatives: gender, space and knowledge in the early modern museum. In: GALISON, P.; THOMPSON E. (dir.). **The Architecture of Science**. Cambridge: MIT Press, 1999.

GARDEY, D.. (dir.). Histoire de pionères. **Travail, Genre et Sociétés**, n°4, 2000.

GARDEY D., LÖWY I. (dir.). **L'Invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin**. Paris: Éditions des Archives contemporaines, 2000.

HARAWAY, D.. Situated knowledges: the science question in feminism and the priviledge of partial perspective. **Feminist Studies**, vol. 14, n° 3, 1998, pp. 575-599.

HARDING, S.. **Whose Science? Whose Knowledge?** Ithaca: Cornell University Press, 1991.

LAKATOS, I.. **Preuves et réfutations. Essai sur la logique de la découverte mathématique**. Paris: Hemann, 1984.

LE DOEUF M.. **Le Sexe du savoir**. Paris: Aubier, 1998.

MARRY, C.. **Les femmes ingénieurs**. Une révolution respectueuse. Paris: Berlin, 2004.

ROSSITER M.. **Women Scientists in America. Struggles and Strategies to 1940**. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 1987.

SOOJUNG-KIM P. A.. Gender, culture and astrophysical fieldwork: Elizabeth Campbell and the Lick Observatory-Crocker Eclipse Expeditions. **Osiris**, vol. 11, 1996, pp.17-44.



Entrevista com João Brigola

João Carlos Pires Brigola é doutor em História/Museologia e professor na Universidade de Évora. É pesquisador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedade (CIDEHUS/UÉ). Foi diretor do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) entre 2009 e 2012. Investiga, publica, leciona e orienta pesquisas de mestrado e de doutoramento nas áreas de Teoria e História da Museologia; Gestão e Valorização do Património Cultural; História da Ciência (sécs. XVIII-XIX); Práticas Culturais.

Entrevista concedida via correio eletrónico a **Isabela Cristina Rosa, Jéssica Bley da Silva Pina** e **Ana Carolina Rezende Fonseca**, respectivamente mestrandas e doutoranda da Linha Cultura e Ciência na História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

[Revista Temporalidades]: No livro *Ensaaios de História da Cultura– Museus, Património, Ciência* o senhor compilou uma série de artigos dedicados a pensar a relação entre os museus, suas coleções e a história. Qual seria o propósito da história da ciência dentro dos museus?

[João Brigola]: As colecções visitáveis (públicas ou privadas, pessoais ou institucionais), os jardins botânicos, os arboretos, os parques naturais, os planetários, os aquários (oceanários e fluviais), os zoológicos e os museus de ciência e técnica constituem um poderoso auxiliar no ensino e divulgação dos processos de conhecimento nas áreas das ciências exactas, das ciências da vida, das ciências da terra, das ciências cosmológicas. Esta função museal - a didáctica patrimonial - pressupõe pesquisa continuada sobre os objectos e sobre as coleções existentes em exposição permanente e em reserva técnica, além de uma política de aumento e aprimoramento dos acervos (a incorporação). Ou seja, nas unidades museológicas de tipologia científica - como em qualquer outra tipologia, aliás - o plano museológico deverá contemplar conjuntas estratégias: documental, investigativa e expositiva.

[RT]: O que configura um museu de ciência? É uma coleção científica? Qual o propósito da criação de espaços com essa especificidade?

[JB]: Os atuais espaços de configuração científica correspondem a diferentes gerações de preocupações museais, que vão desde os clássicos museus de matriz oitocentista, que se focavam essencialmente na exposição exaustiva e cenográfica dos acervos (e que são hoje sedutoras bolhas



no tempo) até aos de feição participativa e interativa que recorrem a processos tecnológicos das ‘humanidades digitais’ (cibernética, aplicativos virtuais, hipertexto em quiosques informáticos, etc). Mesmo nestes últimos, porém, a narrativa expositiva não dispensa o hibridismo e fusão das linguagens: objetos, textos, imagens, sons e sensações. Por este motivo, é necessário continuar a separar conceptualmente (como o faz o ICOM) os ‘museus de ciência’, que fazem das coleções a sua pedra de toque, dos ‘centros de ciência’ cuja estratégia expositiva menoriza ou dispensa até a existência de instrumentos e de equipamentos históricos, centrando-se nos processos puramente virtuais e tecnológicos. Nestes necessários e úteis ‘centros de ciência’ que visam elevar a literacia científica das populações, a história da ciência raramente é convocada já que a sua assumida missão é a de surpreender e ilustrar as leis da natureza e as do cosmos, sem reportar à contextualização da sua descoberta, bem como ao papel desempenhado pela comunidade de cientistas. Esta tarefa competirá sempre aos museus.

[RT]: No artigo *Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano ao serviço de Portugal e do Brasil* o senhor evidencia como se deu o trânsito de informações e coleções para a construção dos acervos de várias instituições museológicas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Quais as influências podemos estabelecer entre a circulação e produção de conhecimento científico frente aos interesses políticos e económicos? É possível estender essa percepção para a atualidade?

[JB]: O tempo histórico é sempre único e irrepetível. As condições concretas da história do continente europeu ao longo de um século XVIII iluminista, enciclopédico, racionalista, naturalista e utilitarista explicam o enorme investimento económico, educativo e científico colocado nas viagens filosóficas aos domínios ultramarinos na América, África e Ásia. O modelo de desenvolvimento adotado, denominado ‘naturalismo económico’ ou “economia da natureza”, implicava o levantamento exaustivo (inventário, estudo e classificação) dos recursos dos ‘três reinos’ (animal, vegetal e mineral). Esta política de Estado implicava a profissionalização dos procedimentos associados à ‘viagem’, pelo que se procedeu a profundas reformas universitárias e à criação de novas instituições culturais e científicas: os jardins botânicos e zoológicos e os gabinetes de história natural. Os normativos teóricos e práticos desta febril atividade estavam disponíveis nos textos divulgados a partir de Uppsala (Suécia) por Lineu e aceites em toda a Europa das Luzes (de Lisboa a Moscovo). A circulação dos produtos e a internacionalização dos saberes foram as consequências mais impressionantes e duradouras deste movimento de mundialização



econômica que envolveu igualmente a institucionalização de estruturas culturais e científicas nas colônias, futuros estados independentes, da América latina: museus, jardins, escolas e academias científicas, bibliotecas, arquivos, observatórios, etc

Hoje, a globalização afigura-se fenômeno de tipo novo, colocando desafios científicos e tecnológicos à própria sobrevivência de um planeta devastado pelo exaurimento energético, pelas perversas desigualdades sociais, pelo excesso demográfico, pela desregulação dos conflitos geo-estratégicos, pelos afrontamentos religiosos e civilizacionais, pelos êxodos populacionais. Em suma, a um tempo setecentista de otimismo racionalizador da condição humana contrapõe-se um tempo contemporâneo, certamente mais próspero mas mais caótico, que gera entropias no desenvolvimento sustentável das sociedades humanas. Contudo, hoje, tal como ontem, as comunidades científicas não são autônomas, livres e independentes, elas dependem sempre em última análise dos decisores políticos...

[RT]: Como o senhor avalia o “estado da arte” das coleções e dos museus de ciência atualmente em Portugal? E no Brasil?

[JB]: As iniciativas museais de cariz técnico-científico continuam a disputar, ainda que com escasso sucesso, o espaço hegemônico das tipologias artísticas, em particular da arte contemporânea. A assimetria deve-se em grande medida à própria percepção social do conceito de cultura, lugar onde a ciência ainda ocupa reduzido campo, se comparada com os saberes literário, histórico e humanístico. Existem, todavia, sinais claros de que assistimos actualmente à tendência para a revitalização deste campo museológico, seja através do surgimento de novos museus, seja pela reorganização e modernização de velhas instituições de proveniência oitocentista como gabinetes, laboratórios, colecções médicas, museus, jardins botânicos e zoológicos, etc. O movimento de intenso dinamismo universitário em torno da recuperação material e documental, visível quer no desenho de projectos de pesquisa científica, quer em teses académicas, tem-se feito muito pelo viés da criação de redes de espaços do conhecimento, de que constitui excelente exemplo o caso da UFMG.

Gostaria de convocar duas novas instituições relacionadas com a ciência, em cada um dos nossos países: em Lisboa, uma tutela privada, a Electricidade de Portugal (EDP) erigiu em 2016, na margem do Rio Tejo, um espaço de raiz com projecto da arquitecta britânica Amanda Levete, denominado Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia (MAAT). Trata-se de uma estratégia cultural e



museológica que intenta fundir o já existente Museu da Electricidade, instalado numa antiga central eléctrica, com as tipologias emergentes: a arte e a arquitectura. Uma forma de tentar superar (com êxito?) a dicotomia entre o universoda ciência e o da arte.

No Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, foi inaugurado em 2015 o denominado Museu do Amanhã, com projecto do famoso arquitecto espanhol Santiago Calatrava. Trata-se de um equipamento de indiscutível valia turística, patrimonial e pedagógica, apelando para o questionamento de urgentes questões que ameaçam o nosso planeta. Sucesso de bilheteira, apesar das avarias periódicas dos equipamentos tecnológicos. Um único objeto ocupa a extensa área expositiva: um totém, adquirido num antiquário em Paris, que os aborígenes australianos reivindicam como sagrado e, por isso, o consideram inapropriado como mostruário público. Um comentário que se impõe: a reflexão mais pertinente terá de ser desenvolvida em torno da designação de ‘museu’, aqui atribuída a um magnífico lugar de apredizagem de prospectiva científica mas que, carente de colecções e incumprindo várias funções museológicas, mais apropriadamente entraria na categoria de ‘centro de ciência’, tal como a definimos em outra resposta.

[RT]: Como a história da ciência pode contribuir para a conformação do conceito de patrimônio cultural? É possível ou viável falarmos na constituição de um patrimônio científico ou a concepção de patrimônio já a contempla?

[JB]: A ideia ainda muito comum que associa património cultural a história e arte, deixando no limbo as manifestações técnicas e científicas do génio humano, não faz hoje o mínimo sentido. O valor patrimonial atribuído a um qualquer objecto, edifício, conjunto, ou manifestação imaterial, só ganha contornos efectivos de protecção através da operação básica e inaugural de inventário. São, desde logo, as leis nacionais (leis do património cultural e dos museus), bem como os normativos internacionais (convenções, cartas e declarações), que definem e impõem esse procedimento tendencialmente exaustivo, universal e inacabado, mas essencial para o conhecimento, preservação e salvaguarda desses bens. No caso concreto dos objectos (instrumentos e equipamentos) de índole histórica e científica, o trabalho que as equipas têm pela frente parece inesgotável, mas afigura-se o único possível a fim de resgatar os imensos espólios existentes nos laboratórios, universidades, academias científicas, gabinetes de hospitais, observatórios astronómicos, etc. Está em causa afinal a própria prossecução dos programas de pesquisa no âmbito das histórias das ciências.



Entrevista com Jó Klanovicz

Jó Klanovicz é professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, em Guarapuava - Paraná, orientador e professor no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário na mesma instituição. Desenvolve pesquisas ligadas à História Ambiental, História Global, História e Desastres História Rural, História da Ciência e da Tecnologia com ênfase nos mundos rurais.
<http://lattes.cnpq.br/9365139719374700>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Isabela Cristina Rosa, Jéssica Bley da Silva Pina** e **Ana Carolina Rezende Fonseca**, respectivamente mestrandas e doutoranda da Linha Cultura e Ciência na História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

[Revista Temporalidades]: Em muitos de seus trabalhos e projetos, é possível identificar um diálogo significativo com a História da Ciência. Diante disso, quais propostas e propósitos desta área de pesquisa contribuem mais efetivamente para sua produção historiográfica?

[Jó Klanovicz]: Eu trabalho com história ambiental desde 2002, quando ingressei, como mestrando, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi um momento bastante interessante na UFSC, porque o campo da história ambiental estava se estruturando no então Laboratório de Imigração e Migração (que hoje é o Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental) e as perspectivas eram amplas, criativas e profundamente motivadas pela equipe coordenada pela professora Dra. Eunice Sueli Nodari.

Meu projeto de pesquisa tinha o objetivo de construir uma história do cultivo moderno de macieiras no sul do Brasil, uma atividade que era considerada impossível de vingar economicamente no início da década de 1960, mas que, no final dos anos 1990, havia impulsionado importantes mudanças socioambientais, políticas e econômicas em municípios como Fraiburgo e São Joaquim, em Santa Catarina, e Vacaria, no Rio Grande do Sul. A maçã veio a criar empregos, impulsionar migrações, construir cidades e sonhos, redefinir identidades regionais, mas também concentrar terras e capital, contaminar solos e águas, mexer com a política.

Uma história ambiental dessa atividade agrícola era instigante: no fim das contas, eu estava querendo trabalhar com o fenômeno moderno, característico das agriculturas modernizadas do sul do Brasil como a fruticultura de clima temperado, da biologização da política e da politização da



biologia. Em outras palavras, documentos de épocas de crise da fruticultura entre os anos 1960 e 1990 indicavam que ácaros e vírus, ou lebres e insetos influenciavam profundamente na história social e cultural das populações humanas da região produtora, ao passo em que essas populações envolvidas na atividade agrícola nova alteravam profundamente as relações ecológicas locais.

No início da investigação, minha ideia de história ambiental estava profundamente orientada pela perspectiva de uma história “nivelar” das relações entre humanos e mundo natural, diretamente extraída de autores como Donald Worster em *Dust Bowl* (1979). Worster, referência mundial na história ambiental, propunha que fizéssemos uma leitura dessa relação pelo viés “orgânico”, ou seja, a partir dos fenômenos naturais em si, apelando para campos do conhecimento que pudessem favorecer essa leitura, tais como a biologia; de posse dessas informações, cotejássemos esse nível com outro, o socioeconômico, o que impunha atentar para a produção humana em termos de instrumentos, cultura material, sistemas de produção (quando falamos em agricultura). Por fim, havia a necessidade de uma leitura sobre as percepções acerca das relações entre humanos e mundo natural, com a atenção voltada à produção cultural como conjunto de leis, de discursos, de visões gerais e particulares sobre essas relações.

Com o passar do tempo, fui percebendo que pensar a agricultura moderna, principalmente a fruticultura de clima temperado, no modo de monocultura, implicava pensar o fenômeno da *plantation* como estruturante do mundo moderno, marcado pela conjunção de ciência, tecnologia, cultura, com efeitos socioambientais complexos, conforme observa Frank Uekötter (2014).

Pensar a ciência agrícola em seu ímpeto para mudar paisagens, para alterar cursos de rios, para controlar a atmosfera, para controlar intempéries como geadas ou chuvas de granizo desenhava um campo paralelo de dúvidas que atingiam em cheio a pesquisa de história ambiental.

Perguntas sobre as escolhas técnicas em termos de cultivo, do que cultivar na região que eu estava estudando, sobre como agrônomos e técnicos agrícolas que não tinham formação em fruticultura de clima temperado vieram a trabalhar com isso a partir de modelos e de traduções de obras europeias que não necessariamente condiziam com a realidade ecológica local vieram à tona.

Ao levantar documentos e percorrer caminhos, mapas, croquis de plantações, fui tomando conhecimento, também, das disputas de conhecimento entre técnicos agrícolas e agrônomos, entre conhecimento agrícola local e conhecimento alienígena trazido por instituições modernizadoras e empresas produtoras, sobre práticas, sobre produção do conhecimento e sobre as políticas que preenchiam o desenvolvimento dessa ciência particular do cultivo moderno de macieiras. Eu sabia que havia trabalhos ligados à institucionalização do conhecimento agronômico no estado de Santa



Catarina e do Rio Grande do sul, na época, tais como os realizados por Claiton Marcio da Silva (2016), Reinaldo Lindolfo Lohn (1997), e que eles situavam a emergência da agricultura moderna entre os anos 1950 e 1960 na região a partir das relações entre estado e empresas e entre uma imagem constantemente reforçada de agricultor moderno, por um lado, e camponeses atrasados, por outro.

Meu interesse na apropriação da história da ciência para a investigação de história ambiental foi se reforçando, então, porque eu tive necessidade de pensar a produção desse conhecimento agrícola diferente, que queria se impor como novo, destruindo outras formas de conhecimento, na sua própria produção (e não na aquisição e divulgação das novas técnicas), nas suas práticas e na sua performance (não mais em termos de estruturas) e na sua política (CARLOTTO, 2013).

Penso que a contribuição fundamental da história da ciência, nesse sentido, tem a ver com a proposição de ler os fenômenos resultantes das relações entre humanos e mundo natural em termos da produção da ciência e da tecnologia, uma produção que não passa apenas pela aquisição ou divulgação. Agrônomos e técnicos agrícolas tiveram de acreditar, primeiro, na possibilidade de intervir num mundo diferente com uma agricultura temperada, e tiveram de construir um novo campo do conhecimento, muitas vezes enfrentando as suas próprias comunidades científicas. Isso acaba permitindo que vislumbremos, que farejemos as controvérsias que emergem desse mundo nada homogêneo, nada neutro, conforme pontua Bruno Latour (2000). A segunda dimensão que a história da ciência traz à história ambiental é a atenção para as práticas científicas, e esse universo pressupõe perceber como cientistas ou como esses novos ou diferentes saberes agem no cotidiano da agricultura. O cotidiano da ciência mostra que nem tudo que acontece é determinado pela própria estrutura científica (EDGERTON, 2008; MACLACHLAN, 2008). Negociações acontecem a todo instante nesse mundo da prática científica, principalmente quando estamos pensando na sua realidade de perturbadora de uma paisagem agrícola. Por fim, a história da ciência mostra que há valores sendo jogados, articulados, colocados em tudo o que se pratica em termos da modernização da fruticultura de clima temperado no sul do Brasil. Há uma profunda dimensão política da ciência (JOSEPHSON, 2009), especialmente quando pensamos uma área emergente e importante da geopolítica internacional que era a promoção de uma agricultura calcada na revolução verde.

De maneira confluyente, Dolly Jørgensen organizou o livro *New natures: joining environmental history with science and technology studies* (2013), pontuando que a tecnologia muda a natureza, muda as interações entre sociedade e natureza. A ciência acaba abarcando essa dimensão, o que nos permite a pensar novas naturezas a partir dessas interações.



[RT]: Em contrapartida, quais contribuições a História Ambiental e a História Global, por meio de suas metodologias de análise, podem levar ao campo da História da Ciência? Podemos dizer que todas estas áreas de conhecimento são espaços marcados pela interdisciplinaridade?

[JK]: Acredito que as contribuições da história ambiental para a história da ciência são, fundamentalmente, proporcionar uma visão mais ampla das relações entre humanos e não humanos, a partir de suas ecologias, abrindo a leitura da ciência para uma via de mão dupla que faz com que tanto as ações humanas sejam observadas, mas, também, as limitações que o ambiente oferece a essas mesmas ações.

A história ambiental também pode trazer para a história da ciência a perspectiva dos fenômenos ambientais como vetores para uma leitura diferente sobre a relação entre estado, ciência, comunidades epistêmicas, sociedade. Os desafios do hibridismo, como por exemplo a naturalização dos organismos geneticamente modificados, é muito interessante nesse sentido.

Histórias da ciência e histórias ambientais tem incorporado algumas dimensões da história global. Há muitas pesquisas voltadas a dois tipos mais populares de história global, o que poderíamos chamar de história ambiental global ou história global da ciência, que são “histórias de tudo”, ou o que Sebastian Conrad chama de “perspectiva onívora de história” (2016). Uma história super bem consolidada de intercâmbios e conexões, e aí os trabalhos de história da ciência e de história ambiental encontram-se na mesma arena, o que tem permitido, por exemplo, pensar a exemplo do livro *States of Nature*, de Stuart McCook, uma “ciencia criolla” na América Latina (2002). A leitura de história recai sobre os movimentos.

Mas o desafio mais interessante, tanto para a história ambiental quanto para a história da ciência quando pensamos em história global, creio, é o de adotar uma perspectiva de integração global, no sentido de perguntarmos ou prestarmos atenção a que padrões de troca e de intercâmbio tem sido regulares e sustentados e que podem ter mudado profundamente as sociedades. Aqui a leitura recai sobre o impacto local da integração sistemática em escala global, conforme pontua Sebastian Conrad (2016).

Esse tema tenho buscado trabalhar desde minha estada no Instituto Friedrich Meinecke, da Freie Universität em Berlim, sob a supervisão de Sebastian Conrad. O grande desafio é entender a história global como processo e como perspectiva, o que implica um desafio maior ainda que é teórico e metodológico: como escapar dos desenvolvimentos europeus como força central da história e de análise histórica? Como escapar de ferramentas conceituais abstratas como nação,



revolução, sociedade, progresso, que vieram a transformar a experiência concentra europeia numa linguagem universalista da teoria de história?

Nessa perspectiva nova de história global, questiona-se a redução de outras sociedades não europeias em colônias teóricas e metodológicas da Europa. O grande resultado disso tem sido, claro, a compartimentalização da leitura de história o que veio a dificultar a focalização de paralelos e emaranhamentos. História Ambiental Global e História Global da Ciência podem permitir uma reação positiva à fragmentação e a favor de interações e conexões diferentes, escapando de nacionalismos metodológicos.

Juntas, história ambiental e história global podem permitir uma leitura da ciência como uma forma homogênea de conhecer, que até o momento se sobressaiu a outras formas. Pode permitir, também, no caso da leitura sobre as relações entre humanos e mundo natural, leituras sobre a unificação biológica do mundo quando percebemos, por exemplo, o sucesso da agricultura convencional não como o acúmulo de conhecimento e sim como o acúmulo de desastres, de erros, de problemas socioambientais.

Com relação à interdisciplinaridade, história ambiental e história das ciências estão profundamente marcadas por ela, quer quando pensamos quem escreve, quem leciona, quem promove, mas também sobre as perspectivas que adotamos, os conceitos circulantes que tomamos de empréstimo de outras áreas e que nos servem para podermos representar as dimensões científicas ou ambientais da história no passado.

É necessário dizer, contudo, o que estou entendendo como interdisciplinaridade. Significa não utilizar uma representação reduzida, parcial e estreita de disciplinas que a constituem, conforme pontua Beane (1995).

Significa entender que o papel de disciplinas na interdisciplinaridade é considerar os conteúdos e conexões que possam validar-se mutuamente, os conceitos que possam sustentar a validade para outros campos e os conceitos interdisciplinares que tenham validade para além das disciplinas, tudo isso realizado na investigação de maneira consciente e coerente em termos de linguagem, de metodologia, de problemática e de experiência.

Acredito que esses dois campos consideram que muito do conhecimento é perdido quando separado, categorizado e hierarquicamente tratado de maneira disciplinar. Mas aí emergem outros desafios, que já foram pontuados por Relan e Kimpston (1991): quanto é possível integrar estruturas separadas, preconceitos, conflitos e linguagem disciplinares?



[RT]: A partir da leitura do artigo intitulado *História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade*, é possível identificar a defesa da existência necessária de um ‘hibridismo’ entre histórias sociais, culturais e da ciência para interpretações acerca dos desastres ambientais. Por quais motivos a História das Ciências é elemento imprescindível para este tipo de pesquisa?

[JK]: Em linguagem direta, porque ela permite pensarmos os desastres e as reações a eles a partir de discursos de certeza e de incerteza, propostos por determinadas maneiras de conhecer a natureza e a própria natureza da tecnologia.

Adriana Petryna toca bem na questão quando lembra que a fragilidade do sistema soviético também vai se constituindo a partir do momento em que o governo central não consegue dar certezas sobre o problema do reator da usina nuclear em Tchernobil. A certeza da ciência, que dizia que a energia nuclear era segura caiu por terra. O cálculo dos riscos, também. Por outro lado, o estado não conseguiria mais garantir, sob a forma de discursos de certeza, a “cidadania biológica” de seus indivíduos, ou seja, que os tratamentos de saúde pudessem ser totalmente eficientes e eficazes. Esfacelavam-se os corpos, enquanto esfacelava-se o estado.

Tomando de empréstimo alguns elementos da pergunta anterior, o fenômeno dos desastres mostra que a fragmentação da leitura do passado sempre torna mais difícil sua interpretação e, nesse sentido, acredito ser impossível fazer uma história social ou uma história cultural ou apenas uma história da ciência em meio a esses fenômenos porque, simplesmente, a dimensão da experiência humana em meio à desarticulação de um status quo pré desastre e a volta de retorno a um status quo sempre, então, idealizado, cria trânsito obrigatório entre as esferas culturais, sociais, econômicas, políticas, ambientais. Escancara, também, fugas da ciência, desconfiança dela, tecnofobia.

[RT]: Sobre tudo a partir do século XX, é comum identificarmos políticos e intelectuais legitimando ideias e projetos por meio do apelo a uma suposta “cientificidade”. No artigo *Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980*, evidencia-se a importância da imprensa na difusão de concepções sobre tecnologias agrícolas. É possível afirmar que o cientificismo se faz presente nas notícias sobre o cultivo de soja, bem como sobre a agricultura brasileira em geral? Quais os impactos da utilização desse discurso em relação à sociedade e ao meio ambiente?

[JK]: A ciência tornou-se um discurso homogêneo e carregado de uma pretensa neutralidade política. Isso abriu espaço para sua rápida apropriação pela política, em sentido amplo, quer para a



formulação de discursos de certeza, de confiança no progresso, de justificativa para processos de exclusão de indesejáveis ou de dominação profunda da natureza, com consequências socioambientais complicadas. Ela passou a ser incorporada, inclusive, esteticamente pela política na formulação de políticas de modernização urbana, com custos sociais inestimados.

No Brasil, a imprensa local ou regional, especialmente numa era desenvolvimentista, entendendo esse desenvolvimentismo como mola mestra de uma visão de mundo que agremia diferentes setores sociais e mantém profundos laços com uma perspectiva de progresso rápido e ostensivamente promovido, tem papel interessante na apropriação de discursos científicos e promove sua ligação com a política. Ela constitui a imagem pública da política interessada no progresso e, nesse sentido, alguns conhecimentos oriundos desse campo são positivados, outros são atacados, outros ignorados.

No caso da agricultura em vias de modernização, a imprensa, especialmente a imprensa local e regional, tornou-se entusiasta dos processos de mudança, de incorporação de tecnologia, no retratar de equipamentos, de profissionais, do conhecimento técnico. Ao silenciar, na maioria das vezes, sobre a desarticulação de sistemas agrícolas tradicionais, ela tomou partido de um discurso específico de progresso e o justificou, muitas vezes, como necessidade e como elemento fundamental para o desenvolvimento, para a promoção de empregos, de melhoria das condições sociais de uma dada região. Não significa, contudo, que ela estava imbuída da valorização da ciência, mas, talvez, da ideia de progresso e, nesse sentido, ainda não chega a discutir cientificamente assuntos de seu interesse, mas apenas de traduzir para linguagem mais popular fenômenos que dependem da ciência.

Essa perspectiva específica de progresso que ora flerta com algumas escolhas que a imprensa faz em torno da ciência tem impactos importantes. A imprensa verbaliza expectativas, dimensiona publicamente sucessos agrícolas, nomeia seus agentes, constroi visões de mundo da ciência simplificando sua importância. No caso da agricultura, ela dá fala a agrônomos, mas raramente estabelece ligações, por exemplo, com outros agentes da ciência envolvidos no processo, inclusive o próprio sujeito agricultor, que tem papel fundamental na implantação de novas técnicas e nas respostas a elas. Sem querer diretamente, contudo, a imprensa, por seus silenciamentos ou deliberadas escolhas sobre ciência, permite à história ambiental ou à história da ciência perceber a politização das escolhas que ela faz, o que a sociedade considera como ciência interessante e relevante em dado momento.



A imprensa promove, portanto, ideias e ideias são, conforme lembra Donald Worster, verdadeiros agentes ambientais no sentido de que articulam interações específicas entre humanos e mundo natural. Ela promove agrotóxicos de maneira sistemática entre os anos 1970 e 1980, por meio de anúncios de produtos, por meio de reportagens que sequer tocam na questão da saúde humana e dos riscos ambientais. Mas ela também visibiliza as lutas ambientais, alternativas ambientais em outros momentos. Ela expõe ideias e isso é fundamental para quem está interessado nas controvérsias científicas, nas contradições públicas em torno de determinados temas, nos interesses políticos em torno da ciência.

[RT]: No artigo *Toxicidade e produção de maçãs no sul do Brasil*, o escândalo na imprensa, na década de 1980, em torno das maçãs contaminadas com o acaricida dicofol demonstra que nem sempre os “avanços” tecnológicos na ciência trazem benefícios, podendo, inclusive, acarretar riscos à saúde humana e à natureza. O senhor concorda que a História da Ciência e a História Ambiental, enquanto posicionamentos intelectuais e políticos, podem contribuir para o aumento das reflexões acerca dos problemas socioambientais contemporâneos?

[JK]: Concordo e creio que essa concordância já é comum em quem trabalha nesses campos faz bastante tempo. O desafio é como efetivamente história ambiental e história da ciência podem contribuir para o aumento da reflexão.

Quando falamos na dimensão dos problemas socioambientais, o ponto de partida é que grande parte deles decorre das aplicações humanas da ciência e da tecnologia no mundo natural. São escolhas em termos de energia, de obtenção de alimentos, de sistemas de transporte, de desenvolvimento industrial, muitas vezes alastrando-se globalmente com consequências nefastas para o ambiente e para a própria humanidade. Essas aplicações surgem de contextos econômicos, políticos, sociais complexos e, nesse sentido, sabemos que a história pode proporcionar um entendimento contextual sobre os desafios da sustentabilidade.

Sara Gregg (2010) observa, contudo, que se, por um lado, sabemos da importância da história no trabalho com as questões socioambientais e sobre a capacidade de discutirmos, na história, soluções para problemas presentes na área, corremos também o risco de promover narrativas declencionistas, ou seja, aquelas que tendem a construir uma espécie de início de enredo no qual as sociedades vivem em condições socioambientais melhores do que na conclusão. Essas narrativas de declínio homogeneizam pessoas, experiências, e meio que minimizam a importância de resistências, ofuscam narrativas alternativas.



Creio que nosso papel em termos de como fazer ou como promover a reflexão melhorada sobre questões socioambientais quando pensamos história da ciência e história ambiental é estarmos atentos, primeiro, à dimensão da história pública, aproveitando a todo instante e cada vez mais novos meios de discussão de temas da história, como canais de youtube, de redes sociais, de blogs.

Outra dimensão diz respeito a nossa luta política e nossa insistência de pedido de entrada em círculos de discussão de outros campos da ciência, pois somos interdisciplinares. Essa luta também é intra-história. Nossa interdisciplinaridade é mais incômoda porque nos aproximamos não apenas da Antropologia, da Sociologia, da Geografia mas vamos para a Biologia, para a Agronomia, para a Química do Solo, para a Física. Como promovermos a história ambiental e a história das ciências em meio às representações amplas e incômodas do contato da história com campos tão distantes quando somos comparados com história social, história cultural?

Cabe a nós mostrar para a sociedade que, quando o tema são as questões socioambientais, o mundo de raciocínio não é e não precisa ser monopólio das ciências biológicas ou da geografia (o que acontece, comumente, na esfera do ensino fundamental e médio), e que podemos contriuir com um conhecimento interessante das relações entre humanos e mundo natural no passado, da ideia de natureza, da ideia de ambiente.

Referências:

BEANE, J. A. Curriculum integration and the disciplines of knowledge. **The Phi Delta Kappan**, v. 76, n.8, p.616-622, 1995.

CARLOTTO, M. C. **Veredas da mudança na ciência brasileira**. São Paulo: Editora 34/ScientiaeStudia, 2013.

CONRAD, S. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

EDGERTON, D. **The shock of the old: technology and global history since 1900**. London: Profile Books, 2008.

GREGG, S. Cultivating an agro-environmental history. In: SACKMAN, D. C. (org.). **A Companion to American Environmental History**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 425-441.

Jørgensen, D. (org.) **New natures: joining environmental history with science and technology studies**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2013.

JOSEPHSON, P. R. **Would Trotsky wear a bluetooth? Technological utopianism under socialism, 1917-1989**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

KLANOVICZ, J. Tecnologia de força bruta e história da tecnologia: uma leitura historiográfica. **Fronteiras: revista catarinense de história**. n.27, 2016. p.134-148.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.



- LOHN, R. L. **Campos do atraso, campos modernos:** discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997. 228p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.
- MACLACHLAN, J. **Children of Prometheus:** a history of science and technology. 2.ed. Toronto: Wall & Emerson, 2002.
- MCCOKK, S. **States of nature:** Science, Agriculture, and Environment in the Spanish Caribbean, 1760-1940. Austin: University of Texas Press, 2002.
- PETRYNA, A. **Life exposed:** biological citizens after Chernobyl. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- RELAN, A.; KIMPSTON, R. **Curriculum integration:** a critical analysis of practical and conceptual issues. Annual meeting of the American Educational Research and Improvement, 1991.
- SILVA, C. M. **De agricultor a farmer:** Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil. Curitiba/Guarapuava: Editora da UFPR/Editora da Unicentro, 2016.
- SZMRECSÁNYI, T. Esboço de uma história econômica da ciência e da tecnologia. In: SOARES, Luiz C. **Da revolução científica à big (business) science.** São Paulo/Niterói: Editora Hucitec/EdUFF, 2001.
- STINE, J. K.; TARR, J. A. **At the intersection of histories: technology and the environment.** *Technology and Culture*, v.19, n.4, oct. 1998.
- UEKÖTTER, Frank. (org.). **Comparing apples, oranges and cotton:** environmental histories of the global plantation. Frankfurt: Campus, 2014.
- WORSTER, D. **Dust bowl.** New York: Oxford University Press, 1979.



Entrevista com Martina Schlünder

Martina Schlünder is a feminist science studies scholar, a historian of science and medicine, and a medical doctor. She is currently Prof. II for STS at TIK/ University of Oslo (Norway) and a visiting scholar at the Max Planck Institute for the History of Science in Berlin. During her Marie Curie Fellowship at the University of Toronto she started to investigate the technoscientific turn in the history of reproduction in the twentieth century. Other research projects explored the history of animals in the emergence of biomedicine, the material culture of classifications, and the life and work of Ludwik Fleck.

Martina Schlünder é estudiosa dos Feminist Science Studies, historiadora da ciência e da medicina, além de médica. Atualmente é Prof. II de STS no TIK / Universidade de Oslo (Noruega) e professora visitante no Instituto Max Planck de História da Ciência em Berlim. Durante sua bolsa Marie Curie na Universidade de Toronto, iniciou investigações sobre a virada tecnocientífica na história da reprodução no século XX. Em outros projetos abordou a história dos animais no surgimento da biomedicina, a cultura material de classificações e a vida e obra de Ludwik Fleck.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Isabela Cristina Rosa, Jéssica Bley da Silva Pina** e **Ana Carolina Rezende Fonseca**, respectivamente mestrandas e doutoranda da Linha Cultura e Ciência na História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

[Revista Temporalidades]: Of all the purposes that the History of Science has which one would you highlight in your research which helped you most in your theoretical and methodological frameworks?

De todos os propósitos que a História da Ciência tem, qual que a senhora destacaria em suas pesquisas que mais lhe auxiliaram em seus enquadramentos teóricos e metodológicos?

[Martina Schlünder]: History of Medicine and Science became important to me during my education. When studying medicine you usually spend (better said: waste) a lot of time learning thousands of facts, especially for theoretical exams. It's difficult though to connect them with the lived reality of patients, of people suffering from the 'facts' you are forced to learn. You can compare this situation with students who want to learn swimming or bike riding by reading several books about it, then learn them by heart, then try apply what they've read. It won't work without substantial practical training. This was what we'd been lacking in our medical training. None ever



examined our technical skills or tried to teach us using conversational techniques. Medicine is fascinating precisely because you need to master so many different types of knowledge in order to be a good doctor, a good clinician. You need scientific knowledge, practical skills, you have to be socially competent and you constantly have to translate your knowledge from expert into everyday language. Our training didn't reflect that at all.

Then history of science, epistemology came into my life. It all happened in fall 1988, when a strike at universities spread all over Germany, the so-called UniMut strike (Mut means encouragement). Academic strikes are very rare in Germany; even more rare is the participation of medical students in strikes. But this time it was different. Our goal was a complete reform of medical education. The strike wasn't organized by unions, it was organized in a very grassroots style. Knowledge, its making, its distribution, its reproduction were at the center of the strike. Learning from peers, changing formats of teaching and learning, expanding the curriculum, encouraging interdisciplinary learning, these were the overall goals. For four months we were busy with thinking about thinking, and how to practice it differently. So we self-organized our teaching, and had mixed reading groups etc. This is how I came to read Foucault on the benches of a biochemistry lab, together with students from the philosophy and history departments. And then I read Ludwik Fleck's book, 'Genesis and Development of a Scientific Fact'. I found his book mind-blowing. He had most of the answers for my questions about facts, how they emerge, how to keep them alive, because they are very delicate entities/beings. His definition of facts as "events in the history of thinking" opened up a new world for me: facts have histories and they are social events too! His approach helped me to understand my problems with fact-based learning, since the epistemic nature of facts was never explained to me. Later, when I trained in clinical neurology, Fleck's epistemology helped me to understand my clinical routines, the daily epistemic conflicts in the hospital when, for instance, two senior officers explained the symptoms of a single patient quite differently from each other.

I've always kept this very practical approach to the history of science and medicine, to historical epistemology, even now after having left medicine and the hospital long ago. Historical and epistemological knowledge once helped me to understand my daily professional life. It illuminated me, it helped me to learn and practice medicine in a better way. I think that history of science (understood as history of knowledge) is very helpful to understand our societies, so very based and entangled in practices of knowledge. I think it's from this personal background that I'm interested to bring theory, concepts and the practices of the empirical world together. Overall, I don't want to get lost in academic tribalism: I don't want to set the material turn against the



linguistic one or the history of ideas against the practical turn. I'm interested in connections, in material semiotics, in assemblages, just to name some concepts that stand for these forms of connectivity. I take a great interest in experimenting with formats in research and in publishing. It is crucial how we write/tell stories about the world, about ourselves as researchers, and about how to include those whose stories haven't been told yet.

[RT]: What have the *Science Studies* brought about new proposals for gender research?

O que os *Science Studies* têm trazido de novas propostas para as pesquisas em gênero?

[MS]: Good question: Feminist science studies, of course! But then, I'm not sure if you can declare it a 'legitimate offspring' of (institutionalized) science studies. It started more as a protest and resistance against male-dominated epistemology if you think of Evelyn Fox-Keller's, Sandra Harding's and Donna Haraway's work on epistemology and objectivity, for instance. It had surely been inspired by the women's movement in the 1970s and 1980s. But even today most of the women and gender studies programs do not include a lot of courses on technoscientific problems in feminism – if at all. So the 'grand partage', the great divide between nature and society is built into the structure of women and gender studies too. Maybe it is more apt to say that feminist science studies emerged from the interstitial grounds between women and gender studies and science studies. Besides some feminist philosophers like Sandra Harding and Helen Longino it was a number of women, having been trained in and/or still working in the natural sciences, who became influential in beginning what later became this field (like Donna Haraway, Evelyn Fox-Keller, and much later Karen Barad – just to name a few icons of the field). So, from a historical perspective the field has many different origins: some scholars were busy examining the status and the history of women and of gender in the (natural) sciences, others were concerned about the gender bias and the invisible gendered nature of epistemology. And then there were those who wanted to change practices in sciences, since they would like to return/continue working in the (natural science) labs, but labs that work in different settings. This is still an ongoing issue (see Banu Subramaniam's work, for instance 'Ghost stories for Darwin' that won the Ludwik Fleck Prize of the 4S Society two years ago).

The field may be small compared with others in science studies, but it is definitely thriving and quite diverse (a sign of its vitality, in my opinion). You can experience it at every annual meeting of the Society for Social Studies of Science (4S) or look at the list of the winners of the Ludwik Fleck Prize that is annually awarded by the 4S to outstanding books in the field. Without checking



the list I can name Judy Wajcman, Jain Lochlann, Banu Subramaniam, Michelle Murphy, Isabelle Stengers, and Helen Verran as being among the winners in the last decade. I think it's similar if you look at the list of the Bernal prize winners which is awarded for outstanding contributions to the field of sciences studies: Hebe Vessuri, Lucy Suchman, Sandra Harding, Adele Clarke, Evelyn Fox-Keller are among the prize winners of the last six or seven years. Four years ago a new journal "Catalyst" (<https://catalystjournal.org/index.php/catalyst>) was founded, explicitly dedicated to explore and analyze feminist technoscience issues.

Technoscience as a concept – as practices you simultaneously think with and against – is almost a signpost and synonym for North American feminist science studies. It works differently in Europe intellectually as well as institutionally. In Germany for instance, women and gender studies are often organized in centers and not in institutes. Women and gender studies bring an astonishing wealth of interdisciplinary knowledge to their program, but they often do not have the same institutional power as other fields. Also the situation of women in German academia is still desperate (especially compared to the US but also to other EU countries https://ec.europa.eu/research/swafs/pdf/pub_gender_equality/she_figures_2015-final.pdf

Intersectionalism has considerably influenced research and understandings about gender in the field more recently. It's not enough to study gender inequalities independent from other forms of injustice and oppression. In order to address issues of non-binary, non-white, non-middle class women, it is necessary to investigate how gender, class, and race/ethnicity intersect. So the field is developing through an increasingly more complex analyses of gender and the productive tensions between feminist politics, gender research and the challenges that are brought to field by the growing LGBTQIA+ community.

What I think remarkable is that the field still seems to thrive best in non-traditional settings, in these interstitial spaces I've already mentioned. Let me give you an impressive example. I have spent the last three years at the TRU, the Technoscience Research Unit <https://technoscienceunit.org/>, a feminist science studies center that is part of the Women and Gender Studies Institute at University of Toronto. It has been very small – from an institutional perspective, a one-room office — founded and directed by Michelle Murphy who has a cross appointment in the history department and at the Women and Gender Studies Institute. For a couple of years the TRU served as an informal, interdisciplinary platform for feminist science studies in the greater Toronto area. Through its monthly meetings, the Technoscience Salon, it attracted a lot of different people: scholars of different fields and disciplines, artists, and activists.



Meanwhile the TRU has evolved into a bigger lab with its own offices and working space for its members. It connects institutes and disciplines (women and gender studies, history, school of information, anthropology etc.) at University of Toronto but also scholars from other universities, and activists, especially from environmental justice groups, from First Nations, data justice scholars, and civic tech activists. This is not only about colloquia or monthly meetings for exchange. The goal is to create a new form of lab, a new working space for collaborations in mixed settings: between disciplines, institutes, and universities but also beyond the academe. The aim is to create new spaces of care even in the otherwise rather hostile environments of entrepreneurial universities, in times of surging old and new forms of racism and sexism. What I would like to emphasize is that this is not only about new intellectual concepts of gender construction or political strategies, it also includes us as scholars: how do we want to practice our research on intersecting forms of injustice and strive for more equity? At the TRU lab we have jointly written and discussed a lab book, our code of conduct: how do we share ideas, how do we want to collaborate, how do we protect our space, how do we want to tell/publish our research, through what media, platforms, and journals? Can we develop different formats and narratives to talk about gender in an intersectional approach?

[RT]: In your article (*Lächerliche Erkenntnisse*) you address the smiley attitude that the public has when talking about sexuality, gender and the body. Given this, we want to know: can gender research be taken seriously?

No seu artigo "*Lächerliche Erkenntnisse?! Kann man Geschlechterforschung wirklich ernstnehmen?*" (*Insights risíveis: é possível pesquisar gênero seriamente?*), a senhora aborda a postura risonha que o público tem ao se falar sobre sexualidade, gênero e corpo. Diante disso, desejamos saber: as pesquisas em gênero podem ser levadas a sério?

[MS]: Yes absolutely! The title seems so provocative. But of course it's a rhetorical question. It reflects my perplexity about the practices of brushing gender topics off: laughter, half amused, half embarrassed, no or almost no discussion and that's it. This is what I witnessed and experienced again and again in colloquia and conference panels; at least in what you could call mixed settings, i.e. when co-panelists, colleagues, the audience were not feminist, not experts or not used to discussion on gender and sexuality. It is amazing to observe how these mechanisms of exclusion still work: formerly feminists were not invited to the mainstream, now you are invited to speak but there is no discussion; this is another kind of silence. And then there are the journals and the rejection rates for feminist papers when authors try not to publish in particular feminist periodicals.



Of course, no editor today would embarrass himself through open sexism, but of course there are ways to avoid publishing feminist papers: playing on formalities, even after super positive reviews you're not published because the paper didn't follow a guideline, a format etc. Is segregation a solution, is becoming expert a solution, publishing only in your (small) community, looking for a niche? I still ponder about these questions.....

In my paper I was interested in the frictions of laughter and affect and emotions more generally. Laughter is never neutral, so how can you use it for your purpose, how can you appropriate it or how can you use it as a hermeneutical tool? I wanted to investigate how affect works among scholars – often we just turn things into research objects and project them to others as if we wouldn't be involved. I wanted to break with this habit.

What I want to avoid by all means is the impression that humour and laughter are not serious things, so the opposition of laughter/humour and sincere, serious research does not work for me at all. At the contrary, there is a beautiful piece from de Certeau on Foucault's laughter as a hermeneutical tool. In science studies the same is true for Helen Verran's work (for instance her piece on "Staying true to laughter in African classrooms"). Helen describes her gut feelings, her discomfort in certain situations when she was teaching math teachers in Nigeria as an epistemological path to discover that there are indeed different ways of counting and imagining and doing numbers. Her book on "Science and an African Logic" is a wonderful exercise in comparative epistemology in a reflexive mode. At the same time it demonstrates why social constructivism doesn't work.

Another example is Ludwik Fleck's book from 1935. You can't understand this book and its full impact and significance when you read the English translation since it totally misses the dimension of humour and wit in his epistemology. In the German original (Fleck's mother tongue was Polish and he grew up in a multilingual society dominated by Polish and German) Fleck makes endless fun of German philosophy, of idealism, of the logical positivism of the Vienna Circle. He does so with the help of a genuine trait of the German language, the easy way to build compound nouns. So he comes up with all these compound words containing thinking. He mixes thinking with a lot of different activities and modes that usually are kept apart, at least by philosophers of science, for instance thinking and collectives, thinking and emotions and moods, thinking and materiality etc. In this way he deconstructs the concept and practice of thinking und simultaneously turns it into something very fresh, very new. English readers can't understand that since the English translators thought that Fleck couldn't master the German language. Reading the English translation you could misunderstand Fleck's witty epistemology as an obsession with thinking as



cognition and as pure cognition, as something immaterial, happening inside one's head, whereas for Fleck thinking happens between people and between people and things, and your head, your feet, your hands, your whole body and the environment is involved too.

[RT]: How has the History of Science through the approach of a comparative epistemology, clarified how the techno-scientific turn in the 20th century has changed the interpretation of human reproduction? How does the construction of the feminine /menstrual cycle dialogue with this theme?

Como o viés da História da Ciência, através da abordagem de uma epistemologia comparativa, esclarece como a virada tecnocientífica no século XX mudou a interpretação da reprodução humana? O que a construção do ciclo feminino dialoga com esse tema?

[MS]: Our understanding of reproduction is so essentialized. It is understood as completely biological, as something happening in bodies, especially in female bodies. It's as one-dimensional an idea as the logical positivists had about thinking. Of course, reproduction takes place in bodies, but also between them and in living environments, in different cosmologies. You need more than one epistemology to investigate reproduction. I was very inspired by Michelle Murphy's concept of 'distributed reproduction' in my own research on the history of reproduction. The title of my project, "1+1=3," points to reproduction's particular economies: it never adds up but strives for excess and transgression. Michelle has worked a lot on environmental issues and reproduction, about endocrine disruptors for instance. She also has a wonderful book about seizing the means of reproduction. Reproduction is all about relations, a distributed process, that connects bodies with nature, the land, its culture, its cosmology. That reproduction is so much more than biology and bodies becomes clear when you look into the understanding of reproduction in different cultures and societies. Two of my collaborators are anthropologists of reproduction, Alexandra (Sandra) Widmer works on Vanuatu and the Pacific islands, whereas Johanna Goncalves has lived with Yanomami people in Venezuela. Both investigate how people live in translation by managing different cosmologies: how to translate biomedical interventions into Yanomami's ideas of fertility, or how Pacific islanders have negotiated western ideas brought from missionaries to the islands with their own understanding of reproduction.

That reproduction is treated in these essentializing ways is also an effect of the technoscientific turn in reproduction, i.e. turning it into an scientific object that seems to be completely malleable and today, in the 21st century, easy to manipulate: use the pill (or whatever



there is on the still growing market of contraceptives) if you don't want the kids now, freeze your eggs or embryos until you think it's time to take them out of storage, if you can't conceive go for help to reproductive medicine or shop globally on the surrogate market. These technical solutions are of course not available for all of those in need, on the contrary, but they meanwhile dominate the way we think about reproduction, since global capitalism and the idea of the technological fix have such an enormous impact on our perception. This is one reason why feminist science studies need an intersectional approach to the analyses and study of reproduction, since otherwise it all magically ends up again with the goals of white, middleclass liberal feminism prioritizing choice and individual reproductive rights. The latter are utterly important, but it doesn't help without putting them in a framework of reproductive justice. Activists (and I'm more familiar with their work in North America, and only a bit in Brazil after my first set of interviews that I could do this year) have done amazing work in this field, be it indigenous women, asian women, women from black and hispanic communities. I think, we as scholars can learn a lot from this incredible work.

The fascination with ARTs (assisted reproductive technologies) like in vitro fertilization, embryo transfer, or storing of reproductive substances – whether for later use, for research, for exchange or even commercial trade – is very much at the center of social science (sociological, bioethical, anthropological) research. For my historical investigation I was looking for a something different, something that takes ARTs as a late development into account without putting it into the center, or without a teleological pattern (so that the development of these techniques seem unavoidable). And after looking deeper into the sources of reproductive physiology I realized that the underlying epistemological concept of the reproductive sciences is in fact the menstrual cycle.

Within this model hormones made perfect sense, and it is the cycle that is in the center of research of clinical medicine in the first half of the 20th century. How it could be tweaked and twisted, simulated or faked is at the very heart of contraceptive as well as fertility research at this time. It is still today, not so much as an object for research, but as the basis for all settings of ART treatments. The menstrual cycle was accepted as the physiological concept of reproduction shortly before World War I; first ideas emerged at the turn of the twentieth century when menstruation underwent a change of meaning, from a pathological bleeding that was lacking a physiological explanation to a normal phenomenon. The menstrual cycle is as essentialized as reproduction itself. Of course there has always been knowledge that women bleed periodically, but this is a different phenomenon than putting it into a historical new physiological concept like the menstrual cycle. Menstruation is a fascinating topic, under-researched historically, still a taboo, even in the enlightened sexually liberated west (see for instance this article from The Guardian



<https://www.theguardian.com/world/2018/may/23/otago-university-seizes-and-destroys-copies-of-student-magazine-that-depict-menstruation>, that was published today, while this paragraph was being written). In Brazil menstrual suppression is a dominant form of (a hidden) contraception; historically it has intimate links to the population planning programs of the Rockefeller Foundation. At the same time it is much more than just contraception, it plays well into ideals and aesthetics of femininity and of course it is linked to the taboo of menstruation.

Comparative epistemology plays an important role in my conceptual framework. However, I can see the tensions with the history of science, since the discipline itself seems to be at a crossroads. Institutionally it is an accepted part of history departments; at the same time it disappears more and more from the discourse of institutionalized science studies (if you look, for instance, at the programs of STS meetings or journals like *Social Studies of Science* or *Science, Technology and Human Values*). This has been quite different from the 1970s., when all these societies and institutions came into being, or if you consider a program like 'Historical Epistemology' that has been the framework of the Max Planck Institute for the History of Science in Berlin for the last 20 years.

But close to history, the history of science comes into conflict with the still persistent 'grand partage': I think there is no deeper interest in epistemology in other historical disciplines so there is not a lot of exchange about it, or challenges like the 'ontological turn' that is so hotly debated in STS, or to be more precise that emerged through STS scholarship. Apart from this there are 'internal' problems too, as a legacy of history of science's own history. Let me just mention two of them: there is the very problematic hierarchization of different forms of knowledge in History of Science (I choose the capital letters to point to the institutionalized history of science with a canon) with scientific knowledge on the top and there is the dominance and very problematic legacy of Thomas Kuhn with its emphasis on 'incommensurability' as a necessary step for the emergence of scientific paradigms (which puts him in direct contrast to Ludwik Fleck). Here is not the space to go deeper into these problems (but see e.g. Deborah Coen's paper (2012) on 'provincializing Kuhn'). Of course, what turns out to be a jam today helped decades ago in becoming a discipline; partly the history of science is a victim of its successful institutionalization.



[RT]: What is the need and importance of decolonizing epistemology? How can L. Fleck help us in this? And the Feminist Science Studies?

Qual a necessidade e a importância de descolonizar a epistemologia? Como L. Fleck pode nos auxiliar nisso? E os *Feminist Science Studies*?

[MS]: There are as many forms of decolonizations as there are different forms of colonialism. Some of them are history, some, however have huge effects and impact for the present times. Others are ongoing. In the three years I lived in Toronto I learnt that for indigenous people, settler colonialism did not end with the independence of the white settler state from the European colonial nations. There are long lasting conflicts about landownership, about keeping treaties, about how to treat the land, i.e. conflicts about mining, logging, and pipelines, economic conflicts, right at the heart of capitalism or, better said, cosmopolitics. As a white european scholar I wonder what decolonization means for us, in the (former) colonial centers? If colonialism has been/still is a relation what kind of relationship do we want to create through decolonization? Whiteness is still the in/visible, not reflected European norm. And then, reducing racism to skin colors is also problematic in light of the long-lasting European history of racism against white people: antisemitism being only one example, the elaborated, racial hierarchy in Nazi Germany (between northern, western, southern, and eastern Europeans) another one.

Historically you can't deny that what historians of science call the 'Scientific Revolution' co-emerged with the *conquista* and then co-evolved with the European colonial project in multiple ways. So yes, science has been and is a colonial practice. How have these entanglements left its traces in the infrastructures of scientific thinking, in epistemic rules? How to think against your own trained system/infrastructure of thinking? Feminist science studies has done this quiet successfully; it went straight to the heart of epistemology by questioning objectivity, the position of the 'modest witness' and all the exclusions that it brings about.

Comparative epistemology is another way of decolonize epistemology. It's a concept by Ludwik Fleck, first published in 1935. It is an early attempt to decolonize epistemology by decentering western philosophical convictions, for instance the idea of thinking as a purely cognitive, individual, historically non-situated activity. The title is a provocation, an attack against the conviction of logical positivism that there is only one reality, one epistemology. It was impossible to think of epistemology in a plural form. If something is unique then you can't compare it with anything. It's singular. Fleck however understands thinking as a social process based on collaborative activities and as a practical skill. Since reality is not a given but emerges from practices, it exists in multiple ways that depend on ways of knowing and styles of thinking. In this way,



epistemologies are only possible in comparative ways and scientific truth exists only inside specific styles of thinking.

Fleck's ideas are linked to his experiences as a scientist but also on social experiences of growing up in a multilingual culture, of being marginalised, of his experiences of racism, being denied an academic career as a bacteriologist because of being Jewish. I previously mentioned the wit and the humour of his critique. He deconstructs thinking throughout his epistemology, but at the end you are not left with nothing; there is a new proposal for what could be done instead. This is what Helen Verran, another comparative epistemologist *par excellence*, calls a generative critique. "Decolonization is not a metaphor" is a paper by Eve Tuck and Wayne Yang. Yes, it is about practices. So things have to be done, thought, and written differently in epistemology, in science studies. The problem is how? Can we clean up the mess by purging or undoing history or is metabolizing the past another way of decolonization? I had this idea when I prepared the course at UFMG and started reading da Costa and the antropofago movement. It was a discovery for me, really mind-blowing. My Brazilian students were more sceptical since they know more about the contexts of the antropofagists. But this was a very good moment for me – among a lot of other revelations during the course – I'm most grateful for this experience. I'm still digesting it.

Acknowledgements / Agradecimentos

I thank Jéssica Bley and the editorial staff of *Temporalidades* for the opportunity to think and write about the generative interstitial space between feminist science studies and the history of science and medicine. My thanks to professors Mauro Condé and Carol Vimieiro for inviting me to UFMG, and to the students I met and thought with while teaching 'Decolonizing Epistemology' at UFMG. I am deeply grateful to Mauro, Carol, Beth, and Nelson for their care and hospitality during my stay, and to Liz Martin from Toronto for checking and proofreading my English.